

ANAIIS DO III SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

16 a 18 de Agosto de 2011

UNIOESTE - *Campus* de Marechal Cândido Rondon - PR



Paulo José Koling
Marcio Antônio Both da Silva
(Organizadores)

UNIOESTE – *Campus* Marechal Cândido Rondon
Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais
Linha de Pesquisa Estado e Poder



ANAIS DO III SIMPÓSIO DE PESQUISA
ESTADO E PODER:
PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE
HEGEMONIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO



REITOR

Paulo Sérgio Wolff

VICE-REITOR

Carlos Alberto Piacenti

**DIRETOR-GERAL DE CÂMPUS
DE MARECHAL CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Paulo José Koling

PRÓ-REITORES

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Rosiclei Fátima Luft

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Silvio Cesar Sampaio

Pró-Reitoria de Graduação

Liliam Faria Porto Borges

Pró-Reitoria de Extensão

Gilmar Baumgartner

Pró-Reitoria de Planejamento

Jandir Ferrera de Lima

Pró-Reitoria de Recursos Humanos

Amarildo Jorge da Silva

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Antônio de Pádua Bosi

CONSELHO EDITORIAL - EDUNIOESTE

Adilson Francelino Alves

Samuel Klauck

Antônio de Pádua Bosi

Aparecida Feola Sella

Beatriz Helena Dal Molin

Clodis Boscarioli

Gilmar Baumgartner

Gláucia Maria Figueiredo Silva

José Ricardo Souza

Lavínia Raquel Martins de Martins

Liliam Faria Porto Borges

Loreni Teresinha Brandalise

Luis Francisco Angeli Alves

Marina Kimiko Kadowaki

Mário Luiz Soares

Silvio Cesar Sampaio Yolanda Lopes da Silva

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

LINDA DE PESQUISA ESTADO E PODER



Cascavel, fevereiro de 2012.

EDUNIOESTE

Processos de construção de hegemonias no Brasil Contemporâneo

© 2012 - UNIOESTE

Organização: Paulo José Koling e Marcio Antônio Both da Silva

Diagramação: Cristiane Carla Johann

Revisão: Paulo José Koling, Marcio Antônio Both da Silva, Marcos Vinicius Ribeiro,
Marcos Alexandre Smaniotto e Maria José Castelano

Capa: Cartaz do III Simpósio de Pesquisa Estado e Poder

Imagem: Latuff – 2008 (Imagem do Cartaz do Evento)

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S612p	Simpósio de Pesquisa Estado e Poder, 3. : 2011 : Marechal Cândido Rondon Processos de construção de hegemonias no Brasil Contemporâneo: anais / Organização de Paulo José Koling, Marcio Antônio Both da Silva. -- Cascavel: Edunioeste, 2012. 493 p.
ISBN: 978-85-7644-125-0	
1. Estado e poder. 2. Hegemonia. 3. Brasil Contemporâneo. 4. Trabalho. 5. Terra e Poder. I. Koling, Paulo José, org. II. Silva, Marcio Antônio Both da, org. III. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais. Grupo de Pesquisa História e Poder. IV. Linha de Pesquisa Estado e Poder. V. Título.	
CDD – 22.ed. 320.11 320.01 CIP-NBR 12899	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR MARCIA ELISA SBARAINI LEITZKE CRB-9º/539

ENDEREÇO:

UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon
Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais
Rua Pernambuco, 1777

Marechal Cândido Rondon – PR

CEP: 859690-000

Fone: (45) 3278-7900

Fax: (45) 3284-7879

E-mail: ppgh@unioeste.br

Página na Internet:

<http://www.unioeste.br/cursos/rondon/mestradohistoria/>

http://www.unioeste.br/projetos/lab_est_poder/

Observação: O conteúdo e a abordagem dos artigos/textos são de responsabilidade dos autores.

APOIO:

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon; FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA / SETI-UGF



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
O caso Judica e as estratégias de conquista de hegemonia entre Igreja e Estado durante a Ditadura Militar	15
<i>Alejandra Estevez</i>	
Notas sobre o deslocamento intelectual de Paulo Francis	33
<i>Alexandre Blankl Batista</i>	
IPOA (Internacional Peace Operation) e a ONU. A construção de um projeto por meio do JIPO (Journal of International Peace Operations).....	43
<i>Alexandre Arienti Ramos</i>	
O projeto “A conquista de direitos trabalhistas: Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul de 1958 a 1964”: apresentação dos primeiros resultados.....	53
<i>Alisson Droppa</i>	
Linhas que se cruzam, caminhos que se constroem: o uso da Arteterapia enquanto instrumento para reflexão	63
<i>Ana Carolina Becker Nisiide</i>	
Experiências sociais e formas de resistência dos trabalhadores na fábrica FRIMESA em Marechal Cândido Rondon-PR	77
<i>Ana Cláudia Branchi Durães</i>	
Massacres em escolas: uma análise crítica sobre a abordagem midiática....	83
<i>Aparecida Darc de Souza e Lúcio Fellini Tazinaffo</i>	
Relação de poder na Ditadura Militar no Brasil: a Doutrina de Segurança Nacional e a censura	91
<i>Camila Torres de Souza</i>	
Atuação político-ideológica da Marvel Comics através das suas histórias em quadrinhos	101
<i>Carlos Eduardo Boaretto Pereira</i>	
“Os assumidos” e suas representações na TV e na Internet	111
<i>Caroline Stefany Depieri</i>	
As políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro no Brasil: a atuação da ITAIPU frente à diminuição da pesca e as formas de resistência dos pescadores profissionais de Guaíba/PR	119
<i>Cátia Franciele Sanfelice</i>	

Os trabalhadores no ensino e nos currículos de história	137
<i>Cintia Valéria de Mello</i>	
Crime de sedução e rapto: discurso e poder no processo judicial	145
<i>Cintia Wolfart</i>	
Entre a ditadura e a guerrilha: propostas de um ex-exilado para a construção da cidadania	157
<i>Cláudio José Piotrovski Dias</i>	
Construindo o Estado Nacional argentino através dos periódicos, um olhar sobre <i>La Revista de Buenos Aires</i>	167
<i>Daniel Jacob Nodari</i>	
O conceito de <i>poder</i> na pós-modernidade a partir da concepção de Michel Foucault	177
<i>Devair Gonçalves Sanchez</i>	
Revista Careta e as raízes da indústria cultural no Brasil	187
<i>Douglas Josiel Voks</i>	
A Revista <i>Veja</i> : de 23 mil exemplares à marca de 300 mil: acompanhando os dez primeiros anos de construção editorial da revista	197
<i>Edina Rautenberg</i>	
O MST e o MAB em questão: indicações teórico-metodológicas para um trabalho de pesquisa com movimentos sociais	205
<i>Emeson Tavares da Silvai e Simone Tatiana Pedron</i>	
Trabalho, trabalhadores e o processo de constituição da Cooperativa de Aves COPAGRIL em Marechal Cândido Rondon-PR (2000-2010)	221
<i>Fagner Guglielmi Pereira</i>	
A construção da hegemonia neoliberal no Brasil da Nova República: o Instituto Liberal e o discurso de “flexibilização” e ataque às propostas de Reforma Agrária	235
<i>Flávio Henrique Calheiros Casimiro</i>	
O surgimento da Rede Globo: a partir da legislação das telecomunicações	245
<i>Gabrielle Lins Meireles</i>	
A construção da hegemonia neoliberal no Uruguai	257
<i>Gustavo Alberto Cabrera Alvarez</i>	

Algumas considerações sobre a educação de jovens e adultos	265
<i>Hélio Clemente Fernandes</i>	
A formação e a organização política da fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná	275
<i>Irene Spies Adamy</i>	
O Governo Lula - PT e o programa Bolsa Família (2003/2010)	283
<i>Isabel Grassioli</i>	
Do Governo Lula a cooptação da APP – Sindicato	293
<i>Ivanor Mann de Souza</i>	
Trabalho e trabalhadores do campo, 1960-2000 - Marechal Cândido Rondon-PR	303
<i>Jaqueline Michele Cunico</i>	
A concepção do peronismo no pensamento de Sívio Frondizi	325
<i>Jeú Daitch de Castilho</i>	
El Videoclip como constructor de hegemonía en el mundo actual	333
<i>Jon Emanuel Illescas Martínez (Jon Juanma)</i>	
Prostitutas, guitarristas, maconheiros e comunistas: análise das páginas policiais do Jornal Hoje Foz (1978-1980)	343
<i>Jonas Christmann Koren</i>	
Estudo da abordagem do Jornal Brasil de Fato sobre as organizações não-governamentais (ONGs): uma análise crítica	353
<i>Juliana Valentini</i>	
<i>Campo e Habitus</i> na construção de “Clara Crocodilo” de Arrigo Barnabé	363
<i>Juliana W. Batista</i>	
Fusão Casas Bahia e Ponto Frio: implicações e mudanças na vida e trabalho através da visão dos trabalhadores	373
<i>Karen Renata Capelesso</i>	
A expropriação e a exploração dos trabalhadores agrícolas nas obras de John Steinbeck da década de 30	381
<i>Lucas André Berno Kölln</i>	
Os partidos fascistas em seus desdobramentos organizativos	389
<i>Lucas Patschiki</i>	

Trabalhadores e a cidade: o loteamento Morada do Sol e os territórios em disputa em Nova Santa Rosa/PR (2000-2010)	399
<i>Luís Carlos dos Santos</i>	
“Onde está nascendo o IV Reich”: a cidade de Marechal Cândido Rondon representada por jornais nas décadas de 60 e 70	403
<i>Marcos Eduardo Meinerz</i>	
O Terrorismo de Estado e o extermínio planejado nas fábricas argentinas (1973-1978)	413
<i>Marcos Vinicius Ribeiro</i>	
A centralidade do trabalho e o confronto com as evidências	421
<i>Maria Cristina de Castro Pereira</i>	
Constituição da esfera pública e as narrativas da cidade do futuro – Toledo (1950)	429
<i>Reginaldo Aparecido dos Santos</i>	
Época e Veja e as exportações de capitais (2003 a 2006)	439
<i>Ricardo Krupiniski</i>	
O problema do absoluto na teoria política de Hannah Arendt	449
<i>Roberto Lopes de Souza</i>	
Trabalhadores e relações de trabalho em Santa Helena/PR (décadas de 1990 e 2000)	457
<i>Rosane Marçal da Silva</i>	
Movimentos sociais de trabalhadores no campo: história e historiografia	467
<i>Salette Inês Walter</i>	
Reflexão sobre a relação da Revista Veja com a CUT e o PT durante os anos de 1985-1989	475
<i>Suzane Conceição Pantolfi Tostes</i>	
Memórias entre as águas: o processo de formação do lago de ITAIPU em Santa Helena-PR	487
<i>Tatiane Karine Matos da Silva</i>	

APRESENTAÇÃO

O *III Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: processos de construção de hegemonias no Brasil contemporâneo* foi realizado no período de 16 a 18 de Agosto de 2011, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Marechal Cândido Rondon – O evento foi promovido pela Linha de Pesquisa Estado e Poder e pelo Grupo de Pesquisa Estado e Poder, respectivamente vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Colegiado do Curso de Graduação em História da UNIOESTE.

A *Linha Estado e Poder* e o Grupo de Pesquisa *História e Poder* têm por objeto de ensino e de investigação as práticas sociais relacionadas ao Estado e ao Poder. A abordagem que orienta os estudos de seus integrantes concebe o Estado em seu sentido amplo, abarcando aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais. O poder, por sua vez, é compreendido enquanto exercício do domínio no interior da sociedade política, mas também no âmbito das mais variadas organizações e corporações da sociedade civil. O exercício do poder e a produção de hegemonia abrangem, portanto, esferas diversas, como a gestação e a afirmação, a crítica e a contraposição de projetos sociais, as elaborações intelectuais e as políticas partidárias, a organização dos diferentes grupos e classes sociais, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, o gerenciamento e a disseminação de ideologias e projetos sociais.

O **III Simpósio** objetivou viabilizar a apresentação e discussão das pesquisas relacionadas à vasta problemática que envolve as relações de poder e a configuração do Estado, em sua dimensão ampliada. Nesta perspectiva, na Terceira Edição do Evento foi priorizada a temática dos *processos de construção de hegemonias no Brasil Contemporâneo*, com especial atenção aos processos de afirmação de hegemonias, de constituição de aparelhos privados de hegemonia, de organização dos grupos dominantes e das classes subalternas e de gestação, afirmação e contestação de projetos sociais em diferentes períodos históricos.

Durante o evento foram apresentadas 95 comunicações acadêmicas de pesquisas produzidas por docentes universitários e do ensino fundamental e médio, alunos de pós-graduação, profissionais e pesquisadores de iniciação científica, provenientes de diferentes estados do país, garantindo uma configuração efetivamente nacional

ao evento. O **III Simpósio** contou ainda com a realização de conferências ministradas por professores convidados vindos de diferentes instituições de ensino e pesquisa: Francisco Fonseca (FGV/SP), Muniz Ferreira (UFBA), Eurelino Coelho (UEFS) e Maria Lígia Coelho Prado (USP). As comunicações acadêmicas foram organizadas em mesas de trabalhos, as quais abarcaram temas e pesquisas tais como hegemonia, neoliberalismo, questão rural, ditaduras, movimentos sociais, mídia, América Latina, Fascismos e outras mais. Devido à variabilidade de pesquisas inscritas e apresentadas, cabe destacar que nem todos os textos que conformam estes Anais estão direta e profundamente vinculados ao tema principal do evento, contudo, articulam-se de diferentes maneiras às perspectivas e abordagens constituídas na experiência da Linha e do Grupo de Pesquisa, oportunizando, assim, um espaço importante para o diálogo e o debate acadêmicos. Como é prática comum, o conjunto dos Anais corresponde somente aos textos completos, 47 artigos, que foram enviados pelos participantes que apresentaram comunicações.

Marechal Cândido Rondon/PR, fevereiro de 2012.

Paulo José Koling
Marcio Antônio Both da Silva
(Organizadores)

O CASO JUDICA E AS ESTRATÉGIAS DE CONQUISTA DE HEGEMONIA ENTRE IGREJA E ESTADO DURANTE A DITADURA MILITAR

Alejandra Estevez¹

Introdução

O presente trabalho busca analisar a atuação do bispo D. Waldyr Calheiros, da diocese de Volta Redonda/Barra do Piraí a partir de um caso específico ocorrido no ano de 1967 envolvendo militantes de um movimento católico chamado Juventude Diocesana Católica (Judica) e dois religiosos que residiam na propriedade episcopal.

Este episódio é o primeiro momento em que a Igreja católica apresenta-se publicamente como contrária às prisões e perseguições então empreendidas pelo regime militar país afora, criando assim um *fato político*. Amplamente noticiada na imprensa local, a prisão desses quatro jovens tem uma repercussão importante na história da cidade e nos permite refletir sobre as relações entre Igreja e Estado no período da ditadura militar.

Apesar da instituição defender uma unidade interna e reivindicar o campo religioso como seu lócus privilegiado de ação, negando o envolvimento no campo político e econômico, na prática verificamos uma multiplicidade de posturas no interior da Igreja e uma intervenção efetiva na vida política, tanto local quanto nacional. O embate entre autoridades – eclesiástica e militar – bem como o discurso de defesa dos direitos humanos e da justiça social são exemplos de intervenções políticas diretas efetuadas por diversos religiosos e leigos.

Não pretendo afirmar, com isso, que as ações desses religiosos e leigos são orientadas pelos mesmos interesses de sindicalistas ou políticos profissionais. Toda sua atuação se baseia, antes de mais nada, em valores católicos universais e busca nos pronunciamentos papais (principalmente nas encíclicas) uma justificativa para seu engajamento político.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq

D. Waldyr e a chegada na Diocese de Volta Redonda/ Barra do Pirai

D. Waldyr chega à Diocese de Volta Redonda/Barra do Pirai em 1966, dois anos após a instauração do regime militar no Brasil. Em sua vida religiosa anterior, logo após sua ordenação, em 1948, padre Waldyr foi lecionar no seminário do Rio Comprido, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, e em 1957 assumiu, como pároco, a igreja São Francisco Xavier, no bairro de classe média da Tijuca (RJ). Nessa época, foi assistente religioso do Movimento Familiar Cristão (MFC), prioritariamente composto por famílias de classe média, e teve uma experiência pastoral pontual no morro da Chacrinha, próximo à paróquia. Em 1964 tornou-se assessor direto de D. Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro. Sua trajetória é, até este momento, extremamente tradicional e ligada diretamente à alta hierarquia.

No ano 1966, com a saída de D. Altivo da Diocese de Volta Redonda, D. Waldyr é convidado a substituí-lo e então se depara com uma realidade bastante diferente daquela que conhecia. Diante de uma diocese composta majoritariamente por um apostolado operário e numa cidade onde as tensões entre o capital e o trabalho são iminentes, o novo bispo tomava contato com experiências de forte controle dos trabalhadores por parte da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ao mesmo tempo com uma história de lutas e embates do movimento operário com a empresa e o Estado. O quadro que se instala após o golpe civil-militar de 1964 é bastante adverso aos movimentos sociais e quando de sua chegada na diocese as principais lideranças da cidade já estavam presas ou escondidas.

Esse contato parece ter provocado uma transformação na atuação político-religiosa do recém-nomeado bispo de Volta Redonda. Imediatamente após sua chegada, D. Waldyr adota posturas mais democratizantes e menos hierarquizadas em relação à forma de conduzir o seu bispado. Como uma de suas medidas nesse sentido, ele descentraliza as atividades da Diocese e cria 105 pequenas comunidades que tinham como tarefa debater problemas de ordem cotidiana e encontrar soluções viáveis para a sua resolução. Esta nova postura é condizente com as práticas que vinham sendo implementadas por movimentos leigos da Igreja católica desde a década de 1940 e que tiveram algumas mudanças, como a

flexibilização da hierarquia católica e o engajamento político através de uma militância católica, consolidadas no Concílio Vaticano II, recém concluído em dezembro de 1965.

Mas é somente no ano de 1967 que D. Waldyr, após tomar conhecimento das condições de vida dos trabalhadores e de alguns “excessos” cometido pelo regime militar com relação aos líderes operários, coloca-se publicamente contrário aos militares e se apresenta como mediador dos conflitos entre os trabalhadores e o Estado e os trabalhadores e a empresa siderúrgica. Seu primeiro embate declarado com o regime ocorre com o incidente do caso Judica.

Igreja e regime militar em Volta Redonda: o caso Judica

Após o estabelecimento da ditadura militar no Brasil, tem lugar a afirmação dos princípios anticomunistas da Guerra Fria, desenvolvidos principalmente no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG). Com base nessa ideologia gestada na ESG, se formulam os princípios da chamada Doutrina da Segurança Nacional, tendo como alvo principal o combate à esquerda e a eliminação dos ditos “inimigos internos”. Ao longo desses mais de 10 anos subsequentes, serão editados atos institucionais e leis repressivas, com o intuito de dar legitimidade ao regime, e serão criados órgãos de informação para vigiar, identificar e eliminar o inimigo. Em pouco tempo, diferentes setores da sociedade serão enquadrados dentro do conceito de “inimigo” do regime (FICO, 2001).

O episódio da prisão de militantes da Judica é interessante, em primeiro lugar, porque nos permite verificar na prática como o sistema de informações dos militares funcionava e como se dava o próprio desenvolvimento de suas ações repressoras, que apenas um ano depois culminariam com a decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5). O clima de suspeita generalizada provocado pela suposta ameaça de revolução comunista no país, somado à identificação de atos subversivos nas ações dos mais variados grupos sociais, dão o tom político para o contexto da época.

Em segundo lugar, este incidente é o primeiro momento em que D. Waldyr adota uma postura de enfrentamento com o regime militar. Diante de algumas arbitrariedades cometidas pelo regime, o bispo de Volta Redonda aciona uma série de elementos disponíveis na

estrutura eclesiástica tais como um sistema capaz de fazer circular a informação de forma independente do controle militar.

Por último, a partir deste acontecimento, podemos ainda notar a mobilização de uma rede de solidariedade bastante articulada entre bispos e padres. Assim, buscamos identificar a partir da análise do caso Judica quais as estratégias formuladas pelos membros da Igreja na luta contra a ditadura nesses primeiros anos e as relações de enfrentamento/contemporização entre militares e eclesiásticos.

Em novembro de 1967 quatro jovens pertencentes ao movimento católico Juventude Diocesana Católica (Judica) foram presos pelos militares após serem pegos distribuindo alguns panfletos tidos pelos técnicos do Serviço Nacional de Informações (SNI) como subversivos. Dois membros deste movimento – Natanael José da Silva (presidente) e Jorge Gonzaga (diretor esportivo) – acompanhados do diácono Guy Michel Thibaut e do seminarista Carlos Rosa após a missa, resolveram dar um passeio na Kombi da diocese e jogar alguns panfletos de indignação contra a situação social de Volta Redonda. Como estavam sendo seguidos por um jipe do Exército, foram então cercados e presos.

Este episódio ocorre na madrugada do dia 05 para o dia 06 de novembro. No dia 10 e 11 deste mesmo mês acontece a revista aos quartos de Guy Thibaut e Carlos Rosa, que viviam na residência episcopal, a fim de proceder a “busca e apreensão de retratos, livros e material subversivo”². O incidente causa uma indisposição com o

² Interessante pensar sobre a lista de materiais apreendidos em seus quartos e perceber que tipo de leitura esses jovens religiosos estavam realizando.

Documentos apreendidos no quarto de Carlos Rosa de Azevedo – 11/11/1967

Livros: “Cuba, estopim do mundo”, de Athos Vieira de Andrade

“Além das torres do Kremlin”, de Flávio Costa

“Síntese de doutrina social”, de Gabriel Galache

“Uma escola social”, de D. Aranzadi e C. Giner

“Iniciação ao comunismo”, de George Cronin

Cadernos Brasileiros n. 42

Estatutos do Círculo de Estudo e Orientação da Juventude Friburguense

8 cadernos, 7 apostilas, 5 panfletos, 3 recortes de jornais e revistas, 14 folhas soltas de cadernos

Documentos apreendidos de Guy Michel Camille Thibault

Livros: “A Revolução Brasileira”, de Caio Prado Jr.

Apostila da Juventude Diocesana Católica (Judica)

Relação de movimentos filiados à Judica

Esta relação nos ajuda a perceber, em primeiro lugar, uma preocupação com a

bispo de Volta Redonda na medida em que este considera abusiva a tentativa de invasão de sua casa sem sua autorização prévia, além de criticar a atitude repressora dos militares com relação à prisão dos jovens, que ficaram incomunicáveis durante vários dias.

Diante de tal atitude autoritária, D. Waldyr lança mão das armas que estavam ao seu alcance enquanto autoridade religiosa na cidade. No dia 14 de novembro publica uma declaração no *Jornal do Brasil* que ficou conhecida como “Os sete pecados capitais”. Apesar de longo, este documento merece ser transcrito na íntegra, na medida em que é representativo de uma determinada atitude de alguns padres e bispos cada vez mais recorrente nos anos seguintes. O documento dizia o seguinte:

Enquanto o coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas, eu estou preocupado:

- 1) com um acordo salarial que vem se arrastando há cinco meses, e enquanto isso vários operários são privados até 'dessas migalhas que caem da mesa de seu Senhor';
- 2) estou preocupado que, para alguns, este aumento acrescenta NC\$ 160,00 a mais no seu salário, enquanto, para outros, o aumento representa mais ou menos NC\$ 21,00, que, somados ao seu salário atual, chegam a NC\$ 150,00, mais ou menos, quantia inferior ao simples aumento dos primeiros. O pão que este come é o mesmo preço. A carne que estes não comem é o mesmo preço para aqueles que a comem;
- 3) estou preocupado que este aumento não venha a cobrir o saldo devedor dos operários, que já é preocupação da CSN, e que centenas de operários, no dia do pagamento, levam para suas casas, motivando tristeza para alguns lares, desentendimentos em outros e desespero para muitos, pondo a estabilidade da família em jogo;
- 4) estou preocupado com o índice elevado de doentes mentais entre operários, não só novos, como antigos. Alarma-nos também o número de alcoólatras;
- 5) estou preocupado com a manutenção de castas sociais: Laranjal é para ... a Vila é para ... apartamentos é para ... Isto é criar rivalidades entre classes. São ilhas criadas;

realidade sócio-política do país e uma aproximação com o pensamento de esquerda e com as experiências revolucionárias vividas na União Soviética e em Cuba. Além disso, é um demonstrativo de que estavam influenciados ao mesmo tempo pelas ideias progressistas que se propagavam então no interior da Igreja católica.

6) estou preocupado com a vida de comunidade dos moradores nas casas que não lhes pertencem. Sei que a própria CSN está preocupada também há vários anos. As casas não lhe pertencendo e não podendo comprá-las, ninguém se sente estável e seguro. Daí, a apatia por qualquer coisa da cidade. Esta indiferença entre pessoas humanas é pernicioso no relacionamento humano;

7) estou preocupado com o excesso de oferta de trabalho e a exploração de algumas empresas que se aproveitam da situação, impondo-lhes pagamento arbitrário, em desrespeito à legislação vigente.

(...)

Tudo são preocupações pastorais que, junto às outras do nosso ministério, obrigam-me a ver, lá fora da minha residência, as causas que podem levar ao desespero da subversão³.

Esta declaração, além do forte tom de denúncia, demonstra, em primeiro lugar, uma postura pastoral que coloca-se ao lado das camadas populares e mais atenta aos seus problemas de classe. Portanto, além de um discurso bastante próximo a reivindicações tipicamente sindicais e trabalhistas, ele amplia, em última instância, o campo de ação da Igreja. Como afirma no documento acima, além da preocupação com as questões específicas do ministério pastoral, assume como tarefa igualmente a preocupação com os problemas de ordem prática, da vida cotidiana. No entanto, ao contrário de outros movimentos contestatórios do mesmo período – em especial aqueles localizados na esquerda brasileira – D. Waldyr mostra-se preocupado com uma possível revolta ou descontrole da ordem. A via adotada para a resolução do impasse é através da priorização do diálogo e da negociação. Além disso, é possível perceber que todas as críticas são feitas baseadas em valores católicos, como a importância da família e do lar cristão⁴.

Esta declaração é, a um só tempo, denúncia contra a situação de injustiça e miserabilidade a que estava submetida a classe

³CALHEIROS, D. Waldyr. *Declaração à imprensa – “Os sete pecados capitais”*. Volta Redonda, 14/11/1967. Arquivo da Cúria Diocesana, Doc006-008.

⁴Roberto Romano (1979) chama a atenção para a dimensão mística da instituição católica, criticando aqueles estudiosos que analisaram a Igreja e seus movimentos a partir unicamente de seus interesses políticos. Para ele, é preciso pensá-la e analisá-la enquanto um corpo religioso, dotado de embasamentos e justificações ideológicas da ordem do transcendental.

trabalhadora, alerta para a radicalização que a insatisfação popular podia ocasionar, bem como apelo às autoridades. No mesmo dia, D. Waldyr escreve uma carta ao Coronel Armênio Pereira, responsável pela instalação deste Inquérito Policial Militar (IPM), onde constava uma cópia de sua declaração publicada no *JB*, afirmando: “Isto foi o que falei. Quanto às interpretações e comentários que queiram fazer em torno da nota não são de minha responsabilidade”⁵. Constata-se, portanto, que a via do diálogo era sempre a mais recomendada, mesmo quando tratava-se de discordâncias com o regime e enfrentamento de forças.

No dia 18, D. Waldyr envia uma carta a diversos padres solicitando a divulgação de sua declaração publicada no dia 14, no *JB*. Uma carta enviada a Frei Marcos, de Angra dos Reis, dizia o seguinte:

Seguem estes prospectos que repete a reportagem do Jornal do Brasil de 14.11. Esta reportagem é autêntica. Nem todos tomaram conhecimento da reportagem. Os Padres acharam que seria necessário maior divulgação. Amanhã em todas as missas pode ser lida no lugar do sermão, e distribuídas na porta da Igreja aos adultos que queiram levar para casa. Poderia ser lida por um leigo, depois que o celebrante comunicar que se trata de um esclarecimento do Bispo⁶.

Este é um ótimo exemplo da rede de solidariedade bastante organizada criada entre padres e bispos no combate aos excessos da ditadura militar e na afirmação de uma postura de poder por parte destes religiosos na sociedade civil. É nesse sentido que a Igreja apresenta-se neste período como um importante meio de comunicação alternativo. Dispondo de uma estrutura interna bastante ampla, de mecanismos de divulgação de notícias internas e de uma capilaridade que transcendia o plano da imprensa nacional, muitos eclesiásticos e leigos conseguiram burlar a censura e mobilizar esforços em diversas ocasiões justamente devido à constituição de uma rede desse tipo. As missas e os sermões ganham nova função social, apresentando-se assim como espaço de comunicação e crítica, no interior de um regime censório e repressor.

⁵Carta de Dom Waldyr ao Cel. Armênio Pereira, 14/11/67. Arquivo da Cúria Diocesana, Doc005.

⁶CALHEIROS, D. Waldyr. *Carta a Frei Marcos*. Volta Redonda, 18/11/1967. Arquivo da Cúria Diocesana, Doc022.

Esta atitude, obviamente, rendeu mais uma indisposição com o regime. O padre Natanael de Moraes Campos, da igreja de Santa Cecília, por exemplo, recebeu, no dia seguinte à celebração da missa dominical, um mandado de busca e apreensão devido à distribuição do panfleto divulgado a pedido de D. Waldyr para o esclarecimento do episódio da prisão dos jovens da Judica na missa de domingo. Isso deixa claro o sistema bastante efetivo de monitoramento dos militares, que encarregavam diversos funcionários de acompanhar as movimentações daqueles considerados suspeitos ou dos ditos “inimigos” na nação. Aqui constatamos que membros da Igreja católica já eram, no mínimo, considerados suspeitos e deveriam, portanto, prestar esclarecimentos de suas ações consideradas subversivas.

Ainda por ocasião do incidente da Judica, D. Waldyr é convocado a depor no 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) do Exército. No inquérito é arguido em relação à reunião para divulgação da matéria do *JB* nas missas e declara ser seu compromisso dar uma explicação aos seus fiéis. Em seguida, pedem explicação sobre as razões para ter abordado a questão do Acordo Salarial da CSN na entrevista. O bispo

respondeu que se era questão de procurar pessoas subversivas, via na demora e no atraso deste Acordo verdadeiro descontentamento nas famílias dos operários simples foco fértil de insatisfação que pode levar um grande número de operários ao descontentamento e ao desespero da subversão.

Através de sua fala, podemos constatar, mais uma vez, uma preocupação com a possibilidade de radicalização da população devido às suas condições de vida.

Ao analisar estes documentos, podemos verificar uma constante disputa de autoridade: militar *versus* eclesiástica. D. Waldyr recebe uma carta do bispo D. José Castro Pinto, que havia intercedido neste caso junto às autoridades militares, com o objetivo de que a autoridade do bispo fosse respeitada pelos chefes militares e, ao mesmo tempo, que este episódio não tivesse consequências mais graves nas relações entre Igreja e Estado. O apelo do bispo é no seguinte sentido:

O sr. General [General Comandante do 1º Exército] está disposto a instruir seus comandados no sentido do que fora proposto pelo presidente Castelo Branco de eles se entenderem primeiramente com a Autoridade Eclesiástica, cada vez que surgir um caso. Se posso rogar a V. Excia. qualquer coisa, é que converse com o General Ramiro, que procurará V. Excia onde V. Excia quiser, na residência episcopal ou em qualquer outra parte⁷.

As autoridades eclesásticas reclamam, assim, o respeito à autonomia interna da instituição, que deve ter o direito de resolver seus problemas com os subordinados hierarquicamente ou os leigos, antes da interferência de qualquer outro órgão do Estado.

Constituição de um projeto de hegemonia militar e embates com a Igreja

Este caso produziu ainda dois documentos muito interessantes do ponto de vista dos mecanismos de controle criados pelos militares após 1964 e seus respectivos órgãos institucionais: o material de defesa dos quatro jovens, formulado pelo advogado Lino Machado Filho e a declaração de voto vencido do ministro general Pery Bevilaqua. Ambos os documentos nos permitem discutir as transformações na legislação do regime militar e a implementação dos atos de prisão e julgamento, antes mesmo dessas atribuições terem passado para o âmbito da Justiça Militar. Nos fornecem ainda elementos para refletirmos sobre os mecanismos de defesa que estavam acessíveis no momento anterior à 1968 e os usos que se faziam da Justiça em geral.

Segundo Carlos Fico (2001), as atitudes dos militares, principalmente daqueles setores identificados como “linhas-dura”, correspondem a um “ethos persecutório”, ancorado no desenvolvimento de um pensamento de direita. Originado desde 1954, teve como um de seus representantes o civil Carlos Lacerda, que teria moldado os ideais de toda uma geração militar.

Desde 1964, portanto ainda sob o governo Castelo Branco, é criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), idealizado pelo

⁷PINTO, D. José Castro Pinto. Carta a Dom Waldyr Calheiros. Volta Redonda, 21/11/1967. Arquivo da Cúria Diocesana, Doc028.

general Golbery do Couto e Silva. Este órgão era responsável pela criação de uma rede de informações que preparou dossiês sobre cerca de 400.000 pessoas, contando com o auxílio de consultores norte-americanos. Com a criação da Lei de Segurança Nacional, formulada em 1967, ainda no governo Castelo Branco, o SNI incorporou sua ideologia como guia de suas ações. Esta lei significou a materialização da doutrina de segurança nacional, produzida basicamente no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta “escola” acreditava que o Brasil possuía uma posição estratégica internacional importante e que, em um futuro próximo, se projetaria como uma “grande potência”.

Fico, no entanto, busca relativizar a alegada autonomia deste órgão preconizada pela historiografia sobre o tema. Para o autor, a referida doutrina teve que adaptar-se às políticas implementadas por cada governo militar e suas tendências internas. Questiona, assim, a caracterização feita do SNI como um órgão repressivo. De acordo com o discurso militar, tratava-se de um órgão de informações, contrariando seu alegado caráter de executante. Sendo assim, o SNI era um serviço de informações e não um órgão repressivo propriamente dito.

Obviamente, é preciso relativizar esta ideia, pois este mesmo órgão efetuou prisões e interrogatórios, como veremos no caso aqui analisado. Mas de fato os setores mais duros do regime pleiteavam a criação de um órgão central de informações coordenado pelas Forças Armadas, que mais tarde, em 1970, iria se chamar Sistema Nacional de Informações, o SISNI. A polícia política assim estruturada estava sendo gestada ainda nesse momento, quando as ações dos militares radicais ainda era bastante assistemática.

Assim, Fico atribui à decretação do AI-5 a efetivação do sistema de segurança devido às suas determinações e mudanças na justiça e por sua perenidade, uma vez que não previa prazo para seu término, como ocorria até o momento aqui analisado.

Como demonstra ainda o mesmo autor, havia uma disputa interna nas Forças Armadas entre setores moderados e radicais. O então presidente Castelo Branco, apesar de ter conseguido manter a data-limite para a aplicação das medidas punitivas – cassação de mandatos e prisões políticas – não conseguiu aplacar as tensões internas, uma vez que os militares mais exaltados “insistiam em patrocinar prisões arbitrárias, inquirições despropositadas e outras

violências” (FICO, 2001: 44). Sendo assim, sabia-se claramente dessas ações repressoras e de casos de tortura praticados principalmente no âmbito do SNI, porém o presidente da República não se animava a mandar apurar as acusações a fim de não aumentar os atritos com os radicais.

O documento de seis páginas do advogado de defesa, Dr. Lino Machado Filho, relativo ao caso Judica, é bastante rico justamente para discutirmos as disputas entre as autoridades militares e eclesiásticas, bem como para identificarmos a forma como os militares burlavam ou desrespeitavam a lei vigente e em contrapartida os argumentos da defesa amparados na legitimidade do sistema jurídico. Além disso, pretende-se discutir as limitações jurídicas impostas pela Lei de Segurança Nacional.

Os argumentos acionados pelo advogado, contratado pela própria diocese de Volta Redonda, demonstram uma confiança na lei por parte da Igreja e o acionamento de mecanismos legais para provar a inconstitucionalidade da prisão dos jovens e de sua incomunicabilidade até o momento, após cinco dias de prisão. Portanto, depreendemos deste caso que em momentos de excessos cometidos pelos militares, pelo menos nos anos iniciais do regime, a lei era uma das estratégias disponíveis imediatamente acionadas e a Constituição usada como mecanismo de defesa. Existia, portanto, até este momento uma credibilidade na lei, por parte dos perseguidos políticos, característica que mudaria após a decretação do AI-5.

No dia 16 de novembro, o advogado de defesa entra com um pedido de Habeas Corpus em favor dos quatro jovens. Neste processo, Lino Machado Filho solicita que cesse a incomunicabilidade dos jovens presos, que possam se defender em liberdade, e que “por manifesta incompetência das autoridades militares para processá-los e julgá-los, seja a inquisição atribuída à autoridade civil”⁸.

Ao relatar os fatos, o advogado lista uma série de elementos que pretendem demonstrar a ilegalidade desse julgamento por parte das autoridades militares e ao mesmo tempo afirmar o desrespeito à autoridade do bispo de Volta Redonda:

Também não é desconhecido da violência – sem contestação – praticada contra a lei e contra a ordem; contra o direito e

⁸Pedido de Habeas Corpus do advogado Lino Machado Filho, 16/11/67. Arquivo da Cúria Diocesana, Docs. 012 a 019.

contra a justiça; contra a inviolabilidade do lar, do domicílio do Bispo, pelo encarregado do Inquérito, ao efetuar diligências que visariam a obtenção de prova contra os pacientes.

Por outro lado, também não se negou – nem as autoridades coatoras – da apreensão da Kombi de propriedade do Bispo, depois de abalroada pela viatura militar, na entronoite de 5 para 6 do fluente mês.

Finalmente, não mereceu contradita a certeza de que os pacientes se encontram presos e sem qualquer comunicação com o mundo – com seus familiares; com seu patrono; com o Bispo – após ter o Coronel Armênio Pereira, Comandante do Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada negado a prisão de um representante de Sua Eminência, o Sr. Bispo de Volta Redonda, o que vale dizer, ter faltado com a verdade.

Não se nega do aparato militar da diligência, de que dimanaram comentários de suspeição de prisão ou de comportamento contra aquele Príncipe da Igreja, comprometendo a autoridade eclesiástica, sua incomunicabilidade, sua autoridade, sua condição de Pastor, os preceitos que deferem a homens públicos que tais, à Igreja Universal, tratamentos de respeito, de consideração, de dignidade, que a própria consciência cristã do povo brasileiro obriga e impõe⁹.

Aqui estão em jogo duas coisas: a ilegalidade do julgamento ser realizado pela Justiça Militar e o desrespeito à autoridade episcopal. Assim, o advogado se utiliza da legislação vigente e do próprio discurso militar que exalta os valores católicos. Sua argumentação, portanto, é formulada no sentido de mostrar os abusos cometidos pelos militares nesta questão e apelar para o choque de autoridades (militar *versus* eclesiástica). Este caso é representativo de uma série de abusos de autoridade cometidos em diversas outras ocasiões, deixando claro o aumento do poder dos órgãos de repressão e o “atraso” da legislação, segundo a concepção mais radical, que entravava as ações autoritárias do regime. Vale lembrar que o fato ocorreu em fins de 1967 e que os setores mais duros dos militares já começavam a pleitear um órgão central de informações e uma polícia política bem estruturada.

⁹FILHO, Lino Machado. *Pedido de Habeas Corpus*. Volta Redonda, 16/11/1967. Arquivo da Cúria Diocesana, Doc013.

O pedido de Habeas Corpus foi negado. No entanto é interessante trazermos para a análise a declaração do voto do Ministro General Pery Bevilaqua. Ele teve seu voto vencido, o que demonstra as divergências existentes entre os militares, sejam elas de cunho ideológico ou estratégico, conforme chama a atenção Fico. Está claro aqui que as Forças Armadas não constituíam um bloco monolítico e durante todo o período militar podemos identificar disputas internas pelo poder. No entanto, o fato do voto de Bevilaqua ter sido dissonante nos demonstra que assistia-se, nesse momento, um empoderamento de setores da “linha-dura” no interior das Forças Armadas, setores estes que pretendiam ampliar seus poderes e desprezavam as instâncias civis. Diz o ministro vencido:

Concedo a ordem, para serem postos em liberdade, imediatamente, e ficarem livres de responder a I.P.M., dado que autoridade militar não tem competência funcional para instaurar inquérito na área civil, para apurar crimes previstos na L.S.N., nem para prender civil, a não ser nos casos do art. 146 do C.J.M., quando 'qualquer pessoa pode e os militares devem efetuar a prisão de quem for encontrado cometendo crime, ou após a prática deste, tentar fugir perseguido pelo clamor público. Somente nestes dois últimos casos a prisão se considera feita em flagrante delito'. A pessoa – civil ou militar – que efetuar a prisão de um criminoso nas condições descritas no art. 146 do C.J.M., terá esgotado a sua ação legal, entregando o preso à autoridade legal competente para lavratura do auto de prisão em flagrante, que assinará como condutora do preso ou mesmo como testemunha. E nada mais. O processo seguirá então o seu curso normal. Os militares do Exército que encontraram os civis, pacientes deste H.C., espalhando boletins suspeitos na via pública, o mais que podiam fazer era prendê-los à ordem do Delegado da Polícia local, apreender os boletins, e apresentá-los à autoridade policial a quem fariam entrega também dos boletins apreendidos. Eu disse 'o mais que poderiam fazer', porque o procedimento do Cont. da Patrulha poderia também cingir-se em anotar o n. da chapa do veículo, recolher os boletins atirados na rua e anexá-los à “parte de serviço” que daria ao oficial de dia, ao retornar ao Quartel. E então o Cont. da Unidade, procederia como de direito, de forma a que a autoridade civil competente agisse de acordo com as disposições legais pertinentes. E, assim, não haveria

impunidade, não haveria choque de autoridade nem desprestígio para ninguém. Não haveria coação ilegal para as autoridades civis, para as autoridades eclesiásticas nem também para os acusados¹⁰.

Segundo o ministro, estava havendo um “desvirtuamento das funções de elementos integrantes das gloriosas Forças Armadas que se atribuem o exercício de missões policiais que não lhes pertencem”. Ao discordar desta postura, afirma ele que

está se fazendo necessária e urgente a ação das autoridades militares superiores sobre os seus comandados no sentido de orientá-los convenientemente, a fim de cessarem prontamente as distorções da função militar que se vem multiplicando em várias regiões, com graves inconvenientes para as Forças Armadas e para o Poder Civil¹¹.

Nesta afirmação do ministro Bevilaqua, podemos identificar a tese, que circulava entre os setores militares, da “autonomia” excessiva de determinados órgãos ligados às fileiras mais radicais que pretendiam atuar independentemente da vontade do presidente da República.

Seguindo a argumentação em defesa dos quatro jovens presos, o advogado Lino Machado Filho, lança a pergunta “Quem são os pacientes?”, para em seguida evocar a trajetória individual dos acusados. Como raciocínio principal coloca a religiosidade católica como motivo suficiente para a sua não condenação. O documento de defesa alega:

são jovens integrados na comunidade religiosa local, talvez preocupados com o mundo de hoje, até com a sorte madrasta; com os problemas de ontem, com o futuro deles mesmos e deste país, que pretendem servir e porque pretendem servir, melhor e bem é que estudam.

(...)

São jovens dotados de profundo sentimento cristão, porque foram buscar nos movimentos de juventude católica ambiente para seus diálogos; para suas tertúlias; para os desabafos da

¹⁰BEVILAQUA, Pery. *Declaração do voto do Min. Gen. Ex. Pery Constant Bevilaqua no Habeas Corpus n. 29.141*. Arquivo da Cúria Diocesana, Doc. 032.

¹¹Idem. Doc.033.

própria alma, para o teatro de suas aspirações, para a comunhão de suas tendências, com os outros, com mais e mais numerosos jovens; com padres, preceptores, educadores.

(...)

Os pacientes não seriam como não podem ser agitadores, porque estes agem nas massas, ou se escondem sob capa. Não buscariam agasalho na Igreja Apostólica Romana, que ensina, acima e antes de tudo, que todos somos irmãos¹².

Assim, o ser católico aparece como álibi e o ser jovem é apresentado como uma ânsia para a melhoria das condições sociais e econômicas do país. Evocando um discurso baseado no nacionalismo e no sentimento católico e, portanto, conforme a doutrina militar, é que a defesa constrói sua argumentação, após ter listado os motivos inconstitucionais para tal prisão. E lidando com o medo da subversão que justificava os atos excessivos dos militares, Machado Filho apela:

Então não será com prisões; com incomunicabilidades; com Inquéritos Policiais Militares; mercê do poder da força e não da força da razão que neste país ou em qualquer parte do mundo, ovelhas desgarradas serão reconduzidas a seu rebanho.

Na idade que tem os pacientes, o ato de força, a prisão ilegal, o pavor do cárcere, deles farão os revoltados e os incontidos. Os perigosos. Os destemerosos, que empregam o destemor em favor de si mesmos e de todos, da terra que tem como berço, da comunidade a que pertencem¹³.

Prosseguindo com argumentos que remetem aos valores católicos, o advogado busca sensibilizar as autoridades militares a fim de obter a soltura dos jovens:

Se justiça lhes for feita, tudo terão para que, se errarem, do erro se penitenciarem, para não errarem outra vez.

Se oportunidade se lhes der – para se defenderem soltos, neles se estará incutindo, o respeito à ordem e à lei, porque a liberdade restituída, passam a devê-la à lei e à ordem.

Mas, se tudo lhes for negado – até a própria defesa; se lhes

¹²FILHO, Lino Machado. *Pedido de Habeas Corpus*. Volta Redonda, 16/11/1967. Arquivo da Cúria Diocesana, Doc015.

¹³Idem. Doc015.

impedir a comunicação com seus preceptores, com seus pais, então neles se estará criando em potencialidade, personalidade desajustada, revoltada – de um homem contra o mundo¹⁴.

No terceiro ponto do documento do advogado de defesa, consta a questão já referida da ilegalidade da prisão e da incomunicabilidade.

O que os fatos – não contestados – revelam é que os pacientes teriam sido presos por uma patrulha militar. Presos porque estariam distribuindo panfletos. Que panfletos? Teriam os militares integrantes da patrulha condições de julgar do conteúdo, do texto para de logo prenderem os pacientes? Onde a definição legal para „esse crime? ? Crime não definido na lei, não é crime. Qual a autoridade militar, que lhes teria dado, na ocasião, voz de prisão? Qual a capacidade legal para apreender a viatura do Bispado? Qual a prova ou quem teria presenciado o delito que teria sido praticado pelos pacientes? Como e por que da violência daquela prisão?¹⁵.

E com base nos argumentos expostos, elabora o pedido de soltura:

A coação que vem sofrendo os pacientes, é manifestamente ilegal, pois não foram presos em flagrante delito, esse flagrante não foi lavrado na conformidade da lei. Não foram presos por determinação de um encarregado do inquérito antes existente. Presos que estão há mais de três dias, incomunicáveis, não estão sujeitos à autoridade militar, porque o crime, se praticado, não é da competência da Justiça Militar. Requerendo que a autoridade coatora seja chamada a dizer do pedido, com a requisição do auto de qualificação; de prisão em flagrante; de busca e apreensão; do ato que determinou a abertura do inquérito, pede-se a concessão da ordem para que sejam os pacientes livres da incomunicabilidade, da prisão e do processo¹⁶.

¹⁴Idem. Doc016.

¹⁵Idem. Doc016.

¹⁶Idem. Doc017.

No relatório do IPM movido contra os quatro jovens e na sugestão de IPM contra o bispo D. Waldyr, os juízes concluíram o seguinte: que foi Carlos Rosa de Azevedo “que foi quem arquitetou e planejou a confecção e distribuição dos panfletos caracterizadamente subversivos suscitando a luta entre classes”; que Gui Thibault tinha conhecimento do conteúdo do panfleto e ajudou Carlos na divulgação, influenciando Natanael e Jorge Gonzaga. Igualmente estes últimos são culpados por, ao terem conhecimento do conteúdo do panfleto, assentirem na sua divulgação. E referindo à autoridade eclesiástica local, reprendem:

Assim sendo a atitude do Sr. Bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes fazendo distribuir a sua entrevista por meio de manifesto que mandara imprimir como se vê, (...) traduziu por certo sua intenção de provocar uma animosidade entre sua Diocese (...) e o Exército, em particular a Guarnição Militar local, ou seja, o 1º BIB.

Os quatro jovens são então considerados culpados de crime contra a Lei de Segurança Nacional.

Considerações Finais

Este caso nos ajuda a refletir sobre os avanços das atitudes autoritárias que a linha-dura estava defendendo e conseguindo implementar neste momento. Outrossim, mesmo diante do choque de autoridades, existia um princípio de respeito para com a Igreja católica e seus representantes, que inclusive os militares mais radicais precisavam admitir. Na década de 1970, os desentendimentos e embates entre Igreja e Estado se tornariam mais recorrentes, contudo, nesta conjuntura, as situações de tensão buscavam serem resolvidas na maioria das vezes pela via da negociação e do diálogo.

Perceber tanto as Forças Armadas como a própria instituição católica como espaços de múltiplas cores ideológicas e posturas políticas é fundamental para compreendermos as relações estabelecidas entre o bispo e os representantes do Estado e o bispo e os trabalhadores. Sendo assim, enquanto outros setores católicos estavam compondo com as políticas militares e lhes fornecendo todo o arcabouço em favor da restauração ou preservação da ordem, essa rede de religiosos aqui referida, das quais D. Waldyr é um exemplo,

colocava-se já neste momento contrária às posturas de perseguição e repressão que se multiplicavam pelo país.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992.

CNBB. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Vozes, 1968.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-50, 2004.

FILHO, João Roberto Martins (org.). *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Uberlândia: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

LANGLOIS, José Miguel Ibañez. *Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Rei dos Livros, 1989.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil-1916-1985*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja Contra Estado – Uma Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTANA, M. A. “Da plenitude ao vazio na Cidade do Aço: memórias dos movimentos sociais em Volta Redonda (1980/1990)”. In: *Revista de História Oral* (RJ), v. 9 2006, 2007.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth; PANDOLFI, Dulce P. e COSTA, Celia Maria L. (orgs.). *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NOTAS SOBRE O DESLOCAMENTO INTELECTUAL DE PAULO FRANCIS

Alexandre Blankl Batista¹

A problemática em torno da guinada ao conservadorismo é um fenômeno que não é apenas pertinente a Paulo Francis, mas a toda uma geração identificada com o trotskismo, ou com o espectro político alinhado à esquerda socialista, e que depois radicalizou sua crítica ao socialismo alinhando-se ao centro ou à direita liberal. Neste texto, privilegiamos alguns dados e particularidades da trajetória intelectual de Francis, além de certos elementos históricos contextuais que julgamos importantes das décadas de 1960 e 1970. Para cobrir alguns aspectos da fase intelectual trotskista de Francis, apresentaremos dados relevantes de sua biografia, alguns excertos de suas colunas no jornal *Última Hora*, tentando perceber suas posições e identificações com o socialismo e sua *práxis*, assim como o teor de orientação de seu trotskismo. Antes disso, procuraremos levantar algumas questões sobre o fenômeno que alguns intelectuais vêm denominando de “crise ideológica” da esquerda.

É importante frisar que não consideramos como “esquerda” os atores e organizações que não têm em seu horizonte uma identificação com o socialismo. As disputas dentro da esquerda pautam as divisões identitárias dos adeptos e simpatizantes do socialismo. No Brasil, os frequentes e históricos debates de como se deveria gerir o Estado e de qual era o caráter da Revolução Brasileira, passando pelas contradições dentro do embate ideológico de como chegar ao poder, traçam um pequeno apanhado dessas disputas. Esse fenômeno, que vem caracterizando o espectro de esquerda, é também apontado, por alguns, como parte da explicação que envolve o quadro de “crise ideológica”, especialmente a partir da segunda metade do século XX, vivenciada pelo socialismo.

Em termos históricos recentes, é inegável que o final dos anos 1960 inaugure uma época de mudanças nos costumes e na cultura social que afeta diretamente as identidades pessoais e coletivas. As identidades ideológicas também passam por uma releitura a partir de então, em um processo que está ainda em curso e

¹Doutorando do PPG em História da UFRGS.

que é difícil prever seus futuros contornos. A década de 1990 também é lembrada como um marco referente à quebra dos paradigmas e, precipitadamente, como a época do suposto “fim das ideologias”. Contudo, a crise das identidades de esquerda não significa a extinção da esquerda e o fim de qualquer possibilidade de projetos de sociedade socialista. Além disso, a extensão desta crise, às vezes, é insuficientemente examinada, frequentemente distorcida e, em suma, mal interpretada.

Quando começa a chamada crise ideológica?

Há um senso comum que identifica a crise das esquerdas durante o processo que acarretou a queda do muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética logo em seguida. Porém, muitos intelectuais concordam que a crise em torno de uma identificação com a esquerda socialista vem de muito antes. Certos autores têm identificado não um, mas diversos momentos de crise, os quais possuem um significado mais complexo do que, simplesmente, uma falência, ou esgotamento, das ideias e experiências de esquerda que teriam seu desfecho no final da década de 1980 e início de 1990².

Essa crise de identidade das esquerdas é oriunda de antes da “queda do muro”, começando talvez com a crítica à burocratização do bloco soviético, seguido da denúncia aos crimes de Stalin, ou à identificação de uma “nova esquerda” que se expressou mais nitidamente após 1968, condenando o modelo soviético, e simpatizante das novas opções revolucionárias relacionadas às revoluções chinesa e cubana.

A questão de uma identidade de esquerda também pode ficar à mercê de outras variáveis. No Brasil, por exemplo, acreditamos que o processo contextual que envolveu a Ditadura-Civil Militar e os não simpatizantes àquele regime, naquele contexto, pode dificultar mais ainda a visualização dos adeptos à identidade de uma esquerda vinculada ao ideário marxista. Quem se posicionava, efetivamente, contra a Ditadura, ou exercia alguma forma de resistência a ela, não necessariamente se identificava com a esquerda socialista. Um estudo mais cuidadoso pode concluir que, em alguns casos, talvez não

²Ver Robin Blackburn, Eric Hobsbawm, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, entre outros, na coletânea *O Mundo depois da Queda*: SADER, Emir (Org.). *O Mundo Depois da Queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

houvesse viradas ideológicas, mas tão somente a continuidade de uma posição antes já assumida.

Ainda há o caso das várias identidades dentro da própria esquerda. Os PCs, naturalmente alinhados ao *Komintern*, tinham uma postura menos indistinta em termos da prática política. No Brasil, os adeptos do Partido Comunista, a partir da década de 1920, seguiam uma política orientada pela Terceira Internacional, frequentemente comunicando os passos a serem dados e reordenando esses mesmos passos segundo o diálogo com Moscou. Paulo Francis, não raras vezes, comentava que não tinha identificação com o *Komintern*, justamente por considerar-se trotskista.

Aliás, quando a análise de uma identificação com a esquerda socialista passa a considerar o trotskismo, a situação torna-se um tanto nebulosa. O trotskismo foi um movimento pouco organizado. A Quarta Internacional, movimento internacionalista que tentou reorganizar os trabalhadores e o próprio socialismo, negando as iniciativas da Terceira Internacional, foi organizada por Trotski em 1938. No entanto, suas organizações foram bastante perseguidas pelo próprio stalinismo e, em muitos casos, agrupavam poucos militantes.

O trotskismo de Francis

O biógrafo mais recente de Paulo Francis, o jornalista Paulo Eduardo Nogueira, argumenta que Francis escrevia sobre a década de 1950 dizendo que “os trotskistas não formavam partidos”. Isso seria um desconhecimento de Francis sobre as organizações trotskistas, pois nunca tomou conhecimento do Partido Socialista Revolucionário (PSR), existente desde 1948, representante oficial da Quarta Internacional no Brasil. Em 1952 o PSR foi dissolvido e, em seu lugar, formara-se o Partido Operário Revolucionário³. Tais agremiações, contudo tiveram poucos membros e pouca atividade visando maior mobilização.

Mesmo quando Francis esteve em Nova Iorque, estudando teatro com Eric Bentley, ocasião em que também teria entrado em contato com o marxismo, não tomou conhecimento, contudo, da existência do *Socialist Workers Party* (SWP), com sede naquela

³NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, Polemista Profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 98.

cidade e vínculo com a Quarta Internacional. Em suma, Francis sempre disse ter se orientado pelas ideias trotskistas, mas não foi um militante, além de que, ao que parece, ter tido, desde cedo, repulsa pelo engajamento partidário. É certo também que a identificação com o trotskismo, com orientação pouco organizada, tirava o peso e isentava da responsabilidade a militância mais engajada e afastava os diversos intelectuais no Brasil que se diziam trotskistas de uma ortodoxia como havia no PCB, por exemplo.

É relevante pensarmos também a sociabilidade vivenciada por Francis no contexto político-social brasileiro na década de 1960. Os amigos íntimos de Francis, na época da *Tribuna* e de *O Pasquim*, como observa Nogueira, eram pessoas como Ênio Silveira, Millôr Fernandes, Ivan Lessa, Carlos Heitor Cony, e Flávio Rangel, ao passo que desprezava personalidades como Roberto Campos e Roberto Marinho⁴. Na medida em que sua ascensão social se consolidava e a abertura política no Brasil vinha à tona, seu conservadorismo ideológico ganhava força, crescendo também sua simpatia pelos desafetos, como Roberto Marinho, a quem, na década de 1980, passaria a ser seu patrão. Aos poucos, passava a conviver mais com um círculo de homens ricos, conservadores e próximos do poder, como políticos, banqueiros e grandes empresários.

Um fator que não deve ser colocado em segundo plano foi a concessão de uma bolsa, dada a Francis pela *Fundação Ford*, em 1971. A maior parte de seu sustento fora do Brasil, inicialmente, foi devido a essa renda. Segundo consta na biografia de Francis que está no sítio da *internet da Rede Globo de Televisão*, tal bolsa teria sido intermediada por Fernando Gasparian que, na época, lecionava em Oxford⁵. Gasparian tornou-se conhecido por criar o semanário de oposição *Opinião*, em 1972, e dirigido a editora *Paz e Terra*, a partir de 1973. Pouco antes da concessão desta bolsa e de sua ida para Nova Iorque, Francis havia sido recém liberto de sua segunda prisão junto com os editores do *Pasquim*. A bolsa da *Fundação Ford* era de U\$ 700 mensais, conforme conta, em entrevista recente, Hélio Fernandes, na época, editor da *Tribuna da Imprensa*:

Quando os onze de O Pasquim foram presos, e quando foram

⁴*Idem*.

⁵Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYP0-5271-265393,00.html>, acessado em 13 de julho de 2011.

soltos, em 1971, o Paulo Francis me procurou na Tribuna e me disse “Hélio, eu não agüento mais, já fui preso duas vezes e não agüento mais” (...). Então, o Paulo Francis me disse “eu quero morar nos Estados Unidos, eu tenho setecentos dólares da Fundação Ford, mas setecentos dólares não chegam. Eu quero mandar um artigo diário para a Tribuna”. Aí eu disse a ele “Paulo, o artigo não me interessa de jeito nenhum. Se você quiser mandar uma matéria nos moldes da minha coluna, aí está ótimo”. Ele concordou “ah!, eu mando, mando sim!”. Bom, então combinamos que pagaríamos a ele trezentos dólares mensais, o que completava os mil dólares que eram suficientes para ele viver lá inicialmente⁶.

Com os setecentos dólares ganhos da *Fundação Ford*, somados aos trezentos dólares pagos pelos seus trabalhos à *Tribuna*, sem contar com suas colaborações a outros periódicos, Paulo Francis pôde sustentar-se em Nova Iorque, cumprindo uma espécie de “exílio voluntário”. A *Fundação Ford*, junto com outras instituições estadunidenses, naquela época, auxiliava na edificação das políticas econômicas e culturais, apregoadas por iniciativa dos EUA, para a América Latina. A divulgação do auxílio desta instituição era anunciada segundo a preocupação de cooperar para o desenvolvimento da cultura e da tecnologia dos países latinoamericanos. Porém, sabe-se que, atrás destas supostas boas intenções, havia desde, pelo menos, a década de 1960 os interesses políticos estratégicos dos EUA para fomento de um consenso industrial por meio da “formação técnica” dos intelectuais locais, atuando também junto às instituições de pesquisa e de formação superior.

As pesquisas sobre a *Fundação Ford* e sua relação com intelectuais e instituições de pesquisa brasileiras estão em fase muito incipiente, mas já é paupável que a sua atuação tem vínculos evidentes com os interesses geopolíticos e estratégias político-culturais estadunidenses para o país e para a América Latina. Acreditamos que valha a pena pesquisar o caso de intelectuais como Jorge Amado, que logo após receber incentivos desta fundação, em meados da década de 1950, tenha abandonado a sua militância de

⁶ *Hélio Fernandes: nove décadas de jornalismo*, entrevista concedida ao jornalista Geovaldo Carvalho, em 7 de julho de 2009, disponível em: , acessado em 26 de julho de 2011.

esquerda, rompendo com o PCB. Por enquanto, estes casos são apontados, isoladamente, sem uma visão de conjunto sobre eles. Entretanto, pode ser sintomático o fato de que intelectuais como Paulo Francis e Jorge Amado terem aceitado estes incentivos indicar que suas aversões sobre organizações de cunho imperialistas tenham arrefecido.

O *Última Hora* e as colunas de Francis em 1963 e 1964

Além destes aspectos da biografia de Francis, é interessante relatar alguns elementos presentes em seu discurso para verificar seus pontos de vista e posições alinhadas com determinadas características identificadas com a esquerda socialista. Consultando o jornal *Última Hora*, podemos observar diversos aspectos da disputa ideológica, a partir do discurso de Paulo Francis, em meio ao acalorado debate sobre as ações do governo do ex-presidente João Goulart, durante o ano de 1963 e início de 1964⁷. O *Última Hora* havia sido criado por Wainer em 1951 e alinhava-se em prol da defesa do governo Getúlio Vargas. Após o suicídio de Vargas, o jornal continuou com postura política militante a favor do trabalhismo e, em especial entre 1962 a 1964, na maior parte do tempo, a favor do governo João Goulart.

Referente à sua identidade trotskista, e observando a efervescência política do período, Francis mostrava impaciência frente à “inabilidade” da esquerda no país para conciliar-se e articular-se de forma organizada:

Enquanto as esquerdas discutem (...) suas divergências, a direita explora o seu divisionismo, capitaliza a sua desagregação crescente do que aí está em matéria de governo, e compõe suas bases junto à opinião pública, pois esta em sua maioria não raciocina em termos ideais, mas de necessidades imediatas^{7,8}.

No discurso de Francis, aqui em setembro de 1963, observa-se uma característica já mencionada em estudos acadêmicos sobre seu percurso intelectual, o pragmatismo. Até a época do golpe, o

⁷No *Última Hora* Francis foi editorialista e colunista político entre 1961 e 1964.

⁸*Última Hora*, 4/9/1963.

colunista insiste que, para se conseguir conquistar a opinião pública, a esquerda deveria conter seu excesso de formulação ideológica. Certa vez afirmou que “é inútil discutir. O palavrorio oco durará pouco. Em breve, será compulsoriamente substituído pela ação”⁹. Acompanhando a coluna, na semana seguinte, explica que essa ação poderia ser revolucionária, mas deixa claro que essa opção não precisaria da parceria com Jango: “Se seu propósito [das esquerdas] é tentar a revolução, que implicaria reformular completamente a sociedade brasileira, não há por que perder tempo em anunciar sua atitude em face de Goulart”¹⁰.

As atitudes do governo Goulart eram sistematicamente criticadas por Francis. Uma das iniciativas mais combatidas foi a decisão sobre o fim da CPI que investigava as ações do IBAD. Paulo Francis argumentava que o golpe estava próximo, de direita ou de esquerda, sem outras alternativas. Por esta razão, defendia que o Governo Goulart deveria radicalizar a sua postura e ficar ao lado das classes populares.

Embora pregasse abertamente a solução golpista em seus textos do *Última Hora*, de 1963, não descartava a via eleitoral. Na verdade, não acreditava que haveria eleições. Mesmo assim, a partir de 1964, menciona que a solução eleitoral poderia ser bem-vinda caso houvesse uma candidatura que reunisse os interesses das classes populares. Além disso, o tom de suas análises, a partir de então, eram mais conciliadoras, exceto pelo ataque contundente a Carlos Lacerda. As personalidades políticas elogiadas em seus textos ficavam a cargo de Miguel Arraes e Leonel Brizola.

Com o isolamento de Jango, inclusive deixado de lado pelo próprio partido, e impedido de se candidatar, o jornal *Última Hora* começa a apoiar uma possível candidatura de Arraes pelo PTB. O político pernambucano era a favor de fazer as reformas que Jango não queria fazer. As posições de Francis e, de modo geral, do *Última Hora*, assumiam a postura de tentar construir uma alternativa contra o bloco de direita, civil-empresarial militar que, de fato, preparou o golpe de 1964. A tentativa de defender João Goulart, flertar com Leonel Brizola e Miguel Arraes, demonstrava a intenção de Francis em compor um projeto alternativo às forças conservadoras do país. O

⁹ *Última Hora*, 10/10/1963.

¹⁰ *Última Hora*, 17/10/1963.

Última Hora tinha uma clara postura política de defesa do trabalhismo petebista, o qual era adjetivado de “esquerda” na época.

No entanto, a designação que, em nossa opinião, melhor expressa as políticas petebistas, naquele período, poderiam ser classificadas de “populismo” ou “trabalhismo”. Paulo Francis, em uma análise superficial, que carece ainda de pesquisa e comparações, tanto com seu discurso, quanto com seus dados biográficos, se alinhou ao bloco histórico populista na tentativa de construir uma alternativa política ao país (não socialista). Mesmo defendendo a radicalização da política de Goulart em vários momentos, pregando a necessidade de reformas estruturais no país, observam-se em suas colunas vários momentos de refluxo nas suas posições e um tom mais conciliatório do discurso, os quais podem ter sido mediados pela posição política de Samuel Wainer.

* *
*

Este texto se constituiu em um ensaio para tentar, mais tarde, tratar adequadamente o problema da “viragem ideológica” de Paulo Francis. Argumentamos anteriormente que há aspectos, em sua biografia e em seu discurso, os quais relativizam o trotskismo de Paulo Francis, pelo menos em uma perspectiva militante mais engajada. A identidade com a esquerda socialista pode ser constatada e, acreditamos, atestada, mais pelo seu discurso e menos pela sua atuação militante antes de 1964.

O trabalho de pesquisa, que está apenas começando a traçar as primeiras reflexões sobre tal problemática, terá a continuidade na análise das colunas de Francis no *Última Hora*, *O Pasquim*, *Tribuna da Imprensa* e *Folha de São Paulo*. Além disso, será relevante inserir o jornalista junto a um conjunto de outras personalidades, dentro do contexto de ex-trotskistas que também abandonaram a esquerda socialista a partir da década de 1950, no Brasil.

Neste momento, chamamos a atenção e aventamos alguns problemas que devem ser considerados, a exemplo do contexto da Ditadura Civil-Militar, como um aspecto de sociabilidade entre intelectuais, não necessariamente de esquerda, mas opositores à Ditadura; a atuação da *Fundação Ford* e sua relação com os incentivos estratégicos dados aos intelectuais e aos programas de formação técnica; a chamada “crise ideológica” da esquerda e suas

fases; certos elementos da biografia e do discurso (imediatamente pré-1964) de Paulo Francis, além de outros aspectos que devem ser mais bem aprofundados, os quais dizem respeito, também, ao contexto que abrange o período aqui estudado. Como estamos em início de trabalho, apenas indicamos aqui a necessidade de investigação e o fato de estarmos cientes da problemática fundamental, a saber, Paulo Francis e a Imprensa a ele vinculada, e as questões paralelas, ou seja, os desdobramentos que o mote de sua “virada ideológica” acarreta.

Bibliografia citada

NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, Polemista Profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

SADER, Emir (Org.). *O Mundo Depois da Queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Sítios na Internet

<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYP0-5271-265393,00.html>, acessado em 13 de julho de 2011.

Hélio Fernandes: nove décadas de jornalismo, entrevista concedida ao jornalista Geovaldo Carvalho, em 7 de julho de 2009, disponível em: http://www.blogdodgeovaldo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=2&bsb_midx=8, acessado em 26 de julho de 2011.

Fontes

Última Hora, SP/RJ/MG, edições de 1963.

IPOA (INTERNACIONAL PEACE OPERATION) E A ONU. A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POR MEIO DO JIPO (JOURNAL OF INTERNATIONAL PEACE OPERATIONS)

Alexandre Arienti Ramos¹

Qual a perspectiva apresentada no JIPO sobre a condição da ONU e atuação dos estados partícipes hoje

Um tema recorrente no JIPO é a atuação da ONU nas regiões de conflito. Neste tópico procuraremos perceber qual a perspectiva que a IPOA produz acerca da ONU.

Antes de tratarmos especificamente da leitura acerca da ONU, consideramos importante ressaltar que a ONU configura-se enquanto agente importantíssimo para o setor por três aspectos básicos. 1º a ONU figura como um cliente em potencial, por ser um agente constantemente envolvido em missões de, suposto, caráter humanitário e ter pessoal desdobrado em diversas regiões de conflito. 2º por ser um dos espaços onde se desenvolvem debates importantes para o setor, como propostas de regulamentação, e onde se produzem as práticas e normas de atuação que poderão ser definidoras para o futuro trato com as PMSCs². 3º a ONU possui internacionalmente um status de entidade “responsável”, assim, tê-la como cliente ajuda a amenizar a imagem negativa em torno das PMSCs, facilitando aceitação para muitos outros clientes em potencial. O raciocínio é algo como, “se a ONU contrata, qual o problema em nós contratarmos”.

Ao analisar a ONU, em diversas matérias, os autores do JIPO insistem constantemente na importância da organização. Para eles a atuação da ONU é importantíssima para a manutenção da paz e da estabilidade internacionais. Este elemento é somado ao grande apoio que a ONU confere ao desenvolvimento das políticas dos países desenvolvidos. O apoio da ONU às políticas dos países capitalistas desenvolvidos não é afirmado de forma velada, ao contrário, ele é explicitado na revista em diversos momentos, sendo feita inclusive a afirmação de que a ONU funciona como um instrumento da política

¹Graduando pela UNIOESTE, e bolsista de Iniciação Científica patrocinado pela Fundação Araucária. Orientador, Gilberto Grassi Calil.

²Companhias Militares e de Segurança Privada

externa estadunidense.

Durante a curta história da África pós-colonial, fica claro que a ONU tem sido um elemento fundamental na orientação do continente em direção ao caminho da estabilidade, desenvolvimento e eventual democracia. Fica, também, claro que a visão do Presidente Eisenhower para a política dos EUA para a África refletiu em uma boa análise dos interesses dos EUA. Na África, as Nações Unidas tem servido como um excelente instrumento da política dos EUA. (JIPO VOL. 2, Nº 3 - NOVEMBER-DECEMBER 2006)³

A afirmação da sujeição da ONU aos interesses das potências centrais não configura, porém, uma crítica. Este seria, sim, um dos predicados da entidade. Na citação a própria democracia, elemento central do discurso estadunidense, ocupa posição secundária em relação à estabilidade e ao desenvolvimento. Entretanto, fica vaga no texto a proposta de desenvolvimento, que sem dúvida, tendo em vista os atuais desdobramentos da política para o continente, é a da inserção da África no capitalismo internacional de modo subordinado às potências centrais do sistema.

A ONU, para a IPOA, faz muito bem quando intervêm em regiões de conflito e instabilidade defendendo os interesses do capital e em prol da “humanidade”. Porém, intervêm com força, frequência e eficiência muito aquém do desejado. As causas destes supostos problemas são múltiplas, segundo o JIPO, as veremos a seguir.

A principal causa apontada no JIPO é uma, e dela decorrem às demais. Segundo o jornal, a ONU está se tornando menos eficiente por um problema crônico de falta de pessoal. Esta falta de pessoal ocorre por dois pontos básicos.

1º a ONU não possui forças militares próprias.

Atualmente, a ferramenta da ONU para responder a situações de emergência são as forças de manutenção da paz. Estas são insuficientes por uma série de razões. O Secretário-Geral Kofi Annan, qualificou as forças de manutenção de paz da ONU como "o único corpo de bombeiros no mundo que tem

³Por questões de espaço optamos por apresentar os fragmentos do JIPO já traduzidos para o português. Para consulta aos originais, em inglês, acessar: http://web.peaceops.com/archives/category/journal_downloads

de adquirir um carro de bombeiros após o incêndio começar." No passado, as tropas da ONU levaram de 3 a 6 meses para chegar a um conflito. (JIPO VOL. 2, N° 3 - NOVEMBER-DECEMBER 2006)

O fato de a ONU não possuir uma força de pronto emprego faz com que, segundo o autor, os conflitos desenvolvam um grau de complexidade muito maior até que haja a intervenção, tornando-se de mais difícil solução.

2º os países “desenvolvidos” não fornecem forças suficientes para o número de missões necessárias. As consequências desta situação são, em primeiro plano, um número de missões de paz aquém do necessário e a retirada das missões existentes antes do prazo necessário para a completa estabilização da região, como é o exemplo da situação vivida na Etiópia e na Eritreia, tratada no JIPO de Fevereiro de 2008. Aqui a ONU, segundo o JIPO, diminuí o efetivo quando este deveria ser aumentado. Isto se dá, na visão do autor, em decorrência de falta de pessoal. Mesma falta de pessoal que torna ineficiente a missão no Congo.

Este bem vindo interesse do Ocidente ajuda a conter a violência temporariamente, e sobretudo porque os países ocidentais tendem a ter os militares mais capazes. Mas os números muitas vezes magros e a participação limitada destas nações ocidentais na RDC, infelizmente, pouco faz para alterar fundamentalmente o brutal conflito do país. Grupos humanitários solicitam mais tropas e um mandato mais forte, mas enfrentam o espantoso problema de hoje, a falta de soldados ocidentais na manutenção da paz. Mandatos mais fortes fazem os estados menos dispostos a contribuir com tropas. (JIPO VOL. 4, N° 4 - January-February 2009)

A debandada de pessoal “ocidental” no que tange às operações de paz propicia um problema secundário que complica ainda a posição da ONU. Como resposta à falta de pessoal e em face da crescente necessidade de missões de paz, a ONU tem utilizado forças de “países em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos”. Este uso traz complexas questões operacionais, logísticas e éticas⁴.

⁴Procuramos manter as afirmações o mais próximo as utilizados pelo JIPO no original. Isto, no entanto, não significa que compactuemos, em qualquer nível, com estas interpretações.

Operacionalmente, segundo a IPOA, as forças de países “subdesenvolvidos” são menos qualificadas e mais propensas a falhas operacionais ou mesmo a abusos éticos. O resultado é uma operação ineficiente. A questão logística envolve a baixa qualidade do armamento, o despreparo em ações complexas de nível OTAN ou ONU e a falta de veículos básicos como caminhões, blindados e helicópteros.

Nos últimos anos, as nações industrializadas têm optado por reduzir a sua participação em operações de paz em favor de apoiar financeiramente as contribuições de tropas pelos países em desenvolvimento. (...) A falta de participação de tropas por parte das nações desenvolvidas deixou um vazio no nível de eficiência em missões de paz. As tropas dos países contribuintes, muitas vezes não têm recursos para oferecer uma formação adequada, os equipamentos e apoio logístico para manter as missões de longo prazo. (JIPO VOL. 2, N° 3 - NOVEMBER-DECEMBER 2006)

Em suma, percebemos que a IPOA, através do JIPO, produz uma leitura segundo a qual a ONU atua em estreita relação com as potências centrais do capitalismo. No entanto, a modalidade do apoio destas nações têm se modificado, passando a ser cada vez mais através de recursos financeiros e menos no que diz respeito à pessoal. Este contexto coloca a ONU em uma situação complicada. Para manter a sua atuação ela precisa buscar novos agentes dispostos a participar com tropas e equipamento, porém, as únicas nações dispostas a isso têm sido encontradas entre os Estados periféricos do sistema, o que gera complicadores como questões éticas e a perda da qualidade das missões, em decorrência do despreparo destes militares.

Qual o projeto de ONU defendido e qual o espaço ocupado pelas PMSCs dentro deste projeto

Antes de analisar o projeto defendido pela IPOA consideramos importante fazer uma ressalva. O discurso da IPOA não é de simples privatização dos serviços das forças de paz. Tal discurso seria de uma explicitude impraticável. A associação defende uma atuação agressiva da ONU e o fortalecimento desta pautado em,

pelo menos, três elementos. Maior apoio de nações desenvolvidas à ONU; manutenção, pela ONU, de um quadro de militares permanentes para pronto emprego; uso intensivo de pessoal contratado para preencher as lacunas presentes, segundo a associação, nas operações de paz.

O primeiro canal de fortalecimento da ONU defendido pela IPOA é a participação mais ativa de estados centrais dentro do sistema capitalista. Esta participação deve se dar por dois meios básicos, financiamento e, principalmente, pessoal. Porém, a questão do pequeno contingente disponível, seja por pressões materiais ou políticas, tem feito com que estas nações atuem mais financeiramente que por meio de pessoal. Ao atuarem financeiramente forcem a ONU, para a IPOA, a utilizar tropas de países periféricos, com todos os complicadores envolvidos que observamos antes. O apoio com pessoal, num primeiro momento, mostra-se contrário aos interesses das PMSCs. Entretanto, numa leitura mais detida, mostra-se favorável ao setor. As PMSCs não atuam apenas como pessoal armado, mas também como força de apoio. Se a ONU tiver mais tropas poderá realizar mais intervenções, e com mais intervenções precisará de mais pessoal e serviços logísticos que, dada a carência de pessoal disponível, será certamente realizado por empresas contratadas. A outra possibilidade, aporte de recursos financeiros, beneficia de modo mais explícito o setor, pois certamente é destes recursos que poderão sair os pagamentos a possíveis contratos futuros.

O segundo elemento que possibilitaria o fortalecimento da ONU, no projeto desenvolvido pela IPOA, é o da manutenção pela ONU de uma força militar de pronto emprego.

A comunidade internacional precisa de uma nova ferramenta em sua caixa de ferramentas para preencher a lacuna entre a necessidade e capacidade, algo que um Serviço de Paz de Emergência das Nações Unidas (UNEPS) poderia fornecer. É visto como uma unidade forte de militares, policiais civis, juristas, profissionais de vários países que estariam voluntariamente empregados pela ONU, cerca de doze a dezoito mil pessoas. Esta força seria cuidadosamente selecionada, habilmente treinada e coerentemente organizada, por isso não seria um fracasso devido à falta de habilidades, equipamentos, experiência na resolução de

conflitos, ou de gênero, nacionais, ou desequilíbrio religioso. UNEPS operaria a partir de uma base da ONU permanente e poderia implantar uma sede de campo móvel dentro de 48 horas depois de uma autorização do Conselho de Segurança. (JIPO VOL. 2, N° 3 - November-December 2006 p.07)

Não ha dúvidas de que a manutenção de tal força permanente pela ONU facilitaria e iria diminuir o tempo necessário para organizar intervenções. Entretanto, são tais resultados desejáveis? A capacidade de a ONU reagir tão prontamente, 48 horas, a uma solicitação do conselho de segurança da ONU não facilitaria a prática de realizar intervenções apressadas, sem a devida reflexão e arbitrárias. Intervir em tão curto espaço de tempo não seria tão irresponsável quanto rápido? Sou da opinião de que sim, as intervenções da ONU não devem ser apressadas e irrefletidas, sob pena desta se converter ainda mais em instrumento da política imperialista das potências centrais do sistema. Uma questão de que a matéria citada acima não trata é a de quem promoveria o recrutamento, o treinamento, os serviços de logística e manutenção destas tropas tanto quando estiverem em campo quanto quando estiverem estacionadas em seu quartel. A ONU não dispõe de aparato suficiente para a realização desta tarefa, a solução que rapidamente vêm à mente é a contratação de pessoal privado para estes trabalhos. O resultado final, em nossa ótica, seria a formação de um exército privado de capacetes azuis, tropas mercenárias operando sob a bandeira e com recursos financeiros da ONU. Se uma força de 17 mil homens parece pequena em um primeiro olhar, uma análise em termos financeiros muda esta perspectiva, tal força é orçada na referida matéria em 2 bilhões de dólares para implantação e 1 bilhão anual para a manutenção.

O último elemento de que gostaríamos de tratar aqui é o da defesa do incremento do uso, pela ONU, de pessoal contratado. Este elemento, como já vimos, está presente implicitamente nas duas questões anteriores. Assim, não se trata de uma solução isolada, mas da construção pela IPOA de um projeto em que todos estes elementos estão intrinsecamente relacionados. As duas questões anteriores preparam o cenário para a execução desta que seria a proposta central favorecendo os interesses do setor, a ONU deve ter contratados privados.

A questão do uso de contratados pela ONU não é uma exceção nas matérias do JIPO, mas uma regra. Em cada matéria que se fala da ONU há pelo menos uma menção à contribuição que o setor das PMSCs está dando ou poderia dar à entidade. Uma das matérias mais provocativas tratando especialmente deste tema se intitula “Por que as Nações Unidas Necessitam de Segurança Privada”. (JIPO VOL. 3, Nº 3 - November-December 2007 p.20)

Nesta matéria, a posição da IPOA começa a se tornar mais explícita. Não é discurso da associação apresentar o pessoal privado como a solução única, mas sim uma parte importante da mesma. Para que esta “solução” seja aplicável se faz necessária a reorganização das posições da ONU com relação à contratação de mercenários, este seria o primeiro passo necessário ao uso intensivo de pessoal privado pela entidade. A associação se propõe como parte neutra apta a agir em prol do bem comum e ao mesmo tempo ter lucro financeiro. A figura das PMSCs não é confundida com a de agentes estatais, mas posta como uma interessante contribuição à ONU feita pelo setor privado.

Outra matéria extremamente provocativa data de fevereiro de 2009. Esta matéria tem um peso enorme, pois é assinada pelo próprio presidente da associação, Doug Brooks.

Há outra solução. Um número de empresas com fins lucrativos, com anos de experiência em operações de paz têm demonstrado sua imensa capacidade nos ambientes desafiadores de Serra Leoa ao Iraque e do Afeganistão ao Sudão. Essas empresas trazem um nível significativo de profissionalismo e capacidade que poderia ajudar a preencher o vácuo na República Democrática do Congo. Nos últimos anos as operações de paz internacionais têm contado cada vez mais com o setor privado para fornecer serviços essenciais, com sucesso impressionante até agora. Companhias de aviação têm se demonstrado dispostas a enfrentar balas para apoiar forças de paz na África Ocidental, e empresas de logística têm prestado serviços extremamente eficazes, mesmo em meio ao caos generalizado.

A IPOA criou uma iniciativa em 2003 que ofereceu um pacote abrangente para auxiliar na manutenção de paz pela ONU. Empresas privadas que operam sob e em apoio da estrutura da ONU trariam os meios e motivação para cumprir o mandato completo, oferecendo serviços essenciais para preencher as

lacunas nas capacidades da unidade do Congo(...). Os críticos do conceito se preocupam com o precedente de usar empresas privadas armadas para tarefas tradicionalmente reservadas aos exércitos nacionais. No entanto, as próprias Nações Unidas contratam segurança privada armada para proteger seus armazéns e escritórios. À luz da carnificina contínua, muitos se perguntam por que as empresas similares não são permitidas para proteger as pessoas também. O status quo na RDC nos anos desde que a IPOA apresentou este conceito em 2003 continuou a ser uma sentença de morte para milhões. (JIPO VOL. 4, Nº 4 - January-February 2009 p.20-21)

Neste texto de Doug Brooks está clara a proposta da contratação pela ONU de pessoal privado de segurança. Brooks se esforça por abordar a questão de modo a dividir os leitores fundamentalmente em dois grupos. Aqueles que estão preocupados em primeiro lugar com a vida das pessoas envolvidas no conflito e por isso estão dispostos a mover qualquer força possível para protegê-las, este grupo se mostra favorável ao uso de contratados. O outro grupo preocupa-se com questões morais, éticas e teóricas antes da vida humana. Esta divisão feita por Brooks é artificial e falaciosa. Não leva em consideração que um dos grandes incentivos ao uso de contratados não é a defesa da vida humana, mas o lucro. Os resultados desta política podem ser nefastos, ao criar uma ONU ainda mais interventora, agressiva e agora armada com pessoal de responsabilidade e princípios ainda mais duvidosos. O uso de contratados aqui pode causar para o futuro tantos problemas ou mais do que compensaria a suposta, apregoada mais inverificável, solução do problema imediato.

Em resumo percebemos que a IPOA tem um projeto claro de ONU. Sua posição gira em torno de três aspectos, que dissimulam o real teor da proposta. Incremento da participação das potências centrais do capitalismo, por meio de pessoal e aporte de recursos financeiros, manutenção pela ONU de uma força permanente de pronto emprego, e o incremento do uso de contratados pela ONU em suas intervenções. Juntamente com a suposta necessidade criada por sua análise das atuais fraquezas da ONU, a IPOA cria o produto solução para o problema. Este quase charlatanismo alquímico apregoa, com falsa modéstia, não ser a solução, mas parte da solução, quando na realidade vende um produto como o elixir que a todas as

doenças cura. A solução das supostas fraquezas da ONU, para a IPOA, se resume no uso de contratados. Os países centrais do capitalismo devem, na perspectiva da IPOA, pagar ao setor privado, através da ONU, para que este resolva seus problemas. Aqui a ONU é o verniz azul da legitimidade, tendo participação fundamental quanto à produção de consenso em torno das futuras ingerências.

Referências Bibliográficas

ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael C. *Securing the City: Private Security Companies and Non-State Authority in Global Governance* In: International Relations; Vol 21. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, SAGE. 2007.

_____. *Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics*; In: International Political Sociology (2009). Vol 3. International Studies Association. 2009.

BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. São Paulo, SP. ALAMEDA. 2008.

BYERS, Michael. *A Lei da Guerra: Direito Internacional e Conflito Armado*. Rio de Janeiro. Record. 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2002.

JOURNAL OF INTERNATIONAL PEACE OPERATIONS. Washington: International Peace Operations Association, 2006-2009.

LATHAM Jr, William C. *Não é Minha Função: Terceirização e Profissionalismo no Exército dos EUA* In: Military Review, Julho-Agosto 2009.

LIMA, Luíz. *Estudos de Direito Internacional Privado*. Coimbra, Portugal. Almedina. 2006.

RAMOS, Alexandre A. *Os Estados Unidos e o fomento ao mercenarismo (2001-2009)* In: História e Luta de Classes, nº 11, ano 7, 2011, p.44.

SCAHILL, Jeremy. *Blackwater: A Ascensão do Exército Mercenário Mais Poderoso do Mundo*. São Paulo, SP. Companhia das Letras. 2008.

VIEGAS, Carlos Eduardo M. *A Profissão Militar E As Mudanças Na Guerra: Devem Os Militares Combater O Crime Urbano?* In: Revista Olhar- Ano 04 – No 7 - Jan-Jun / 03. 2003.

O PROJETO “A CONQUISTA DE DIREITOS TRABALHISTAS: JUSTIÇA DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL DE 1958 A 1964”: APRESENTAÇÃO DOS PRIMEIROS RESULTADOS

Alisson Droppa¹

O projeto “**A conquista de direitos trabalhistas: Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul de 1958 a 1964**” desenvolvido no âmbito do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor Fernando Teixeira da Silva, tem como objetivo entender o funcionamento da Justiça do Trabalho em relação aos processos coletivos² ajuizados perante o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região-TRT4³. O estudo busca especificamente investigar o poder normativo da Justiça do Trabalho nas ações coletivas⁴ encaminhadas

¹Doutorando em História Social pela UNICAMP bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP.

²No processo coletivo são interpretados, julgados ou criados Direitos específicos e abstratos de uma determinada categoria de trabalhadores. Nesse tipo de processo não há individualização da sentença em casos concretos. O objeto é amplo e repercute a todos os trabalhadores as categorias litigantes. Consultar: BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Tratado de Direito Judiciário do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1977, p.158-164.

³O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região/TRT4 tem sua origem no CRT da 4ª região, instalado oficialmente em 01 de maio de 1941 à rua General Câmara nº261 em Porto Alegre, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A sua estrutura inicial do Tribunal foi bastante modesta, composta do Tribunal mais duas Juntas de Conciliação também situadas em Porto Alegre. Para um histórico mais aprofundado da criação a ampliação do TRT4 consultar: FILHO, João Ghislén; PASIN, Luís Fernando Matte. *A Justiça do Trabalho na 4ª Região: alguns dados históricos dos seus 70 anos*. Porto Alegre: HS Editora, 2011, p.58-84.

⁴Uma das vias de acesso à história da Justiça do Trabalho e à da luta dos trabalhadores pela efetivação de direitos, são as reclamações apresentadas perante os Tribunais do Trabalho. Essas fontes, esses documentos, contam a história das lutas sociais brasileiras e da construção do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil. Muitos desses processos foram eliminados. Os poucos que sobraram compõem acervos de inegável valor histórico e têm sido fontes primárias relevantes para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, o texto do historiador Fernando Teixeira da Silva, *Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho* recorre à importância dos processos trabalhistas como fonte para história. Corroborar a possibilidade de

no período de 1958 a 1964 por sindicatos dos empregados e patrões de Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

No presente momento foram coletadas informações em relação aos processos ajuizados no período de 1958 a 1960, totalizando 118 reclamações coletivas, com as seguintes características: 24 dissídios, 43 revisões de dissídios e 51 homologações de acordos coletivos; todos eles são de cunho econômico, avançando com certa cautela em relação à questão da efetivação de Direitos. Em relação às formas de encaminhamentos dos processos, foram constatadas as seguintes características: como primeiro passo, o sindicato dos trabalhadores convocava uma assembléia geral, tendo como assunto de pauta as reivindicações e como elas seriam encaminhadas aos patrões. Esta assembléia deveria ser convocada por meio de um Edital publicado na sede do Sindicato e em um jornal de grande circulação local.

Após a convocação da Assembléia e da autorização para continuação do tramite, a diretoria do Sindicato, entrava em contato com a empresa ou com o Sindicato patronal. Os sindicatos patronais eram em número reduzido no período pesquisado, por exemplo, somente 46 dos 118 processos já coletados houve a citação desse tipo de instituição, sendo a maior parte das discussões travadas entre Sindicatos dos Trabalhadores e Empresas. Não havendo um acordo nessa etapa, ambas as partes poderiam acionar a Delegacia Regional do Trabalho/DRT, órgão de caráter administrativo ligado ao Ministério do Trabalho. Na DRT o reclamante entregava uma petição⁵, constando a qualificação civil do reclamante e reclamado, as solicitações e o embasamento jurídico do tramite do processo.

Na DRT havia uma comissão composta seis pessoas, no caso de Porto Alegre as seguinte pessoas compunham a comissão: pelo

pesquisar a história do trabalho ou das instituições relacionadas aos trabalhadores por meio de autos trabalhistas, que contêm, além de informações sobre as lutas coletivas e individuais, aspectos da própria história da instituição na qual foram ajuizados.

⁵Uma petição inicial, também pode ser chamada como peça jurídica de ingresso dentre outras denominações, é o ato jurídico processual mais importante praticado pela parte autora dentro do processo, pois determina o que está sendo reclamado perante a Justiça. Ou seja, em um ato jurídico perfeito a Justiça somente poderá se posicionar em relação ao que lhe foi solicitado. Consultar: BARROS, Leonardo de. **Petição Inicial. Revista Jus Navigandi**. Ano 1, N.1, 2003. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/4261/peticao-inicial>. Acesso 15 de junho de 2011.

presidente, Dr. João Zuchetto Sobrinho, um secretário, Dionísio Arza Filho, pelos membros, Luiz Assumpção, Edgar Von Brixner e ainda por um membro de cada classe. Nesta fase, as partes eram convocadas para uma reunião e a comissão busca a concretização de acordo. No caso das partes não chegarem a um consenso, havia a convocação de uma nova reunião, onde a Comissão de Dissídios Coletivos da DRT propunha um acordo fundamentado nos fatos apresentados. Neste momento, sendo aceito o acordo, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT⁶, o processo era homologado e arquivado na própria delegacia. Ocorre que em todos os processos pesquisados, em que houve acordo o tramite foi diferenciado, sendo encaminhados há uma nova homologação do Tribunal Regional do Trabalho/TRT4⁷.

A composição dos julgadores do TRT4 no período teve modificações consideráveis, no ano de 1958 o TRT4 era composto de 8 desembargadores⁸: pelo presidente Dilermando Xavier Pôrto, Jorge Surreaux, Fernando Pantoja, Rubem Soares, Carlos Alberto Barata

⁶Segundo Magda Barros Biavaschi a CLT é originada na interpretação das decisões e na legislação anterior a sua publicação, que por sua vez estão relacionados a um longo caminho, repleto de avanços e retrocessos, desde a revolução industrial até a criação dos mecanismos de proteção ao trabalhador e ao trabalho. Consultar: BARROS, Magda Biavaschi. *O Direito do Trabalho no Brasil, 1930-1942. A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. SANTOS, Aloysio (Org.). *A consolidação das leis do trabalho histórica*. Rio de Janeiro: SENAI, SESI, 1993 (Série Cinquentenário da CLT).

⁷Não encontrei nenhum questionamento legal sobre essa forma de encaminhamento, que não tinha previsão legal. Na entrevista com o advogado Victor Nunes, esse afirmou que havia certa desconfiança em relação a DRT, que não tinha estrutura suficiente para garantir a execução do acordo, segundo o entrevistado na DRT faltava até mesmo papel para a realização dos despachos da comissão. Fernando Teixeira da Silva no âmbito do projeto "Trabalhadores no Brasil: Identidades, Direitos e Política (séculos XVII a XX) descobriu um conjunto de processos questionando a competência da Justiça do Trabalho em relação a esse tipo de homologação, nesse casos parece que a Justiça do Trabalho ganhou a queda de braço. Cabe frisar que posteriormente houve uma nova modificação nesse tramite e os acordos extra judiciais deixaram de ser encaminhados a Justiça do Trabalho, apenas sendo depositados na DRT.

⁸A Constituição de 1946 determinou que os juízes pertencentes aos Tribunais tivessem o título de desembargadores, mas em algum momento da história da Justiça do Trabalho houve uma mudança e os mesmos passaram a ser denominados apenas de juízes. Recentemente o Conselho Nacional de Justiça restituiu a referida titulação aos julgadores de segundo grau da Justiça do Trabalho. Essa situação será melhor investigada no andamento do projeto.

Silva, Nicolau Pires e pelos classistas Sebastião M. da Silva e Eury Vieira. No ano de 1958 passou a contar com 13 desembargadores, acrescentando-se os seguintes nomes: Mozart V. Russomano, Bruno Sanvicente, Dioclécio P. da Silva, Raul Pires e Dioclécio P. da Silva. E por fim, em 1960 passou a contar com 18 juízes, acrescentando-se os seguintes nomes: José Pinós Pereira, Paulo Bezerra (classista), Túben Soares, Paulo Dohms e Ivés Pacheco.

A maioria absoluta dos pedidos de homologação de acordos encaminhados ao TRT4 eram avaliados como legais, e chancelados pela Justiça do Trabalho, com exceção das cláusulas que tratavam de contribuições assistenciais. Essas cláusulas eram questionadas principalmente pelos desembargadores Carlos Alberto Barata Silva e Mozart Russomano, com a principal argumentação que o imposto sindical já cobria as necessidades assistenciais, podendo ainda o Sindicato cobrar uma taxa/mensal dos trabalhadores sindicalizados. A homologação do acordo imprimia ao contrato celebrado a força da lei, não podendo ser questionados pelas partes.

Na solução final dos pleitos jurídicos, 97 processos acabaram em acordo entre as partes, representando o equivalente a 82,20% do total, quatro acordos não foram homologados e 17 dissídios foram julgados como procedentes em parte. Ao buscar uma explicação para esses dados, percebemos a complexidade da situação: primeiro devemos considerar o fato de que o país passava por uma grave crise inflacionária⁹, que acabava corroendo o poder de compra dos trabalhadores, havendo a necessidade imediata de aumento de salários, mesmo que para isso fosse necessário chegar a um acordo judicial com certas perdas. Situação agravada ainda mais pelas possibilidades de recursos jurídicos na Justiça do Trabalho. Um sindicato que não entrasse em acordo com os empregadores, mesmo tendo uma resposta favorável do Tribunal, poderia esperar meses ou anos, para ter sua resposta confirmada no Tribunal Superior do Trabalho, além das incertezas constantes em relação a essa instância julgadora, que ao contrário da instância local (TRT), sofria uma maior

⁹São poucos os trabalhos que abordam o esse tema e principalmente o período. Consultar DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. 3ed, Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2010. Sobre o tema da luta dos trabalhadores por Direitos: PRIORI, Ângelo. **O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964**. Maringá: EDUEM, 1996.

pressão dos empregadores. Além de na maioria dos casos os Ministros buscarem soluções politicamente favoráveis ao Poder Executivo¹⁰.

Mas também havia outras formas de encaminhar os processos coletivos. Não havendo um acordo na DRT, os Sindicatos ou mesmo os patrões poderiam ajuizar um Dissídio perante o Tribunal. Neste caso, a parte interessada encaminhava uma petição direcionada ao presidente do Tribunal, no documento deveriam constar: a qualificação civil dos interessados, o histórico anterior do tramite¹¹, as reivindicações e uma proposta de acordo, isso tudo deveria ser fundamentado na legislação e jurisprudência vigente.

O ajuizamento de um dissídio coletivo era o caminho mais demorado e conflitoso. As partes não chegavam a um acordo e em muitas vezes nem conseguiam estabelecer um diálogo sobre o tema. É interessante notar que nestes processos a média foi de **80 dias** para apreciação dos processos pelo Tribunal, como mencionado um acordo era uma solução muito mais rápida. Mas havia outra possibilidade para tornar a Justiça mais rápida. O tramite de um dissídio coletivo foi regulamentado pela CLT em 1943, em 15 de Março de 1946 houve a edição do Decreto-lei nº 9.070, conhecido como a lei da greve¹². Mesmo tendo uma repercussão negativa no

¹⁰Realizei um levantamento dos processos envolvendo questões relacionadas aos aumentos do Salário Mínimo no período de 1952 a 1967, mesmo havendo diversas decisões favoráveis aos trabalhadores em instancias inferiores, no TST a questão acaba se direcionando para a postura adotada pelo poder Executivo, mesmo que isso acabe por acarretar prejuízos aos trabalhadores e mesmo a Justiça do Trabalho. Um exemplo interessante é o caso das Orientações Jurisprudenciais que a partir de 1967 passaram a considerar que todas as decisões do Poder Executivo via Atos Institucionais, ou fundamentadas nos mesmos, não poderiam ser julgadas pela Justiça do Trabalho.

¹¹Para o processo ser encaminhado para o Tribunal deveriam ter sido esgotadas todas as possibilidades de acordo, isso dizia a lei, mas na prática algumas vezes os processos eram analisados pelo TRT4 mesmo não havendo sido passado pela comissão de dissídios coletivos da DRT. Mas também verifiquei que em alguns processos o tribunal extinguiu o julgamento sem exame de seu conteúdo por ter sido encaminhado primeiro para corte, ou seja, sem ter havido a tentativa de um acordo extra judicial. Essas situações também serão aprofundadas no decorrer da pesquisa.

¹²Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126565/decreto-lei-9070-46>. O referido Decreto-lei ficou conhecido como a lei da greve que na prática regulamentava o exercício do Direito de paralisação dos trabalhadores. Muitas foram as críticas em relação a essa lei, considerada como cerceadora da possibilidade de greve pois, impunha a necessidade de um tramite jurídico para a mesma ser considerada legal.

meio Sindical¹³, pois adicionava a necessidade de um certo trâmite jurídico para a decretação da legalidade da Greve, mas na prática a lei possibilitou a criação de um trâmite mais rápido para o julgamento e na execução dos processos.

Conforme Victor Nunes, nas assembléias dos sindicatos sempre se buscava a autorização para o ajuizamento de Dissídios com fundamento no Decreto-lei 9070/46, mesmo que a categoria não quisesse entrar em greve, buscasse autorizar o trâmite na referida lei¹⁴.

Na prática o que o setor jurídico buscava era a utilização de dois artigos do Decreto-lei nº9070/46:

Art. 7º Não havendo conciliação dentro de 10 dias e pertencendo os dissidentes ao grupo de atividades fundamentais, **será o processo remetido nas 24 horas seguintes ao Tribunal competente**, que deverá decidir dentro de 20 dias úteis, contados da data da entrada do processo na sua secretaria.

Art. 12. Os recursos cabíveis dos julgamentos proferidos por Tribunais do Trabalho, em dissídio coletivo, **não terão efeito suspensivo** e deverão ser julgados dentro de 30 dias de sua apresentação ao Tribunal ad-quem. **O provimento do recurso não importará em restituição de salários já pagos.**

No artigo 7º do Decreto-lei 9070 os advogados buscavam reduzir o prazo máximo para o julgamento dos dissídios, limitados a uma decisão do Tribunal no limite de 20 dias. Mas o mais interessante era o conteúdo expresso no artigo 12º, que possibilitava a interposição de recursos judiciais, mas não tendo efeito suspensivo sob o julgado. Ou seja, os empregadores poderiam recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, mas deveriam cumprir o conteúdo do decidido. E ainda, mesmo que o TST decidisse pela reforma da sentença, modificando os parâmetros da decisão do TRT, os trabalhadores não devolveriam os valores pagos a mais. Na prática

¹³Um exemplo interessante de repercussão negativa do Decreto-lei 9070, diz respeito a greve dos bancários de 1963. Em notas publicadas no Jornal Correio do Povo dos dias 27 e 28 de setembro de 1963 insistem na inconstitucionalidade da referida lei, por entenderem que a constituição de 1946 permitiu o livre exercício da paralização das atividades laborais. Agradeço ao acadêmico de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Said Lucas de Oliveira Salomón pela disponibilização da fonte do jornal Correio do Povo.

¹⁴A entrevista está em fase de transcrição.

havia uma inversão das necessidades, ou seja, os empregadores se viam obrigados a entrar em um acordo ou poderiam ser obrigados a pagarem muito mais do que gostariam. No caso dos processos analisados, o tempo máximo no julgamento era muito rápido, havendo julgamentos entre um ou dois dias. Passo agora a examinar um processo encaminhado pelos eletricitários de Porto Alegre em 1958, a categoria por diversas vezes mostrou a sua força, como no caso da encampação da CEEE pelo governo Leonel Brizola.

O caso do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica de Porto Alegre é um exemplo interessante. Conforme descreveu Santos¹⁵, em sua dissertação de mestrado, o encampamento da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense – CEERG pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE em 1958, foi uma vitória preliminar do movimento sindical, mas que acabou por gerar outro problema. Ao abrir o processo de Revisão de Dissídio Coletivo, no referido ano, a diretoria sindical se viu pressionada pela diretoria da estatal em dissolver o Sindicato: os trabalhadores passariam a compor o quadro do funcionalismo público regido por Estatuto próprio.

Além disso, a diretoria da estatal preconizou um aumento salarial para aquele ano de apenas 15%. Mas o Sindicato dos Trabalhadores mostrou sua força perante a sociedade e a Justiça do Trabalho. O Sindicato ajuizou ação de Revisão de Dissídio Coletivo: postulando um aumento de 45% sobre os salários, com elevação do piso salarial de Cr\$1500,00 e do Teto a Cr\$6000,00, apresentando, ainda, proposta de conciliação com um aumento de 35% dos salários; e concessão de abono de natal equivalente ao salário de um mês de trabalho. Assinou à inicial Jorge Alberto Campenatto – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica de Porto Alegre em 3 dezembro de 1958.

Ao documento inicial, encaminhado pelo Sindicato à Justiça do Trabalho, foram agregados outros: encaminhamento a 18ª Delegacia Regional do Trabalho, de 3 de dezembro de 1958, assinado pelo Presidente da Comissão de Dissídios Coletivos da referida 18ª Delegacia datado em 4 de dezembro de 1958 e o protocolo do TRT4, de 9 de dezembro do mesmo ano.

¹⁵SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **Os Herdeiros de Sísifo**: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Campinas/IFCH, Campinas/SP, 2002.

O Presidente da Comissão de Dissídios Coletivos, Dr. João Zuchatto Sobrino, fixou o dia 6 de dezembro de 1958 para audiência conciliatória. Nesta, não havendo acordo entre as partes, a Comissão de Conciliação encaminhou ao Tribunal um parecer sugerindo aumento de 27%. Em relação ao abono de natal, o parecer afirmou que não poderia haver a obrigatoriedade do referido. No Tribunal, foi instaurado o Dissídio Coletivo. No seu julgamento, em 18 de dezembro de 1958, o Tribunal acatou o conteúdo do Parecer da Comissão de Dissídios Coletivos, acrescentando, nas cláusulas deferidas, Abono de Natal correspondente a 16 dias de trabalho e um Piso de Cr\$3100,00 e Teto de Cr\$10000,00.

É interessante que ficaram vencidos o Juiz Relator, Sebastião da Silva (representante classista dos empregados e o Juiz Dr. Carlos Barata Silva, sendo necessário voto de desempate do Presidente em exercício, Dr. Dilermando Xavier Pôrto, o que demonstra o grau de debate que envolveu o tema. Cabe destacar que os Juízes Togados eram tratados com o título de Doutores, demonstrando certa diferença com os classistas, tratados apenas como senhores.

Cabe uma investigação mais aprofundada desses casos. Cruzando com dados de outras categorias e com argumentações das partes envolvidas (empregados, empregadores e Justiça), no intuito de entender o poder da Justiça do Trabalho em construir a norma para as categorias em litígio, fixando, por exemplo, o percentual do reajuste salarial e o Abono de Natal. Afinal como demonstrado no caso dos eletricitários, num período de 12 dias, do encaminhamento do parecer da Delegacia Regional do Trabalho até o julgamento do acórdão pelo TRT4, houve alterações no entendimento do julgar, acrescentando-se o direito ao Abono de Natal. O que poderia ter influenciado a modificação? Certamente a força política da Categoria Sindical, pressionando a sociedade e, conseqüentemente, a Justiça do Trabalho no sentido do acolhimento de suas reivindicações, com reflexos no ato de julgar. Entender essa lógica é um exercício que precisa ser feito. Cabe mencionar que o processo aqui analisado foi “mutilado” pela técnica de desentranhamento de documentos, sendo necessário tentar buscar alternativas para resgatar a discussão como um todo. Somente uma pesquisa mais aprofundada determinará se isso será possível.

A pesquisa continua, serão entrevistados outros advogados, juízes classistas, juízes togados, além de disso serão lançadas as

informações dos anos até 1964 os dados e a investigação serão aprofundados. Os dados das diversas categorias profissionais serão cruzados no intuito de entender o poder normativo da Justiça do Trabalho em construir a norma para as categorias em litígio, fixando, por exemplo, o percentual do reajuste salarial e o Abono de Natal.

Referências bibliográficas:

BARROS, Leonardo de. *Petição Inicial. Revista Jus Navigandi*. Ano 1, N. 1, 2003. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/4261/peticao-inicial>. Acesso 15 de junho de 2011.

BARROS, Magda Biavaschi. *O Direito do Trabalho no Brasil, 1930-1942*. A construção do sujeito de direitos trabalhistas.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Tratado de Direito Judiciário do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1977, p.158-164.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 3ed, Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2010.

FILHO, João Ghisleni; PASIN, Luís Fernando Matte. *A Justiça do Trabalho na 4ª Região: alguns dados históricos dos seus 70 anos*. Porto Alegre: HS Editora, 2011, p.58-84.

PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: EDUEM, 1996.

SANTOS, Aloysio (Org.). *A consolidação das leis do trabalho histórica*. Rio de Janeiro: SENAI, SESI, 1993 (Série Cinquentenário da CLT).

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os Herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Campinas/IFCH, Campinas/SP, 2002.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Justiça do Trabalho Brasileira e Magistratura Del Lavoro Italiana: apontamentos comparativos*. In: Org. *Cidadania: o trabalho da memória*. Belo Horizonte, LTr, 2009, p.63-89.

_____. “Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho” In: BIAVASCHI, Magda Barros; MIRANDA, Maria Guilhermina (Org.). *Memória e preservação de documentos: direito do cidadão*. São Paulo: LTr, 2007.

LINHAS QUE SE CRUZAM, CAMINHOS QUE SE CONSTROEM: O USO DA ARTETERAPIA ENQUANTO INSTRUMENTO PARA REFLEXÃO

Ana Carolina Becker Nisiide¹

Introdução

A política pública de Assistência Social é um instrumento de extrema importância na busca por constantes melhorias na qualidade de vida e cidadania dos idosos, público em constante crescimento, o que demanda a ampliação de políticas e serviços direcionados.

Frente ao contexto de vulnerabilidades com as quais a política de Assistência Social frequentemente se depara, busca-se utilizar metodologias de trabalho que possibilitem uma prática reflexiva por parte de seus usuários referente à realidade em que estão inseridos, para que assim possam se questionar e questionar o mundo a sua volta.

Entre as possibilidades de práticas metodológicas aplicadas, vale ressaltar a experiência a ser relatada neste artigo, demonstrando o uso da arteterapia enquanto instrumento para o desenvolvimento humano, se valendo da criatividade para significar e ressignificar histórias a partir do olhar dos participantes do grupo.

Esta prática emergiu da necessidade de reflexão acerca de questões referentes ao trabalho infantil e a relação que foi se estabelecendo com a história de vida das integrantes do grupo pesquisado desencadeou a possibilidade de se trabalhar o sujeito na sua totalidade, enquanto ser social em constante construção e reconstrução através das relações materiais e imateriais que estabelece, para assim incentivar o seu protagonismo e conseqüente mudança de realidade.

O relato de experiência apresentado se dá em um grupo de idosos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS - Lomba do Pinheiro, vivenciado durante o estágio supervisionado do

¹Assistente Social formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), especialização em Arteterapia, desenvolvimento humano e criatividade no espaço social, da saúde e educação em curso.

curso de especialização em “Arteterapia, desenvolvimento humano e criatividade no espaço social, da saúde e educação” ministrado pelo Centro de Estudos em Arteterapia, Psicologia e Educação – Centrarte.

Trata-se de uma pesquisa participante, na qual se utilizou uma abordagem qualitativa. Este artigo está estruturado em dois momentos, tratando inicialmente do idoso na conjuntura da política de assistência social, situando o público pesquisado no município de Porto Alegre, mais especificamente dentro da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Posteriormente, será relatado a experiência da prática arteterapêutica no grupo de idosos, valendo-se da materialidade utilizada durante os encontros, que em um primeiro momento foram imagens, se sucedeu com a costura, pintura e colagem das histórias de vida em pedaços de tecido de algodão e posteriormente com a costura de uma colcha de retalhos relacionada à representatividade das cores.

Partindo das vivências construídas, espera-se realizar uma avaliação crítica a respeito das repercussões da prática utilizada no processo do grupo.

O idoso na conjuntura da política de Assistência Social

No Brasil, a população de idosos² vem crescendo exponencialmente, representando de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009 - um contingente de aproximadamente 21 milhões de pessoas, o que vem de encontro com as expectativas, visto a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida. As menores taxas de mortalidade entre os idosos se apresentam nas mulheres, que representam 55,8% das pessoas maiores de 60 anos. De acordo com os dados divulgados pela pesquisa do IBGE 2000, entre as capitais nacionais, se destacam com as maiores proporções de idosos os municípios de Rio de Janeiro com 12,8% e Porto Alegre com 11,8%.

Frente estes dados avaliou-se a importância da oferta de políticas públicas que contemplem esta população de forma efetiva, eficaz e eficiente, afinal “o aumento do contingente de idosos provoca fortes pressões no sistema previdenciário e de assistência

²Se entende por idoso o explícito no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1.º de outubro de 2003), idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

social” (IBGE, 2000, p. 29), representando demandas por serviços, atenções e benefícios que se constituem em desafios do presente e do futuro. Em 2002, 77,7% dos idosos brasileiros eram aposentados ou pensionistas. Grande parte, ou seja, 64,6% representam um papel significativo enquanto referência social e econômica dentro de seu núcleo familiar e apenas 12,1% moram sozinhos (PNAS, 2004, p. 18).

Um dos benefícios significativos para o atendimento do idoso e da pessoa com deficiência trata-se do Benefício de Prestação Continuada³ (BPC), criado a partir da Lei nº. 8742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, instituída após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e que faz parte do tripé da seguridade social que engloba assistência social, saúde e previdência social. A instituição da LOAS concretiza a assistência social enquanto política pública não contributiva, direito do cidadão que dela necessitar e responsabilidade do Estado, não mais caridade ou bemesse.

Além dos benefícios de transferência direta de renda, a política de assistência social trabalha com uma série de ações direcionadas ao público idoso, ações estas que podem ser melhor visualizadas a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, apontado como “requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública” (PNAS, 2004, p.8), ampliando e ressignificando o sistema descentralizado e participativo ao qual a política se propõe.

Conforme descrito na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, com o SUAS inicia-se a implantação de uma política pública unificada, baseada na centralidade sócio familiar e no território e dividida em três níveis de proteção. A proteção social básica que tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que é executado pelo CRAS. A proteção social especial de média complexidade que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, que é executado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. E a proteção social

³O BPC prevê que aos idosos, a partir de 65 anos que não possuam meios para prover sua subsistência e nem de tê-la provida por sua família, é assegurada um provento mensal de 1 (um) salário mínimo (Art.34 do Estatuto do Idoso).

especial de alta complexidade, que se destinam a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário, garantindo moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido.

Ao segmento populacional de idosos são previstos atendimentos dentro dos três níveis de proteção de acordo com a complexidade de cada situação, podendo ser atendido por mais de um serviço ao mesmo tempo, ou referenciado e contra-referenciado dentro dos serviços dependendo de cada caso.

São considerados serviços da proteção social básica aqueles que buscam o fortalecimento dos vínculos internos e externos de solidariedade das famílias através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho” (PNAS, 2004, p.30). No espaço do CRAS é previsto o Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF - que atende o núcleo familiar na sua integralidade abrangendo a população idosa através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além dos Centros de Convivência para Idosos.

O serviço de proteção social especial difere do serviço de proteção social básica, pois visa o atendimento de famílias e indivíduos que vivem uma situação de direitos violados, exclusão social e risco social e pessoal, afetando e fragilizando os vínculos sociais e familiares. Neste contexto “as linhas de atuação com as famílias em situação de risco devem abranger, desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até sua inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade” (PNAS, 2004, p.31). O serviço de proteção especial está dividido em média e alta complexidade.

O serviço de média complexidade atende situações de violação de direitos e que não apresentam os vínculos familiares e comunitários rompidos. Os serviços são ofertados dentro do CREAS e preveem um acompanhamento mais individualizado e sistemático, atendendo o público idoso dentro de seu núcleo familiar através do serviço de orientação e apoio sócio familiar, através da abordagem social de rua para as situações de rua sobrevivência ou moradia e,

através do cuidado no domicílio.

O serviço de alta complexidade atende famílias e indivíduos com os vínculos familiares e comunitários rompidos, que não possuem mais esta referência ou que por motivos de ameaça e risco de morte necessitam ser retirados de seu núcleo familiar, ofertando assim proteção integral a estes casos. Este serviço se aplica aos idosos que necessitam de acolhimento institucional através de albergues, casas de passagem, entre outros.

No município de Porto Alegre, dentro da FASC encontramos serviços direcionados a este público dentro dos três níveis de proteção do SUAS, sendo que no presente artigo será abordado o trabalho realizado dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, mais especificamente com um grupo constituído no CRAS da Lomba do Pinheiro.

No período em que este trabalho foi realizado o SUAS estava em processo de implantação na FASC, ocorrendo à mudança de Centro Regional Lomba do Pinheiro, que englobava a região Lomba do Pinheiro e Partenon, para o CRAS e CREAS Lomba do Pinheiro e CRAS e CREAS Partenon. Este processo se faz de extrema relevância dentro da política pública de assistência social, amplia as equipes de atuação, reforça a prática profissional trabalhando em uma perspectiva de inclusão e garantia de direitos reafirmando cada vez mais a assistência social enquanto direito dos cidadãos e não caridade.

O grupo trabalhado é composto por vinte integrantes, sendo em sua totalidade mulheres, reunindo-se semanalmente. O trabalho proposto foi aberto para participação de todas as integrantes, sendo que demonstrou interesse em participar efetivamente das atividades realizadas nas sextas-feiras uma média de dez.

Uma das hipóteses para explicar o porquê da grande maioria dos participantes das atividades para terceira idade ser mulheres seria a fetichização do mundo do trabalho pelos homens, trabalho este que ocupa um papel central em suas vidas, diferente das mulheres que além da carreira se divide entre os trabalhos domésticos ou no cuidado dos filhos. Existe ainda “o paradigma biológico que informa aos indivíduos de uma espécie que perderam sua capacidade reprodutiva, que eles não têm mais serventia e podem ficar para trás” (Baggio e Vieira, 2003, p. 17).

De acordo com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Idosos, o grupo de convivência tem por objetivo a

proteção, o amparo e a promoção social através da conquista e efetivação de seus direitos como cidadãos. Com base nestes objetivos foi iniciado o trabalho de arteterapia dentro deste grupo.

Na busca constante pela promoção social e participação cidadã deste segmento populacional, trabalha-se mensalmente com seus representantes temas de destaque dentro do Conselho Municipal do Idoso (COMUI). Estas informações ecoam dentro dos grupos. Sendo assim, no mês de junho, foi iniciada uma intervenção reflexiva referente à luta contra o trabalho infantil que originou a prática a ser relatada.

A costura como instrumento arteterapêutico

Este relato de experiência foi constituído através de uma pesquisa participante, que Demo (1995, p. 240) cita como a pesquisa que busca conhecer e transformar a realidade, apresentando o duplo desafio de pesquisar e participar. O autor acredita que “a prática é a maneira de conhecer nem sempre sofisticada como a teoria formal, mas por vezes mais adequada ao dia-a-dia da sociedade, que não pode apresentar para todo momento uma teoria do momento. Entretanto, não se subordina a teoria à prática e vice-versa” (DEMO, 1995, p. 239).

Utilizou-se uma abordagem qualitativa, que segundo Demo (1995, p. 244) é a busca de um dado dialogado, “é um dado que aparece como produto do processo de discussão, um dado discutido, curtido, construído em consórcio”, tendo como produto o depoimento, o testemunho, a proposta. Com base nestes pressupostos metodológicos constituiu-se a prática arteterapêutica relatada a seguir.

A proposta de intervenção arteterapêutica dentro de um grupo deve ter início através de um processo de consciência corporal, com um relaxamento ou criação de um ambiente sonoro que propicie maior fluência do processo criativo, rebaixando “as funções de vigília, permitindo o acesso mais livre as camadas do inconsciente”. Além disto, “as primeiras experimentações plásticas devem oferecer facilidade operacional”, buscando evitar que resistências e defesas surjam, tanto relacionadas à dificuldade de uso do material apresentado quando da busca pelo senso estético (PHILIPPINI, 2004, p. 5).

Foi iniciada a atividade com uma leve música ao fundo, oferecendo diversas gravuras de crianças para a escolha dos

participantes a partir do seu desejo e identificação. A consigna consistia em se apresentar como criança, rememorando sua infância a partir da imagem escolhida e através dos relatos apresentados poder refletir em conjunto sobre o significado da infância e como o trabalho infantil repercute nesta fase da vida. Pois, como o citado por Carlos (2003), uma das funções do técnico de referência do grupo consiste em auxiliar as pessoas a pensarem coletivamente o processo vivenciado.

Está prática nos possibilitou a reflexão acerca de discursos muitas vezes presentes nas discussões do grupo, como a banalização do trabalho infantil e seu incentivo necessário para construção positiva da personalidade da criança, pois as integrantes do grupo puderam perceber através das vivências relatadas o quanto o trabalho infantil ocorrido da vida de algumas idosas repercutiu negativamente em seu desenvolvimento físico, emocional, educacional e social.

Cabe citar, que entre as vivências relatadas, uma das participantes pôde pela primeira vez expressar no grupo o sofrimento vivido na relação com sua filha e teve como espelho o depoimento de outra idosa que estava passando por um momento similar em sua família. Desta forma, ambas puderam compartilhar sua dor com o grupo e ter um espaço de escuta, elaboração e ressignificação para suas questões. Conforme Lewin (1973, p.54 apud Carlos, 2003), a essência do grupo reside na interdependência dos participantes, afinal “uma mudança no estado de uma das partes modifica o estado de qualquer outra parte” onde, apesar da convivência entre plurais e da individualidade de cada membro, estes possuem uma inter-relação e podem construir junto seu processo grupal.

Inicialmente a proposta era a abordagem do Trabalho Infantil, contudo após serem usadas imagens como materialidade disparadora de reflexões significantes para as idosas participantes, pode-se perceber que relatar momentos da infância trazia a tona lembranças referentes à trajetória de vida e os tantos caminhos pelos quais aquelas mulheres percorreram. Conforme cita Philippini (2004, p.6) “destas primeiras experimentações e configurações simbólicas emergirão dados mais pregnantes, que para serem melhor compreendidos deverão ser gradativamente amplificados pelas estratégias de transposição de modalidades expressivas”.

Ao se fazer a leitura daquele grupo e dos caminhos que as participantes estavam indicando naquele momento, foi proposto

construir coletivamente uma “linha da vida” que conseguisse representar os momentos mais marcantes da trajetória de vida e que quisessem ser compartilhadas com o grupo. Deve-se ter sempre em mente que “as pessoas que participam de um processo grupal sejam vistas como sujeitos que em conjunto podem decidir o seu destino tendo claras as possibilidades e os limites.” (Jacques et al, 2003, p. 11).

Foi proposto que o grupo se colocasse em círculo e de forma contemplativa pudesse caminhar ao som da música, parando em pontos determinados e rememorando fatos significativos de sua história. A partir disto, lhes foi oferecida uma mesa com os mais diferentes materiais e um pedaço de tecido no qual os materiais pudessem ser dispostos para representação simbólica das suas lembranças, seja através da colagem ou da costura. Sendo assim, utilizando pedaços a serem remodelados e ressignificados através da criatividade, tentou-se um processo de reconstrução, junção e busca da totalidade, pois “quanto mais familiarizadas estaremos a estes processos de desordenação/fragmentação e ordenação/totalização constantes, do qual a vida é feita, mais expressivas, potentes e autônomas nos tornaremos” (Casoy, 2008, p. 146).

Além disto, trabalhar com tecidos e costuras remete a tempos mais primitivos, onde se pode associar esta prática ao trabalho, a sobrevivência com a confecção de roupas, ao sagrado com a decoração de altares ou ao dia a dia das famílias, estando ainda intimamente ligado ao universo feminino (Coutinho, 2008, p. 87).

Por conseguinte, as participantes trouxeram num primeiro momento nostálgicas emoções relacionadas à infância, misturando felicidades e tristezas, com muitos relatos de trabalho infantil. Para uma das idosas, traduzir em palavras a prateleira de louça que representava o trabalho infantil doméstico em uma casa longe de sua família produziu uma catarse de emoções que culminou num intenso relato das vivências da infância a partir do qual ela pode se enxergar no momento atual e rever sua história, se sentindo satisfeita com as conquistas de sua vida. Esta questão reverberou durante os encontros subseqüentes, mostrando que muitas vezes o processo psíquico percorre lentamente a “distância” que separa os processos psíquicos primários (pré-verbal, que não passam pelo crivo da consciência), dos processos psíquicos secundários de elaboração simbólica (Philippini, 2004, p. 7).

Desta forma, a criatividade foi o elemento propulsor para que

conflitos e afetos, antes esquecidos e represados, pudessem ter voz e vez para trabalhar a busca da ampliação do seu olhar sobre sua realidade e o contexto em que está inserida, da “possibilidade de estruturação da personalidade e contribuir na elaboração de maneiras mais produtivas para a comunicação, interação e o 'estar no mundo'” (Philippini, 2004, p. 8).

Percebendo a necessidade do grupo de resgatar suas histórias de vida, refletir e compartilhar com as participantes suas vivências, iniciou-se com a exposição do filme “A Colcha de retalhos”, que narra a experiência de mulheres idosas que se reúnem para confeccionar uma colcha de retalhos, cada participante borda um pedaço que transmite um sentimento referente à sua história de vida e depois de concluído todas unem seus pedaços formando uma colcha.

A utilização de imagens é cada vez mais premente no tempo em que vivemos, estas influenciam diretamente a vida social e a subjetividade da população ditando normas e padrões, sendo assim torna-se cada vez mais necessário investir “no ensino, no aprendizado e no desenvolvimento de maneiras mais saudáveis, criativas e éticas de nos relacionarmos com elas” (Flusser, 2009, p. 155). Assistir e refletir sobre a mensagem passada no filme levou a questionar coletivamente o que está posto e refletir sobre possibilidades de mudanças, “nos exercitar na crítica e nos mecanismos alternativos de expressão que nos fortaleçam como autores de nossas próprias imagens” (Flusser, 2009, p.155).

As participantes optaram por criar sua própria colcha de retalhos, dando continuidade ao processo através de fios e costuras, pois as idosas demonstraram grande afinidade com o material, “utilizar tricô, crochê, bordado ou tapeçaria como técnicas arteterapêuticas pode ser indicado em diversas situações, porém, em grupos de mulheres idosas, essas propostas costumam ter grande aceitação” (Coutinho, 2008, p.87).

Portanto, trabalhou-se na construção de uma colcha de retalhos coletiva. Num primeiro momento através da confecção de partes que pudessem expressar através da escolha de cores e texturas a representatividade de momentos marcantes da vida de cada usuária. Foi possível observar o processo arteterapêutico se fazendo a cada retalho escolhido. No momento da construção individual a cooperação dentro do grupo se deu no auxílio à superação de dificuldades como encaixe da linha, formas de costura, entre outros.

Durante o tempo de um grupo, certa atividade mental é direcionada a resolução dos problemas que surgem (BION, 1975). Desta forma, nos momentos de construção, se faz de grande valia o olhar atento do arteterapeuta para os elementos trazidos, além da percepção da dinâmica que o grupo utiliza, porém é necessário observar que este processo é necessariamente não verbal e o uso da palavra pode dificultar o acesso a níveis mais profundos da psique (Philippine, 2004, p.7).

As participantes adentraram de uma forma tão profunda na consigna apresentada, que levaram os retalhos para suas casas, espaço onde poderiam unir gradativamente e formar cuidadosamente suas colchas. Sendo este um desejo do grupo, foi consentida a continuação do trabalho em domicílio, mas em avaliação posterior percebeu-se que os momentos de observação da dinâmica do grupo ficaram reduzidos.

Vale salientar que uma das usuárias optou por não utilizar os retalhos ofertados, costurando sua colcha com tecidos trazidos por seu filho, que trabalha em uma loja de tecidos. Referia com orgulho o apoio e atenção despendida pelos filhos, mostrando no cuidado e capricho de seu trabalho o mesmo cuidado recebido por eles. Observou-se a relação íntima da colcha construída com a participante, sendo que de acordo com Ostrower (2009, p.32) “o paciente – artesão assume um caráter de unicidade e de relação com a matéria a ser transformada, operando por meio de signos e símbolos, sempre colocando muito de si em sua composição”.

A significação dos filhos foi uma constante no trabalho das usuárias. Uma das participantes confeccionou sua colcha de retalhos com tecidos relacionados as roupas dos filhos na infância, trazendo lembranças de momentos passados e felizes, buscando assim dar nova vida a um antigo objeto, “resgatando então sentimentos em desuso, revisitando emoções passadas e, principalmente, adaptando antigas percepções a novas situações” (Ostrower, 2009, p.29).

A simbologia das cores também se fez presente neste processo. Uma das participantes construiu sua colcha de forma linear, de acordo com seu depoimento iniciou pelo rosa que representa uma juventude tranqüila e o momento em que encontrou o amor, seguido pelo verde que representa o nascimento dos filhos, dando continuidade por tecidos estampados que iniciam com cores fortes que mostram a atribulação da vida adulta e vão clarificando até chegar ao azul que representa seu momento atual, de tranqüilidade e

serenidade. Ao comparar as cores destacadas com o citado por Chevalier e Gheerbrant (2009), observamos que a cor rosa pode representar regeneração e iniciação, o verde pode ser símbolo da vegetação, da esperança, do crescimento, sendo o azul a cor do céu, do espírito.

Durante o processo, foi possível observar uma participante que trouxe em todos os trabalhos os mesmos elementos a serem explorados. A criação sozinha de seu único filho, com quem tem uma ligação muito forte e, uma vida de luta e trabalho que culminou na construção de duas casas, que são seu orgulho e representação da “construção” de uma vida. Conforme Gago (2008), alguns símbolos aparecem constantemente mas nem sempre são percebidos ou têm sua mensagem compreendida de forma consciente, contudo têm um grande potencial de apontar possibilidades e desafios. Portanto, observa-se neste caso a importância da casa, que segundo Chevalier e Gheerbrant (p.197, 2009) pode estar relacionada ao ser interior, além de ser um símbolo feminino, “com o sentido de refúgio, de mãe, de proteção, de seio maternal”.

Após compartilharmos a representatividade das colchas de retalho individuais, abrimos para o grupo a possibilidade de construção de uma colcha conjunta, onde todas as histórias pudessem estar relacionadas. As participantes passaram assim a construir um projeto coletivo, onde todos os retalhos tivessem lugar, negociando a posição de cada pedaço de forma a harmonizar a construção.

Buscar uma utilidade para a colcha construída foi uma constante dentro do grupo. Num primeiro momento se pensou em utilizá-la como painel, toalha de mesa ou pano de fundo para as oficinas de teatro. Contudo, do mesmo modo que a peça surgiu como expressão artística, esta foi utilizada na composição de uma dança apresentada na Semana do Idoso de Porto Alegre. Esta busca por utilidade pode se relacionar ao fato que o ser humano se produz e reproduz através de seu trabalho, pois conforme a teoria materialista histórica de Karl Marx é através da transformação da natureza a partir do trabalho que o homem transforma sua própria natureza com vistas a criar condições para sua própria sobrevivência.

Ao concluir-se este processo, foi aberta a palavra para que o grupo pudesse fazer uma avaliação da experiência vivida. Elas relataram que compartilhar suas histórias abriu um espaço não apenas para falar e pensar suas vidas, mas também conhecer melhor as

demais integrantes, o que as tornou mais unidas, demonstrando desejo e apreciação pelos momentos vivenciados. Portanto, ao trabalhar através da expressão criativa, articulou-se uma produção, um fazer, um trabalho que representa “a expressão de uma cultura e de sentimentos; uma interpretação; um conhecimento do mundo” (Peixoto, 2008, p. 123) que ao ser compartilhado aproximou e integrou os participantes e possibilitou momentos de reflexão crítica acerca da realidade em que estão inseridas.

Considerações finais

Com a metodologia aplicada, foi possível que os participantes olhassem para o passado fazendo conexões com o presente e através desta relação percebessem a si mesmos com maior propriedade no momento atual. Utilizando recursos artísticos como canal de comunicação e expressão de sentimentos e vivências, abriu-se espaço para o diálogo crítico com maior clareza em relação às realidades apresentadas e o contexto em que estão inseridas.

A partir da avaliação dos encontros realizados, pode-se perceber a eficácia da arteterapia no trabalho com o grupo de idosos, demonstrando seu potencial transformador, criador e recriador, propiciando um momento de parada e reflexão acerca do contexto em que os usuários estão inseridos, para assim questionar, avaliar e promover mudanças em sua realidade. Afinal, refletir criticamente sobre os conteúdos propostos coletivamente estimula a autonomia dos usuários e possibilita a descoberta de novas formas de emancipação e ampliação da qualidade de vida dos participantes.

Quanto às repercussões no processo grupal, avalia-se o fortalecimento do grupo e dos vínculos estabelecidos entre os participantes a partir da socialização de suas histórias de vida e da inter-relação estabelecida. Observar as repercussões que esta prática propiciou nos mostra a possibilidade de construção contínua de novos conhecimentos e significações através do constante processo de ação- reflexão- ação por parte dos envolvidos no grupo, levando sempre em consideração a potencialidade da arte.

Ao propiciar um espaço de construção e reconstrução do material e do simbólico, “o indivíduo que cria e recria sua história de escolhas estará configurando e reconfigurando sua forma e identidade, sua matéria e psique, seu corpo e espírito, sua mente e

alma” (Ostrower, 2009, p. 31), processo este que pode ser observado e descrito nesta experiência.

Referências Bibliográficas

BAGGIO, A.; VIEIRA, P. Saremba. Terceira idade sob o paradigma da contemporaneidade. In: AGOSTINHO, B. T. H. ; BARBOSA, M. H. S.; BENINCÁ, C. R. S. (Org.). *Envelhecimento humano: múltiplos olhares*. Passo Fundo: UFP, 2003. P. 11 a 23.

BION, W. R. *Experiências com grupos*. São Paulo: EDUSP, 1975.

CASOY, R. Bordado: Sentido, lentidão e memória. In: PHILIPPINI, Angela (org.). *Arteterapia em revista*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008. P. 143 a 147.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

COUTINHO, V. *Arteterapia com idosos: ensaios e relatos*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008. 104p.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais.3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FLUSSER, V. O uso da fotografia e do vídeo em arteterapia. In: PHILIPPINI, Angela (org.). *Arteterapia métodos e processos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pomar, 2009. P. 155 a 169.

GAGO, C. A pedra e seu simbolismo na vida e obra de Jung. In: PHILIPPINI, Angela (org.). *Arteterapia em revista*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008. P. 21 a 28.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). *Perfil dos idosos responsáveis pelo domicílio no Brasil, 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>>. Data de acesso: 03 de abril de 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BrASIL). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Data de acesso: 15 de abril de 2011.

JACQUES, M. G. C., et al. *Psicologia Social Contemporânea*. 8 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (Brasil). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: 2004.

OSTROWER, Fraiga. Caminhos de transformação: transformar para integrar da restauração à reciclagem. In: PHILIPPINI, Angela (org.). *Arteterapia métodos e processos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pomar, 2009. P. 19 a 34.

PEIXOTO, M. C. dos S. Cenários da educação por meio da arte: bordando linguagens criativas na formação de educadores (as). In: PHILIPPINI, Angela (org.). *Arteterapia em revista*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008. P. 117 a 130.

PHILIPPINI, A. *Mas o que é mesmo Arteterapia*. Rio de Janeiro: Clínica Pomar, 2004. Coleção imagens da transformação.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Idoso – Convivência e motivação*. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=4&psecao=87>>. Data de acesso: 03 de abril de 2011.

EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NA FÁBRICA FRIMESA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

Ana Cláudia Branchi Durães¹

Visando apresentar o avanço da indústria e os “benefícios” desta para a região a imprensa local frequentemente estampa em suas páginas um discurso dominante de “modernidade”, “progresso”. Como vemos na matéria a seguir, “*Oeste é a maior produtora e processadora de leite no PR*”² esse é o título da matéria do jornal O Presente do dia 02 de dezembro de 2010. Nesta matéria são apresentados dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) o Paraná avançou significativamente na indústria de laticínios devido à implementação de políticas públicas de financiamentos à pecuária leiteira e o programa do governo Leite das Crianças que estimularam os investimentos feitos pelos laticínios na compra de maquinários, equipamentos e cursos de capacitação para trabalhadores nos últimos anos.

A pesquisa também revela uma forte concentração empresarial no Oeste paranaense sendo que apenas 14 empresas produzem 50% do volume de leite processado no Paraná. Sendo que uma delas é o objeto no qual pesquise a Unidade Fabril de Queijos da Frimesa em Marechal Cândido Rondon entre 1989 a 2010.

A indústria *Frimesa* foi inaugurada em 1989, desde então atuou na recepção e na industrialização do leite, sendo hoje a 9ª empresa que mais recebe leite no Brasil e ocupa uma posição significativa entre as indústrias nacionais, produzindo queijos, leites, bebidas lácteas e achocolatados longa vida, manteigas, doces de leite, leite condensado, creme de leite e requeijão, todos com a marca Frimesa. A empresa emprega aproximadamente 450 trabalhadores intercalados nos três turnos de produção, somando 24 horas de funcionamento³.

¹Acadêmica do curso do 4º ano de História Matutino na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

²Jornal **O Presente**. *Oeste é a maior produtora e processadora de leite no PR*. 02/12/2010. p.16. Esse jornal é de circulação diária e é financiado pelo empresariado da cidade de Marechal Cândido Rondon.

O crescimento das atividades industriais na região oeste do Paraná nos levam a refletir sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e as suas possíveis implicações para as atividades industriais.

Segundo Mançano Fernandes é durante o período militar que começa a “modernização do campo”, ou seja, a modernização tecnológica do campo que valorizava a agricultura capitalista. Esse processo gerou e ainda gera a expulsão e a exclusão dos trabalhadores rurais e juntamente com isso os enfrentamentos e resistências as políticas de desenvolvimento agropecuário instauradas durante o regime militar e que está presente nos dias atuais. (FERNANDES, 2001). Na região oeste do Paraná, esse deslocamento populacional do meio rural para o urbano, pode ser datado mais recentemente. Examinemos que em nossa região a concentração de capital no campo propiciou a expropriação dos camponeses da área rural, que levou para as cidades grandes levas de mão de obra. Esse deslocamento “forçado” fez com que esses trabalhadores acostumados com o trabalho no campo, mas não acostumados para outros setores do mercado se encontrassem diante da necessidade de vender a sua mão de obra nas indústrias.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, as relações não-capitalistas paulatinamente vão sendo subordinadas e até mesmo eliminadas como, por exemplo, a agricultura familiar. As relações sociais dentro do sistema capitalista se dão de forma desigual e contraditória e sua essência está na reprodução do capital em escala, dessa forma há a expropriação da terra e dos meios de produção do trabalhador rural para que se criem as condições favoráveis para exploração de sua força de trabalho. Ou seja, o capitalista compra a força de trabalho que é fundamental para a reprodução do capital e o trabalhador vende sua força de trabalho que é indispensável para sua sobrevivência, criando assim a propriedade capitalista e o trabalho assalariado no campo. A relação entre agricultura e indústria se intensificou de tal maneira fazendo com que um dependa do outro.

Essas transformações que vem ocorrendo, não são apenas a questão da tecnologia, bem como as implantações de máquinas e equipamentos como defendem alguns, mas também as modificações nas relações sociais de produção que estão apoiadas em um discurso

³Dados disponíveis no site da Frimesa <www.frimesa.com.br>. Acesso em: 30/07/2011.

dominante de “modernidade”, “progresso”, carregado valores, pois tentam promover um projeto político que está em disputa, um modelo de sociedade que beneficiam determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a produção única para o mercado, conhecida hoje como “*agronegócio*”.

Essas novas dinâmicas, discursos e práticas sociais são defendidas pelos meios de comunicação locais, e se fazem presentes em todos os momentos da vida e da rotina dos trabalhadores. Grande parte das indústrias da região incorporam o conceito de cooperativas e se colocam na “missão” de agregar valor aos produtos agrícolas, idealizando uma modernidade harmoniosa atrelando o significado de progresso a desenvolvimento, empregos e oportunidades para todos. Assim essas cooperativas/empresas legitimam suas atividades e exploram mão de obra, transformando não só o meio urbano e rural, mas também as relações e experiências cotidianas dos moradores/trabalhadores da cidade.

Partimos dessas questões gerais apresentadas até aqui para refletir sobre nosso objeto de pesquisa. Acreditamos ser de suma importância privilegiar as experiências dos trabalhadores, seu cotidiano, seu trabalho, sua vida e suas lutas, a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores, suas maneiras de interpretar e interferir na realidade. Segundo Bosi e Varussa

a luta dos trabalhadores faz-se pontualmente, em diferentes conjunturas e contra adversários diversos. Nesta luta, podem se apresentar, por vezes, vitórias pontuais ou individuais, mas, viver situações de perda e expropriação, é uma dimensão da classe que, enquanto classe, se apresenta irresoluta pela própria lógica que fundamenta a sociedade capitalista, qual seja a preponderância do mercado como referência da produção e organização do trabalho. (BOSI, A.; VARUSSA, R., 2008).

O trabalho do historiador é dar visibilidade aos diversos pontos de tensão, as várias perspectivas e projetos políticos em disputa. Pensar na “seletividade de benefícios” que a “modernidade, o progresso” incutidos como “bom para todos” significa concretamente melhoria e qualidade de vida para a maioria das pessoas. Refletir sobre “as mudanças na forma de produzir e comercializar, vividas nos mundos dos trabalhadores e no que se

refere ao capitalismo, são uma constante, se não a própria razão de ser daquele modo de produção. Ao mesmo tempo, aquelas mudanças não são pautadas unilateralmente, mas se permeiam e fazem-se nas tensões e relações entre classes em luta, sendo que os trabalhadores também são sujeitos nas constituições e definições existentes no processo de produção”.

A presença do discurso da modernidade capitalista, nada mais é que uma violenta luta ideológica que busca negar a identidade classista, a sociabilidade e a subjetividade do trabalhador. Evidencia que o trabalho em sua forma clássica não tem mais sentido, a ciência e a tecnologia justificam o fim das desigualdades sociais, independente dos embates de força entre as classes no campo de disputa dos projetos e visões de mundo.

O capitalismo tem sua história alicerçada na “reestruturação produtiva”, desde seu início sempre precisou ser fragmentando, reorganizado, transformando, automatizado, com intuito de não só aumentar a produtividade, mas de expropriar constantemente os trabalhadores em relação aos instrumentos de produção, ao conhecimento, a sua identidade e sua condição de existência enquanto classe.

Acreditamos que ao privilegiar as experiências históricas dos vários sujeitos sociais em seus diversos modos de vida, entendendo como homens e mulheres constroem, reconstróem e marcam seus territórios. É importante por em debate as múltiplas experiências dos trabalhadores investigando o seu “fazer-se” enquanto classe nos variados significados e práticas, pois essas só fazem sentido compreendido no âmbito das vivências, colocando em destaque a imbricação entre as experiências sociais e a cultura. Nesse sentido entender que a classe não é algo estático e acabado, mas que esta sempre em movimento, mudando junto com as experiências vividas pelos trabalhadores.

Devido à multiplicidade de problemáticas levantadas durante a pesquisa, objetivamos verticalizar a investigação dos “mundos dos trabalhadores” e problematizar a “cultura dos trabalhadores”, as formas como se organizam e as diversas práticas de lutas e resistências dos trabalhadores da Frimesa, àquelas cotidianas, travadas no dia-a-dia da produção ou organizadas por via sindical.

Como procuro trazer dar visibilidade a outros sujeitos e projetos em disputas, a fonte oral é uma ferramenta que ajuda para

essa reflexão e coloca a “história no plural, apesar de sua complexidade faz emergir experiências e memórias compartilhadas, divididas e contraditórias, em convívio e em confronto”(BOSI, A.; VARUSSA, R., 2008).

Os processos trabalhistas, a imprensa local e empresarial também são fontes importantes para compreensão dos conflitos presentes nas relações sociais, deixando transparecer objetiva ou subjetivamente as estratégias políticas e de resistência dentro da arena de embates e disputas sociais.

Nesse momento da pesquisa será necessário dar prosseguimento a discussão da historiografia sobre as relações de trabalho em cooperativas agroindustriais, experiências de trabalhadores em regiões interioranas e avançar na produção de mais entrevistas, transcrições, problematização e sistematização.

Deste modo, pretendo investigar, problematizar e interpretar os modos de vida e práticas sociais de lutas dos trabalhadores no interior da fábrica FRIMESA/Marechal Cândido Rondon, pesquisar e problematizar historiografia relativa ao tema-problema da pesquisa, problematizar e interpretar o processo de concentração do capital na forma de cooperativas industriais na região Oeste do Paraná e possibilitar a articulação ensino/pesquisa e, assim, contribuir na formação acadêmica do discente/historiador.

Com essa pesquisa procuro dar visibilidade a uma problemática que atinge não só Marechal Cândido Rondon, mas a região Oeste do Paraná. E desse modo procuro contribuir para a construção de uma realidade mais justa, que convide a reflexão visando à possibilidade de uma transformação social. Chesneaux, Fontana, e Fenelon, quando discutem sobre a prática social do historiador, insistindo em que devemos “quebrar os laços” com a “história tradicional”, e comprometermos com a construção de um conhecimento que de conta da realidade, que convide a reflexão, buscando os problemas existentes na sociedade atual, fazendo a relação presente passado, mas sempre partindo do presente, fazendo do nosso ofício um instrumento de mudança, destruindo as relações de dominação, preconceitos e desigualdades.

Referências Bibliográficas

BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. Trabalho e movimentos sociais: refletindo sobre o compromisso social do historiador. *Tempos Históricos*, volume 12, 1º semestre 2008, p. 183-191.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. *Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas*.

CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

FENELON, Dea. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. *Tempos Históricos* V 12, 1º semestre. 2008 – p 21-22.

FERNANDES, Bernardo Marçano. *Questão Agrária, pesquisa e MST* – São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 92) pag. 15 a 23.

FONTANA, Josep. *A história econômica e social*. Bauru: Edusc, 2004, p. 261-308.

Jornal O Presente. “Oeste é a maior produtora e processadora de leite no PR”. 02/12/2010. p.16.

Site Visitado

FRIMESA <www.frimesa.com.br>. Acesso em: 30/07/2011.

MASSACRES EM ESCOLAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A ABORDAGEM MIDIÁTICA

Aparecida Darc de Souza¹

Lúcio Fellini Tazinaffo²

Este artigo é resultado de reflexões desenvolvidas a partir das atividades realizadas no Projeto de Extensão Observatório do Mundo Contemporâneo, vinculado ao Laboratório de Ensino de história da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A partir do diálogo com as perspectivas apontadas pelo campo da História Imediata e do Tempo Presente as atividades desenvolvidas pelo projeto visam analisar acontecimentos históricos em curso e, ao mesmo tempo, provocar a reflexão crítica sobre o papel exercido pelos meios de comunicação na produção da memória na sociedade contemporânea. Entendemos que a emergência da História do presente está alicerçada socialmente no modo como percebemos os acontecimentos em curso. Esta percepção está, por sua vez, fortemente influenciada e mediada pelo ritmo acelerado da ação dos meios de comunicação. Em suas análises sobre a relação ente história, memória e mídia Antonio Araújo Sá reforça a importância da investigação desta temática ao recuperar dos estudos de Pierre Nora uma síntese do papel da mídia na construção da História do Tempo Presente na qual ele afirma:

Pierre Nora tem acentuado o protagonismo adquirido no presente pelos meios de comunicação na construção do acontecimento, reiterando o papel de ator e gestor dos mass-media como ator e gestor da história do presente (SÁ, 2006, p.8).

Esta atuação dos meios de comunicação de massa é orientada pela perspectiva do discurso dominante e, neste sentido, é uma fonte importante para a compreensão do pensamento hegemônico na sociedade contemporânea. O modo como os meios de comunicação

¹Professora do Colegiado do Curso de História da UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon e coordenadora do Projeto de Extensão Observatório do Mundo Contemporâneo.

²Acadêmico do 2º ano do Curso de História da UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon e bolsista do Projeto de Extensão Observatório do Mundo Contemporâneo.

de massa constroem, organizam e divulgam os acontecimentos promove a legitimação do discurso e das práticas dos núcleos de poder. Deste ponto de vista, o estudo e investigação da grande mídia e seu papel na elaboração de explicações da histórica recente representam, por um lado, uma oportunidade de analisar as relações entre imprensa e poder. Por outro lado, tornar a mídia objeto da reflexão histórica representa também, para a História, a oportunidade de disputar o processo cognitivo dos acontecimentos em curso monopolizado pela grande mídia. Significa também, a construção das bases de um conhecimento necessário à elaboração de um discurso de uma prática contra-hegemônica capaz de fazer frente ao pensamento único.

Engajados nesse propósito o Observatório do Mundo Contemporâneo tem buscado investigar e discutir como os acontecimentos recentes têm sido abordados pela grande mídia. Assim, seguindo nesta direção este artigo busca apresentar uma análise sobre a relação entre violência e mídia na sociedade contemporânea. Mais especificamente, o que se pretende é discutir o sentido e o significado social produzido pela grande mídia em torno dos massacres em escolas³. Um fenômeno social que tem sido intensamente explorado pela grande mídia nas ultimas décadas.

Apoiada no forte apelo publicitário da violência os grandes veículos de comunicação têm transformado os massacres ocorridos nas escolas em um terrível espetáculo midiático. Sob o pretexto de informar, a grande mídia bombardeia o público com imagens, dados e avaliações fragmentadas e muitas vezes descontextualizadas cujas conseqüências são de um lado a banalização e a naturalização da violência e de outro a caracterização destes eventos como expressão de comportamentos individuais desviantes. Sem se preocupar com as conseqüências destes excessos, mas com a audiência, a mídia desenvolve quase sempre uma leitura epidérmica e superficial dos eventos.

³1997, no estado do Kentuck (EUA), adolescente matou três colegas de escola e feriu outros cinco. 1998, no estado do Arkansas(EUA), dois meninos de 11 e 13 anos disparam fogo contra sua escola e mataram quatro meninas e uma professora. Neste mesmo ano, no estado de Oregon(EUA), um jovem de 17 anos matou dois colegas e feriu outros 20. 1999, no estado do Colorado, dois jovens de 17 e 18 anos, mataram 12 alunos, um professor.

Nesta linha, jornais, revistas e a própria internet têm se concentrado em divulgar dados biográficos daqueles que cometeram as chacinas, buscando em suas histórias pessoais uma explicação para o evento. Para a tragédia ocorrida em Realengo⁴, a imprensa brasileira encontrou rapidamente suas respostas a partir da trajetória individual do rapaz que cometeu a chacina. As explicações para sua atitude estavam: em seu isolamento social, seu interesse por jogos violentos, no *bullying* sofrido na escola e na loucura que provavelmente herdara da mãe. Assim, formando o roteiro de um espetáculo, sua vida foi sendo exposta dia-a-dia nos meios de comunicação e consumida pelos espectadores sem que de fato houvesse uma reflexão crítica sobre os aspectos sociais que envolveram o massacre ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto estes massacres não são um aspecto sombrio da natureza humana ou casos raros e isolados, expressão de distúrbios psicológicos ou ataques de fúria de determinados indivíduos. Estes massacres são um fenômeno social e historicamente novo, um produto da sociedade capitalista contemporânea. De acordo com Kurz: a) os massacres, desde os anos de 1990 se tornaram acontecimentos mais recorrentes e próximos no tempo; b) esses massacres têm ocorrido em diversas partes do globo, não só na Europa e nos EUA; c) a autoria desses massacres é em grande parte causada por jovens, até mesmo crianças; d) somente uma pequena parte desses jovens sofria de doenças psicológicas, a grande maioria era considerada, antes de seus atos, “normal”.

O esforço dos grandes meios de comunicação em evitar qualquer reflexão mais profunda sobre os massacres está emblemático na campanha contra os jogos de vídeo-game. Considerados os precursores da violência os jogos eletrônicos de conteúdo violento se tornaram uma das explicações mais recorrentes utilizada pela grande mídia para explicar os atos cometidos pelos jovens que protagonizaram os massacres. Todavia é preciso observar que existem muitos estudos sobre jogos de videogame violentos, que se dividem em duas opiniões: uma que diz que esses jogos exercem influência negativa sobre os jogadores, que podem vir a praticar os atos de violência dos jogos na vida real; e outra que diz que os jogos não exercem tal influência sobre os jogadores, e que ao contrário,

⁴Em 11 de abril de 2011, no bairro Realengo, localizado na cidade do Rio de Janeiro (BR) um jovem matou 11 crianças e feriu outras 13.

serve como mecanismo de relaxamento, que tira o *stress* provocado pelas atividades diárias, e até mesmo estimula o intelecto e a criatividade. Tais estudos deixam a questão em aberto, pois não é possível afirmar se os jogos violentos exercem influência ou não sob os jogadores, mas a mídia adotou como “verdade absoluta” o primeiro estudo, apresentando ele para o telespectador sem ao menos mencionar o outro viés da questão, agindo assim de maneira bastante tendenciosa e agressiva em relação aos jogos eletrônicos.

Preocupada em oferecer explicações rápidas e funcionais à manutenção da ordem a grande mídia encontrou no conceito *bullying* escolar uma excelente argumento para explicar as atitudes dos agressores envolvidos nos massacres escolares. Assim como os massacres o *bullying* escolar é um conceito recente, trata-se de uma denominação que surgiu na década de 1970 na Noruega e refere-se a um tipo de violência que se tornou objeto de grande preocupação das sociedades industrializadas. As pesquisas desenvolvidas até o momento são consensuais em indicar o *bullying* como uma forma de violência, traduzida como um comportamento agressivo que se manifesta sem uma razão aparente e de maneira repetida, quase sempre numa relação de desequilíbrio entre as partes envolvidas. De modo geral o *bullying* escolar, segundo especialistas está relacionado com práticas de intimidação que podem ocorrer através de agressões físicas e outras formas de sujeições que se traduzem na extorsão de dinheiro, na destruição do patrimônio do outro, na imposição de determinados comportamentos sexuais e servis, nos comentários preconceituosos e na manipulação da vida social alheia.

Na avaliação da mídia o *bullying* escolar sofrido pela maioria dos jovens envolvidos nos massacres nas escolas é um dos fatores principais para explicar seus atos. O modo como a mídia descreve e explica estes eventos trágicos sugere que o assassinato de alunos e professores das escolas feitos por estes jovens são uma resposta extremada e violenta às agressões, humilhações e preconceitos sofridos durante sua vida escolar. A mídia tem sempre apontado o *bullying* sofrido pela maioria dos jovens envolvidos nos massacres como causa principal que por si só explica os massacres nos colégios, ou seja, a resposta para a brutalidade provocada por alguns jovens está na intimidação sofrida por eles nas escolas em que estudavam, o que é colocado pela mídia como fator suficiente para explicar o fenômeno dos massacres nos colégios.

Esta explicação parece já estar prescrita. Se realizarmos uma pesquisa sobre o massacre ocorrido em Realengo constatar-se-á que antes mesmo de investigar os acontecimentos, os jornais anunciavam que o autor deste massacre sofrera *bullying* na escola. Alguns pesquisadores alertam:

(...) tal conceito faz parte de uma ciência instrumentalizada e a serviço da adaptação das pessoas para a manutenção de uma ordem social desigual. É importante que se questione a finalidade do conceito criado pelos pesquisadores da área e adotado inteiramente por alguns colegas brasileiros. Pensar até que ponto a classificação possibilitada pela adoção desta tipologia da violência não mascara os processos sociais inerentes aos comportamentos classificados como *bullying* (...) (ANTUNES e ZUIN, 2008, p. 35).

Este esforço de classificação da violência por parte da ciência, fartamente utilizado pelos meios de comunicação, produz a falsa certeza de que o fenômeno está sob controle, justamente porque pode ser quantificado, conceituado. No entanto, a classificação e conceituação provocam contraditoriamente uma naturalização dos fenômenos violentos. *“A contradição está exatamente neste ponto: ao voltarem a ser tratados como naturais passam a exercer seu poder sobre o homem e se tornam incontroláveis (...)”*

Outro ponto importante sobre o conceito de *bullying* é que ele tem sido utilizado para ocultar o caráter autoritário da sociedade capitalista, que impõe padrões de comportamento, de felicidade, de ser humano. Assim é que se uma pessoa não tem as roupas que estão na moda, se não se comporta dentro das normas estabelecidas essa pessoa é vista pela sociedade como “estranha”, “desajustada” e até mesmo “anormal”. Neste sentido, o conceito de *bullying* cumpre um papel importante no esforço ideológico da grande mídia em manter a ordem e evitar o questionamento das bases da sociedade em que vivemos: a violência e o autoritarismo. Neste sentido, é válido recuperar as ponderações feitas por Antunes e Zuin (2008, p. 40) segundo os quais:

O conceito de *bullying* parece exercer o papel de adaptação, ao classificar a barbárie, e pretensamente controla-la por esta via. O conceito de *bullying* coloca tudo em seu lugar, tenta arrumar e justificar tudo aquilo que fere a ideologia

democrática e acaba por mascarar as tensões sociais e contradições que estão na base da própria barbárie.

Em certa medida o conceito de *bullying* serve para escamotear o caráter autoritário da sociedade capitalista que impõe padrões de comportamentos. Não por acaso, todos aqueles que se envolvem na prática do *bullying* dirigem seu ódio às pessoas que consideram fora dos padrões sociais ou culturais dominantes. Tão presentes e enraizados no ambiente escolar estão as ideias capitalistas que aqueles que praticam o *bullying* dirigem as suas ações às pessoas que consideram fora dos padrões sociais ou culturais dominantes. A mídia tem tratado os massacres nos colégios como um problema da escola, cuja causa se encontra no ambiente escolar e que, portanto, deve ser resolvida dentro da escola. Assim a mídia tem questionado problemas como a falta de segurança nas escolas, e tem deixado de lado o fato de que a escola é um produto da sociedade capitalista, refletindo assim as contradições e tensões que caracterizam o nosso modo de vida.

Estas ponderações sobre a construção do conceito e seu papel ideológico nos parecem uma excelente oportunidade para indagarmos sobre as razões que levam a mídia associar de maneira tão incisiva os massacres e o *bullying escolar*.

A escola, e os valores que ela ensina, reflete os valores da sociedade capitalista. Assim sendo o problema das escolas é problema da sociedade como um todo. A falta de consideração e respeito para com os outros é causada pelos valores da nossa sociedade capitalista, que são ensinados para as pessoas desde tenra idade. Em nossa sociedade somos preparados para a “vida” desde cedo para sermos melhores do que os outros, por causa da forte concorrência característica da sociedade de mercado. Nesse sentido, a educação promove o individualismo e a competitividade, fazendo com que os jovens se enxerguem não como companheiros, amigos, mas sim como rivais ou adversários. A escola acaba adotando como objetivo a formação de máquinas produtivas, esquecendo-se de valores fundamentais para o nosso convívio social, tais como o respeito e a tolerância para com todos. Os valores de competição e individualidade não foram criados pelas escolas e não estão restritos a elas; esses valores foram criados pela ordem social capitalista e estão profundamente enraizados nas diferentes da sociedade, onde o

sucesso material das pessoas é o principal motivo de apreço e consideração social. Dentro desta perspectiva a educação escolar tem sido reduzida a um processo de formação do indivíduo para o mercado. Sob este prisma, é bastante questionável a responsabilização da escola difundida pelos massacres feita a partir do uso irrefletido do conceito de *bullying*.

Em síntese o que se observa é que a abordagem dada pela mídia aos massacres nas escolas, sobretudo ao “caso de Realengo”, não responde ao ideal jornalístico da informação neutra. Bombardeando o público com imagens da tragédia e informações fragmentadas, a grande mídia, além de expor uma opinião bastante tendenciosa, impede a reflexão das pessoas em relação a este fenômeno. Ao tratá-lo de maneira bastante superficial, apontando a violência no ambiente escolar como uma das principais explicações para os massacres os grandes meios de comunicação protegem assim a integridade do Estado e, principalmente, a integridade do sistema capitalista. Protege, na justa medida que impede que se considere o fato de que estes massacres não expressam um comportamento desviantes, mas que resultam da dinâmica contraditória engendrada por uma sociedade movida pela lógica competitiva do mercado. Afinal, como observou Kurz (2008) muitos destes massacres foram realizados por pessoas que não eram mentalmente perturbadas no sentido clínico.

Referências Bibliográficas

ALVES, L. R. G. (Org.) ; CLUA, E. (Org.) ; Dazzi, Rudimar Luis Scaranto (Org.). *Jogos eletrônicos mapeando novas perspectivas*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Visual Books, 2008. v. 1. 200 p.

ANTUNES, D. C; ZUIN, A. A. Do Bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia & Sociedade*. 20 (1), pp.33-48, 2008.

KURZ, R. A pulsão de morte da concorrência: assassinos amoque e suicidas como sujeitos da crise. Disponível em: <http://www.reocities.com/spaprado/pulsaomorteconcorrenciakurz.html>

COUTO, Cyro A. P. O Discurso das Mídias e a Espetacularização da Violência: Aspectos da Construção da Comunicação e da Cultura. *Anais Eletrônicos XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

MARQUES, Ramiro. *Virgínia Tech: anatomia de um massacre à luz da ética e da virtude. Interacções*. Nº.5, pp.72-81, 2007. Disponível em <http://www.eses.pt/interaccoes>

SÁ, Antonio, F. de A. *A História do presente como tempo da memória. Semina. Caderno de Pós Graduandos do Programa de Pós-Graduação em HistoriaRevista*, v. 4, p. 1-14, 2006. Disponível em: http://www.upf.tche.br/download/editora/revistas/semina/semina_v4n1.pdf

RELAÇÃO DE PODER NA DITADURA MILITAR NO BRASIL: A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A CENSURA

Camila Torres de Souza¹

A Escola Superior de Guerra e seu papel nas ações pós-golpe de 1964

A justificativa ideológica para o golpe de 1964 foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ministrada na Escola Superior de Guerra, responsável pela elaboração dos conceitos e fundamentos dessa doutrina, e que propunha organizar, a partir de uma estrutura burocrática e autoritária, as ações políticas com a concentração de poder e fortalecimento de apenas uma esfera do Estado, o Executivo, em detrimento do Legislativo, por exemplo, como também as ações econômicas. A Escola tinha como meta transformar o país em uma “potência” capitalista (viável e atraente ao capital internacional); tudo isso através de um sistema de informação e repressão.

Em agosto de 1949, foi promulgada a Lei nº. 785, pelo presidente general Eurico Gaspar Dutra, que criou, no Rio de Janeiro (então capital federal da República brasileira), a Escola Superior de Guerra, a ESG. Essa escola foi pensada como um “centro misto de estudos militares e civis” de nível universitário, onde se elaboravam alternativas aos obstáculos do desenvolvimento nacional no contexto político do pós-guerra, ofertando cursos sobre política, com ênfase na temática da segurança nacional, bem como intencionando influir nos rumos da política nacional, como “uma fonte de inteligência e poder” (SANTOS, 2007, p. 154).

Essa escola foi estruturada conforme sua similar norte-americana *National War College*; em seu interior foram formulados os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns de seus subprodutos como o Serviço Nacional de Informação (SNI), criado em 1964².

¹Bacharel em Ciências Sociais e especialista em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, na mesma IES.

²Criado pelo Decreto-Lei 4.341, de 13 de junho de 1964. Mas somente a partir de 1967, quando fora chefiado pelo general Emílio Garrastazu Médici, seria utilizado para compor uma rede de espionagem.

Dalmo Dallari, ao analisar a ditadura brasileira, informa que, pouco antes do golpe militar uma “missão militar” enviada pelos norte-americanos do referido Colégio esteve no Brasil, por conta da “expansão das idéias socialistas em toda a América Latina” e, juntamente com os militares brasileiros, trabalhou para a “implantação de um programa de militarização da sociedade, denominado 'doutrina de segurança nacional'; [promovendo] uma aliança sob a liderança dos Estados Unidos” (DALLARI, [19--], p. 2).

O cientista político Everton Rodrigo Santos (2007), em seu estudo sobre a ideologia e a dominação à luz da “produção simbólica” realizada pela ESG, afirma: “essa instituição caracteriza-se como um espaço de mobilização dos sentidos para sustentar relações de dominação civil-militares assimétricas e duráveis, que [dão] sustentação ao regime político autoritário” (p. 155).

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, os membros militares e civis da ESG recorriam cada vez mais ao chamado complexo IPES³-IBAD⁴ para desenvolver projetos e traçar planos e diretrizes de políticas governamentais alternativas, nas quais enfatizava-se sobretudo o planejamento da gestão do desenvolvimento capitalista (2005, p. 29).

A ESG funcionava como idealizadora da “Doutrina Básica”, cujas primeiras propostas versavam sobre táticas de guerra, e, evoluindo de uma visão de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente de segurança nacional integrada ao necessário desenvolvimento econômico (ALVES, 2005).

A Doutrina Básica da ESG apresenta o conceito de Segurança Nacional, defendendo que a necessidade de garantir a

³IPES (*Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais*) fundado em novembro de 1961, localizado na cidade do Rio de Janeiro, se colocava como uma contribuição de empresários (RJ e SP) para o desenvolvimento do país, mas nada mais era do que uma campanha política, ideológica e militar, que *aglutinava* diversos movimentos de direita, buscando constituir uma base de oposição, ou seja, contra o governo de Goulart, para desestruturar a democracia populista. Logo após sua fundação passou a ser dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva.

⁴IBAD (*Instituto Brasileiro de Ação Democrática*) fundado por setores importantes da classe dominante (proprietários rurais, industriais, exportadores e banqueiros) juntamente com militares no final da década de 1950, assim como o IPES, contava com financiamento do empresariado nacional e internacional: seu intento era combater o populismo; eram anticomunistas e ligados à CIA (Agência Central de Informações dos EUA). A entidade passou por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e foi dissolvida em dezembro de 1963 pelo Poder Judiciário.

segurança não deve ser responsabilidade exclusiva do Estado, mas também de toda a Nação, como um “imperativo moral de sua sobrevivência”, do seguinte modo: “Segurança Nacional é a garantia que é proporcionada à Nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais” (BRASIL, 1979, p. 190)

Essa Doutrina foi compilada em 1979 pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Há um documento de pouco mais de 350 páginas, subdividido em sete capítulos, cuja introdução apresenta a origem da Doutrina, seus fundamentos teóricos⁵ e uma doutrina da ação política.

O primeiro capítulo da “Doutrina Básica” trata dos “Objetivos Nacionais”, especificando os interesses, aspirações e objetivos da ESG; determina também o papel que devem desempenhar as elites, e especifica quais são os atributos típicos do caráter nacional brasileiro (tais como individualismo, adaptabilidade, vocação pacifista, cordialidade), e os considerados como fatores de integração nacional (figuram itens como democracia, progresso, paz social e soberania).

Arrisca-se dizer que seus elaboradores, bem como seus analistas, acreditam firmemente que “aquilo” a que se propõem, desde a teoria e/ou modelo de uma doutrina até a efetivação de mecanismos legislativos, seriam elementos garantidores de uma democracia que visa ao bem comum (os documentos elaborados fazem questão de grafar em maiúsculo). Florescem, assim, noções completamente distorcidas de democracia.

Também com o propósito de verificar os fundamentos teórico-doutrinários da ESG e sua relação com a comunicação social, a historiadora Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira (2001), focou sua pesquisa em um programa de televisão do período, escrevendo em sua dissertação de mestrado⁶:

⁵Destaca-se que na bibliografia da Doutrina básica da ESG são constantes as referências a especialistas em ciências sociais, como Raymond Aron (paz e guerra entre as nações), Durkheim (Educação e Sociologia), Max Weber (Ensaio de Sociologia), Pierson (estudos de organização social), Malinowski (uma teoria científica de cultura), entre outras; e, curiosamente, encontra-se, menção a documentos até do Papa Paulo VI: “as verdadeiras armas da paz”, Vaticano, 1975.

⁶Sua obra “Nossos comerciais, por favor!” (2001) analisa o programa Flávio Cavalcanti.

[...] apesar das divergências, o projeto exposto na Doutrina da ESG moldou a face do regime e foi fator de coesão, além de se apresentar como a sistematização do pensamento de setores significativos das elites militares e civis, visando uma ação hegemônica na condução do país. (OLIVEIRA, 2001, p. 22)

Segundo Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira (2001, p. 49), não há nenhuma menção na Doutrina, da ESG à inconstitucionalidade do golpe de 1964, há sim a noção de “patologia” que deve ser sanada, por uma luta constante contra os “inimigos”, internos ou externos, tais como os comunistas.

Oliveira concorda com a ideia de que a segurança e o desenvolvimento foram atrelados e utilizados como o pilar básico dentro do projeto idealizado pela ESG; do mesmo modo, deveriam atuar também os meios de comunicação e, na visão dos militares, contribuir com este projeto. Na visão da doutrina, a mídia⁷ exercia papel fundamental para a “consecução do binômio (segurança-desenvolvimento)”, sobre isso dirá Oliveira: “enquanto a comunicação social for propriedade apenas daqueles que mantêm laços estreitos com o poder, sendo a concessão para sua exploração usada como moeda para trocas políticas, a pálida democracia brasileira permanece convalescente” (2001, p. 127).

Essa autora destaca que, na Doutrina da ESG, a concepção de democracia se fundamenta em conceitos como disciplina e ordem, promotora da paz social; mas, com isso, descaracterizaram toda e qualquer forma de contestação livre ou de mobilização social, ficando, desse modo, as Forças Armadas com o papel fundamental de implantar e preservar uma suposta democracia conduzida por uma ditadura, segundo o projeto nacional.

Como decorrência deste processo tem-se o cerceamento das liberdades de organização, opinião e expressão, reduzidas a cada novo ato institucional, como foi percebido em muitas esferas da vida social, por exemplo, nos meios de comunicação de massa.

A partir disso, as ações, os procedimentos e as práticas desse tenso jogo a que se assistiu na vida política brasileira com o

⁷Sabe-se que, depois dos governos militares, uma nova Constituição foi promulgada, em 1988, e a comunicação social ganha capítulo específico em que a “livre manifestação do pensamento, a plena liberdade de expressão e o repúdio a censura são afirmados enquanto itens fundamentais para o exercício da democracia” (OLIVEIRA, 2001, p. 125).

acirramento do regime militar, numa lógica de autoritarismo que se vai redefinindo, depois das mudanças na Constituição, em 1967 e 1969, com as Leis de Segurança Nacional e com a publicação do Ato Institucional nº. 5, em 1968.

A Constituição de 1967, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional (CSN)⁸, legalizava muitas das medidas excepcionais, decretadas até então, como atos institucionais e atos complementares. E, recebeu, como expõe Raymundo Faoro, a escolta da Lei de Segurança Nacional, instituída por meio de Decreto-Lei⁹, uma vez que colocou em paralelo a uma suposta legitimidade constitucional e à (também suposta) legalidade de cada liberdade, a física, a de expressão, a de reunião, a de associação, “uma sentinela vigilante, armada com o bacamarte¹⁰ e as algemas” (FAORO, 1986, p. 72).

Nesse sentido também Maria José de Rezende reitera que, “a Carta Magna estava ancorada numa Lei de Segurança Nacional que dava ao regime uma feição ditatorial que ia se recrudesco no decorrer dos anos que se seguiam até atingir o seu ápice com a edição do AI-5” (REZENDE, 2009, p. 108).

Nessa época também foram criados controles específicos para a imprensa, com o estabelecimento da “censura prévia direta”, ou simplesmente autocensura, mas também houve censura em universidades e em outras instituições ligadas à área educacional, sobretudo as ligadas à participação política¹¹.

O AI-5 marcou o endurecimento do regime¹² e praticamente

⁸Criado em 1937, durante a ditadura do Estado Novo do governo Getúlio Vargas, o Conselho de Segurança Nacional ganhou mais expressão e, com isso, força, com o golpe militar de 1964. Durante a ditadura, o órgão, integrado pelo presidente da República e por seus principais ministros, transformou-se em instrumento para cassar opositores e editar atos institucionais.

⁹Decreto-Lei nº. 314, de 13 de março de 1967.

¹⁰Seria uma antiga espingarda de cano curto e largo; no sentido figurado: pessoa ou coisa imprestável.

¹¹À época tivemos também outro tipo de censura, existente desde 1945, a censura das diversões públicas (cinema, teatro, músicos e demais artistas) que diferia, e muito, da censura da imprensa..

¹²De acordo com Maria Celina D´Araujo (2006, p. 14): “três textos fecham o ciclo de endurecimento do regime e de expansão do poder militar como Justiça de um Estado de exceção: o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, a nova LSN de 29 de setembro de 1969 (Decreto-Lei nº. 898) e a Carta de 17 de outubro desse mesmo ano. (Antes disso houve a Lei n.º 510, de 20 de março de 1969 que alterava penas previstas na LSN de 1967). A novidade maior era a reintrodução da pena de morte.”

anulou a Constituição, já que autorizava o presidente a suspender todas as garantias constitucionais, cassando mandatos de parlamentares e fechando qualquer instituição legislativa por tempo indeterminado. Em síntese, o presidente autoritário controlava os destinos da nação.

A partir disso, a liberdade de expressão passa a ser intensamente combatida pelo governo, com direitos individuais suprimidos e mesmo com desrespeito aos direitos humanos. O argumento é que os instrumentos de repressão eram necessários contra os “inimigos” do regime, entre os quais parte da imprensa que passou a sofrer 'cortes' da censura. Com isso, restringe-se o acesso da população aos bárbaros acontecimentos, como perseguições intensas a políticos de esquerda, estudantes, artistas e intelectuais.

Segundo o cientista político Alfred Stepan (1975), “os militares enquanto governo” constituem-se das lideranças que dirigem o governo da *pólis*. De maneira geral, o governo é composto pelo general-presidente e por seus principais assessores, alguns dos quais podem ser civis. Já “os militares enquanto instituição” são o grosso da corporação militar, que estrutura suas bases, administra os ciclos de treinamento de rotina que gerencia a complexa rede do sistema militar de ensino e organiza a burocracia militar¹³.

Na confirmação do golpe de 1964, a ESG possuía um papel importante, já que, a partir de suas formulações doutrinárias, foi possível a um grupo de militares e civis elaborar um projeto político para o país, que, supostamente, articulasse de forma coerente segurança e desenvolvimento econômico: duas dimensões norteadoras do período.

Stepan ressalta que, no pós Segunda Guerra Mundial, formulou-se a ideia de uma escola especial que elaborasse uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacionais, propondo um inter-relacionamento entre os dois elementos, mas com uma especificidade: não seria um corpo apenas militar, seria necessário incluir civis de certas áreas como educação, indústria, comunicações e sistema bancário (1975, p 129).

¹³ Alfred Stepan apresenta esta discussão em sua obra resultante da tese de doutoramento na *Universidade de Columbia* (1969), no capítulo 12: os militares como instituição vs. os militares como governo.

[...] sua missão [da ESG] de preparar civis e militares para desempenhar funções executivas e conselheiras, especialmente naqueles órgãos responsáveis pela formulação, desenvolvimento, planejamento e execução da política de segurança nacional. (STEPAN, 1975, p. 130)

Para tanto, lideranças civis simpatizantes da doutrina dos militares deviam estreitar laços com a ESG e ter acesso a seus postos-chaves. Stepan acredita que isso, inclusive, iria contribuir para difundir uma crença de legitimidade e capacidade do governo.

O cientista social Ricardo Constante Martins, em sua dissertação de mestrado intitulada: “Ditadura militar e propaganda política: a Revista Manchete durante o governo Médici” (1999), afirma que essa doutrina subsidiou não só o golpe militar que sofreu o Brasil, mas todos os golpes militares em países latino-americanos, pelas ideologias em disputa no contexto da Guerra Fria, sobretudo no tocante à suposta “ameaça comunista”.

Ainda com relação aos itens dispostos na “Doutrina Básica”, esta, ao tratar dos “objetivos nacionais permanentes”, no capítulo inicial define a concepção da ESG sobre o “bem comum” e os dois nortes – segurança e desenvolvimento – para realizá-lo (BRASIL, 1979, p. 29):

Em qualquer tempo e lugar, o objetivo-síntese da convivência humana deve ser o Bem Comum – conjunto de condições capazes de propiciar a todos uma vida digna. É um ideal que, além de abranger o bem estar individual, inspira um modelo de sociedade propícia à concretização das potencialidades humanas e à plena compreensão e prática dos valores espirituais. Trata-se de um valor máximo a ser perseguido, cujos amplos e esbatidos contornos não cabe a política, senão a Filosofia, precisar. [...] Para a realização do Bem Comum sob os dois aspectos nele contidos – Segurança e Desenvolvimento –, a comunidade nacional vai cristalizando, no processo histórico, certos interesses e aspirações vitais, profundamente identificados à sobrevivência nacional e, por isto mesmo, longamente perduráveis. (BRASIL, 1979, p. 29)

O historiador Douglas Biagio Puglia, em sua dissertação de mestrado intitulada: “Adesg: elites locais civis e projeto político” (2006), ressalta que a expressão militar do poder nacional será aquela com a qual os civis menos terão contato, aquela que está na redação da doutrina: “expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação para alcançar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais” (BRASIL, 1979, p. 64), podendo-se compreender que ela diz respeito quase que unicamente aos militares. E quais serão estes “meios”? Identificam-se, mais adiante, na redação do texto da doutrina:

Expressão psicossocial do Poder Nacional é o conjunto dos meios predominantemente psicológicos e sociais, de que dispõe a Nação para assegurar a plena realização da pessoa humana, com vistas a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais. (BRASIL, 1979, p.143)

Ainda com vistas aos itens presentes na “Doutrina Básica”, o terceiro capítulo, composto de seis seções, versa sobre a “Segurança Nacional”, tema sempre em evidência na conjuntura da qual se trata.

De acordo com a própria ESG, durante vinte anos sua preocupação voltou-se apenas para a “Doutrina Política Nacional de Segurança”, para só então, nessa nova conjuntura, formular uma “Doutrina Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento” (BRASIL, 1979, p. 191), evidenciando que a inserção da dimensão econômica foi equiparada aos ditames da segurança.

O capítulo III da Doutrina Básica da ESG possui uma seção dedicada exclusivamente a conceituar a Segurança Nacional, da qual retira-se a seguinte afirmação:

Na atual conjuntura brasileira, cumpre apenas salientar que a Segurança Nacional se encontra corporificada na Carta Magna e numa multiplicidade de leis, decretos e toda sorte de instrumentos legais, mercê da influência exercida pela Escola Superior de Guerra sobre o pensamento político nacional, mormente após a Revolução de 1964. (BRASIL, 1979, p. 191)

Para Moreira Alves a ideologia da segurança nacional, contida nessa doutrina, foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado e que, em sua variante teórica brasileira, essa doutrina constitui “um corpo orgânico de pensamento

que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial” (2005, p. 21).

Na ocasião, os militares pareciam acreditar que o Estado conquistaria certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista. O *slogan* governamental era “segurança com desenvolvimento”.

Portanto, a Escola Superior de Guerra consolidou uma rede militar e civil que institucionalizou e disseminou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que prescrevia um posicionamento político mantidos para indicar como o Estado deveria ser gerido, ou seja, a doutrina propunha o *modelo* segundo o qual se devia governar. Em síntese, a Doutrina pode ser entendida como uma teoria normatizadora da sociedade e do Estado, bem como delimitadora do papel do exército; seria uma representação concreta e clara do pensamento da ESG no período em questão.

Percebe-se com essa explanação que a Doutrina foi utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação, considerado, até mesmo, demasiadamente sofisticado. Todavia, tal Doutrina, com sua ênfase na segurança interna, levou inexoravelmente ao abuso do poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão (ALVES, 2005, p. 32).

A legitimidade, ao transcender ao modo do exercício do poder, não se confunde com o direito legislado e redutível a regras e normas. Ao se radicar além das bases do direito vigente não apela para nenhuma noção abstrata e intemporal. Vincula-se simplesmente ao modo de estabelecimento do governo e à atribuição do poder ao Estado. No mundo moderno, não há outra legitimidade possível e universalmente consagrada senão a legitimidade democrática. (FAORO, 1986, p. 54)

Referências Bibliográficas

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2.ed. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BRASIL. Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 10801, 13 dez. 1968.

_____. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União: Brasília, 24 jan. 1967.

_____. Escola Superior de Guerra. *Doutrina básica*. Rio de Janeiro: Estado-Maior das Forças Armadas, 1979.

DALLARI, D. *A ditadura brasileira de 1964*. [S.l.: s.n., 19--] Disponível em: <<http://ejp.icj.org/IMG/DITADURA1964.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

FAORO, R. *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS, R. C. *Ditadura militar e propaganda política: a Revista Manchete durante o governo Médici*. 1999. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

OLIVEIRA, L. M. B. de. *Nossos comerciais, por favor: a televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti*. São Paulo: Beca, 2001.

PUGLIA, D. B. *Adesg: elites locais civis e projeto político*. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Franca, 2006.

REZENDE, M. J. *Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-84)*. Londrina: EdUel, 2001.

_____. As Forças Armadas e a reflexão de Raymundo Faoro sobre a abertura política. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, V.43, N.1, p.97-120, abr. 2009.

SANTOS, E. R. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade e Estado*. Brasília, v.22, n.1, p.153-185, jan./abr 2007.

STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

ATUAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA MARVEL COMICS ATRAVÉS DAS SUAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Carlos Eduardo Boaretto Pereira¹

Essa comunicação tem por objetivo apresentar o projeto de pesquisa que estarei desenvolvendo para minha dissertação. Tendo em vista que estou no início desse percurso tentarei aqui ilustrar minhas hipóteses e os caminhos que pretendo percorrer.

Primeiramente para deixar o leitor situado do que se trata minha pesquisa, abordaremos o conceito de histórias em quadrinhos.

O termo “história em quadrinhos” designa um meio de arte ou de comunicação, quase sempre narrativo, que justapões, quadros em seqüência dentro de uma página (ou tira), utilizando-se de registros escritos (não necessariamente) e visuais (ilustrados). Essa fusão entre diferentes processos cognitivos gera possibilidades comunicativas e estéticas que são exclusivas dos quadrinhos, graças às diversas maneiras propiciadas pelo meio em revelar o tempo e o espaço narrativo².

Não nego aqui o conceito de que as histórias em quadrinhos sejam uma arte ou um meio de comunicação, partilho dessa opinião, contudo entendo que elas não podem ser desvinculadas do seu contexto histórico, da influência de seus editores/desenhistas, ou seja, toda a produção cultura recebe uma carga de sentimentos ideológicos, políticos, sociais e econômicos de quem os produzem. É nesse sentido que minha pesquisa pretende atuar ao estudar o universo Marvel³.

Para a essa pesquisa utilizarei a princípio histórias de três super-heróis da editora Marvel: 399 revistas em quadrinhos do Capitão América que compreendendo os anos entre 1968 até 1992,

¹Mestrando em História pela Unioeste e bolsista da Fundação Araucária.

²MARCONDES, Ciro Inácio. Histórias em quadrinhos. In_: *Dicionários da Comunicação*. São Paulo; Paulo, 2009. p. 163

³É o termo que utilizam para nomear a Editora Marvel e DC Comics, pois pela quantidade de personagens, cidades, estados, países e até planetas que essas duas editoras produzem, chega a cada uma a constituir seu próprio Universo.

130 revistas em Quadrinhos do Homem-Aranha que compreendem do ano de 1963 até 1974 e 130 revistas do X-men que compreende de 1964 até 1993. O que soma cerca de 659 revistas em quadrinhos do período. Entretanto ao decorrer da pesquisa pretendo recorrer a outras publicações quando nos for convenientes, pós entendo que o período a qual estabeleci em minha pesquisa, há uma gama de super-heróis que nos auxiliarão a problematizar o papel político, econômico e social da Marvel Comics.

As escolhas desses super-heróis não são por acaso, nossa intenção é analisar os personagens que contém significados diversos, tanto pelo seu sucesso mercadológico, quanto por suas especificidades enquanto personagens.

Também não é inocente a escolha do período, 1963 a 1991, esse compreende vários eventos contraditórios da história dos EUA e no mundo, como a Guerra Fria, os embates sociais/raciais nos EUA, crise do petróleo entre outros eventos. Minha intenção é investigar como as histórias em quadrinhos retratam esses episódios.

Outro elemento presente nas histórias em quadrinhos nesse período ao qual me proponho a estudar, são as modificações em seus enredos e em seus personagens em relação ao surgimento das super-aventuras nas décadas de Trinta e Quarenta. A principio essas mudanças nos super-heróis indicam que eles deixaram de ser exemplos de altruísmos e passariam a ter problemas sociais como todas as pessoas normais, falta de dinheiro, problemas emocionais, crises de identidade. A idéia era deixar as histórias em quadrinhos mais realistas, para uma maior identificação da sociedade com essas histórias.

Entendemos que as modificações das histórias em quadrinhos não se constituíram apenas de forma técnica, com o desenvolvimento de novas tecnologias para desenhar essas histórias, mas também foi preciso uma mudança de tendência, inovação nos roteiros dessas histórias. Essa “nova concepção” essa dose de “realismo” era uma necessidade mercadológica, pois quem está falando em “realismo”? São os próprios editores. Isso nos indica o que pode ser uma nova estratégia de vendas e de atingir ao um público de uma nova geração diferente da “Geração da Guerra”, que lutava contra um inimigo presente.

A metodologia que empregarei em minha pesquisa é analisar quadro por quadro das histórias em quadrinhos verificando seus

personagens (amigos e inimigos dos super-heróis), figuras de linguagens, estética, que para mim não é avaliar o conteúdo por sua beleza artística, mas como o sombreamento ou as representações dos personagens são modificadas quando o desenhista quer ressaltar algo de bom ou de ruim em um determinado personagem, entre outros elementos que nos ajudaram a entender como se constitui esse meio de comunicação.

Para tanto além de examinar as Histórias em Quadrinhos que eu me proponho na pesquisa, é preciso também problematizar sua editora, a Marvel Comics, pois ela é uma empresa, que, como outra qualquer visa lucrar com seus produtos, obviou que se a Marvel Comics visa lucrar com seus produtos, os conteúdos dessas revistas não vão estar dissociados de uma sociedade capitalista, entretanto é com a pesquisa e a ajuda de uma bibliografia adequada que vamos tentar perceber se a editora tem a intenção de passar sua concepção de sociedade.

Pretendo aqui utilizar das discussões de Antônio Gramsci para analisar a sociedade capitalista, tendo em vista que minha pesquisa busca identificar essa editora como um pilar auxiliador da manutenção desse sistema. Gramsci escreve para entender a sociedade italiana na tentativa de perceber porque a revolução fracassou nesse país. Ao estudar essa sociedade ele nos aponta como o capitalismo se constitui de forma diversamente em sociedades diferente, mas com o mesmo fim.

Compreendo que a principal contribuição dessas discussões é o conceito de Hegemonia. É preciso entender que os conceitos de Gramsci são muito complexos tendo em vista que trata de um pensamento inacabado e deve tomar cuidado para o risco de simplificar esses termos, entretanto esse conceito me parece à chave para estudar a “*velha civilita*”, ou seja, em torno da construção de Hegemonia que aplica todos os outros conceitos de Gramsci quando se analisa a sociedade capitalista.

A nossa questão principal é pensar se a editora Marvel Comics exerce essas influências propositalmente, ou seja, se ela, organiza, estuda, articula suas publicações de maneira a transmitir e idealizar um projeto de sociedade, ou seja, se ela pode ser pensada enquanto um aparelho privado de Hegemonia, em termos gramscianos.

A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida, igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função de alguns desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes⁴.

Edmundo Dias descreve que a hegemonia não é apenas “obtenção de um domínio ideológico”⁵, mas a junção da “capacidade de construção de uma visão de mundo (Weltanschauung) e a realização da Hegemonia”⁶, ou seja, para ele a obtenção da hegemonia não está apenas no campo ideológico, mas na articulação de uma classe “fundamental” em “elaborar sua visão de mundo própria, autônoma”⁷. A garantia de se obter - lá é uma excessiva “política” a ser efetuada pela classe fundamental.

A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre de sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma. Esse processo de “construção de hegemonia”, que decorre no cotidiano antagônico das classes, decorre da capacidade de elaborar sua visão de mundo autônoma e da centralidade das classes. Essa centralidade, tomada como “síntese de múltiplas determinações”, e não como um *a priori* lógico, como um “efeito da estrutura”, é determinante no exercício da hegemonia. Diferenciar-se, comportar-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória. Para tal é fundamental, ter a capacidade de estruturar o campo de lutas a partir do qual poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças⁸.

⁴BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, história e política. São Paulo, Alameda.2008. p. 179

⁵DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: Racionalidade que se faz história. Versão modificada do artigo “Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico” In: *Revista História & Perspectivas*, nº 5, julho-dezembro de 1991, Universidade Federal de Uberlândia. p. 10

⁶*Idem*

⁷*Idem*

⁸*Idem*

Tomemos aqui como tema principal à classe dominante, precisamos entendê-la porque nossa análise pretende identificar como ela se constitui suas formas de dominação, como se articula e como podemos perceber os conceitos gramscianos para identificá-las.

Devemos perceber que “o processo de hegemonia se realiza tanto no plano do movimento quanto no plano das instituições”⁹ o que nos leva a entender que essa construção se constitui em uma “racionalidade”. Ao trazer esses elementos em seu texto, Edmundo fala de uma “nova racionalidade”, essa racionalidade é a das classes subalternas, identifica como essas classes devem se constituir para colocar em xeque as classes dominantes e instituir uma “nova civilidade”. Ao mesmo tempo ele demonstra como a classe dominante vai se constituindo como hegemônica é essa parte que aqui pretendemos explorar.

Entender o papel do partido é um dos nossos pontos propostos. Salientando que a noção de partido para Gramsci não se restringe ao partido eleitoral. A função do partido é fundamental para o arranjo das estruturas que sustentam a Hegemonia, pois seu papel é organizativo, esse partido pode ser tanto representantes das classes subalternas quanto das classes dominantes, eles que realizam a “tarefa de desconstrução/construção, deve mobilizar as vontades. Organizá-las, dar-lhes homogeneidade e sentido.”¹⁰

Tomamos aqui como exemplo de “organicidade” a análise feita pela Carla Silva em seu livro “Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)” em que ela observa a atuação política e organizadora da Veja em diversos momentos. Em muitas ocasiões o editor da revista legitima sua posição na fala de diversos “intelectuais” (Silva os entende como intelectuais orgânicos) que tentam passar um determinado projeto de Brasil.

Se para constituir Hegemonia a classe fundamental necessita de convencer as demais classes a adotarem sua visão de mundo, logo se utilizam de “Partidos” e “Intelectuais Orgânicos” para disseminar essa visão.

Carla verifica isso na Veja, como a revista cria uma idéia de que o Brasil deve abrir seus mercados para o capital internacional,

⁹*Idem*

¹⁰*Idem*, p. 11

criticando setores da indústria nacional que não aceitam essa abertura como a FIESP (Aqui podemos verificar que existiam dois projetos em disputa na própria classe dominante, uma burguesia que queria uma abertura dos mercados nacional e outra fração, que não queria essa abertura, ou que essa abertura fosse lenta e gradual). A Organização do Fórum Nacional em que se debatiam essas diretrizes para seguir o programa de abertura, também é um exemplo do papel organizativo que assume essa fração da classe, além de a todo o momento invocar em suas páginas sujeitos que pensavam essas diretrizes.

A ação da revista é múltipla: Formula um programa, organiza e gerencia, agindo pedagogicamente em torno dele. Todas estas ações partidárias, nos moldes propostos por Gramsci, que entende jornais e revistas como parte ativas do processo histórico¹¹.

As revistas, jornais, periódicos e publicações culturais além de serem frutos do seu tempo, ou seja, do seu momento histórico, sua confecção também sofre influência de seus autores, editores, donos, ou seja, as publicações culturais, jornalísticas, literárias devem ser pesquisadas de forma minuciosa não apenas através de suas figuras de linguagens dentro do texto, mas também historicizando seus autores e responsáveis.

Nesse sentido que podemos perceber que a revista *Veja* não é apenas um produto mercadológico, pois ela pretende muito mais do que apenas lucrar com suas edições.

Ao mencionar em sua pesquisa o embate entre as duas frações da classe dominante, podemos perceber que a classe fundamental, ou seja, aquela que pretende a hegemonia, não constitui de toda a classe dominante, mas de uma fração dela. A revista *Veja* junto com o Fórum Nacional realizaram uma intensa campanha de desmoralização dessa outra fração, como aponta Carla em diversos editoriais da revista que ao chamar a FIESP e seus representantes de arcaicos e ultrapassados. Através desses termos vagos como modernização, avanço, os organizadores da revista também indicam qual seria o caminho ideal para o “Brasil avançar” a abertura de mercados e a instalação do neoliberalismo.

¹¹SILVA, Carla L. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol. 7. p. 19;

Dois conceitos de Gramsci são bem explorados e argumentados aqui: Intelectuais Orgânicos e Partido. Na nota número 1 dos Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci, ele faz uma discussão sobre Intelectuais classificando-os em diversas categorias, como eles são constituídos entre as diversas frações de classe e partidos. Parece-me que esse nexos entre intelectuais orgânicos e partidos é fundamental para compreender a intensa relação que é a constituição de um programa hegemônico, ou seja, a articulação de intelectuais, partidos cria uma visão de mundo e a reproduz sistematicamente.

1) Todo grupo social, nascendo no terreno da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político¹².

Os níveis desses intelectuais são variados como já citamos a cima “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito”¹³. Esses elementos podem nos mostrar uma articulação de vários níveis, levando a prática de uma “política” que beneficia certo grupo da sociedade, mas suas ações de propaganda tentam vender que essa visão de mundo deve ser adotada por todos.

Esse é o papel que a Veja exerce como demonstra a pesquisa de Silva, que a todo o momento a revista se coloca como porta voz de toda a sociedade e ao mesmo tempo “age pedagogicamente” mostrando ao leitor o que ele deve ou não fazer, seja trabalhador, empresário, estudante.

Partido e intelectuais nesse sentido para Gramsci fazem parte da estrutura que se estendem os “organismos designados vulgarmente como privados”. Portanto esses organismos fazem parte da Sociedade Civil que em um primeiro momento para o autor é um nível da estrutura separado do Estado (sociedade política).

Seria possível mediar a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um

¹²GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. v. 2 p. 15 Vol. 2

¹³*Idem*

grupo social fundamental, ficando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: O que pode chamar de “Sociedade civil” (isto é. conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, a função da “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”¹⁴.

Em outro momento o autor já aponta o entrelaçamento delas. As leituras dos cadernos nos possibilitam visualizar ligação entre a Sociedade Civil e Sociedade Política uma atua na outra através de uma dialética, ou seja, Sociedade Civil e Sociedade Política não se separam. É o que entendemos como Estado Ampliado. A Sociedade Civil através de seus aparelhos exercem uma influência nas políticas adotadas pelo estado, o estado por sua vez centraliza seus aparelhos coercitivos para a manutenção da hegemonia.

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante da vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa da sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa, nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo¹⁵.

Entendem-se como aparelhos de coerção estatal, polícia e exército, entretanto pode ser pensar também como coerção leis que são implementadas não só para manter a ordem como também para a garantia da moral burguesa. A coerção também pode estar na fabrica

¹⁴ *Idem* p.20

¹⁵ *Idem* p.21

como aponta o próprio Gramsci nos cadernos sobre o Americanismo e Fordismo, além de entendemos também que a Sociedade Civil pratica coerção, não apenas pelas milícias civis,¹⁶ mas também através das publicações de revistas, jornais, e periódicos pode se ter consenso ou coerção, caso de ameaças com tons irônicos e sarcásticos.

Com isso partilhamos da posição de Edmundo que a hegemonia é:

Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente; ativamente ao sobrepor com o seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que faz história e que obriga as demais classes a pensa-se nessa história que não são delas¹⁷.

Tentamos aqui minimamente introduzir algumas questões que pretendo avançar em minha pesquisa, minha intenção com essa investigação é apresentar uma proposta diferente das pesquisas sobre histórias em quadrinhos as quais tive contato nesses últimos anos, proponho aqui não uma análise estruturalista dessas revistas e muito menos estética/artística, nossa proposta é mapeá-las e investigar quais os posicionamentos políticos, econômicos, sociais que essas revistas apresentam em suas publicações.

¹⁶Caso do Fascismo e do Nazismo. Mas também contemporaneamente Skinheads, neonazistas, ou casos de xenofobia contra homossexuais, negros e imigrantes.

¹⁷DIAS, E. Op. cit., p. 34

Referências Bibliográficas

BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. Filosofia, história e política. São Paulo, Alameda. 2008.

BIANCHI, Álvaro. *Um ministério dos Industriais*. A federação das indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, SP; Editora da Unicamp. 2010

CHAGAS, Luciana Z. Capitão América: interpretações sócio-antropológicas de um super-herói de histórias em quadrinhos. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.03, v.1, Junho. 2008. pp.134-162.

DIAS, Edmundo Fernandes (org.). *O outro Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

DORFMAN, Ariel; JOFRÈ, Manuel. *Super-Homem e seus amigos do peito*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. 4ª Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. 2º Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.4. 2ª Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.6. 2º Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

MARCONDES, Ciro Inácio. Histórias em quadrinhos. In_: Dicionários da Comunicação. São Paulo; Paulo, 2009. p. 163

SILVA, Carla L. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol. 7.

Sítios da Internet Consultados

História da Marvel - Marvel Comic Books. Acessado em 07 de Julho de 2011; as 14: 00h.

“OS ASSUMIDOS” E SUAS REPRESENTAÇÕES NA TV E NA INTERNET

Caroline Stefany Depieri¹

Este trabalho teve início como um projeto de Iniciação científica em 2008², se tornando meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano seguinte. Atualmente se caracteriza como minha atual pesquisa de Mestrado vinculado ao Programa de Pós Graduação em História da Unioeste. Questões que não puderam ser contempladas durante o TCC por conta de delimitação entre outros fatores é o que move esta pesquisa.

A problemática a ser discutida é em relação da homossexualidade e como se dá suas representações na TV juntamente com seus desdobramentos na rede mundial de computadores, a Internet. As representações de homossexuais na TV em minisséries, telenovelas e outros programas nos últimos anos tem sido recorrente. Um tema bastante explorado pelas emissoras de TV, principalmente quando me refiro à programação aberta, trazendo para sua programação personagens gays. É dentro deste contexto que surgiram minhas primeiras preocupações, a forma como a televisão representa os personagens homossexuais, geralmente os estereotipando, retratando-os de forma homogênea, como se todos gostassem das mesmas coisas, pensassem e agissem da mesma forma, etc.

Como mote para delinear esta investigação utilizo o seriado de TV estadunidense *Queer as Folk* traduzido no Brasil como Os Assumidos. Este seriado foi vinculado no Brasil pelo canal fechado CINEMAX durante os anos de 2001 a 2005 a série contou com cinco temporadas. A temática de *Queer as Folk* gira em torno do cotidiano de um grupo de amigos homossexuais. Durante os anos em que a série foi produzida inúmeras problemáticas foram discutidas durante os episódios, dentre elas: amor, religião, sexo, família, amigos, trabalho, filhos, preconceito, militância homossexual, etc.

¹Vínculo: Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2009. Atualmente Mestranda pela Unioeste.

²Pesquisa de Iniciação Científica, realizada entre os anos de 2008 e 2009, com financiamento do CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Robson Laverdi, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Durante o levantamento de fontes me deparei com uma questão bastante instigante que se trata da utilização do espaço da Internet como meio de debate pelos telespectadores, homossexuais ou não, que acompanharam o seriado. Nessa pesquisa inicial na Internet encontrei sites, blogs e principalmente comunidades no site de relacionamentos *Orkut* as quais tinham uma relação direta com o seriado.

O *Orkut* se trata de um site de relacionamentos, as pessoas se cadastram criam uma “conta” ou um perfil e lá podem ir adicionando amigos, conhecidos, desconhecidos, podendo inserir fotos pessoais e imagens diversas, vídeos e também há como deixar mensagens para nossos amigos por meio de “scraps” ou simplesmente recados. O usuário do *Orkut* tem a possibilidade de criar “comunidades”, qualquer integrante pode inserir uma comunidade ou várias comunidades no site de relacionamento, com o tema que quiser.

Geralmente o objetivo das comunidades é de expressar seu amor ou ódio a alguém ou a alguma coisa, gostos pessoais, entre muitas outras questões podem ser temas de comunidade, por exemplo: “eu gosto de chocolate”, “Eu amo The Beatles”, “Odeio gente falsa” ou até mesmo características da própria personalidade “Sou ciumento”, “Tenho medo de lagartixa”.

Foi nesse navegar das comunidades que encontrei um número significativo de comunidades direcionadas e/ou ao seriado *Queer as Folk*. Essas comunidades iam desde manifestar a adoração pela série até aquelas que se remetiam ao personagens em particular e posteriormente aos atores que os interpretavam. Nessas comunidades os integrantes do site do relacionamento inserem tópicos e fóruns de discussões com problemáticas relacionadas com o tema central do seriado.

Olhando as comunidades que tinham ligação direta com o seriado a primeira coisa que me chamou a atenção foi a quantidade de membros, salientando que apenas investigo as comunidades brasileiras, feitas e frequentadas por telespectadores brasileiros. Na comunidade principal e a mais antiga, intitulada *Queer as Folk – Os Assumidos* ultrapassa 22 mil membros.

Visitando os tópicos “postados” por fãs (e também por aqueles que apenas assistiram alguns poucos episódios do seriado) percebi algumas peculiaridades existentes nessas comunidades. Os tópicos variam entre perguntas sobre qual o personagem que os membros acham muito bonito, com qual se identificam mais, links

para download, entre outras coisas. O que mais chamou a atenção foi o fato do seriado ter acabado à aproximadamente 7 anos, mas os telespectadores ainda manterem essas comunidades “vivas” e ativas, faço tal afirmação pelo fato de estar cotidianamente visitando tais comunidades e perceber que praticamente todos os dias aparecem postagens novas.

A primeira pergunta que me instigou foi porque manter ativas comunidades que estão inseridas no espaço cibernético de um seriado que teve seu fim à quase 7 anos? Porque as pessoas ainda “vão” ou numa gíria falada entre os usuários das redes sociais “abrem (abrir) o Orkut”, se direcionando para as comunidades e lá continuam dividindo com os demais membros suas dúvidas, questões, observações, críticas e até mesmo narrativas de suas próprias vivências.

Minha preocupação vai no sentido de compreender as relações imbricadas na dinâmica utilizacional do espaço da Internet pelos telespectadores. Percebo que esse espaço de discussão mantidos ao longo dos anos mesmo após o término do seriado acabou se tornando um lugar de disputa e de memória. Disputa por conta de muitos internautas se manifestarem dentro do contexto das comunidades contrários as representações que a “grande” mídia faz dos homossexuais em sua programação, lembrando que atualmente a inserção de personagens gays tem se tornado recorrente.

Dentro do caráter teórico metodológico desta pesquisa conto com a auxílio de alguns autores. Entendo que as principais temáticas abordadas perpassam pelas discussões que abrangem as temáticas relacionadas a diferença, diversidade, homossexualidade, TV e por fim a Internet.

No que diz respeito a homossexualidade e suas premissas o debate com o autor Peter Frye Edward MacRae que através de seus escritos sobre a homoafetividade no Brasil pude compreender de forma mais abrangente os papéis sociais que as concepções de gênero aportam. A questão que pauta as diferenças comportamentais entre os sexos acreditava-se ser pelo viés do fator biológico esta um tanto ultrapassada, atualmente não é mais aceita pela maioria dos estudiosos (FRY, 1983, p. 10-11).

De fato, pensar os comportamentos baseados na dicotomia homem/mulher ou masculino/feminino não fazem parte da perspectiva desta pesquisa. Adoto como aporte a ideia de que as

identidades sexuais são construídas e pautadas por fatores sociais e culturais, dentro dessas perspectivas em contraposição ao pensamento que de o gênero é natural ou inato. Segundo Fry, “Desejos homossexuais são socialmente produzidos como são também produzidos desejos heterossexuais. Para nós, um, ou outro ou ambos têm o mesmíssimo valor e devem ser vistos com a mesma perplexidade normalmente apenas reservada a homossexualidade”. (FRY, 1983, p. 16).

Na obra *O que é homossexualidade* os autores também propõem discutir outras questões relativas a sexualidades e afetividades vividas por pessoas do mesmo sexo, dessa forma, pude atentar-me para as mais variadas problemáticas sobre o tema, dentre elas: a construção do movimento homossexual no Brasil, a relação direta que muitos intelectuais e a própria medicina faziam entre os homossexuais e doenças sexualmente transmissíveis e até a prática de relacionar-se afetivamente com pessoas do mesmo sexo era vista como uma doença que precisava ser tratada e curada. Esta perspectiva já foi muito discutida, debatida e principalmente contestada, hoje a maioria dos estudos relacionados com a área médica não entendem mais a homossexualidade como patologia.

Com Stuart Hall as noções de alteridade e diferenças puderam ser melhor compreendidas, percebendo que somos todos diferentes e no campo da diversidade proposto por Hall e de minhas preocupações de pesquisa este autor é bastante esclarecedor. Segundo Hall as diferenças raciais não nos definem de forma completa, somos diferentes e a todo momento estamos negociando essas diferenças sejam elas de gênero, sexualidade, classe, entre muitas outras. (HALL, 2004, p. 346)

Com o aporte de Stuart Hall a ideia de estereótipo também pode ser melhor debatida, percebendo essa prática como um fator de exclusão do outro, do diferente e daquilo que não faz parte de nosso cotidiano.

Esteretótipos em outras palavras é parte de uma manutenção da ordem simbólica. Demarca uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “desviante” o “aceitável” e o “inaceitável” o que pertence e o que não, “nós” e “eles”. O estereótipo tende a ocorrer onde há desigualdade de poder. Classifica pessoas de acordo com uma norma e constrói a exclusão do outro. (HALL, 2004, p. 258)

Com o autor Zygmunt Bauman, aproprio-me do termo mundo líquido no que diz respeito as relações afetivas constituídas de forma efêmera, ou seja, de pouca durabilidade. Quando não dá certo com uma pessoa não vemos problema nenhum em substituí-la logo em seguida por outra, é dessa forma e com essa dinâmica que as relações amorosas tornan-se igualmente líquidas. Segundo Bauman:

O “relacionamento puro” tende a ser, nos dias de hoje, a forma predominante de convívio humano, na qual se entra “pelo que cada um pode ganhar” e se “continua apenas enquanto ambas as partes imaginem que estão proporcionando a cada uma satisfações suficientes para permanecerem na relação”. (BAUMAN, 2004, p 111)

O seriado aponta uma rede de fragmentabilidade dos relacionamentos na contemporaneidade, que não é exclusivamente próprio do universo gay, aliás o autor nem toca na questão dos relacionamentos homoafetivos ele trata sobre as relações heterossexuais.

Tenho como fontes principais as comunidades inseridas no site de relacionamento Orkut e os episódios do seriado *Queer as folk*. Dentro de minha perspectiva metodológica procuro investigar as comunidades analisando as narrativas dos membros e as discussões que eles propõem. Essas narrativas encontram-se no interior das comunidades caracterizadas por fóruns que são postadas pelos internautas.

A respeito do seriado e seus episódios representados em cinco temporadas a metodologia é aplicada basicamente ao assistir os episódios, analisando-os criticamente fazendo o intercâmbio com as comunidades contidas no site de relacionamento *Orkut*. Fazer a relação entre os telespectadores da série com as discussões promovidas nas comunidades também faz parte do caráter metodológico deste trabalho.

Os principais objetivos deste trabalho é trazer para o espaço público discussões sobre a diversidade sexual na contemporaneidade, especialmente a homossexualidade. O debate em torno das representações homossexuais na mídia, sendo elas a Internet e a TV também se caracteriza como preocupação desta investigação.

No que diz respeito as fontes utilizo dois grupos principais

tenho como aporte principal os episódios do seriado *Queer as Folk*, com essa fonte procuro entender as problemáticas que a serie aborda, juntamente com as construções imagéticas.

No segundo grupo que se trata da Internet, essencialmente os blogs e as comunidades no site de relacionamento Orkut. Relacionar as representações contidas no seriado *Queer as Folk* que são ficcionais, com os fragmentos de realidade caracterizados pelos escritos dos telespectadores e internautas nas comunidades torna-se um trabalho bastante instigante.

Neste caso, a ficção representada pela série e o “real” representado pelos escritos de pessoas com problemas igualmente reais. Na frente do computador, o internauta se sente mais livre para descrever suas experiências, sendo com nomes verdadeiros ou por meio, daquilo que na linguagem dos usuários das redes sociais chamam de *fake*, é uma espécie de pseudônimo, onde o internauta cria um perfil fictício na rede, assim ninguém sabe sua identidade verdadeira, e com esse artifício, aquele que não quer que seus amigos, parentes, namorado(a), fiquem sabendo que é ele que está escrevendo pode usar o *fake*.

Discutir as premissas relacionadas as questões que permeiam a temática homossexual na atualidade é bastante significativo. Perceber os usos e as apropriações que a TV faz dessa problemática é de suma importância, tendo como base que a TV tem um papel e uma influência importantíssima para as compreensões e entendimentos daqueles que assistem. Lógico, não parto do pressuposto que o telespectador esta passivo frente a tela apenas agregando e aceitando tudo aquilo que lhe é demonstrado, este telespectador também tem suas concepções, críticas e as comunidades na Internet com um conteúdo grandioso, abriu caminhos para para a compreensão desta questão.

O telespectador esta ativo e interagindo com tudo aquilo que ele na TV, em forma de imagens e sons. No momento em que ele “se torna” internauta, integrante de um site de relacionamentos e se insere numa comunidade para fazer suas críticas, elogios, dentre muitas outras coisas, ele se mostra como participante.

Na contemporaneidade os debates visando os homossexuais estão constantemente sendo abordados pela mídia através da TV e sua programação de entretenimento. Também perpassam pelo viés político, social e cultural, por conta das discussões que abordam a

legalização do casamento homossexual, adoção de filhos, homofobia entre outros aspectos. A televisão pauta esses debates, atuando assim como uma também formadora de opinião e disseminando conceitos morais e politicamente corretos.

Referências Bibliográficas

COUTO e ROCHA. *A vida no orkut: narrativas e aprendizagens nas redes sociais*. Salvador: EDUFBA, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PETER, Fry. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2003.

RIBEIRO, Irineu Ramos. *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*. São Paulo: GLS, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Ática S/A, 1992.

ZANFORLIN, Sofia. *Rupturas possíveis: representação e cotidiano na série Os assumidos (Queer as folk)*. São Paulo: Annablume, 2005.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SETOR PESQUEIRO NO BRASIL: A ATUAÇÃO DA ITAIPU FRENTE À DIMINUIÇÃO DA PESCA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS PESCADORES PROFISSIONAIS DE GUAÍRA/PR

Cátia Franciele Sanfelice¹

Este artigo busca discutir a relação entre as políticas públicas do governo Federal voltadas ao setor pesqueiro com o projeto de criação de peixes elaborado pela Itaipu Binacional. Tais políticas vem nos últimos tempos priorizando primordialmente os incentivos ao desenvolvimento da aqüicultura apresentada no discurso político federal, como um negócio promissor e lucrativo para o país que visa gerar renda aos pescadores e aqüicultores e produzir um alimento saudável para a população. Parte integrada desse esforço a Itaipu vem desenvolvendo o projeto tanque rede relacionado aos pescadores buscando convertê-los em pescadores-aqüicultores. Nesse contexto discutimos a atuação da Itaipu frente a diminuição da pesca buscando compreender os objetivos pelos quais esse projeto foi criado e, as percepções e formas de resistências construídas pelos pescadores profissionais de Guaíra frente a tentativa de implantação do projeto tanque rede, tendo em vista as mudanças tal projeto causaria em sua forma de trabalho.

A intervenção do Estado na atividade pesqueira não é recente. De acordo com Eduardo S. Cardoso, apesar de uma história remota de intervenção na atividade, a presença do Estado no setor pode ser percebida em três momentos demarcados. O primeiro deles desde a formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra no século XX, quando “como estratégia de consolidação deste organismo das forças armadas, a Marinha atrelou a si os pescadores brasileiros, através da criação do sistema organizativo da categoria – Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores” (CARDOSO, p. 8).

O segundo marco citado por esse autor está relacionado a

¹Mestranda, vinculada a Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós Graduação História, Poder e Práticas Sociais – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

“modernização” da pesca promovida pela SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), criada em 1960. Baseado no modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar, a criação desse órgão provocou uma “modernização” conservadora no setor pesqueiro, ocasionando “concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais” (CARDOSO, p. 8).

O terceiro momento se refere à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que segundo o autor “trazem desafios recentes para o ordenamento da atividade pesqueira em mar alto, bem como questões para uma geografia política dos mares” (CARDOSO p. 2). Além desses momentos demarcados pelo autor, a presença do Estado na atividade pesqueira recentemente foi contemplada com uma nova lei da pesca, através da criação do Ministério da Pesca em 2003 e, com o Plano Mais Pesca e Aqüicultura em 2008. Essa nova política voltada ao setor está relacionada à outras que priorizam a questão ambiental, por isso constantemente é utilizado o discurso de sustentabilidade como forma de possibilitar a resolução dos problemas sócio-ambientais.

Atrelado a problemática ambiental, o intuito de tal política é o de gerar renda aos pescadores e aqüicultores e, produzir um alimento saudável para a população. Por esse motivo a aqüicultura a nível nacional vem ganhando espaço e um lugar privilegiado nas políticas públicas vista pelo governo como uma estratégia cuja finalidade é a de se concretizar como um negócio promissor e lucrativo no país².

A justificativa de tal política se relaciona ao fato de que o setor pesqueiro foi historicamente pautado por políticas descontinuadas, em que o Estado brasileiro esteve ausente no que diz respeito a projetos de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras e de políticas estratégicas para o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura:

Havia, portanto, carência de políticas integradas e integradoras que, associadas aos princípios de inclusão socioeconômica, identidade territorial e respeito ao meio ambiente, proporcionassem ao Governo Federal a realização

²Cartilha do Plano Mais Pesca e Aqüicultura. Disponível no site: <<http://www.mpa.gov.br/>>. Acesso em 20/02/2011.

de ações estratégicas ao atendimento das diversas demandas para o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Brasil³.

Dentre os desafios propostos por essa política pesqueira, o aumento da produção é enfatizado fundamentalmente como forma de garantia alimentar e geração de renda, como também de aumento do consumo do pescado. Como forma de garantir esse aumento na produção prioriza-se nessa política pesqueira o desenvolvimento da aqüicultura.

Segundo dados oficiais⁴ com o incentivo a Aqüicultura a nível Federal o Estado do Paraná foi o primeiro estado brasileiro a conseguir o licenciamento do IAP para o cultivo de peixes. A intenção é que o projeto seja implantado entre piscicultores, pescadores e até mesmo nas aldeias indígenas paranaenses.

De acordo com o ex-ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca José Frishs para a construção do I Parque Nacional Aquícola no lago de Itaipu foram investidos por parte do governo R\$ 2 milhões que em tese reúne cerca de 400 produtores de peixes em tanque rede. É interessante observar que o licenciamento ambiental para o desenvolvimento do projeto tanque rede não é divulgado como sendo de interesse do governo nem tampouco da Itaipu. De acordo com o ex-secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida “*o licenciamento ambiental a cargo do Estado era uma reivindicação dos pescadores e piscicultores da região que levavam em média três anos para conseguir uma licença pelo Ibama*”⁵.

Com essa afirmação, passasse-se um entendimento de que o projeto de criação de peixes é única e exclusivamente um interesse dos pescadores e aqüicultores e, que o governo correspondeu a esse interesse através de facilitar as licenças ambientais, quando na verdade esse projeto é fruto de uma política social que visa o aumento da produção do pescado.

Em 2005 quando foi anunciado o projeto tanque rede pelo governo do Paraná Roberto Requião foram liberados de acordo com

³Informações do artigo: Incentivo à Aqüicultura, disponível no site: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em 05/07/2011.

⁴Disponível em: <www.agronline.com.br>. Acesso em 19/01/2011

⁵Disponível em: <www.agronline.com.br>. Acesso em 19/01/2011

dados oficiais R\$ 18 milhões⁶ em investimentos para financiamento e instalação de equipamentos. Já no site da Itaipu de acordo com o Relatório de sustentabilidade de 2010 presente em seu site, o valor investido no Programa Produção de Peixes em Nossas Águas foi de US\$ 128 mil⁷.

Demonstrando que há um crescimento no setor da aquicultura atualmente o governo e também a Itaipu vem desenvolvendo políticas de incentivo principalmente para que os pescadores profissionais conciliem a pesca extrativista com a criação de peixes:

A relação da Itaipu com o governo brasileiro resulta em grandes contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região onde está localizada. Diversas iniciativas e projetos realizados pela empresa contribuem para o fortalecimento de políticas públicas, gerando mais qualidade de vida para a população local⁸.

É enfatizado que os pescadores profissionais em sua maioria possuem baixa renda e entre eles os que se saem melhor são os que conciliam a pesca artesanal com a criação de peixes. Embora o governo e nem mesmo a Itaipu deixe explícito os possíveis interesses provenientes com essa atividade criatória, o destino da produção transparece nas informações noticiadas pela Itaipu como sendo fruto também das políticas públicas, de introdução do peixe na merenda escolar:

O estímulo ao consumo de pescado e o desenvolvimento de estratégias comerciais estão entre as principais preocupações do programa. Em 2009, pela primeira vez, os produtores conseguiram vender toda a sua produção. O aumento da demanda foi resultado de uma ação que introduziu o peixe na merenda escolar. Ao todo, foram produzidas em tanques-rede 19,8 toneladas de peixe, das quais 10,3 toneladas foram destinadas às escolas. A comercialização foi feita por meio do programa Compra Direta do Governo Federal⁹.

⁶Disponível em: <www.seab.pr.gov.br>. Acesso em 20/08/2010.

⁷Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/2010_relatorio_sustentabilidade.pdf>. Acesso em 01/07/2011.

⁸*Idem.*

⁹Disponível em; <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em 01/07/2011.

Além disso o objetivo do governo é demonstrar que as águas públicas não estão apenas para gerar energia: “*Nos últimos anos, temos trabalhado no uso de águas públicas para aqüicultura, sendo que antigamente elas eram utilizadas apenas para produção de energia*”¹⁰.

Na criação de peixes as espécies mais utilizadas são a de tilápias (80%) a de pacus (10%) e os outros (10%) de outros tipos de peixes. Para a concretização do objetivo de aumentar a produção do pescado, o governo ainda vem planejando campanhas de incentivo ao consumo de pescados pela população:

O Ministério da Pesca e Aqüicultura também vem planejando criar no Estado campanhas de incentivo ao consumo de pescados. “Esta sendo planejada uma campanha para incentivar o consumo em todas as sextas-feiras e não apenas na Sexta-feira Santa. Além disso, queremos aumentar a inclusão do peixe na merenda escolar. Ele já é utilizado em escolas do litoral e de muitos municípios da região Oeste, que é o maior pólo produtivo do Estado”¹¹.

Além dessa campanha o governo prevê também medidas de incentivo para a prática da aqüicultura e para o aumento da produção de pescados. Entre elas está a concessão de créditos, assistência técnica especializada, recursos para treinamento de técnicos na área e que o governo federal em conjunto com o governo do Paraná possibilitará descontos especiais de energia elétrica. Esse incentivo a aqüicultura vem se dando primordialmente no Paraná e segundo o ex-ministro da Secretaria de Aqüicultura e Pesca Gregolim, isso é devido o “*potencial de reservatórios de usinas hidrelétricas a ser explorado*”¹².

Além da justificativa de que há no Brasil grande potencial de águas a serem exploradas com o desenvolvimento da aqüicultura, outro elemento se refere ao fato de que a pesca extrativista além de escassa não tem apresentado possibilidades de crescimento: “A pesca extrativa, no mar ou nas águas continentais, tem possibilidades restritas de crescimento, haja vista o histórico das pescarias no Brasil e no mundo...”¹³

¹⁰Disponível em: <www.agronline.com.br>. Acesso em 19/01/2011.

¹¹Disponível em: <www.agronline.com.br>. Acesso em 19/01/2011.

¹²Disponível em: <www.portaldoaagronegocio.com.br>. Acesso em 25/03/2011

No caso de Guaíra a atividade pesqueira do município vem sofrendo grandes prejuízos devido aos impactos ambientais provocados pela formação do lago de Itaipu e pelas explosões efetuadas para a abertura de um canal de navegação no Rio Paraná durante a construção da ponte Ayrton Senna. Devido tais impactos hoje a pesca não tem possibilitado a garantia de sobrevivência de muitos pescadores, os quais precisam desenvolver outras atividades de ganho como forma de complementar suas rendas.

Nesse contexto foi então que, admitindo o fato de que a pesca artesanal diminuía com a formação do lago, Itaipu se propôs a desenvolver um sistema destinado à criação de peixes, chamado “Tanque Rede”, cujo objetivo seria proporcionar uma fonte de renda aos pescadores que não conseguiam mais retirar o sustento de sua família exclusivamente da pesca¹⁴. Aliada ao incentivo oferecido pelas políticas públicas ao setor, na divulgação deste projeto, Itaipu procura demonstrar que tem uma preocupação com a situação dos pescadores.

Contudo, a pesca artesanal passa a ser ameaçada com o desenvolvimento deste sistema (apoiado pela Prefeitura de Guaíra) uma vez que os pescadores seriam “convertidos” em pescadores-aquicultores. Essa hipótese vem de encontro com a percepção dos pescadores de que aqueles que adotarem o sistema de criação de peixes em tanques redes não poderão mais exercer a profissão de pescadores, já que o sistema exige cuidados e muita dedicação, o que, por sua vez, estenderá suas jornadas de trabalho impossibilitando a prática da pesca artesanal.

Esse sistema tanque rede está inserido num projeto criado pela Itaipu denominado “Mais peixes em nossas águas” que, por seu turno, faz parte de outro programa também criado pela Itaipu, o “Cultivando Água Boa”. De acordo com informações veiculadas pela Itaipu, o cultivo de peixes como é chamado se coloca, na perspectiva da direção desta estatal, como uma alternativa sustentável. Para isso:

Quando se propôs a trabalhar para o desenvolvimento sustentável das comunidades da Bacia do Paraná 3, que das

¹³Informações do artigo: Incentivo à Aquicultura, disponível no site: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em 05/07/2011.

¹⁴Jornal Ilha Grande, 09/01/2004, p.1.

terras e águas tiram o seu sustento, a Itaipu sabia que o primeiro a fazer seria o diálogo com os diversos atores sociais da região. Um dos trabalhos importantes nesse sentido seria com as comunidades de pescadores que ali viviam. Desde a formação do reservatório da Itaipu, em 1982, a população de pescadores residentes entre Foz do Iguaçu e Guaíra saltou de 200 para quase 900 famílias. Além desses pescadores artesanais, que dependem da pesca para sobreviver, a região abriga ainda comunidades indígenas, agricultores assentados e ribeirinhos que vêm na atividade uma alternativa para complementar a renda familiar. São trabalhadores que dependem dos recursos oferecidos pela natureza e do equilíbrio ecológico de toda região. Recursos esses que vêm se reduzindo gradativamente e equilíbrio que vem sendo afetado pela falta de cuidado com a qualidade da água, com a variabilidade genética das espécies, com a preservação das matas ciliares que protegem os rios e com a contaminação dos solos. Esse alerta está se comprovando pelas estatísticas da atividade pesqueira extrativista, que mostram a redução do volume pescado a cada ano¹⁵.

Pela citação acima a Itaipu tenta justificar seu projeto através de uma abordagem bastante disseminada na atualidade sobre a questão da sustentabilidade, ou seja, procura se utilizar do problema ambiental para reafirmar ainda mais a necessidade de desenvolver tecnologias como um meio de mudança e transformação da sociedade.

De acordo com os pescadores, não há informações de que a Itaipu tenha os consultado antecipadamente sobre a intenção de desenvolver junto a eles o projeto tanque rede. Ao contrário, eles afirmam que quando tomaram conhecimento do projeto, ele já estava elaborado. Muitos desses pescadores relatam inclusive que foi um projeto imposto, sem saber ao certo se daria ou não resultado na realidade. Outra questão a ser problematizada é o fato de a Itaipu se referir ao aumento do número de famílias de pescadores e a pesca extrativista, aliada a falta de cuidado com água, com a variabilidade genética das espécies, com a preservação das matas ciliares e a contaminação dos solos como sendo os únicos fatores responsáveis pela redução do volume pescado.

¹⁵ITAIPIU. Produção de Peixes em Nossas Águas. Cultivo de peixes como alternativa sustentável. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboia.com.br>. Acesso em 19/02/2011.

Aqui não se tira a responsabilidade e a possibilidade desses fatores contribuírem para a redução do pescado. Porém, em momento algum a formação do lago a partir da destruição das Sete Quedas e as conseqüências trazidas pela construção da barragem, como por exemplo, a não procriação de determinadas espécies de peixes devido à modificação sofrida no habitat natural, são colocadas também como responsáveis por essa redução.

A Itaipu, por sua vez, cria e divulga esse discurso na sociedade como forma de explicação pelos danos causados. Chama atenção o fato de alguns pescadores entrevistados reafirmarem esse discurso quando indagados sobre a diminuição da pesca. Muitos não vêem a Itaipu como responsável pelo problema e ainda apontam como alternativa a interrupção da pesca por alguns anos em função do aumento do número de pescadores, o que, em suas concepções, agridem a pesca extrativista.

Foi então, recorrendo ao discurso que apela para a preservação do meio ambiente que a Itaipu criou o projeto de cultivo de peixes como alternativa sustentável:

Nesse contexto surgiram dentro da Itaipu ações voltadas à sustentabilidade da atividade da pesca na Bacia do Paraná 3. Essas ações foram incorporadas ao Cultivando Água Boa, no programa Produção de Peixes em Nossas Águas. A grande inovação foi apresentar aos pescadores o processo de cultivo de peixes, uma alternativa sustentável à pesca extrativista. A implantação do programa iniciou pelo diálogo com as famílias dos pescadores, visando ao diagnóstico completo da região. O trabalho resultou de um plano diretor para o reservatório que apontou as áreas adequadas à criação de peixes, bem como as necessidades e deficiências. Por meio de parcerias e convênios, tiveram início também atividades de pesquisa na área da aquíicultura e capacitação de pescadores e produtores para o manejo de peixes. E assim o programa Produção de Peixes em Nossas Águas foi estabelecido. É um programa que promove a inclusão social, valoriza os pescadores e melhora a qualidade de vida daqueles que tiram seu sustento das águas da Bacia do Paraná 3. De quebra, a população toda da região passou a contar com maior produção pesqueira, o que tornou esse importante alimento de alto valor nutritivo mais acessível aos consumidores¹⁶.

Desconsiderando o fato de os pescadores terem sido consultados sobre a elaboração do projeto, e reafirmando em diversas reportagens o desenvolvimento do cultivo de peixes como uma alternativa sustentável, a Itaipu segue divulgando o projeto como a solução tanto para os problemas ambientais como sociais. O apelo feito à inclusão social é a forma escolhida por Itaipu para construir uma série de relações na sociedade que lhe dá sustentação. Como na citação acima ela estabelece parcerias e convênios com várias instituições, dentre elas universidades, e assim constrói sua imagem de boa empresa preocupada em resolver problemas como a melhora “da qualidade de vida” e, de “quebra”, contribuir para a boa alimentação da população através da acessibilidade ao consumo do peixe proporcionada, segundo ela, pelo aumento da produção.

Segundo dados de um vídeo presente no site da Itaipu, sobre o programa Cultivando Água Boa, o programa foi criado em 2003 através do aproveitamento de ações já existentes na Itaipu Binacional e na região, mas acima de tudo trazendo novas ações. Pelos dados oficiais esse programa está implantado em 29 municípios e apresenta 63 ações que são desenvolvidas. Além disso, existem 1480 parceiros no programa, que compreende representações de diferentes segmentos, entre eles organizações não governamentais e entidades. O vídeo¹⁷ é narrado pelo diretor de coordenação da Itaipu Nelton Miguel Friedrich, o qual justifica que são as parcerias que dão sustentabilidade ao programa. Nesse vídeo Nelton explica o funcionamento do programa e o trabalho que vem sendo realizado nos diversos municípios onde o programa vem sendo implantado.

O primeiro passo segundo Nelton é promover um trabalho de “sensibilização” nas pessoas: “as etapas todas de implantação do programa, que acima de tudo começam com reuniões de sensibilização...”¹⁸. Por “sensibilização” compreende-se a intenção de fazer com que as pessoas se convençam de que são elas as verdadeiras culpadas pelos problemas ambientais existentes atualmente. Além da questão da sensibilização o discurso produzido pela Itaipu para com as pessoas que participam do programa se

¹⁶ ITAIPU. Produção de Peixes em Nossas Águas. Cultivo de peixes como alternativa sustentável. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboa.com.br>. Acesso em 19/02/2011.

¹⁷ Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em 20/02/2011.

¹⁸ *Idem*.

aproxima muito do discurso religioso. As oficinas do futuro como são chamadas tem como primeira instância ser o “muro das lamentações” em que as pessoas são estimuladas a “abrir seu coração” como forma de dizer o que sentem:

A primeira delas é exatamente o muro das lamentações, nós falamos, estimulamos pra a comunidade abrir seu coração, pra ela dizer o que sente, e todos os lamentos são anotados e inclusive porque com isso a gente ajuda a quebrar um pouco a vitimologia, que é muito de, de, do ser humano, e nós brasileiros somos campeões nisso, que sempre os outros são culpados né?¹⁹.

Com isso a Itaipu se coloca como um poder maior que está acima dessas pessoas, capaz de solucionar seus “lamentos”, ou seja, seus problemas. A isso eles denominam quebrar com a “vitimologia”, com o intuito de promover o consenso entre as pessoas e fazer com que elas não questionem e nem tenham uma visão crítica diante dos problemas sociais, muito menos de quem os causa. Essa visão, por sua vez, não é apenas apresentada para as pessoas que participam do programa. Há uma tentativa de estendê-la a toda a sociedade tendo em vista os diversos projetos na sociedade e as diversas formas de divulgação que a Itaipu promove, entre eles, na internet, jornais, revistas, folders, etc.

Após expor seus lamentos as pessoas participam de uma outra etapa das oficinas chamada árvore da esperança:²⁰

Em seguida, a oficina do futuro quando passa dos muros das lamentações para uma etapa que chama-se árvore da esperança, é um banner que é introduzido naquela reunião, uma árvore impressa e aí a comunidade é estimulada a colocar é, todos os seus sonhos e, cada sonho que é discutido e que é aprovado, é que vai para a árvore da esperança. Terceira etapa desse processo é exatamente o caminho adiante inspirado na carta da terra que é um dos documentos que baseiam todo o programa, porque o caminho adiante na verdade é um plano de trabalho, é aquilo que vai ser feito. Depois de lamentar, de sonhar, vamos agir.

¹⁹ *Idem.*

²⁰ Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em 20/02/2011.

Diante do exposto notamos como é intenso o caráter ideológico do programa desenvolvido pela Itaipu. Baseado na Carta da Terra²¹, a Itaipu procura difundir os mesmos princípios éticos presentes na carta, o de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Daí o motivo de afirmar a realização do programa sem “contestação jurídica”, o que em sua concepção seria a única forma de impedimento para a efetivação do programa, e com “convencimento”.

Além dessas questões o fato de a Itaipu desenvolver diversos projetos na sociedade também cabe ser problematizado. Isso implica retirar o papel e a responsabilidade do Estado de muitas ações e compromissos com o social. Como a Itaipu estabelece várias parcerias na sociedade com prefeituras, governo Estadual e órgãos do governo Federal, ela não desenvolve e realiza esses projetos por conta própria, mas conta com verbas e trabalhos voluntários, o que, geralmente, lhe confere uma imagem de boa empresa preocupada com os problemas sócio-ambientais que ela mesma, em parte, provocou. Não só os governos são envolvidos nesses projetos como também diversas entidades como algumas Universidades:²²

Dos diversos projetos desenvolvidos pela Itaipu, priorizaremos o projeto voltado aos pescadores denominado “Mais peixes em nossas águas” porque vemos nele tentativas de camuflar os danos causados pela construção da hidrelétrica. Entre os projetos comentados no vídeo pelo diretor da Itaipu, o tanque rede relacionado aos pescadores é divulgado como um ótimo trabalho direcionado a classe pela possibilidade de o pescador não apenas pescar, mas criar peixes: “Temos também um trabalho muito intenso com os pescadores, temos hoje quase 800 pescadores no programa 'Mais Peixes em nossa água', produzindo peixes, não é só pescando com rede, é produção de peixe, tanques redes”²³.

Com a elaboração dos projetos citados aqui, dentre eles o

²¹A carta da terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação. Disponível em < <http://www.cartadaterrabrasil.org> > . Acesso em 26/02/2011.

²²Disponível em < <http://www.itaipu.gov.br> > . Acesso em 20/02/2011.

²³*Idem*.

relacionado aos pescadores, a Itaipu procura convencer a sociedade de que os problemas ambientais possuem solução, bastando que as pessoas façam sua parte. Mas para isso elas precisam saber o que podem fazer. A maneira encontrada pela empresa nesse sentido é divulgar seus projetos utilizando-se do discurso de educação ambiental, uma educação voltada ao conformismo e a não crítica dos problemas vivenciados. Assim, ela afirma o que seria preciso para a realização dos projetos:

Mas tudo isso permeia a educação ambiental. O eixo principal é a educação ambiental formal, não formal e informal. Se a gente não construir consciências esclarecidas, não mover e comover as pessoas para as transformações não tem saída para o planeta. O ser humano é o grande causador da maior crise sócio ambiental da história da humanidade, que pela primeira vez ta colocando em risco a vida humana. Por isso a educação tem que ser transformadora e, para ser transformadora ela tem que entrar nas mentes e nos corações das pessoas²⁴.

Aproximando-se mais uma vez do discurso religioso, a Itaipu atribui à educação ambiental uma forma de se construir consciências esclarecidas (curiosamente por meio de uma linguagem gramsciana, “[por] isso a educação tem que ser *transformadora* e, para ser transformadora ela tem que *entrar nas mentes e nos corações das pessoas*”). E a forma de se obter uma consciência esclarecida para a empresa passa por convencer as pessoas de que elas são as causadoras dos problemas ambientais que está colocando a vida humana em risco. Conseguido esse objetivo se teria uma nova civilização. Através desse discurso é retirada toda a responsabilidade com o resultado que tais projetos possam vir a ter, pois é atribuído ao homem a responsabilidade de reversão dos problemas sócio ambientais. Caso qualquer objetivo não seja alcançado de deve ao egoísmo doentio e a falta de ética do cuidado que o ser humano não foi capaz de por em prática. Em momento algum o sistema capitalista, hoje responsável por tamanha degradação ambiental, é mencionado e, juntamente com ele, as muitas empresas que viabilizam a exploração do trabalho e a lógica da produção e da produtividade capitalista, dentre elas a própria Itaipu.

²⁴Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em 20/02/2011.

De acordo com as informações presentes no site da Itaipu o programa Cultivando Água Boa foi desenvolvido e incorporado às políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro no contexto de sua criação pelo governo Lula da Silva, da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP), logo no início do seu primeiro mandato. Em agosto de 2008, esta secretaria foi reforçada com a criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura. O argumento presente no site da Itaipu que legitima a atuação do governo e a importância que é dada por ele ao segmento é a seguinte:

O Brasil tem potencial pesqueiro como poucos países do mundo, pela quantidade de água marítima e continentais, entre ela os reservatórios de hidrelétricas, como o da Itaipu. A organização das Nações Unidas para a alimentação e Agricultura (FAO) reconhece esse potencial, sustentando que o Brasil tem condições de, em poucas décadas, estar entre os maiores produtores de pescado do mundo. (...) E a Itaipu, a partir da inovação na sua missão institucional, incorporou no Cultivando Água Boa as políticas públicas voltadas ao setor, tornando-se inclusive referência nacional na sua implantação. (...) Assim, os que dependem do reservatório para obter o sustento familiar vêm sendo gradativamente penalizados com a redução do volume pescado e conseqüente redução na renda²⁵.

Analisando a citação acima percebemos como a Itaipu procura demonstrar e salientar uma preocupação com aqueles que dependem do reservatório para sobreviver. Ao mesmo tempo, é explicitado que essas políticas públicas proporcionariam melhorias ao setor pesqueiro.

A Itaipu incorpora em seu discurso uma preocupação nacional em relação ao consumo de peixes, ou ainda de que o país precisa produzir peixes em maior quantidade. Dessa forma, como estatal assume como sua a política pesqueira que vem sendo desenvolvida pelo governo na tentativa de demonstrar a sua importância na sociedade e qual a participação que vem tendo nesse processo.

Diante do que foi exposto até aqui, se faz necessário compreender que o Estado não pode ser entendido separadamente da

²⁵Disponível em <www.itaipu.gov.br> Acesso em 10 de jun. 2010.

sociedade civil, ou, que o poder existente na sociedade civil se encontra apenas nas ações do Estado, ou nas ações de quem ocupa cargos políticos. Ao contrário os poderes estão nas relações que os homens e os grupos sociais estabelecem entre si. Portanto é preciso identificar que a sociedade política não está separada da sociedade civil. É justamente na correlação de forças existentes na sociedade civil que o Estado se constitui. Nas palavras de Sonia Regina Mendonça:

Assim, o que é peculiar ao Estado contemporâneo, o qual, por sua vez, deve ser pensado como uma relação social em si mesmo, é que ele guarda um espaço de consenso e não só de violência, sendo o consenso – ou consentimento – obtido, para Gramsci, através dos aparelhos privados de hegemonia, bem como através da ação do Estado restrito, que busca promover e generalizar a visão da fração de classe hegemônica (MENDONÇA, 1998, p. 21).

Segundo as considerações da autora o Estado deve ser pensado nem como sujeito e nem como objeto, mas como parte constituinte das relações sociais. Para ela:

Pensar o Estado gramscianamente, é pensá-lo sempre a partir de um dupla questão: as formas dominantes na produção (classes e frações de classes) se constituem e se consolidam através de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que em todo aparelho ou órgão público, estão presentes, sempre, projetos ou atores sociais vinculados a alguma(s) agência(s) da sociedade civil. Uma delas, certamente, possui papel hegemônico junto ao dado organismo, porém outras também lá se fazem presentes, através de seus representantes ou intelectuais (MENDONÇA, 1998, p. 22)

Por isso a importância de se verificar na sociedade civil os grupos ou agentes sociais, a que classes eles estão vinculados e o que disputam junto aos órgãos públicos, tendo em vista que sociedade civil e sociedade política encontram-se em permanente conflitos e disputas.

Além disso verifica-se como a sociedade política está em estrita relação com as classes dominantes na sociedade civil promovendo e contemplando seus projetos, como podemos observar no trabalho de Josemar Raimundo Silva sobre a economia da pesca no

Paraná, em que ele descreve como alguns agentes estão empenhados com a retomada do crescimento da aquíicultura regional, através de políticas de incentivo após um período de crise no setor de criação de peixes. Dentre esse agentes está a Itaipu, o que ajuda responder as preocupações que ela vem tendo com os pescadores através do projeto tanque rede:

Com o objetivo de retomar o processo de produção aquícola, e como o reservatório de Itaipu apresenta um imenso potencial para a geração de pescado produzido em sistema de tanques redes ou gaiolas, o qual ainda se encontra praticamente inexplorado, foi estabelecido um projeto através do Convênio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e Itaipu Binacional com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dos recursos pesqueiros do reservatório da hidrelétrica de Itaipu e de seu entorno, baseado em parâmetros racionais de exploração sustentável, descritos anteriormente (SILVA, 2008)

No contexto em que se encontra a pesca profissional o fato é que não há um consenso por parte dos pescadores de Guaíra em relação ao projeto desenvolvido pela Itaipu. Há de se considerar que foi um projeto imposto aos trabalhadores sem consultá-los para saber se tal projeto realmente funcionaria na realidade. Face às críticas que se faz ao projeto está justamente o fato de que o peixe não adquire o tamanho ideal para a comercialização, além do alto custo para manter os criadouros e, acima de tudo as mudanças que sofreriam os pescadores em relação a sua forma de trabalho. Nas palavras do pescador Jesuíno tal projeto não teria dado certo:

Porque “eles não oferecero uma técnica, um técnico pra fazer um acompanhamento entende? É a mesma coisa que eu sô da pesca profissional, me joga eu no sem terra, eu vô sabe pega uma enxada, muito malemá, eu num vô sabe como que é que planta um arroz, um feijão, uma alface, nada disso ia acontece, aí num existia uma técnica, quando vinha alguém, vinha lá pra uma reunião, blá, blá, blá, blá, blá, blá e pronto. Eu só vo passa a cria se tive um técnico em cima me orientando como é que faz, como que não faz, tantos quilo de ração assim. E a ração é caríssima, começo com um preço e só foi subino²⁶.”

²⁶Depoimento de Jesuíno, dia 06/08/2011.

Jesuíno ao mencionar a falta de assistência técnica, possibilita compreendermos os significados atribuídos por ele ao projeto tanque-rede. Em sua concepção desenvolver um projeto em que os pescadores ao invés de pescarem passassem a criar peixes seria o mesmo que os obrigar a exercer outra profissão a qual não possuem conhecimentos suficientes. Demonstra ainda, que tal projeto foi elaborado de forma desconectada com a realidade vivida por grande dos pescadores. Esses muitas vezes precisam complementar suas rendas com outras atividades de ganho, o que torna impossível ao pescador manter tanques criadores, nos quais precisariam dispor de recursos financeiros para o trato dos animais até o momento de estar pronto para o abate.

Além dessa questão é necessário que seja problematizado que a pesca profissional não requer gastos por parte dos pescadores, enquanto que a criação de peixes nos moldes propostos pela Itaipu em tanques criadores requer gastos e, além disso, uma intensificação em relação ao trabalho dos pescadores através dos cuidados técnicos que a criação de peixes exige. Além dessas questões o tempo de espera até que a produção estivesse pronta para o abate e, assim pudessem obter retorno financeiro também é apontado pelos pescadores como um empecilho para o desenvolvimento do projeto. Isto, por sua vez, impõe uma mudança em relação aos modos de trabalho desenvolvidos pelos pescadores com a pesca natural.

Contudo, a inexistência de consenso por parte dos pescadores nos permite investigar com tais sujeitos têm percebido e encarado a realidade em que vivem. As percepções que possuem surgem em suas memórias relacionadas ao papel que a Itaipu desenvolve na sociedade. Essas percepções, por sua vez, surgem de forma ambivalente, ora atribuindo à Itaipu a responsabilidade por desenvolver projetos que podem vir ajudá-los, ora esta surge como responsável pela situação vivida por eles. Essa questão nos possibilita identificar de que forma os trabalhadores tem atribuído significado ao vivido na realidade social, tarefa que impõe um diálogo com as perspectivas, avaliações, certezas e incertas dos trabalhadores e os problemas existentes no mundo do trabalho. Como argumenta Antônio Bosi e Rinaldo Varussa sobre os trabalhadores e o trabalho no Oeste paranaense:

Saber como os trabalhadores tentaram e tentam impor as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição

aos propósitos das classes dominantes é mais do que um problema de teoria, senão um compromisso e um posicionamento. [...] Cabe pautar os sentidos que os trabalhadores conferem ao vivido, às estruturas econômicas e sociais, à relação com o trabalho, com a família, com o Estado, de resto com toda a realidade social (BOSI & VARUSSA, 2006, p. 36-43)

Esse contexto nos fornece elementos para perceber que a sociedade é permeada por contradições, conflitos e disputas entre as classes sociais. Por isso a importância de se investigar na sociedade como determinados projetos noticiados como projetos hegemônicos são percebidos e vividos pelos trabalhadores. O projeto tanque-rede além de uma tentativa de camuflar os danos causados a pesca e aos pescadores pela Itaipu, constitui um projeto que está inserido e sendo priorizado nas políticas públicas desde o governo Lula até o governo atual. Tais políticas vem priorizando além da criação, a industrialização, como forma de agregar valor ao pescado. Nesse sentido a pesquisa caminha no intuito de compreender a relação do projeto tanque-rede com o processo de industrialização capitalista, ou seja, de uma dinâmica de produção para à indústria.

Referências Bibliográficas

- BOSI, Antônio e VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e Trabalho No Oeste do Paraná: Trajetórias de Pesquisa*. Coleção Tempos Históricos – Volume 1, Edunioeste, 2006.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Trabalho e Pesca: Apontamentos para a investigação*. Depto. De Geociências – CCNE/UFMS. Pós doutorando – Geografia – FCT – Unesp. Revista Pegada – Vol. 10 n.2.
- MENDONÇA, Sônia Regina. “Estado e Sociedade” In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- SILVA, Josemar Raimundo. *Análise da viabilidade econômica da produção de peixes em tanques – rede no reservatório de Itaipu*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2008.

OS TRABALHADORES NO ENSINO E NOS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA¹

Cintia Valéria de Mello²

O objetivo central dessa pesquisa é a problematização da temática do “trabalho e dos movimentos sociais” nos documentos oficiais identificados como Parâmetros Curriculares de História (“PCNs de Ensino Fundamental (BRASIL, 1998)”, “PCN Ensino Médio (BRASIL, 2002a)”, “PCN+ (BRASIL, 2002b)” e as “Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (PARANÁ, 2008)”, problematizados e cotejados a partir de obras e artigos de revisão historiográfica da temática do “trabalho e dos movimentos sociais”. A partir de então, entender está teoria posta em prática por meio de entrevistas com professores da rede pública de ensino.

O ensino de História pode favorecer que o aluno assuma formas de participação social, política e atitudes críticas diante da realidade atual, identificar limites, pressões e possibilidades de sua atuação, na permanência ou na transformação da realidade histórica que se insere.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados no ano de 1998, como uma reelaboração e renovação da proposta curricular, na função de subsidiar a elaboração e a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores auxiliando-os na tarefa de reflexão e discussão, na sala de aula, “com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governo e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro” (BRASIL, 1998, p. 5), ressalta o Ministro da educação daquele período, Paulo Renato Souza.

¹Artigo produzido a partir dos resultados da pesquisa de iniciação científica “PIBIC – Ações Afirmativas/Fundação Araucária/UNIOESTE”, vigente no período de agosto de 2010 a julho de 2011, orientado pelo professor Dr. Vagner José Moreira.

²Acadêmica do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, vinculada ao Grupo de Pesquisa “História Social do Trabalho e da Cidade”, Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”. Bolsista do PIBIC – Ações Afirmativas/Fundação Araucária/UNIOESTE.

Ao dar-se prioridade a um determinado currículo se legitima o conteúdo a ser reproduzido como conhecimento. É importante pensar que as disciplinas, em específico a de História, exercem grande poder na sociedade e, portanto, está carregada de interesses políticos por trás da escolha dos conteúdos curriculares, pois é direcionada a formação de ideologias para determinada sociedade.

Os conselhos e leis tal qual o Ministério da Educação (MEC) e a LDB (Lei de Diretrizes de Bases), regem os conteúdos mínimos obrigatórios do currículo. O poder público “preocupa-se em definir não somente a estrutura do sistema educacional, mas também as principais ideias que devem nortear esse direito à Educação pelo qual ele está se responsabilizando” (MARTINS, 1996, p. 04). Demonstrando uma manipulação e controle sob o direito à educação.

Nestes currículos são,

[...] incorporados às discussões sobre os papéis sociais e políticos da escola, qual perfil do profissional da Educação apto a desenvolvê-los junto aos alunos, para que tipos de aluno se destinam e qual aluno pretende forma. Discute-se também que tipo de relação social se estabelece no interior das instituições escolares: estas são meramente micro-reproduções das relações sociais extra-escolares ou pretendem ser formadoras de novas opções para as relações sociais? (MARTINS, 1996, p. 05).

A partir desta citação extraída da dissertação de mestrado da Maria do Carmo Martins “A construção da proposta curricular de História da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos” (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógica do Estado de São Paulo) podemos perceber que não se trata somente de uma organização de um currículo para educação básica, mas também uma construção de um projeto político.

No PCN de História se faz numa proposta de constituir-se num documento de apoio para o professor, contribuindo para a construção de um pensamento no exercício de reflexão juntamente com os alunos, relacionando questões cotidianas a serem discutidas. Existem proximidades desse currículo para com as problematizações do passado/presente, a quebra do conteúdo estudando de modo progressista, linear, trazendo uma proposta temática possibilitando a melhor compreensão dos processos históricos.

As propostas estão divididas em eixos temáticos, ou seja, juntamente as relações sociais, da cultura e do trabalho, na qual a temática do “trabalho e movimentos sociais” aparece como um subtema, “relações de trabalho”, em que divide o trabalho em diferentes momentos da História, apontando suas diferenças, transformações e permanências nas relações de trabalho, no presente e no passado.

Essa maneira de distribuição de conteúdo passa à falsa idéia que a história passou/passa por processos contínuos e, na qual é resultante de uma evolução, ou seja, um progresso. Onde na verdade existe uma ampla diversidade de fontes elencadas, e as “ações e projeções inseridas na vivência social e, sobretudo como expressão dos diferentes modos dos sujeitos traduzirem e atribuírem sentidos e significados aos seus viveres” (ALMEIDA; CALVO; CARDOSO, 2005, p. 20). Não se pode estudar a história como fatos únicos e estáticos.

A temática do trabalho sugere uma discussão a compreender desde as relações de organização social, em que cada sociedade organizava a divisão do trabalho entre indivíduos e grupos sociais. A análise de confronto entre as diferentes formas de trabalho, perpassando pelos tipos de trabalho: comunitário, servil, escravo, trabalho livre, assalariado, divisão de trabalho no espaço doméstico, urbano, rural e na indústria, os tipos de remuneração, diferenças entre os sexos, etnias, formação escolar e os valores culturais atribuídos ao trabalho manual e criativo. Questões que fazem parte do cotidiano de muitas pessoas e, portanto, fazer a relação presente/passado, irá atrair os alunos, fazendo com que os mesmo percebam, nas experiências do seu histórico de vida, ou de alguém da família, ou qualquer conhecido, que fazer-se de uma retrospectiva, é fundamental para assim compreender questões da atualidade.

Porém, o PCN como um documento oficial, dissimula as intenções e as disputas sociais e políticas, no qual se trata de uma formação de futuros trabalhadores moldados, pois todo o discurso que envolve os conteúdos tem por finalidade “à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para sua formação e atualização profissional” (BRASIL, 1998, p. 5). Logo, a instrução do currículo vem de modo a introduzir as relações sociais de produção, sem maiores questionamentos de como são concebidas, a relação de exploração e toda a condição precária dessas relações e a problematização de seu

contexto no processo histórico e no presente.

Contudo, os PCN têm como objetivo, instigar o aluno com propostas e métodos de ensino que os valorizam como protagonistas da realidade social e da construção da História. Mas somente de modo a reconhecê-la, pois a perspectiva de transformá-la não esta nas intenções das classes dominantes.

Então, para que os alunos possam estar aptos a “reestruturação produtiva” fica claro logo no início, nos objetivos do documento oficial, “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e contribuir conhecimentos” (BRASIL, 1998, p. 5), pois, nas páginas seguintes a proposta de “refletir sobre as transformações tecnológicas e as modificações que elas geram no modo de vida das populações e nas relações de trabalho” (BRASIL, 1998, p. 54), confirma o que foi dito acima, sobre a questão restrita ao reconhecimento e, conseqüentemente, o enquadramento desse modo de relação de produção. Assim, frisando a importância de aprender a utilizar os “recursos tecnológicos” para adquirir e construir conhecimento e estar pronto para trabalhar.

A partir do ano de 2004, vários professores da rede Estadual de Educação começaram a se mobilizar para (re)construir um novo currículo. Ocorreram vários encontros e semanas de estudos pedagógicos para a elaboração dos textos das Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008).

A proposta das Diretrizes Curriculares é de firmar sujeitos que construam sentido s para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade. “Ao definir qual formação se quer proporcionar a esses sujeitos, a escola contribui para determinar o tipo de participação que lhes caberás na sociedade. Por isso, as reflexões sobre currículo têm, em sua natureza, um forte caráter político”. (PARANÁ, 2008, p. 14).

Como o objetivo de construir uma sociedade no qual as oportunidades sejam iguais a todos e acreditando que a escola seja um lugar de socialização do conhecimento, um projeto pedagógico vinculado a um projeto social (PARANÁ, 2008). Abrangendo principalmente as classes “menos favorecidas”, pois é na escola que essas pessoas encontram maiores oportunidades.

O currículo das Diretrizes se pontua a partir de conteúdos que são considerados fundamentais para o ensino, tanto do conhecimento instituído, como a importância do processo de ensino/aprendizagem. No material são nomeados de “Conteúdos Estruturantes”.

Esses conteúdos são delimitados e selecionam os conteúdos básicos ou temas históricos, que se desdobram em conteúdos específicos. Apontam para o estudo das ações e relações humanas que constituem o processo histórico. Nessas Diretrizes, as relações culturais, relações de trabalho e de poder são consideradas recortes deste processo histórico.

Dentro do Conteúdo Estruturante “Relações Trabalho” permite a problematização das diversas formas de organização social, e essa organização, em específico, do emprego assalariado, dentro desse mundo capitalista, que o trabalho foi assumindo historicamente. Com influência da Nova Esquerda Inglesa: “[...] entende que a consciência de classe dos sujeitos não se constrói somente entre a luta de classe da burguesia *versus* proletariado, mas também em conflitos no interior das próprias classes por meio da experiência vivida pelos trabalhadores”. (PARANÁ, 2008, p. 65).

Articuladas a autores como Eric Hobsbawm, que entende a noção de mundo do trabalho como a condição nas quais os sujeitos estão inseridos ao constituírem suas relações de trabalho, o que faz ampliar o conceito marxista do modo de produção. E. P. Thompson (1981) irá propor o conceito de experiência histórica, afirmando que a classe social e sua respectiva consciência de classe são fenômenos produzidos pelas experiências, valores herdados e compartilhados pelos próprios sujeitos históricos ao construírem sua identidade, e a dimensão do conceito vai se referir à prática do historiador, que deve ser pautada na análise e verificação de documentos para que se produza a metodologia da investigação histórica.

A “relação de trabalho” aparece de modo a se relacionar com as relações de poder e cultura. A importância de analisar aspectos do trabalho contribui para uma maior compreensão da organização e relações de diversas sociedades.

Contudo, a seleção dos Conteúdos Estruturantes é pautada por interesses:

[...] tais conteúdos carregam uma marca política, são datados e interessados e, nesse sentido, alguns saberes disciplinares, considerados importantes no passado, podem estar, aqui,

excluídos do campo de estudos da disciplina. Outros conteúdos estruturantes, ainda que mais recorrentes na história da disciplina, têm, nestas diretrizes, sua abordagem teórica reelaborada em função das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas recentemente (PARANÁ, 2008, p. 25).

No próprio corpo do texto está explícito que há escolhas na determinação do conteúdo, a partir de um determinado interesse. Nessa conjuntura, o acompanhamento das transformações sociais se pauta restritamente como um reconhecimento do presente.

É importante que a capacidade de dominação do professor, com o conteúdo somado à criatividade e organização, se torne compreensível e agradável às aulas. Porém, como cita a autora Déa Fenelon (2009), a situação dos professores: “[...] atarantados e confusos com a precariedade das condições de trabalho, mas, sobretudo, com um assustador despreparo profissional para enfrentar a realidade da escola e do ensino”. (FENELON, 2009, p. 30).

Fica nas mãos dos professores a importância de esclarecer aos alunos que a história estudada não corresponde ao passado total, integral e concretamente vivida pelas pessoas de diferentes épocas e espaços, incluindo a história de períodos recentes, como questão primordial nas transformações históricas.

Acontece que os professores muitas vezes não conseguem abordar todo o conteúdo, assim, a interpretação e a pesquisa acabam ficando um pouco de lado. Os professores sentem dificuldades de trabalhar de acordo com a perspectiva das Diretrizes Curriculares. Então, para facilitar o desenvolvimento da aula e para que os alunos possam compreender o conteúdo, o professor tenta envolvê-los em algum marcos históricos e a partir de aí, fazer um exercício de desconstrução do assunto.

De acordo com o desenvolvimento da turma, o professor segue determinado conteúdo. No qual às vezes, pela dificuldade em trabalhar a tematização, opta por discutir algumas questões seguindo um viés da História tradicional, linear.

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, de certo modo, se aproximam das questões acadêmicas, da construção do pensamento crítico, possibilitando maior liberdade ao professor, o que contribui para uma flexibilidade na hora de problematizar questões, juntamente com o aluno.

Porém a responsabilidade do professor é muito grande. A contribuição para formar alunos “pensantes”, que consigam reconhecer o seu presente, mantendo uma opinião crítica sobre os acontecimentos é fundamental.

Em síntese e reiteradamente, a temática não esteve ausente nos debates propostos, mas quando relacionadas às práticas docentes, ao que parece, pouco informam e orientam o planejamento e o trabalho na sala de aula, na seleção de temas, conteúdos e abordagens, não provocando de forma mais expressiva situações de ensino e pesquisa no nível básico que problematize os mundos dos trabalhadores.

A pesquisa realizada buscou analisar a temática do “trabalho e movimentos sociais” no ensino de História a partir da historiografia, de entrevistas com professores de História e de documentos oficiais, tais como Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná. Delimitamos problematizar as distâncias e aproximações entre a prática docente e as orientações pedagógicas propostas pela historiografia do “trabalho e movimentos sociais”. Analisando os Documentos Oficiais, é possível perceber conteúdos de apoio para uma aproximação na construção de um pensamento reflexível e crítico para com o aluno. Porém, de variada intenções políticas, não raro, para conformar ao *status quo*.

Por vezes, os PCN esboçam uma idéia no qual a história passa por processos contínuos, como se os fatos ocorressem naturalmente e de modo estático, assim omitindo a ampla diversidade entre os conflitos existentes no processo histórico. Com um currículo voltado a intenção de ensinar futuros trabalhadores sem maiores questionamentos de como são concebidas as relações de exploração existente e a problematização de seu contexto no processo histórico e no presente.

A proposta das Diretrizes Curriculares, a partir de uma (re) organização de um novo currículo, trouxe uma abordagem pautada no reconhecimento do presente, possibilitando maior liberdade para o professor com o aluno. Contudo, compete ao professor mediar essas problematizações, trazendo questões pertinentes do cotidiano do aluno, de modo a introduzi-los na discussão e compreensão do processo histórico, e principalmente como um agente transformador, para além da percepção da realidade atual.

Como historiadores e professores de História temos que entender a necessidade da história como problematização à formulação da construção de determinada história e não apenas relatar seus acontecimentos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P.; Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (orgs.). *Histórias: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história / Secretária de Educação Fundamental*. – Brasília/MEC, 1998.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002a.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002b.

FENELON, D. R. O Historiador e a cultura popular: História de classe ou História do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan./jun. 2009.

PARANÁ. Secretária de Educação do Estado do Paraná Departamento de educação Básica. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História*. – Brasília/MEC, 2008.

MARTINS, M. C. *A construção da proposta curricular de história da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos*. Campinas, SP: [s.n], 1996.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CRIME DE SEDUÇÃO E RAPTO: DISCURSO E PODER NO PROCESSO JUDICIAL

Cintia Wolfart¹

Introdução

Toledo se distinguia da maioria das demais cidades do Oeste do Paraná, nos anos de 1950, por apresentar um significativo processo de urbanização, contava com diversos profissionais e instituições públicas, como o poder Judiciário e Policial, bem como com estrutura Médica. Mudanças sócio-econômicas, atreladas ao crescimento demográfico, influenciaram no processo de urbanização, modificando tanto a estrutura da cidade, como a própria condição de vida dos habitantes que ali viviam.

Além de Toledo, outras localidades dessa região passaram por grandes mudanças a partir da década de 1950. Esta população era constituída por pessoas vindas da região sul, de outras regiões do Brasil e de pessoas ligadas a países da tríplice fronteira. Esses sujeitos históricos apresentavam valores e costumes distintos entre si, influenciando nas relações sociais. No Oeste do Paraná, o contato estabelecido entre esses sujeitos, possibilitou a constituição de namoros, uniões conjugais, casamentos, ocasionando diversos conflitos no cotidiano dessa sociedade. A Justiça e a Delegacia eram instituições procuradas por esses sujeitos, que visavam solucionar os conflitos de casais, atrelado à “conjunção carnal” / “defloramento” ocorrido antes do casamento.

Os processos judiciais são importantes fontes para esse estudo pois possibilitam o contato com pessoas que fazem parte da população pobre da região Oeste do Paraná. As histórias dessas pessoas estão registradas nos autos dos inquéritos policiais. Esse caso que apresentamos, trata da vida de sujeitos, que prestaram seus depoimentos na justiça. Esses depoimentos eram datilografados, ou seja, filtrados pelo escrivão judicial. Os processos apresentam representações sobre o feminino e masculino, e a construção de

¹Acadêmica do 3º ano do curso de História/ Licenciatura da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon e bolsista do PIBIC/ FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/PRPPG. E-mail: cintiawhistoria@gmail.com.

determinados padrões ideais para serem seguidos, de um modelo burguês, que pretendia controlar os comportamentos desses sujeitos históricos.

Nesses tipos de crimes de sedução e Rapto, anteriormente denominado “defloramento”, o homem tirava a virgindade de alguma moça, e essa ou sua família, em sua grande maioria pais, eram representantes da mesma diante do dispositivo Jurídico ou Delegacia. Nos casos de crimes de sedução e de rapto analisamos como as pessoas pensavam a honra feminina na época, honra esta que era sinônimo de virgindade sexual.

São vários os motivos que levaram determinadas pessoas a procurarem à justiça e a Delegacia, esses motivos estão ligados a questões financeiras, a violência, constrangimento e o arrependimento. Neste estudo procuramos verificar se a justiça realmente protegia a mulher nos casos de violência e entender como promotores e juízes realizavam as decisões e se esses casos eram resolvidos. Observamos que a virgindade antes do casamento estava atrelada aos costumes e valores da sociedade na época. Religião, justiça e estado objetivavam a organização social, voltada para o trabalho e a harmonia entre as pessoas da sociedade local. Destacamos que a sexualidade tornou-se um assunto e de interesse do estado atuando no controle dos trabalhadores por meio da medicina, do policiamento e da justiça.

Análise do Processo crime de sedução²/Rapto³ ocorrido em Guairá – Paraná (1957)

No ano de 1957, Antônio, casado, lavrador, residente na Vila Maripá no Município de Guairá⁴, recorreu ao dispositivo jurídico, apresentando queixa crime de ação privada⁵ contra o suposto namorado de sua filha, por ter retirado a virgindade dela, pretendia recuperá-la e punir o sedutor. Prestou a seguinte declaração junto à delegacia de Polícia de Toledo:

²No artigo 217 do Código Penal de 1940 diz que: “Seduzir mulher virgem, menor de 18(dezoito) anos e maior de 14 (catorze) e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança: Pena-reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos”.

³De acordo com o Código Penal de 1940, era punido quem raptasse mulher honesta mediante violência ou grave ameaça. A pena para o infrator desse tipo de crime era de 2 a 4 anos de prisão.

Na noite de 20 para 21 do mês andante, o indivíduo supra mencionado, aproveitando-se da inexperiência de sua filha “Maria”, menor de dezoito anos de idade, retardada mental, raptou-a para fins consensual.

Que, de tal sorte, com seu proceder, o indivíduo mencionado, infelicitou socialmente a sua filha, assim como, causou-a prejuízos jamais reparáveis, conforme é público e notório⁶.

Os crimes sexuais envolviam muito além do que a violência física ligava-se à honra dos envolvidos no processo: o “deflorador”, a “vítima” e seus pais, vizinhos e outras testemunhas acabavam tendo suas vidas expostas. Se o infrator do crime não era condenado ou se não repararia o dano, a “vítima” corria o risco de ter sua intimidade exposta na sociedade, especialmente se tratando de cidades menores, onde os meios de sociabilidade eram bem menores na época, e a exposição dos sujeitos eram bem maiores do que nos grandes centros urbanos do país. É importante salientar que tal processo judicial apresenta suas peculiaridades. A sua instauração ocorreu através de ação privada, mediante seu representante legal (nos casos em que a “ofendida” é menor de idade).

No mesmo dia em que o inquérito havia sido realizado, a queixa era apresentada na Delegacia Regional de Toledo. O delegado instaurou o inquérito, no qual eram realizados os procedimentos legais com o objetivo de reunir elementos e provas. Os procedimentos constituíram-se dos exames periciais, entre eles o exame de conjunção carnal e o exame para identificação de idade. Os exames médicos legais eram meios materiais de comprovação da

⁴Distrito criado com a denominação de Maripá, pela lei municipal n.º 12, de 20-04-1954, subordinado ao município de Guaíra. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Maripá, figura no município de Guairá. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Pela lei estadual n.º 4245, de 25-07-1960, desmembra do município de Guaíra os distritos de Palotina (ex-Vila Palotina e Nova Maripá (ex-Maripá), alterado pela lei acima citada, para constituir o novo município de Palotina. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Nova Maripá, figura no município de Palotina

⁵Ação Penal é o meio que tem o Estado, representando a sociedade de apurar os atos criminosos. Ela pode ser de três tipos: a) Ação Penal Pública – promovida pelo Ministério Público, b) Ação Penal Pública Condicionada – quando a lei exige a representação da vítima autorizando o Ministério Público a investigar; c) Ação Penal Privada – quando só a própria vítima ou seu advogado (em nome dela) pode propor a ação, mediante queixa.

⁶Processo n.º 0044/005. Trecho retirado da declaração do pai da ofendida.

violência, mas não era uma prova definitiva, eles serviam apenas de referência e eram frequentemente manipulados pelos advogados dos réus. Entende-se por 'conjunção carnal' o coito vaginal, completo ou não, com ou sem ejaculação. Para prova do crime, era necessário o exame pericial que comprovasse no caso de violência possíveis equimoses, até mesmo, arranhões.

Através do exame de defloramento procurava-se constatar acerca da ocorrência da cópula carnal, identificando a data “provável” em que havia ocorrido a conjunção, se a “vítima” era virgem antes da prática deste ato, bem como se o crime havia sido praticado mediante uso da violência física, resultando para a “vítima”, incapacidade para ocupações habituais, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aceleração de parto, incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido, função, deformidade permanente ou aborto. Ainda, era verificado se havia ocorrido qualquer outra causa que tivesse impossibilitado a “vítima” de resistir. As provas eram verificadas pelo delegado, promotor, advogado, juiz através das declarações prestadas pelas pessoas envolvidas, entre elas, testemunhas de acusação e defesa arroladas pelos primeiros.

Vejamos, então, como destaca Martha de Abreu Esteves:

(...) os escrivães, delegados, promotores, advogados, juízes, testemunhas, acusados e ofendidas, formavam-se as diversas versões sobre a moralidade da vítima e do acusado de crime sexual, fundamentais na produção de uma ofendida e de um criminoso. Aí se cruzavam valores e discursos diferentes, representando vivências diversas, que, ao serem relatados, esmiuçados e julgados, nos palcos da Justiça, iam especificando e divulgando os padrões de honestidade e os comportamentos que mereciam ser punidos ou incentivados.⁷

A ofendida deveria apresentar-se ou enquadrar-se nos requisitos configurados do delito. Dentre esses elementos, ela deveria enquadrar-se nos limites de idade (14 a 18 anos), atrelado à virgindade da mulher anterior ao delito e a conjunção carnal. No caso analisado, os peritos haviam constatado a ruptura completa do hímen,

⁷ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.38.

julgaram ser impossível informar a data da conjunção carnal, em virtude dos bordos do hímen já estarem cicatrizados.

O exame de corpo de delito dificilmente comprovava a existência de violência sexual. Os peritos poderiam detectar a existência de esperma e confirmar se a “vítima” manteve relação sexual recente ou não, mas não poderiam afirmar com precisão se a relação foi forçada ou consentida e muito menos afirmar se o acusado foi ou não o homem envolvido no ato sexual. As perguntas que eram feitas pelo aparato jurídico policial apresentaram determinada curiosidade acerca da virgindade da “vítima” e sobre experiências da sua vida anterior.

Ao analisar as normas jurídicas e práticas populares em Curitiba entre 1940-1950, Cláudia Quaquarelli afirma que as moças ao procurarem a justiça para pedir assistência e proteção, se deparavam com uma verdadeira sabatina jurídica. Deveriam provar o merecimento do amparo legal não somente através do enquadramento nos requisitos do delito, mas também através de outros preceitos morais. O discurso e a prática jurídica do período realizavam função repressora e punitiva, mas também repassavam para a sociedade valores e identidades tanto sociais quanto sexuais⁸.

No processo estudado observaram-se narrativas oriundas de diversos indivíduos presentes na construção do processo, e nas formalidades jurídicas. Os depoimentos acerca do crime constituíram importantes meios para a obtenção de informações acerca deste conflito ocorrido entre o casal. As únicas informações que foram apresentadas a respeito de circunstâncias vividas entre o casal, foram somente, antes e depois do crime.

No depoimento do pai, prestado na Delegacia, chama muita atenção o fato da “vítima” conhecer o denunciado, o qual estava namorando já por algum tempo. Esse tinha um bom relacionamento com a família da “vítima”, e freqüentemente visitava a residência da mesma. O pai da “vítima” quando foi prestar suas declarações acerca do fato ocorrido, alegou que antes de sua filha desaparecer encontrava-se em sua casa um rapaz que era seu conhecido, que, logo após da saída do rapaz percebeu a falta da filha, pensando logo na possibilidade da fuga da menor com o garoto, sabendo que ambos

⁸QUAQUARELLI, Cláudia. *Descaminhos do amor*: Norma jurídica e práticas populares. Curitiba 1940-1950. Dissertação de Mestrado UFPR. Curitiba, 2000, p.10.

eram namorados. Sendo que, na mesma noite eles foram procurados, mas que, não foram encontrados, somente no dia posterior ambos foram encontrados pelo próprio declarante sendo apresentados ao “inspetor policial” daquela localidade. O pai ainda alegou que pelo fato de sua filha sofrer de ataques e por ser “meia débil mental” seria impossível a reparação por casamento.

A vigilância sobre o comportamento de casais era uma prática freqüente, tanto que família e vizinhos atuavam como guardiões do casal. Estavam atentos para o tipo de envolvimento que a mulher ou homem mantinham.

De acordo com Jurandir Freire Costa ao tratar sobre o pai como “manequim higiênico do homem” afirma que:

O <<pai higiênico>> nasceu com outra ética e outra <<profissão>>. Em vez de proprietário era funcionário. Funcionário da <<raça>> e do estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros; seus direitos, diminutos. Devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da <<raça>> e maximizar o patriotismo da sociedade. Deveres superlativos, dos quais emergiam, como meros prolongamentos, seus únicos direitos: direitos de trabalhar e direito de fornicar⁹.

Maria Izilda Santos de Matos citando Arthur Fernandes Campos da Paz em seu artigo sobre Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940), trata sobre o casamento, na perspectiva higiênica, expondo que as mulheres consideradas fisicamente débeis, sujeitam às limitações da menstruação e da gravidez, teriam de ser protegidas dos perigos públicos e deveriam ficar confinadas ao espaço privado, em função de suas supostas “características biológicas”. A “predestinação biológica” converte a maternidade em obrigação, a representação feminina centra-se na valorização da sensibilidade em detrimento da inteligência, da devoção e da submissão em detrimento das especulações intelectuais¹⁰.

⁹COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edição Graal, (Biblioteca de filosofia e história das ciências: v. n.º. 5), p. 240.

¹⁰MATOS, Maria Izilda Santos de. *Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas* (São Paulo:1890-1940), Uberlândia, 2007, p.30. Disponível em <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/MariaIzildaMatos.pdf>; acessado em 20/12/10.

No processo, evidenciaram-se os costumes e valores da época, como o casamento, a virgindade como sendo sinônimos de honra e honestidade. A ofendida apresentou a declaração que “seu namorado Antônio convidou-a para juntos fugirem, e se por ventura a declarante não fugisse juntamente consigo, não mais queria casamento com a mesma”.¹¹ Nesse sentido, Caulfiel explica que os acusados faziam grande uso do discurso associado a liberalização ou liberdade das mulheres, a ausência de honra ou virgindade. Muitos dos acusados admitiam ter mantido relações sexuais com sua acusadora e pareciam concordar que se tivessem tirado a virgindade de uma moça honesta deviam a obrigação de casar para “reparar o mal”. Mas, recusavam-se a casar sob a alegação de que as moças haviam perdido a virgindade anteriormente, ou havia um “mau comportamento”, achando-se desobrigados de responsabilidades sobre o fato ocorrido.¹²

Neste processo crime de defloração a “menor” não se envolveu com um jovem muito mais rico que ela para um possível casamento, mas um rapaz que morava na mesma localidade e que trabalhava próximo a ela. Neste caso, parece que ao acreditar na promessa de casamento, era uma expectativa de futuro diferente, ou em outro lugar ou em outra casa.

Caulfield complementa que:

Moças da classe trabalhadora, ou mais frequentemente seus pais ou responsáveis, recorriam à Polícia e à Justiça para que intermediassem os conflitos que envolviam a perda da virgindade, geralmente com a esperança de que as autoridades forçassem os deflорadores a casar.¹³

Quaquarelli explica que segundo o ideal normativo, a justiça frequentemente dirigia a sua atenção para a mulher, apregoava-se a sexualidade feminina voltada para o casamento bem como para a maternidade, sendo que só poderia ser vivenciado nos limites estabelecidos pela honestidade, pudor, recato e passividade.¹⁴

¹¹Processo nº 0044/005. Trecho retirado da declaração da vítima.

¹²CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p. 208.

¹³*Idem*, p.205.

¹⁴*Idem*, p.10.

Michelle Perrot ao tratar sobre as funções da família afirma que a família é a responsável pelo gerenciamento dos interesses privados, e que seu bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade, cabem a ela funções diversas. Ela também assegura o funcionamento econômico e a transmissão de patrimônio. A família produz as crianças e as proporciona uma primeira forma de socialização. Além disso, ela é garantia da espécie, zela por pureza e saúde. Transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. Complementa, ainda, que a “boa família” é o fundamento do Estado.¹⁵

O sedutor usava várias artimanhas ligadas à promessa de casamento e fazia com que a garota se entregasse aos seus desejos. Vítima e o acusado apresentavam um envolvimento afetivo e quando eram proibidos de se casarem ou estando descontentes com as imposições familiares, acabavam optando pela fuga, na qual podia contribuir para se suceder a relação sexual. A legislação ainda previa a diminuição da pena do raptor quando o crime era praticado com a finalidade de casamento.

O namoro não aprovado pelos pais motivava ao rapto da moça pelo pretendente, mas o rapto consentido pela mulher, com a promessa de casamento. Cabe destacar que procuramos analisar, quais eram as formas pelas quais sedutores utilizavam para conseguir manter relações sexuais com a moça. E entender se a fuga e a promessa de casamento ocorriam na tentativa de conseguir manter tais relações íntimas com a mulher.

A promessa de casamento, neste caso, pode ter levado a “vítima” a consentir na realização do ato sexual. Com esses tipos de argumentos o denunciado acreditava que não poderia estar sendo acusado pelo defloramento de sua namorada. A questão da virgindade é abordada como requisito fundamental para o casamento, mas que também se constituía como uma tática entre eles a alegação de que suas supostas vítimas já se encontravam defloradas quando da realização do ato sexual. As contradições apresentaram-se frequentemente nos discursos dos envolvidos no processo, em especial do advogado de defesa.

O advogado de defesa do acusado tentando confirmar suas

¹⁵PERROT, Michelle. Funções da Família. In: *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. PERROT, Michelle (org.). Tradução; Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.105.

alegações complementa:

Está devidamente provado que a fuga se deu na noite de 20 para 21 de Janeiro do corrente ano, quando pernoveram na casa de “Antônio”.

No dia seguinte, dia 22 foi feito o exame e laudo por dois médicos que afirmaram o defloramento “não recente” e também “datado de mais de seis dias” (Fls.9v.).

Não é possível que os bordos do hímen já se achassem cicatrizados, si fosse verdade que o defloramento se desse no dia anterior.

Não foi o denunciado que deflorou “Maria”.¹⁶

O advogado tentando inocentar o seu cliente utilizava várias estratégias, apresentava a “vítima” como uma mulher independente, que sabia muito bem o que estava fazendo.

Vejam as declarações do advogado do acusado:

Houve violência na denúncia e no seu recebimento e não no ato praticado pelo denunciado.

Não existe prova de que a “vítima” é alienada ou débil mental,. O laudo afirma que a vítima (sétimo quesito) ATRAZO físico mental.- Não nos é lícito confundir ALIENADA OU DEBIL com ATRAZO físico mental.

Para presumir a violência, é necessário que haja uma lesão corporal de natureza grave. - Somente a lesão poderá dar base e presunção da violência.

Não existe nos autos prova alguma de lesão grave, ou lesão corporal de natureza grave.

Não existindo lesão de natureza grave e nem indícios de tal lesão, não se pode presumir a existência de violência. A violência é a causa e a lesão é o efeito.¹⁷

Vale destacar, que a legislação, para dar visibilidade ao problema da violência doméstica, ela criminaliza somente quando existe lesão corporal, avançando pouco juridicamente em relação a outros tipos de violência (psicológica) contra homens e mulheres. A normativa jurídica, devido as suas barreiras acaba impedindo o acesso à Justiça e à proteção dos direitos humanos, em situação de

¹⁶Processo nº 0044/005. Trecho da declaração do advogado de defesa do acusado.

¹⁷Processo nº 0044/005 declaração do advogado do acusado.

violência sexual. Infelizmente, a normativa infraconstitucional transgride o conceito de igualdade entre homens e mulheres e desrespeitam tratados internacionais de direitos humanos aplicáveis ao tema da violência contra mulheres, homens, crianças e adolescentes. O Código Penal ajuda a perpetuar os estereótipos de gênero, o que gera desigualdade nas relações de poder. É a desigualdade destas relações que propícia às situações de violência doméstica e sexual.¹⁸

Nesse caso de crime de sedução e rapto as pessoas eram expostas a uma série de formalidades legais. O sistema jurídico e o discurso da lei são instituições hegemônicas governadas por elites geralmente compostas por homens bem sucedidos. Dessa forma, o sistema jurídico e as decisões judiciais tendiam a refletir e construir relações desiguais de poder. O discurso é construído a partir do “direito” impregnado de valores, costumes e de poder, conseqüentemente influenciavam nas próprias decisões da justiça. O problema maior é o fato dessas decisões não serem correspondentes com a realidade dos fatos.

Cabe observar, que, a utilização de processos criminais como fonte é importante por nos aproximar do cotidiano tanto de homens como de mulheres que fazem parte da classe trabalhadora da região Oeste do Paraná. Além disso, desvendam táticas de sobrevivência, crenças, conflitos, relações familiares, amigos, vizinhos, expectativas e exigências dos relacionamentos, situação financeira e modos de vida.

Nestas histórias de vidas relatadas, deparamos com mulheres e homens bastante diferentes do estereótipo feminino e masculino da época. Esses sujeitos expressavam no comportamento suas condições concretas de existência, marcadas por precariedades materiais que os obrigavam a uma luta constante. Por serem pobres, eram sujeitos de uma constante vigilância e repressão. Isso não os impedia de lutar pelos seus direitos e por espaços na sociedade. Por outro lado, também percebemos um pouco da realidade de vida do juiz, escrivão, de médicos e policiais que precisavam de uma atenção especial para resolver os problemas da sociedade do Oeste do Paraná. Mas que suas vidas concretas e íntimas não foram expostas nos processos judiciais, somente os procedimentos de seus trabalhos.

¹⁸ ADESSE, Leila & SOUZA, Cecília de Mello e (Org.). *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 38 - 39.

Referências Bibliográficas

ADESSE, Leila & SOUZA, Cecília de Mello e (Org.). *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edição Graal, (Biblioteca de filosofia e história das ciências: v. n.º. 5), 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940)*, Uberlândia, 2007. Disponível em:
<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/MariaIzildaMatos.pdf>.

PERROT, Michelle. Funções da Família. In: *História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. PERROT, Michelle (org.). Tradução; Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

QUAQUARELLI, Cláudia. *Descaminhos do amor: Norma jurídica e práticas populares*. Curitiba 1940-1950. Dissertação de Mestrado UFPR. Curitiba, 2000.

ENTRE A DITADURA E A GUERRILHA: PROPOSTAS DE UM EX-EXILADO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Cláudio José Piotrovski Dias¹

Este texto versa sobre parte da trajetória do ex-militante político Herbert Eustáquio de Carvalho, mais conhecido como Herbert Daniel. Ele se tornou popular principalmente por sua militância em prol dos pacientes de AIDS, após ele próprio se tornar soropositivo, em 1989. (NASCIMENTO, 2005, p. 93-95).

Aqui, não desejo analisar a soropositividade de Herbert Daniel, objeto de minha dissertação de mestrado. Quero sim destacar um de seus subitens, em que tracei uma trajetória de vida de Daniel, desde o período em que era militante em grupos guerrilheiros que lutavam contra a ditadura, entre as décadas de sessenta e setenta, passando por sua clandestinidade no país, seu exílio em Portugal e na França, e seu retorno ao Brasil em 1981.

Mineiro nascido em 1946, ele começou o curso de medicina aos 18 anos, logo tendo que abandoná-lo, devido ao seu envolvimento com a guerrilha armada brasileira, que lutava contra a ditadura militar instaurada em 1964 no Brasil, intensificando o combate após o conhecido Ato Institucional Número 5 (AI-5), decretado em 1968 (DANIEL, 1982a, p. 15-20).

Vale aqui destacar breves aspectos deste período da história brasileira, visto que deixou profundas marcas em Herbert Daniel. Com o advento do regime militar, em 1964, progressivamente a democracia foi sendo sufocada no país. O primeiro Presidente deste momento histórico, Humberto Castelo Branco, inaugurou a prática de decretar Atos Institucionais “como instrumentos de repressão aos opositores. Com isso, fechou associações civis, proibiu greves, interveio em sindicatos e cassou mandatos de políticos por dez anos (...)” (Cf.: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_militar_no_Brasil_\(1964%E2%80%931985\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_militar_no_Brasil_(1964%E2%80%931985)), Acesso em 06 maio 2011).

Provavelmente o mecanismo mais perverso de repressão foi

¹Mestrando em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Bolsista pela mesma Instituição.

a tortura. Tal prática é identificada realmente com o Governo Médici, o terceiro presidente militar, que assumiu meses após a publicação do AI-5. Pelo menos para Cecília Coimbra (2001, p. 14), o período 1969-1974 foi aquele em que tal prática foi mais intensa. Outra autora, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, afirma que a maioria dos intelectuais brasileiros reconhecem a tortura como o núcleo da repressão, justamente por que

de uma ação arbitrária por parte de alguns interrogadores, transformou-se em método científico, criteriosamente planejado, com a finalidade de obter informações sobre atividades e/ou indivíduos considerados inimigos internos da nação (...) Através da tortura, garantiu-se também a eliminação de muitos líderes de movimentos de resistência e de oposição, o que permitiu ao regime orientar suas ações sem que precisasse buscar, para suas decisões, qualquer legitimação da sociedade civil (MAGALHÃES, 1997, disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso)

Por não concordar com o regime militar que governava o país, principalmente, repito, em sua face autoritária, Daniel se envolveu intensamente com a luta armada. Integrou diversos grupos entre o final dos anos 60 e início dos 70 como a Colina (Comando Libertação Nacional) e a VAR-Palmares, (DANIEL, 1982e., p. 47-49), passando inclusive por treinamento militar. (Ibid., p. 29). Participou também de alguns assaltos a banco e praticamente comandou dois seqüestros, ambos de embaixadores, um alemão, o outro suíço (KAMEL; FONSECA; SANCHES, 1986, p. 20-21).

Porém em 1974, por conta do desmantelamento de diversas organizações e pelo perigo de ser capturado, Daniel acaba por se exilar primeiramente em Portugal, depois na França, junto com aquele que se tornaria seu companheiro por mais de 20 anos, Cláudio Mesquita (*Ibid.*, p. 34). Curiosamente, se exilou justamente nos idos do Governo Geisel, quando a repressão, teoricamente, começou a enfraquecer, dando mais espaço à democracia. Seja como for, só retorna ao país em 1981, dois anos após o começo dos processos de Anistia, sendo considerado o “último exilado” (INSTITUTO HERBERT DANIEL, *op. cit.*). No país, passa a escrever crônicas sobre a situação política no país. Chega inclusive a pleitear uma vaga

na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro nas eleições de 1986, mas não logra sucesso (*Ibid.*).

Obviamente, estes são pequenos fragmentos biográficos, mas que já indicam claramente um dos aspectos identitários de Daniel, isto é, o fato da política e da militância ocuparem lugar central em sua vida. Desta feita, cumpre notar primeiramente seu posicionamento sobre a relação mantida entre governo militar, grupos de esquerda e massa. Daniel se colocava contrariamente tanto a ditadura como aos militantes, justamente porque o que se colocava em parênteses, da “esquerda” à “direita”, era, segundo ele, a população, a massa. Ele compara a situação a um jogo de futebol: o povo assistindo a luta entre guerrilha e ditadura, mas sem conseguir intervir para o resultado final (DANIEL, 1982e, p. 108-109). Como ele afirma, “torcer não é participar, mas a condição limitada da platéia” (*Ibid.*, p. 108).

Em seu livro “Passagem para o próximo sonho – um possível romance autocrítico”, falando especificamente sobre a esquerda, já fica evidente o repúdio de Daniel à idéia de vanguarda. Segundo ele, a articulação entre massa e vanguarda era considerada um dado já que “a guerrilha afirmava que as condições objetivas estavam dadas, que a massa estava preparada para a insurreição”. No pensamento de Daniel, nunca um grupo leva outro (geralmente considerado sem consciência política) a uma nova realidade, a uma nova organização sócio-política. Diz ele

A idéia de que a massa permaneceu 'imóvel' e de que a derrota foi causada pelas formas de organização e luta adotadas é um produto ideológico típico das organizações falidas. Primeiramente porque tem a idéia messiânica de que a *massa* não se move sem a direção duma *vanguarda*. O que é perfeitamente absurdo. Não foi nenhuma vanguarda que impulsionou os mais importantes movimentos que existiram no nosso país. As vanguardas aproveitaram-se disso, claro, cresceram com isso. E só provaram que não foram vanguardas: porque nunca foram úteis para dar continuidade às lutas que começaram 'espontaneamente'. Em segundo lugar, as táticas (formas de organização e luta) só vieram agravar uma derrota que já estava inscrita numa estratégia incoerente (*Ibid.*, p. 61)

Uma de suas estocadas mais pesadas diz respeito à falta de unidade e direcionamento na luta contra a ditadura. Daniel dedica diversas páginas para demonstrar o problema dos “rachas” entre organizações, o que gerava por sua vez, um intenso fracionamento e uma grande confusão provocada pelas inúmeras siglas criadas devido ao surgimento de novos grupos ou mesmo de alianças (que invariavelmente acabavam por, tempos depois, serem desfeitas) (*Ibid.*, p. 47-55).

Tal situação levava, para Daniel, a não resolução dos problemas que se apresentavam. Sobre isso, ele é mordaz em determinados trechos de seu livro:

De todo o jeito, as Organizações armadas (pelo menos as que conheci de perto) nunca resolveram a questão da vida política interna. As disputas que surgiram, em torno de questões nem sempre muito claras, levavam frequentemente a soluções drásticas, como o racha (...) O que é evidente é que nenhuma organização conseguiu superar o espírito de seita. Ninguém apresentou soluções melhores. Todas cometeram os mesmos erros. Nenhuma delas conseguiu criticar o mito do monolitismo do Partido. Todas elas acabavam reescrevendo a história da esquerda – quando não a história do país – como se toda a evolução pregressa não fosse senão a previsão daquela nova sigla que resolveria definitivamente os problemas da revolução brasileira (*Ibid.*, p. 51-52).

O problema se agravava porque o lado oposto, o governo militar, também tinha como um dos seus pressupostos a “condução” da massa. O governo militar, personificado na figura do tecnocrata, aquele que “não faz criação nenhuma: tecnocrata não cria, conserva, segundo as regras que aprendeu” (*Ibid.*, p. 100), considerava a população um corpo amorfo

A massa do povo, para os tecnocratas, é um físico: um corpo anônimo, formado de corpos neutros. Assim, essa matéria física é modelada segundo as regras excêntricas duma consciência alheia. O povo não tem consciência, diz o tecnocrata, trata-se de conformar nela um ato dirigido por um outro, um indivíduo, uma consciência política. A consciência política é o dirigente totalitário: a consciência aqui é o Poder (*Ibid.*, p. 100-101)

Claro que este gerenciamento da população não é somente mero abstracionismo de Daniel. Em “Os brotos invisíveis”, ele indica alguns pontos em que agia o poder totalitário da ditadura, mas que eram passados a população como “progresso” e “modernidade”. Eis o que ele diz

No caso do Brasil, recebemos de presente (indesejável) uma ditadura que 'modernizou' nossa vida política. Nos seguintes aspectos: a) a eliminação da responsabilidade individual do cidadão: 'a democracia com responsabilidade' significa o direito de ser conduzido (aonde?) sob responsabilidade de 'competentes'. Em resumo: o autoritarismo seqüestra a consciência do cidadão; b) a massificação uniformizadora: já não existem pessoas, apenas indivíduos numerados e vigiados. Quem não pensa, não goza (...) Em resumo: é o seqüestro do corpo do cidadão – tornado mero aparelho produtivo/ reprodutivo; c) a burocratização da administração, que se baseia no mito da eficiência. Que a eficiência seja a corrupção e a repressão brutal, são conseqüências pertinentes do conceito de 'competência técnica': a política tornou-se técnica de dirigir moldar, modelar. Em resumo: é o seqüestro do espaço político, ou seja, do tempo de viver a vida auto-gerida; d) a tecnocratização do trabalho cujos meios são impostos como conquistas alheias ao trabalhador, como fruto da 'ciência e da técnica'. Entre o trabalho e o meio ambiente (natural e cultural) existe um corte, um abismo. Em resumo: é o seqüestro do espaço físico do cidadão, incapaz de adaptar-se ao seu meio ambiente (DANIEL, 1982b)

Fica evidente que Daniel não tinha em boa conta a delegação de poderes. Mas isto poderia ser superado, desde que engendrara outra forma de se organizar politicamente, a partir da democracia, o que pressupunha a participação concreta e efetiva de todos nos rumos do país. Explica Daniel (*Ibid.*, p. 111) que a

participação democrática - que é o caminho da revolução – não é uma enganosa 'liberdade de opinião' sobre a ação dos outros. Uma opinião vale o que vale: quer dizer, nada, se não corresponde a uma possibilidade de agir conforme as idéias e interesses que supõe tal opinião. Enquanto falar 'deles', a massa será sempre, ela mesma, a terceira pessoa – ausente – do discurso político. A democracia é um diálogo sem ausentes

Novamente, ele não para por aqui, mas indica como chegar a um país realmente democrático. Primeiramente, por instrumento que, na época, começava a ser colocado em prática no Brasil: o voto. No texto, “Confissões de um eleitor semi-virgem”, de Outubro de 1982, Daniel relata sua experiência como “votante” para governador (as eleições para Presidente ainda eram indiretas). Tal prática, bom que se diga, não era vista por ele de forma totalmente positiva, já que, afirmava, era também algo que não havia sido conquistado pela população, mas algo “oferecido”, “dado” por militares que continuavam no poder (DANIEL, 1982c). Como afirma

nosso voto, além de ser constitucionalmente obrigatório é também legalmente involuntário (...) entre nós é fundamental ter vontade obrigatória, pois nosso governo quer cidadão involuntários. Fomos designados como voluntários (...) para a tarefa de construir a democracia vinda de cima, como a chuva ou um edifício incompetente desses que se esparramam que se esparramam pelo chão, como a batatinha quando nasce (*Ibid*)

Era o tempo da “transição para a democracia”, que, ao que parece incomodava Daniel de sobremaneira, pois não era aquela que ele desejava, para a participação de todos. Era por demais “controlada” para que ele, nesta época ex-exilado, ex-clandestino, aceitasse:

Vocês pensam que é possível que todos manifestem livremente suas escolhas? Ora, isso seria uma balbúrdia, uma dessas democracias perigosas e inseguras (...) que tanto assustam nossos patriarcas. Nossos generais querem democracia com responsabilidade, isto é: democracia para eles, responsabilidade para nós; para eles a respeitabilidade, para nós respeito ao próximo – general presidente; para eles a decisão, para nós o 'discordo, mas respeito'. Em resumo, vontade sim, mas não qualquer uma: só a tolerável e respeitável. Por tudo isso, não é possível que a gente vá querendo o que quer. A gente tem que querer o que deixam. E nossos governantes sacrificam-se para elaborar uma legislação cuidadosa, gastam neurônios preciosos para ensinar a todos qual é a opção que precisam fazer. Limitam

assim os estragos produzidos por uma vontade descontrolada (*Ibid*).

De fato, Daniel parecia construir suas idéias sob bases pessimistas. Mas na verdade, creio que estes trechos acima são apenas *ressalvas*. O voto, para ele, antes de tudo, era uma arma para a construção da democracia e da cidadania, como se percebe no trecho a seguir: “Agora, tem isso: mesmo limitado e fraco, o voto é uma ferramenta. Menos do que eleger representantes, cada voto devia ser representativo de uma *idéia que cada um se faça a respeito de si mesmo*” (*Ibid.*) (grifos meus). Mais do que isso. Nesta época, o voto poderia ser utilizado contra aqueles mesmos que o propunham como forma de controle (segundo a argumentação de Daniel): “Nenhum totalitário suporta o voto. Nada como a urna pode ser tão bomba para derrubar os privilégios do arbitrário” (DANIEL, 1982d).

Além do voto, a construção da democracia deveria passar segundo ele necessariamente pela formação de grupos comunitários que, naquele início de década de oitenta, começavam a surgir e, conseqüentemente, pela participação plena da sociedade civil nos rumos a serem seguidos pelo país. Organizações, que a um só tempo, agissem de forma a retomar direitos apropriados pelo Estado, e que reivindicassem melhorias tendo como base a própria experiência, ou seja, não delegando a função a uma vanguarda. Além disso, grupos comunitários, os “microgrupos” ou “microorganismos”, como ele define em “Os Brotos Invisíveis”, seriam responsáveis pela destruição do poder tal como estava constituído (como privilégio) e alargariam os direitos de todos os cidadãos:

dos grandes traumatismos dos anos sessenta, idéias brotaram. Revolução ou revoluções que a sua maneira são festas. Alternativas (...) O que tem sido uma constante na rebelião é a retomada pela sociedade civil dos direitos que o Estado sequestrou. O que são os microgrupos, os milhares de pequenas iniciativas que ocupam lugares recusados, senão o coração de novos direitos? Hoje em dia não se trata apenas de reivindicação de direitos. Procura-se ampliar – inventando e impondo novos direitos (...) os microorganismos se formam em torno de questões ('culturais') que atingem em cheio a mecânica do poder. São grupos que medeiam entre a luta e o prazer, entre a recuperação da consciência e a criação de um corpo capaz de criar-se (DANIEL, 1982b)

Talvez todas estas discussões elencadas por Daniel sobre retomada de poder, conquista de direitos e ampliação da cidadania no Brasil, tenham como motivadora a própria situação que passou ao longo da ditadura, quando esteve na clandestinidade. Momentos em que as necessidades mais básicas lhes foram vetadas; quiçá direitos civis. Vale lembrar que ele viveu clandestinamente no Brasil por seis anos (1968-1974) (KAMEL; FONSECA; SANCHEZ, 1986, p. 21) e exilado, como já indicado neste capítulo, por mais sete (1974-1981). Sobre este período, Daniel relata seus temores em relação à tortura, quando sonhava com supostos carrascos e a sala aonde ocorreria os bárbaros atos – “Preparei-me longamente para ser torturado. Dia após dia eu esperava (...) o meu momento” (DANIEL, 1982e, p. 40); a rápida saída do país, pela fronteira com a Argentina, os quatorze meses (entre finais de 1974 e 1975) de conforto, calma e tranquilidade vividos em Portugal, país que teve que abandonar por não ter conseguido documentação, o restante do período de exílio vivido na França e a angústia pela aprovação de seu retorno ao Brasil, muitas vezes negada (*Ibid*, p. 143-147).

Tais situações, de clandestinidade e exílio, não foram consideradas por Daniel de maneira diferenciada. Para ele, a situação geográfica que poderia distinguir ambas não tinha tanto peso quanto o silêncio que, tanto no Brasil como no exterior, foi lhe imposto e a todos que não concordavam com o governo militar. Ele deixa clara esta situação na seguinte passagem:

o Exílio, como afastamento, é uma das formas do silêncio. E vice-versa. O exílio é o grande asilo para dissidentes. Não importa sua situação geográfica: o exílio é antes de tudo uma localização política e ideológica. Um dos meus exílios se passou no asilo, relativamente confortável, em Portugal, depois na França. Os outros exílios posso localizar menos precisamente – e o palco foi *também* o Brasil... e depois: a esquerda, a família, a militância, e assim por diante. Não há pior desterro do que aquele que se vive no meio duma gente que fala uma língua que parece ser a nossa (*Ibid*, p. 34-35 – grifos do autor).

Fora o silêncio, tais condições implicavam uma constante quebra de identidade, no limite, geravam até uma impessoalidade. Como ele destaca, falando sobre si “Nosso personagem trocava seu nome quase tanto quanto mudaria de casa” (*Ibid*, p. 35). Em trecho

ficcional de “Passagem para o próximo sonho”, ele discorre sobre determinada personagem, que troca de nome e de moradia inúmeras vezes:

Por enquanto era sua primeira manhã, no seu primeiro hotel, onde pernovernara sua recém-clandestinidade. Acordado, dava-se conta que era outro, que nome mesmo? Sim, não esquecera (...) Os nomes que teria, tantos quantos, durante os anos seguintes, eram sempre inesquecíveis de brejeirice, de associações de brasilidades bárbaras: souzas, ramos, silvas, carvalhos, oliveiras. Passou por todas as freqüências que enriquecem colunas inteiras do catálogo: forma mais simples do anonimato, chamar-se como todo mundo. Refletiria que ninguém se chama realmente como todo mundo. Mesmo João e Maria e Francisco e Silva e Souza, quando são, trazem um selo outro, uma espécie de fronteira pessoal que faz do nome um jeito, uma parcela de alma existente (...) Muitas vezes teve que decorar dados diferentes de si mesmo. Minha mãe chama Helena, meu pai Alberto, nasci em Santos, Juiz de Fora, Campos; o nome da mãe é Lucinda, Olga, Francisca, nunca deverei esquecer estes dados. Preciso guardar a data do nascimento. Não é possível confundir-se com tais detalhes no registro do hotel (...) Clandestino, o nome e os dados são um encontro que se interpreta. Desta forma, cada nome evocava um mundo próprio. A cada nome que adotou, tinha uma estória a contar: como era a mãe, o pai, a infância, a vida. Não era apenas um nome falso. Viver com ele impunha a aquisição de uma memória postiça, francamente real. Um outro era... (*Ibid*, p. 73-74)

A clandestinidade, o exílio, eram situações que complicavam a prática da democracia, tão cara a Daniel. Como vivê-la plenamente, se nem ao menos poderia contar com uma identidade, sem poder afirmar seus ideais e para conservá-los, ter que fugir e manter-se escondido, inclusive como visto acima, perante a militância e a família? De toda forma, foi contra esta situação que ele lutou em boa parte de sua vida, propondo que as pessoas saíssem do “exílio”, da “clandestinidade”, isto é, de uma situação de anomia, e participassem da construção de uma nova sociedade, e não delegassem tarefas e discursos, mas que tomassem o futuro em suas mãos.

Referências Bibliográficas

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia política*, Curitiba, v. 25, s.n, p. 83-106, nov. 2005.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em estudo*, Maringá (PR), v. 6, n. 2, p. 11-19, jul-dez. 2001.

DANIEL, Herbert. *Às vésperas do AI-5*. s.l, maio 1982a. p. 73.

_____. *Os brotos invisíveis*. s.l set. 1982b.

_____. *Confissões de um eleitor semi-virgem*. s.l. out. 1982c.

_____. *Computa que partiu*. s.l, dez, 1982d.

_____. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982e. 243 p.

INSTITUTO HERBERT DANIEL. *Militantes históricos*. Disponível em: <<http://herbertdaniel.blogspot.com>>. Acesso em 20 mar. 2011.

KAMEL, Ali; FONSECA, Celso; SANCHES, Valdir. Duplo clandestino. Homem de ação – mas tinha um segredo. *Afinal*, São Paulo, p. 20-21. 22 jul. 1986.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica a suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220. 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 193 p.

CONSTRUINDO O ESTADO NACIONAL ARGENTINO ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS, UM OLHAR SOBRE *LA REVISTA DE BUENOS AIRES*

Daniel Jacob Nodari¹

O debate sobre a construção dos Estados Nacionais ganhou grande proeminência no início da década de 1980, principalmente a partir da obra de Benedict Anderson denominada *Comunidades Imaginadas*. Sua abordagem foi bastante inovadora e causou grande polêmica, diversos trabalhos a respeito dessa temática foram produzidos nos anos seguintes, e praticamente todos eles se referiam de alguma forma a Anderson.

Embora Anderson seja um nome importante nesse debate, outros historiadores e cientistas sociais debruçaram-se sobre esse tema e ganharam destaque, entre eles Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Adam Smith, entre outros². Contudo, Anderson vai ser um dos únicos historiadores a se preocupar com o nacionalismo na América ibérica, enquanto a maioria dos estudiosos desenvolve estudos apenas sobre a Europa.

Apesar de o trabalho de Anderson trazer algumas considerações a respeito do nacionalismo e do nascimento das nações nas Américas, o estudo sobre a construção do Estado Nacional nessa região se iniciou de forma consistente apenas na década de 1990.

Para a historiografia atual é quase consenso que as nações são construções históricas da época moderna, que surgiram no período posterior as Revoluções Americana e Francesa. No que tange a América ibérica, não é diferente, existe um acordo entre os historiadores de que as nações, como as conhecemos, não surgiram no momento imediatamente posterior as independências.

Também não é crível dizer que havia um nacionalismo anterior as independências, como apresentado por Anderson no capítulo terceiro de seu famoso livro. A ideia de que as guerras de independências foram um produto do nacionalismo já foi descartada.

¹Mestrando em História na Universidade Federal do Paraná.

²Para consultar os estudiosos que trabalham com essa temática, consultar: BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2000 e PAMPLONA, M & DOYLE, D. (Orgs.). *Nacionalismo no novo mundo*. Rio de Janeiro : Record, 2008

Assim, é sabido que após as guerras pela independência, as nações que existem hoje, não surgiram de imediato.

O processo de construção das nações na América foi longo e ocorreu durante o século XIX. Obviamente houve diferenças entre os diversos países, esse processo não ocorreu da mesma maneira em todos eles, cada um tinha uma especificidade.

Dentro dessa perspectiva, um caso bastante interessante é o da Argentina, apesar de conquistar sua independência cedo, o processo de construção do Estado Nacional Argentino foi longo e repleto de obstáculos. O principal deles se refere as diversas províncias que formam esse país hoje.

Um trabalho notório que merece realce a respeito da Argentina é o de José Carlos Chiaramonte. Em suas pesquisas sobre o federalismo argentino o autor chamou atenção para a impossibilidade de existir um Estado centralizado denominado Argentina logo após a independência. Em vez disso, Chiaramonte assegura que existiram diversos “Estados” independentes, as províncias, que posteriormente integrariam um Estado Nacional único³.

Chiaramonte ao analisar a formação do Estado Argentino, afirma que este se formou a partir de compromissos políticos que ocorriam entre os diversos organismos soberanos (cidades), os quais eram produtos do período colonial, ou seja, da administração da Coroa que envolvia uma ampla rede jurídica e diversas autoridades hierarquizadas. Ou seja, na época das independências havia apenas cidades independentes, as quais não estavam conectadas⁴.

Apesar de estudar mais especificamente a Argentina, em alguns trabalhos Chiaramonte discorre sobre esse tema de uma

³A respeito desse assunto consultar principalmente: CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados. Origens da Nação Argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009. E também CHIARAMONTE, José C. La formación de los Estados nacionales en iberoamérica. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana E. Ravignani*, Terceira serie, n. 15, 1º. Semestre de 1997. CHIARAMONTE, José C. Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de Independência In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana E. Ravignani*, tercera serie, n°22, 2000. CHIARAMONTE, José C. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. Ciudad de México: FCE, 1993.

⁴CHIARAMONTE, José C. Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de Independência. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana E. Ravignani*, tercera serie, n°22, 2000. p.40

maneira mais ampla, abrangendo a América. Ele afirma que havia a necessidade de construir uma nova legitimidade para os governos incipientes, substituindo a legitimidade anterior, que era centrada no governo da Espanha. Essa nova legitimidade era baseada no Direito de Gentes, e não em idéias iluministas, que nesse momento circulavam amplamente na Europa, tese que se contrapôs a uma historiografia anterior que defendia que as idéias iluministas foram responsáveis diretas pela independência e pela formação dos Estados Nacionais.⁵

O autor reitera que as independências não ocorreram a partir de um ideal nacionalista, como afirmava alguns historiadores, ou a partir de um sentimento nacional, pois “em tiempos de las independencias no existían las actuales naciones iberoamericanas, ni las correspondientes nacionalidades”⁶. Os Estados da América hispânica, como existem nos dias atuais, se formaram a partir de uma construção histórica, que ocorreu no período posterior às independências, como destaca Chiamonte, “a la nación no um fenómeno natural sino un producto histórico, transitório, que no siempre existió”⁷.

Entre outros estudiosos que se dedicam a esta temática, no que diz respeito a Argentina, encontra-se Tulio Halperin Donghi, o qual escreveu um ensaio denominado “Una Nación para el desierto Argentino”, no qual afirma que a Nação, no caso argentino, foi pensada por um grupo de pessoas letradas. Pensadores que durante o século XIX, escreveram sobre a melhor forma de construir um Estado Nacional.

Donghi demonstra que esse pequeno grupo de intelectuais, denominado de *Nueva Geración*, embora marcado pelo ecletismo, pois era composto por homens com idéias divergentes, tinha alguns princípios básicos, como a utilização do pensamento racional para a constituição de uma Nação, eram favoráveis aos unitários, ou seja, apoiavam os que lutavam pela integração das diversas províncias que haviam no território argentino, e eram contrários ao governo de Rosas.⁸

⁵Essa perspectiva apresentada por Chiamonte pode ser encontrada em praticamente todas suas obras a respeito da construção da nação Argentina, porém pode-se consultar de maneira mais específica o artigo: CHIARAMONTE, José C. Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de Independência. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana E. Ravignani*, terceira serie, n°22, 2000.

⁶CHIARAMONTE. *Op.cit.* p.33.

⁷*Ibidem.* p.37

Donghi, afirma que a tentativa de implantar essas idéias, se deu apenas no período posterior ao governo de Juan Manuel Rosas, a partir da década de 1850. Período que ficou marcado pela liberdade de imprensa e de idéias, pelo debate político e pela mobilização social. Foi uma época de relativa estabilidade, mas que não colocou fim as disputas políticas que utilizavam da violência⁹.

Essa afirmação de Donghi é aceita e estudada por outros historiadores que privilegiam esta temática. Afirma-se, que Sarmiento e Alberdi, os intelectuais mais conhecidos do grupo *Nueva Geración*, foram os principais responsáveis pela escrita de uma literatura que tinha como objetivo construir um Estado Argentino¹⁰.

Apesar desses intelectuais escreverem desde a década de 1830 e 1840, a historiadora Marta Bonaudo, apóia a colocação de Donghi de que foi apenas no início da década de 1850 que se iniciou de forma mais contundente a construção do Estado Nacional Argentino. Esse processo segundo Bonaudo durou até a década de 1880, e foi tão importante que ela denominou esse período “etapa de la organización nacional”¹¹.

Contudo, não podemos simplesmente alegar que alguns poucos intelectuais foram responsáveis pela construção da ideia de nação Argentina. É evidente que alguns nomes se destacaram, como Sarmiento e Alberdi, entretanto, nesse período posterior ao governo de Rosas, ou seja, pós 1850 muitos outros personagens estavam na ativa, escrevendo e debatendo sobre esse assunto.

Segundo a historiadora argentina Hilda Sabato, um dos aspectos mais relevantes e que contribuiu de maneira substancial para a construção do Estado Nacional Argentino foram os periódicos. Eles tinham variadas formas e estilos e conquistaram grande importância política, social e cultural naquele período. Os responsáveis pelos

⁸DONGHI, Túlio Halperin. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro editor de America Latina, 1982.

⁹Sobre isso consultar: BONAUDO, Marta. Modo de Prólogo. In: (Org.). BONAUDO, Marta *Nueva historia argentina: Liberalismo, estado y orden burgués (1852-1880)*. Buenos Aires, Sudamericana. 1999.

¹⁰A respeito deste assunto, ver os artigos sobre a Argentina presente em: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria E. (Orgs.). *Revoluções de Independência e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. E também em: PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. (Orgs.). *Nacionalismo no novo mundo: A formação de Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹¹BONAUDO, Marta. Modo de Prólogo. In: (Org.). BONAUDO, Marta *Op. Cit.* p.13

periódicos sejam os organizadores, editores ou donos, tinham consciência sobre seu papel naquele momento histórico:

La prensa constituía una pieza clave del sistema político. Por un lado, se la consideraba un instrumento fundamental para el desarrollo de las formas republicanas y la creación de una sociedad racional e ilustrada. A ella correspondía representar a la vez que forjar a la opinión pública, pilar del sistema político moderno¹².

A imprensa, conforme a estudiosa, era amplamente utilizada para o debate a respeito da sociedade argentina e sobre os rumos que esta deveria seguir, segundo a autora, as questões políticas passavam pelos periódicos, e foi através deles que a política se tornou algo público. Além disso, os periódicos eram os porta-vozes de quem competia pelo poder e também a maneira de exercer alguma influência na cidade¹³.

A imprensa, nesse sentido, constituía uma peça-chave do sistema político e era de vital importância para sociedade argentina, pois era justamente através dela que os debates ocorriam. Os intelectuais que pretendiam expor suas ideias encontravam nos periódicos o lugar mais adequado para isso. Desta forma, era pelos jornais que circulavam as mais variadas opiniões sobre a sociedade e sobre a construção da nação.

Intelectuais e políticos, apesar de escreverem livros para expressar suas ideias, sabiam que apenas através dos periódicos era possível atingir um grande número de pessoas. Sarmiento, Alberdi, Bartolomé Mitre, entre outros divulgaram muitas de suas opiniões nesses meios de comunicação.

Apesar de Sabato assegurar que eram os periódicos diários, os quais se dedicavam a política e economia, que possuíam maior relevância na esfera pública, sendo os mais lidos, a autora destaca que houve periódicos que versavam sobre temas específicos, que mesmo com uma circulação mais modesta, também foram importantes, tendo trajetórias longas e prestigiosas. Em meio a essas publicações Hilda

¹²SABATO, Hilda. La vida pública em Buenos Aires. In: (Org.). BONAUDO, Marta *Nueva historia argentina: Liberalismo, estado y orden burgués (1852-1880)*. Buenos Aires, Sudamericana. 1999. p.195.

¹³*Ibidem*. p.195

Sabato insere *La Revista de Buenos Aires: Historia Americana, Literatura y Derecho*¹⁴.

Essa Revista foi publicada em Buenos Aires, entre os anos de 1863 e 1871, somando ao total 96 exemplares. Esses foram distribuídos mensalmente em Buenos Aires, alguns com atraso, e a cada quatro números foram agrupados em tomos¹⁵. Estes tomos, que totalizaram 24, voltaram a ser republicados em 1911.

Durante toda a sua existência a *Revista* foi organizada e publicada por Vicente G. Quesada e Miguel Navarro Viola, e segundo Ernesto Maeder, apesar de diversos problemas conseguiram sustentar ela durante oito anos, o que é foi uma façanha, tendo em vista que a maioria dos periódicos da época não resistia muito tempo.

Os dois organizadores são apresentados como advogados, mas suas biografias demonstram que tiveram muitas experiências, além do direito. Os dois participaram da política, com cargos legislativos. Ademais, participaram de outros periódicos, além de estarem sempre presentes nos meios intelectuais bonaerenses. Quesada foi diretor da biblioteca pública de Buenos Aires¹⁶.

Além deles, participavam desse periódico diversos personagens que faziam parte do corpo letrado da Região do Rio da Prata. Entre eles Juan Maria Gutiérrez, talvez o mais participativo, publicou artigos em quase todas as edições e Vicente Fidel Lopez. Houve também a participação de homens bastante influentes como Bartolomé Mitre, político importante, que chegou ao cargo de presidente da Argentina em 1862.

O objetivo deste periódico era tratar de três temas, importantes para a época segundo a própria Revista: História, Literatura e Direito. Para isso havia uma seção para cada tema, além de uma quarta sessão destinada a assuntos mais gerais, denominada *bibliografía y variedades*, onde havia comentários a respeito de livros que haviam chegado a Buenos Aires, notícias sobre pensadores, alguns textos sobre fatos que ocorreram, além de algumas poucas notas sobre a própria Revista.

Observando os artigos que compõem a seção de História da Revista percebe-se uma tentativa de contribuir com o debate que

¹⁴*Ibidem*, p.187.

¹⁵MAEDER, Ernesto. Índice general de la Revista de Buenos Aires (1863-1871) In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, vol. XXXIII, 1962. p.752

¹⁶*Ibidem*, p.746-747.

estava ocorrendo a despeito da construção da nação Argentina. Em um artigo denominado “Estudios históricos, nuestros propósitos” publicado no oitavo número da Revista, em dezembro de 1863, um dos organizadores explicita quais são os objetivos desta seção:

Levantar el espíritu nacional por el recuerdo de lo que fuimos, reavivar el fuego sagrado de la democracia por la popularización de las queridas tradiciones de nuestra época heroica, agrandar los horizontes salvando los límites de la patria local para fijar la vista en los lindes de la patria nacional: - hé ahí nuestra aspiración. Recordar á la gratitud del pueblo la memoria de los que contribuyeron á fundar la patria ó á ilustrarla, ya como guerreros, historiadores, oradores ó poetas; mostrar los bellos ejemplos de aquel patriotismo lleno de modestia pero firme en su fé: he ahí nuestros deseos. Estudiar la historia de cada provincia, sus producciones, sus riquezas, sus rentas, su organización, para fortalecer el espíritu de fraternidad y borrar las fronteras provinciales por el amor de la patria común: he ahí nuestra tendencia¹⁷.

Esse pequeno exemplo demonstra de maneira bastante clara a intenção dos organizadores da Revista em relação a construção da Nação. Nesse sentido, a partir das colocações de Hilda Sabato sobre a importância da imprensa, podemos afirmar que *La Revista de Buenos Aires*, é mais um periódico, que naquele contexto procurava fazer parte do debate público sobre as questões políticas e sociais da Argentina.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo : Cia. das Letras, 2008.

BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONAUDO, Marta. Modo de Prólogo. In: BONAUDO, Marta (Org.). *Nueva historia argentina: Liberalismo, estado y orden burgués (1852-1880)*. Buenos Aires, Sudamericana. 1999.

¹⁷QUESADA, Vicente G. Estudios historicos, nuestros propositos In: *La Revista de Buenos Aires*. Dezembro de 1863, ano 01, n. 08. p. 488.

CHIARAMONTE, José C. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. Ciudad de México: FCE, 1993.

_____, José C. La formación de los Estados nacionales en iberoamérica. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana E. Ravignani*,. Terceira serie, n. 15, 1º. Semestre de 1997.

_____, José C. Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de Independência. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana E. Ravignani*, tercera serie, nº22, 2000.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____, *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro editor de America Latina, 1982.

GUIBERNAU, M. *Nacionalismos: O estado nacional e os nacionalismos no século XX*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar. 1997.

LYNCH, John. As repúblicas do Prata da independência à guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América latina: Da Independência até 1870*. São Paulo. Edusp. 2004.

MORELLI, Federica. Entre el antiguo y el nuevo régimen. La historia política hispanoamericana del siglo XIX. *História Critica*, ene./jun. 2007, no.33, p.122-155.

PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria E. (Orgs.). *Revoluções de Independência e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Orgs.). *Nacionalismo no novo mundo: A formação de Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. (Ensaio Latino-americanos, 4).

SABATO, Hilda. La vida pública em Buenos Aires. In: (Org.). BONAUDO, Marta *Nueva historia argentina: Liberalismo, estado y orden burguês (1852-1880)*. Buenos Aires, Sudamericana. 1999.

SAFFORD, Frank Política, ideologia e sociedade na América espanhola do pós-independência. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: Da Independência até 1870*. São Paulo. Edusp. 2004.

SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 5, p. 3, 2006.

O CONCEITO DE *PODER* NA PÓS-MODERNIDADE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE MICHEL FOUCAULT

Devair Gonçalves Sanchez¹

Introdução

Nos mais diversificados campos de atuação das ciências humanas e sociais, seja na política, história, filosofia, sociologia, entre outras, um conceito margeia as discussões de forma incisiva e proeminente. Trata-se do conceito de *Poder*. Desde os tempos imemoriais o homem almejou o domínio de um determinado espaço, onde pudesse exercer suas condições existenciais, seja inserido no âmbito natural ou coagido por um *Estado*² de Poder coercitivo. A reflexão levada a cabo nesse artigo contempla o segundo momento. Num primeiro instante abordar-se-á a concepção de *Poder* ligado à máquina do Estado, e, em contraposição, o conceito de *Poder* na pós-modernidade, embasado em um dos teóricos dessa época mais comprometidos com a investigação acerca desse conceito.

O Estado Moderno e o conceito de poder

Dentro do contexto histórico que marca o advento do Renascimento, bem como o enfraquecimento do feudalismo, surge no seio da República Florentina um pensador que levaria o título de instaurador da política moderna. Nicolau Maquiavel³ (1469-1527)

¹Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: devairsanchez@gmail.com

²O termo do Estado advém do substantivo latino *status*, relaciona-se com o verbo *stare*, que significa estar firme. Uma denotação possível, portanto, é que Estado está etimologicamente relacionado à estabilidade. “Daí que o conceito de Estado chegou a ser utilizado para designar a sociedade política, estabilizada por um senhor soberano que controla e orienta os demais senhores”.

³Como se sabe Maquiavel foi diplomata e conselheiro dos governantes de Florença, via as lutas européias de centralização monárquica (França, Inglaterra, Espanha, Portugal), viu a ascensão da burguesia comercial das grandes cidades e sobretudo viu a fragmentação da Itália, dividida em reinos, ducados, repúblicas e Igreja. Sua obra funda o pensamento político moderno porque busca oferecer respostas novas a uma situação histórica nova, que seus contemporâneos tentavam compreender lendo os autores antigos, deixando escapar os acontecimentos que ocorriam diante de seus olhos. (Cf. Chauí, p. 395.)

instaura uma concepção política marcada, não mais pelo ideal cristão de unidade entre os homens, mas por algo que é próprio do homem, a constante luta pelo poder. Destarte,

a história é mestra de nossos atos e máximas dos príncipes; e o mundo sempre foi, de certa forma, habitado por homens que sempre têm paixões iguais; e sempre houve quem serve e quem ordena, e quem serve de má vontade e quem serve de boa vontade, e quem se rebela e se rende.” (MAQUIAVEL, 2000, p.165)

Cinco séculos depois, outro pensador desenvolveria uma teoria que provocaria outra revolução no âmbito da história do pensamento político. No segundo tópico desse artigo, vislumbrar-se-á a perspectiva do conceito de Poder em Michel Foucault (1926-1984). Por hora tratar-se-á do conceito de poder abordado por Maquiavel. Sua concepção de poder inaugura uma nova ética: laica, prática, em que o poder político é dissociado da ética cristã, pois tudo é válido contanto que o objetivo seja de se conquistar e de se manter o poder, apoiado no povo.

Ele [Maquiavel] não compartilha mais da concepção de homem legada pela filosofia cristã, segundo a qual este é um ser impelido por natureza à vida social. Embora, de acordo com a compreensão cristã, o indivíduo esteja subordinado ao Estado, a ação deste é limitada pela lei natural ou moral (...) e constitui uma instância superior à qual todo membro da comunidade pode recorrer sempre que o poder temporal atenta contra os seus direitos essenciais e inalienáveis. Maquiavel, ao invés disso, concebe o homem como um ser movido por forças anti-sociais. Na sua opinião, o ser humano possui a tendência de agir segundo impulsos egoístas, em benefício próprio e prejuízo alheio. Esta tendência apenas se dobra ante a coação (...), porque o homem faz o bem quando se sente coagido a isso e o mal cada vez que tem ocasião (AMES, 2002, p. 123).

No capítulo IX de “*O Príncipe*”⁴, Maquiavel fala do Principado Civil. Nele descreve a necessidade do príncipe em enfrentar o conflito de desejos entre o povo e os grandes, ou poderosos, se quiser manter o poder do Estado⁵. O que acontece é que

em Maquiavel temos uma perspectiva do poder como instaurador da ordem na sociedade. O Príncipe deveria utilizar as mais variadas formas de coação, desde que o intento fosse manter a paz e o poder.

todas as ações do duque, eu não saberia em que censurá-lo. Pelo contrário, parece-me – como aliás o fiz – dever propô-lo como exemplo a todos aqueles que, com a fortuna e as armas de outrem, ascendem ao poder. Tendo ele ânimo forte e intenção elevada, não poderia ter agido de outra maneira. (MAQUIAVEL, 2004, p. 34)

Segundo Maquiavel, além do poder, o príncipe deve buscar estar sempre de bem com o povo⁶. Maquiavel diz que enquanto o desejo dos grandes é tomar o poder e oprimir o povo, o príncipe deseja apenas o poder. É por isso que o príncipe deve apoiar-se no povo. Enquanto este deseja apenas não ser oprimido, não representando, portanto, nenhuma ameaça ao poder do príncipe, aqueles rivalizam com este na medida em que, além de oprimir, desejam também tomar o poder. Assim, Maquiavel (2004) afirma que,

Quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-

⁴“Historicamente, o termo Estado foi empregado pela primeira vez por Nicolau Maquiavel, no início de sua obra *O príncipe*, publicada em 1513. Uma definição abrangente de Estado seria uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupa um território definido e, na maioria das vezes, sua lei maior é uma Constituição escrita. É dirigido por um governo soberano reconhecido interna e externamente, sendo responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio legítimo do uso da força e da coerção” (Cf. Cláudio de Cicco e Alvaro de Azevedo Gonzaga, 2008).

⁵Tal citação tem a finalidade de esclarecer a forma como Maquiavel em seu tempo muito sabiamente já entendia as relações conflituosas de poder. “Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferentes, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença”. (Cf. MAQUIAVEL, 2004, p. 43.)

⁶Cabe inserir um comentário acerca do que auffer Marilena Chauí sobre o verdadeiro governante, que também esteve inserida durante um determinado tempo, no cenário político e social. Diz ela: “O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder e que, para isso, jamais deve aliar-se aos grandes, pois estes são seus rivais e querem o poder para si, mas deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei. (CHAUÍ, 2000, p. 203).

se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo, porque o primeiro se vê cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo. Mas quem chega ao principado com o favor popular encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém, que não esteja pronto a obedecê-lo. (...) Além disso, um príncipe não pode jamais proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos; no entanto, pode-se garantir contra os grandes porque são poucos (...)(p.44).

O conceito de poder na pós-modernidade em michel Foucault

A partir de Foucault temos uma nova visão de poder, onde o sujeito não pode ser visto tão somente a partir de um prisma iluminista que o coloca no centro do mundo, que age de modo soberano; o sujeito é também um sujeitado a formas de poder, controle e dependência, assim como também o é a sua própria identidade, devido à consciência ou autoconhecimento. Novos mecanismos de poder existem dentro da sociedade e esse mecanismo torna eficaz e faz girar as engrenagens que movimentam o ciclo social. De acordo com Machado (1981, p. XIII-XIV) a análise ascendente que Foucault faz acerca do poder:

Estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. [...] O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social.

A grande sacada de Foucault é justamente ir de contra corrente ao pensamento maquiavélico de instituição de um poder coercitivo. No fundo é uma crítica ao pensamento marxista que defende a concentração do poder numa classe social. Segundo Deleuze (2005, p.35):

Foucault mostra que não é assim, nem disso, que procede o poder: ele é menos uma propriedade que uma estratégia, e seus efeitos não são atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos;

ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas.

É necessário salientar que Foucault está às voltas com a problemática contemporânea do sujeito. Com as crises geradas pelo pós-guerra, o indivíduo fragmentado em estruturas individualistas perdeu a sua identidade. Em meio a essa crise de subjetividade, a desvirtuação dos valores e princípios, provoca uma saliência de discriminação, marginalidade e preconceito na esfera social. O conceito de poder torna-se um elemento constitutivo da condição desse sujeito, que em busca de uma identidade, une-se a outros sujeitos que compartilham ideologias. Foucault vem justamente analisar a mecânica do poder, que segundo ele foi negligenciada. Até mesmo o marxismo imperante não havia abordado da forma correta. Segundo Foucault (1981, p.6):

Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentavam-se em denunciá-los no “outro”, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada.

Para o autor o conceito de poder estava agregado ao de economia. Tal imposição gerava uma alienação do sujeito diante de sua própria condição no meio social. Essa estratégia funcionava numa dinâmica onde o indivíduo era posto como instrumento de manipulação da política, que impondo uma exigência demasiada de produtividade ao mesmo, tornava-o indiferente ao poder. Tal teoria tinha como objetivo atingir o âmbito econômico e político: isso se dava através do aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima e pela diminuição de sua capacidade de revolta, de

resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, ou seja, a neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política. De acordo com o autor (1981, p.175):

O problema que se coloca nas pesquisas de que falo pode ser analisado da seguinte forma: em primeiro lugar, o poder está sempre em posição secundária em relação à economia, ele é sempre "finalizado" e "funcionalizado" pela economia? Tem essencialmente como razão de ser e fim servir a economia, está destinado a fazê-la funcionar, a solidificar, manter e reproduzir as relações que são características desta economia e essenciais ao seu funcionamento? Em segundo lugar, o poder é modelado pela mercadoria, por algo que se possui, se adquire, se cede por contrato ou por força, que se aliena ou se recupera, que circula, que herda esta ou aquela região? Ou, ao contrário, os instrumentos necessários para analisá-lo são diversos, mesmo se efetivamente as relações de poder estão profundamente intrincadas nas e com as relações econômicas e sempre constituem com elas um feixe?

Ao localizar a crítica nos saberes históricos esquecidos, promove Foucault uma insurreição dos saberes dominados que viviam aprisionados e sem discurso ou ideário, frente aos conjuntos funcionais e sistemáticos de manutenção/legitimação do poder Central. Segundo Deleuze (2005 p. 36-37):

As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações. A posição delas não é de superestrutura. O que ainda há de piramidal na imagem marxista é substituído na microanálise funcional por uma estreita imanência na qual os focos de poder e as técnicas disciplinares formam um número equivalente de segmentos que se articulam uns sobre os outros e através dos quais os indivíduos de uma massa passam ou permanecem corpos e almas. [...] O poder tem como característica a imanência de seu campo, sem unificação transcendente, a continuidade de sua linha, sem uma centralização global, a continuidade de seus segmentos sem a totalização distinta: espaço serial.

A crítica à centralidade do Poder, através do acoplamento entre a erudição de saberes históricos esquecidos e do saber desqualificado, só se tornou plausível e possível com a eliminação dos discursos sistemáticos e globalizantes promovidos pelo discurso científico como forma de resposta aos problemas sociais. Ao demonstrar a possibilidade se encontrar no meio do material descartado pelo discurso científico elementos que legitimem e possibilitem uma análise da sociedade por um outro viés, Foucault abre a possibilidade sem precedentes para a quebra da centralidade da unidade do Poder, através da visualização do Poder como que possuído pelos micro-sujeitos históricos. Para Deleuze (2005, p.37):

[Foucault nos mostra que] o poder não tem essência, ele é operatório. Não é atributo, mas relação: a relação de poder é um conjunto das relações de força, que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades. O poder investe (os dominados), passa por eles e através deles, apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os afeta.

Atuando na desconstrução do poder, onde a figura do Estado oferece um discurso de domínio intransponível, Foucault busca através da re-afirmação de saber históricos desqualificados e esquecidos a constituição de um discurso legitimador dos micro poderes até então marginalizados. O conceito de poder em Foucault dista do pensamento de Maquiavel no sentido de que, a coercitividade do poder, efetivado pelo Estado no segundo, é ínfima levando em conta sua eficácia no que tange ao uso da violência como ação transformadora do indivíduo. Existe uma relação entre o poder e o conhecimento. Tal relação ora é de atrito, ora de junção. Nesse sentido o exercício de poder para Foucault (1995, p.243):

pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se escondia, ou consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil,

amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Reprovando ambas as teorias, por descreverem o Poder através de seus resultados e não naquilo que é o seu substancial, e estarem direcionadas pelo discurso científico a um fim específico de manutenção e legitimação de uma ordem estabelecida, Foucault, afirma ser o Poder um tipo de ação, que só tem existência e pode ser definido enquanto exercido. Impressiona que Foucault lança sua crise não a conceitualização do Poder no sentido de uma refutação *ad homine*, que se pautaria em desde dentro do discurso buscar encontrar suas falhas e daí o reconstruir, porém a efetua demonstrando que o próprio discurso não se sustenta ante sua impossibilidade epistemológica, pois se funda sob abstrações hipostasiadas, ao falar do Poder os modernos para Foucault não estariam falando dele, mas de seus efeitos. Segundo Foucault (1981, p.7-8):

parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer 'não', você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz 'não', mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Devesse considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Fixar o Poder em algo é impossível, pois dele só se pode ter ou descrever naquilo que ele não é mais, no seu resultado. Descrevê-lo é apreendê-lo em seus efeitos, porém ele é relação ou relações de relações, fixá-lo é mortificá-lo naquilo que ele não é. O Poder não é uma coisa, mas uma “multiplicidade de correlações de força” (Foucault, 1988, p. 88), que a ninguém pertence, mas que a todos é dado viver, sentir e com ele agir e modificar o presente, re-criando-o. O Poder na acepção foucaultiana é um conceito dotado de processualidade interna e que se constrói historicamente enquanto saber de si em outro. Por partir na sua crítica à busca da quebra da

centralidade do Poder, através dos saberes esquecidos e desqualificados que permeiam as relações sociais, Foucault vai encontrar o Poder vinculando-se a estas relações, como por exemplo; nas relações sexuais, econômicas, familiares, subjetivas etc. E são nestas relações de produção de significados que o Poder se constituem e não dentro da centralidade do discurso científico.

Considerações Finais

À guisa de conclusão percebe-se que Foucault reformula um novo conceito de Poder ao determiná-lo como uma estratégia movida ante um objetivo dentro da dialeticidade própria a interação humana que não prescinde das esferas linguagem e trabalho, e não como uma posição pela qual se luta, conforme o conceito moderno. O poder se exerce entre relações de pessoas, grupos e instituições de forma não excludente, poder é ação, e ação pressupõe relação que pressupõe liberdade que foi sempre mascarada pelo mito do Estado Moderno. Diferente da noção maquiavélica, o *Poder* foucaultiano impulsionou a atuação de micro grupos de ação que se organizando em rede, dia a dia, estão se fazendo mais presentes e combativos forçando o centralismo do poder estatal a ser repensado. Assistimos com o fenômeno dos conselhos tutelares, econômicos etc., uma confirmação da teorização promovida por Foucault, da realização do Poder em nódulos micro sociais, não centrais, e onde o estado vem passo a passo cedendo as micro forças reivindicatórias como forma de permanência e legitimidade.

Referências Bibliográficas

AMES, José Luiz. *Maquiavel: A Lógica da Ação Política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. - Brasília: UNB, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática. 2000.

_____. *Convite à Filosofia*. 6ª Ed. Editora Ática. São Paulo: 1997.

CHAVALIER, J. Jacques. *As grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. - Rio de Janeiro: Agir, 1989.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. *Michel Foucault, an Interview: Sex, Power and the Politics of Identity*. The Advocate, n. 400, pp. 26-30. Toronto, Agosto. 1984.

_____. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 10^a Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. - São Paulo: Ática, 1997.

LIMA VAZ, Cláudio Henrique. *Escritos de Filosofia IV: Introdução à ética filosófica 1*. - São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 3^a ed. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Escritos Políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

REVISTA CARETA E AS RAÍZES DA INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL

Douglas Josiel Voks¹

Em 1947 Theodor W. Adorno e Max Horkheimer criam o conceito de indústria cultural, em um período de grandes transformações econômicas, políticas e sociais, principalmente transformações técnicas nos meios de produção e reprodução em massa.

Essa aceleração na produção leva por conseguinte as produções em séries, onde tudo poderia ser produzido e distribuído em grande escala, não havendo mais fronteiras para a expansão dos bens de produção. Nesse ritmo de transformações o capitalismo acaba criando um novo nicho para ele próprio poder explorar, transformando todo bem cultural em negócios e criando junto disso a ideologia do consumo.

Partindo do elemento central da teoria de Adorno e Horkheimer, perceberemos que a indústria cultural tem por intenção transformar todo bem cultural, que até então era único, em um produto de consumo. Podemos tomar Walter Benjamin como exemplo, pois ele mostra que para as massas uma obra de arte reproduzida em série seria objeto de diversão, ao contrário do que é para um conhecedor de arte, um objeto de devoção (BENJAMIN, 1996, p.192). É por isso que muitos autores acreditam que essa difusão da cultura acabou por vulgarizá-la, pois com essa possibilidade de reprodução em larga escala, cada um pode ter uma *Monalisa* em sua casa ou qualquer outro objeto que até então era algo único e exclusivo. Assim para Adorno, a indústria cultural vai absolutizar a imitação (2002, p.24), que por consequência segundo Benjamin leva certos objetos que eram exclusivos de uma cultura de elite perder a sua áurea.

A indústria cultural se estabeleceu primeiro nos países industrializados com uma política liberal, nos quais percebe-se o destaque de todos os seus meios característicos como: o cinema, o rádio, televisão e revistas. Para Adorno e Horkheimer esses meios de comunicação determinam o comportamento e os pensamentos de

¹Graduando UNIOESTE

uma sociedade, muito embora os indivíduos dessa sociedade por vezes não se veem representados nesses meios de comunicação, mas são induzidos a consumir o que esses meios vendem. Podemos tomar como exemplo, a propaganda da margarina *Doriana*, a famosa “família *Doriana*”, a qual vende em primeiro lugar um estilo de vida do que o produto em si, assim faz o consumidor acreditar que ele precisa daquele produto para ter um dia feliz e harmonioso como a da família da propaganda. Para Baudrillard a propaganda tem como tarefa informar as características de um determinado produto e promover a sua venda, mas, no entanto, da informação ela passa para à persuasão (2000, p. 291). A demonstração do produto por si só não persuade ninguém: serve apenas para racionalizar a compra (BAUDRILLARD, 2000, p. 292). Então a propaganda não pode mais só informar, pois isso leva o consumidor no máximo a escolher entre o melhor produto, ela deve em primeiro plano incutir valores junto da propaganda, vendendo uma imagem que não condiz com a realidade do comprador, mas o qual é induzido a querer ter esse modo de vida que lhe é vendido.



Revista *Careta*, Fevereiro de 1940



Revista *Careta*, Abril de 1940

Na propaganda do sabonete Palmolive, publicada na revista *Careta*, em 1940 percebemos que nesse período, ainda se

vinculava na propaganda às características do produto, embora em algumas propagandas já se tenha de certa forma a intenção de induzir a venda do produto não pela sua eficácia, mas sim a venda de uma imagem; como no caso do sabonete e creme dental Eucalol, que utiliza a imagem muito popular de Carmem Miranda.

Assim na indústria cultural cinema, televisão, rádio e revistas podem servir como difusores de uma ideologia dominante. Alguns autores criticam as idéias de Adorno e Horkheimer, dizendo que a indústria cultural nem sempre impõem o produto a ser consumido, por vezes ela oferece o que o público consumidor pede, mas pode-se pensar que esse público pede por que já foi induzido anteriormente a pedir.

A dominação e manipulação por essa indústria se dão geralmente de modo sutil, como por exemplo, pelo cinema. Através do cinema o indivíduo é levado a se transformar em um ser não pensante, pois a maioria dos filmes segue uma fórmula pronta e acabada, que no início do filme já sabemos como vai ser o seu final. Assim as pessoas não precisam ter o esforço de pensar e interpretar o filme, pois essa é uma das intenções da indústria cultural, de que a diversão para o indivíduo não necessite do esforço de se pensar; indivíduo que não pensa pode ser facilmente iludido por essa indústria. Barbeiro aponta o cinema como uma prova da atrofia da atividade do espectador, que seria pensar e interpretar, Adorno vai mais longe dizendo que o cinema é o expoente máximo da degradação cultural.

[...] para seguir o argumento do filme, o espectador deve ir tão rápido que não pode pensar, e como, além disso, tudo já está dado nas imagens, o filme não deixa a fantasia nem ao pensar dos espectadores dimensão alguma na qual possam mover-se por sua própria conta, com o que adentra as suas vítimas para identificá-lo imediatamente com a realidade [...]
(BARBEIRO APUD GUTIÉRREZ, 2008, p. 75).

Se no cinema segue-se um molde pronto e acabado, na indústria cultural não poderá ser diferente, afinal foi ela quem criou esses moldes; logo para a indústria cultural vai se estabelecer à exclusão pelo novo, tudo deve seguir e fluir como está e se algo novo surge deve se enquadrar nos moldes já existentes. Podemos tomar como exemplo, as novelas, se no início a mocinha sofre e só no final é

feliz, e esse enredo traz grande audiência não tem por que ser substituído por algo novo, muda-se o nome das novelas, mas no fundo as histórias são sempre iguais. Tanto para Adorno quanto para Benjamin seria essa a indústria da reprodução e não da criação.

A indústria cultural pode ser considerada a indústria do divertimento, pois o seu poder sobre os consumidores é mediado pela diversão, sendo que a diversão para o capitalismo é um prolongamento do trabalho, assim a indústria cultural deve manipular as distrações. Para Adorno “*quanto mais sólidas se tornam as posições da indústria cultural, tanto mais brutalmente esta pode agir sobre as necessidades dos consumidores, produzi-las, guiá-las e discipliná-las, retirando-lhes até o divertimento*” (2002, p.44). Portanto divertir-se significa que o indivíduo não deve pensar, pois o divertimento pode se tornar uma forma de resistência para a realidade do indivíduo.

Quando falamos da indústria cultural e produção em massa, temos que pensar nas idéias de Walter Benjamin, principalmente as referidas a reprodutibilidade técnica. Benjamin diz “*que em sua essência, a obra de arte sempre foi reprodutível. O que os homens faziam sempre podia ser imitado por outros homens*” (1996, p. 166). Porém para ele essa imitação acaba com a *aura*² da obra, pois na imitação não estará contido todos os sentimentos do autor dessa obra. Nesse sentido ele dá o exemplo da fotografia: Quando se tira uma foto de uma montanha você encontra nessa montanha a aura do lugar, mas na foto ela desaparece. Então para ele a fotografia não seria uma arte, mas sim uma mera reprodução. Deve-se destacar que Adorno, Horkheimer e Benjamin estavam escrevendo em uma época de transformações, no qual essa indústria estava se formando, portanto eles não conseguiram perceber e acompanhar todas as mudanças que ocorreram por isso, algumas de suas interpretações não são adequadas para os dias de hoje, pois uma fotografia hoje é considerada uma obra de arte, com exemplo as fotos de Sebastião Salgado.

Nunca as obras de arte foram reproduzidas com tanta frequência como nos dias de hoje, tendo a técnica de reprodução se

²Benjamin descreve a aura como uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais, ou seja, a aparição única. Por exemplo, uma pintura original tem a aura do autor, está embutida nela todos os sentimentos desse autor, já a sua cópia perde essa aura e a sua autenticidade.

aperfeiçoado tanto, que às vezes, nem se sabe qual é a original e qual é a cópia, sendo essas obras difundidas pelo mundo, saindo dos museus e penetrando no âmbito familiar. Benjamin avalia que nos séculos XVIII e XIX, a arte adquira uma independência, pois como Horkheimer aponta que “*a arte estava associada com outras dimensões da vida social. As artes plásticas, em particular, se devotavam à produção de objetos para o uso diário*” (ORTIZ Apud HORKHEIMER, 2006, p. 21). Já no período moderno a arte perde essa característica e ganha liberdade estética.

Quando pensamos em indústria cultural no Brasil, alguns autores com Renato Ortiz, defendem que é somente na década de 1940 que podemos considerar seriamente a presença desse tipo de indústria de massas por aqui. No entanto, ele admite também que podemos retroceder se formos falar dos meios de comunicação impressos, mas, destaca que essa não é uma realidade concreta, pois para Ortiz “*é necessário que toda a sociedade se reestruture para que eles adquiram um novo significado e uma amplitude social*” (2006, p. 38). Se forem apontados os anos 40 como início de uma sociedade de massas, é por que nessa época começa a se consolidar uma sociedade urbano-industrial (ORTIZ, 2006, p. 38). Mas vamos tomar o início do século XX, principalmente os anos da década de 30, como início das raízes dessa indústria cultural no Brasil.

As transformações do século XX com o crescimento das cidades e um número maior de alfabetizados fazem com que os meios de comunicação escritos cresçam e percam o seu caráter artesanal, transformando-se em empresas voltadas para uma maior lucratividade (JUNIOR, 2006, p. 10). Periódicos, como revistas ilustradas, são produtos que compõem empresas que buscam sustentar-se com a permanência de seu produto no mercado. Portanto todo periódico por consequência deve corresponder às expectativas de seu público consumidor, visando sempre atingir um maior número de clientes. Tomemos como exemplo a revista *Careta*, que teve essa preocupação de abranger um grande público, pois ela tinha um conteúdo direcionado para aqueles que possuíam condições socioeconômicas de se tornarem consumidores efetivos de revistas ilustradas. Nesse sentido, textos e imagens, deveriam responder aos interesses de um determinado público leitor, tornando-se assim um produto destinado a comercialização e ao consumo (idem, p. 11). Mas também, ao mesmo tempo, ela utilizava uma linguagem mais

popular, que pode ser entendida como uma aproximação com as classes subalternas, pouco alfabetizadas.

O surgimento de revistas consumidas pelo grande público está intimamente ligado ao surgimento de novas tecnologias no campo das artes gráficas. Com elas já no século XIX e principalmente início do século XX, revistas e jornais puderam apresentar ilustrações e caricaturas. A revista *Careta*, fundada em 1908, aproveitou muito bem essas inovações, sendo ela uma revista repleta de ilustrações, que representavam cenas cotidianas da sociedade brasileira, propagandas variadas, caricaturas e charges embutidas de conteúdo crítico (idem, p. 11).

Assim a imprensa brasileira toma um caráter mais capitalista, fazendo com que suas transformações percam o seu caráter artesanal, transformando-se em empresas voltadas para uma maior lucratividade. É nesse período que podemos dizer que se introduzem os primórdios da indústria cultural no Brasil, pois ela se firma com o capitalismo e a industrialização, transformando todo bem cultural em negócio.

A *Careta* se enquadra nesse esquema por ser um meio de comunicação voltado para as massas, e através de suas charges ela pode exercer uma manipulação sobre os seus leitores³. Assim como nos mostra Theodor W. Adorno, a indústria Cultural tem por finalidade não só transformar tudo o que diz respeito à cultura em negócios, mas também tem o papel de, através do cultural, criar mecanismos de dominação.

Dentro desta lógica de popularização, ou como quer Adorno, vulgarização da cultura erudita e criação de uma cultura intermediária, a cultura de massa, que a charge ganha seu significado mais amplo. Transmitindo sua mensagem através de uma forma de comunicação visual, não verbal, muitas vezes simbólica ou não explicitada, as charges provocam reações imediatas para os leitores que reconhecem nelas a crítica política ou social. As charges por vezes podem ser tendenciosas, principalmente quando referidas a política, podendo também apresentar múltiplas interpretações, já que não contém um texto explicativo: a charge substitui o próprio texto.

Na revista *Careta* a manipulação para com o público leitor se dá principalmente em questões políticas. Na candidatura de Rui

³Na década de 1940 o Brasil possuía 41.169.321 pessoas, sendo que dessas 16.4 milhões eram analfabetos.

Barbosa, por exemplo, a revista apresentava-o em suas charges como o candidato mais capacitado para a presidência, passando assim uma confiabilidade ao eleitorado, quanto aos seus adversários, em especial Marechal Hermes à revista não poupou a sátira. Dessa forma, dependendo de como as charges fossem ilustradas poderiam ter um duplo poder; a crítica e a desmoralização de uma imagem, ou de elevar a confiança e a popularidade de quem fosse ilustrado em suas páginas (UEÓCKA, 2003, p.69).



Revista Careta, Fevereiro de 1910

Nesta charge *A Manopla Hermista*, podemos perceber como a revista apresentava os adversários de Rui Barbosa. Manopla seria uma mão grande e mal feita, Hermes está representado no dedo maior seguido de seus partidários, nessa mesma edição encontramos mais de seis páginas com fotos da campanha de Rui Barbosa. Com isto concluímos que a revista não era neutra em questões políticas, pois ela estava ligada à classe dominante, e por consequência trabalhava em favor dos seus interesses, como aponta Laura Antunes Maciel, sobre o predomínio da mídia na constituição de memórias hegemônicas, pois aquilo que a mídia noticia é tido como parâmetro seguro do que realmente ocorreu (MACIEL, 2004, p.14).

A *Caretta* foi uma publicação de generalidades, na qual se encontravam diversas propagandas, fotos da vida cotidiana brasileira, charges, referências sobre moda e comportamento, artigos diversos como: cinema, cultura, arte, crônicas, curiosidades, etc. E de

certa forma ela pode ser considerada um veículo que difundia a cultura no país, claro que a cultura de uma elite. Assim percebe-se como a indústria cultural age, pois ela utiliza mecanismos sutis de manipulação para induzir a população, no caso da Careta em questões políticas.

Embora em meados da década de 30 se encontre um grande número de analfabetos no Brasil, cresce consideravelmente o número de publicações, Ortiz aponta que entre 1936 e 1944 o número de livros editados cresce uma taxa de 46,6%, multiplicando-se também as casas editoras. No entanto ainda assim é um mercado débil cuja penetração junto à população é pequena (ORTIZ, 2006, p. 45), mas já estamos rumando para uma cultura de massas, nesse período também temos o desenvolvimento do rádio. Na década de 30 se tem o barateamento nos custos da produção do rádio, isso faz com que ele se difunda para um público mais amplo, isto faz com que em 1932 se tenha uma mudança na legislação e permita a publicidade no rádio, de início são 10% da programação diária destinada a publicidade. É interessante analisar que essa difusão dos rádios acompanhava uma dinâmica regional, pois nas décadas de 30, 40 e 50 o rádio possuía características regionais, faltando, portanto, nesse meio uma das características fundamentais da indústria cultural, de integração (ORTIZ, 2006, p. 54), a qual vai se dar em meados dos anos 50 com o imperialismo americano preocupado em difundir a sua cultura em todo o Brasil.

Percebemos assim que a penetração da indústria cultural no Brasil vai se constituindo em partes, primeiro com a mídia impressa, em especial as revistas ilustradas em meados da década de 30; em seguida com as rádios, mas de uma forma regional, pois ainda não se tinha uma estrutura para as rádios abrangerem todo o território brasileiro, é só por volta de 50 pelo interesse político e econômico americano que esse meio se consolida. Destacando que a indústria cultural realmente se estabelece com todas as suas características essenciais no Brasil por causa das práticas imperialistas americanas, pois com elas se difundem toda ideologia consumista junto com os incentivos de desenvolvimento nos meios midiáticos, e aqui em especial a televisão e também as revistas que reproduziam os costumes americanos no Brasil.

Se é por volta dos anos 30 que essa indústria começa com suas raízes por aqui, é somente em meados de 60 que ela se consolida,

pois Ortiz mostra que “*a indústria cultural nas sociedades de massa seria o prolongamento das técnicas fabris*” (ORTIZ, 2006, p. 55), ou seja, essa indústria segue com a mesma lógica fabril da venda de produtos, assim o capitalismo entra na esfera cultural e a organiza nos mesmos moldes industriais. A implantação da indústria cultural vai modificar o relacionamento com a cultura, pois esta a partir de agora, passa a ser concebida como um investimento comercial, por isso também muito se questiona se essa indústria expandiu a cultura ou simplesmente vulgarizou-a.

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. In, LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BARBEIRO, Jesús Martin. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

BENJAMIN, Walter. “O autor como produtor”. In: *Mágica e Técnica, Arte e Política*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1996.

_____. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Mágica e Técnica, Arte e Política*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1996.

HORKHEIMER, Max. ADORNO, Theodor W. “O Iluminismo como Mistificação das Massas”. In. *A Indústria Cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JUNIOR, Cláudio de Sá Machado. *Fotografias e Códigos Culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006, Dissertação.

MACIEL, Laura Antunes. *Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em Torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920*. FENELON, Déia (ORG) *Muitas Memórias, outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. “A Força das Imagens na Campanha Civilista: Representações em Fotografias e Caricaturas”. In: *Revista Científica da Universidade do Oeste Paulista - Unoeste*. São Paulo, Vol. I, n 2, 2003.

A REVISTA *VEJA*: DE 23 MIL EXEMPLARES À MARCA DE 300 MIL: ACOMPANHANDO OS DEZ PRIMEIROS ANOS DE CONSTRUÇÃO EDITORIAL DA REVISTA¹

Edina Rautenberg²

O presente estudo baseou-se na análise da “Carta ao Leitor” da Revista *Veja*, selecionando alguns trechos que evidenciassem o caráter da revista naquele período e como ela foi construindo seu posicionamento de maneira a salvaguardar os objetivos de expansão empresarial da Editora Abril. Nosso objetivo é demonstrar como a revista foi construindo sua linha editorial e perceber os interesses de classe que permeiam *Veja*, compreendendo o nexos entre ideologia, discurso e as relações do capital. Optamos por dividir a análise em duas fases que percebemos na revista: O período de auto-afirmação e de constituição enquanto sujeito e enquanto um órgão que precisava ser lido e aceito por seus leitores, que corresponde ao período em que *Veja* esteve sob a editoria de Mino Carta (desde seu lançamento até 1974); e o período de estabilidade da revista no mercado, quando *Veja* começou a tratar com mais intensidade os temas políticos, que corresponde também a saída de Mino Carta e a entrada de José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu. Com esta divisão poderemos perceber melhor o período de crescimento e afirmação de *Veja*, que envolve também os primeiros anos da revista, a sua relação com a ditadura civil-militar brasileira e com a censura e o relacionamento mais explícito com o governo Geisel.

Os editoriais permitiram uma visão mais clara do posicionamento de *Veja* durante o período analisado, já que é através do editorial que a revista firma-se enquanto sujeito. A temática já foi abordada por Carla Silva que trabalhou com os editoriais da revista *Veja* no período de 1989 a 2002. Em seu estudo, Carla Silva buscou apreender o sentido da seção para a publicação, defendendo que a mesma constitui um espaço privilegiado para a criação discursiva do “sujeito *Veja*”. Segundo a autora, essa é uma forma de apagar os

¹Estas análises foram levantadas em nossa pesquisa de mestrado intitulada “*A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)*”. Este texto é uma adaptação das análises e conclusões levantadas em nosso primeiro capítulo da dissertação intitulado.

²Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, nível mestrado, da UNIOESTE. Orientada pela Prof^ª Dr^ª. Carla Luciana Silva.

interesses concretos da revista em sua ação enquanto aparelho privado de hegemonia. Como constatou Silva, “*nos editoriais percebemos como a revista busca se construir como intérprete da história atual, ocultando seu papel enquanto parte interessada nessa mesma história*”. (SILVA, 2009:89). Neste sentido, nosso trabalho vem a contribuir com a compreensão da revista enquanto aparelho privado de hegemonia, demonstrando como *Veja* foi posicionando-se partidariamente e politicamente desde seu lançamento, em 1968.

A seção “Carta ao Leitor” foi escrita pelo diretor de redação e em alguns casos, “excepcionais”, pelo presidente do Grupo Abril, quando passa a se chamar “Carta do Editor”. É importante destacar também que no período estudado, os editoriais não possuíam um título específico, ficando apenas a seção “Carta ao Leitor”.

O primeiro editorial de *Veja*, assinado por Victor Civita, apresentou o caráter de elaboração da revista e sua proposta. Vale destacar que Victor Civita assinou todos os editoriais do primeiro ano de *Veja*, passando o papel de editor para Mino Carta, em 1969. O primeiro editorial foi extremamente marcado pela proposta de integração nacional e modernização. “*Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, você estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois Veja quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros*” (*Veja. Carta do Editor*. Ed.1 – 11/09/68). O editorial narrou todo o processo de contratação do pessoal, trouxe dados sobre os contratos com agências internacionais, procurando destacar a necessidade de uma revista com o caráter de *Veja* para o Brasil. Ao contrário das outras publicações da Abril, *Veja* possuía um caráter amplo, de trabalhar assuntos gerais, destinado a uma diversidade maior de público. A revista seria destinada àqueles que precisariam saber o que estaria acontecendo em todas as áreas do saber, do Brasil e do mundo.

Daniella Villalta apontou para o elo entre os interesses empresariais da Editora Abril e o discurso do poder vigente que pode ser percebido através dos editoriais assinados por Victor Civita. Em análise da primeira “Carta do Editor” publicado por *Veja*, Villalta demonstrou os objetivos em comum do editorial com o do então presidente Costa e Silva que, conforme discurso na Escola Superior de Guerra, proferido em março de 1968, afirmava: “*Estamos construindo uma grande civilização no hemisfério sul porque*

recusamos nos curvar ao determinismo geográfico”. Segundo a autora, “*Veja colabora nessa tarefa ao pretender, através da informação, dirimir as diferenças regionais em nome de uma prática jornalística aglutinadora das diversidades de um país de proporções continentais*” (VILLALTA, 2008:126). Como conclusão, Daniella Villalta afirmou:

O valor comercial da empreitada foi incentivado e favorecido por um modelo econômico que capacitou e fortaleceu a iniciativa privada. Há um elo entre os interesses empresariais da Editora Abril – que fica claro quando se comparam as *Cartas do Editor* assinadas por Victor Civita – e o discurso do poder vigente. Seu objetivo empresarial, de promover a aglutinação de um Brasil grande, potente e unido através das publicações de sua Editora, realizou-se plenamente a partir do momento em que os setores médios da sociedade, que detinham uma considerável parcela da mal distribuída renda do país, se encantaram com as revistas que a Abril lançou levando em conta a medida de seu gosto médio e também seus segmentos. Considerando-se que as mídias conversam entre si, as grandes publicações da Editora trouxeram para essas parcelas, através da publicidade de seus anunciantes, outros produtos do ideário modernizador (VILLALTA, 2008:136-7).

Com tiragem de 700 mil exemplares, pode-se perceber a perspectiva de ser uma revista de informação de alcance nacional, que *Veja* se propunha. O lançamento da revista foi marcado com grande pompa e promessas de ser um projeto de sucesso. Entretanto não foi isto que ocorreu. A edição nº 1 de *Veja* fechou com 63 páginas de publicidade vendidas no escuro, sem os anunciantes saberem o que seria a revista. Dos 31 anunciantes programados para o segundo número, 20 desistiram, e dos 500 mil exemplares tirados, 250 mil foram vendidos: uma queda de quase 400 mil exemplares do primeiro para o segundo número. Durante cerca de 20 edições, a revista não vendeu mais do que 16 mil exemplares.

Na edição nº 3, com tiragem de 300 mil exemplares, o editorial explicou como são feitas as edições de *Veja*, legitimando o papel da redação em “escolher” os assuntos que deverão ser lidos por seus leitores. Segundo *Veja*,

Tudo começa na manhã de terça-feira, quando o Diretor, os

cinco Editores, o Secretário de Redação e o Chefe do Departamento de Documentação se reúnem para discutir a semana em curso e escolher – das centenas de alternativas apresentadas – as quarenta ou cinquenta matérias que mais interessarão seus leitores na semana seguinte (*Veja. Carta do Editor*. Ed. 3 – 25/9/1968).

Ou seja, *Veja* colocou-se como se tivesse o poder de decidir quais informações devem ser recebidas por seus leitores, advogando seu papel de “quarto poder”, com a função de vigiar os demais poderes. Além disso, o que pudemos perceber durante a leitura dos editoriais da revista, é que *Veja* procurou se colocar como alguém que apesar de ter que escolher entre os assuntos da semana, ela foi a revista que procurou cobrir a maior quantidade desses acontecimentos.

Na edição 16, *Veja* encerra o ano de 1968 e transmite as esperanças de um novo ano “*importante na marcha para o desenvolvimento. Acompanhamos com entusiasmo o progresso já produzido pelas novas rodovias, usinas, indústrias e escolas que brotam no País inteiro*” (*Veja. Carta do Editor*. Ed.16 – 25/12/1968). Os editoriais de *Veja* deixam claro o apoio da revista ao Governo que estaria levando o Brasil ao desenvolvimento econômico e, muitas vezes a revista chegou a se utilizar dos jargões de desenvolvimento nacional veiculados pelos órgãos oficiais. “*E confiamos em que o trabalho honesto de dezenas de milhões de brasileiros – dentro de um clima de ordem e seriedade – continuará contribuindo para o crescimento da Nação e o bem-estar de todos*” (*Veja. Carta do Editor*. Ed.16 – 25/12/1968). Percebe-se a reprodução da ideologia de Desenvolvimento e Segurança, onde o progresso só seria atingido dentro da ordem, portanto, todo brasileiro seria responsável de zelar por ela. E, para concluir, “*O mundo espera muito do Brasil e o Brasil, de cada brasileiro. Veja procurará cumprir a sua parte, informando com precisão, rapidez, imparcialidade e entusiasmo*” (*Veja. Carta do Editor*. Ed.16 – 25/12/1968). Estabelecido o papel dos cidadãos, *Veja* colocou-se como cumprindo também o seu papel de vigiar para que realmente aquilo que se espera para o Brasil seja atingido.

A partir de 1969 o editorial passou a ser assinado por Mino Carta, passando a se chamar “Carta ao Leitor”. E as edições de *Veja* que se seguiram, tiveram seu editorial utilizado por Mino para

explicar a linha editorial da revista.

Na edição 20 o editorial discorreu sobre a questão da objetividade no jornalismo. Já o nº 26, caracterizou a função de um semanário de informação e diferenciou o “noticiar” do “informar”:
“Em geral, um semanário de informação não pretende descobrir fatos inéditos – prefere fornecer, a respeito de fatos conhecidos, informações exclusivas e pontos de informação mais avançados (...) Noticiar é registrar acontecimentos, informar é explicá-los” (Veja. **Carta ao Leitor**. Ed.26 – 5/3/1969).

Fica clara a função que *Veja* apregoa para si: não apenas relatar os acontecimentos, o que poderia ser obtidos nos jornais diários. *Veja* se propõe a analisar para os seus leitores estes acontecimentos. Mais uma vez fica clara a função do “sujeito *Veja*”, se colocando como alguém melhor capacitada para “ver” os acontecimentos. *Veja* não traz apenas as notícias. Ela “informa” e forma o seu leitor. Educa para aquilo que segue a linha editorial da revista.

Percebe-se que, com a entrada de Mino Carta para a editoria, este procurou convencer os leitores de *Veja* do “bom” caráter da revista, apresentando as formas que esta utilizaria para fazer jornalismo. Vale lembrar que a revista precisava firmar-se no mercado editorial. Através da “propaganda” do editorial, *Veja* estaria tentando conquistar um público que ainda não parecia satisfeito com a revista.

Na sucessão presidencial, *Veja* se colocou ao lado de Geisel, elaborando matérias de caráter abertamente geiselista. Entretanto, o suspense em torno das decisões e dos nomes dos futuros ministros, são fartamente criticados pela revista. Estas reclamações eram apoiadas na justificativa da responsabilidade social de *Veja* de informar o seu leitor, reforçando sua pretensão de quarto poder.

Pouco antes da posse de Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974, e durante os primeiros anos de seu governo, *Veja* passou a sofrer cortes sistemáticos em suas páginas. A partir deste momento, a revista passou a se utilizar de estratégias para denunciar a censura.³

³Segundo Almeida (2009), de janeiro a setembro de 1972, *Veja* passou pela censura prévia; de outubro de 1972 a fevereiro de 1973 pela censura branca (comunicados e telefonemas do governo federal informando assuntos que não deveriam ser divulgados); e de março de 1973 a janeiro de 1974, pela censura prévia para as matérias sobre sucessão presidencial.

Essa estratégia foi utilizada durante os primeiros meses de 1974, até que em abril os entendimentos com o novo governo, através do Ministério da Justiça de Geisel, resultaram no relaxamento da censura prévia, passando a censura branca a conviver com a revista.

Em 1975 temas mais diversos fizeram parte das capas. É possível perceber também através dos editoriais, o período de confronto do editor Mino Carta com a direção da Abril e com o governo. Em agosto de 1975, começaram as “reflexões” de Mino Carta em torno da “fraqueza” do jornalismo brasileiro e do seu próprio papel dentro de *Veja*. Isto ocorre em concomitância com uma série de acontecimentos em torno da censura na revista, que acabam levando à saída de Carta.

Como editor da revista desde 1969, Mino Carta tinham alguma liberdade editorial, devido à necessidade da revista em se firmar jornalisticamente, como demonstrou Carla Silva (SILVA, 2005:69). Segundo Almeida, Mino Carta tinha independência para fazer a revista, mas não autonomia editorial (ALMEIDA, 2009:26). Victor Civita vinha enfrentando problemas com a censura e com as verbas governamentais devido ao posicionamento de Mino Carta. As discussões entre Civita e Carta são objeto de várias biografias sobre a revista, além da obra do próprio Mino Carta, apresentando muitas contradições que não nos cabe esgotar aqui. Interessa-nos destacar à relação entre a saída de Carta e a relação com a ditadura, que, como apontamos anteriormente, possui uma ligação intrínseca. Mino Carta tinha liberdade editorial determinada por contrato. Seu posicionamento político de denúncia a censura, a tortura e às medidas ditatoriais desagradavam o regime. Como demonstra Nilton Hernandes (2004), quatro ministros do presidente Geisel exigiram a saída de Mino Carta da direção da revista. Segundo Hernandes, nessa época Victor Civita queria construir hotéis e os pedidos de empréstimos encalhavam na mesa dos ministros. Em dezembro de 1975, Mino Carta foi demitido. Em 1976, Civita obteve o empréstimo.

O editorial de 31/12/1975 foi de despedida de Mino Carta de *Veja* para, segundo ele, três meses de férias. Com a saída de Mino Carta, ele foi substituído pelos redatores-chefes José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, passando estes a assinar a Carta ao Leitor, intercalando entre um e outro nos editoriais. A partir de Guzzo, com as influencias diretas de Elio Gaspari, a posição de sintonia com a

ditadura e seus eixos programáticos estavam mais claros. O embarque na candidatura de Geisel já tinha sido realizado e a revista já havia se estabilizado no mercado, não precisando mais camuflar seu posicionamento político visando conquistar um público.

Como demonstrou Daniella Villalta, em 1976 *Veja* estabilizou-se definitivamente e passou a operar um número médio de 170.000 exemplares por semana. Dois anos mais tarde passou por uma reforma gráfica, introduzindo maciça e definitivamente o uso da cor em todas as suas imagens; sua circulação manteve uma média de 250.000 exemplares/semana, das quais 200.000 faziam parte do *mailing* de assinantes (VILLALTA, 2008:13).

A edição 389, de 18/2/1976, foi marcada por dois editoriais: Uma Carta do Editor, assinada por Víctor Civita; e uma Carta ao Leitor, assinada por José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu. Apesar de serem dois editoriais, os dois são dedicados a Mino Carta que pedira demissão definitiva de *Veja*. Segundo os editores, Mino Carta teria deixado em sua herança lições fundamentais para a redação de *Veja* como a honestidade, a dignidade e a coragem. E os editores reafirmam a sua posição perante o cargo de assinantes da seção: “Agora, no momento em que assumimos a direção da redação de *Veja*, queremos deixar igualmente claro para os leitores que os princípios continuam os mesmos” (*Veja. Carta ao Leitor*. Ed.389 – 18/2/1976). Percebe-se que os editores procuraram reafirmar a continuidade do “sujeito” *Veja* elaborado e pregado desde as primeiras edições da revista. Além disso, procurou conquistar os leitores afirmando que a revista manteria o caráter político “crítico” estabelecido por Mino Carta.

Quando da entrada de Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, *Veja* já havia se estabelecido no mercado, não precisando mais camuflar seu posicionamento político visando conquistar o público e defender seus financiadores. O embarque na candidatura de Geisel já havia sido realizado e, com as influências diretas de Elio Gaspari, a posição de sintonia com a ditadura e seus eixos programáticos já estavam mais claros.

Durante a editoria de José Roberto Guzzo, a revista defendeu as propostas do governo em caminhar “lentamente” em direção à distensão, mas se utilizou da oposição e das críticas como forma de manter ativo o funcionamento dos debates políticos. *Veja* apoiou o projeto distensionista proposto por Geisel, mas reafirmou sua posição

de “vigiar” para que esta proposta fosse cumprida. Mesmo quando do endurecimento do Presidente tomando decisões arbitrárias e centralizadas, a revista procurou demonstrar que ele estaria ampliando o espaço de participação política, revelando mudanças significativas que vinham ocorrendo a quatro anos no país (período de presidência de Geisel). Durante as análises, percebemos a sempre preocupação da revista com um fechamento do processo de distensão já em curso, o que levaria à um retrocesso, neste sentido a posição da revista de apoiar e preservar aquilo que já havia se obtido. Neste sentido, a revista foi acompanhando as medidas políticas de Geisel, de maneira a garantir que as reformas institucionais viessem a acontecer, garantindo o processo de distensão já em curso e reforçando a existência da abertura.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

DREIFUSS, Armand René. *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro, 6ª edição, Vozes, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió, Edufal, 2004.

SILVA, Carla Luciana Souza. *A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais*. IN: *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.32, n.1, p. 89-107, jan./jun. 2009.

SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado. 2005.

VILLALTA, Daniella. Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas. In: *Comum – Rio de Janeiro – v.14 – n°31 – p.117 a 143 – julho/dezembro 2008*. Disponível em: <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum31/Artigo7.pdf>

O MST E O MAB EM QUESTÃO: INDICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UM TRABALHO DE PESQUISA COM MOVIMENTOS SOCIAIS

Emeson Tavares da Silva¹
Simone Tatiana Pedron²

Introdução

Qual o significado de estudar, nesse século XXI, onde são numerosas e profundas as transformações ocorridas na dinâmica da sociedade, algo aparentemente tão velho como o estudo de movimentos sociais e, neste velho tema, aspectos já tão trilhados como suas organizações e resistências institucionalizadas e formais?

Escrever um texto sobre tal temática ainda mais desse ponto de vista é uma aventura desafiadora para qualquer observador iniciante. No entanto, se, por um lado, o fato constitui um desafio, por outro, é também algo que estimula e excita a imaginação.

Portanto, tocados por essa questão esse texto se inicia. De antemão confessando por quais leituras somos culpados. Dessa forma, esse texto é resultado das leituras feitas ao longo do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em particular da disciplina de História e Movimentos Sociais e através de nossas orientações de dissertação. Uma vez que somos alunos regulares do mestrado, vinculados a Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

Assim, partindo de nossas observações, destacamos que tínhamos pouca leitura sobre movimentos sociais e a referida disciplina citada acima e mais especificamente nos instigaram ainda mais ao estudo desses movimentos. De acordo com Emilia Viotti da Costa (1990) na historiografia recente observa-se um refluxo da temática do movimento operário que tinha como eixo as manifestações organizacionais e ideológicas e fortes referências estruturais.

Em resposta ao questionamento que iniciamos esse texto,

¹Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais – UNIOESTE. Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Bolsista CAPES

²Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais – UNIOESTE. Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

Carlos Fico observa que talvez a questão pudesse ser colocada em termos de se pensar se os conflitos entre o capital e o trabalho de alguma forma persistem como local básico de percepção e dinâmica social ou se como pensam outros autores como Habermas e Clauss Offe, haveria esferas nas sociedades complexas que não seriam plenamente determinadas pelo fenômeno do trabalho e da produção (...), outros lugares que não a fábrica como centros das relações e dominação e palco dos conflitos sociais. (FICO,1991:32)

Assim a contribuição que pretendemos trazer refere-se ao exame do campo de possibilidades que a temática tida como tradicional pode oferecer a pesquisa a partir da reafirmação de sua atualidade, da identificação de vieses que a acompanharam, de ângulos que foram negligenciados, da inspiração que pode receber dos pressupostos teóricos de uma história social do trabalho pensando sobre os dois movimentos sociais objeto de nossas pesquisas: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Para início de conversa, o que são movimentos sociais?

Difícilmente vamos encontrar uma definição pronta e acabada acerca do quem vem a ser movimentos sociais, apresentaremos a seguir algumas prerrogativas sobre esse conceito. Sem, tampouco, fechá-lo e acabá-lo movimentos sociais é, antes, algo muito amplo.

De acordo com Marilena Chaui apontado no prefácio da obra: *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, Eder Sader mostra nessa obra como os movimentos sociais produzem um novo sujeito; um sujeito coletivo; um sujeito diferente do moderno que é um sujeito individualista e racional; Sader mostra o “cotidiano popular”, novos lugares para o exercício da política.

Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São as experiências que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes 'dá a dignidade de um acontecimento histórico'(SADER,1995: 12).

Qual é a linguagem dos Movimentos Sociais? De que lugares

falam? Que valores defendem? Qual é a originalidade do fenômeno? O Movimento Social é uma afirmação de setores da sociedade. Para falar da função dos Movimentos Sociais, Sader coloca que “Nessa representação a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.(SADER, 1995: 29)”

De acordo com Sader muitos analistas tentando conceituar os movimentos sociais por determinações estruturais chegam a impasses insolúveis. Algo já atentado por Castoriadis quando ele critica Rosa Luxemburgo e alguns lenistas. Diz que nem mesmo uma pensadora que concede papel tão decisivo as “espontaneidades” das massas, como Rosa Luxemburgo, consegue desvincular a questão econômica como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da revolução. Ou seja, ela não consegue se livrar da necessidade de condicionar à revolução a crise econômica. A redução da prática operária ao economicismo não deixa espaço para a noção fundamental, no entender de Castoriadis, da autonomia operária.

Quanto aos leninistas, eles veem os operários, ou a grande maioria, realizando apenas atividades sindicais. A ação, ou o fazer do partido como um ato político, pode despertar apenas um número reduzido de trabalhadores e que só uma grande crise no sistema poderia despertar na massa uma vontade coletiva de transformação.

Percebe-se aí que o autor procura evidenciar que mesmo os grandes teóricos marxistas não atribuem ao operariado um papel que lhe é de direito. O papel de seres que tem uma força autônoma, desvinculada do protecionismo de seus supostos protetores. Comenta sobre a descrença desses teóricos sobre os trabalhadores, sendo a imagem que possuem deles a mesma formulada pelos patrões. “Com efeito, é estritamente equivalente dizer que um operário nunca trabalha a não ser sob a coação ou motivado pelo prêmio e que os trabalhadores só farão uma revolução forçados por sua situação econômica” (CASTORIADIS, 1985:13).

A teoria, nesse sentido, é tida por vezes como conjunto de verdades eternas, sendo que o papel histórico do proletariado já está determinado desde o século XIX com a publicação de *O Capital*, de Marx. Ou, de acordo com Castoriadis:

Esse fundamento é o postulado de que a verdade passada, presente e futura da evolução histórica, já estaria desde agora sob o domínio de uma teoria, essencialmente acabada, a qual,

por sua vez, já seria possuída por uma organização política; disso resulta, necessariamente, que o “papel histórico do proletariado” só é tal na medida em que ele deve fazer e fara (CASTORIADIS, 1985:14).

Mais do que a criação de uma nova visão do marxismo, o autor procura desmistificar os imperativos categóricos fixados por outrem. Recupera Marx nas suas premissas originais quando coloca suas reflexões no tempo e espaço, situando as questões que lhe eram compatíveis. A condição sócio-econômica do período histórico desse judeu alemão permitiu elucubrações que respaldavam análises que não podem ser as mesmas da sociedade atual. Eis aí a grande contribuição de Castoriadis, à medida que ele recupera o viés transmutado dos ortodoxos. É preciso acompanhar o processo histórico dentro das questões colocadas no momento em que a obra foi produzida. O proletariado tem a sua autonomia no instante em que objetivamente isso acontece, sem que haja possibilidade da realização de predições futurísticas:

Ouso dizer que falo disso com conhecimento de causa; pois, ao mesmo tempo em que a crítica da burocracia e da degenerescência da revolução russa me levou a ideia da autonomia do proletariado e as suas consequências diretas – ou seja, de que não há “consciência” do proletariado fora do próprio proletariado, de que a classe operaria não pode exercer seu poder através de uma “delegação”, qualquer que seja sua forma, de que (se ela não pode se dirigir a sociedade) ninguém poderá fazê-lo em seu lugar (CASTORIADIS, 1985:15).

Corroborando com essa ideia e no que diz respeito aos Movimentos Sociais e o que sinalizam quanto às condições das classes no Brasil, Sader coloca que

A constituição dos movimentos sociais implica uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente. (SADER, 1995:48).

Acerca dos movimentos sociais na década de 1970 no Brasil, Sader coloca que

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência (SADER, 1995:199).

Essas duas obras em análise são importantes na medida em que elas apresentam condições e realidades concretas estudadas favorecendo-nos arcabouço para pensarmos tal problemática. Assim de acordo com Sader “o movimento vai tecendo uma ligação entre o mundo do cotidiano e o mundo da política” (SADER, 1995:215) e ao estudar as organizações não governamentais coloca que a noção de conquistas difere da noção de resultados nas atuais ONGS, mostrando a diferenciação do protagonismo social. Com as ONGS, na maioria das vezes, os atores são outros, a noção de crescimento também é de outra escala valorativa e acrescenta os movimentos cresçam em cima das conquistas obtidas (...) (SADER, 1995:216).

Cornelius Castoriadis procura trilhar os passos da história do movimento operário, descobrindo o que é de domínio “burguês” e o que é proletário e é no fazer do proletariado que ele detecta o que pertence um e ao outro. Para o autor, a “revolução” implicara a participação direta e política desse intelectual, sem que o mesmo crie uma interpretação revolucionária da história do movimento operário “forçada”

temos de extrair, por nossa própria conta e risco, as significações de uma revolução radical a partir da atividade efetiva do proletariado; e isso já não é mais ato teórico, mas um ato política, que implica não somente nosso pensamento, mas nosso próprio fazer; e termos que reconhecer a “circularidade” da situação em que estamos envolvidos (CASTORIADIS, 1985:56).

O MST e o MAB

A ocorrência de lutas sociais de camponeses e pequenos agricultores ao longo de toda a história brasileira é um dado inquestionável, ainda que estas lutas tenham sido escamoteadas e muitas vezes mal contadas pela 'história oficial'.

Essas lutas por sua vez deram origem a dois grandes movimentos sociais da atualidade: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ao Movimento dos Atingidos por Barragens.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem sido referência internacional na organização e luta dos/as trabalhadores/as, reafirmando a centralidade do trabalho, como necessária, para a constituição de uma nova sociabilidade, expressando como tem se constituído o socialismo no XXI.

O MST tem essa denominação porque engloba várias categorias de trabalhadores que foram expulsos da terra, devido ao processo histórico de transformação social no Brasil, em especial, o de modernização da agricultura. Atualmente, tem aglutinado também trabalhadores/as que não estão ligados a atividades agropecuárias. Enquanto movimento social, representante de várias categorias de trabalhadores/as, expressa a luta de classes no campo (DUQUE-ARRAZOLA, 1985).

Ao destacar a categoria trabalho enquanto fundante na construção de novas relações sociais, o MST põe em xeque toda uma discussão sustentada por várias/os autoras/es sobre a perda da centralidade do trabalho, reafirmando a atualidade do marxismo e demonstrando a sua importância teórica para explicar a realidade. Por buscar a superação do modo de produção capitalista, tornou-se também referência para outras organizações de trabalhadores/as que lutam pela construção de uma nova sociabilidade no Brasil e no mundo.

Com o avanço tecnológico sustentado pelo desenvolvimento das forças produtivas, o processo de trabalho, cada vez mais, tem sido apropriado pelo capital, intensificando qualquer possibilidade de controle e satisfação do/a trabalhador/a, assim como o atendimento de suas necessidades. O que acaba inviabilizando qualquer possibilidade de constituição de novas relações sociais, proporcionando a humanidade viver de forma plena.

A subordinação do trabalho ao capital ocorre porque a

sociabilidade do capital tem como elementos centrais de dominação a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a apropriação cada vez mais individual das riquezas socialmente produzidas, que se estruturam nas relações sociais de classe, de gênero e racial.

Assim, o MST, enquanto representante de uma fração da classe trabalhadora, que afirma ter como diretrizes os princípios socialistas, tem apontado como elemento central para a auto-realização humana e, como constituidora de novas relações sociais, o trabalho. Segundo o MST, o trabalho deve estar voltado para atender às necessidades humanas. Tal afirmação é bem enfática quando o MST apresenta os propósitos da reforma agrária:

A reforma agrária tem por objetivos: garantir trabalho para todos, combinando distribuição de renda; produzir alimentação farta, barata e de qualidade à população brasileira, em especial à das cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade; garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros, em especial aos trabalhadores e prioritariamente aos mais pobres; buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; difundir a prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero; Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais; preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, água, florestas etc., para um desenvolvimento auto-sustentável e, implementar a agroindústria e a indústria como os principais meios de desenvolvimento no interior do país (MORISSAWA, 2001:168).

Neste sentido, o MST vem lutando sistematicamente para combater as várias formas de estranhamento sustentadas pela propriedade privada e expropriação dos/as trabalhadores/as, desumanizando-os e fazendo com que estes/as se desconheçam como sujeitos produtores da história.

O Movimento dos Atingidos por Barragens tornou-se um movimento popular que visa organizar a população atingida ou ameaçada por barragens para lutar contra a construção de grandes

barragens e/ou pela garantia de seus direitos de indenização, colaborando com isso para a construção de um novo modelo energético. Articula os interesses dos atingidos frente as empresas, autoridades, Estado e outras entidades envolvidas nos projetos de construção de hidrelétricas. (MAB-Caderno nº 7).

Os integrantes são, na maioria, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros etc.) povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores. O setor elétrico passou por um processo de reestruturação a partir dos anos 90, levando, entre outras coisas, à desverticalização de suas atividades, a privatização dos setores de geração e distribuição de energia elétrica, criando o mercado de energia e diferenciando os consumidores entre cativos e livres (GONÇALVES JUNIOR, 2007; PINHEIRO, 2006). No que tange à construção de hidrelétricas, vai ocorrer a formação de consórcios privados para construí-las, sendo que a energia poderá ser vendida ou consumida pelas empresas geradoras.

Neste sentido, a construção de hidrelétricas passa a ser uma nova forma do capital se territorializar, enfrentando diretamente os atingidos que buscam não serem desterritorializados ou garantirem o máximo de ganho no processo de desreterritorialização. Fazendo frente à reestruturação do setor elétrico, o MAB vem buscando criar novas formas de territorialização e novas territorialidades para enfrentar esta ação do capital no setor elétrico, como evidenciar o alto valor de energia que passou a ser pago pelos trabalhadores, o benefício que as empresas eletrointensivas têm em pagar baixos preços de energia (mesmo que gerem poucos empregos e sua produção esteja voltada para o exterior), o Movimento passa a ter uma maior inserção em redes de movimentos sociais (Via Campesina é um exemplo), busca atuar junta organizações de trabalhadores urbanos de baixa renda que tem direitos diferenciados no preço da energia e que não estão sendo respeitados pelas empresas distribuidoras de energia.

Sobre a concepção de Classe, Luta de Classe e/nos Movimentos Sociais

Não se pode perder de vista que a história dos movimentos sociais é a história da formação de classes, história, portanto de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, sindicatos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia,

Outro ponto que chama atenção sobre o texto de Castoriadis é luta de classe. Conceito distorcido e muitas vezes mal interpretado por grande parte de teóricos, para Castoriadis, classe social é o conceito que se relaciona com a realidade histórico-social em nível abstrato e em nível concreto. Aqueles padrões colocados rigidamente entre classe dominada começam a perder força. A impressão de que havia uma delimitação visivelmente acentuada entre as duas classes vai dando terreno a possibilidade de se pensar em grupos se mesclando, reagindo a esse modelo mecânico e estático de analisar os grupos sociais e seus interesses. Procuram agora fazer histórico de cada grupo de acordo com o seu modo de existência em sociedade. Como exemplo, Castoriadis cita o fazer da burguesia:

A burguesia se faz como burguesia na medida em que seu fazer transforma a situação social-histórica onde ela se situa no início, esta incluída não apenas as relações de produção e as forças produtivas, mas também o modo de temporalidade histórica consubstancial a transformação continua delas e inclusive a própria definição das mesmas. Esse fazer não pode ser captado em sua unidade a não ser em referência a esse “desígnio”, a essa “ideia”, a essa significação imaginária do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas (CASTORIADIS, 1985:36).

Não é, portanto, a atividade da burguesia determinada completamente pelo estado das forças produtivas tal como ele é, mas como incompletamente determinante desse estado tal como será por seu intermédio. Do mesmo modo, o papel histórico se faz segundo uma ordem cuja significação é possuída por quem fala, que eventos e atividades das camadas sociais tem todos uma função na realização de um resultado ou de um fim que se ultrapassa, mas que, de direito,

estão dados de uma vez para sempre. Assim, a classe é definida por referencia as relações de produção que são, em ultima instancia, relações entre pessoas mediatizadas por coisas.

Na verdade, só podemos captar o ser da burguesia por referencia ao seu fazer, a sua atividade sócio-histórica. E é exatamente essa questão que o autor coloca como contribuição ao avanço do movimento operário. Castoriadis descreve o fazer como o que o caracteriza a autonomia do operariado, a atividade que ele realiza ao longo de sua existência.

Para tanto é importante destacar o que Sader aponta ao fazer o estudo das classes populares, que essas se organizam a partir de sua realidade, portanto de planos diversos, “segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que os motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega. (SADER, 1995: 313)” E que, “os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política e perdem sua substância na medida em que não dão conta dessa nova realidade” (SADER, 1995: 313).

Dessa forma me parece que ha uma nova forma de fazer politica., pois de acordo com Castoriadis não pode haver politica que se pretenda revolucionaria sem tentar explicitar e elucidar sua relação com sua origem e sua raiz histórica, qual seja o movimento operário.

A historia do movimento operário é a historia da atividade de homens que pertencem a uma categoria sócio-econômica criada pelo capitalismo(...) através da qual essa categoria se transforma: se faz(e se diz e se pensa como) “classe” cuja historia não oferece nenhuma analogia próxima ou distante. Transforma-se transformando a passividade, a fragmentação, a concorrência(que o capitalismo visa e tende a lhe impor), em atividade, solidariedade, coletivização capitalista do trabalho. Ela inventa em sua vida cotidiana, nas fabricas e fora delas, defesas sempre renovadas contra a exploração; engendra princípios estranhos e hostis ao capitalismo; cria formas de organização e de lutas originais.(CASTORIADIS, 1985:72)

E Sader aponta uma politica constituída a partir das questões do cotidiano e que estas

Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da

intervenção direta dos interessados. Coloram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros (SADER, 1995,313).

E por falar em cotidiano, Sader coloca que ele

não pode ser pensado como um lugar mítico onde, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambiguidade de “conformismo e resistência”, expresso na “consciência fragmentada” da cultura popular (SADER, 1995: 141).

Voltando a questão de classe, de acordo com Castoriadis, a palavra tende a desaparecer, já que quase toda a população tendera ao assalariamento. O que é decisivo sob o aspecto da predestinação revolucionária é que a atividade dos homens, “nos lugares sociais onde estão situados – vivem e agem o conflito social e, mais exatamente, constituem-no como conflito social” (CASTORIADIS, 1985:73).

Algumas considerações

Esses novos sujeitos parafrasando Eder Sader e estudados por nós aparecem com uma identidade própria, formada nos movimentos sociais, contrapondo-se às formas de luta e de organização social pautada em partidos políticos ou sindicatos.

Valorizando as aspirações de solidariedade, igualdade e justiça, o autor, mostra como esses sujeitos, com suas falas, múltiplas práticas e interpretações, vão constituir-se em sujeitos coletivos. Embora advindos das mais variadas experiências, esses sujeitos formaram uma ação na luta por diferentes direitos através de uma estratégia conjunta.

Neste sentido, aparecem os clubes de mães, a oposição metalúrgica de São Paulo, os movimentos de saúde da Zona Leste e a revitalização do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, trazendo possibilidades de renovação da vida política da sociedade e uma alternativa ao poder instituído.

O estudo nos mostra que esses movimentos sociais, não tiveram dirigentes, no sentido clássico da palavra. A igreja e suas

Comunidades Eclesiais de Base aparecem nomeando “o povo das comunidades” e o “caminho da libertação”, por outro lado, aparece à esquerda marxista dispersa, no seio da crise da vanguarda derrotada, buscando ligar-se às lutas concretas como ação e discussão. Também aparece o sindicato com sua falta de representatividade e desligado das lutas reais dos trabalhadores.

Em meio a esse cenário, buscava-se um espaço de encontro com a contestação, que nascida nas fábricas, formavam as “matrizes discursivas”, ou seja, falas, lugares e práticas também em movimento, incapazes de fazer valer categorias prontas.

Os movimentos sociais ocuparam e redefiniram as distâncias entre a vida cotidiana e o espaço público, seu impacto não deve ser medido por uma noção de eficácia diante do poder, mas no desvendamento público da sua interioridade, suas múltiplas origens, motivações e confrontos. Entende-los por sua derrota posterior, não modifica enxergá-los como alternativas políticas. Suas promessas podem ser reatualizadas ainda, como a referência mais concreta do desejo a uma democracia real.

Como entender, naquele período, a esfera da vida privada e do cotidiano, presentes nos clubes de mães e no movimento do custo de vida, e que confrontaram as autoridades públicas de modo politizado?

Como ter entendido que a oposição a um sindicato, desarticulada por uma repressão intensa no plano da própria entidade, tenha se organizado independente, capaz de resistir às ofensivas da repressão estatal e constituir uma nova identidade dos trabalhadores na fábrica?

De que forma, um sindicato preso no cerco da legislação, passa a ser ativo, nas lutas contra o patronato, chegando a fazer greves cada vez mais representativas, tornando-se um sindicato de massas, abrindo assim, espaço para a alteração do trabalho fabril e para a representação dos trabalhadores como sujeitos políticos reais?

Sob esta ótica, os movimentos sociais continuam a ser uma questão real e presente para pensarmos o seu interior e seu exterior, percebendo que há incessantemente, novos pontos de partida, tendo a atividade humana como elemento central da história mesmo nos momentos de instabilidade.

Ao contrário da visão funcionalista que Maria da Glória Gonh, lança sobre os movimentos sociais, onde a sociedade estaria “arrumada”, e os movimentos sociais, só acontecem no momento em

que se dão os conflitos, como uma fenda, em momentos de instabilidade e estabilidade. É possível perceber que esses movimentos sociais buscam, não apenas resolver problemas imediatos, mas sim, uma transformação.

Percebemos que a luta dos movimentos, não é uma luta por cidadania, mas uma luta de classes em busca de transformação da sociedade, de justiça e de direitos. Pois as classes se apropriam de modo desigual desses direitos e a burguesia é sempre reformista, tentando maquiagem as desigualdades sociais e econômicas.

Desta forma, na conjuntura do processo histórico desses movimentos, a perda da classe trabalhadora, pode se dizer, que vêm se arrastando desde 1964, com o arrocho salarial, as perdas nos serviços público e privado, as terras no campo sendo perdidas para grandes empresas, impulsionando os trabalhadores do campo a migrarem e tornarem-se assalariados à força. O crescimento do trabalho informal chegando a equiparar-se ao formal, passando de residual à estruturante, nos anos 1980, sem falar do crescimento do trabalho autônomo.

Dessa forma, a apropriação aos direitos de educação, saúde, moradia, alimentação ocorre de forma desigual. São essas condições de vida, geradas nas dificuldades e experiências vividas de maneiras desiguais, que impulsionam esses movimentos na luta.

A igreja, o sindicato e as esquerdas, são para o novo sujeito, instituições em crise, precisando encontrar vias para reatar relações sob nova forma. Sob a ação de novos discursos e práticas refazem-se esses movimentos. Aparece a defesa da autonomia, criando novos lugares para o exercício da política, efetuando a experiência do cotidiano popular ao apresentar suas ações como lutas e resistências.

Eder Sader volta seu olhar para as experiências populares, como crítica às perspectivas anteriores. O que antes acontecia de modo silencioso passa a ser valorizado como resistência. O sentido novo que esses sujeitos emprestam às pequenas lutas é o que lhes dá a dignidade de um “acontecimento histórico”.

Fazendo política em outros lugares e de outra maneira, os sujeitos operam como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento políticos que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica.

As dificuldades são inúmeras, para manter os movimentos vivos, tanto de forma material quanto após derrotas para preservar as

lideranças populares na figura dos que lutam para manter a criatividade e conservarem a sua memória.

O confronto com o estado é nítido e a defesa da autonomia é mais clara naqueles movimentos em que a igreja não é tão forte.

Sader faz seu trabalho, longe da idéia dos “mitos fundadores” e do “processo de redemocratização”, buscando a história, noutros tempos e lugares, longe dessas duas historiografias lineares.

No momento em que os “novos personagens entram em cena”, vê-se a sociabilidade fundada na solidariedade de classe, onde as classes populares passaram a fazer parte da cena histórica como sujeitos, criando sua própria cena através da sua própria ação, o espaço da participação cívica e trabalhista.

Não podemos explicar os movimentos, pela exposição das condições dadas. Desaparecem as características singulares que chamam a atenção ao analisar o fenômeno dos movimentos sociais em sua originalidade. Os padrões comunitários, as noções de justiça e direito, deve-se, não tentar explica-los por determinações estruturais, que gerariam impasses insolúveis, não dando conta da realidade empírica. Ou seja, não podemos entender os movimentos que surgiram, sem analisar seus imaginários próprios ou seu singular.

É na elaboração das experiências das condições dadas que se identificam interesses, constituem-se coletividades, política, sujeitos coletivos e movimentos sociais.

Segundo E. P. Thompson (1968), implica tratar tais condições dentro do conjunto de relações sociais com uma cultura e expectativas herdadas, ou seja, a estrutura dada é também produzida pelas interações e luta de classe.

São os sistemas de significações, como apontou Cornelius Castoriadis (1985), que estão na base do simbolismo de cada sociedade, das suas instituições e dos fins aos quais ela subordina sua funcionalidade, ou seja, através de novas experiências se produzem alterações de falas e deslocamentos de significados, surgindo assim, práticas instituintes.

Referências Bibliográficas

CASTORIADIS, C. Introdução: a questão da historia do movimento operário. In: ____; *A experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense. 1985. p.11-78

COSTA, Emilia Viotti da. *Estruturas versus experiencia*. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. BIB, Rio de Janeiro/ANPOCS(29), 1990.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. *A Condição Camponesa: Aparência e Realidade no Capitalismo*. Dissertação em Sociologia. Campina Grande, UFPB, 1985.

FICO, Carlos. *A crise do movimento operário e as novas manifestações sociais*. LPH. Revista de Historia. Mariana. UFOP. v.2, n.1.1991.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. *Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes*. 2007. Tese (Doutorado em Energia)- Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Movimento dos Atingidos por Barragens. MAB: Uma História de Lutas. Desafios e Conquistas. *Caderno nº 7*.

PINHEIRO, Daniele Carvalho. *Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO*. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena*. Experiências e Lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo. 2 ed. Paz e Terra.1995.

THOMPSON, E.P.. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TRABALHO, TRABALHADORES E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE AVES COPAGRIL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR (2000-2010)

Fagner Guglielmi Pereira¹

Este artigo tem por objetivo mapear parte de uma breve constituição industrial em Marechal Cândido Rondon-PR entre os anos de 2000 e 2010. Através das experiências de trabalho vivenciadas por trabalhadores jovens, poderemos entender a constituição industrial de uma outra maneira. Durante alguns anos, o Jornal diário “O Presente” de Marechal Cândido Rondon-PR incentivou a implantação de indústrias neste município. A instalação da Cooperativa de Aves COPAGRIL foi um dos projetos instalados a partir de insistentes incentivos de reportagens deste jornal. Neste sentido, parte importante desta discussão abrange a possibilidade de compreender um pouco sobre os projetos industriais incentivados pelo jornal “O Presente”.

O objetivo de analisar dez anos desse periódico foi realizado com o propósito de entender os significados positivos favoráveis a industrialização, e compreender quais implicações desses significados para um conjunto de dez trabalhadores entrevistados².

Nos últimos cinco anos da década de 2000, foi divulgado em jornais, panfletos e revistas comemorativas, inúmeras propagandas, colocando como foco principal à instalação das indústrias em Marechal Cândido Rondon-PR. As matérias dos jornais dedicaram atenção especial à importância das indústrias para geração de empregos, geração de renda e “crescimento” do município.

Entretanto, a instalação das primeiras indústrias alimentícias e de fábricas de ração data sua atividade no início da década de 70. O desenvolvimento industrial, não somente em Marechal Cândido Rondon, mas também na região Oeste do Paraná transformou rapidamente as relações de trabalho de inúmeros trabalhadores.

Na entrada da década de 90 a principal atividade industrial ainda era voltada para o beneficiamento de grãos para ração. A partir

¹Graduando do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE

²Foi utilizado pseudônimo para fazer referência aos trabalhadores, de modo que suas respectivas identidades sejam protegidas.

dos anos 90 e início dos anos 2000 houve instalação de frigoríficos de abates de aves, indústrias de beneficiamento do leite e biscoitos. A introdução dessas indústrias em Marechal Cândido Rondon-PR alterou novamente as relações de trabalho dos trabalhadores. A constituição de empresas alimentícias no município remodelou, sobretudo, a relação entre capital e trabalho e intensificou suas contradições.

Houve, em decorrência da instalação das indústrias alimentícias, maior intensificação do trabalho e, por conseguinte, transformações nas relações de trabalho industrial existentes. A rotatividade no trabalho, a baixa remuneração dos trabalhadores, as doenças no trabalho fabril, ao que indica, formou um novo perfil da força de trabalho industrial neste município em um trabalho que já nasce degradado (VARUSSA, 2009).

Os empregos gerados pela indústria de beneficiamento de leite, de biscoitos e mais recentemente de carne de frango foram amplamente divulgados como possibilidade de “emprego fácil”, especialmente a partir dos anos 2000. A sistemática divulgação dos empregos gerados pela indústria “mobilizou” trabalhadores do campo, e de outras cidades em luta por trabalho na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR.

O crescimento urbano, verificado nos últimos 20 anos em Marechal Cândido Rondon-PR, ofereceu para as indústrias alimentícias uma vasta força de trabalho disponível. No entanto, boa parte da força de trabalho industrial é composta por jovens trabalhadores. São jovens entre 18 a 29 anos, filhos de trabalhadores do campo e da cidade, que almejam conquistar com o trabalho na indústria desejos de consumo ou auxiliar com as despesas em casa. Esta expectativa dos jovens trabalhadores pressionou para baixo os salários pagos pela indústria, de modo que encontrar um trabalho nessas empresas não é tarefa difícil.

Nesse sentido, os índices de empregos relacionados à indústria não pararam de crescer a partir da década de 90. É certo que o processo de intensificação industrial ofereceu para os trabalhadores não mais que doença de trabalho, falta de expectativa de vida e abandono do emprego³. No entanto, ainda que venha aumentando o número de empregos formais relacionados à indústrias, nesses últimos anos, é muito pouco discutido a situação do trabalho e dos trabalhadores no processo de constituição da industrialização recente

em Marechal Cândido Rondon-PR.

Contudo, a experiência de trabalho dos trabalhadores nas indústrias nos conduz para outra possibilidade de reflexão. Diferentemente do otimismo da classe que domina o processo de industrialização recente, os trabalhadores atribuem outros sentidos ao “desenvolvimento” industrial. O sentido do trabalho identificado pelos trabalhadores gera, sobretudo, grandes contradições entre suas experiências vividas e os significados positivos do trabalho na indústria, amplamente divulgados pela imprensa local.

No início da década de 2000 ocorreu forte divulgação dos empregos gerados pelos setores industriais deste município. Podemos também identificar, através das matérias do periódico “O Presente”, uma sistêmica construção legitimadora prol industrialização. As propagandas divulgadas pelo jornal “O Presente” geralmente enfatizam o potencial de Marechal Cândido Rondon-PR em receber tais indústrias, especialmente na primeira metade da década de 2000. Muitas vezes o incentivo para tais empreendimentos, coloca o município como possível gerador de mão de obra barata e de matéria prima em livre disposição. Em contrapartida, as matérias do jornal anunciam a possibilidade de emprego que os empreendimentos industriais são capazes de gerar.

As propagandas prol emprego fácil, anunciadas nos últimos dez anos, resultou na adesão de inúmeros trabalhadores descontentes com as promessas de crescimento profissional, ou de qualquer sentido concreto com o que foi divulgado. Grande parte dos operários que se empregaram nesta última década foram atraídos pelas propagandas divulgadas a partir do “desenvolvimento” industrial recente em Marechal Cândido Rondon-PR. O conjunto das matérias relacionadas à industrialização nos primeiros anos da década de 2000 se preocupou, essencialmente, com os caminhos que precisam ser percorridos para o fortalecimento industrial neste município:

O município de Marechal Cândido Rondon tornou-se, portanto, um pólo de irradiação de idéias e ações que

³No trabalho realizado pela enfermeira em trabalho de TCC “Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos” Anna Finkler. Em estudo realizado com 16 entrevistas orais, Finkler destaca que do universo pesquisado, 69% dos trabalhadores dos frigoríficos da região oeste do Paraná adoecem em menos de cinco anos e os 31% restantes em até dezoito meses.

fortalecem sua economia e proporcionam um crescimento contínuo e bem acentuado. Esse conjunto de fatores, que ao longo dos anos foram amadurecendo, aliados ao esforço do governo de Marechal Cândido Rondon de incentivar a implantação de novos projetos industriais e ampliar algumas empresas já existentes, *fizeram o município colher resultados importantes, especialmente no tocante ao crescimento econômico e no combate ao desemprego*⁴. Grifo Nosso.

A matéria acima data do ano de 2000. O editorial do jornal ressalta a possibilidade de tornar Marechal Cândido Rondon-PR um pólo industrial para proporcionar o “crescimento” contínuo do município. Nota-se também, que nos primeiros anos da década de 2000 o posicionamento das matérias enfatiza o crescimento, bem como a disponibilidade de empregos para Marechal Cândido Rondon-PR, caso, obviamente, esses projetos fossem aprovados. Havia, neste momento, projetos municipais que incentivavam a implantação de novas indústrias. A pressão política do jornal em relação aos projetos industriais, responsáveis pelo “crescimento municipal”, redundou na expectativa de implantar um frigorífico de suínos e um complexo avícola. O editor do jornal em matéria destacada abaixo, atenta para que as “autoridades” não deixem escapar a “oportunidade” de implantar tais indústrias.

*O município ainda tem capacidade para alojar um complexo avícola e um frigorífico de suínos. São dois seguimentos onde matéria-prima certamente não faltará e que podem trazer ao município, a exemplo da Sudecop, outros empreendimentos ligados ao setor. É bom que nossas autoridades não percam de vista esses dois grandes projetos para que a oportunidade de implantar essas indústrias não passe despercebidas.*⁵ (Grifo nosso).

O conjunto das reportagens referentes a indústria do jornal “O Presente” divulgam a capacidade do município proporcionar extração de maiores lucros em relação a outros lugares. A matéria abaixo, por exemplo, indica a potencialidade de Marechal Cândido Rondon-PR ser explorada pelas empresas. Uma das primeiras

⁴Editorial “O Presente”, 04 de Agosto de 2000, Sexta feira.

⁵Editorial “O Presente”, 01 de Agosto de 2001, Quarta feira.

possibilidades mencionadas pelas reportagens é o potencial que o município tem de oferecer mão de obra barata. A matéria associa o trabalhador dessa região - “livre para exploração industrial” - como uma peça indispensável para oportunizar extração de lucros ainda maiores para as empresas ao se instalarem. É possível perceber diante a expectativa da matéria destacada, que durante os primeiros anos de 2000 houve uma grande mobilização da classe empresarial desta cidade em divulgar as vantagens do crescimento industrial neste município, e o que Marechal Cândido Rondon-PR poderá proporcionar para os empresários.

Nenhuma região do Brasil oferece tantas vantagens como os municípios do Oeste do Paraná para a instalação de agroindústrias. *Temos mão de obra barata e de boa qualidade, temos infraestrutura completa*, inclusive possibilidade para, em breve, oferecer transporte fluvial e ferroviário e temos o principal, que é *matéria prima em abundância*.⁶ (Grifo nosso).

A partir das reportagens de “O Presente”, podemos perceber a orientação das matérias do jornal em função de divulgar concepções favoráveis aos industriais. Neste sentido, o conjunto das reportagens selecionadas constrói significados positivos para a instalação das indústrias neste município.

Segundo estudos de Gilvana Costa, é nesse contexto que o capital regional se reorganiza em Arranjos Produtivos Locais (APRL'S). Para “vencer” os obstáculos criados por grandes monopólios, a partir dos anos 90 emergem projetos industriais cooperativos. As pequenas e médias empresas locais se unem para cooperar entre si, conhecimento, técnicas de produção, divisão de trabalho e mão de obra (COSTA 2011, p).

É nesse contexto e com este objetivo que “O Presente” incentiva a instalação de tais indústrias. A formação de Arranjos Produtivos Locais (APRL's) ainda conta com apoio de financiamento de dinheiro público, e extrema mobilização da classe empresarial para investir em regiões que ofereçam condições favoráveis para a competição no mercado mundial. Dentre as condições que incentivam os projetos cooperativos estão à busca por

⁶Editorial “O Presente”, 08 de Maio de 2001, Terça feira.

mão de obra barata e não sindicalizada em regiões que proporcionem infra-estrutura e matéria prima favorável para tais investimentos.

A disposição regional para a exploração industrial se pautou em sucessivo planejamento das propagandas, o objetivo, entretanto, era pressionar a imediata construção de empreendimentos industriais em Marechal Cândido Rondon-PR

Ao analisar as reportagens de “O Presente” - em matérias relacionadas a industrialização recente - os primeiros cinco anos de matérias apresentam forte pressão em relação à implantação imediata de tais empreendimentos industriais. Referente aos cinco anos que encerram esta década, podemos perceber relativa preocupação do jornal em divulgar também os resultados destes investimentos, tais como a “importância” da instalação, por exemplo, da Cooperativa de Aves COPAGRIL. É importante perceber que a Cooperativa de Aves COPAGRIL é um dos projetos anunciados pelo jornal como potencial solução para o desemprego em Marechal Cândido Rondon-PR.

Os empregos dispostos, especialmente nos primeiros anos de funcionamento da Cooperativa de Aves COPAGRIL, são divulgados como oportunidade de “crescimento” individual dos trabalhadores. No entanto, as expectativas de “crescimento” ou de relativa autonomia no trabalho são logo percebidas, pelos trabalhadores, como falsas promessas. Tudo isto revela, portanto, uma grande contradição diante a concepção harmônica de “desenvolvimento” ou de “progresso” em Marechal Cândido Rondon-PR. Alguns termos utilizados para glorificar esse processo, tais como: “desenvolvimento”, “progresso”, “crescimento” são percebidos pelos operários como “exploração”, “rebaixamento”, “subordinação” etc.

Então, resolvi entrar no frigorífico porque tinha muitas... muitas tipo... propaganda... falado e aí eu fiz a ficha lá e entrei logo né...[...] As propagandas eram... que o frigorífico ia começar e iam chamar muitas pessoas para trabalhar no começo tem mais tudo... tem mais opção pra você escolher na área né..? E eu fui... foi com esse pensamento né..? E foi que me levou até... eu ir lá... né? E, logo na entrada foi difícil na... porque eu trabalhava de noite né..? Tinha esposo né... deixava em casa e não concordava muito né... e foi... enfrentei e fui (risos).

Ana⁷ tem 29 anos, trabalhou um ano e três meses na Cooperativa de Aves COPAGRIL. Entrou no frigorífico em 27 de outubro de 2005 e saiu em 29 de Março de 2007. Assim como outros trabalhadores, Ana entrou para trabalhar no frigorífico com expectativas que ao longo do tempo foram frustradas pelo ritmo de vida subordinado ao trabalho. Ana é amapaense veio para Marechal Cândido Rondon-PR em busca de trabalho. Filha de trabalhadores, Ana adquiriu doenças nas mãos e nos olhos. Nas mãos devido aos movimentos rápidos que executava na linha de produção e nos olhos devido ao frio no ambiente de trabalho. Lembra-se negativamente de sua experiência com o trabalho na fábrica. Ana se recorda dos trabalhos nos fins de semana e nos feriados como uma forma de exploração ao destacar que “você tem hora para entrar, mas não tem hora pra sair”. Ana é uma dos inúmeros trabalhadores que buscaram a “oportunidade” de empregar-se facilmente na indústria. As propagandas que glorificavam o processo de consolidação industrial em Marechal Cândido Rondon-PR foram importantes para projetar interesse em trabalhadores com poucas opções de emprego formal.

Ana relata acima sobre sua admissão na Cooperativa de Aves COPAGRIL. A trabalhadora ressalta sobre as propagandas divulgadas referente aos empregos oferecidos depois da construção do frigorífico em Janeiro de 2005. As propagandas de emprego são entendidas pelos trabalhadores como oportunidades de emprego. O que, na verdade, converge com a expectativa pré-anunciada por “O presente” como potencial para a introdução das indústrias. Uma das expectativas geradas pela imprensa era justamente a potencialidade deste município em oferecer vasta oferta de “mão de obra barata e qualificada”. A “mobilização” de trabalhadores de outras regiões ofereceu para as indústrias, especialmente para a Cooperativa de Aves COPAGRIL, a possibilidade de explorar uma numerosa força de trabalho.

Foi em dois mil e dois que eu vim pra Rondon. Aí cheguei aqui conhecendo pouca gente né..? Eu conhecia aqui o que..? Tinha tias, tios que moravam aqui. Na visão do Rio Grande do Sul que nós tinha era que aqui em Rondon é um lugar muito industrializado, tem muitas indústrias, até porque lá tem

⁷Ana, entrevista realizada em 11 de Fevereiro de 2011 por Aparecida Darc de Souza e Fagner Guglielmi Pereira

pouco né..? Na região onde meus pais moram. [...] A minha entrada foi... Eu na verdade fala em COPAGRIL eu não queria entrar né? Porque pensava na indústria... não sei... Aí o pessoal falou que hoje é melhor começar numa indústria que está iniciando né...? Daí fiz uma ficha tudo, daí fui chamado tudo.

Manuel⁸ nasceu no Rio Grande do Sul e veio para Marechal Cândido Rondon-PR em busca de trabalho. Segundo Manuel, havia em sua cidade também forte divulgação dos empregos gerados em Marechal Cândido Rondon-PR, especialmente depois dos anos 2000. Manuel Chegou a Marechal Cândido Rondon-PR em 2002, desde então trabalhou em algumas empresas até ser admitido pela COPAGRIL em início de 2005. A “fala” de Manuel revela que no Rio Grande do Sul falavam que Marechal Cândido Rondon-PR era um “lugar muito industrializado”, onde seria fácil de empregar-se devido o desenvolvimento da industrialização recente. No início, Manuel não cogitou a possibilidade de trabalhar na indústria, mesmo porque já havia tido uma experiência negativa com o trabalho industrial em Raul Gonzales-RS. Ser admitido pela Cooperativa de Aves COPAGRIL, significava para Manuel, retornar para uma condição inicial não planejada. Mas, devido as propagandas de “crescimento profissional” em uma “indústria que está começando”, e por falta de expectativa de emprego neste município, tanto Manuel, quanto Ana entraram para trabalhar no frigorífico.

É certo, entretanto, que este trabalho tenha sido no começo divulgado como “oportunidade” de se “crescer” individualmente. Entretanto, a falsa expectativa de “crescimento” profissional divulgado aos trabalhadores dos setores industriais é compreendido por eles como objetivos muitas vezes inalcançáveis:

Então, tenho parentes que moram aqui! Tenho primo, tenho prima, tenho tios e né..? Aí meu primo trabalha na FRIMESA daí ele falou “aqui é melhor trabalhar” né..? Tem mais serviço, aí eu vim. [você] vem pensando que é uma coisa lá é outra, a gente vai por um bom salário... você vai pra fazer isso e fazer aquilo, quando você chega lá é diferente! Eles querem desossar você em vez do frango...

⁸Manuel, entrevista realizada em 10 de Fevereiro de 2011 por Fagner Guglielmi Pereira e Guilherme Dotti Grando.

Maria⁹ tem 29 anos, nasceu em Cascavel-PR foi para Curitiba com dezoito anos de idade em luta por trabalho. Em Curitiba-PR Maria se casou e teve uma filha. No ano de 2010 foi para Foz do Iguaçu-PR, retornou em 2010 para Marechal Cândido Rondon-PR. Maria já trabalhou em algumas empresas antes de trabalhar na Cooperativa de Aves COPAGRIL, trabalhou na fábrica de bolas KAGIVA, e em Pizzarias em Marechal Cândido Rondon-PR.

Maria trabalhou 45 dias na Cooperativa de Aves da COPAGRIL, também foi incentivada por propagandas que divulgavam com positividade o emprego na indústria. É importante perceber que tanto Maria, quanto Manuel tinha familiares que foram decisivos para sua entrada nos empregos oferecidos pela indústria. Com a expectativa de vir para Marechal Cândido Rondon-PR e logo empregar-se, Maria alcançou parte de seu objetivo. Mas, esta trabalhadora logo percebeu que esse trabalho nasceu com um objetivo definido. A instalação das indústrias em Marechal Cândido Rondon-PR se desenvolveu a partir da oportunidade de explorar um novo perfil de trabalhador. Um perfil de trabalhador jovem, que constitui uma força de trabalho relativamente barata para as empresas.

Os empregos gerados, especialmente após de 2005, nascem propensos à exploração de jovens trabalhadores atraídos por falsas promessas de emprego fácil e de “crescimento profissional”. São trabalhadores jovens com trajetória de vida impulsionada por inúmeras ocupações no mundo do trabalho. Maria, Manuel e Ana são jovens trabalhadores que tiveram sua trajetória de trabalho marcada por muitas ocupações diferentes. A explicação pode estar associada ao fato de que o trabalho nas indústrias oferece uma oportunidade de emprego imediato. Cerca de 40% dos empregos formais em Marechal Cândido Rondon-Pr são oferecidos pelos setores industriais. É possível inferir, que as indústrias alimentícias detêm relativa liberdade para explorar a força de trabalho jovem deste município. Como percebido por Katherine Newman ao estudar jovens trabalhadores de *fast food* no Harley, a exploração de jovens trabalhadores com expectativas imediatas, projeta o salário para baixo (NEWMAN, 2010, pág; 15). Maria, Manuel e Ana são jovens trabalhadores que com poucas expectativas de emprego lograram a possibilidade de empregar-se. No entanto, esse emprego atualmente é

⁹Entrevista realizada por Aparecida Darc de Souza, Fagner Guglielmi Pereira e Guilherme Dotti Grando, concedida em 11 de fevereiro de 2011.

identificado por trabalhadores como Ana, Manuel e Maria como um trabalho monótono, repetitivo, com baixa remuneração e, sobretudo, nada compensador.

Diante isto, é possível perceber que o amplo incentivo da imprensa local para implantação de projetos industriais nos primeiros cinco anos da década de 2000, produziu significados que não condizem com os sentidos do trabalho identificado pelos trabalhadores. A partir disto, é possível inferir que as matérias que promoviam o incentivo industrial nos primeiros cinco anos da década de 2000, transformaram-se em matérias legitimadoras de tais empreendimentos, nos cinco anos que encerram esta década. A construção das reportagens sobre o fortalecimento da industrialização recente em Marechal Cândido Rondon-PR, atualmente assume a postura de divulgar os supostos benefícios ganhos com a implantação dos projetos industriais defendidos anteriormente. Não é por acaso que dilemas vivenciados pelos trabalhadores, tais como: doença no trabalho, baixa remuneração, e falta de expectativa com o trabalho na indústria não são claramente mencionados pela imprensa.

Contudo, os significados positivos identificados através do posicionamento do jornal são diferentemente percebidos pelo conjunto do operariado das indústrias alimentícias. Mais do que legitimar o processo de constituição industrial e atrelá-lo a um suposto “desenvolvimento”, essa concepção exclui a compreensão dos efeitos causados aos trabalhadores deste ramo. Os empregos gerados pela indústria eclodem da avidez pela exploração regional e pela intensificação do trabalho especialmente nos últimos cinco anos. Segundo Antonio Bosi, Marechal Cândido Rondon-PR, segue, sobretudo, uma tendência nacional de intensificação e precarização do trabalho (BOSI, 2011).

Por fim, os dez primeiros anos que encerraram a primeira década do século XXI em Marechal Cândido Rondon-PR formam um período de fortalecimento das indústrias alimentícias. Os trabalhadores, que fizeram parte de um processo recente de fortalecimento industrial, consideram este trabalho nada recompensador. A insistência dos meios de comunicação local em omitir, os efeitos negativos da industrialização recente, têm dificultado reflexões que consideram a constituição industrial fruto de contradições.

Para o conjunto da classe trabalhadora, os empregos oferecidos pelos setores industriais têm redundado em sentidos que contrariam as visões otimistas dos empreendedores. As narrativas atentam para um trabalho intensificado, mal remunerado, e com um grau de rejeição considerável. A realidade do trabalho industrial em Marechal Cândido Rondon-PR formou uma classe trabalhadora jovem, mas com significativa experiência com o trabalho industrial. Esta constatação é verificada de acordo com as curtas experiências de trabalho dos operários dos setores industriais em relação às poucas possibilidades de escolha no mundo do trabalho. Os empregos disponibilizados pelas indústrias despertaram interesse em uma força de trabalho específica, não especializada, jovem, e com vigor físico necessário para suportar mais tempo o ritmo do trabalho fabril. No entanto, a intensidade do trabalho nas indústrias alimentícias nesses últimos anos, e a avidez pelo esgotamento desta força de trabalho, impulsionou, em contrapartida, índices altos de desligamentos, notadamente ligadas aos setores industriais.

Entretanto, as matérias dos jornais, referentes às propagandas que incentivaram o fortalecimento industrial, foram importantes para atrair uma vasta força de trabalho para a indústria. No entanto, as posições das matérias são contraditórias quando se analisa o que é sentido pelos trabalhadores referente ao trabalho que executam no frigorífico.

Ficamos preocupados com esses dados. Sabemos que há pessoas sem emprego no município. Pensamos que a COPAGRIL é uma cooperativa conceituada e que oferece condições dignas de trabalho. Também temos a consciência de que ela possui atuação em toda a região, mas muitas vezes a distância de locomoção dos trabalhadores não vale à pena. Vamos ajudar a COPAGRIL neste problema e consequentemente colaborar com toda população¹⁰.

Com toda certeza o jornal “O Presente” não consultou nenhum trabalhador para constatar que o frigorífico “oferece condições dignas de trabalho”. O que foi divulgado durante praticamente dez anos, e ainda continua sendo anunciado pelo “O Presente”, são facilmente desmistificadas pelos sentidos do trabalho

¹⁰“O Presente” 30 de abril de 2009.

encontrado por trabalhadores como Ana, Manuel e Maria. É certo que o jornal “O Presente” foi muito importante para o fortalecimento da industrialização em Marechal Cândido Rondon-PR, tanto para implantação dos projetos industriais, quanto para a permanência deles. No entanto, os sentidos negativos do trabalho, divulgados pelos trabalhadores, vem retardando um processo de fortalecimento industrial ainda maior, da qual emerge um novo enfoque de posicionamento pelo “O Presente”, acima destacado. O nível de rejeição deste trabalho tem preocupado a classe que dirige o processo industrial. É possível que o jornal “O Presente”, daqui para frente, redirecione seu posicionamento para outra justificativa que anule a responsabilidade daquilo que ele mesmo ajudou a criar. O apelo do jornal à “população”, torna o problema em algo abstrato, de modo que culpabiliza a “população” pela rejeição deste trabalho. No entanto, temos ao mesmo tempo, a situação dos trabalhadores das indústrias alimentícias omitidas.

Contudo, este trabalho buscou enfatizar reflexões que admitem a constituição industrial como um processo conflituoso, portanto, complexo. Em Marechal Cândido Rondon-PR mais complexo do que “O Presente” tem divulgado. Foi, sobretudo, construído em função de um forte significado industrial que glorifica o “desenvolvimento” e o “progresso” deste município. No entanto, para os trabalhadores, esta concepção não é verdadeira. Ela tem se tornado um peso. Pois a contradição entre os significados da industrialização em Marechal Cândido Rondon-PR, especialmente incentivado por “O Presente”, e os sentidos do trabalho industrial, apreendidos pela experiência dos trabalhadores na indústria, afirmam uma grande ruptura entre sentido e significado do trabalho. Essa ruptura tem dificultado a compreensão sobre os efeitos sociais herdados pelo fortalecimento industrial, muitas vezes encarado como efeitos naturais de um desenvolvimento industrial. Segundo o jornal, um sacrifício que tem que ser necessariamente entendido pela “população”. Entretanto, a separação entre significado e sentido do trabalho, implica na constituição de uma vasta classe trabalhadora sem expectativas com o trabalho que executa, mas com modos de se viver predominantemente condicionado por esse mesmo trabalho.

Referências Bibliográficas

- BOSI, Antonio e VARUSSA, Rinaldo J.. “Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa”, in: ALMEIDA, Paulo ET all. *História Poder e Práticas Sociais*. Cascavel: Edunioeste, 2006.
- BOSI, Antonio. *Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: Ensaio sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000)*. 1ª Ed. – Cascavel: Edunioeste, 2011.
- CARVALHAL, Marcelo.. “O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital”. *Pegada Eletrônica*. Presidente Prudente-SP: 2007.
- COSTA, Gilvana. M.. O “desenvolvimento” dos Arranjos Produtivos Locais (APRL's) na região Oeste do Paraná In: *Semana Acadêmica de História: História e Revoluções no Mundo Comtemporâneo/Anais eletrônicos*. Marechal Cândido Rondon-PR: 2010.
- DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação Produtiva”: forma atual da luta de classes. *Outubro*, São Paulo, nº3, pag. 45-52, 2006.
- FINKLER, Anna L.. *Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Enfermagem. Cascavel. Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- NEWMAN, Katherine. Conseguir um emprego em bairros decadentes: Experiências de jovens trabalhadores no Harlem / tradução Antônio Bosi/ In: *Tempos Históricos*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. V.14; nºXII, 1º Semestre; Edunioeste: 2010.
- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VARUSSA, Rinaldo J.. “Industrialização, trabalhadores e Justiça do Trabalho no Oeste do Paraná (década de 1990): algumas considerações”. *Tempo da Ciência*. V.13. Toledo: Edunioeste, 2006.

A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA: O INSTITUTO LIBERAL E O DISCURSO DE “FLEXIBILIZAÇÃO” E ATAQUE ÀS PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA

Flávio Henrique Calheiros Casimiro¹

Introdução

O quadro conjuntural dos anos de 1980 e a transição para a Nova República apontam para um importante processo de transformações no cenário político-econômico e social brasileiro, constituindo-se como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade. No bojo tais transformações, destacamos a atuação de “aparelhos privados de hegemonia” como um mecanismo fundamental para a construção da hegemonia do discurso neoliberal no Brasil, na década de 1990.

Como afirma a historiadora Carla Luciana Silva, “essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)” (SILVA, 2005, p. 19). Era preciso articular, entre si, os interesses das distintas frações do capital e é justamente nesse aspecto que apontamos o papel fundamental dos mecanismos midiáticos e da organização de outros “aparelhos privados de hegemonia”, para a construção de consenso em torno do projeto neoliberal. A reprodução do capital necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. A hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida. É nesse sentido que propomos o estudo em torno das ações pedagógicas do chamado Instituto Liberal (IL) entre 1988 e 1998.

O Instituto Liberal (IL) - fundado em 1983, no Rio de Janeiro, por um grupo de empresários e intelectuais liberais de formação da Escola de Chicago e influência da Escola Austríaca de Economia -, buscou difundir e naturalizar os valores da doutrina neoliberal, entre

¹Mestre em História, linha Poder e Relações Sociais pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Coordenador de Ingresso do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS).

eles a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. Em meados dos anos de 1980, o Instituto foi transformado em uma rede, com unidades no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal entre outros.

Dilapidando os direitos dos trabalhadores: o discurso da reforma ou “flexibilização” da CLT

Entre as várias iniciativas de atuação, o Instituto Liberal, utilizou-se de uma série de mecanismos para tentar convencer outras frações da burguesia nacional e mesmo outros estratos sociais, a apoiarem o projeto neoliberal de reforma da legislação trabalhista. Entre artigos publicados em uma de suas publicações, a chamada série *Notas*, no seu periódico *Think Tank*, e em outras várias estratégias, o IL mobilizou suas ações pedagógicas de forma efetiva e contundente para propor alternativas de “flexibilização” dos direitos dos trabalhadores. Segundo o Instituto Liberal, a “CLT é um caso grave de fadiga institucional. Precisa ser modificada, juntamente com os Arts. 7º e 8º da Constituição Federal, que impõem um sistema rígido de trabalho e sindicalização em uma economia crescentemente dinâmica” (PASTORE, 1997, p. 1).

A proposta do Instituto Liberal objetiva a desregulamentação das relações do trabalho, sob a justificativa de que as demandas trabalhistas devem ser entendidas como processos singulares e que deveriam ser debatidas e resolvidas entre empregador e empregado. Essa concepção neoliberal, não leva em conta a assimetria na relação de poder entre as partes na disputa, ou seja, entre empresário e trabalhador.

De acordo o Instituto Liberal, em um estudo apresentado em *Think Tank*, entre 1993 e 1997 o Brasil teria crescido cerca de 18% e, no entanto, “o emprego formal, que teria que crescer 7,5% reduziu-se em 0,21%. (...) Esse encolhimento guarda íntima relação com a Constituição Federal de 1988 que elevou em 40% os encargos sociais incidentes nas contratações legais e estreitou mais ainda o campo das negociações entre as partes”. (PASTORE, 1997, p. 1) O problema social do desemprego, argumento forte e mobilizador nas lutas sociais e simbólicas, é sempre utilizado pela burguesia como um efeito colateral diretamente relacionado ao excesso de direitos e encargos sociais no campo do trabalho.

Diante do discurso neoliberal, as leis do trabalho seriam, na verdade, mecanismos prejudiciais aos trabalhadores, seriam as “amarras” que inviabilizam a empregabilidade. Essa retórica foi fortemente difundida pela burguesia nacional, no intuito de naturalizar essa ideia como uma *doxa*, ou seja, como uma verdade aceita e reproduzida pelo senso comum de forma irrefletida. Advogados, juristas, especialistas do tema e, até mesmo, certas lideranças sindicais eram utilizados para justificar a dilapidação dos direitos dos trabalhadores como algo que beneficiaria, acima de tudo, os próprios trabalhadores, por meio de uma ampliação da oferta de empregos.

A partir do discurso da “flexibilização”, sustentado pela retórica da empregabilidade ou desemprego, cria-se uma lógica da instabilidade em que, em nome da entrada no mercado de trabalho ou da manutenção no emprego, (escasso e instável) o trabalhador se submete à redução de seus direitos e benefícios. Pierre Bourdieu argumenta que as políticas neoliberais impostas pelas potências imperialistas no chamado receituário neoliberal, não são baseadas simplesmente nas teorias clássicas do liberalismo ou nas contribuições da ortodoxia da Escola Austríaca de Economia, mas que teriam se desenvolvido, em grande medida, a partir de sua aplicação em um contexto muito específico, que seria o da cultura individualista e meritocrática dos EUA. Essa lógica da instabilidade seria uma influência da cultura estadunidense incorporada às concepções neoliberais. Como nos diz Bourdieu,

um outro tópico fundador da vulgata americana, (...) a exaltação do dinamismo e da maleabilidade da ordem social dos EUA (antítese da rigidez e do medo do risco atribuídos às sociedades europeias), leva a ligar a eficácia e a produtividade a uma forte flexibilidade (por oposição às imposições ligadas a uma forte segurança social) e até mesmo a fazer da insegurança social um princípio positivo de organização coletiva, capaz de produzir agentes econômicos mais eficazes e produtivos. A existência de relações de trabalho assentes na institucionalização da insegurança (em particular com os novos tipos de contrato de trabalho) e cada vez mais particularizadas a fim de se ajustarem à firma e às exigências particulares do trabalho (...) acarretam uma dissociação do trabalho assalariado e uma atomização metódica dos trabalhadores. (BOURDIEU, 2001, p. 18).

Essa lógica de insegurança social, apresentada como benéfica às relações capitalistas pelo aumento da “produtividade” e da “eficácia” da produção, configura-se como modelo de relações sociais e do trabalho em moldes neoliberais, que, na ótica dos setores conservadores da burguesia nacional, deveriam ser implantadas no Brasil (seguindo as tendências da globalização). Para Bourdieu, as relações de trabalho aos moldes neoliberais estariam inscritas em “um modo de produção que implica um modo de dominação fundado na instituição da insegurança, a dominação por meio da precariedade” (BOURDIEU, 2001, p. 34). As propostas neoliberais difundidas pelo IL para um novo sindicalismo no Brasil, estão calcadas nessa premissa da instabilidade social, uma vez que os sindicatos deveriam passar a se preocupar com a manutenção do trabalhador no emprego, e não com garantias e com o bem-estar dos trabalhadores.

A referida lógica da instabilidade alia-se a um outro processo, a construção de uma suposta mentalidade de “solidariedade individual” que, articuladamente ao primeiro, promovem uma reconfiguração dos papéis nas lutas sociais no Brasil ao longo dos anos 1990. Lúcia Neves nos diz que:

os segmentos da classe trabalhadora brasileira que se mantêm empregados, além de serem contemplados com as aplicações atualizadas dos princípios e diretrizes psicológicas que embasam as relações humanas no trabalho industrial, vêm sendo convidados, juntamente com seus patrões, harmonicamente, a realizar diretamente junto à sociedade civil os denominados “programas de responsabilidade social”, doando aos projetos sociais da empresa horas do seu trabalho. O trabalhador contemporâneo vai paulatinamente abandonando sua função militante e transmutando-se em voluntário. Ele vai, no seu próprio ambiente de trabalho, transfigurando-se em um cidadão colaborador, que abdica espontaneamente do enfrentamento ao patrão na defesa de seus direitos e das condições de trabalho. Sua indignação frente ao aumento da miséria, do desemprego, da precarização das relações de trabalho e do achatamento da massa salarial não o encaminha à porta do sindicato ou ao partido político, mas à porta do setor de pessoal da empresa, em um gesto que pode assegurar sua manutenção no posto de trabalho, ou mesmo garantir sua progressão funcional e, ao

mesmo tempo, melhorar a situação da empresa no ranking nacional e internacional. (NEVES, 2005, p. 90).

Tal conceito de “responsabilidade social”, atua como mecanismo de conversão do potencial reivindicatório do trabalhador em ações individuais com a única finalidade de sua manutenção no posto de trabalho. Todo esse processo redefine as relações do trabalho na sociedade brasileira, exigindo, por sua vez, uma “reestruturação produtiva” que dependeria do pacote de reformas neoliberais exigido e cobrado pelo grande capital. Como afirma Bourdieu, “a história social ensina que não há política social sem movimento social capaz de a impor (...)”.(BOURDIEU, 2001, p. 5). Ou seja, as políticas sociais despolitizadas do modelo neoliberal, na verdade seriam apenas mecanismos de converter à responsabilidade individual, os problemas e desequilíbrios de uma configuração sistêmica do capital. Além disso, serve como força simbólica no sentido de naturalizar um novo arranjo social em moldes neoliberais.

Em síntese, o Instituto Liberal define a legislação do trabalho no Brasil da seguinte forma:

na verdade, um modelo distributivista socializante, que se assenta em bases ideológicas românticas; que se fundamenta na crença do voluntarismo reformista; que se embasa no conceito abstrato de igualitarismo; que defende a necessidade da intervenção do Estado como promotor direto do progresso social; que se utiliza do direito como instrumento de distribuição de riquezas; que não se preocupa com os meios (custos) necessários a implementação das medidas que contempla, não pode mais prosperar (PRADO, 1998, p. 14).

Todo esse discurso atua no sentido de construir o consenso para fortalecer as propostas que visam desregulamentar as relações do trabalho, diluindo, em favor do capital, conquistas históricas dos trabalhadores. Entretanto, para os intelectuais do Instituto Liberal, a CLT e os direitos trabalhistas contidos na Constituição de 1988, não configuram-se como frutos de lutas históricas, mas como desdobramentos de políticas paternalistas e, principalmente, como manifestações de nossas tradições políticas “populistas”. Assim, de acordo com o Instituto Liberal, “o modelo da CLT é demagógico, porque não resultou de nenhuma demanda política. Foi oferecido como panacéia social, no bojo de um regime autocrático e mais

preocupado com o culto à personalidade do ditador” (PRADO, 1998, p. 11).

Ataque às propostas de reforma agrária e repressão aos movimentos sociais

No jogo de forças políticas do cenário brasileiro nos anos 1990, os grupos conservadores representantes dos grandes proprietários fundiários, em certa medida, apoiavam as propostas do projeto neoliberal, desde que essas não interferissem em seus interesses particulares. Como afirma Décio Saes, a classe fundiária manifesta-se, geralmente, a favor da maioria das propostas do receituário neoliberal, como as privatizações, desregulamentação, abertura econômica. Ela se opõe, entretanto, “(...) àquele aspecto do programa neoliberal que não convém aos seus interesses econômicos: a liquidação dos subsídios estatais à produção agrícola, o fim do tratamento especial dado pelo Estado aos agricultores endividados etc” (SAES, 2001, p. 90).

De acordo com o discurso neoliberal dos intelectuais orgânicos do IL, no que cinge à reforma agrária, haveriam alguns mitos disseminados socialmente, que deveriam ser desconstruídos. Um desses mitos seria que, contrariamente a ideia muito difundida no Brasil,

o nosso território não tem grandes extensões contínuas de terras férteis. Outro mito sobejamente divulgado é o de que o campo brasileiro é dividido por um pequeno número de grandes latifundiários improdutivos. A propriedade média rural no Brasil é, em muito, inferior à norte-americana e à Argentina, (...) (PRUNES, 1997. p. 3).

Ao negar o processo histórico de concentração fundiária no país, os neoliberais visam legitimar sua posição conservadora de defesa dos interesses da acumulação de capital e da defesa incondicional da propriedade privada. Assim, os intelectuais do IL operam uma resignificação do processo histórico brasileiro, negligenciando seu caráter de concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela de detentores do poder.

A posição incisiva de ataque às propostas de reforma agrária pelos neoliberais inscreve-se em um contexto importante das lutas

sociais. O debate em torno da necessidade de uma reforma agrária no Brasil vinha paulatinamente ganhando corpo e expressão desde meados dos anos 1980. O fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), nos anos de 1990, com a intensificação das ocupações de terras e a criação de novos assentamentos, demonstrava a emergência de uma discussão mais séria sobre a questão, no plano político. A presença do MST já não podia mais ser simplesmente negligenciada. Sua atuação passava a chamar a atenção da sociedade brasileira, com muito mais expressão, e acompanhada pelos veículos midiáticos.

Diante disso, era preciso, para as posições conservadoras, desconstruir, desqualificar e deslegitimar os esforços na luta pela reforma agrária no País. Outro recurso fortemente explorado pelos grupos conservadores, nas lutas simbólicas, foi a tentativa retórica de converter o movimento dos trabalhadores sem-terra em “criminosos”. Essa estratégia simbólica foi executada pelos grupos conservadores sob a argumentação de que esses manifestantes, na verdade, seriam “vagabundos”, “marginais” e “bandidos” cuja atuação se pautaria pela invasão de propriedades “legítimas”, promovendo a destruição de patrimônio alheio tão importante na geração de riquezas para o país. Tais estratégias simbólicas foram fortemente armadas por meio de uma incisiva atuação dos aparelhos privados de hegemonia e, principalmente, por uma atuação midiática implacável de desqualificação das ações e dos propósitos do MST.

Em reportagem de capa para a revista do Instituto Liberal, *Think Tank* de setembro de 1998, o ex-ministro Roberto Campos chama a atuação do governo FHC, frente aos movimentos de trabalhadores sem-terra de “tolerante”, cobrando uma postura mais repressiva por parte do aparelho coercitivo do Estado. Assim, afirma o ex-ministro:

um dos princípios básicos a observar consiste no cumprimento da lei. A tolerância – tipificada pela passividade diante das ocupações do MST, por exemplo – estimula a imitação, o fechamento de estradas, os distúrbios dos presídios (que custam caríssimo ao contribuinte, para não se falar no resto), e o que mais ocorra a qualquer grupo insatisfeito e combativo (CAMPOS, 1998, p. 16).

Diante das palavras do ex-ministro Roberto Campos, em

Think Tank, os movimentos dos trabalhadores sem-terra seriam como “exemplos negativos” que estimulariam a violência e a “desordem social”. O grande problema, reclamam os liberais, seria a “tolerância” com que esses grupos estariam sendo tratados. Esse tipo de discurso cobra uma ação coercitiva dura de repressão desses movimentos e ocupações, por parte do Estado. Assim, mais do que simplesmente atuar por meio de um caráter discursivo nas lutas simbólicas, esses aparelhos privados de hegemonia, como o IL, atuam de forma propositiva, cobrando ações efetivas e, mesmo, repressivas por parte do Estado, para garantir a propriedade privada. Além disso, esse tipo de retórica visa à marginalização do movimento, apresentando-a como facção criminosa que deveria ser duramente combatida. A conquista e manutenção da hegemonia deve ser permanentemente reiterada, tanto por meio do consenso e direção cultural, como pela força coercitiva e repressiva. Assim, destacamos a atuação propositiva do IL junto ao aparelho de coerção estatal que “assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1989, p. 11).

Em tempos de ampliação do debate quanto à preservação do meio ambiente, o discurso ambiental é apropriado pelos neoliberais no sentido de legitimar sua posição na luta contra a reforma agrária. Dessa forma, o discurso de defesa do meio ambiente é utilizado na argumentação neoliberal como força simbólica para defender os interesses do capital. Segundo o Instituto Liberal,

não se pode perder de vista a questão ambiental quando se trata de reforma agrária. A simples distribuição de terras para pessoas sem conhecimento de cultivo e manejo de solos leva inexoravelmente à degradação da terra, luxo ao qual o Brasil não pode se dar devido às já baixas qualidades de seu solo. (...)Uma reforma agrária mal realizada, onde os sem-terra meramente recebam um lote de terra, sem muita orientação, **está fadada a causar um verdadeiro pesadelo ambiental** – mais um, a se somar àqueles que o Brasil já está vivendo. (PRUNES, 1997. p. 10).

Diante dessa lógica neoliberal, a distribuição fundiária em pequenas propriedades e a agricultura familiar seriam, não só economicamente inviáveis para o desenvolvimento econômico do

País e para o próprio trabalhador, como também, extremamente prejudiciais ao meio ambiente, ou seja, nas palavras do autor, um “pesadelo ambiental”. Em síntese, o IL defende que:

1) o Brasil não dispõe de grandes extensões de terras férteis; 2) a população rural brasileira é excessiva; 3) o Brasil é um país de pequenas e médias propriedades; 4) a agricultura gera pouca renda, tanto para empregados como para empregadores, inclusive nos países onde ela é altamente desenvolvida; 5) a divisão ainda maior, do terreno rural brasileiro, em pequenas propriedades, poderá agravar mais o problema de degeneração do solo, que em algumas áreas já é catastrófico. Esses cinco pontos por si só já **desaconselhariam a adoção de qualquer política que tivesse como consequência a fixação do homem no campo** (PRUNES, 1997, p. 10). (grifos nossos).

Considerações Finais

Entendemos que o discurso conservador defendido pelos intelectuais orgânicos do Instituto Liberal, insere-se na visão individualista neoliberal, que captura e desarticula o potencial combativo dos movimentos sociais e dos trabalhadores, propondo um modelo de ator social despolitizado, desmobilizado e atomizado. Embasado numa concepção consumista e na noção de “consciência individual”, o discurso neoliberal busca substituir a luta pela universalização de direitos pela ideia conciliatória de voluntariado, num processo que Virgínia Fontes classifica como uma “mercantil-filantropização das lutas sociais”. (FONTES, 2010, p. 271). Assim, o valor subjetivo de lutas e conquistas dos trabalhadores, é ceifado das relações do trabalho, pela posição dos neoliberais nas lutas simbólicas, que por sua vez, visam não apenas eliminar esse valor subjetivo, mas também, dilapidar, na prática das relações sociais, as conquistas históricas dos trabalhadores.

No mesmo sentido, atacam as propostas de reforma agrária e os movimentos de trabalhadores sem-terra, tendo como elementos de justificação, desde a condição do solo brasileiro até o recurso de ressignificação de nossa tradição latifundiária. O grande segredo da eficácia simbólica do discurso está no fato de funcionar como *doxa*, isto é, como uma verdade tida como evidente e aceita sem ter a razão como princípio, aquilo que é pressuposto, posto aquém da luta e,

mesmo, da reflexão. Mas, como afirma Pierre Bourdieu, “contra essa *doxa*, parece-me, é preciso defender-se, submetendo-a à análise e tentando compreender os mecanismos segundo os quais ela é produzida e imposta” (BOURDIEU, 1998, p. 45).

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Portugal: Celta Editora, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

SAES, Décio. *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2001.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

Fontes Primárias

CAMPOS, Roberto. Entrevista In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 5, setembro, 1998.

CONTRATO de trabalho por prazo determinado. *NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 58, 1996.

PASTORE, José. O Desemprego Tem Cura? (Encarte Especial) In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 2, novembro, 1997.

PRADO, Ney. Relações Trabalhistas no Brasil. (Encarte Especial) In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 4, julho, 1998. p. 10.

PRUNES, Cândido Mendes. A lógica da Reforma Agrária. (Encarte Especial) In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997.

O SURGIMENTO DA REDE GLOBO: A PARTIR DA LEGISLAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Gabrielle Lins Meireles¹

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as relações estabelecidas entre diferentes empresas para a constituição da TV Globo, posteriormente Rede Globo de Televisão, focando na relação estabelecida entre as Organizações Globo, de propriedade de Roberto Marinho² e o grupo empresarial norte-americano, Time Life³, que auxiliou com investimento em capital, equipamentos e técnicos para que o projeto da TV Globo se tornasse realidade. Somando-se a essa relação aparentemente financeira e tecnológica, busca-se identificar possíveis alianças com o Governo Federal durante a Ditadura Militar, por meio da legislação que foi sendo elaborada acompanhando o crescimento do setor, tendo como uma das questões principais o possível favorecimento da Rede Globo por parte do governo, e os usos que uma instituição fez da outra de acordo com seus interesses imediatos. A Tv Globo, com a necessidade de se lançar no ar, mesmo com o acordo com a Time Life, e constituir-se como a maior emissora de TV do país, de outro, os militares com um padrão de sociedade a construir, baseado na Doutrina de Segurança

¹Graduada em História pela UERJ/FFP. Mestrando do PPGHS – Programa de Pós-Graduação em História Social – da UERJ, na linha “Território, movimentos sociais e relações de poder”, orientada pelo Prof^o Dr. Gelsom Rozentino, com bolsa de fomento da Fundação Carlos Chagas de Ampara a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

²Roberto Pisani Marinho, nascido no Rio de Janeiro em 03 de dezembro de 1904, então Distrito Federal, filho de Irineu Marinho Coelho e de Francisca Pisani Barros. Seu pai fundou os jornais A Noite em 1911 e O Globo em 1925. Assumiu a direção do jornal O Globo em 1931, e expandiu os negócios fundando e se tornando diretor-presidente das Organizações Globo, grupo empresarial que contava com atividades em diversos ramos, porém sua maior renda provinha de investimentos publicitários morreu, aos 98 anos em 06 de agosto de 2003. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. coord. Alzira Alves de Abreu ... (et al). Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, vl. 3 pp. 3584.

³Time Life, empresa fundada em 1961 pela Time Incorporated, uma sociedade anônima de Delaware, com sede em Nova Iorque nos Estados Unidos, com o objetivo de desenvolver tecnologia, marketing, consultoria e assistência para empresas de telecomunicações. HEIZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre. Tchê!. 1987.

Nacional, uma sociedade de acordo com os padrões capitalistas do mundo, vendo na TV um dos veículos para esse uso, legislando a partir de então a favorecer esse veículo e conseqüentemente a Globo.

O foco será o período compreendido entre 1962 e 1972, marcado por grandes momentos: 1962, ano em que Roberto Marinho assinou o contrato com a Time Life, no dia 24 de julho. Um importante evento foi a inauguração da TV Globo no dia 26 de abril de 1965. Outro marco foi a sua nacionalização decretada no ano de 1968. E, por fim, o ano de 1972, quando são regulamentadas as redes nacionais, junto com o Programa Nacional de Tele-educação (PRONTEL), ano em que a Rede Globo se consolida como a maior rede nacional de televisão. Esses marcos temporais foram escolhidos, pois são datas importantes para a constituição da TV Globo, tal como a conhecemos hoje.

Um dos objetos de análise dessa pesquisa são as leis e decretos-leis elaborados entre os anos de 1962 e 1972 a cerca do tema telecomunicação e se verificou uma grande preocupação desses governos com o tema e principalmente referente à televisão, um novo veículo de comunicação que estava dando seus primeiros passos de vida.⁴ Vale lembrar que o setor de telecomunicações engloba todos os meios de comunicação, ou seja, desde rádio e televisão a telefones sem fios e satélites de transmissão. Essa preocupação se torna ainda maior nos anos que se sucederam após o golpe de 1964. Chegou ao Brasil em 1950, tendo como primeira emissora a TV Tupi, de propriedade de Assis Chateaubriand, se difundindo na década de 60 e se tornando um veículo de comunicação de massa. Nota-se por meio da legislação como se deu essa evolução da TV em pouquíssimo tempo, e também como os governos poderiam se utilizar desse veículo, principalmente durante anos de Regime Militar. E a partir dessa análise percebe-se como a TV Globo se beneficiou nesse processo de expansão, outro objetivo dessa pesquisa.

Os meios de comunicação nesse mesmo momento ampliam seu campo de abrangência. O rádio já havia há muito se tornado um veículo de comunicação de massa, a televisão surgida na década de 50, aos poucos na década de 60 foi aumentando o número de telespectadores e dando uma cara nova a comunicação. O que antes

⁴Ao todo, como fontes de legislação, foram reunidos quarenta e sete documentos que contam com os verbetes: telecomunicação, ou TV, ou Globo, sendo que a coleta de fontes ainda se encontra em desenvolvimento.

era visto apenas em jornal ou então através apenas do som passa a ser visto e ouvido, significando e muito para o setor de telecomunicações que vê nesse novo momento um boom de investimentos econômicos e tecnológicos.

E da mesma maneira que despertou interesse em setores econômicos, não foi diferente no governo, que passa a legislar em prol do setor e principalmente da televisão para regulamentar e controlar sua implantação.

Na década de 60 já são mais de duzentos mil aparelhos de TV no Brasil, e esse número tende a aumentar gradativamente a ponto de, no início da década de 70 tornar-se o principal veículo de comunicação do Brasil.

Acompanhando esse crescimento, não só na TV mais também das telecomunicações em geral, o Governo Federal desenvolve vários meios de controle. Dentre eles: a criação da do CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) tendo como um dos seus presidentes José Cláudio Beltrão Frederico, do “Código Brasileiro de Telecomunicações”⁵, onde se estabeleciam as regras e as formas de controle sobre as telecomunicações e como poderia se formar as emissoras de TV brasileiras, e sua concessão. Sendo alterado pelo Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, modificando a redação dos artigos 24 e 53. Tal alteração fez com que as telecomunicações ficassem submetidas ao controle do governo, constando a partir de então no artigo 24 fica instituído o recuso do Presidente, e no artigo 53 ficou estabelecido os temas proibidos para a radiodifusão constituindo um crime e contravenção caso esses temas viessem a público, como:

Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país, inclusive:

- a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais;
- b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;
- c) ultrajar a honra nacional;

⁵ *LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962*. Essa lei instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações que regulamenta o setor de telecomunicações no geral, porém incorporando em suas determinações a tv como principal enfoque.

- d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social;
- e) promover campanha discriminatória de classe, côr, raça ou religião;
- f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas fôrças armadas ou nas organizações de segurança pública;
- g) comprometer as relações internacionais do País;
- h) ofender a moral familiar pública, ou os bons costumes;
- i) caluniar, injuriar ou difamar os Podêres Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;
- j) veicular notícias falsas, com perigo para ordem pública, econômica e social;
- l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas⁶.

E no início da década de 60 também é fundada a ABERT (Associação Brasileira de Telecomunicações) cujo primeiro presidente foi João Calmon, ligado diretamente aos Diários Associados (TV Tupi). Associado a estes foi criado também a ENBRATEL, com a finalidade de organizar e desenvolver o setor de telecomunicações.

O setor vem ganhando destaque, e passa absorver mais de 24% dos investimentos publicitários no país, aumentando seu poder econômico e principalmente expandindo seus alcances.

Como o setor publicitário em geral, mais especificamente a TV também foi vista pelo governo como um meio fortíssimo de propaganda e controle. Por isso, sendo um dos motivos da necessidade de investir e incentivar o setor era justamente o de desenvolver a TV. Como era comum desde o primeiro governo de Vargas uma preocupação com a propaganda política, visto a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), essa prática não se perde e é ainda mais explorada com os militares a partir de 1964, e, sobretudo, a partir de 1969, com o Governo de Médici. Cabe destacar que o mecanismo de propaganda dos militares, em muito se diferenciavam do DIP, visto que o mesmo era uma agência de um governo, cujo governo os militares consideravam símbolo máximo do populismo, um dos alvos de suas ações. Que massifica através dos meios de comunicação propagandas ufanistas a favor do desenvolvimento econômico do país e em defesa do próprio regime,

⁶DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

visando gerar em meio a população um otimismo em relação ao futuro do Brasil, acreditando que o país “estava dando certo”, e que este era o “país do futuro”.

A propaganda política nesse momento significava muito mais do que uma “máquina de controle ideológico” seria como um modo de divulgar o governo e mais além conforme aponta Carlos Fico⁷, de propagar a “realidade” que o regime pretendia instaurar, fornecendo uma visão idealizada que o regime tinha de si mesmo.

O Governo Militar, ao mesmo tempo, que aumentava a censura sobre os veículos de comunicação, aumentava também os incentivos econômicos e legislativos para a ampliação desses mesmos meios. Vide o número de decretos leis que foram promulgados no período e principalmente dos que liberavam recursos financeiros para as agências nacionais de telecomunicações leia-se ENBRATEL, CONTEL, entre outros⁸.

A legislação analisada nesse trabalho envolve o período ente 1962 – 1972. Esse período foi eleito como corte cronológico para este estudo, pois é quando ocorre o desenvolvimento em larga escala do veículo de comunicação e também onde se consolidam as emissoras de TV.

Desde o governo de Jânio Quadros a televisão e seus usos obtiveram uma maior atenção, visto que através das fontes reunidas que as principais leis que regulamentavam o serviço datam desse período. Como também do mesmo período, houve uma expansão das emissoras de televisão. A Rádio Globo S. A., no ano de 1962 obteve duas concessões de TV: uma no estado da Bahia⁹ e outra na cidade de Brasília¹⁰. Ambas as concessões foram revogadas por não cumprimento do prazo de dois anos para sua implantação.

⁷FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1997.

⁸A exemplo: ver *Lei nº 4.773, de 15 de setembro de 1965; Decreto nº 57.004, de 11 de outubro de 1965; Lei Nº 4.666, de 8 de junho de 1965; Lei nº 5.069, de 6 de julho de 1966*.

⁹*Decreto Lei nº 922 de 27 de abril de 1962*. Trata da concessão outorgada à Rádio Globo S. A. para estabelecer uma estação de televisão na cidade de Salvador no Estado da Bahia.

¹⁰*Decreto Lei nº 921 de 27 de abril de 1962*. Trata da concessão outorgada à Rádio Globo S. A. para estabelecer uma estação de televisão, geradora de programas, na cidade de Brasília Distrito Federal.

A constituição da TV Globo se deu regulamentada pelo decreto nº 55.782, de 19 de fevereiro de 1965, onde constituía sua organização e obrigações para com o governo, sendo de principal atenção no documento citado a duração da concessão (10 anos), o estabelecimento do quadro de funcionários (devendo ser constituído por 2/3 de brasileiros) e sua diretoria deve ser totalmente constituída de brasileiros, estipula um prazo para sua inauguração e do perímetro territorial de alcance da emissora, entre outras atribuições interferindo até mesmo no conteúdo de sua programação (como a exibição de informes meteorológico). Esse decreto lei foi alterado por um consequente de nº 55.879 de 30 de março de 1965, tratando especificamente do artigo nº 2, aumentou o prazo de duração da concessão de 10 para 15 anos.

Além de Rádio Globo, outros empresários ou grupos empresariais também conseguiram concessões de TV nesse período, porém nesta análise não cabe tal referência, pois o foco principal dessa pesquisa é a instituição da Rede Globo de Telecomunicações.

Subseqüente aos incentivos gerados pelos governos desde a implantação da TV no Brasil havia um certo rigor no controle de tal veículo. Se comparado aos outros meios (rádio, jornal) que apenas precisavam de um simples registro a TV, além do registro precisava de uma lei autorizando seu funcionamento e era passível de ser cassada a qualquer momento bastando não seguir o que lhe era pré-determinado.

Mesmo no início da década de 60, ainda no governo de Jango, com a TV sendo alvo de uma preocupação do governo, não se compara aos períodos dos governos militares. Vale lembrar que as principais leis de regulamentação do instrumento de comunicação datam desse momento, os incentivos ao setor, passam a ser em larga escala durante o período militar.

Em 1965, o governo de Castelo Branco por meio do Fundo Nacional de Telecomunicação (FUNTEL) e do gerenciamento da EMBRATEL, investe na tecnologia da TV, como instaurando um sistema avançado de transmissão em microondas, abrindo crédito para compra de receptores, dando incentivos e infra-estrutura para sua expansão. Nesse momento a TV Globo já havia sido inaugurada e aproveita esse processo incentivador do governo, pois mesmo antes de 1965, a Globo já contava com os incentivos fiscais do governo, como na isenção de impostos na importação e consumo de equipamentos para vídeo-tape que não tivesse similar no Brasil¹¹.

Em 1967 é criado o Ministério das Telecomunicações que vai, a partir de então, reunir todas as entidades de controle e regulamentação tanto da TV quanto dos outros aparelhos de Telecomunicação centralizando esse controle, tendo como primeiro ministro Carlos Furtado de Simas, permanecendo no cargo de 1967 a 1969. Ainda nesse mesmo ano, o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro, modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações, onde proíbe a participação de qualquer entidade e ou pessoa jurídica estrangeira, estabelece um teto máximo de emissoras por grupo (10 estações) e em 5 as de transmissão em VHF, indo mais além ao subjugar as modificações das sociedades internas assim como os acordos com empresas estrangeiras a cargo do Ministério das Telecomunicações e do CONTEL.

Outro aparelho usado pelos militares para controle da propaganda política, a AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas, criado em 1968, esse aparelho tinha a função não só de regulamentar a propaganda política como também promover através da propaganda o governo.

Um ponto importante nessa pesquisa notado durante a análise das fontes, é o acordo da Rede Globo de Televisão com a Empresa norte americana Time Life. Sendo este acordo pauta de alguns documentos identificados na pesquisa como o Projeto de resolução n 190, de 1966, que trata da instauração de uma CPI para averiguar esse acordo. Esse acordo recebeu atenção, por meio da denúncia de João Calmon, em primeiro momento de averiguação mesmo com o parecer do relator Djalma Marinho dizendo que infringia o artigo 160 da Constituição, que estabelecia:

É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas ações ao portador e aos estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129 n^{os} I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e sua orientação intelectual e administrativa¹².

¹¹Ver *Lei nº 4.419, de 29 de setembro de 1964*.

¹²Constituição da República Federativa do Brasil. Ed. 1946, artigo 160.

O então presidente Castelo Branco, autorizou esse acordo. E apenas em 1968, ainda sob pressão do senador João Calmon e do jornalista e deputado Carlos Lacerda¹³, o presidente Costa e Silva¹⁴ revogou a decisão do ex-presidente Castelo Branco e considerou o acordo ilegal, obrigando a TV Globo a se nacionalizar, o que ocorreu no ano de 1969.

No início da década de 70, 27% das residências do país já possuem televisão e 75% estão localizadas no eixo Rio-S.Paulo¹⁵. E os anunciantes passam a comprar horários entre os programas e não mais patrocinar um programa inteiro, com isso mo Ministério das Telecomunicações regulamenta o comercial de 3 minutos para cada 15 de programação. Nota-se com tudo, uma preocupação do governo em atender as necessidades não só das emissoras de TV mais também a dos anunciantes (empresas que faziam propaganda dos seus produtos através da TV), atendendo dessa forma as necessidades da burguesia nacional. Vide que a mesma participava da elaboração dos projetos leis e decretos, representados pelos grupos de estudos organizados pelo IPES, conforme aponta Dreiffuss, esses grupos participavam diretamente na construção de alguns projetos a exemplo do anteprojeto de Lei sobre o Código Nacional de Telecomunicações, sob responsabilidade do general Luiz A. Medeiros, da Globo¹⁶.

¹³Carlos Frederico Werneck de Lacerda, mais conhecido como Carlos Lacerda, nasceu em 30 de abril de 1914, no Rio de Janeiro, era jornalista durante anos do “Correio da Manhã”, fundando em 1949 seu próprio jornal “Tribuna da Imprensa”, surgido a partir de sua coluna do Correio. Exerceu mandato como deputado federal na década de 50, e de governador do estado da Guanabara em 60. in Revista Brasileira de História. VI. 47.

¹⁴General Arthur da Costa e Silva, seu governo foi de 1967 ao ano de 1969. Seu governo foi marcado por inúmeras manifestações contrárias ao regime, movimentos de esquerda começaram a se articular, um dos mais marcantes foi a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, que levou milhares de pessoas as ruas em protesto. Essa onda de protestos fez o governo recrudescer ainda mais a censura e repressão. Diante disso o AI- 5 foi decretado no dia 13 de dezembro de 1968. Este foi o mais duro governo militar, pois aposentou juízes, cassou mandatos, fechou o congresso por tempo indeterminado, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial. Por motivos de doença o presidente Costa e Silva foi substituído por uma Junta Militar. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. coord. Alzira Alves de Abreu ... (et al). Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, vl. 5 pp. 5395..

¹⁵Sobre o assunto ver Censo nacional de 1970

Nesse mesmo período o governo cria o PRONTEL (Programa Nacional de Teleeducação) por meio do Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972, regulamentando a transmissão nacional de programação voltada para a educação. Seguindo essa mesma linha de programação nacional, que ficou regulamentada desde então, as emissoras de TV começaram a organizar sua programação nacional, sendo a pioneira delas a TV Globo, que nesse mesmo ano lança sua programação nacional, se tornando um sucesso de audiência. Outro mecanismo criado pelo governo foi o Conselho Nacional de Comunicação, sendo um braço do Ministério das Comunicações com a finalidade de assessorar diretamente o ministro das comunicações, este conselho cabe ressaltar que foi originário do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Notadamente a elite orgânica se encontrava infiltrada em diferentes setores da política nacional e da sociedade, fazendo com que seus ideais de sociedade moderna fossem propagados bem como suas necessidades (principalmente econômicas) fossem atendidas.

A reunião dessas fontes pode propiciar uma visão de governo preocupado em não só atender suas necessidades de propaganda, mas também a atender as necessidades de uma camada da burguesia, que de certa forma não se opunha ao governo. Através dos incentivos tanto fiscais quanto de promoção da tecnologia. Não se pode dizer que apenas uma das partes saía beneficiada com essa política.

A partir daí a relação entre os governos militares e a TV Globo se deve a uma possível aliança entre ambos, gerando uma simbiose entre as duas instituições, facilitando assim o diálogo e o uso de cada uma em benefício próprio, visto que a TV Globo precisava de algumas facilidades políticas e administrativas para estreitar sua programação (devido ao acordo inconstitucional com a *Time Life*), e o Governo Militar “precisava” de um veículo de informação de massa para difundir o seu ideal de sociedade moderna e auxiliar na manutenção de sua legitimidade através de propagandas positivas. Haja vista o Sr. Roberto Marinho comprometido com a causa burguesa, por meio de sua emissora em divulgar esse ideal almejado pelos militares de uma sociedade consumista e capitalista de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. Vale lembrar que

¹⁶DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. p. 238

este trabalho ainda se encontra na fase de pesquisa, apresentado assim algumas considerações iniciais a cerca do assunto.

Esse quadro pode se configurar como uma possível troca de favores por parte das duas instituições, onde ambas se beneficiaram nesse processo. Sendo esta uma relação de troca de favores, onde não havia apenas um único beneficiado, saindo ambos com suas necessidades imediatas atendidas. Pode-se dizer que é possível que a aliança entre governo e televisão se solidificou a ponto de ultrapassar o período Militar, continuando durante a abertura política e ainda mais forte e evidente na democracia.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004

CRUZ, Franciane da Conceição. *Cultura, Integração e Desenvolvimento: os meios de comunicação de massa no contexto da Ditadura (1964-19680)*, 2005 (Especialização Em História Social do Brasil) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

FICO, Carlos *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. FGV, 1997.

_____. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* in Revista Brasileira de História. São Paulo. vl. 24, nº 47. p. 29-60. 2004.

FONTES, Virginia e MENDONÇA, Sonia Regina. *História do Brasil Recente (1964-1991)*. São Paulo: Ática, 1991.

GASPARI, Élio. *Ditadura envergonhada*. vl. 1 Cia. das Letras. 2002.

GONÇALO JUNIOR. *País da TV: história da televisão brasileira*. São Paulo: Conrad Editora, 2001.

GLOBO. *Jornal Nacional: a Notícia faz História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004

HEIZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre. Tchê!. 1987.

IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2002.

OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. (projeto e supervisão) *50 anos de televisão no Brasil*. São Paulo: Globo, 2000.

PENTEADO, Heloísa Dupas. *Televisão e Escola: Conflito ou cooperação?* São Paulo: Cortez, 2000.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *15 anos de história*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

_____. *30 anos - uma história ilustrada*. São Paulo: Globo, 1996.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.

SKIDMORE, Thomas – *Brasil de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad. Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

WANDERLEY, Sônia. *A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)*. Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, 1995.

WEFFORT, Francisco – *O populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Vídeos

BBC de Londres. *Além do Cidadão Kane*, de 1994.

A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO URUGUAI

Gustavo Alberto Cabrera Alvarez¹

O primeiro *bloco no poder* no Uruguai formou-se na primeira década do século XX. A província Cisplatina, que até 1828 integrava o Império do Brasil, constituiu-se em Estado independente em 1830 sob o nome de República Oriental do Uruguai. Porém, setenta anos foram necessários para que o poder legalmente constituído fosse reconhecido em todo o território nacional. O principal obstáculo eram os *caudilhos*, lideranças locais com poder e prestígio social que, com seus exércitos particulares, resistiam qualquer imposição vinda da capital. Em 1904, o presidente José Batlle y Ordoñez conseguiu derrotar o último *caudillo* Aparício Saravia e consolidar o seu poder em todo o território nacional. O triunfo da cidade sobre o campo marca a consolidação do capital industrial como fração hegemônica.

As frágeis agroindústrias uruguaias conseguiram se desenvolver graças às limitações impostas aos produtores rurais para exportar matérias primas em bruto e ao preço baixo que pagavam por elas no mercado interno. Também, o capital financeiro contribuiu, nesse processo, aceitando a imposição de juros baixíssimos e até negativos. A classe trabalhadora apoiava o bloco, pois se viu beneficiada com as altas taxas de emprego, a criação da legislação trabalhista, o desenvolvimento das políticas sociais do Estado, o sistema de substituição das importações e a manutenção do nível de salários no patamar que permitisse o funcionamento do mercado interno. Também foram favorecidos os funcionários públicos com aumentos salariais e o crescimento do Estado.

A indústria local ficou duplamente dependente: por um lado, dos dólares que a pecuária trazia para o país e, por outro, por tratar-se de uma indústria voltada ao mercado interno, ficava refém das oscilações dos níveis de renda da população. Nos períodos de crise, a queda dos salários produzia retração do mercado interno. Para amenizar essa situação, se estabeleceu um sistema de substituição de

¹FANORPI – Faculdade do Norte Pioneiro, Professor de Sociologia. Mestre em Ciências Sociais (UEL). Especialista em Ensino de Sociologia (UEL). Licenciado em Ciências Sociais (ULBRA). Graduado em Direito (UDELAR – Uruguai). Pesquisador do GEPAL e professor colaborador do Projeto de Leituras Marxistas (UEL).

exportações por produtos nacionais e, gradativamente, fechou-se a economia uruguaia.

O produtor rural primário raramente era exportador direto, devido à proibição de exportar gado vivo, sendo obrigado a vender sua produção para a indústria frigorífica e derivadas. Dessa forma, gerou empregos nas áreas das indústrias da carne, dos couros, das lãs, do sabão, do leite e de indústrias químicas.

O mercado internacional passou por importantes mudanças na década de 1960, quando surgem as empresas multinacionais. Os países em desenvolvimento expandem suas exportações e os países industrializados generalizaram o uso de subsídios para seus produtos agrícolas.

À medida que a situação econômica se agrava, os conflitos entre os diversos setores do capital e os trabalhadores aumentaram. O setor industrial já não é mais capaz de articular o apoio dos trabalhadores com retribuições econômicas.

A fração da burguesia uruguaia correspondente ao capital financeiro mantinha interesses distintos do capital industrial nacional, porque as políticas protecionistas impediam a livre circulação do capital. O valor do dólar era determinado pelo Estado e os bancos estavam sob forte controle da autoridade monetária.

Embora o Uruguai tenha ingressado como membro do FMI em 1947, não apresentou déficit na balança comercial até 1955. Com a lei de Reforma Monetária e Cambial aprovada em dezembro de 1959, a economia uruguaia se adaptou às exigências do FMI e aparecem as primeiras medidas contra o protecionismo estatal:

En pos de estos objetivos se aprobó en diciembre de 1959 la Ley de Reforma Monetaria y Cambiaria. Se inspiraba en los postulados ideológicos de liberalismo económico y en las directivas que el Fondo Monetario Internacional “aconsejaba” a lo países latinoamericanos. Promoviendo la libertad del comercio internacional se oponía al dirigismo al proteccionismo y a la política de subsidios que se había seguido en el Uruguay “neobatllista”. Se buscaba favorecer las actividades económicas consideradas eficientes. El sector agropecuario, que contaba con la aceptación internacional, debía ser promovido a través de políticas cambiarias y monetarias. Se implantaba en el país el primer programa de signo liberalizador desde la crisis de 1929 (NAHUM *et al.*, 1998, pp.106-107).

Em setembro de 1960, assinou sua primeira carta de intenções com o Fundo. Em 1962, a dívida externa uruguaia era de US\$ 433,1 milhões, o dobro da dívida de 1958 que era de US\$ 220,9 milhões. Não obstante se tentasse melhorar a situação do setor agropecuarista por meio da reforma liberal, não houve consenso político para tomar medidas mais severas que implicavam uma retração dos níveis de vida da população.

O capital financeiro internacional inicia um processo de ascensão dentro do *bloco no poder* visando a constituir-se em fração hegemônica. Essas mudanças dentro do *bloco*, além dos conflitos internos entre as diferentes frações do capital, produziram conflitos com as classes subalternas e complicações na cena política: os protestos da população, a resistência dos sindicatos e o surgimento da guerrilha. Os partidos políticos tradicionais, temerosos de perder seus eleitores não foram capazes de tomar as medidas antipopulares que a nova hegemonia exigia.

Gradativamente, a participação das forças armadas na cena política aumentava. Em 27 de Junho de 1973, os militares decretaram o Golpe de Estado. A ditadura militar no Uruguai durou de 1973 a 1985. No início desse período, a crise do petróleo agravou a situação do país e abortou o plano econômico planejado pelos militares.

Basicamente, o plano econômico-militar consistia em viabilizar o aumento das exportações e, conseqüentemente, o equilíbrio da balança comercial, transferindo recursos dos trabalhadores para os empresários. Os custos com salários ficaram subordinados às necessidades das empresas exportadoras e não de acordo com o equilíbrio do mercado interno. Tentou-se justificar essas medidas no próprio benefício dos trabalhadores, que uma vez equilibrada a balança comercial e o país com divisas disponíveis, se reativaria o mercado de trabalho e, com isso, os níveis de emprego e de salários.

As resistências foram reprimidas pela força. A guerrilha foi massacrada, os sindicatos dissolvidos e os seus líderes presos, mortos ou exilados. O mesmo aconteceu com os partidos políticos e os movimentos sociais.

Durante o período da ditadura, consolida-se no país o modelo de acumulação capitalista, orientado exclusivamente para o mercado em que a redução de custos de produção, especialmente, os trabalhistas são fundamentais para assegurar a competitividade dos

produtos manufaturados no país.

Falero (2004) observa que, durante a ditadura militar no Uruguai, aparecem elementos que evidenciam o início de um neoliberalismo incompleto, porque começa uma política disciplinadora da sociedade, uma retração nos níveis de renda dos trabalhadores e, na década de 1980, a transferência de recursos para os países centrais.

Durante o primeiro governo democrático posterior à ditadura militar, sob a presidência de Julio María Sanguinetti não se produzem modificações econômicas importantes. O governo de Sanguinetti (1985 a 1990) foi de transição, desenvolveu uma política liberal, mas com proteção de algumas indústrias e bancos nacionais.

Segundo Luis Stolovich, o bloco no poder no Uruguai na década dos anos 1980 estava integrado pelas seguintes frações: o capital financeiro internacional, o capital industrial exportador, o capital oligopolista ligado ao mercado interno, o capital agrário-exportador, o capital pecuário latifundiário e os industriais e comerciantes urbanos (STOLOVICH, 1990, p. 15-16).

O capital financeiro internacional está integrado pelos bancos instalados no país e pelos bancos credores do Uruguai. Esta fração ocupa o lugar hegemônico dentro do bloco, como credora do país consegue impor seus interesses frente às outras frações e limita a capacidade distributiva do Estado.

O capital industrial exportador ocupa também lugar privilegiado dentro do bloco. Trata-se das indústrias frigoríficas, curtumes e processadoras de arroz. Esta fração, integrada por grupos econômicos especializados no mercado exterior, está muito ligada ao capital financeiro. O pagamento da dívida externa requer o ingresso de dólares ao país. Por isso, as condições que os credores impõem, beneficiam as atividades exportadoras e daí a conjunção de interesses dessas duas frações. Mesmo com a posição privilegiada que ocupa dentro do bloco, esta fração tem experimentado graves dificuldades causadas pela falta de gravitação no mercado mundial.

O capital oligopolista voltado ao mercado interno integra o bloco, mas ocupa uma posição menos privilegiada. Tratam-se de indústrias fabricantes, principalmente, de farinha e óleo para o mercado interno. Esta fração tem interesses enfrentados com os agricultores e, durante o governo de Sanguinetti, tem conseguido resolver esses conflitos em seu favor.

A fração da agricultura intensiva de tipo capitalista orientada a exportação, embora seja uma atividade recente no país, ocupa um lugar dentro do bloco no poder. Está integrada por produtores de arroz, cítricos, soja, cevada e leite e se encontra subordinada ao capital industrial exportador. Dentro desta fração está, também, o capital agrário-cooperativo que com sua organização consegue superar a subordinação ao capital industrial, principalmente no setor lácteo.

O capital pecuário latifundiário também integra o bloco no poder. Esta fração que, como já foi dito, significou um dos pilares fundamentais da economia uruguaia tem experimentado um declínio de poder. Durante o governo de Sanguinetti conseguiu impor seus interesses frente às indústrias frigoríficas.

Finalmente, ocupando posições secundárias dentro do bloco, estão os comerciantes e industriais urbanos que Stolovich (1990) denomina de capitalistas médios.

Stolovich (1990) considera a pequena burguesia como classe de apoio ao bloco no poder, uma vez que “las diversas capas que constituyen la pequeña burguesía tienden a ser reclutadas como apoyo del bloque, en una compleja relación de atracción y rechazo” [grifo nosso] (STOLOVICH, 1990, p. 16).

Foi na década de 1990 em que se processam no Uruguai mudanças típicas do neoliberalismo como, por exemplo, a reforma do Estado, as privatizações e a precarização das relações trabalhistas. Dentro do bloco no poder, observa-se o reforço do capital financeiro internacional como fração hegemônica e a perda de poder da fração do capital industrial para a fração do capital agrário especialmente o pecuarista.

O resultado das eleições de 1989 levou à presidência do Uruguai Luis Alberto Lacalle Herrera. A presença empresarial desmascarada no gabinete de Lacalle proporciona uma ideia de quais foram as mudanças no interior do bloco no poder.

O capital financeiro internacional foi representado pela figura chave do período, o presidente do Banco Central, Ramón Díaz, integrante do escritório de advocacia *Guyer e Regules* que presta serviços de assessoria e representação dos bancos credores do país. Ramón Díaz é considerado líder e ideólogo do neoliberalismo fundamentalista uruguaio. A presença no governo dessa fração foi reforçada com a indicação do vice-ministro de economia e finanças

Nicolas Herrera, também integrante do escritório de advogados *Guyere Regules*.

O capital pecuário e o capital industrial foram representados pelo ministro de economia e finanças Enrique Braga, dirigente da Federação Rural, da Câmara de Indústrias e da Associação Cristã de Dirigentes de Empresas.

O capital agrícola estava representado pelo ministro de Agricultura Álvaro Ramos, ex-dirigente das Cooperativas Agrárias Federadas, consideradas como expressão institucionalizada do capital cooperativo.

A situação econômica herdada do governo Sanguinetti era complicada. O déficit fiscal chegou a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a emissão de títulos de dívida pública – instrumento utilizado para compensar o déficit – estava em nível perigoso e a inflação ameaçava novamente. O governo de Lacalle planejou um pacote de medidas denominado Ajuste Fiscal que pretendia reduzir o déficit para 2,5% do PIB e a inflação para 50% anual.

Excetuando o capital financeiro, todos os setores da sociedade uruguaia, em maior ou menor grau, sofreram gravemente com o Ajuste Fiscal. A redução do déficit fiscal significou aumento de tributos, redução do salário real em 14,7%, redução do gasto público em 15% e supressão da devolução de impostos que beneficiava aos exportadores. Estas medidas irritaram os trabalhadores, industriais, agro-exportadores e produtores rurais.

O produtor agrário, especialmente o pecuarista que por um lado perdeu a devolução de impostos das exportações, foi compensado com a liberação parcial da comercialização de seus produtos. Liberou-se a exportação de couros sem industrializar, quebrando o oligopólio exercido pelas empresas Paycueros e Midobers e, assim, obteve melhores preços para os produtores. Outra medida que beneficiou os produtores pecuários e prejudicou o setor dos frigoríficos foi a liberação do mercado de carnes.

Apesar de todos os sacrifícios que tiveram que passar as classes subalternas, não houve benefícios para elas. Segundo Mallo e Serna (2003), o crescimento econômico experimentado no Uruguai durante os anos 1990 foi em média 3,1% anual, totalmente insuficiente para reverter a taxa de desemprego que se manteve em 9%. Fato que afetou, principalmente, a população mais vulnerável: jovens, pessoas mais velhas e trabalhadores com baixa qualificação.

As mudanças que levaram à desregulamentação e à flexibilização das relações trabalhistas provocaram aumento das situações de emprego precário e informalidade. O emprego informal se situou em 42% do emprego urbano. O setor público experimentou uma queda de empregos de 22% na década anterior para 18% na década de 1990. O nível de pobreza saltou de 9% de lares pobres da década anterior para 15% de lares e 23% da população eram pobres nos anos de 1990.

Mesmo assim, considera-se que a classe trabalhadora uruguaia apóia o *bloco*. Tradicionalmente, no Uruguai, os partidos políticos tiveram a função mediadora entre o *bloco* e as demandas populares. Até a década de 1960 o partido *Colorado*, que representava os interesses industriais nacionais, conseguia captar o voto operário. Os partidos de esquerda, que existiam desde inícios dos século XX tinham pouca expressão eleitoral. Como resultado das crises econômicas já analisadas, o partido *Colorado* se aproximou do capital internacional e perdeu o apoio popular.

Na década de 1970, a classe trabalhadora se reorganiza politicamente em torno de uma frente popular que reúne diversos partidos políticos de esquerda e de centro, denominada de *Frente Ampla*. Paralelamente os sindicatos, principalmente comunistas e socialistas, se unificam em torno de uma Central Nacional de Trabalhadores – CNT. Embora, a repressão militar tinha ocupado de massacrar a *Frente Ampla* e a CNT, as duas organizações ressurgiram com o retorno à democracia.

Em 1989, a *Frente Ampla* conquistou a Prefeitura da capital Montevideú, que concentra a metade da população do país e continuou a aumentar o seu eleitorado até conquistar a presidência em 2005. Esse processo é acompanhado de uma gradativa aproximação com o *bloco*.

A resistência popular às medidas neoliberais se organizou em torno de plebiscitos promovidos pelos sindicatos e movimentos sociais, principalmente os vinculados aos aposentados, estudantes, direitos humanos e sem-tetos. Em alguns casos a *Frente Ampla* apoiou plebiscitos, porém esse apoio foi mais figurativo do que real.

A partir de 2005, quando a *Frente* conquistou a presidência do Uruguai, a capacidade de mobilização dos movimentos sociais ficou limitada devido à identificação de grande parte dos seus militantes com o partido de governo. Em alguns casos, lideranças e

militantes dos sindicatos e dos movimentos sociais ocuparam cargos dentro do governo da *Frente*. Embora se apresentem algumas discrepâncias por questões pontuais, essas discrepâncias não impedem a realização dos interesses do *bloco*. As críticas de alguns setores da esquerda não chegam a deslegitimar o *bloco*. Nesse sentido, pode-se afirmar que atualmente a *Frente Ampla* exerce a mediação entre o *Bloco no Poder* e as classes subalternas. O apoio da classe trabalhadora foi conquistado com a recuperação da capacidade de retribuição que se expressa em melhoras salariais, diminuição do desemprego e gestão ordenada dos recursos públicos.

Referências Bibliográficas

FALERO, Alfredo. El Neoliberalismo como Patrón de Poder Regional: transformaciones sociales y poder simbólico In: MAZZEI, Enrique (org.). *El Uruguay desde la Sociología III: 3era. Reunión de Investigadores del Departamento de Sociología. Las Brujas 2004*(p.223-240). Montevidéo. FCS: 2004.

MALLO, Susana e SERNA, Miguel. Las promesas incumplidas de las reformas estructurales: democracia y exclusión in MAZZEI, Enrique (org). *El Uruguay desde la Sociología Integración, desigualdades sociales, trabajo y educación: I Reunión Anual de Investigadores del Departamento de Sociología Las Brujas – 2002* Graphis, Montevidéo, FCS, 2003.

NAHUM, et al. *El Fin del Uruguay Liberal*. Buenos Aires: Banda Oriental, 1998.

STOLOVICH, Luis. Las Dificultades para la Configuración de un Nuevo Bloque de Poder. Uruguay 1990. in RODRÍGUEZ e STOLOVICH, *Poder económico y diálogo social en la coyuntura uruguaya de 1990*. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1990.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Hélio Clemente Fernandes¹

Introdução

A partir da Constituição Federal de 1988 e a LDB, temos o estabelecimento de que compete aos sistemas de ensino assegurar aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, de modo gratuito, educação de qualidade considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O direito, mais amplo, à educação básica, só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988, como resultado do envolvimento no processo constituinte de diversos setores progressistas que se mobilizaram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres (DIPIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 63).

Todavia, a lei por si só não é garantia de nada. Sendo assim, é preciso mobilização social para que os sistemas de ensino tenham melhores condições de viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola. Sabemos que vivemos numa cultura letrada e, sendo assim, entendemos que estudar representa para o jovem e adulto, de modo particular, a possibilidade de poder desenvolver-se nas suas capacidades e na própria vida. Portanto, ter condições de apropriar-se do conhecimento historicamente sistematizado é uma prerrogativa inalienável à todo sujeito.

Vale lembrar que os alunos da EJA, na sua grande maioria, fazem parte das relações do mundo do trabalho (com responsabilidades e compromissos) e isto facilita a relação dialógica entre quem vive do trabalho de ensinar e aqueles que buscam aprender e aprimorar o que já sabem (FERNDANDES, 2011, p. 2).

¹Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista no Ensino de História e Geografia. Licenciado em Filosofia e História. Professor QPM nas disciplinas de História e Filosofia. Graduando em Pedagogia.

Nunca é tarde para retomar os estudos. A educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como finalidade contribuir para a formação em virtude de melhorar a qualidade de vida, de maneira especial, daqueles que foram marginalizados no passado. Pode-se dizer que a “EJA existe porque algo errado ocorre na educação regular (e na sociedade em sua totalidade) que exclui permanentemente estudantes de seu meio. Dificuldades diversas impediram essas pessoas de estudarem no período da infância e da adolescência” (FERNANDES, 2011, p. 2). À grosso modo, a educação de jovens e adultos (EJA) é entendida como um modo de alfabetizar e de possibilitar estudos para quem não teve oportunidade de estudar na infância e que precisou abandonar a escola no tempo apropriado.

Nesta perspectiva, soma-se a noção de educação com base em José Martí que assinala.

[...] A educação precisa ir aonde vai a vida. É insensato que a educação ocupe o único tempo de preparação que tem o homem em não prepará-lo. A educação precisa dar os meios de resolver os problemas que a vida venha a apresentar. Os grandes problemas humanos são: a conservação da existência e a conquista dos meios de fazê-la grata e pacífica (2007, p. 241).

Portanto, o acesso a educação é uma das condições para a construção de uma sociedade democrática, igualitária, fraterna. Por isso, este trabalho tem como objetivo principal contribuir na compreensão de que a EJA visa possibilitar ao estudante os meios para que este desenvolva suas potencialidades. Neste sentido, é fundamental a compreensão das especificidades da EJA por meio da análise das práticas educativas e pedagógicas que nela se estabelecem.

De acordo com (IRELAND, 2009) as dimensões que integram a formação do sujeito são a formação individual, profissional e social. Na primeira considera-se o homem como um ser incompleto e que precisa desenvolver seu potencial num contínuo processo de aprendizagem sobre si mesmo e sobre tudo que o cerca. Na questão profissional encontra-se a necessidade de todos os sujeitos apropriarem-se de uma profissão e realizarem-se no mundo do trabalho. Por fim, na dimensão social assinalamos a importância do viver em grupo, do saber relacionar-se com o outro, da formação

da natureza social que a educação propicia e é fundamental para a reprodução da sociedade.

Assevera-se, por conseguinte, a relevância da educação integral do estudante da EJA. Que supere a dicotomia entre a prática e a teoria. Trata-se do pleno desenvolvimento do ser humano, para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, para pensar e fazer. Acrescenta-se, ainda, que “ao compreendemos o homem a partir das condições materiais, entendemos a produção do conhecimento ligada às múltiplas determinações que condicionam as transformações da materialidade” (FERNANDES, 2010, p. 6).

No intuito de realizar os objetivos propostos é que realizamos uma pesquisa bibliográfica (por meio da utilização de autores sobre este tema) tendo como escopo contextualizar a EJA com a finalidade de compreendê-la, um pouco mais, na atualidade. Espera-se com isso embasar teoricamente o estudo do processo de ensino-aprendizagem da EJA na história do Brasil, bem como refletir como ela ocorre na atualidade.

Breve digressão histórica da EJA no Brasil

Parte-se do entendimento que toda análise da Educação de Jovens e Adultos para ser suficientemente equalizada necessita do resgate histórico por meio da utilização das categorias de totalidade e contradição. Entende-se, por conseguinte, que tal educação liga-se às transformações econômicas, sociais e políticas; resultado de disputas e de interesses antagonicos.

Segundo Lopes e Sousa:

[...] Inicialmente a alfabetização de adultos para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado (s/d, p. 3).

Neste panorama, destaca-se que as primeiras iniciativas de educação de Jovens e Adultos aconteceu com a intervenção dos missionários da Igreja Católica que chegaram no Brasil e que vieram

para evangelizar. A educação nesta fase confunde-se com a catequização e seus interesses intrínsecos. Saviani ao se referir a primeira fase da educação jesuítica vai escrever que ela foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Manuel da Nóbrega.

O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia (2008, p. 43).

A educação liga-se ao modo de produção e reprodução da sociedade. Neste sentido, conforme (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001) a educação de jovens e adultos, no Brasil, sobretudo a partir dos anos 40 é que a política educacional passou a ocupar-se com este tema. Sabe-se que à necessidade de oferecer educação aos adultos já era contemplado em textos normativos anteriores. Exemplo disso é a efêmera Constituição de 1934. Contudo, é na década seguinte, com o fortalecimento do processo de industrialização brasileira, que começam a aparecer iniciativas concretas com a preocupação de oferecer escolarização a população excluídas da escola. Os autores supracitados consideram importante citar - além de iniciativas nos níveis estaduais e locais - a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952.

Por sua vez, Luiz Antônio Cunha e Moacyr Góes afirmam que com o Golpe Militar de 1964 o debate educacional recebe um “verdadeiro 'cala a boca' nacional” (2002, p. 13). Com o acirramento do perigo comunista, liquidou-se com o método Paulo Freire de Alfabetização; com o movimento de Educação de Base (MEB). Verbas foram cortadas e integrantes da equipe dirigente da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foram aprisionados.

[...] buscou-se afastar, perseguir e silenciar os defensores do ensino gratuito e, no Conselho Federal de Educação (CFE),

são empossados aqueles que se submetiam aos interesses das agências internacionais; professores e acadêmicos são expulsos das universidades, dentre esses destaca-se a demissão sumária de Anísio Teixeira da Universidade de Brasília (UnB) e a aposentadoria precoce de Florestan Fernandes da Universidade São Paulo (USP) devido a repressão acionada pelo Ato Institucional n. 5 (FERNANDES, 2010, p. 99).

Este horizonte de reflexão propicia o entendimento dos bastidores que impulsionaram a “Fundação do Mobral (1967 - 1985), da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, Fundação Educar (1986 - 1990) e do Programa Brasil Alfabetizado (2003 - atualidade)” (SUZUKI, 2009, p. 16).

Em linhas gerais, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi instituído durante a ditadura militar com a finalidade de responder às necessidades do Estado autoritário.

Afirma-se que (GALVAO; SOARES, 2004) muitos foram os projetos desenvolvidos para a alfabetização e educação de Jovens e adultos. Entre estes, destaca-se inicialmente, o Mobral que embora tenha sido criado em 1967 só começou as suas atividade em 1969. De princípio, seu funcionamento ocorreu com uma estrutura independente e paralela em relação ao Ministério da Educação. Reeditou uma campanha nacional de educação e com muitos recursos utilizou-se de slogan: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber”. Com isso, buscou sensibilizar à todos de fazerem sua parte. Entretanto, alfabetizadores sem muitas exigências foram recrutados e a despreocupação com a qualidade do docente se apresentou como uma grave lacuna. “O objetivo era escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior” (LOPES; SOUSA, s/d, p. 7). Qualquer sujeito, desde que soubesse ler e escrever, podia ser professor. Sem exigência na formação a remuneração também ficava comprometida.

Quanto ao funcionamento do Mobral assinala-se que:

[...] O Mobral instalou comissões municipais por todo o país, responsabilizando-as pela execução das atividades, enquanto controlava rígida e centralizadamente a orientação,

supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos. Sendo concebido como ação que se extinguiria depois de resolvido o problema do analfabetismo, o Mobral tinha baixa articulação com o sistema de ensino básico (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 61).

Deste modo, pode-se dizer que com controle rígido na ponta da pirâmide e despreparo na base (desde que tivesse conhecimento o sujeito cadastrado para ensinar não precisava ter escolaridade) o Mobral contribui para que este projeto chegasse ao fim. Ao fracasso do Mobral Di Pierro; Joia e Ribeiro acrescentam:

Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985, quando o processo de abertura política já estava relativamente avançado. O montante de recursos de que dispunha já havia diminuído muito e o que restava de sua estrutura foi assimilado pela então criada Fundação Educar, que passou a apoiar técnica e financeiramente iniciativas de governos estaduais e municipais e entidades civis, abrindo mão do controle político pedagógico que caracterizara até então a ação do Mobral (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 61-62).

Após a extinção do Mobral em 1985 surgiu a Fundação Educar. O destaque deste programa foi o papel relevante desempenhado a partir do Ministério da Educação com a participação das Prefeituras municipais e da organização da sociedade civil. Neste retrato, se destaca os movimentos sociais e populares.

Por conseguinte, na contemporaneidade, entendemos que a Educação de Jovens e Adultos não deve ser tratada de maneira isolada e sim conjuntamente outras políticas públicas. Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio

suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

Afinal, a entrada precoce dos adolescentes e jovens pertencentes as camadas mais pobres da sociedade no mundo do trabalho (formal e informal) aumenta os problemas concernentes a evasão escolar. Este fato, por si só, é suficiente para que a Educação de Jovens e Adultos seja analisada e refletida juntamente com a mobilização para o fortalecimento das políticas pública.

Nessa esteira, é importante salientar ainda o estudo de Marcos Augusto Castro Peres (2011) sobre o *Envelhecimento, Educação e Exclusão: o Analfabetismo na Velhice como problema social* procurou apontar a ausência de políticas e Leis educacionais específicas para a velhice no Brasil. A sociedade pautada no capital, no lucro “não educa ninguém que não precise educar”. Isso explica, ainda que em parte, a exclusão dos idosos dos sistemas de ensino a partir da exclusão das atividades produtivas e lucrativas da organização social vigente. A educação para o trabalho, deste modo, acaba tornando-se um empecilho para a luta de quem defende a educação como um direito inalienável do sujeito que não pode se resumir a teoria do *capital humano* que tem como finalidade, no limite, capacitar mão de obra para contribuir com a produção da *mais valia*.

O resultado desta problemática evidencia-se na elaboração das Leis educacionais.

No Brasil, as principais leis da educação, como a LDB (Lei 9.394/96), também citam, no máximo, a educação de jovens e adultos como única ação educacional destinada à população “fora da idade escolar”. Contudo, não tratam da diversidade existente entre os indivíduos que podem integrar a categoria de adultos. Por exemplo, há muita diferença entre um adulto de 25 ou 30 anos, e um “adulto” (ou seria idoso?) de 50 ou 60 anos. E isso em nenhum momento é levado em consideração na LDB. Além disso, essa lei nem sequer cita a velhice, ignorando-a totalmente (PERES, 2011, p. 2).

Além disso, as decisões e regulamentações são elaboradas “de cima para baixo” por uns poucos intelectuais que pensam este processo de ensino-aprendizagem para a EJA, enquanto a maioria dos profissionais da educação resta apenas a colocação em prática daquilo que foi acordado segundo interesses.

Considerações finais

Com este trabalho evidencia-se que a educação liga-se ao modo de produção e reprodução da sociedade. O desenvolvimento da EJA no Brasil não é diferente. Ao longo do processo histórico muitos foram os avanços e os recuos na educação de jovens e adultos. Na atualidade, é notória a posição de destaque que o Brasil ocupa na questão econômica. Entretanto, muito há que ser realizado para que possamos eliminar o analfabetismo e os problemas de desigualdade social que agride veementemente o desenvolvimento de nosso país.

Nesta perspectiva é salutar a afirmação de José E. Romão ao escrever sobre *Compromissos do Educador de Jovens e Adultos*.

[...] nosso problema não está ligado à falta de recursos, nem à falta de competência pedagógica; suas raízes estão na falta de vontade política, cuja construção depende de intervenções aguerridas da categoria. Daí a sagrada indignação que deve nortear nosso comportamento, na relação com os definidores de políticas, com os alocadores e distribuidores de recursos, com os executores de programas (2003, p. 66).

É desnecessário dizer que o Brasil é um país rico. Entretanto, também não é novidade que ele possui um dos maiores índices de desigualdade do mundo. Diante disso, não há como separar a dimensão pedagógica da dimensão política. O professor deve compreender a sociedade, saber quais são os objetivos que pretende atingir com seu trabalho, que sujeito histórico pretende formar e para qual sociedade. Estes apontamentos são fundamentais para quem deseja melhorar a eficácia de sua ação. O vento só ajuda o velejador que sabe a rota para atingir suas finalidades.

Houve a efetivação de inúmeras propostas no intuito de aumentar a escolarização do povo brasileiro. Por obséquio, mais do que alfabetizar e preparar o sujeito para o mundo do trabalho a educação precisa torná-lo um ser pensante. Alguém que consegue

dissecar os mecanismos que regem o modo de produção capitalista. Uma educação de qualidade é aquela que consegue fazer com que todos os filhos de trabalhadores tenham também condições de serem governantes (Gramsci).

A permanecer a lógica que exclui cotidianamente por meio da concentração de riquezas nas mãos de algumas pessoas o que teremos é o acirramento da barbárie. Pela democratização do acesso ao conhecimento, pela oferta de EJA com qualidade e para todos é que toda sociedade precisa mobilizar-se. A transformação da sociedade somente acontecerá pela união de todo povo trabalhador.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Luiz Antônio. *Roda-Viva*. In: CUNHA, Luiz Antônio Cunha; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. *Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Cadernos Cedex, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

FERNANDES, Hélio Clemente. *O trabalho como princípio educativo*. Jornal Hoje, p. 2, Cascavel, PR, 2011. Site: <http://www.jhoje.com.br/paginas/0110618/radar.pdf> Acesso em: 27/07/2011.

_____. *O trabalho docente: pauperização, precarização e proletarização*. Cascavel, PR, 2010. Dissertação de Mestrado.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. *Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 27-58.

IRELAND, Timothy. A EJA tem agora objetivos maiores que a alfabetização. Nova escola. São Paulo. N. 223, p. 36–40, 2009.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. *EJA: uma educação possível ou mera Utopia?* Site: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf Acesso em 20/07/2011.

MARTÍ, José. *Educação em nossa América*. Organização e apresentação de Danilo R. Streck, Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

PERES, Marcos Augusto de Castro. *A Educação de Jovens e Adultos e o analfabetismo entre idosos no Semi-árido nordestino: velhice e exclusão educacional no campo*. Anais da X Jornada do Histedbr realizada em Vitória da Conquista, BA, 2011.

ROMÃO, José E.. *Compromissos do Educador de Jovens e Adultos*. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E.. *Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Demerval. *Histórias das idéias Pedagógicas no Brasil*, Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SUZUKI, Juliana Telles Faria. *Tecnologias em educação: pedagogia/ Juliana Telles Faria Suzuki, Sandra Reis Rampazo*. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2009.

VIEIRA, Maria Clarisse. *Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos - Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil*. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

A FORMAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE NO OESTE DO PARANÁ

Irene Spies Adamy¹

Para compreender as complexas relações de poder que permeiam uma sociedade, é fundamental investigar como determinados grupos sociais ou frações de classe se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir nela sua presença hegemônica e como inscrevem seus projetos de classe junto à sociedade política e aos demais segmentos, classes sociais e organizações da sociedade civil.

Para uma compreensão mais concreta deste processo, é fundamental a contribuição teórica de Antonio Gramsci (1995).

De acordo com o autor, hegemonia é um conceito chave para o entendimento das relações de poder em uma sociedade, que, segundo ele, não se resumem apenas ao uso da força ou da coerção, mas também do consenso. Portanto, é no terreno da cultura que os diferentes grupos sociais disputam a hegemonia.

Na sociedade ocidental contemporânea, o consenso é construído, fundamentalmente, a partir dos sujeitos coletivos organizados em aparelhos privados de hegemonia na própria sociedade civil e, através da sua inserção no Estado restrito, promovendo e generalizando a visão de mundo das classes dominantes e/ou dirigentes.

Para ser dominante, uma classe social necessita controlar os meios de produção e para ser dirigente precisa ter o seu projeto aceito e vivido pela maioria da sociedade. A hegemonia se manifesta, assim, como o conjunto das forças sociais, políticas e culturais ativas em uma sociedade.

A condição hegemônica de uma classe ou fração de classe, não é total, única e consolidada. Paralelamente, constituem-se formas de ação política e culturas alternativas ou opostas que podem significar a manifestação daquilo que o processo hegemônico não pôde controlar, transformar ou até incorporar.

¹Professora da Rede Estadual de Educação do Paraná. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. ireneadamy@hotmail.com

A construção ou manutenção da hegemonia não representa, portanto, a aceitação unânime de um projeto dominante. Este é um processo conflituoso e para constituir-se ou manter a sua condição, é fundamental, para as classes ou frações de classe em disputa, que os seus sujeitos coletivos organizados, insiram seus intelectuais orgânicos junto à sociedade política ou ao Estado restrito.

O estudo da classe dominante regional tem sido praticamente silenciado pela historiografia do Oeste do Paraná. Nem sequer se considera a existência das mesmas ou quando tratam de temas próximos, estes sujeitos são considerados empreendedores como “grandes homens” da história local. Este texto busca estabelecer outro olhar sobre os estudos da história do Oeste do Paraná.

Parte-se aqui do pressuposto de que é fundamental compreender como as classes dominantes constroem e mantêm a dominação, a fim de que se possa atuar mais objetivamente, no sentido de transformar estas relações.

Assim, a partir do referencial teórico gramsciano, abre-se uma nova possibilidade de compreensão da história recente da região Oeste do Paraná e, principalmente, de Cascavel, a partir de outro olhar sobre a relação terra e poder.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar parcialmente, os resultados da pesquisa que analisou a formação da classe dominante agrária na região Oeste do Paraná e a sua organização política em uma das suas entidades de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), a qual representa, mais especificamente, o setor agropecuarista. Para tanto, foi imprescindível conhecer o processo de sua formação histórica, sua consolidação e os embates que esta fração de classe fomentou e articulou para manter sua condição hegemônica.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), desde a sua criação, teve efetiva participação em momentos específicos da história regional, apresentando-se como sujeito organizador e articulador dos agropecuaristas em defesa da propriedade privada da terra, da modernização da agropecuária, para obtenção de subsídios e financiamentos públicos a juros baixos, para renegociação das dívidas agrícolas e no estabelecimento de políticas agrícolas favoráveis ao desenvolvimento tecnológico. Suas lideranças têm assumido firme posição contrária à reforma agrária, nos moldes reivindicados pelos movimentos sociais de luta pela terra.

A formação e reorganização da fração agrário-pecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel, encontra suas origens em momentos distintos, ou seja, no processo de privatização legal e ilegal das terras devolutas e na grilagem de terras de posseiros, desencadeado com a colonização ocorrida a partir da década de 1940, cujo modelo contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades rurais.

A colonização das terras que compreendem a região Oeste foi efetivada, basicamente, por empresas privadas. Porém, o Governo do Estado do Paraná teve participação direta no processo, atuando principalmente, na concessão de terras e títulos a estas empresas, aos novos posseiros, ou aos posseiros que ali já se encontravam desde as primeiras décadas do século XX. Este foi um processo conflituoso, marcado pelo favorecimento político e por disputas em torno do direito de posse e de propriedade da terra, a exemplo das questões estabelecidas entre a União, o Estado e a empresa Braviaco, dentre outras.

A consolidação desta fração agrária ocorre a partir da década de 1960 com a implantação do modelo de modernização conservadora da agricultura, que dispensou meeiros, arrendatários e assalariados e acelerou o processo de expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento na concentração da terra na região. Da mesma maneira, durante a década de 1980, a crise na agricultura e a expansão da pecuária bovina também contribuíram no mesmo sentido.

Portanto, a formação de uma fração dominante de caráter agrário na região Oeste do Paraná fundamenta-se numa estrutura fundiária marcada historicamente pelo latifúndio rural, nas disputas pela posse e propriedade jurídica da terra, entre posseiros e “proprietários titulados”, nas íntimas relações destes últimos com o poder político local e estadual e a sua atuação consorciada junto aos Cartórios de Registros de Imóveis bem como, no Departamento de Terras e Cartografia e o Governo Estadual.

Assim, a condição dominante desta fração agrária encontra vínculos estreitos com a posse e a propriedade da terra, base de sua sustentação econômica e política.

O estabelecimento e a difusão de valores e concepções de mundo que buscam legitimar e justificar a sua condição de grandes

proprietários foi e continua sendo fundamental para esta fração de classe.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO) foi criada em 9 (nove) de agosto de 1980, pelos grandes proprietários rurais para interferir no direcionamento a ser dado nas transformações pelas quais passava a agropecuária regional. Para dar legitimidade e encontrar representatividade e unicidade entre os diferentes segmentos rurais, a entidade propunha-se a atuar no fomento às atividades rurais, assistindo e orientando seus associados quanto às novas técnicas para a agropecuária (Artigo 5º do Estatuto da SRO de 1980).

Ao criarem a SRO, os pecuaristas tinham como objetivo, também, dinamizar e viabilizar a expansão da pecuária de corte como alternativa de diversificação da economia regional, marcada pela produção agrícola, principalmente da soja, do trigo e do milho.

Nas décadas de 1970 e 1980, a região Oeste do Paraná foi inserida no contexto da modernização conservadora da agricultura brasileira, da expansão da pecuária, da formação dos complexos agroindustriais cada vez mais especializados, que marcaram a inserção do campo brasileiro nas relações capitalistas de produção. Vale lembrar que a preocupação em diversificar a atividade econômica no campo era apresentada como proposta alternativa, em plena crise da agricultura nacional.

Além de ser um espaço de fortalecimento, organização e aprimoramento técnico para os agropecuaristas da região, a SRO era considerada pelos seus fundadores, como um espaço viável para a projeção de lideranças políticas que representassem os seus interesses regionais, nas diferentes instâncias do poder político nos meios institucionais. Estavam conscientes que, para organizar e dirigir a classe agropecuarista, para promover seus interesses e disseminar seus projetos e sua visão de mundo, era fundamental inserir nos espaços do Estado restrito, seus *intelectuais orgânicos*² e seus projetos sociais.

²Segundo Gramsci, todo aquele que exerce função organizativa, seja no mundo da produção econômica, seja no Estado, é um intelectual. Porém, os intelectuais não são um grupo autônomo e independente, uma vez que *“todo grupo social cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”* (GRAMSCI, 2006, p. 15).

Nós temos aqui na nossa região, lideranças extraordinárias, que precisam ser apoiadas. Homens que se dispõe a assumir compromissos, quer nos poderes executivos das prefeituras, quer nos poderes legislativos dos municípios, quer na Câmara, quer no Senado, quer na Assembléia Legislativa do nosso Estado. Nós teremos que nos organizar, preparar estes homens, para que eles, em nome da nossa região, pertençam a este ou aquele partido, possam auscultar as nossas dificuldades e possam em nosso nome, defender esta região. (WYPYCH, ata de fundação e eleição da primeira diretoria da SRO, 1980, folha 10).

Se o setor pecuarista tinha como preocupações a melhoria genética do rebanho e a adequação da produção aos padrões de sanidade e rentabilidade daquele momento, além de viabilizar a infraestrutura necessária para facilitar a comercialização do gado, fica evidente também a sua consciência política e a compreensão da importância da organização de sua classe e a participação e articulação política. Isto também pode ser compreendido a partir da análise de seu evento maior realizado, anualmente, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, em Cascavel: a EXPOVEL.

A Expovel estava e está voltada principalmente para a organização de leilões de matrizes e reprodutores que possibilitem a melhoria genética do rebanho. Visa também arrecadar recursos para a manutenção das instalações do Parque, que abriga também a sede da SRO. A entidade tem recebido apoio financeiro e logístico do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal para a manutenção e ampliação do Parque e para a realização de seus eventos.

Ao mesmo tempo tem sido, enquanto corporação da sociedade civil, um espaço de protesto, reivindicação e articulação junto à sociedade política e ao conjunto da sociedade. A Expovel é a *tribuna* pela qual apóiam ou criticam planos econômicos e projetos agrícolas, além de promoverem, segundo eles, a agropecuária bovina de corte como atividade econômica fundamental para a região e para o país. A presença de representantes políticos da região e do Estado ocorre com regularidade durante as edições da Exposição.

A Expovel é mais do que um balcão de negócios e uma vitrine da pecuária e do agronegócio regional. Sua realização tem por

objetivo reunir e organizar a fração pecuarista em torno das suas necessidades e aspirações, na defesa e modernização da sua matriz econômica (base concreta da condição de classe dominante, a grande propriedade rural) e sua reprodução, além de possibilitar a divulgação dos seus valores sociais a outros segmentos da sociedade.

É também o espaço de articulação dos agropecuaristas com outras frações de classe organizadas na sociedade civil regional e estadual. A festa é o espaço e o momento de difusão do seu conjunto de valores e de sua visão de mundo³ para aqueles que visitam o parque durante as exposições ou acompanham por outros meios, constituindo-se em um importante e poderoso *aparelho privado de hegemonia*.

Apesar de representar os interesses específicos dos agropecuaristas, era fundamental que a entidade construísse representatividade junto aos produtores de modo geral, naquele momento de transformações econômicas e políticas das décadas de 1970 e 1980.

O discurso e as ações que buscam posicionar, nas mesmas condições, todos os proprietários rurais, estão entre as estratégias usadas pelos grandes proprietários rurais do Oeste do Paraná, através de suas entidades representativas, no sentido de garantir apoio e respaldo à manutenção da sua condição hegemônica, diante do efetivo questionamento imposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, cuja reorganização e fortalecimento, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional, uma nova configuração das relações de poder.

Este forte embate travado entre estes grupos com projetos sociais antagônicos tem provocado o questionamento da hegemonia dos grandes proprietários rurais e o modelo de uso do solo e de agricultura por eles defendidos, ou seja, o agronegócio, ao mesmo tempo em que tem exigido novas posturas de enfrentamento e acomodação.

³No texto *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, Marx já situava que a condição e a posição de classe dizia respeito a base material das classes e seus modos de viver, valores e projetos sociais e da nação que envolviam as lutas sociais e o interesse de estabelecer uma forma ao Estado Nacional. O caso do partido da ordem e das suas duas principais frações político-sociais (orleanistas e legitimistas) no governo de Louis Bonaparte é o exemplo mais concreto da abordagem (cf. MARX, 1987; MARX/ENGELS, 1984).

A defesa de políticas agrícolas e a renegociação de dívidas do setor agrário fizeram e fazem parte das pautas de organização de todos os produtores rurais, e têm sido assumidas pela SRO nos pronunciamentos de suas lideranças e em seus atos públicos. Mas o eixo central das lutas da SRO sempre foi a defesa incondicional de toda a propriedade privada e de modo mais intenso a propriedade privada da terra. Portanto, o combate a Reforma Agrária e aos movimentos de luta pela terra, constituem-se como a principal bandeira de luta da entidade, levando-a por vezes ao enfrentamento direto e ao uso da violência.

Referências Bibliográficas

Ata da Assembléia de fundação da SRO, 1980.

Ata de fundação e eleição da primeira diretoria da SRO, 1980, folha 10.

Estatuto Social da SRO, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

O GOVERNO LULA – PT E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2003/2010)

Isabel Grassioli¹

O que pudemos acompanhar durante dois anos de gestão do governo Lula – PT, tem sido uma *reorientação* nas *formas de fazer política*. Em grande medida uma reorientação determinada como expressão do desgaste político vivido nos anos de FHC. O que nos interessa, é exatamente essa reorientação nas formas de fazer política: como ela tem aparecido, ou, de que forma ela tem sido apresentada ao público?

O Programa Bolsa Família² tem sido apresentado como a principal iniciativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva para erradicação da pobreza, programa que se consolidou enquanto principal via de diálogo para responder as questões nas áreas sociais atuando como principal medida no atendimento das demandas sociais sendo ofertado como política pública por parte deste governo.

Este trabalho se propõe a uma tentativa de compreender qual a natureza dessas transformações e de que maneira estas podem ser evidenciadas no campo político/ideológico, ou seja, de que maneira o governo Lula tem passado a evidenciar o problema da fome como um “novo fenômeno histórico”, fazendo com que a *pobreza* e os *pobres* se destacassem no horizonte político e social dos últimos anos.

Para isso, trato de identificar de forma sintética qual a concepção majoritária que tem alicerçado a proposta de política assistencial no Brasil sob o governo Lula identificando os principais argumentos e mecanismos utilizados para apresentar essa visão.

¹Mestrado em História UNIOESTE.

²Integram o Programa Bolsa Família, os programas Bolsa Escola instituído pela Lei n° 10.219 de 11 abril de 2001, Bolsa Alimentação pela MP n° 2.206 de 06 de setembro de 2001, Auxílio Gás instituído pelo Decreto n° 4.102 de 24 de janeiro de 2002, Cartão Alimentação instituído pela Lei n° 10.689 de 13 de julho de 2003 que adotam enquanto “estratégia o FOME ZERO”, com vigência desde de outubro de 2003, que por sua vez possui o objetivo, ainda segundo o site do governo, de “assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.” Consulta realizada no site www.mds.gov.br - 2008.

Entendendo estas transformações como sendo expressão das transformações vividas no mundo do trabalho e entre as classes sociais na sociedade civil (patrões e trabalhadores), transformações que vão incidir diretamente nas relações do Estado com a sociedade civil.

A *necessidade* de se construir vias de diálogo com os setores sociais em condição de miséria (como tem sido caracterizado por este governo), tem aparecido através de uma linguagem específica e direcionada *sobre* esses setores sociais que se encaixam em duas classificações principais segundo os critérios de pobreza adotado pelo governo: *pobres* e *extremamente pobres*.

Na verdade, a linguagem e a classificação adotada para falar da pobreza no Brasil não se trata de uma linguagem direcionada e específica para falar diretamente com os setores em condição de miséria, tem se tratado da construção de padrões de pobreza através de um referencial econômico, *renda per capita* das famílias, e da necessidade de convencer a população brasileira de que esses são os setores em específico que necessitam de assistência social. Neste sentido temos visto os materiais oficiais do governo direcionados para formar técnicos capacitados para lidar com essa classificação.

Os materiais de qualificação dos gestores dessas políticas são extremamente interessantes para perceber como se processa a disseminação de um dado projeto político a partir do qual se constrói uma visão de mundo: os manuais direcionados aos gestores das políticas públicas na área da assistência apontam para papel desses agentes (gestores) em sua “função social”.

São materiais que visam consolidar os projetos políticos na área de assistência social e para isso precisam *capacitar* os gestores dessas políticas. Dito em outras palavras, “treinar” pessoas capazes de tornar funcional a proposta política do Governo em todo o Brasil.

Sendo assim, existe por parte desse governo a necessidade, de em alguma medida, ter que convencer também os assistentes sociais da necessidade dessas políticas. Portanto, não se trata meramente de um projeto político abstrato, tem se tratado de fazer com que esses programas assumam sentidos reais na vida das pessoas, e façam “jus” à concepção de mundo expressa pelos líderes políticos apoiadores desses programas.

Significa dizer que esses manuais trazem de maneira condensada todo um sentido da história da humanidade, materializado em valores sócio morais que apontam para necessidade

de que cada um cumpra seu “dever” na sociedade para que tudo siga em “ordem”. O que se encontra em disfunção com o progresso da sociedade brasileira, de acordo com esta visão e, que não tem encontrado seu devido lugar, precisam de uma explicação, como no caso das desigualdades sociais e, da miséria de um “país rico como o Brasil”.

Nesse sentido, as explicações para a pobreza tem se resumido em poucas palavras em certo processo histórico de concentração de riquezas:

Uma decorrência do resultado do processo de construção do país marcado pela **concentração**. (...)

Quando os colonizadores portugueses decidiram concentrar a ocupação no litoral e em algumas cidades próximas da costa brasileira, acabaram por provocar um processo de ocupação desigual que **excluía** o restante do território, e quem nele vivia, dos processos dinâmicos de crescimento econômico e do desenvolvimento social.(...)

Também o processo de formação social brasileira obedeceu à mesma lógica. Ao concentrar poderes políticos, econômicos, e territoriais num pequeno conjunto de indivíduos e famílias, **exclui**, por consequência, a maioria da população das decisões relevantes do desenvolvimento e de seus benefícios. Ao concentrar oportunidades de acesso à educação, à cultura, à formação profissional, e ao trabalho **exclui** a maioria dos seus integrantes do exercício de cidadania (...) ³.

As explicações dadas ao processo de concentração de renda assumem dessa forma um distanciamento com a realidade em que estamos inseridos, como se esse processo não tivesse mais nada em comum com as atuais relações sociais vividas e o atual modo de produção capitalista. Um processo praticamente sem autoria. Dessa forma apresenta-se um processo histórico que não necessariamente é um processo mentiroso e falso, no entanto apresenta-se este processo descolado de sua verdadeira essência: expansão de mercados, expansão das relações capitalistas, necessidade de extração de mais

³Capacitação de para implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS e do Programa Bolsa Família- PBF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Consórcio IBAM- UniCarioca. Rio de Janeiro-2008.p.20. Negritos nossos.

valia, o que implicou historicamente na expropriação das condições de vida de milhares de pessoas em benefício de uma classe (exploradores). Processo que tem sido condição fundamental para a existência do modo de produção capitalista e dominação de uma classe social (empresários/burguesia) sob outra (explorados/trabalhadores), processo que não tem sido apenas originário de nossa formação social mas tem sido contínuo e perpétuo⁴.

A expropriação (assim como sua contraparte, a concentração dos meios de produção), base das relações sociais capitalistas, atinge, portanto, desde as condições para a realização de qualquer produção sob o capitalismo até os elementos de criatividade gerados no ato do trabalho - posto em ação no próprio processo de produção, já especificamente capitalista. Não se limita a um momento primitivo ou originário, recolocando-se como condição necessária da manutenção - sempre de forma ampliada - do capitalismo. Deve reproduzir-se no interior do processo produtivo e no âmbito social como um todo, uma vez que dele resulta a permanente disponibilidade - a “liberdade”- do trabalhador para o mercado de trabalho⁵.

Ou seja, trata-se de uma distorção consciente do processo de acumulação de capitais (“concentração de renda”), forma viável de des-responsabilizar o governo Lula desse processo, na mesma medida que aponta “saída” possível dentro desse quadro através de “distribuição de renda” como de programas como o Bolsa Família.

Os manuais de capacitação para os gestores desses programas possuem um conteúdo ideológico extremamente ofensivo. São materiais que não apontam para necessidade de reflexões, mas que trazem uma série de conclusões prontas e acabadas sobre a sociedade, orientando qual a função do assistente social na esfera da sociedade civil diante de uma situação de pobreza, como podemos ver no módulo 2 do manual, onde consta: “*O olhar:*

⁴A respeito da discussão sobre expropriação no modo de produção capitalista no Brasil ver também FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo*. Teoria e História. Editora UFRJ. Rio de Janeiro 2010.

⁵FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-Perinentes*. História Capitalismo Contemporâneo. Rio de Janeiro. Editora Bom Texto, 2005.p.81

identificando a população em situação de pobreza”⁶. O que em outras palavras pode ser entendido como identificar um pobre:

Em um processo de cadastramento nacional é necessário ter **critérios bem definidos** e focados para que a decisão de inserir uma família ou pessoa no cadastro não fique condicionada a opiniões pessoais, subjetividades, visões divergentes e incompatíveis sobre sua realidade.

O olhar do gestor municipal deve ser, portanto, **aberto o suficiente** para compreender a situação de pobreza, em uma perspectiva ampla, mas atento o bastante para apurar quais as famílias que preenchem, efetivamente, o **critério de renda** adotado para o cadastramento⁷.

Observa-se nesse sentido a necessidade de criar um padrão (“critério”) para definir os que poderão usufruir das políticas públicas “ofertadas” pelo governo Lula, o que se contrapõe a concepção de que a assistência social deva ser entendida enquanto um *direito* social de direção *universal* como exposto e defendido pelo próprio governo em comum entendimento com a Constituição de 1988 e a Leis Orgânicas de Assistência Social 1993 - LOAS, e reafirma a ação *focalizada* dessas políticas ao ser direcionada a um determinado setor social.

Nesse mesmo sentido os manuais apresentam uma charge bastante ilustrativa onde se reafirma como proceder na identificação dos pobres no Brasil. A charge apresenta um diálogo entre duas pessoas, um dos personagens simbolizando o gestor municipal e a outro ilustrando um professor, ou um “especialista” na questão das áreas sociais. Desenho caricatural, uma pessoa mais velha, com mais “experiência”, de óculos e com “sabedoria” para explicar como proceder:

Gestor municipal: Como posso identificar uma família que deve ser cadastrada?

“Especialista”: Você deve cadastrar as famílias com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo ou três salários mínimos no total.

⁶Capacitação de para implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS e do Programa Bolsa Família- PBF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Consórcio IBAM- UniCarioca. Rio de Janeiro-2008.p.92

⁷Idem, p. 92e 93

Gestor municipal: Ah! Então basta verificar a renda?

“Especialista”: Sim. Ainda que a renda não deva ser considerada como único critério para caracterizar uma situação de pobreza.

Gestor municipal: Existe **consenso** sobre esse ponto?

“Especialista”: Sim. As famílias com estes níveis de renda, devem ser o público-alvo de qualquer política pública de proteção e inclusão social⁸.

Tudo aparece em um pacote pronto e acabado: O que é pobreza; o que é desigualdade; como que ela acontece; e diante disso, qual o papel e as funções do Estado, e qual o papel e as funções de “você agente social”. Tudo aparece como se não houvesse antagonismo algum, mas meras *disfunções* sociais passíveis de serem solucionadas, como parte de um consenso coletivo e absoluto.

Esses materiais, geralmente são oferecidos e direcionados aos assistentes sociais, como guias de capacitação de como proceder e operacionalizar diversos programas do governos.

Neste caso estes materiais e critérios apresentados, segundo classificação de pobreza no Brasil tem sido utilizado principalmente para cadastrar os beneficiários do Programa Bolsa Família, o que em tese são apenas materiais para qualificar a *administração* das políticas públicas.

No entanto, para além dessa ação imediata temos visto como esses manuais são uma eficaz forma de reproduzir uma dada visão de mundo na esfera ideológica, educando sujeitos e criando um sentido histórico social para sua existência através de uma função determinada na sociedade. São manuais que apresentam concretamente a proposta de política do governo e quais as bases necessárias (idealizadas) para sua consolidação.

É a partir de ações “legais” como essas que o Estado assume a função de educador, tanto do ponto de vista de apresentar certa explicação para as desigualdades sociais e da responsabilidade do Estado no combate a pobreza, quanto do ponto de vista moral apontando a orientação da conduta que se deve assumir diante de uma situação de pobreza e de extrema pobreza.

Esses manuais apresentam uma espécie síntese do entendimento que é feito sobre a sociedade e na tentativa de

⁸*Ibidem*, p. 93 e 94

construção de um material de fácil entendimento para apreender o funcionamento da sociedade, as relações sociais entre *pobres* e o *Estado* aparecem de forma vulgarizada e estereotipada. Dito em outras palavras, parece existir funções sociais específicas para cada setor social cumprir na sociedade e no seio do Estado capitalista através de uma estereotipação das classes sociais.

Em outra charge desse manual, depois de apresentar os critérios de caracterização do que vem ser a extrema pobreza: “*famílias com renda mensal de até R\$60,00*” e a pobreza: “*famílias com renda mensal de R\$60,01 a R\$ 120,00 por pessoa e que tenham crianças de zero a 15 anos de idade, jovens de 16 e 17 anos e gestantes*”⁹ é possível acompanhar um diálogo, entre um possível beneficiário e um assistente social (gestor das políticas públicas do governo), onde o assistente busca caracterizar se ele é um *pobre* ou um *extremamente pobre*, mostrando como proceder para realizar essa caracterização:

Beneficiário: Gostaria de saber se minha família tem direito ao benefício básico de R\$62,00. Nossa família tem uma renda *per capita* de R\$80,00

Assistente social: As famílias que têm direito ao benefício básico, no valor de R\$ 62,00, São aquelas que ganham até R\$ 60,00 *per capita*. São famílias que vivem em situação de extrema pobreza. Logo não é o seu caso.

Mas, pode ser que você tenha direito a outro benéfico. Vamos ver: as famílias que ganham de R\$ 60,01 até R\$ 120,00, ou seja, que vivem em situação de pobreza, e tenham criança de zero a 15 anos, jovens de 16 e 17 anos e gestantes terão direito a receber o benefício variável ou BVJ – Benefício Variável Jovem, seria o seu caso?

Beneficiário: Sim, tenho, sim, um filho com 10 anos...

Assistente social: Muito bem! Então, você tem direito a receber um benefício variável. É bom esclarecer que as famílias com este perfil só poderão receber o valor referente a, no máximo, três benefícios variáveis e dos BVJ, ou seja, R\$ 120,00. Isso significa que sua família poderá receber R\$ 20,00, pois você só tem um filho com idade até 15 anos. Ficou claro?¹⁰

⁹*Idem*, p. 146.

¹⁰*Ibidem*, p. 146.

Há sem sombra de dúvidas uma perversidade na forma explicativa de abordar o assunto e de apresentar a relação entre os sujeitos na sociedade, que fica explícita na análise desses manuais, parte da ofensiva ideológica necessária para manutenção da hegemonia: formas de convencimento e de legitimação dessas ações que tem caminhado por diferentes vias, buscando atingir públicos distintos.

Nesse sentido, este trabalho buscou apresentar de forma crítica os trechos mais representativos do entendimento feito pelo governo Lula- PT para construir e propor políticas públicas como o Bolsa Família.

Deste modo, temos visto o PT conduzir os processos de reforma intelectual e moral da sociedade brasileira atuando como instrumento apaziguador e conciliador dos conflitos vividos entre as classes fundamentais (burguesia e trabalhadores) ao propor supostas soluções para erradicação da pobreza, das quais não teriam nada a ver com as relações de produção vividas no Brasil, além de localizar o papel de cada indivíduo na sociedade para que tudo possa seguir em harmonia.

Neste sentido, o PT tem transformado os problemas sociais, de fome, miséria, desemprego em meras questões de administração, ou seja, gestão do Estado brasileiro, apontando para o desenvolvimento econômico do país como sendo a saída para as desigualdades sociais, ideia que a mais de duzentos anos vem sendo apresentada por “especialistas” burgueses e que até hoje não se efetivou.

O papel de conciliador de classes assumido pelo PT tem tido consequências graves para o movimento de massa no Brasil ao naturalizar as desigualdades sociais vividas e ao tratar todos como iguais, lesse: *cidadão* se tornando um freio para o desenvolvimento de uma consciência classista entre os trabalhadores brasileiros.

Não esta em seu horizonte apontar o fim dessa desigualdade, o que o PT tem se proposto a realizar tem a ver com o “fim da fome”, condição que não tem implicado no fim do modo de produção capitalista, ao contrario, o horizonte político adotado nos últimos anos de erradicação da extrema pobreza no Brasil tem atuado como condição necessária para manutenção de mão de obra barata e flexível, sem qualquer tipo de direitos trabalhistas, uma tendência internacional de precarização das condições de trabalho para que se

viabilize cada vez mais acúmulo de capitais, ou seja, para o benefício de uma classe social, qual seja burguesia.).

Porém, mesmo o projeto político de erradicação da fome assumido pelo governo Lula, através de programas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família não tem sido capaz de acabar com a fome, o que não é preciso m esforço muito grande para que se perceba que ainda existem milhares de famílias vivendo em condições miseráveis.

Referências Bibliográficas

FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-Pertinentes*. História Capitalismo Contemporâneo. Rio de Janeiro. Editora Bom Texto, 2005.

_____. *O Brasil e o Capital-imperialismo*. Teoria e História. Editora UFRJ. Rio de Janeiro 2010.

Fonte

Capacitação de para implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS e do Programa Bolsa Família- PBF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Consórcio IBAM- UniCarioca. Rio de Janeiro-2008.

DO GOVERNO LULA A COOPTAÇÃO DA APP – SINDICATO

Ivanor Mann de Souza¹

Do Governo Lula a cooptação da APP – Sindicato

O período de análise da APP – Sindicato² e a sua relação com os governos estaduais e federais, principalmente nos governos de Jaime Lerner (1995 – 2002) e Roberto Requião (2003 – 2010) no Estado do Paraná e a sua relação com o governos federais de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) e de Lula (2003 -2010), mostram a oscilação do modo de se comportar da elite dirigente do Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado do Paraná, saindo de uma oposição ferenha nos governos de Jaime Lerner e FHC, para uma atividade de cooptação nos governos sucessores tanto na relação com o governo estadual bem como com o governo federal.

A oposição aos governos neoliberais de Jaime Lerner e FHC se justifica pela forma como os trabalhadores em educação foram precarizados nestes governos, principalmente se levarmos em consideração os professores PSS³, que por necessidade assumiam o posto de professor sem ter nenhuma garantia de sobrevivência para ele e/ou para sua família. Exploração social imbutida pelos governos neolibereais que não tinham uma preocupação na qualidade de ensino, mas sim na exploração da classe trabalhadora, neste caso, trabalhadores da educação. Como sugerem ENGUITA (1991), HYPÓLITO (1991), *os professores historicamente fizeram parte da classe média com status e prestígio social. Mesmo existindo tratamentos diferenciados em relação aos professores médios e universitários é possível afirmar que se tratava de um grupo diferenciado de trabalhadores intelectualizados, mais próximos de profissionais liberais. Nos últimos anos as situações vivenciadas por essa classe – especialmente o PSS - indicam uma realidade marcada pela proletarização e pauperização desta categoria.* Afirmação

¹Mestre em História pela Unioeste – Campus de MCR.

²Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná.

³Processo Seletivo Simplificado, que significava uma contratação temporária sem garantia ou estabilidade de emprego.

contundente se avaliarmos a quantia de greves e protestos organizados pela APP – Sindicato no período do governo Lerner e FHC, para garantir, mesmo que minimamente os direitos dos professores efetivos, situação não muitas vezes garantida aos professores PSS.

Considerando os educadores como trabalhadores enseridos no mercado de trabalho, e assim, na exploração da classe burguesa, na mais-valia, avaliamos conforme MARX apud LESSA (2000, p. 35)

Considerando [...] a produção de mais-valia, a relação entre o professor e o capitalista é exatamente a mesma que se desdobra entre o capitalista e o proletário. As forças de trabalho do professor e do proletário são compradas pelos seus respectivos valores, o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir cada uma delas. [...] Ambas as forças de trabalho, portanto, foram compradas pelo seu valor de uso específico: é a única mercadoria que, uma vez consumida, gera maior valor que o seu próprio. A forma de exploração (se não a intensidade da exploração) é exatamente a mesma: a extração da mais-valia. Os lucros do dono da fábrica de saber e do dono da 'fábrica de salsichas' têm suas origens na mesma relação social, qual seja, a relação capital/trabalho produtivo. Tal como o proletário, portanto, o mestre-escola também produz mais-valia [...].

No Estado do Paraná esta exploração da mais-valia ainda se torna mais intensa, devido ao estado precarizado dos profissionais da educação, principalmente os professores PSS, que, além de não terem as mínimas garantias para sua sobrevivência, inseridos na lógica neoliberal, se viam amarrados pela falta de opção do mercado de trabalho, saturado e sem concurso público que lhes garantisse a estabilidade de emprego, com um governo (Lerner e FHC) orientado para defender o grande capital, a exploração da classe trabalhadora se intensificava e a proteção dos grupos burgueses de grande capital era a principal orientação dos governos neoliberais.

As análises desenvolvidas indicam que a influência neoliberal no Estado do Paraná, sobretudo no governo de Jaime Lerner (1995-2002) esteve marcada pela minimização do Estado, enxugamento da máquina administrativa, a redução de gastos sociais, as privatizações, terceirizações, contratos temporários, trabalho parcial entre outros⁴.

O capital em sua estratégia de exploração da mais-valia, e ainda para dar um melhor encaminhamento nos momentos de crise mais acentuada, a crise, sempre foi um discurso presente à exploração burguesa, falácia que justifica os baixos salários e que tendem a descarregar as suas dificuldades financeiras na intensificação da exploração da classe trabalhadora. Quando há uma oscilação do mercado e realmente se apresentam sinais de crise, o capital para se equilibrar e manter a sociedade civil sob sua exploração, exigem a cooparticipação do Estado, que é o organizador da lógica capitalista neoliberal, fato que fez o governo Lerner direcionar a sua administração no sentido de proteger a exploração social da classe trabalhadora pela burguesia. As privatizações citadas por Nauroski, efetuadas pelos governos de Jaime Lerner e Fernando Henrique Cardoso, podem significar o enxugamento da máquina administrativa, como a propaganda da época noticiava, mas também tinham um caráter de transferência de empresas estatais rentáveis a grupos que apóiam o executivo estadual e federal, que, com o discurso neoliberal legitimavam a transferência desses setores, ampliando a sua renda. Como exemplo a nível federal, citamos a privatização da Vale do Rio Doce, uma empresa de minérios que fornecia a sociedade civil os materiais a presos mais baixos, como exemplo citamos o valor de um saco de cimento em 1997 vendido no comércio a Cr\$: 6,90 para um aumento de quase 100%, indo a quase Cr\$: 13,00 reais após a privatização. As empresas estatais normalmente tinham lucro no balanço final de sua contabilidade, enquanto empresas administradas pelo estado, mas, atendendo o interesse de certos grupos aliados do governo, acabavam sendo privatizadas, sendo adquiridas a preços irrisórios, atividade protegida pelo discurso oficial de enxugamento do aparelho estatal, situação que contribuía para aumentar ainda mais a diferença entre a classe trabalhadora e o capital.

A nova realidade que se tentava estruturar pelo plano neoliberal, apertando o cerco onde a exploração já era intensa, degolando as poucas energias que a classe trabalhadora ainda tinha para tentar se organizar e se manifestar na luta pelos seus direitos,

⁴Nauroski, Everson Araújo. O PROFESSOR FLEXIVEL: ELEMENTOS PARA REPENSAR A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO PARANÁ. Segundo Seminário Nacional de Sociologia e Política, PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR, 2010, p. 4.

obrigou naquele momento político, e, em época de oposição ao governo estadual e federal, a APP – Sindicato se manifestar e reivindicar os direitos da classe por ela representada.

Quando se analisa o novo cenário, observa-se em curso, um processo de precarização do trabalho em todos os níveis e áreas, onde a precarização tornou-se a estratégia central do capital para se contrapor aos desafios da competitividade crescente. “Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização (...) consequências necessárias em favor da competitividade. (CASTEL, 1998 p. 516)⁵.

No limite do que é suportável pela classe explorada, a intensificação da burguesia no aperto sobre os trabalhadores, tentando extrair destes os problemas financeiros muitas vezes provenientes do mercado, fez com que o jogo de direito e de conquista impregnado pelos sindicatos, marcassem os governos neoliberais com algumas derrotas, obtidas pela via organizacional da classe trabalhadora, onde sindicatos levaram os trabalhadores às ruas e labutaram pelos seus direitos, que escancarados para os diferentes setores sociais, não puderam ser negados, e, mesmo os governos neoliberais, representantes da classe opressora, tiveram que ceder e conceder direitos a classe trabalhadora, que até então estavam em risco pelas reformas propostas pelo governo federal e estadual.

Esta realidade começa a mudar a partir das campanhas para o executivo estadual e federal nas eleições de 2002, onde Roberto Requião pelo PMDB e o Lula, candidato a presidente da república pelo PT, partidos que até então, poderiam ser considerados de oposição aos governos do PSDB⁶, tanto no estado do Paraná bem como em nível de Brasil. O PMDB está longe de ser considerado um governo de esquerda, mas ainda assim, a leitura popular que se fazia no Paraná, era de um governo centro-esquerda, devido à relação de oposição da pessoa de Requião ao governo anterior.

⁵Nauroski, Everson Araújo. O PROFESSOR FLEXIVEL: ELEMENTOS PARA REPENSAR A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO PARANÁ. Segundo Seminário Nacional de Sociologia e Política, PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR, 2010, p. 13.

⁶No Paraná, em seu primeiro mandato, Jaime Lerner, fora eleito pelo PDT, mas devido as coligações e acertos a nível nacional e internacional, passou para o PSDB em seu segundo mandato.

Para a avaliação da diretoria da APP – Sindicato, a conjuntura político das eleições de 2002, indicavam a necessidade do apoio as candidaturas de Requião e Lula, pois para a elite diretiva do sindicato dos Educadores do Paraná, a opção, para se ter um governo que amparasse os professores do Paraná, seria auxiliar estas duas candidaturas, afinal, a APP – Sindicato filiado da CUT (Central Única de Trabalhadores) e representado a nível federal pela CNTE (Central Nacional dos Trabalhadores em Educação), era de se manter atrelado a seus antigos parceiros de luta e de conquista, pois a CUT e CNTE foram as ruas empenhados na campanha de Lula a Presidência, não só nestas eleições, bem como nas anteriores onde Lula já concorrera com o próprio FHC. Parecia legítima para os professores do Paraná, o apoio político nessa eleição aos candidatos indicados pela elite diretiva do sindicato, afinal isso significava se livrar dos problemas que representavam os governos neoliberais de Lerner e FHC. Como a coligação nacional empurrava para a parceria Lula e Requião, muitos professores do Paraná foram as ruas para ajudar na campanha, garantindo a derrota do partido neoliberal.

Os professores tem um leitura social diferenciada quanto as questões de organização e funcionamento dos partidos políticos, mas a base de forma geral, após anos de reivindicações, greves, passeatas e conquistas de direitos trabalhistas, fez com que os educadores paranaenses se habituassem a seguir as direções dadas pela elite diretiva de seu sindicato. Atitude, de certa forma automática, afinal os anos de lutas da base junto com a direção da APP – Sindicato, construíram uma “parceria confiável”.

Porém, o que não fazia parte da divulgação da equipe dirigente do APP – Sindicato, era a composição estruturada pelo governo Lula, um governo que sempre tivera uma orientação grevista, mas para obter êxito nas eleições de 2002, se aliara a grupos burgueses, ao capital financeiro, ao capital nacional e internacional. Coligações, amarrações da candidatura Lula para conquistar a presidência do Brasil, necessárias na visão da elite petista, porém estranhas para a conduta histórica que representava o PT enquanto partido político. Desvirtuação histórica de todo um grupo, o partido político, a CUT, CNTE e os homens que representavam o passado de luta pela classe, deslocamento de conduta não percebido imediatamente pela base da classe trabalhadora em educação no estado do Paraná e muito menos pelos trabalhadores de forma geral.

Já na situação política paranaense, a consciência da classe educacional se sentia um pouco estranha, pela própria história política de Requião, deixava o sinal de alerta acessado, mas ainda assim se seguiu o discurso da elite sindical, que era melhor ter o governo autoritário de Requião, do que as mazelas do continuísmo do PSDB. Após a vitória dos candidatos apoiados pela APP – Sindicato, o discurso muda para uma parceria com os governos eleitos, o PT por ser um governo da classe trabalhadora e o Requião, segundo a direção da APP – Sindicato, seria melhor ter como parceiro do que como adversário.

Após o pleito eleitoral de 2002, muda-se a lógica da APP – Sindicato, ao invés de defender os interesses de sua classe, os trabalhadores em educação no Paraná, passa-se para uma gestão de parceria a dois governos burgueses, capitalistas que em muito pouco se diferenciavam dos governos anteriores. Mas o discurso da diretoria da APP – Sindicato se mantém firme, e, acordos com o governo, é a nova conduta do sindicato. Para ser um sindicato representante de classe trabalhadora, seja ele qual for a sua estrutura, uma entidade popular não pode se aliar ao capital, foge da lógica de uma interpretação marxista de luta de classe, querer atender ao mesmo tempo duas classes antagônicas numa disputa capitalista, como é o Brasil. A elite diretiva não poderia ter se cooptado nem ao governo estadual e nem ao governo federal, devendo inclusive ter rompido com a CUT, afinal esta central em mais nada estava representando a classe trabalhadora como fora o seu histórico, pelo menos até a parceria com o governo Lula.

No campo sindical, o chamado sindicalismo combativo foi solidamente cooptado pelo governo Lula. Recentemente, em 2008, o governo Lula tomou uma decisão que inclusive acentua o controle estatal dos sindicatos – velho traço do sindicalismo brasileiro – ao determinar que as centrais sindicais passassem a receber o Imposto Sindical, criado na Era Vargas no final dos anos 1930. Na recente medida aprovada pelo governo, ao mesmo tempo em que as centrais foram legalizadas (o que é positivo), elas passaram a ter o direito de recolher o Imposto Sindical. E vale recordar que a própria CUT surgiu contrária a este imposto. A Força Sindical, por outro lado, visto que nasceu como uma mescla de neopeleguismo e influência neoliberal, sempre foi favorável ao Imposto Sindical. Atualmente, ambas têm propostas e ações frequentemente muito semelhantes.⁷

Quando analisamos o sindicato dos professores do estado do Paraná, sempre temos que tomar o cuidado de separá-lo em dois momentos, na sua relação com os governos de Lerner e FHC e os pós governos neoliberais, denominados pela própria elite diretiva da APP – Sindicatos de centro esquerda, por que a relação do sindicato toma outro rumo quando estão eleitos para o executivo estadual e federal Roberto Requião e Luis Inácio Lula da Silva. Apesar das afirmações da classe dirigente da APP – Sindicato, se referindo aos novos governos eleitos como aliados, a exploração do capital se mantém, os sindicatos, antigos parceiros de luta do PT, da CUT e da CNTE, a realidade de disputa de classe e a exploração social não se altera, apenas se cooptou a elite diretiva dos sindicatos, com cargos e altos salários⁸, os calando frente as questões sociais, fenômeno que fez a base da classe trabalhadora acreditar que o governo federal e estadual realmente eram governos que defendiam o interesse dos trabalhadores.

Sem mencionar o fato de que, durante o governo Lula (e agora Dilma), há centenas de ex-sindicalistas que recebem altos salários e comissões pela sua participação nos conselhos de empresas estatais, de ex-estatais (privatizadas), em conselhos de fundos de pensão, além de inumeráveis cargos ministeriais e comissões criadas pelo governo, aumentando a dependência, a maridagem e a cooptação de ex-líderes sindicais que se encontram dentro do aparelho de Estado⁹.

Os profissionais da base e de luta da educação do Estado do Paraná, ainda preferem acreditar que os “antigos parceiros de guerra”, não se cooptaram a um governo em troca de pouca coisa, muitos ainda vêem no governo de Dilma Rousseff um governo da classe trabalhadora, e por isso mesmo se sentem tranquilos em

⁷Antunes, Ricardo. SINDICALISMO DE CLASSE VERSUS SINDICALISMO NEGOCIADOR DE ESTADO - em artigo publicado no sítio espanhol Rebelión, 14-02-201.

⁸Na APP – Sindicato, os dois últimos presidentes, José Lemos e Romeu Miranda, estiveram efetivados como Deputado Estadual e Presidente do Conselho Estadual de Educação, respectivamente, graças a alguns arranjos do governo Requião com o PT no Estado do Paraná.

⁹ANTUNES, Ricardo. SINDICALISMO DE CLASSE VERSUS SINDICALISMO NEGOCIADOR DE ESTADO - em artigo publicado no sítio espanhol Rebelión, 14-02-201.

esperar a boa vontade do governo em atender todas as suas necessidades. Realmente a APP – Sindicato fora eficiente na sua conduta de acalmar a base para uma administração tranqüila do governo “aliado”, muitos trabalhadores ainda esperam com marasmo os salários, a aposentadoria e as vantagens serem devolvidas pelo governo dos trabalhadores.

Até mesmo no Estado do Paraná, onde voltou um governo do PSDB nas eleições de 2010, elegendo Beto Richa à chefe do executivo, e, ainda assim, a base continua esperando a direção do sindicato resolver as suas questões através de um acordo, ou de uma negociação com o governo estadual, se esquecendo que a elite diretiva continua privilegiada pelos cargos, que foram mantidos de um governo para outro, mostrando que em nada mudou a troca do partido ou até mesmo a pessoa do governador, o estado continua sendo administrado por um governo burguês. Para a direção da APP – Sindicato continua a sua missão de manter a base trabalhando enquanto o grupo diretivo usufruem de seus cargos e salários.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T W. *Educação e emancipação* – Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 2a ed.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

___ (1999). *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo : Boitempo.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CAMPOS, R. F. *Construindo o professor competente: as determinações do campo do trabalho na reforma da formação de professores*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

CASTEL, Robert. A nova questão social In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n.4, 1991.

GENTILI, Pablo. (Org.). *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília. CNTE. 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Vol II*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LESSA, S. *Serviço Social e trabalho: do que se trata?* Temporalis, Brasília 2000.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo/ Campinas: Boitempo/ EdUNICAMP, 2002.

NAUROSKI, Everson Araújo. O PROFESSOR FLEXIVEL: ELEMENTOS PARA REPENSAR A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO PARANÁ. Segundo Seminário Nacional de Sociologia e Política, PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR, 2010.

SAPELLI, Marlene L. S. *Políticas Educacionais do governo Lerner no Paraná (1995 – 2002)* Cascavel: Gráfica Igol, 2003.

TUMOLO, P. S. Educação e hegemonia no Brasil. 2005. *Educação e Sociedade*, 29 n. 102 Campinas, jan./abril.2008, p. 1-11.

TRABALHO E TRABALHADORES DO CAMPO, 1960-2000 MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR

Jaqueline Michele Cunico¹

A partir da década de 1960, aproximadamente, a forma de trabalhar e viver no campo passou por grandes transformações, constatação que não é difícil de ser feita e que é reafirmada nas entrevistas realizadas com trabalhadores que vivenciaram todo o processo histórico, evidenciado na mecanização da produção (uso de tratores, colhedoras, pulverizadores, plantadeiras; também a intensificação do uso de inseticidas, pesticidas; transformação da genética de sementes e animais; créditos rurais; entre tantos outros).

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Censo Agropecuário realizada no ano de 2006, das 2.423 propriedades agropecuárias existentes no município de Marechal Cândido Rondon 943 possuem tratores, contabilizando 1.215 no total de tratores nessas propriedades (IBGE, 2006). Isso sem mencionar o número existente dos demais implementos agrícolas no município, como colhedoras, pulverizadores, plantadeiras, entre tantos outros.

Nos últimos anos houve grande intensificação da utilização desses equipamentos, se chega a essa conclusão também pelo relato da experiência dos trabalhadores de algumas décadas atrás, o senhor Altair Cunico, 52 anos, trabalhador rural, que fala sobre a utilização de maquinários agrícolas no período entre a década de 1970 e 1980:

Altair: [...] no começo de setenta e sete até oitenta e dois eu trabalhei pra dois irmão, que eram junto que tinha sociedade, mas também com trator e ceifa, na época era pouca máquina, em Pato Bragado tinha duas ou três máquinas, então quando colhia nós ficava sessenta, setenta dia colhendo dentro do município ali e não acabava nunca porque não tinha máquina e a lavoura na época era tudo lavoura nova né? Recente destocado e aquilo não, era complicado [...]. (Altair Cunico. Entrevista realizada em 22 de abril de 2011, por Vagner José Moreira).

¹Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Aluna de Iniciação Científica remunerada PIBIC/Fundação Araucária/UNIOESTE, sob orientação do Professor Doutor Vagner José Moreira. 4º Ano de História Matutino. E-mail: jakecunico@hotmail.com

O senhor Altair relata que neste período existiam apenas duas ou três máquinas em Pato Bragado, distrito de Marechal Cândido Rondon até 1990, muito diferente da situação atual, em que o número desses maquinários é relevante. Também rememora sobre a dificuldade na época da colheita, sendo a lavoura nova, a destoca da mata que antes existia era recente, assim com o solo considerado virgem e por isso muito fértil e a produção era significativa. Na fala seguinte continua a narrar sobre esta questão:

Altair: Olha difícil que na época era tudo arrancava o mato os toco, lavoura é tudo cheio de, as máquina não ajudava, por que não era aquelas plataforma flexível que tem hoje, era tudo aquelas máquina que eles fala queixo duro, então se entrava na roça num lugar se pegava terra no outro tava cortando soja nas ponta, então ali era perdido muito soja e coisarada, mas não tinha outro jeito, por que a roça não ajudava, e as máquina também não ajudava, hoje com as máquina que tem.

Vagner: E aí não tinha como colher manual?

Altair: A maioria passava a máquina e tirava o que a máquina tirava e depois arrumava gente e ia onde ficava muito, ia lá e colhia manual, isso foi feito muitas vez isso, quando a roça que nem esse ano destocava plantava soja, preparava mal porque, e daí quando colhia mal sobrava muito então a máquina tirava o que conseguia daí arrumava gente e ia lá e colhia a muque, não tinha outro jeito pra fazê perdia muito, mas vai fazer o que não tinha outra saída.

O entrevistado faz uma comparação entre os maquinários que existem atualmente e os que existiam naquele momento. Segundo ele as colhedoras “queixo duro” não eram flexíveis como as que existem hoje, ou seja, não conseguiam acompanhar os desníveis da lavoura que estava a pouco formada. Então era necessário mesmo com a utilização da colhedora o trabalho manual para terminar a colheita, sendo que mesmo assim se perdia muito. O entrevistado considera isso a partir de sua experiência, relata o passado fazendo uma comparação com o tempo presente, sendo que para o período as máquinas poderiam ser consideradas de alta tecnologia.

A senhora Selmira Majolo, de 62 anos de idade, rememora o momento em que a primeira colhedora foi utilizada na comunidade em que morava:

Jaqueline: Então lá voltando, tinha um vizinho que tinha um trator, mas a maioria não tinha então?

Selmira: Um só, só pra aquela comunidade.

Jaqueline: Isso em, década de oitenta?

Selmira: Isso de oitenta pra cá, eu não sei exatamente o ano, até noventa e cinco aí tinha vários tratores, visch! Daí já tinha colhedeira, quando a primeira colhedeira veio colhê aquele soja daí toda à vizinhança veio olha.

Jaqueline: E tu lembra em que ano que era?

Selmira: Era em oitenta, toda a vizinhança veio olha, era uma festa, uma festa.

Segundo a entrevistada a vinda da primeira colhedora em sua comunidade foi motivo de festa entre a vizinhança, isso a partir da experiência do trabalho manual que era visto como muito desgastante fisicamente. De acordo com a senhora Selmira, na comunidade em que residia existia apenas um trator para todos os moradores, em sua memória isso na década de 1980, já nos anos 1990 existiam vários tratores naquele local. O senhor Altair relata sobre um período anterior, onde ainda não eram utilizados plantadeiras e colhedoras, no qual quase todo o trabalho era feito manualmente, logo após a derrubada do mato e início da formação das lavouras no município:

Vagner: E plantava o quê?

Altair: Plantava milho, plantava soja, maioria era milho, mas na época já planta soja, mas tudo manual.

Vagner: Manual como que era?

Altair: Com a máquina normalzinha, daí colhia, cortava com a foice e trilhava com a trilhadeira.

Vagner: Trilhadeira de animal?

Altair: Com motor e...

Vagner: Como?

Altair: Tu nunca viu uma trilhadeira. (risos)

Vagner: Não sei, às vez eu vi, mas eu não conheço pelo nome, que jeito que é a trilhadeira?

Altair: A trilhadeira é que nem, ela funciona praticamente que nem uma ceifa, uma colhedeira, só que você tem que trabalha tudo a muque com ela, você corta o soja, que nem em roça nova cheia de toco, madeira, você corta põe o soja num monte encosta a trilhadeira lá, ela tem um motor, o sistema dela pra trabalha é que nem uma ceifa, você só enfia o soja ali na frente vai sair o soja limpo lá na.

Vagner: Mas pra limpá quando ainda é novo e nasce o mato?

Altair: Ah, isso só na enxada.

Vagner: Na enxada, não passava animal?

Altair: Não, não tem como, a terra pra você mexer com animal, com arado e coisa você precisa pelo menos uns três, quatro ano, depois que você derrubou e plantou daí você a recém consegue entrar com arado pra mexer na terra, que é muita raiz do mato, então ali é só, só enxada, nós gastamos alguma enxada nisso ai, meu Deus do Céu!

O entrevistado rememora a utilização dos equipamentos agrícolas daquele período, como a máquina para plantar “normalzinha”, a foice, a “trilhadeira”. Embora já existindo e utilizando algumas tecnologias do período, como é o caso da “trilhadeira”, o entrevistado considera que o trabalho era feito todo manualmente, mesmo utilizando a máquina para “limpar” os grãos de soja. Novamente, o senhor Altair significa o passado a partir do presente, comparando a forma como o trabalho na lavoura é realizado hoje e como era realizado naquele período, décadas atrás.

Segundo o senhor Altair, logo no início das lavouras nem mesmo o trabalho animal era utilizado, sendo que ainda existiam muitas raízes na terra, apenas três ou quatro anos depois poderia ser utilizado o trabalho animal. O entrevistado rememora a partir de sua fala o esforço físico que era necessário naquele momento, ele coloca que “nós gastamos alguma enxada nisso ai, meu Deus do Céu!”, ao colocar no plural a frase está lembrando não apenas o seu trabalho, mas os de outros trabalhadores rurais daquele período, principalmente o de seus irmãos.

Na entrevista com a senhora Julieta Kopsel, de 67 anos, e seu esposo Bernardo Kopsel, de 71 anos no período da entrevista, a descrição desse período também é ressaltado:

Julieta: Pra plantar daí, plantava a muque antigamente, por que tinha aqueles toco não, que nem quando nós tava lá embaixo no Rio Branco, depois daquilo, lá destoqueio com o trator, né? Mas lá era tudo assim, podia só com a enxadinha.

Jaqueline: Tinha toco ainda no meio, né?

Julieta: Tinha toco não podia entrá com nada, nem arado de boi, nada. (Julieta e Bernardo Kopsel, entrevista realizada em 11 de janeiro de 2011).

Esse processo é ressaltado em algumas entrevistas pelos trabalhadores, a partir disso pode-se concluir que foi uma questão marcante para a maioria dos trabalhadores, provavelmente, por se tratar de um período que o trabalho manual exigia grande esforço físico dos trabalhadores, justamente por não poderem utilizar a força animal para arar a terra, “podia só com a enxadinha”, ou seja, o trabalho plantar a roça e de manter a roça “limpa” era feito todo através da utilização de trabalho manual, apenas da utilização de enxadas.

Odilio Sepulcri (2005) a partir de CAI (Complexo agroindustrial) analisa o processo de “modernização” da agricultura, termo muito utilizado na literatura sobre o assunto, mas que merece infundáveis ressalvas. Segundo o autor, o CAI foi à primeira formulação teórica para compreender a dinâmica do setor rural. O processo de transformação do campo nas últimas décadas está ligado com o surgimento do complexo agroindustrial no Brasil, o que é observado a partir da década de 1970.

De acordo com Geraldo Müller (1989), em sua obra “Complexo agroindustrial e modernização agrária”, o “CAI, pode ser definido com um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas a produção e transformação de produtos agropecuários e florestais” (MÜLLER, 1989, p. 45). O CAI se trata da interdependência entre a indústria produtora de insumos (necessários para a produção agrícola), a agricultura em si e o mercado consumidor da matéria-prima; é a intensificação das relações entre agricultura e indústria. Ou seja, a agricultura, perde a sua autonomia, sendo que depende tanto da indústria fornecedora de insumos como do mercado consumidor da matéria-prima para se manter, assim como os demais setores dependem um do outro.

Tratando-se do leite, como exemplo, um “produtor” que vende a sua produção para a empresa/cooperativa Frimesa, para se manter depende tanto desta empresa que compra o seu produto, no caso o leite, como de outras empresas que fornecem os produtos necessários para manter a alimentação e medicação do rebanho; manutenção da ordenha; entre outros. Por outro lado, a “cooperativa” também depende do “produtor”, que fornece a matéria-prima, o leite, que será beneficiado pela própria empresa ou vendido para outras, da mesma forma como a Frimesa depende do mercado consumidor, a lei de oferta e procura. Concluindo existe uma relação de dependência

tanto do “produtor” com a empresa e com o mercado consumidor, e vice-versa, como com a indústria fornecedora de produtos para manter a produção (CUNICO, 2010). Mas, de acordo com Müller (1999), a utilização do termo CAI para analisar o setor rural nacional merece o cuidado com as especificidades do caso brasileiro. Sendo que o CAI surge em países altamente desenvolvidos, como o EUA, e é transplantado para o Brasil. Baseado nos autores norte-americanos John Davis e Roy Goldberg, Müller afirma que, segundo esses autores, já no início da segunda metade do século XX, a agricultura era a atividade que menos pesava no complexo rural, entre 1910 e 1965, o valor norte-americano da produção agrícola foi de 54% para 14%, ao mesmo tempo em que a de insumos foi de 11% para 21%, e de processamento e distribuição foi de 35% para 68%.

Já no Brasil, de acordo com Müller, ainda por volta da década de 1960, a agroindústria mesmo existindo não possuía grande expressão, “tratava-se, então, de uma agroindústria cuja indústria para a agricultura estava inteiramente localizada no exterior” (MÜLLER, 1989, p. 47). Então, não se percebe um complexo agroindustrial ainda neste período.

Em todo esse processo de modificações no meio rural no Brasil, segundo Sepulcri (2005), o Paraná se destaca por ser um dos Estados onde as transformações ocorreram mais intensamente, sendo um estado conhecido pela produção agrícola, principalmente de grãos. Neste sentido, torna-se interessante o estudo e análise deste processo, especificamente no Oeste do Paraná.

No município de Marechal Cândido Rondon, segundo dados do IBGE (2006), as culturas de soja e milho são as principais, em quantidade, dentro da produção agrícola. Das 2.423 propriedades agropecuárias, que ocupam uma área de 54.389 hectares de terra, 1.539 propriedades produzem milho, somando um total de 87.164 toneladas do grão, e, 1.067 estabelecimentos produzem soja, somando 43.760 toneladas, dados da lavoura temporária. Isso demonstra a predominância da produção desses grãos nas lavouras no município e também na região Oeste. Outro segmento que se destaca no município é a produção leiteira. Dentre as 2.423 propriedades, 1.472 produziram leite no ano pesquisado (2009), tendo sido ordenhadas 19.976 vacas, gerando um total de 87.495 litros de leite. Então, neste trabalho procuro compreender quando e como se deram estas mudanças, e principalmente como as pessoas, especialmente os

trabalhadores rurais que foram os mais afetados nesse processo significam em suas memórias sobre essas transformações. Sendo que essas mudanças na forma de produzir alteram também as relações de trabalho envolvidas no campo.

São evidentes as transformações que ocorrerão no meio rural, tratando aqui especificamente do Oeste do Paraná, nos últimos anos. Nos relatos dos trabalhadores do campo, que entrevistei até o presente momento, essas modificações são recorrentes em suas falas, trata-se de uma grande mudança em curto espaço de tempo. Em inúmeros trabalhos sobre o assunto a justificativa para tais transformações é a expansão do modo capitalista de produzir no campo. Concordo com tal conclusão, porém não é apenas isso, como se o capitalismo já tivesse se apossado do meio urbano e agora é a vez do campo.

A expansão do capitalismo no meio rural não pode ser explicada por si só, não se trata de um processo de causa e efeito. O capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, esta é a tendência do capital, se apropriar de todos os meios de produção, agrícola e industrial (MARTINS, 1995).

Na obra “O campo e a cidade”, de Raymond Williams (1989), o autor analisa a relação entre o meio urbano e o rural, sendo que a relação entre os dois deve ser pensada de maneira imbricada para que a análise tanto de um como do outro não seja fragmentada. Ao campo, por um lado, associa-se a idéia de inocência e tranquilidade, por outro mais negativo a ignorância e atraso. A cidade é adjetivada como lugar onde as coisas acontecem, o saber, mas também o lugar do perigo e do barulho. Essas idéias, segundo Williams (1989), persistiram por diversas sociedades e períodos e, pelo que podemos observar em nossa sociedade, de certa forma existe até os dias atuais, embora campo e cidade estejam relacionados de forma muito mais intensa hoje do que algumas décadas atrás, Raymond denomina isso de “estruturas de sentimentos”.

O campo e a cidade sempre estiveram imbricados, mas nas últimas décadas essa relação se estreitou de forma muito intensa. A partir de suas experiências os trabalhadores significam que a maneira como os que vivem no campo é vistos foi modificada também por este processo de introdução de novas tecnologias no meio rural. A senhora Selmira Majolo rememora sobre a visão que as pessoas da cidade na qual residia (Marechal Cândido Rondon) tinham dos moradores do

interior do município, principalmente os filhos que iam estudar na cidade, isso entre duas ou três décadas atrás:

Selmira: [...] e os próprios filhos se sentiam discriminados dentro da sociedade por causa disso e nós sentíamos isso, que nem antes eu coloquei do desfile eu lembro bem que os nossos filhos falavam eu escutei mãe, olha lá os caipira do Km 5! (risos), e isso não era só em Pato Bragado, isso era em toda a região. Então hoje eu vejo os filhos das famílias que estão indo pra uma universidade olho eu fico feliz. (Selmira Majolo, entrevista realizada em 30 de novembro de 2010).

Em sua entrevistada elabora uma comparação entre o presente, aonde os filhos dos trabalhadores rurais vão para a Universidade, e o passado no qual, em sua memória, seus filhos eram discriminados pelos colegas que moravam na cidade. Para ela os trabalhadores do campo e da cidade não são mais tão “diferentes”. Se analisarmos o porquê essa idéia é construída chegaremos a inúmeras razões, uma delas é a falta de oportunidade dos filhos de trabalhadores rurais, proprietários ou não, permanecerem no campo. Na região, a grande maioria dos agricultores são pequenos ou médios proprietários, o que em muitos casos impede que os filhos continuem trabalhando com os pais, sendo que a renda não seria suficiente.

A historiadora Flaviane Mônica Christ (2009) ao analisar o processo de formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu (STRs), no início da década de 1970, também se preocupou com as transformações das relações de trabalho no campo. Segundo entrevista realizada por Christ com o senhor Miguel Isolar Sávio, que foi o primeiro presidente do STRs de São Miguel do Iguaçu, o aumento da população fez crescer os problemas em relação à questão da terra, como as famílias tinham um grande número de filhos numa propriedade pequena existia a possibilidade de não poderem ficar na terra, e como praticamente não existia comércio ou indústria, a situação era ainda mais grave. Esta questão aparece também no período de formação em Marechal Cândido Rondon, o senhor Altair Cunico, 52 anos, trabalhador rural, relata sua experiência no período de formação das lavouras no interior do município:

Altair: Sim, e se nós contá os alqueire de mato que nós

derrubamos aqui, meu Deus do Céu! Fazia empreita, os cara queria derrubá mato dizia ó eu te pago, eu quero tanto roça dois alqueire derrubá, pra forma lavoura, roça, e nós era obrigado a ir não tinha outro serviço, era só na roça, queria viver, então, tinha que trabalhá, plantá, arrumá umas terra, plantá uma parte pra tu ter uma, a ai o resto de tempo tinha que trabalhar por dia, pra fora, daí fazia uma empreita, pega mato pra derrubá ou pra roça o mato e assim.

Segundo o trabalhador, na região naquele período, entre a década de 1970/1980, não existia outra opção além do trabalho na roça, mesmo sendo um trabalho desgastante, como se pode perceber nas entrelinhas de sua fala: “Sim, e se nós conta os alqueire de mato que nós derrubamos aqui meu Deus do Céu!”. Como a família do entrevistado não possuía propriedade de terra este era obrigado a trabalhar para outros proprietários, não tendo outra opção. Era o que acontecia também com pequenos proprietários, que não possuíam terra suficiente para manter suas famílias.

Com base no trabalho de Christ (2009), pode-se entender uma disputa de projetos para o campo. No processo de formação do sindicato em São Miguel do Iguaçu a figura do padre Aloiso José Weber foi decisiva, o que demonstra a influencia da igreja diante da população naquele período. A atuação de Weber ia ao sentido do cooperativismo para o aumento da produção, da “modernização” do campo. Não existia nenhuma conotação revolucionária com o intuito de alteração das estruturas já vigentes, como a luta pela terra ou reforma agrária, essas eram consideradas propostas “comunistas”, totalmente contrárias ao projeto da Igreja naquele momento. O objetivo era apenas dar continuidade a permanência dos pequenos proprietários no meio rural, o que favorecia a religiosidade destes. A “mecanização” do campo não foi um projeto criado e defendido por todos, para muitos dos trabalhadores não proprietários este processo culmina no fim do emprego no campo, sendo que as máquinas poderiam realizar o trabalho que antes era feito por este trabalhador.

Outro aspecto ressaltado por Flaviane Christ é a diversidade de categorias de trabalho existentes dentro do sindicato, a exemplo de todo o meio rural na região: trabalhadores assalariados, meeiros, parceiros, volantes e bóias-frias, pequenos proprietários, entre outros. Sobre as categorias de trabalhadores rurais, o atual presidente do sindicato de São Miguel do Iguaçu, Claudio Aparecido Rodrigues,

52 anos, entrevistado por Flaviane Christ, significa o trabalhador assalariado como “aquele trabalhador rural em São Miguel do Iguazu que trabalha com carteira assinada, que tira leite de vaca, né?” (CHRIST, 2010, p. 115). Na fala do entrevistado subentendesse que ele significa a atividade do leite como algo realizado exclusivamente por assalariados, e que estes possuem carteira assinada. Isso a partir de sua experiência, embora baseada em minha pesquisa possa afirmar que isso não condiz com a realidade dos trabalhadores do leite em Marechal Cândido Rondon, que em muitos casos trabalham em regime de parceria, meeiros, diaristas, entre outros. Também deixa a entender que não é mais a família que realiza esse trabalho do “tirar o leite”, mas sim trabalhadores assalariados.

O processo de “mecanização” do campo na região Oeste do Paraná modifica, entre outros, o sentido das categorias de trabalho. Sobre isso senhor Altair rememora como se davam as relações de trabalho naquele período:

Altair: [...] então eles davam pra você derrubá e plantá pra você colhê, o que colhê era teu, pra ter a terra pronta pra esteira entrá e arranca os toco, pra formá lavoura, então por isso que eles davam, então dois, três ano, derruba o mato e logo entra com a esteira não é fácil também, então eles planta um, dois ou três ano e daí pnhava a esteira pra arranca os toco, e daí formava a lavoura e isso fizeram tudo errado, eles podiam ter arrancado o mato e feito a lavoura direto, então na época você, aqui se você queria planta cem alqueire a muque, isso você não precisava ir longe, isso o que tinha de gente oferecendo, não quer derruba o mato lá e planta pode ir lá derruba, eles queria ver a roça né? Não queriam renda e nada, mas como é que tu vai fazer manual você não faz muito, não é que nem você borá trator ali, pra tu plantar em uma pessoa cuidar de dois, três alqueire se tem que bate bonito se for tudo manual, que tu tem que limpar a roça também, tem que carpi, tem que, isso não é que nem hoje você com trator você cuida cinquenta, sessenta alqueire, com enxada se você for sozinho se vai cuidar dois, três, mais não, pela mão de obra que dá.

O senhor Altair relata sobre a forma como funcionava a relação entre proprietário e arrendatário, sendo que as terras eram todas tomadas pelo mato era necessária a derrubada para a formação das lavouras e, segundo Altair, esse trabalho normalmente era feito

por arrendatários, os quais não precisavam pagar a renda pela terra por dois ou três anos se derrubassem o mato e formassem a lavoura. Segundo o entrevistado o número de terras disponíveis para arrendamento era muito grande, porém como o trabalho era feito todo manualmente não era possível arrendar uma grande quantidade. Ao passar esse tempo o proprietário começava mesmo a plantar sua terra e o arrendatário era obrigado a procurar novas terras para arrendar:

Vagner: Naquele momento que o senhor fala que ficava ali dois ou três anos é um momento em que a terra tá começando a dar, não é?

Altair: Lógico, que a terra, o primeiro ano que você passa o fogo, né? Daí começa a plantar ela até que não é tão boa, o segundo ano em diante ela começa.

Vagner: Mas aí vocês não ficavam com vontade de ficar na terra? Pra não precisar derruba mais mato?

Altair: Vai fazer o quê.

Vagner: Não tinha o que fazer?

Altair: Tinha que trabalhar.

Ao dizer “vai fazer o quê” se entende que o desejo de permanecer na terra existia, mas a necessidade de trabalhar para sobreviver era maior, “tinha que trabalhar”. Apesar de não ser possível aqui perceber o tom de voz do entrevistado, sendo que nem a mais perfeita transcrição substitui o áudio, (PORTELLI, 1997) pode-se perceber a tristeza em sua fala, assim como foi presenciado na entrevista. Um pedaço de terra que mesmo não pertencendo formalmente ao trabalhador era formado e cultivado por ele e que ao estar pronto para a lavoura teria que ser abandonado para que o proprietário passasse a tomar conta. O trabalhador era quem fazia o trabalho pesado da derrubada da mata e limpeza do solo, mas quem desfrutava da produção da lavoura seria mais tarde o proprietário; aqui se percebe um sentimento de pertencimento a “terra”. Quando o entrevistado é questionado sobre o conhecimento de algum trabalhador que tenha se recusado a sair das terras que arrendava a sua resposta segue um caminho que não condizia com a pergunta:

Vagner: E o senhor não ficou sabendo de ninguém que queria ficar, que não aceitava ir embora? Queria às vezes prolongar o tempo?

Altair: Não, ali que a maioria na época começou assim, eles

queriam derruba, no começo, quando as máquinas começaram a destoca aqui, ninguém achava que isso ia entra no mato com uma máquina e ia derrubar o mato, então derrubava o mato primeiro, queimava, tirava a maioria das coisa, e daí entrava com a esteira pra arranca os toco e ai fizeram tudo errado, porque o melhor pra terra você entra e arranca o mato do que você queima porque aquela palhada tudo que é folha que tem no mato, se tu só arranca mato aquela lá vai vira tudo terra e se você passa o fogo isso queima tudo, que eu fui no Paraguai desde noventa e pouco, quando o Irineu começou eu fui junto muitas vez pra lá, e eles lá arrancaram tudo o mato não foi arrancado uma árvore pra destoca e coisa, o mato virgem, e a terra fica, pra terra é muito melhor do que como fizeram aqui, com a destoca pra arranca só os toco e na época o pessoal não sabia isso que podia, talvez sabe um ou outro sabia, mas achava que era impossível uma máquina entra ali e arranca o mato pra forma lavoura, então eles davam pra você derruba e planta pra você colhê, o que colhê era teu pra ter a terra pronta pra esteira entra e arranca os toco, pra forma lavoura, então por isso que eles davam, então dois, três ano, derruba o mato e logo entra com a esteira não é fácil também, então eles planta um, dois ou três ano e daí ponhava a esteira pra arranca os toco, e daí formava a lavoura e isso fizeram tudo errado, eles podiam ter arrancado o mato e feito a lavoura direto, então na época você, aqui se você queria planta cem alqueire a muque, isso você não precisava ir longe, isso o que tinha de gente oferecendo, não quer derruba o mato lá e planta pode ir lá derruba, eles queria ver a roça né? Não queriam renda e nada, mas como é que tu vai fazer manual você não faz muito, não é que nem você borá trator ali, pra tu plantar em uma pessoa cuidar de dois, três alqueire se tem que bate bonito se for tudo manual, que tu tem que limpar a roça também, tem que carpi, tem que, isso não é que nem hoje você com trator você cuida cinquenta, sessenta alqueire, com enxada se você for sozinho se vai cuidar dois, três, mais não, pela mão de obra que dá.

Neste momento a entrevista segue um rumo diferente do que o entrevistador questiona, segundo Portelli (1997, p. 36) a entrevista é construída por ambos, entrevistado e entrevistador, “A comunicação sempre funciona de ambos os lados. Os entrevistados estão sempre, embora talvez discretamente, estudando os entrevistadores que os 'estudam'.” O não querer falar sobre alguma questão e ser mais

atencioso a outra pode significar algo relacionado com a vivência do entrevistado.

Continuando a falar sobre o processo de derrubada da mata e destoca, o senhor Altair significa o período quando este trabalho começou a ficar escasso:

Vagner: E isso o senhor com os irmãos do senhor fizeram bastante?

Altair: Meu Deus do Céu! E muito, muito, muito foi feito, e daí depois começou as destoca daí acabou daí, quem tinha na época, eles falavam o agregado, tinha uma agregado na terra já não precisou mais porque isso tinha a lavoura pronta daí fizeram mesmo com trator, fazia com trator não precisava mais dos, das pionada, e nós trabalhamos ali no Ernesto Schmitt, até a mãe dele faleceu hoje, e ele tinha uma colônia de terra ali na saída, pra lá do cemitério, nós plantamos, derrubamos nove alqueires de mato dele, dois ano ele não cobrou renda pra nós, mas tinha que derruba o mato, daí nós plantamos mais dois ano depois ainda e daí ele destoco tudo só que daí ele já avisou o último ano quando ele arrancou os toco tudo, ele foi até um cara, ele até falou pra o pai: “oh, vamos, vô planta a roça e vô dá vinte por cento pra o senhor da soja, só que daí pra o ano que vem o senhor tem que arruma um outro lugar porque eu vou planta mesmo aqui”. Agora tá tudo destocado, mas ele ainda foi, pra primeira safra ele ainda deu uma renda pra o pai pelo o que ele tinha feito, por derruba o mato pra ele, mas isso era poucos que fazia, quando tava o mato derrubado a maioria não agora eu vou destoca e planta mesmo, e você tinha que correr a arruma um outro lugar, apesar que na época era fácil, só que depois que começou a destoca ai começou a complicar mais.

Vagner: Ai diminui o trabalho?

Altair: É ai diminui o trabalho pra você, de catador de raiz e coisa, que na época arrancava tudo as raiz e tinha que limpa, ai agora pra tu chegar pra pega roça pra planta ai já não era mais.

Vagner: Mais difícil?

Altair: Bem mais difícil.

Segundo sua fala com o início da “destoca” (processo de retirar os tocos da terra) o arrendamento a terra ficou mais difícil; também os agregados nestas terras foram sendo obrigados a procurarem outros lugares. Em sua memória o entrevistado recorda do proprietário de

terras que mesmo após a destoca deu uma porcentagem da plantação para sua família. O senhor Altair significa isso como algo raro sendo que os outros proprietários não o faziam. Também considera que o trabalho diminuiu e que a situação ficou mais difícil, sendo que para quem não possuía terras, como no caso de sua família, o número de terras que poderiam ser arrendadas se tornou escasso.

Atualmente, em Marechal Cândido Rondon, das 2.423 propriedades, 2080 deles são proprietários, 01 assentado sem titulação definitiva, 120 arrendatários, 122 são parceiros, 85 são ocupantes e 15 não possuem área (IBGE, 2006).

O que parece ter se tornado recorrente nas relações de trabalho na região é o contrato de “parceria”, principalmente na produção de leite, aves, suínos, entre outros. Desta forma o trabalhador vende sua força de trabalho para o proprietário sem que este tenha que arcar com as despesas trabalhistas, sendo que são “parceiros” e não patrão e trabalhador. Nestes contratos de “parceria” normalmente está estipulado uma porcentagem que o trabalhador receberá do total da produção. O senhor Altair fala a partir de sua experiência sobre esta questão:

Altair: Hoje a maioria mesmo ganhando salário recebe porcentagem, por que, se tu tem um funcionário que não é um cara bom, o cara é meio preguiçoso ou coisa assim, então tu vai por ele ali, tá eu vou te dá dois salário, daí pra ele tanto faz se ele tira cem litro das vaca ou te tira cinquenta, o dele vai sair, tanto faz né? Quem vai se lascar é o dono das vaca. Agora se tu dá, “não eu vô te dar cinco por cento”. Então quanto mais leite ele produzi, mais ele vai sobrar pra ele também, eu não pra mim tanto faz, eu pego dois por cento, lógico quanto mais eu consegui tira das vaca, mais vai sobra pra mim também, mas eu não sô desses de chega ali agora se eu ganhasse só dois salário relaxa, deixa corre o mês por trinta dia e ele que se lasca, por que daí quem ia perde mais era ele. Desde que eu me lembro aquela época a maioria dos empregado trabalhava, pega salário e pega porcentagem então diminui um pouco no salário dá um pouquinho de porcentagem, daí a pessoa trabalha com mais interesse pra produzir mais, agora ele sabe se eu produzi mil litro a mais no mês essa porcentagem vem a mais, funciona assim. (risos) E que nem se me desse, pagasse, só me desse três salário em vez de me dá a porcentagem, daí eu podia só, não os meus três salário tão garantido, agora se as

vaca dele dé cem litro ou eu não trata deixa corre solto ali quem vai perde é ele, eu não por que o meu vai saí, só que a gente não é de fazê essas coisa, agora tem gente que faz. E, então, por isso a maioria tanto é com porco, com aviário a maioria recebe uma porcentagem pra ter o interesse melhor pra cuida as coisa.

A partir de sua experiência o senhor Altair consegue compreender a lógica da utilização do sistema de “pareceria” pelos proprietários de terra com seus empregados. Desta forma oferecendo ao invés de um salário fixo, ou as duas formas de pagamento combinadas, acaba-se por estimular o trabalhador a produzir mais para que, conseqüentemente, no final do mês consiga um salário melhor. Mesmo compreendendo está lógica o entrevistado considera errado os trabalhadores que não recebem pelo sistema de porcentagem não exercerem corretamente o seu trabalho, ele não fala isso com exatidão, mas nas entrelinhas de sua fala pode-se perceber a sua opinião “só que a gente não é de fazê essas coisa agora tem gente que faz e então por isso a maioria tanto é com porco, com aviário a maioria recebe uma porcentagem pra ter o interesse melhor pra cuida as coisa”. Nesta fala subentendesse que para o entrevistado este sistema de parecerias é utilizado por muitos proprietários exatamente porque caso o contrário muitos trabalhadores não teriam interesse em produzir mais, sendo que o seu salário estaria garantido, ou seja, por culpa dos trabalhadores, o senhor Altair incorpora totalmente em sua fala o que é disseminado pela classe proprietária de terra como justificativa para não cumprir com as leis trabalhistas no campo.

Raymond Williams (1989) utilizou a literatura como fonte para analisar e compreender como os sujeitos experienciavam o processo de transformação do campo e da cidade no período de difusão do capitalismo na Inglaterra. A presente pesquisa busca analisar por meio do uso das fontes orais as transformações que ocorreram no Oeste do Paraná, quando as relações de trabalho capitalista começam a se intensificar no meio rural, concomitante ao processo de industrialização da região, não são processos que acontecem separadamente, mas que se inter-relacionam diretamente.

A intenção de Williams é, sobretudo, realizar um estudo de ideologia e verificar como a velha Inglaterra rural era entendida e retratada ao longo dos séculos. Em sua obra o autor dialoga com a literatura inglesa para compreender como os sujeitos vão construindo

suas percepções do processo de nascimento e expansão do capitalismo na Inglaterra. O autor faz uma análise literária de obras que retratam o campo e a cidade acompanhada de reflexos detidos nas transformações expressas pelo pensamento social. Assim, Williams voltou seu olhar ao passado e percebeu como escritores e poetas ingleses imaginavam o campo. A preocupação da análise era com o enfoque histórico antes da veracidade das narrativas.

Neste sentido, no sétimo capítulo da obra, Williams analisa o processo de expansão do capitalismo, que, entre outros, culmina na organização da terra para o aumento da produção, a “ética do melhoramento” (WILLIAMS, 1989, p. 88). Essa mudança é imaginada na literatura na idéia do refúgio rural, que é tratada de forma melancólica, como algo que já não existe mais. A tendência foi de valorizar o caráter empreendedor do homem sobre o campo, tornando-o um produtor de riquezas. A transformação do espaço rural e a crescente exploração do camponês, ocasionaram o surgimento do anti-bucolismo. Essa tendência desmascarou o bucolismo e a imagem paradisíaca do campo, denunciando a exploração e a miséria do homem do campo e, em contrapartida, o luxo dos ricos proprietários de fazendas.

Hoje, inúmeras empresas estimulam o uso de novos termos para designar os “agricultores”, provavelmente para de alguma forma tornar positiva a forma como o campo está sendo organizado, voltado totalmente para aumentar a produção para o mercado. Quem vive e trabalha no campo pode ser considerado um “empreendedor rural”. O termo “empreendedorismo” usado outrora exclusivamente no meio urbano também está sendo transplantado para o campo – o capitalismo expandindo suas relações para o campo.

É a tentativa de fazer com que o trabalhador rural e até mesmo o pequeno proprietário, nomeados muitas vezes como agricultor, é identificado agora como “produtor”, “empreendedor rural”. Desse modo, difundindo um novo projeto para o campo, cujo conteúdo passa por aumentar a produção, mecanizar a propriedade, enfim, “modernizar” e “desenvolver”. O que é passado a esses trabalhadores, por meios diversos, como os meios de comunicação de massa, palestras promovidas por diversas empresas, enfatizando que é necessário se adaptar para se manter no campo. Paradoxalmente, a mecanização da produção mantém alguns proprietários de terra no campo. Nessa discussão pode-se acrescentar a questão do status

atribuído a quem “moderniza” a sua propriedade, como no caso da Frimesa que possui uma revista, na qual dentre outros, faz matérias com “produtores” (CUNICO, 2010).

Concomitantemente a “ética do melhoramento” no campo, o processo de expansão e também transformação da cidade são descritos por Williams. A mesma burguesia que promovia essa expansão era a mais preocupada em controlar suas consequências, controlar as ações do proletário: “a insolência da turba” (WILLIAMS, 1989, p. 203). O contraste entre ricos e pobres não era diferente, qualitativamente, do campo, porém era mais intensa devido à concentração da população em um espaço não tão amplo, a cidade. A resposta que Arthur Young faz sobre as causas que levavam a população a abandonar um “campo limpo” pela “cidade imunda” se encontrava na real situação das aldeias causada pelo “melhoramento” das terras. “Todo o campo ao redor de Londres foi transformado no sentido de abastecer a cidade: trigo para as pessoas e feno para os cavalos; porcos nos baldios; frutas, legumes e leite” (WILLIAMS, 1989, p. 206). O campo estava voltado para a cidade, era a capital quem determinava a economia, a produção, se produzia no campo o que a cidade consumia.

Pode-se fazer, comparativamente, essa análise da experiência na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, como referência para compreender o processo no Oeste do Paraná. Atualmente, se mantém no campo aquele que possui um número significativo de terra, mas normalmente estes não vivem **no** campo e sim **do** campo, ou, como a grande maioria dos pequenos proprietários da região analisada se associa a alguma “cooperativa” para vender sua produção, ou ainda, aquele que vende sua força de trabalho para os proprietários, este sim não vive, mas sobrevive. Muitas vezes o motivo da permanência no campo é a falta de opção de trabalho na cidade, a falta de estudos, de “experiência”, em outros casos trata-se de uma questão sentimental, gostar do trabalho que exerce, o amor pela terra.

Quanto à cidade, as visões de William Morris e H. G. Wells possuem suas origens na experiência urbana. Ambos utilizam a ficção científica como metáfora para fazer uma crítica à sociedade do século XIX. Wells elabora uma visão apocalíptica sob o Universo, enquanto Morris utilizava elementos do passado para idealizar uma futura sociedade. Segundo Williams, ambos ideais não podem ser separados

de uma nova idéia social do período. De acordo com o autor, “um dos últimos modelos de 'cidade e campo' é o sistema que agora denominamos imperialismo” (WILLIAMS, 1989, p. 375). O mundo passou a ser dividido entre avançados (cidade) e atrasados (campo), cidade/campo em escala internacional, assim como o Brasil é um país considerado essencialmente agrícola também é um país “subdesenvolvido”, segundo critérios imperialistas. Também no próprio interior do país isso acontece, existe uma divisão entre as regiões: pobres/ricos.

O campo passa a ser pensado como um local para onde ir após a aposentadoria, idéia que existe também na nossa sociedade. Mas isso para quem vive na cidade, pois para as pessoas que passaram a vida e trabalharam no campo o caminho é inverso: o local do descanso é a cidade. O campo é o lugar do sossego, da paz, para quem nunca precisou trabalhar nele e não conhece a realidade dos seus trabalhadores. A exploração acontece no campo como na cidade, porém sendo o meio rural disperso, poucos conhecem esse lado da vida no campo “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (WILLIAMS, 1989, p. 387).

Ao tratar sobre o campo como objeto de estudo, concomitantemente se analisa uma classe: os trabalhadores rurais. Porém, tratando especificamente do Oeste do Paraná existem alguns fatores peculiares quanto esta classe, como o é com todas as demais regiões do Brasil, cada uma com suas especificidades. O campo na região Oeste do Paraná é caracterizado, entre outros, por constituírem-se, praticamente, por pequenos proprietários, em alguns casos, médios proprietários de terra.

Mesmo sendo o campo basicamente constituído por pequenos proprietários na região não significa que seja um caso a parte à forma capitalista de produzir. É por meio das “cooperativas” que a lógica capitalista se insere no meio rural. Não possuindo um número significativo de terra para plantar e conseguir manterem-se no campo, os pequenos proprietários, em sua maioria, em “parceria” com as cooperativas, possui gado leiteiro, aviários, criação de porcos, entre outros. Para isso, essas pequenas propriedades são moldadas e organizadas da forma como as empresas/cooperativas da região solicitam, os proprietários perdem parte significativa da autonomia sobre seu trabalho. Questão discutida por Rosane Toebe Zen (2009)

em sua dissertação, “O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A: controles, mediações e autonomia”, na qual analisa a atividade dos “avicultores”, responsáveis pela produção de frango para a indústria avícola, em que buscou identificar os limites e as possibilidades no trabalho desses sujeitos, concluindo que a empresa avícola possuía grande controle sobre o trabalho dos “avicultores”, mesmo sendo exercido dentro dos limites da propriedade dos mesmos (TOEBE ZEN, 2009).

Durante a pesquisa tive dificuldades em como denominar esses pequenos proprietários, e essa dificuldade ainda se estende para a pesquisa atual. Estes podem ser considerados trabalhadores rurais, apesar de possuírem propriedade de terra? Preferi na pesquisa anterior não utilizar esse termo, para não confundir os pequenos proprietários com os trabalhadores que vendem sua força de trabalho para aqueles. Porém, considero que apesar de serem donos dos meios de produção, a esmagadora maioria trabalha com a família na propriedade fornecendo algum produto para as cooperativas. Eles não são subordinados a algum patrão, mas sim diretamente ao mercado e a “cooperativa”.

Perante esta questão cabe aqui fazer um breve diálogo sobre a noção de classe, a classe dos trabalhadores rurais. Utilizando as palavras de E. P. Thompson (1987, p. 10), o processo histórico de “formação da classe” “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus”. A partir disso, poderia diferenciar pequenos proprietários de trabalhadores rurais. Apesar de ambos trabalharem no campo os seus interesses são conflitantes. Baseada em algumas das entrevistas que realizei com trabalhadores assalariados, meeiros e parceiros, foi possível perceber que os conflitos são essencialmente com os pequenos proprietários, enquanto para estes a “desavença” existe tanto com os trabalhadores como com a empresa para qual é fornecido determinado produto (leite, frangos, suínos, entre outros). Concluindo, não existe uma união entre os dois por terem interesses divergentes (CUNICO, 2010).

Então, se entende por classe não uma categoria ou estrutura, como algo estático, um modelo. A classe se trata de um fenômeno histórico que pode ser demonstrado nas relações sociais entre os homens, o “auto fazer-se da classe” (THOMPSON, 1987).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (Orgs.) *História: Narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia, EDUFU, 2005.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

CUNICO, J. M. *Trabalho e trabalhadores do leite: Frimesa/Marechal Cândido Rondon-PR*. 2010. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/UNIOESTE/PRPPG), Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, Educ, 1989.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

SEPULCRI, O. *Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (EMATER – PR)*. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) – Centro de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

THOMPSON, E. P. Os trabalhadores rurais. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e terra, 1987.

_____. Prefácio. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e terra, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

TOEBE ZEN, R. *O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A.: controles, mediações e autonomia*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A CONCEPÇÃO DO PERONISMO NO PENSAMENTO DE SÍLVIO FRONDISI

Jeú Daitch de Castilho¹

As origens do peronismo recuam a um fenômeno histórico ocorrido na Argentina que durou aproximadamente dez anos começando em 24 de fevereiro de 1946, quando o coronel Juan Domingo Perón foi eleito presidente da Argentina e terminando em setembro de 1955 quando um golpe derrubou o então presidente². Durante esse período de oscilação da política argentina uma série de acontecimentos moldaram a estrutura política do país sendo analisados por vários estudiosos, entre os quais se encontravam os militantes do Partido Comunista Argentino, os representantes dos demais partidos de esquerda do país, entre outros intelectuais sem orientação partidária.

Durante a campanha política de 1945 o coronel Perón objetivou apresentar propostas renovadoras para o país. Basta lembrar que durante quinze anos (1915-1930) a Argentina foi presidida pelo movimento da União Cívica Radical, em cuja proposta de governo não se apresentavam mudanças significativas na estrutura do país. De 1930 até 1943 abre-se o segundo ciclo oligárquico no país e os tradicionais partidos assumem novamente as rédeas do poder. O “golpe” de 43, realizado pelas Forças Armadas derrubou mais uma vez a oligarquia e dois anos depois são convocadas eleições. Diante dessa situação duas grandes forças se apresentaram como opção: A União Democrática- composta por uma heterogeneidade de partidos políticos, entre os quais o Partido Comunista- e do outro lado o Coronel Juan Domingo Perón. O resultado da votação apontou Perón com 52% do eleitorado contra 48% da União Democrática.

Os primeiros anos do governo peronista foram marcados por euforia. A Europa estava se recuperando da Segunda Guerra Mundial e havia ainda muitas bocas para alimentar. A Argentina, como grande produtora de carne e trigo, não tardou a passar de devedora para

¹Aluno do curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná. Professor de História da rede pública de ensino.

²Não nos ocuparemos aqui do movimento peronista e do segundo governo de Juan D. Perón, uma vez que o livro que é objeto de nossa investigação foi escrito em 1955 tratando, portanto, da experiência do primeiro governo de Perón.

credora, especialmente para com a Grã-Bretanha. O sucesso do primeiro mandato de Perón enriqueceu a burguesia do país, incentivando a industrialização e a criação de um novo proletariado principalmente em Buenos Aires e nos arredores. A prosperidade do início do governo de Perón foi marcada pelo pleno emprego, a alta demanda de aumentos de salários, manipulação dos sindicatos estatizados e concessões efetivas a alguns setores importantes das massas que permitiu criar e manter um certo nível de “paz social”. Fato é que o peronismo melhorou as condições de vida dos trabalhadores, principalmente até o ano de 1950. A oposição não foi de todo suprimida, mas foi fortemente restringida e perseguida. O Estado passou a controlar todas as ações políticas da oposição interferindo quando necessário. O povo foi motivo de exaltação. Esse cenário de estabilidade política, contudo, logo viria a bancarrotar e as promessas de Perón se perderiam no tempo.

O começo da crise do peronismo evidencia-se na rápida recuperação da Europa, bem como no aumento da inflação, marcada por uma forte seca que atingiu o país e pelos altos índices de produção com pouco escoamento. Uma grande frente antiperonista começou a se formar, criando ares de crise. Essa conjuntura política é observada de maneira diferente pelos diversos setores presente no jogo, entre os quais citamos: grupos britânicos, que temem a consolidação do imperialismo inglês; grupos norte-americanos, que desconfiam do populismo aventureiro de Perón voltado para as massas; grande burguesia agroindustrial que também teme o perigo das massas e por último as classes médias que se sentem afetadas pela inflação e pelos altos impostos. A consequência de tudo isso é um clima de insegurança que pode ser adicionada a decaída da personalidade de Perón evidenciada na sua perda de energia, nas confusões de suas decisões e nas fraquezas de suas atitudes. No ano de 1955, depois de entrar em choque com a Igreja, a Casa do Governo foi atacada e Perón, pressionado pelo alto escalão das Forças Armadas renunciou a presidência.

Dentre os inúmeros argentinos que viram, sentiram e pensaram o peronismo encontra-se Sívlio Frondizi. Filho dos imigrantes italianos Julio e Isabel Frondizi, o menino Sívlio nasceu e cresceu na província de Corrientes, sendo o décimo segundo filho dos quatorze que teve o casal. As leituras voltairianas do pai, a ideologia alemã propagada pelo mais velho dos irmãos, e as leituras de filosofia feitas pela irmã Virginia estruturaram o universo cultural e intelectual

dos três irmãos mais novos: Sílvio, Arturo (futuro presidente da Argentina nos anos de 1958-1962) e Risieri (futuro reitor da Universidad de Buenos Aires).

Com dezesseis anos, em 1923, acompanhado pelo pai e pelo irmão Arturo viajaram a Buenos Aires, e Sílvio ingressou no Colégio Nacional Mariano Moreno. Três anos mais tarde ambos prestaram exames para o curso de Direito da Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires. Quando ingressou no curso, Sílvio Frondizi, paralelamente, se inscreveu no Instituto Nacional de Profesorado para estudar História. Em 1930 se tornou professor de História nesse Instituto. É nesse contexto acadêmico que as linhas de pensamento de ambos os irmãos começaram a se distanciar. Enquanto Sílvio se destacou por uma leitura da filosofia política inglesa, especialmente a de John Locke, o irmão Arturo busca em Maquiavel seu sustentáculo político. Segundo o historiador Horácio Tarcus:

Una cierta lectura de algunas tesis del gran teorizador del liberalismo - el poder como mandato del pueblo, los derechos individuales protegidos ante el Estado, la periodicidad de los cargos públicos, la responsabilidad de los funcionarios, el derecho del pueblo a rebelarse contra la opresión – conducirían a Sílvio a la senda de Marx. Una cierta lectura de Maquiavelo – aquella que realza el realismo político del florentino, sus consejos al Príncipe para manipular la ignorancia de sus súbditos – conducirá Arturo a la senda del poder. (TARCUS, 1996. p. 52)

Entre os anos de 1938-1946 Sílvio Frondizi leciona na Universidad de Tucumán e escreve sua primeira obra: *Introducción al pensamiento de John Locke*, publicada no ano de 1943. Dois anos depois faz uma revisão das idéias apresentadas no primeiro livro e publica um ensaio de teoria política: *El Estado Moderno*. Nessas primeiras obras e nos primeiros anos de vida enquanto intelectual, Frondizi se apropria da teoria da visão trágica de mundo que, entre outras coisas, “previa” um “destino trágico”, inevitável e irreversível para a sociedade moderna. É nesse contexto que Sílvio se aproxima do marxismo, percebendo nos escritos de Marx uma saída para a crise. Em um folheto publicado no ano de 1948, intitulado *La crisis de la democracia*, o professor tucumano, muda de postura e abertamente toma posição pelo socialismo. A partir de então, citações em primeira mão de Marx, Lênin e Engels, foram comuns em seus escritos. As

leituras de Maurice Dobb, Paul Swezzy e Henri Lefebvre complementaram seus argumentos. Nas palavras de Hernán Brienza:

Parecia haber llegado el momento de asimilar la tesis número 11 que garabateó Karl Marx respecto a la filosofía de Feuerbach: hay que transformar el mundo, no solo interpretarlo. El professor Frondizi descubre su demonio socrático. En sus primeros grupos se forman muchos futuros dirigentes de la izquierda argentina. (BRIENZA, 2006. p. 49)

Contudo, é na obra *La realidad argentina*, publicada em 1955 e revista em 1959 que Frondizi amadurece seu pensamento. Dividida em dois tomos, é possível visualizar nessa obra a reviravolta operada em Frondizi: de intelectual tradicional, defensor do pessimismo trágico para intelectual orgânico, socialista, coordenador de um grupo de jovens da esquerda argentina e líder do primeiro Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) da América Latina. No primeiro tomo da obra, Frondizi se esforçou em entender a dinâmica do sistema capitalista. Para tanto formulou uma teoria que ele próprio denominou de *teoria da integração*, considerando os Estados Unidos como a grande força dinamizadora do planeta. Dessa forma, ao estudar o capitalismo nacional, Sílvio Frondizi se vê obrigado a interpretar o peronismo, o que faz com muita maestria. Diferenciando-se dos demais partidos de esquerda, entre os quais se encontrava o Partido Comunista Argentino, que consideravam o peronismo como uma manifestação fascista, Frondizi desenvolve a tese de que o peronismo deve ser classificado como bonapartista, sendo por isso distanciado e fortemente criticado pelos representantes do Partido Comunista.

Vittorio Codovilla, líder do Partido Comunista, em uma Conferência Nacional do partido, em dezembro de 1945, comenta:

Desejamos expressar em nome do Partido Comunista, nosso profundo agradecimento aos povos americanos, especialmente aos povos e governos do Chile, do Uruguai e do México, por suas múltiplas e eficazes demonstrações de solidariedade. Entre as ações solidárias de maior eficácia cabe mencionar a dos valentes mineiros chilenos, particularmente dos aguerridos trabalhadores das minas carboníferas de Lota, que demonstraram na PRÁTICA, com sua reiterada negativa de mandar combustíveis a ditadura nazi-peronista, como se

PODE E SE DEVE combater os regimes ditatoriais fascistas [...] (CODOVILLA. ap LÖWY, 2006. p. 174)

Para interpretar o peronismo, Frondizi rompeu com essa definição comunista e buscou em Marx seu apoio doutrinário. Para tanto ele recorreu a uma obra clássica de Marx intitulada *O XVIII Brumário de Luís Bonaparte*. Nessa obra, Marx apresenta uma burguesia francesa em um período de crise aberta, causadas pelos conflitos sucessivos à Revolução de Fevereiro de 1848. Essa burguesia abandona sua existência política e se vê obrigada a recorrer à ditadura de um aventureiro e seu bando, nesse caso Luís Bonaparte. Dessa forma, o Poder Executivo aparece como a grande válvula de escape para a burguesia. É o próprio Friedrich Engels que nota as debilidades da burguesia quando escreve a introdução à terceira edição da *Guerra Civil na França*:

O castigo não se fez esperar. Se o proletariado não podia governar a França, a verdade é que a burguesia já não o podia. Pelo menos nesse tempo, em que, na maioria, ela ainda tinha sentimentos monárquicos e estava dividida em três partidos dinásticos e num quarto [partido] republicano. As suas querelas intestinas permitiram ao aventureiro Luís Bonaparte tomar todos os postos de poder-exército, polícia, máquina administrativa - e, em 2 de dezembro de 1851 dissolver o último bastão da burguesia, a Assembléia Nacional. (ENGELS. In: MARX 2008. p.343)

Ao continuar sua análise, Marx aponta que o mecanismo de dominação de Bonaparte estava concentrado na Sociedade de 10 de dezembro, composta em sua maioria pelo lumpen proletariado, pelos elementos burgueses desclassificados (libertinos arruinados, jogadores, literatos, etc) e também pelos camponeses desclassificados. Mas como essa “escória” permaneceu no poder? Sem dúvidas utilizando um elemento poderoso: o exército. Nas palavras do teórico alemão August Thalheimer:

O exército bonapartista consiste de elementos camponeses desclassificados [...]. São na sua maior parte soldados profissionais com tempo de serviço de muitos anos [...]. Quando separados de sua origem de classe são os instrumentos de poder adequados para o “executivo autonomizado” [...] (THALHEIMER, 2009. p.25)

Contudo, segundo Marx, a queda do bonapartismo era inevitável. Ao se reconhecer como representante da classe média e ao mesmo tempo sendo responsável por assegurar a ordem burguesa, Bonaparte perde poder. Ele só é alguém porque quebrou esse poder político da classe média, mas ao mesmo tempo ao ser obrigado a proteger o poder material da burguesia acaba dando-lhe poder político. Para esclarecer ainda mais a concepção de bonapartismo é indispensável citar a definição proposta por Thalheimer:

O bonapartismo, a autonomização do poder executivo, é a forma “final” e ao mesmo tempo a forma mais podre do poder de Estado burguês no estágio em que, depois desta sociedade ter sido assaltada pela revolução proletária, e depois da burguesia ter esgotado suas forças na defesa deste assalto, quando todas as classes jazem esgotadas e sem forças e em que a burguesia procura defesa mais poderosa para seu domínio social. (THALHEIMER, 2009. p.27)

Após essa breve análise do bonapartismo, voltamos ao pensamento de Frondizi. Para ele o peronismo era uma forma explícita do bonapartismo, na medida em que, pelo controle do poder, transitava entre as variadas classes sociais, sendo, contudo, um representante da burguesia industrial que amedrontada e em crise busca como última opção o peronismo. Em uma entrevista sobre as esquerdas argentinas Frondizi aponta:

Em seu aspecto político, a característica fundamental do peronismo consistiu em sua aspiração de desenvolver e canalizar simultaneamente a crescente pressão do proletariado em benefício do grupo dirigente, e, depois das classes exploradoras. Por isso qualificamos o peronismo de bonapartismo, isto é, uma forma intermediária especialíssima de ordenamento político, aplicável a um momento em que a tensão social ainda não torna necessária a utilização da violência, que mediante o controle estatal tende a conciliar as classes antagônicas [...] sempre em benefício de uma delas, neste caso a burguesia. (FRONDIZI. *ap* LÖWY, 2006. P. 222).

Dessa forma, o peronismo, na visão de Sílvio Frondizi, foi um governo burguês indireto. Diferente de uma ditadura direta de classes, em que um dado segmento ou grupo social exerce autoritariamente o poder, o militante argentino vê no peronismo uma

ditadura policialesca: o forte poder do exército, da polícia, além da burocracia são algumas das características dessa ditadura. Na sua obra prima *La realidad Argentina*, Frondizi ao diferenciar fascismo de bonapartismo, assim explica o peronismo:

Para demostrar que el régimen peronista es bonapartista y no fascista, es suficiente con indicar que se apoya en las clases extremas; gran capital y proletariado, mientras la pequeña burguesía y en general la clase media, sufre el impacto económico-social de la acción gubernamental. Por el contrario, en el fascismo [...] la clase activa, la fuerza social de choque del gran capital, está constituida por la pequeña burguesía. (FRONDIZI, 1955. p. 292)

Independente de suas fortes críticas ao peronismo, Sílvio Frondizi, consegue visualizar em Perón aspectos positivos e negativos. Começemos pelos aspectos que ele considerou positivos. Em seu balance do governo de Perón, Frondizi destaca que o coronel realizou o que muitos partidos e representantes da esquerda do país não conseguiram realizar: incorporar às massas a vida política, ainda que com interesses diferentes dos da revolução. “Esta incorporación, si bien realizada con fines políticos personales e inmediatos, se tradujo en acentuada politización de las masas, incluso sus capas más bajas” (FRONDIZI, 1955. p.297). Outro aspecto positivo do peronismo, na visão do militante argentino, foi sua capacidade de debilitar a estabilidade capitalista tanto política como econômica. Por fim o peronismo foi capaz de destruir a juridicidade burguesa: “la sacrosanta Constitución Nacional há perdido su virgindad” (FRONDIZI, 1955.p.300). O mérito de Perón na perspectiva revolucionaria de Frondizi foi o de “haber destapado la olla podrida de la sociedad burguesa y haberla mostrado tal qual es” (FRONDIZI, 1955. p.301).

Do outro lado, que o peronismo tinha aspectos negativos, na concepção de Frondizi, não há dúvidas. O primeiro desses aspectos está concentrado exatamente no “aventureirismo” e na corrupção administrativa e pessoal do sistema bonapartista. Toda essa “sujeira política” é chamada de “pornocracia” (FRONDIZI, 1955. p.301). O segundo aspecto negativo estava relacionado com a utilização da classe trabalhadora na formação do Estado totalitário. Dessa forma, a classe trabalhadora era usada pelo coronel Perón de acordo com seus

interesses, estando em “carriles perfectamente establecidos de antemano, haciendole servir a las conveniencias de la clase dominante e impediendo que tome um carácter autónomo y de defensa de los intereses auténticamente proletarios” (FRONDIZI, p.302).

A conclusão desse balance dinâmico de Frondizi era que a burguesia havia fracassado e particularmente o peronismo na tentativa da revolução democrático-burguesa. Qual a solução proposta pelo militante? A Revolução Socialista era a única saída para o povo argentino. Por conta de seu pensamento e militância política, Frondizi foi assassinado pela Triple A (Alianza Anticomunista Argentina) no ano de 1974. Sua biblioteca foi confiscada e muitos de seus livros e manuscritos se perderam no tempo.

Referências Bibliográficas

BRIENZA, Hernán. *Silvio Frondizi, um franco-atirador marxista*. 1ª Edição. Buenos Aires: Capital Industrial, 2006.

FRONDIZI, Sívlio. *La realidad Argentina. Vol I El sistema capitalista. Vol II La revolucion socialista*. 1ª Edição. Buenos Aires: Praxis, 1955-1956.

FRONDIZI, Sívlio. *Doce años de política argentina*. 1ª Edição. Buenos Aires: Práxis, 1958.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª Edição ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUNA, Félix. *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Coleção Documentos da história contemporânea.

MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. 1ª edição: São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TARCUS, Horácio. *El Marxismo Olvidado em Argentina: Silvio Frondizi y Milcíades Peña*. 1ª Ed. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1996. Coleção La Cultura Argentina.

THALHEIMER, August. *Sobre o fascismo*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009. Coleção Marxismo Militante.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

EL VIDEOCLIP COMO CONSTRUCTOR DE HEGEMONÍA EN EL MUNDO ACTUAL (O VIDEOCLIFE COMO CONSTRUTOR DE HEGEMONIA NO MUNDO ATUAL)

Jon Emanuel Illescas Martínez (Jon Juanma)¹

El videoclip es un formato audiovisual relativamente reciente que surgió con fuerza en el último cuarto de siglo XX. Se fue expandiendo primero por las cadenas y los programas temáticos musicales, para más tarde hacerlo por la red, con la expansión de Internet entre poblaciones populares crecientes de todo el mundo².

La bibliografía especializada acostumbra a citar como primer vídeo musical de la historia el “Bohemian Rhapsody” de Queen, realizado en 1975. El mismo año que Margaret Thatcher se hizo líder de los tories en el Reino Unido. Dos años después del golpe de Estado contra Allende en Chile, cuando los Chicago Boys comenzaron la barbarie social con sus políticas monetaristas bajo la protección de Pinochet y la CIA. A falta de un año para la muerte de un Máo Zéd ng (毛泽东) cada vez más debilitado dentro de un Partido Comunista Chino que pronto vería cómo la hegemonía del mismo se dirigía hacia la restauración capitalista impulsada por Dèng Xiaopíng (邓小平). En definitiva, justo cuando comienza la superestructura política neoliberal: la contraofensiva de la clase capitalista según Harvey o el comienzo del capital-imperialismo según Virginia Fontes.

¹Licenciado en Bellas Artes por la Universidad Miguel Hernández, Doctorando y Personal Docente e Investigador (PDI) de la Universidad de Alicante (Dpto. Filología española, Lingüística general y Teoría de la literatura) y la Universidad Complutense de Madrid (Sociología I “Cambio Social”), en el Programa de “Bienestar Social y Desigualdades” de los departamentos de “Sociología II” y “Comunicación y Psicología Social”. Beneficiario de una beca de la Fundación CajaMurcia para la investigación de su tesis doctoral.

²Según el Banco Mundial, más del 25%: http://www.google.com/publicdata?ds=wb-wdi&met_y=it_net_user_p2&tdim=true&dl=es&hl=es&q=usuarios+de+internet+en+el+mundo, según otros indicadores la cifra asciende al 30%: <http://economista.com.mx/tecnociencia/2011/04/04/30-poblacion-mundial-usa-internet>. De cualquier modo, se refiere a usuarios fijos, con lo que la gente que accede como internauta disperso es superior. En este enlace de la CIA World Factbook se puede ver un desglose detallado por países, siendo el que más usuarios tiene la China: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2153rank.html>

Ha llovido mucho desde entonces, y muy fuerte. Tanto en el mundo del videoclip como en nuestro planeta. Su inserción histórica se produce con el auge del neoliberalismo y nos aventuramos a decir que muy probablemente se extenderá, de diferente modo, por las nuevas y truculentas fases que se avecinan en nuestro sistema-mundo capitalista. Ello no significa que no puedan existir videoclips de izquierda o anticapitalistas, simplemente contextualizamos el escenario de su nacimiento histórico y posterior desarrollo. En otro momento y lugar nos centraremos en la realidad de los videoclips contrahegemónicos y su multiplicidad de lenguajes.

El clip musical o videoclip es un formato que bebe tanto de la publicidad como del cine, a los cuales a su vez retroalimenta. Su objetivo mayoritario es la publicidad del artista (la verdadera mercancía) a la par que, muchas veces de modo secundario, la propia canción. Este formato ha sido celebrado por los teóricos posmodernos como la quinta esencia del posmodernismo. Según ellos, el videoclip representa audiovisualmente todos los valores que vindican esos autores del tipo: cultura híbrida e inestable, ritmo quebrado y experimental, falta de argumento y cronología, ausencia de relatos, hibridación, etc. Sin embargo, después de casi dos años de investigación, puedo asegurar que esto es empíricamente falso. En el videoclip dominante prima la división clásica de la trama: introducción, nudo y desenlace. Si bien por la breve duración del clip, cada una de estas fases tiende a comprimirse con un alto grado de síntesis audiovisual. El esqueleto del videoclip es sumamente clásico, lo que se acelera es el ritmo, y lo que cambia sin cesar: el desfile de disfraces, su envoltura, mas no su estructura.

Los autores posmodernos de los estudios culturales han analizado el nuevo formato desde una perspectiva semiótica atendiendo a cuestiones de género, etnia y también observando las llamadas subculturas o microculturas del sistema, de un modo, la mayor de las veces, sumamente acrítico. Estos académicos del *status quo* celebran el cosmopolitismo de los clips, de un modo bastante superficial, olvidando por completo la ligazón tan estrecha de este formato con el sistema productivo que los ampara, junto al papel que cumplen dentro del mismo. No sólo como medio para el fomento de la sociedad capitalista de consumo, sino como ariete de su reproducción ideológica, en especial entre la juventud. Los posmodernistas se olvidaron no sólo de todo esto por el camino, sino como acostumbra

a hacer, también de esa clase a la que prácticamente niegan su existencia: la trabajadora. Los “intelectuales” acríticos con el capitalismo neoliberal no atienden a ver la reproducción ideológica sistémica que el videoclip reproduce y alimenta. Sí lo ven, en cambio, los principales think-tank y las élites que se encargan de financiarlos y seleccionar cuáles de entre todos ellos serán promocionados, y cuáles no, por sus conglomerados mediáticos transnacionales (Vivendi, Sony Corporation, etc). La inmensa mayoría de los videoclips están financiados por las 4 grandes discográficas (*the Big Four*: Universal, Sony, EMI y Warner Music) las cuales controlan más del 80% de la producción, si bien se difunden por corporaciones de tendencia oligopólica tan importantes como Google, YouTube, MTV o Disney. Estos videoclips nos muestran un mundo absolutamente mistificado de la realidad socioeconómica. No por su imaginación, ni por su cierta irreverencia o ensoñación artística, no. Si fuera por esto, no habría mucho que añadir porque el arte siempre ha tenido un alto componente imaginativo, de ensoñación y elucubración simbólica. El problema es que siempre que estos vídeos musicales nos quieren hablar de la realidad, la mistifican, nos mienten a favor de una misma dirección: la apología capitalista. Estos clips no son sólo unos potentes generadores de estereotipos de género y pueblos del mundo, sino de clase. Nos muestran un planeta repleto de clases medias-altas y magnates (legales e ilegales), donde el sueño que se fomenta en el espectador es el de hacerse rico (como sea) y tener poder sobre el resto de congéneres mientras se compite continuamente con ellos. No aparecen, o raramente lo hacen, centros de trabajo donde se crea toda la riqueza social que luego sí se muestra ya fetichizada en su forma de mercancía lista para el consumo, como coches de lujo, mansiones, yates, aviones, etc. Casi nunca aparecen localizaciones laborales como la industria o el campo, muy raramente son representados los trabajadores del sector servicios a no ser que sean vendedores ambulantes o empleados de agencias de publicidad y la banca (cuando no narcotraficantes). No suelen aparecer ni pobres ni trabajadores, sólo consumidores, ese arquetipo de ciudadano amputado soñado por la burguesía. Las huellas del trabajo social, la actividad humana que nos caracteriza, brillan por su ausencia. Además, en los clips hegemónicos la correlación física con la realidad se acerca al terreno de la ciencia ficción, no sólo porque todos sean jóvenes y guapos, sino porque en algunos lugares como

Latinoamérica, las estrellas musicales son en su mayoría eurodescendientes con cero representatividad indígena e infrarrepresentatividad de mulatos, mestizos y afrodescendientes (sobre todo entre los más exportados a otros lugares del mundo).

El videoclip es un formato perfecto utilizado para la alienación ideológica de la juventud del sistema mundial, tanto para aquella que vive en los países centrales como para la que vive en periféricos o semiperiféricos. Tanto para los jóvenes de los países enriquecidos como para los de países empobrecidos; para los chicos de clases medias y para los trabajadores pobres con una incidencia cada vez más destacada en los hijos lumpemproletarizados de los trabajadores en paro estructural o de larga duración. Los pueblos periféricos se retratan caricaturizados, los “otros” son minusvalorados o ridiculizados: blancos por negros, negros por blancos, mujeres por hombres y hombres por mujeres. Se enfrentan a los seres humanos con el fin de extraer plusvalía de esa autoafirmación consumista en base a la dominación o minusvaloración del “otro”, siempre peligroso, acechante, continuamente diferenciado, como mercancía actuante y devoradora sujeta a un nicho de mercado en espera de recibir más mercancías para consumir (destruir) y continuar con la reproducción de la plusvalía con su conocida fórmula D-M-D- (Dinero-Mercancía-Dinero).

Para que la velocidad reproductiva del capital sea cada vez más corta, imperativo crecientemente acuciante debido al peso del capital especulativo sobre el capital global total que exige menos tiempo para el retorno de las inversiones, qué mejor que recurrir a la pornocastración o la promesa del coito sin fin³. La sexualidad lo impera todo y es el motor pregnático de la mayoría de videoclips. Sexualidad emotiva a modo de pareja ideal, sexualidad promiscua a modo de orgías, pero sexualidad más o menos velada, más o menos explícita, al fin y al cabo. La sobredimensionalización visual de los atributos femeninos y masculinos es constante, como su fetichización. El canto a la superficialidad casi siempre presente. No existe reflexión y prácticamente ningún ensalzamiento de valores humanos de carácter cooperativo y no competitivo. Con su ritmo constante y frenético, con su flujo³ de imágenes de cuerpos y coches,

³Teoría explicada en mi investigación: “Estetización y mistificación de la vida en el sistema publicitario”: <http://www.rebellion.org/docs/89506.pdf>, en portugués en: http://erevista.unioeste.br/ndex.php/tempos_historicos/issue/view/378/showToc

brillos y yates, luces fosforescentes y culos oleosos, promueven una propaganda de la sociedad pecuniaria, un culto al valor de cambio, al dinero en tanto supremo fetiche, como nunca antes se había producido en toda la Historia del Arte. Es por ello que es la propaganda más auténtica del capitalismo neoliberal junto con la publicidad, que aunque importante, ya provenía en su apogeo de la superestructura del capitalismo imbricado o keneysiano de las dos décadas largas de la sociedad dorada de consumo central occidental (1945/1973). Como nos enseñó Gramsci, cada momento histórico tiene su mezcla de superestructuras, algunas del pasado y otras originadas en el presente como realmente pertinentes y representativas de su momento histórico. Siguiendo al filósofo italiano, tanto por su funcionalidad, como por su popularización entre las masas, podemos afirmar sin temor a equivocarnos que el videoclip funciona actualmente como una de las manifestaciones más coherentes de la superestructura capital-imperialista de nuestro sistema-mundo contemporáneo, como una de las expresiones de vanguardia de su propaganda más poderosa.

Para entender la influencia de un videoclip basta con decir que algunos de Beyoncé, Rihanna, Pitbull o Don Omar⁴ pueden ser visto por cientos de millones de personas en todo mundo, y tiene un efecto propagandístico mil veces superior a cualquier libro de autores de izquierda tan (re) conocidos como Eduardo Galeano o Amy Goodman. Es una de las armas más letales para la reproducción ideológica en la juventud debido a que permite interiorizar a los futuros trabajadores los valores de la reproducción capitalista como naturales. Incluso antes de su incorporación al mercado laboral. Ya no es la escuela el lugar de reproducción principal de la superestructura como decían autores tan diferentes como Althusser o Bourdieu, los videoclips y otras manifestaciones culturales le disputan el predominio sobre todo por su nivel de fascinación y fomento de las pulsiones animales. Por su mensaje directo, su envoltorio virtuoso y su lógica persuasivamente ejemplificante. Mientras que al adolescente de turno, los mensajes de izquierda que pueda escuchar en el instituto o la universidad, le sonarán “a chino” comparados con el mensaje sencillo, comprensible y poderosamente seductor de los

⁴Ver por ejemplo: <http://www.youtube.com/watch?v=EVBsypHzF3U>,
<http://www.youtube.com/watch?v=e82VE8UtW8A> o .

videoclips, éstos los consumirá como *fast-food* intelectual. Además, según los patrones de integración sistémica y autovaloración conductista verá a esos “compañeros protestones” de los sindicatos o las asociaciones de estudiantes más combativas, como desfasados, mutilados o apestados revoltosos que no se integran en la “buena sociedad” (la sociedad de triunfadores, de los “guapos” y “deseables”, de la sonrisa siempre brillante). En el mismo sentido, mediante una ensoñación de altísima factura técnica producida por una estética idealizada en base a cuerpos modelados en el gimnasio, por el bisturí quirúrgico o el pincel digital, los videoclips disociarán a los jóvenes justo cuando estos podrían ejercer el papel de seres humanos rebeldes que luchan por mejorar su futuro y actuar de fuerza contrahegemónica. En cambio, este tipo mayoritario de videoclips atemperan sus pulsiones sexuales por medio de la estrategia del coito ininterrumpido y las reconduce hacia la esquizofrenia del consumo aciago. Los paralizan en una masturbación mental infinita de la que salen enormemente frustrados, pero convenientemente distraídos.

Estos últimos días se habló de la “Spanish Revolution” de un modo más voluntarista que riguroso. Mientras que cientos de miles de jóvenes (y no tan jóvenes) salían a las plazas para protestar por un sistema incapaz de otorgarles un futuro digno, ¿cuántos permanecían en casa alienados viendo clips de YouTube en un flujo⁵ continuo de disociación de una realidad cada vez más hedionda? Las mayorías silenciosas son una realidad, no sólo porque voten a la derecha de la derecha y no sean capaces de dar el paso a la izquierda, no. Las mayorías calladas lo son porque se cultivan desde la cuna y se las forma con especial intensidad en la adolescencia y la juventud, donde se les da el golpe de gracia.

Así la Izquierda no entiende porqué no aumenta su presencia en casi ningún sitio con la que está cayendo bajo la crisis, e incluso descende su apoyo popular allí donde históricamente tuvo fuerza (y no hablo sólo de la mentira social-liberal). La izquierda anticapitalista no entiende prácticamente nada porque nunca consiguió trasladar a las bases (ni a la mayor parte de los dirigentes) la importancia de la lucha de clases en la cultura. La Izquierda (electoral o no) está perdida porque no está entendiendo que para luchar contra un enemigo más fuerte se tiene que empezar a construir sueños más

⁵Concepto de Raymond Williams que adquiere mayor significación si cabe del paso de la TV al Internet.

allá del cortoplacismo de la protesta que solloza porque vuelvan los derechos sociales perdidos (puro tradeunionismo melancólico del keneysonianismo perdido). Esta actitud reformista y pestilente no anima a casi ningún joven para comenzar la lucha, la organización, el compromiso militante entre compañeros. Es necesario más que nunca, como decía Marx, repetir la consigna de “tomar el cielo por asalto”. Si la izquierda no genera sueños de cambios profundos, sueños de un mundo mejor; la derecha seguirá vendiendo fantasías de humo a esos jóvenes que necesitan soñar por imperativo hormonal. Para que una vez llegados a la adultez postergada, cuando ya estén fatalmente endeudados mediante el vasallaje financiero, vean que la neblina capitalista, con todas sus drogas y las luces de neón, no eran sino finas cortinas de implacable opacidad que no les dejaban ver la triste realidad que significaba estar caminando sobre el vacío.

La juventud es idealista, en el buen sentido del término, por naturaleza. Entonces cabría preguntarse, ¿por qué la Izquierda entregó los sueños a sus enemigos de clase? ¿Por qué tiene miedo siquiera a atreverse a soñar? ¿Por qué permanece en la prisión aterrorizada por si su utopía resuena en el resto de las celdas y debilita las cadenas? ¿A quién tienen miedo de despertar? ¿A la propia Izquierda, al Socialismo, al Comunismo? No hay rejas más fuertes para la emancipación del género humano que la del “realismo” de aquellos que todo lo ven imposible. Mientras que desde la **irreverencia (científica) de los sueños**, sembraremos la realidad fértil del mañana; desde la **realidad de los sueños**, no cosecharemos más que la miseria del presente.

Los “realistas” de izquierda se creen que viven en una foto en blanco y negro cuando la vida es puro movimiento. Permanecen enfangados en políticas obsoletas de símbolos caducos y banderas que nadie comprende, en ceremonias laicas que los alejan de las mayorías, procesiones amaestradas e inofensivas para el conjunto de los defensores del Capital, absolutamente fuera de juego. La derecha y su élite se toman muy en serio la cultura y el mundo de los sueños. ¿Y nosotros qué vamos a hacer? Hacia arriba o hacia abajo, hacia delante o para atrás. ¿Hacia dónde queremos mirar?

Ya es hora de prohibir entre la militancia de izquierda el no pensar, el no reflexionar, el no estudiar, la falta de autocrítica⁶, pero

⁶Incluida por supuesto, no sólo la crítica a las organizaciones de izquierda, sino a nuestro propio sujeto. La revolución comienza por casa.

sobre todo, es el momento de prohibir desde la intransigencia jacobina más radical posible, la enorme desidia de izquierdas que significa el no soñar. Deberíamos reservar el destierro a las filas de la derecha para todo aquel que no se atreva a cerrar los ojos de vez en cuando e imaginarse un futuro mejor. Para todos.

Nos jugamos la libertad y cualquier mundo que merezca la pena ser vivido.

Referencias Bibliográficas

ADORNO, Theodor (1973), *Crítica cultural y sociedad*. Barcelona: Ariel [1969].

ALTHUSSER, Louis (1988), *Ideología y aparatos ideológicos de Estado. Freud y Lacan*. Buenos Aires: Nueva Visión [1970].

ARRIGHI, Giovanni (1999), *El largo siglo XX: Dinero y poder en los orígenes de nuestra época*. Madrid: Akal.

____ (2007), *Adam Smith en Pekín*. Madrid: Akal

BARTHES, Roland (1995), *Lo obvio y lo obtuso: Imágenes, gestos, voces*. Barcelona: Paidós Comunicación [1982].

BAUMAN, Zygmund (2005), *Amor líquido: Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*. Madrid: Fondo de Cultura Económica [2003].

BENJAMÍN, Walter (1983), *L'obra d'art a l'època de la seva reproductibilitat tècnica*. Barcelona: Edicions 62 [1936].

BRITTO GARCÍA, Luís (1991), *El imperio contracultural: Del rock a la posmodernidad*. Caracas: Nueva Sociedad. [Http://www.lajiribilla.cubaweb. cu/pdf/libroimperiocont.html](http://www.lajiribilla.cubaweb. cu/pdf/libroimperiocont.html) (consultado por ver última el 27/05/2010).

CASTELLS, Manuel (2009), *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza.

DORFMAN, Ariel y MATTELART, Armand (1985), *Para leer al Pato Donald*. México D.F: Siglo XXI [1972].

EAGLETON, Terry (1997), *Las ilusiones del posmodernismo*. Buenos Aires: Paidós [1996].

____ (2000), *La idea de cultura*. Barcelona: Paidós [2000].

- ____ (2005), *Ideología*. Barcelona: Paidós [1997, 1995].
- ECO, Umberto (1994), *Signo*. Barcelona: Labor.
- FONTES, Virgínia (2010), *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFR.
- FRANK, Andre Gunder (2008), *Re-orientar: La economía global en la era del predominio asiático*. Valencia: Publicacions de la Universitat de Valencia [1998].
- FRITH, Simon, STRAW, Will y STREET, John (2006), *La otra historia del rock*. Barcelona: Ediciones Robinbook [2001].
- GUBERN, Román (2003), *Del bisonte a la realidad virtual*. Valencia: Anagrama [1996].
- GRAMSCI, Antonio (1974), *La formación de los intelectuales*. Barcelona: Grijalbo [1963].
- HARVEY, David (2007), *Breve historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal [2005].
- HORCKHEIMER, Max y ADORNO, Theodor (1994), *Dialéctica de la Ilustración*. Madrid: Trotta [1969 original sin revisar].
- JAMESON, Fredric (1991), *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*. Barcelona: Paidós [1984].
- MARX, Karl y ENGELS, Friedrich (1994) *La ideología alemana: Feuerbach. Contraposición entre la concepción materialista y la idealista*. Valencia: Universitat de València [1991].
- MORALES, Ed (2006), *Ritmo latino*. Barcelona: Ediciones Robinbook [2003].
- NIGRA, Fabio (coord.) (2010), *Hollywood, ideología y consenso en la historia de Estados Unidos*. Buenos Aires: MAIPUE.
- PANOFSKY, Erwin (1991), *El significado de las artes visuales*. Madrid: Alianza [1955].
- ROSSI-LANDI, Ferruccio (1985), *A linguagem como trabalho e como mercado*. Sao Paulo: DIFEL [1968].
- SCHWARTZ, Lara M. (2007), *Making Music Videos*. Nueva York: Billboard Books.

SEDEÑO, Ana María (2002), *Lenguaje del videoclip*. Málaga: Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico de la Universidad de Málaga.

SIERRA CABALLERO, Francisco (Coord). (2008) *Teoría crítica y comunicación*. Madrid: Visión Libros.

SILVA, Carla (2009), *VEJA: O imprescindível partido neoliberal (1989-2002)*. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE.

VIRNO, Paolo (2003), *Gramática de la multitud*. Madrid: Traficantes de Sueños.

WALLERSTEIN, Immanuel (2008), *Un mundo incierto*. Caracas: Monte Ávila Editores.

PROSTITUTAS, GUITARRISTAS, MACONHEIROS E COMUNISTAS: ANÁLISE DAS PÁGINAS POLICIAIS DO JORNAL HOJE FOZ (1978-1980)

Jonas Christmann Koren¹

Atenção marginais [...] Maconheiros, trambiqueiros, prostitutas, ladrões, assaltantes, assassinos, puxadores de carretas, trombadinhas, pasteiros, milongueiros, ventanistas, descuidistas, guitarristas, comunistas, e outros senvergonhistas².

Foi a citação acima que me motivou em direção a esta pesquisa. Foi através dela que me perguntei: por que indivíduos aparentemente tão diferentes entre si apresentados como se pertencessem a um mesmo grupo, um grupo de marginais?

Tomando os discursos apresentados no jornal Hoje Foz, nos é possível entender como se forjaram determinadas representações³ sobre determinados grupos sociais e espaços urbanos de Foz do Iguaçu, no período entre 1978 e 1980. Estes serão tomados como *marginais*. A marginalidade é atribuída a uma inadequação social de determinados indivíduos e grupos em seu convívio, em relação às normas e costumes, “*resultado de deficiências ou limitações a serem superadas pelo sistema educacional ou, ainda, com a ajuda de acompanhamentos diversos (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos etc.)*”⁴.

O jornal⁵ não pode ser encarado como um simples meio de se transmitir informação à população de forma neutra, imparcial; por mais sutil que seja, toda matéria jornalística carrega em si ideologias, o ponto de vista e as intenções de quem a escreve, agrupados em torno

¹Graduado em história UNIOESTE.

²*Hoje Foz*. 12-16.12.1980. p. 24.

³Utilizamos este conceito seguindo teorizações de CHARTIER, R. *O mundo como representação*.

⁴FONTES, Virginia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005. p. 21.

⁵O jornal HF está disponível no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, localizado na Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Rua Pernambuco 1777 - Centro - Marechal Cândido Rondon. CEP 85960-000.

do grupo econômico que o patrocina. Assim, devemos ter cuidado para não tomarmos o que se encontra relatado na reportagem como verdadeiro. Embora, essa parcialidade da imprensa seja útil para compreendermos o pensamento, a ideologia e as intenções de determinado grupo social em determinada época. A tarefa do historiador que trabalha através de periódicos, começa em localizar a fonte escolhida e a dispor em uma série, visto que ela não constitui um objeto único e isolado, e depois investigar as motivações que levaram determinados acontecimentos a terem destaque na narrativa jornalística. É diferente o peso de uma manchete na primeira página para uma coluna. E a ênfase em determinados temas, sua linguagem e imagens não se dissocia do público que pretende atingir. Jornais não são empreendimentos isolados, são uma reunião de indivíduos em torno de um credo relativamente comum.

Na análise das matérias não pretendo de forma alguma negar que esses crimes de fato aconteceram, ou justificar delitos, até porque o que nos importa aqui são as representações que o jornal veiculava e a criação e reafirmação de estigmas sociais. Através da representação uma sociedade ou grupo se compreende em uma rede de significações *"em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido"* e que *"são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos"*⁶. Como Chartier nos coloca, *"as lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio"*⁷.

O noticiário policial do jornal HF em geral se apresentava como um instrumento de denúncia em defesa da população, apresentando os problemas encontrados pela mesma com relação à criminalidade. No entanto jornal não descreve meramente, a

⁶CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina. "Representação Política: O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira". In. CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: Contribuições a um Debate Transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. Pág. 229.

⁷CHARTIER, Roger. *História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1989. p. 17.

realidade, *tal qual se passou*, mas intervém diretamente nesta, para isto usando como legitimação, a auto-qualificação de “porta-voz da população de bem”. Como no exemplo abaixo:

Como profissional e homem que sou, radicado nessa cidade desde 1968 prestando minha modesta colaboração no combate ao crime e aos marginais, na defesa das instituições e do bem estar comum...⁸

Não podemos dizer que o jornalista não tenha a intenção de auxiliar na solução dos problemas da população, combatendo o “*crime e os marginais, na defesa das instituições e do bem estar comum*”; porém lançamos alguns questionamentos: quem são os *marginais* aos quais o autor se refere? Ele se propõe a agir na defesa de quais instituições? Qual o significado desse *bem estar comum*? Problematicando o discurso jornalístico observamos que existe toda uma visão de mundo que não só o envolve, mas que é constituinte deste.

Além disso, nos chama atenção o modo como crimes são tratados nessa publicação, pois quando manchetes sobre crimes são apresentadas dessa maneira na capa do jornal: “*NA COLUNA DO CAUBY, MORTES, FACADAS, BRIGAS, TODO O SUB-MUNDO DO CRIME DA REGIÃO*”, seguidas da frase “*SE VOCÊ GOSTA, SIRVA-SE Á VONTADE*”, isto nos leva a questionar o próprio intuito do jornalismo, se um meio de comunicação deve ser um veículo para os interesses da população, ou se este cria, baseando-se em categorias distorcidas como idoneidade, representações sobre grupos sociais, que em sua generalização só servem para reproduzir a lógica da exclusão.

Ao que parece, a página policial passou a ser também um atrativo para o público leitor adquirir o jornal. No decorrer dos anos ela ganha mais espaço na publicação, passando de apenas uma página nas primeiras edições do jornal para até três ou quatro laudas durante o período estudado; as matérias policiais, ao decorrer do tempo, também ganham mais atenção na capa da publicação, com manchetes chamativas escritas em letras grandes e fotografias que estampam cadáveres vítimas de assassinato de forma explícita.

⁸ *Hoje Foz*. 18-26.01.1980. p. 15.

A maneira como as matérias são escritas também nos leva a discordar das intenções que o jornalista diz ter ao escrever sua coluna. Em geral, a maior parte das matérias é constituída de descrições sobre os criminosos e sobre o local onde o crime ocorreu. Essas descrições permitem compreender a visão que o jornalista possuía sobre marginais, sobre as periferias e sobre pessoas mal vistas pelas elites e autoridades locais, como prostitutas, maconheiros etc.

O cabeçalho e a parte final das matérias são as partes que mais usamos nas análises, pois essas são as mais carregadas de preconceitos e de caráter moralizante das matérias; a parte central das matérias onde de fato o crime é descrito é em geral escrita de maneira mais formal e objetiva, apesar de também ser tendenciosa.

Dividimos a análise em três tópicos: o primeiro demonstrando o tratamento que é dado pelo jornal aos bairros pobres do município, analisaremos matérias relativas ao Bairro Rincão São Francisco que citado com frequência nas reportagens das páginas policiais, “palavrão do Chico” é maneira que o autor se refere ao bairro. O segundo tópico demonstra um típico marginal segundo a visão do jornalista da coluna, serão analisadas duas matérias sobre Juarez Talvis, vulgo “neguinho”; e o terceiro trata das questões ligadas à prostituição e bares frequentados pela população pobre do município, aos quais o jornalista se refere como “muquifas e mocós”.

O bairro São Francisco está localizado na região limitada ao norte pela BR-277, a oeste com a Rua Iapó e Rio M'Boicy, a leste com o Rio Tamanduazinho e ao sul com a Avenida República Argentina⁹. O bairro é um típico bairro de população pobre e trabalhadora, embora não se considere uma “vila operária”.

A reportagem “A Morte Mora no Rincão”, que faz referência ao alto índice de criminalidade registrado no Bairro Rincão São Francisco e sobre a necessidade de se instalar uma delegacia distrital nessa localidade e outra no Bairro Porto Meira.

A mesma noite que protege o sono do justo, abriga também a ação nefasta dos marginais. Assim acontece com os loteamentos Parque Morumbi I e Parque Morumbi II e outros que integram o Bairro Rincão São Francisco onde, ao lado de humildes e laboriosas famílias de trabalhadores honestos, vivem marginais da mais baixa e repugnante categoria. São

⁹PREFEITURA MUNICIPAL FOZ DE IGUAÇU. *Plano Diretor 2006*. op. cit. p. 22.

assassinos foragidos da justiça, assaltantes, ladrões, maconheiros, punguistas, vigaristas, comunistas, senvergonhistas e outros “istas”, que intranquilizam aquela comunidade¹⁰.

Nessa reportagem vemos de forma clara uma tentativa de separar a população em duas categorias: de um lado estão as “*humildes e laboriosas famílias de trabalhadores honestos*” e de outro lado “*marginais da mais baixa e repugnante categoria*”. Chamam atenção também os marginais listados pelo jornalista, em principal a presença de “comunistas” entre eles. Entende-se que no contexto em que a matéria foi escrita, os comunistas fossem perseguidos, simbólica e fisicamente, já que no contexto da ditadura militar brasileira, porém, sua simples associação já traz em si uma correlação com o “sujo”, o “errado”, o “nefasto”.

Mesmo se colocando em defesa das “*humildes e laboriosas famílias de trabalhadores honestos*”, o espaço ocupado por estas famílias no território urbano da cidade sempre é tratado pela mesma alcunha, o “falou palavrão”. Na mesma reportagem mais à frente o autor escreve: “*No entanto, os crimes de morte continuam fazendo do Rrrrrrrrrrincão São Francisco (falou palavrão) manchete dos jornais*”¹¹. O nome do bairro é escrito com porção de “erres”, uma forma de achincalhar, presumimos, o forte sotaque do Oeste do Paraná, com a pronúncia do nome do próprio bairro. Trata-se de um recurso ao humor, à sátira, para rebaixar o local e seus moradores. Logo após o nome do bairro é colocado “falou palavrão” entre parênteses, conforme um antigo costume presente na literatura de pedir perdão ao nomear algo imundo. Dessa forma, mesmo depois escrever que nesse bairro também existem pessoas “honestas”, “humildes”, ele acaba por marginalizar todos os moradores ao inseri-los em uma mesma categoria apresentando o lugar onde eles vivem como algo “sujo” ou “indigno”.

A seguir temos um trecho da reportagem intitulada “Juarez Talvis Nocivo e Periculoso”, que demonstra a imagem de um típico marginal aos olhos do repórter policial Cauby Silva:

O "Neguinho" Juarez Talvis, assaltante à mão armada,

¹⁰ *Hoje Foz*, 07-13.09.1980. p. 10.

¹¹ *Hoje Foz*, 07-13.09.1980. p. 10.

arrombador de residências (caxangueiro), ventanista, descuidista, pasteiro, maconheiro, trombadinha mumunhas afins, sem profissão definida, sem residência fixa, residindo nas piores muquifas e mocós, profundo conhecedor do sub mundo do crime no qual vive, tem o corpo repleto de cicatrizes oriundas de rajadas de tiros, facadas, porretadas, pedradas, corte de cacos de copos e garrafas¹².

Segue com sua tradicional descrição do criminoso, “*O ‘Neguinho’ Juarez Talvis, assaltante à mão armada, arrombador de residências (caxangueiro), ventanista, descuidista, pasteiro, maconheiro, trombadinha mumunhas afins*”¹³, repleta de gírias, meramente preocupada em crescer o meliante de adjetivos. “*Talvez um dos mais antigos recursos enunciativos, advindos da época clássica, e ainda bastante utilizado atualmente, principalmente em atividades que utilizam o discurso político como forma de desqualificação do oponente seja a zombaria*”¹⁴, sendo que sua “*finalidade é justamente diminuir o adversário, suscitando o riso num determinado auditório*”¹⁵. E justifica a plena utilização da desqualificação, da zombaria anterior, pelas características que não só demonstram, como comprovam, ser sujeito “nocivo a sociedade”.

Aqui observamos a exigência da propriedade para se obter a plena cidadania, simbolicamente referenciada no endereço de moradia. Sem a “residência fixa” não há possibilidade de se alçar a condição de cidadão, pois esta não é meramente dada, mas categoria social a ser alcançada. Logo adiante o jornal nos apresenta uma nova informação: “*O que não se concebe é que determinados policiais andem ostensivamente em companhia de elemento tão marginalizado...*”¹⁶, sendo que assim dá a idéia de que existem uma “escala de marginalidade”, mensurada pelos estigmas na pele do indivíduo, cada pedrada, facada ou tiro como passível de categorização adverbial.

Na edição seguinte há outra reportagem sobre “Neguinho”, desta vez anunciando que haviam prestado queixa na delegacia por

¹² *Hoje Foz.* 11-18.04.1980. p. 07.

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ BARONAS, R. L. *Derrisão: um caso de heterogeneidade dissimulada.* Disponível em <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/7.pdf>, acessado em 22.10.10

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ *Hoje Foz.* 11-18.04.1980. p. 07.

fazer desordem em um bar; onde é possível observar a diferença entre um cidadão de bem e um marginal. A reportagem começa apresentando o sujeito que prestou a queixa, “*Tadeu Luiz Sangado, brasileiro, solteiro, residente na Rua Almirante Barroso, marcou bronca na Capa Preta do Delega*”¹⁷, o mesmo é apresentado da maneira que se mostra em documentos formais, como boletins de ocorrência, por exemplo, mostrando que ele é brasileiro (o que é importante nessa região de fronteira) e que tem residência fixa. Em seguida nos é apresentado o meliante, “*contra o marginal Juarez Talviz, vulgo “Neguinho”, o qual promoveu desordem na Lanchonete Salgada. Este crioulo catarrento e xexelento é o mesmo que foi por nós denunciado na edição passada deste pasquim, manja aí*”¹⁸. Observa-se o preconceito utilizado como estigma de diferenciação, que em linguagem coloquial de época de modo a trazer o riso, a leviandade, utilizando as próprias diferenças entre os trabalhadores, para em caráter geral criminalizar um grupo social inteiro.

A seguir analisaremos algumas referências sobre os prostíbulos e bares localizados nas áreas periféricas da cidade que apareceram nas páginas do HF. O tema da reportagem abaixo é uma operação policial, que buscou coibir os prostíbulos do município:

[...] a operação será efetivada todos os fins de semana, visando atender às inúmeras reclamações da comunidade de Foz do Iguaçu, bem como coibir os abusos praticados em via pública pelas mundanas, atos atentórios à moral e aos bons costumes. é isso aí bixo; em lago que tem piranha jacaré nada de costas e macaco bebe água de canudinho¹⁹.

O seu título já chama atenção para o tratamento para com as trabalhadoras destas casas, “*POLÍCIA ENGAIOLOU UM MONTE DE PROSTITUTAS*”, sendo o mote para o uso dos termos “engaiolou” e “monte” a idéia de animais.

Aqui temos outro exemplo do tratamento dado à prostituição em foz do Iguaçu pelas páginas policiais:

O povaréu de Santa Terezinha tá é muito brabo com o seu Buzzanelo. Onde já se viu, só, casa de exploração de lenocínio

¹⁷ *Hoje Foz*, 18-25.04.1980. p. 09.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ *Hoje Foz*, 11-18.01.1980. p.17.

(de putas, pronto) no centro? A matrona, Dona Amélia, está com seu negocio nas proximidades do ginásio novo, com o vênio do delegado. Vamos lá, seu sub-prefeito, atenda esta gente toda que lá reclamando e manda a putada "trabalhar" fora da cidade²⁰.

E a moralidade é invocada toda vez que se refere à prostituição, sendo novamente a solução encontrada para proteger a moral e os bons costumes da cidade o uso da repressão policial, para “pegar a putada”.

O nome da manchete da reportagem é “PUTADA”, em caixa alta, propositadamente chula, e chama a atenção, pois quando a página do jornal é aberta, se situa entre pequenas reportagens. Para descrever a prostituição, o autor usa primeiramente o termo “*casa de exploração de lenocínio*”, para em seguida abre parênteses e explicar, “*de putas, pronto*”. Cria-se uma cisão entre a sociedade e a moralidade, como se o segundo, ideal, se colocasse a disposição de uma realidade errada. “*Onde já se viu prostituição no centro da cidade?*”, o autor se pergunta, demonstrando não haver a intenção de negar a prostituição ou propor alternativas para as mulheres que se viram forçadas a abraçar tal profissão por falta de perspectivas, mas sim de mandá-las trabalhar “fora da cidade”, atribuindo à invisibilidade destes personagens um ato de “moralidade” de toda a cidade.

Em que pese a ação da polícia na fiscalização e repressão à marginalidade e a prostituição, as muquifas e mocós antros de marginais perigosos protegidos por prostitutas e rufiões, continuarão proliferando na cidade, principalmente nos pontos mais afastados do centro, onde a repressão policial é menos intensa. Assim é que, o boteco onde recentemente foi morto, a tiros de revolver Augusto Sergio Naradoli na estrada Velha de Guarapuava, continua aberto, acolhendo foragidos da justiça, homicidas, ladrões, maconheiros, assaltantes e prostitutas nas mais lamentáveis condições higiênicas, cujos corpos exalam odores desagradáveis quando delas se aproxima. Tudo isso misturado na mais completa promiscuidade regada a cachaça, só pode resultar em crime²¹.

²⁰ *Hoje Foz.* 18-25.01.1980. p. 23.

²¹ *Hoje Foz.* 7-13.09.1980. p.15.

A informação que a matéria tem como mote, no caso o assassinato de Augusto Sergio Naradoli, fica em segundo plano, pois a ênfase é na descrição dos bares e prostíbulos da cidade; que são tratados de forma preconceituosa e moralizadora.

Como discorrido neste trabalho, vê-se que o jornal HF criou e disseminou pela cidade representações acerca de um sem-número de indivíduos em suas práticas sociais e ideológicas, mas que todas em comum o fato de serem negativas, demonizantes. Estas representações não se fazem sem motivo, sem uma função política, a de através da categoria de *marginais*, como viventes à margem, fluida, mutante, agrupar partidários em torno do centro desta sociedade, do projeto das elites para Foz do Iguaçu, da plena aceitação do modo de vida destas como correto, sob pena não só da categorização, mas da repressão e normatização policial que esta presumia.

Incluir diferentes grupos em uma única categoria é uma forma de se criar uma representação deturpada e idealizada do real em termos duais, bom e mau, certo e errado, para incluir como “outro” todos aqueles que não se enquadram em um determinado padrão histórico de sujeição. Ou o indivíduo se submete às normas estipuladas, ou ele sofreria as sanções determinadas pela estigmatização de marginal. Para tanto a suposta função jornalística do impresso se esvazia de qualquer análise mais profunda sobre os problemas sociais da cidade.

Criada essa dualidade, só lhe resta fazer com que ela seja assimilada pela população, o que o jornal consegue com o uso da repetição, do humor, das apropriações da moral religiosa, do mito da ordem e progresso. Busca-se assim não criar somente um espectador, um leitor passivo, para quem no dia seguinte o jornal é somente utilizado para embrulhar peixe, como diz Sirinelli, mas a interiorização destes padrões e normas como costume de toda uma sociedade. Quem o desprezava não iria somente contra o jornal, mas contra todas as instituições de bem da sua comunidade. O tratamento dado os moradores de bairros pobres do município, ainda tinha uma dupla função, a de justificar a repressão policial, o braço do governo mais sentido pela população brasileira do século XX.

Referências Bibliográficas:

CATTA, Luiz Eduardo. *A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)*.

CHARTIER, Roger. *História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1989.

BARONAS, R. L. *Derrisão: um caso de heterogeneidade dissimulada*. Disponível em <http://cpdl.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/7.pdf>, acessado em 22.10.10

PREFEITURA MUNICIPAL FOZ DE IGUAÇU. *Plano Diretor 2006*.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: Contribuições a um Debate Transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FONTES, Virginia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005. p. 21.

ESTUDO DA ABORDAGEM DO JORNAL BRASIL DE FATO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGS): UMA ANÁLISE CRÍTICA

Juliana Valentini¹

Esse artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados obtidos na pesquisa de monografia, que resultou do projeto Iniciação Científica fomentado pelo CNPq. A pesquisa teve como objetivo investigar a intencionalidade da abordagem do jornal Brasil de Fato sobre a atuação de Organizações Não-Governamentais (ONGs). A pesquisa teve como recorte o período entre 2003 e 2006. Através da análise do discurso do jornal procuramos demonstrar o seu posicionamento em relação a tais organizações, buscando verificar as permanências e as mudanças em seu discurso. E de que maneira sua cobertura abordou as práticas limitadas e imediatistas dessas organizações, que em sua grande maioria visam sanar demandas específicas, não vislumbrando transformações no seio da vida social.

Em busca compreender de modo mais claro e preciso as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que são apresentadas pelo jornal Brasil de Fato, e que analisaremos, iremos compreendê-las e problematizá-las, a partir do conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia. O uso desse conceito permite demarcar que estamos tratando de terrenos de lutas sociais, e que essas organizações podem estar atuando de diversas maneiras na sociedade, difundindo visão de mundo em vários momentos das relações de forças (DIAS, p. 9-80).

Nesse artigo propomos discutir a abordagem do jornal sobre um grupo de organizações específicas, que atuam na área da educação e amparo a crianças e adolescentes. Nesse tópico propomos perceber através da abordagem do jornal *BF* a relação que essas organizações desenvolvem com o Estado e o discurso presente nessas organizações em relação a ele, e como estes foram apresentados pelo jornal.

¹Acadêmica do curso do 4º ano de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNIOESTE/CNPq, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Carla Luciana Souza Silva e integrante do Grupo de Pesquisa Estado e Poder.

Atuação das ONGs na área da Educação e Direitos Humanos: “A indispensabilidade de suas ações, frente à “ineficiência” do Estado”

Diante das muitas desigualdades sociais, que são evidentes na sociedade brasileira, e da impossibilidade de negá-las, parte dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante passam à atribuir de forma ordenada e repetida as causas desses problemas reais à incompetência e ineficácia governamentais, como discute Virgínia Fontes:

A causa primordial, atribuída ao Estado, por diferentes aparelhos privados de hegemonia dos setores dominantes, era amplificada pela mídia a traduzia a nova tática do capital: expunham cruamente o mal-estar real que existia entre a população. Apagava-se a seletividade das políticas públicas, a diferença entre as diversas agências no interior do Estado (...) e o seu próprio papel no interior do Estado. Atribuir todas as causas à incompetência genérica do Estado brasileiro permitia ressaltar o novo foco – gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa políticas públicas voltadas para a maioria da população (FONTES, 2010. p.274).

De acordo com Fontes, fizeram e fazem parte da construção desse discurso de ineficiência e ineficácia, do Estado, de seus funcionários, e também dos trabalhadores (com o argumento de que o problema depende de cada um e não da estrutura social, das relações de poder, ou seja culpa-se as vítimas do desemprego e do subemprego pela sua situação), os meios de comunicação e também parcela das chamadas organizações não-governamentais. Parte das ONGs atuam com esse mesmo discurso, passaram a apresentar-se como possibilidade a atuação devendo o Estado transferir as políticas públicas de sua responsabilidade para essas organizações.

Na análise aqui apresentada buscamos perceber nas matérias publicadas pelo jornal *BF*, a existência ou não de traços desse discurso que desqualifica a ação do Estado, indicando a ação das ONGs como alternativa a substituição das políticas governamentais.

Essa posição está presentes nos discursos de entidades que atuam nas mais diversas áreas de atuação (ecologia e defesa do meio ambiente, saúde, gênero, etnia, movimentos sociais rurais e urbanos, centros de estudos). No caso dessa matéria que vamos analisar, é

destinada a discutir a questão que envolve o abandono de menores de idade, e o não cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo Estado. O balanço realizado pela matéria aponta para a atual dependência que o estatuto, e consequentemente, as crianças tem das ONGs, e não das políticas estatais (BRASIL DE FATO. 17-23\07\03).

A definição presente na matéria do “*Estado impotente*”, corrobora as discussões que desqualificam a ação pública, alimenta os argumentos de cunho liberal, de que o aparato estatal é marcado pelo desperdício, pela corrupção, pela hipertrofia dos mesmos organismos estatais, transformando o Estado, que deveria ser compreendido como relações sociais, em um ser que paira sobre a sociedade, em órgãos vazios de atores sociais.

Essa definição apaga a existência de classes e ignora completamente os processos de lutas, permeados por embates de forças sociais/frações de classe (MENDONÇA, 2007). Embora pontue a dependência que as ONGs tem do Estado, afirma que o Estado devido a sua impotência, abandonou as políticas voltadas para o atendimento a menores abandonados. A “incapacidade” do Estado atender as demandas sociais, e a necessidade de recorrer a “organizações da sociedade civil” se evidencia desde o nome que foi dado à coluna: “*Estado Impotente*”. Vemos de forma mais clara essas afirmações na fala do jornal:

O Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA) completa treze anos, dependente das instituições beneficentes e das Organizações não governamentais (ONGs). Quem afirma isso é o Pe. Julio Lancellotti, da Pastoral do Menor. Segundo ele o Estado deixou de lado de cumprir o ECA. Falta de saúde, moradia, educação e reforma agrária. A maioria das ONGs que trabalham com crianças tem **convênio com o Estado**, as crianças tiradas da guarda dos pais, por maus tratos por exemplo, são encaminhadas pelo Conselho Tutelar, para essas instituições e ONGs. **O governo não em espaços físicos e nem profissionais suficientes** para abrigar essas crianças. Segundo Lourival dos Santos presidente do Conselho Municipal de São Paulo, órgão que trabalha junto com o conselho tutelar, “**as ONGs facilitam o trabalho e possibilitam que muitas crianças em situação de emergência sejam abrigadas**”(BRASIL DE FATO. 17-23\07\03).

E possível identificar que mesmo com o avanço da constituição de 1988, e a aprovação do ECA, não há avanços significativos na prática, inúmeros serviços que vem ao longo dos anos sendo abandonados pela falta de preservação, pela ausência de políticas que efetivamente os conservem, permitindo que os serviços prestados à população deterioreem-se, nesse sentido as afirmações de que “*o governo não tem espaço físico, nem funcionários suficientes para abrigar essas crianças*”, poderia ser apresentada de forma crítica, no sentido de cobrar dos governos uma maior participação da sociedade na política do país, podendo assim realizar maiores cobranças em relação ao destino dos investimentos da renda nacional. Vivemos em um momento que a participação política embora “ampla” é “limitada” ou seja, se dá em momentos específicos, em questões pontuais, exemplo “o direito de todos participar das eleições”. O sujeito tem o acesso ao voto, mas não acompanha as decisão e que envolvem o seu futuro. Não permitindo o alargamento do poder. Afinal, a ampliação da real participação em decisões políticas poderia levar a ampliação de tenções sociais e o amadurecimento de outras forças sociais levando a uma possível reconfiguração da ordem capitalista.

Ao contrário dessa abordagem a posição da matéria vai na direção de tornar passivo um processo de abandono dos serviços prestados pelo Estado, ao mesmo tempo, identifica nas ONGs a solução para esse abandono, sugerindo assim que essas práticas sejam passadas para essas organizações.

Identificamos no texto que compõe essa matéria, as várias colocações que tornam legítima e necessária a atuação dessas organizações, “*ONGs facilitam o trabalho e possibilitam que muitas crianças em situação de emergência sejam abrigadas*”. Essas organizações podem estar desenvolvendo realmente papel importante em algumas situações, mas o que não se evidencia é esse seu caráter imediatista e limitado, de não dar conta de toda a demanda social, e de não encaminhar para soluções, que são sempre adiadas. Tais medidas apresentam-se em alguma medida como emergencialmente necessárias, porém como buscamos evidenciar elas são insuficientes.

A filantropia é apontada como a única maneira de enfrentar o problema das desigualdades, que não são possíveis de serem enfrentadas no campo político. Essa concepção nos indica a presença

de uma concepção liberal de sociedade e de democracia, que é marcada exatamente pelo seu limite. As questões sociais que as ONGs contemplam, são essencialmente políticas distributivas, que não alteram a estrutura social produtora de desigualdades.

Na matéria “Crianças e adolescentes à margem” evidencia-se o discurso de que o Estado é incapaz, de sanar as demandas populares, e a indispensabilidade das ONGs, estas sim, recebendo obviamente financiamento do Estado, teriam espaço e condições de ‘fazer algo’ pelas crianças e adolescentes abandonados, e por outro lado desmobiliza seus membros de atuar vinculando suas lutas à lutas mais amplas que contemplem o “todo social”. No decorrer da matéria é pontuado de modo rápido as consequências dessas políticas.

A desvantagem dessa “*privatização*” do atendimento à criança, *segundo Lancellotti é o “sucateamento das escolas, creches, parques e de todos os lugares nos quais a criança exerceria seu direito de brincar e ser cidadã.”* Nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo é onde se concentra o maior número de crianças vivendo em condições precárias. A falta de políticas públicas deixa-as expostas às drogas, prostituição, trabalho etc (BRASIL DE FATO. 17-23\07\03).

A crítica é coerente, afinal ao transferir a responsabilidade do Estado para as ONGs, cujo caráter de suas ações é fragmentado e emergencial, as políticas públicas permanentes que poderiam ser realmente capazes de oferecer bens e serviços são abandonadas e, (usando a expressão presente na matéria) “privatizadas”, porém não são apontadas possibilidades, as ONGs são apresentadas como a única opção nesse quadro de “impotências”, ou seja, um mal necessário. Uma questão que considero importante pontuar, diz respeito ao espaço destinado para essa crítica. De 90 linhas que compõe as três colunas da matéria 7 foram ocupadas por essa crítica.

A indispensabilidade das ações das ONGs na abordagem do jornal foram perceptíveis em outras matérias, na curta matéria “*Negros carentes tem mais opções no Rio* (BRASIL DE FATO. 04-10/05/2003)” percebemos novamente o caráter limitado das práticas das ONG's, e a clareza na abordagem do *BF*. Nessa matéria é descrito um projeto da ONG Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes², segundo a matéria quem é responsável pelo

cursinho vestibular com maior núcleo do estado do Rio de Janeiro.

Dos cerca de 500 cursos pré-vestibular populares espalhados pelo país, o Rio de Janeiro tem 150, seguido de São Paulo (100), Belo Horizonte (cerca de 30). A estimativa é de Alexandre Nascimento, secretário geral do curso de Pré-vestibular para negros carentes (PCNC), Baixada Fluminense, o segundo maior do Rio, com cerca de 40 núcleos espalhados pelo Estado. O maior deles é da ONGs Educação e Cidadania para negros Afrodescendentes (Educafro), liderado pelo frei Davi (cerca de 70 núcleos). (BRASIL DE FATO. 04-10/05/2003)

No Projeto Político Pedagógico – PPP (EDUCAFRO. 2009.p.50) dessa organização, disponível em sua página online, alguns dos seus objetivos ilustram uma coerente preocupação com questões raciais, da negritude, do direito a educação, mas não avança além disso, não transforma essas lutas imediatas em luta de classe, ao contrário impede a visão enquanto classe. Como vemos na citação abaixo presente no PPP dessa Organização:

Nunca as *classes política, intelectual e empresarial* tiveram coragem suficiente para atacar a raiz deste problema gerado por mais de 380 anos de escravidão. Pela primeira vez no Brasil, o Poder Público resolveu perceber a fome e sede por justiça emitida pelos grupos organizados e começou a atacar a raiz do problema. As multinacionais Motorola do Brasil SA, Jonhson & Jonhson, Levi Strauss do Brasil Ltda. etc., tentaram criar um programa de diversidade étnica para a contratação de empregados, nas filiais brasileiras. Encontraram dois obstáculos: a oposição dos executivos retrógrados do Brasil e, a falta de negros e índios preparados pelas Universidades Públicas brasileiras no que se refere à qualificação profissional exigida (EDUCAFRO. 2009.p.50).

A referência à política, intelectuais e empresários como

³Entre os objetivos dessa organização está o de “reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos. Disponível em: <<http://www.educafro.org.br/noticia.php?id=1046&cat=1&sub=13>>. Acesso em: 20/05/2011.

exercida por uma classe, leva a indagar qual a concepção que essa organização tem desses conceitos. O termo classe aparece deslocado das relações sociais de produção, como se a política fosse exercida apenas por um determinado grupo protegido dos conflitos e lutas de classe. Assim como a categoria de intelectuais, não evidencia que estes estão vinculados a grupos da sociedade, que participam da organização da classe da qual fazem parte.

O termo que soou mais emblemático no PPP foi o de 'empresários', como um grupo que, assim como os intelectuais, não é compreendido como pertencente a uma classe e defendendo um projeto. Desse modo separando por departamentos a política, as relações econômicas e sociais, o texto prossegue afirmando que “a raiz do problema” identificada na “inclusão”, começou a ser questionada. Embora esse termo “inclusão” não aparece, a definição dada para a suposta raiz do problema é clara, refere-se à atuação das “*multinacionais Motorola do Brasil SA, Jonhson & Jonhson, Levi Strauss do Brasil Ltda. etc., que tentaram criar um programa de diversidade étnica para a contratação de empregados*”, ou seja, o que está sendo reivindicado por essa organização é uma política relacionada aos problemas educacionais dos negros, e da garantia de cotas para estes, a luta é importante e legítima, mas não avança. A ONG Educafro ignora completamente as relações sociais, a existência de classe, e desenvolvendo essas pequenas políticas contribuem para a manutenção dessa estrutura social.

Em relação aos projetos educacionais dessa organização, eles não levam em consideração que os problemas educacionais são enfrentados no país inteiro. A ausência de reflexões em termos de classes sociais, das condições históricas de exploração e de expropriação que impõe a parte os jovens de classe baixa a necessidade deixarem a escola para auxiliar na renda familiar. O que é possível de se perceber aqui, como já apresentado discutido por outros autores, é que a “*ideia de que o problema é conjuntural vem conduzindo a políticas públicas focalizadas e de natureza filantrópica ou de administração e de controle da pobreza, sem atentar para as estruturas produtoras de desigualdades.*”(FRIGOTTO, 2004)

Buscamos através da análise do material publicado pelo jornal BF, identificar como a dinâmica de atuação das ONG foi abordada. Foi possível concluir que o jornal BF deu voz a membros

de organizações não governamentais, que podem ser entendidos como as chamadas “vozes autorizadas”, ou “oficialismo”, estes são em grande parte membros das ONGs, ou dos projetos que essas organizações desenvolvem, falam em nome das ONGs, cujos discursos são legitimados pelo jornal, na medida em que apenas os reproduzem, de modo acrítico, sem problematizar as consequências políticas e sociais das ações dessas entidade, e sendo a única possibilidade apresentada, impede o leitor de ter acesso por parte desse jornal de uma visão crítica sobre essas organizações. O uso das vozes autorizadas como recurso jornalístico tem como objetivo transferir para a notícia que está sendo discutida, maior credibilidade, dando voz a um sujeito que vai dar o tom de legitimidade à notícia.

As vozes eleitas como oficiais nas matérias, entrevistas realizadas pelo jornal *BF*, são dos representantes das ONGs, que no decorrer das matérias fizeram balanços, apresentaram os projetos, a importância da atuação dessas organizações, justificaram os impactos negativos e a atuação criminosa de algumas dessas organizações. O que queremos evidenciar é que os principais “interessados” na ação dessas organizações, os chamados “beneficiados”, não foram ouvidos nas matérias apresentadas no decorrer do período estudado. Possibilitando aos leitores terem contato com a posição das organizações que desenvolvem trabalhos em diferentes contextos, mas não das comunidades que às recebem.

Sem apresentar questões mais amplas, a cobertura mostrou-se no decorrer das análises limitada, sem possibilitar aos leitores uma compreensão de atuação dessas organizações.

É evidenciado na abordagem a boa “*vontade dos sujeitos e da organização*”, o que acreditamos ser limitado, por não visualizar que com boa ou má vontade, compreendendo ou não a dinâmica em que inserem-se, a atuação dessas organizações abrem caminho para o empresariamento da solidariedade, contribuem para a formação de uma nova massa de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos que trabalham como voluntários, ao lado do fornecimento de uma espécie de “*colchão amortecedor*” das desigualdades sociais (COUTINHO, 2010. P.275).

Sabemos que os serviços públicos destinados as classes populares brasileiras, como a saúde, educação, transporte, previdência, desde que conquistados foram limitados e socialmente seletivos. Mesmo quando conquistada a possibilidade legal de

universalização, ela jamais chegou a ser completa, foi e vem sendo sucateada pelo limitado número de servidores e pelos escassos recursos direcionados para essas áreas. Com a intensificação do projeto neoliberal no Brasil, e o surgimento de inúmeras organizações com fim de minimizar os inúmeros problemas sociais acabaram por contribuir decisivamente para o sucesso do desmonte dos direitos universais (FONTES, 2010, p.275).

Referências Bibliográficas

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 9-80.

FONTES, Virgínia. *Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010. p.274

MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e políticas públicas no Brasil: uma questão conceitual*. In: Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Faperj, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. In: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. Regina Novaes e Paulo Vannuchi (orgs.). São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004.

COUTINHO, J. A. ONGs: origens e (des)caminhos In: *Lutas Sociais* 13/14. São Paulo: NEILS, 2005. p. 59.

Fontes

EDUCAFRO-Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes. *Rumo à construção coletiva do Projeto Político Pedagógico - Educafro*. São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.educafro.org.br/noticia.php?id=1083&cat=4&sub=29>>

BRASIL DE FATO. *Crianças e adolescentes à margem*. 17-23/07/03. Por Letícia Baeta, da redação.

BRASIL DE FATO. *Negros carentes tem mais opções no Rio*. Seção Cultura. 04-10/05/2003. Por Angélica Basthi do Rio de Janeiro-RJ.

CAMPO E HABITUS NA CONSTRUÇÃO DE “CLARA CROCODILO” DE ARRIGO BARNABÉ

Juliana W. Batista¹

Em São Paulo, na década de 80, surgiu uma geração de músicos com uma postura estética renovadora. Ressaltamos que “agradar ao público” não era a principal intenção dos integrantes dessa vanguarda, cuja preocupação estava focada em confrontar-se aos modelos artístico-musicais do passado, visando novas formas de produções estéticas. Tal postura entrou em choque com o desenvolvimento da indústria fonográfica brasileira, o que fez com que a produção destes músicos emergisse como uma “movimentação artístico-musical alternativa e independente”². Tal grupo ficou conhecido como *Vanguarda Paulistana*, sendo o músico e compositor paranaense Arrigo Barnabé um dos principais representantes deste movimento. Com o lançamento do LP *Clara Crocodilo*, em 1980, Arrigo Barnabé causou forte impacto no cenário da música popular urbana brasileira. O trabalho rendeu-lhe elogios da crítica e o compositor passou a ser considerado pela imprensa como “a maior novidade surgida na música brasileira desde a tropicália”³. Nosso objetivo é estabelecer uma reflexão acerca da atuação deste compositor na gênese deste movimento vanguardista, assim como sua importância para o cenário musical do período, considerando aspectos relevantes da constituição do campo artístico apontados por Pierre Bourdieu.

A obra de Arrigo Barnabé é apontada como referência na história da música independente e o LP *Clara Crocodilo* é um marco

¹Mestranda em História no PPGH da PUCRS.

²SILVA, Gilberto Xavier da. Sabor de Veneno: A Vanguarda Paulista na cena artístico-musical brasileira dos anos 1980. IN: *Estudos Literários da UFMG* (Revista eletrônica editada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras): Belo Horizonte: v. 9, dez. 2005, p. 125. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em-tese-2004-pdfs/14-Gilberto-Xavier.pdf, acessado em: 3/1/2010.

³CAVASOTTI, André. O serialismo e o atonalismo livre aportam na MPB: as canções do LP Clara Crocodilo de Arrigo Barnabé. IN: *Per Musi On line - Revista Acadêmica de Música*. Belo Horizonte. V. 1, 2000, p. 5. Disponível em: http://musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/01/Vol01_cap_01.pdf, acessado em 23/12/2009.

para a Vanguarda Paulistana, tal fato se deve ao caráter inovador de suas composições, as quais misturam elementos da música erudita modernista, aliados a letras que revelam elementos da cultura urbana do contexto. A postura adotada por Arrigo Barnabé, seja em sua *performance* nos palcos, ou em entrevistas concedidas à imprensa, revelam uma atitude largamente provocativa e ideais convictos sobre sua própria música e seu campo de atuação. Neste sentido buscamos alguns apontamentos sobre o *habitus* deste compositor traçando um esboço a partir de sua formação acadêmica, suas relações sociais e seu capital cultural expresso por meio de suas composições.

O conceito de campo

Campo é um dos conceitos utilizados por Bourdieu na estruturação de sua análise do espaço social e suas formas de reprodução. Diferentes campos, como a exemplo do campo artístico e do campo jurídico, possuem propriedades específicas de acordo com a área social de atuação destes, no entanto possuem mecanismos de funcionamento que operam de forma universal e que perpassam os diferentes campos que dividem a sociedade. Independente de sua natureza, as qualidades e propriedades específicas de cada campo se encontram distribuídas de maneira desigual no meio social, ou seja, uns têm mais e outros menos. Considerando-se que para o autor, campo é o “espaço onde as posições dos atores se encontram fixadas”, tal distribuição desigual é a determinante da posição ocupada pelo agente no campo⁴.

A dinâmica do campo é movida pela disputa entre os atores por interesses específicos que não se confundem com os de outros campos. Somada a esta perspectiva, ressaltamos outro conceito recorrente da obra de Bourdieu, o capital, o qual pode ser de espécies diferentes como, econômico, cultural ou social. A existência do capital pode ser objetivada por meio de imóveis, finanças, objetos, ou apresentar-se no estado incorporado como é o caso do capital cultural. Em síntese, a noção de capital se refere às propriedades em atuação em um campo particular ou no espaço social como um todo, caracterizando-se enquanto poderes que definem o rendimento dos agentes na luta interna do campo, determinando uma localização

⁴Agente é um termo genérico utilizado por Bourdieu para designar pessoas, grupos, classes ou instituições.

mais ou menos próxima do pólo dominante ou do pólo dominado. “Mas sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência”⁵.

Sob o viés desta perspectiva da teoria dos campos, Bourdieu apresenta uma proposta de sociologia da arte, a qual compreende um complexo circuito de produção, reprodução, percepção e consumo das obras artísticas. Esta abordagem pode ser apreciada e avaliada em *As regras da arte*⁶ com o subtítulo, *Gênese e estrutura do campo literário*. Nesta obra, o autor oferece uma definição do que poderia ser uma ciência das obras culturais, opondo-se a todos os postulados clássicos da crítica e história da literatura e da arte “calcados na figura do criador incriado”, superando o chamado *fetichismo da arte* ou *illusio*⁷.

Pautado na análise da obra literária de Gustave Flaubert, após discorrer acerca do surgimento, desenvolvimento e alcance da parcial autonomia do campo literário, Bourdieu desenvolve um esboço do que designa como *mercado dos bens simbólicos*. Um comércio “das coisas das quais não há comércio”, o qual, em sua tese se encontra dividido por duas lógicas econômicas opostas.

Esse universo relativamente autônomo [o campo artístico ou o campo literário tal como conhecemos hoje] (o que significa dizer também, é claro, relativamente dependente, em especial com relação ao campo econômico e ao campo político) dá lugar a uma economia às avessas, fundada, em sua lógica específica, na natureza mesma dos bens simbólicos, realidades de dupla face, mercadorias e significações, cujo valor propriamente simbólico e o valor mercantil permanecem relativamente independentes. Ao fim do processo de especialização que levou ao aparecimento de uma **produção cultural especialmente destinada ao mercado e,**

⁵BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89.

⁶BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

⁷Roger Chartier apresenta uma importante contribuição na discussão da obra Regras da Arte de Pierre Bourdieu em: CHARTIER, Roger (debate com José Sérgio Lopes), “*Pierre Bourdieu e a história*”, disponível em: http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi04/04_debate01.pdf

em parte como reação contra esta, de uma produção de obras 'puras' e destinadas à apropriação simbólica, os campos de produção cultural organizam-se, de maneira muito geral, no estado presente, segundo um princípio de diferenciação que não é mais que a distância objetiva e subjetiva dos empreendimentos de produção cultural com relação ao mercado e à demanda expressa ou tácita, distribuindo-se as estratégias dos produtores entre dois limites que, de fato, jamais são atingidos, a subordinação total e cínica à demanda e a independência absoluta com respeito ao mercado e às suas exigências⁸.

Clara Crocodilo no mercado dos bens simbólicos

Tendo em vista a lógica de uma economia às avessas e de um mercado dividido entre uma arte dita comercial e uma “arte pura”, faz-se possível estabelecer uma análise do campo musical brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 buscando homologias ao campo artístico avaliado por Pierre Bourdieu:

Pelo fato de que se organizam todos em torno da mesma oposição fundamental no que se refere à relação com a demanda (a do 'comercial' e do 'não-comercial'), os campos de produção e de difusão das diferentes espécies de bens culturais – pintura, teatro, literatura, música – são entre si estrutural e funcionalmente homólogos, e mantêm além do mais uma relação de homologia estrutural com o campo do poder onde se recruta o essencial de sua clientela⁹.

No decorrer dos anos 1970 foi-se esvaindo o furor causado pela novidade musical trazida pela Tropicália, movimento liderado por Caetano Veloso e Gilberto Gil em fins dos anos 1960. Supomos que a dinâmica interna do campo requeria uma nova disputa, assim como novos agentes, dispostos a “jogar o jogo”, entravam em cena para assim dinamizar e temporalizar o campo. Neste momento propício em que a Tropicália, tida então como um movimento de vanguarda¹⁰, acabou por ser absorvida pela demanda comercial, surge

⁸BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. *Op.cit.* p. 162. **Grifos meus.**

⁹*Idem.* p. 186.

a figura de Arrigo Barnabé “o desbravador”, como foi apontado por um dos periódicos de maior circulação do país¹¹. O compositor assumia as influências do tropicalismo em sua música, no entanto seu intento era desafiar e superar os limites das inovações alcançadas pelo movimento. Segundo Nuno Vaz, “Arrigo declarava-se “filho da tropicália”, afirmando, inclusive, que sua decisão de compor nascera a título de desafio, de avançar em áreas que Caetano Veloso e Gilberto Gil não haviam inovado tão radicalmente como o fizeram nas letras e arranjos”¹².

Seu trabalho começa a ter repercussão na imprensa a partir do início dos anos 1980 alavancado pelo sucesso contraditório do LP *Clara Crocodilo*, cuja sonoridade dividiu o público entre vaias e aplausos. Tal notoriedade desta obra remete a uma reflexão quanto à importância do papel da crítica no processo de legitimação dos bens culturais. Segundo Bourdieu, não há nada melhor que a crítica possa fazer a um artista do que lhe predizer o sucesso. Estas disputas entre defensores de definições e conceitos para as produções artísticas fazem parte dos mecanismos de manutenção do poder que o pólo dominante detém. A sistemática opera para estabelecer fronteiras entre o que é arte e o que não é, e “contribuem de maneira determinante para a produção e a reprodução da crença, que é ao mesmo tempo uma condição fundamental e um efeito do funcionamento do campo”¹³.

Pode-se dizer que Arrigo foi um “escolhido” pela crítica e que, ancorado no legado do movimento tropicalista, conseguiu *marcar época*¹⁴. Segundo ele mesmo, desde os tempos da tropicália

¹⁰“O tropicalismo musical foi o campo que mais se serviu às teorizações em torno da ideia de linha evolutiva nas artes brasileiras. Ou seja, em torno do movimento revitalizou-se a ideia do papel histórico, social e estético da vanguarda”. NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 35, São Paulo, 1998.

¹¹FIORILLO, Marília Pacheco. Arrigo, o desbravador. *Veja*, São Paulo (644): 46-47, jan. 1981.

¹²VAZ, Gil Nuno. *História da música Independente*. Coleção Tudo é história, n.124. São Paulo: Editora Brasiliense: Annablume: Fapesp, 2001, p. 27.

¹³BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. *Op.cit.* p. 192.

¹⁴“Marcar época é, inseparavelmente, fazer existir uma nova posição para além das posições estabelecidas, na dianteira dessas posições, na vanguarda, e introduzindo a diferença, produzir o tempo”. *Idem*, p. 181.

existia certa predisposição da crítica em falar bem de coisas extravagantes¹⁵. Suas declarações públicas também aludem a escolha por determinado posicionamento no seio deste *mercado dos bens simbólicos*. A obra de Barnabé seria “arte pura”, não resignada aos moldes e exigências da indústria fonográfica de então. Exemplo da afirmativa é o caso da produção do álbum *Clara Crocodilo*, que num primeiro momento seria lançado pela gravadora Polygram como parte da série *Música Popular Brasileira Contemporânea*, dedicada a novos artistas. Contudo, devido a atritos entre o compositor e a gravadora, Arrigo Barnabé optou pela produção independente, executando a gravação em um estúdio menor, com reduzidos recursos técnicos.

Mesmo após o sucesso e o reconhecimento da crítica oficial, em entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja*, Arrigo, ao ser indagado quanto à hipótese de uma oferta de contrato por parte de uma grande gravadora, afirmou não ter interesse, pois um compromisso deste tipo implicaria em um enquadramento a um sistema de produção que o forçaria a produzir coisas que não correspondiam aos seus gostos e interesses. Apesar da recusa de uma suposta probabilidade de reversão de seu *capital simbólico* em *capital econômico*, ele reconheceu a dificuldade de não ter dinheiro, porém o fez reafirmando sua resistência frente “à pretensão das grandes gravadoras de exercer um domínio total sobre o processo histórico da música brasileira”¹⁶. Tal capacidade de conhecimento e reconhecimento das “regras do jogo”, demonstrada nas afirmações de Arrigo Barnabé, denotam seu *habitus*, outro importante conceito utilizado por Bourdieu.

Notas sobre o *habitus* de Arrigo Barnabé

Bourdieu vai reter a idéia escolástica do *habitus* enquanto um sistema de “disposições duráveis”. Procurará ressaltar que a sua existência resulta de um longo processo de aprendizado, produto do contato dos agentes sociais com diversas modalidades de estruturas sociais. As condições materiais características de uma determinada classe social e a incidência destas condições de existência no contexto familiar constituem, segundo ele, uma mediação fundamental

¹⁵SOUZA, Okky de. O filho da Tropicália. *Veja*, São Paulo (745): 3-6, dez. 1982

¹⁶*Idem*.

na produção do *habitus*. As experiências primeiras dos atores sociais, vividas nas relações familiares, estão para ele no princípio da recepção e da apreciação de toda experiência ulterior dos atores sociais, ao mesmo tempo em que o *habitus* adquirido no sistema escolar constitui um vetor na assimilação das mensagens produzidas pela indústria cultural¹⁷.

A noção de *habitus* é uma das mais importantes na obra de Bourdieu¹⁸. Para o sociólogo o *habitus* não se constitui apenas enquanto resultado da interiorização de normas e valores, mas inclui também a constituição de sistemas de classificação que operam como “esquemas generativos” os quais se encontram na base de toda escolha. É importante atentar que o *habitus* não é uma história passada, depositada e definitiva, mas também uma espécie de 'script' básico e subliminar, o qual é permanentemente representado, orientando em linhas gerais, o perfil e a ação subsequente dos indivíduos.

Nesta perspectiva, podemos visualizar algumas informações que contribuem para o mapeamento do *habitus* do compositor Arrigo Barnabé que justifique suas opções e investimentos no campo. Neste levantamento é crucial apontar que a atuação do compositor se desenvolveu no contexto da ditadura civil militar no Brasil. Ele não foi militante, mas em certas ocasiões declarou-se simpatizante dos ideais do Partido dos Trabalhadores. Acreditamos que sua contestação ao regime militar é perceptível em sua música, que movimentou o campo musical da época com a criação de um anti-herói incapturável.

Quanto às relações familiares e escolares, num primeiro momento, podemos assinalar que, na situação de filho de uma família de classe média, teve condições de cursar música, morou em Curitiba

¹⁷MARTINS, Carlos Benedito. Apud: VIANA, Nildo. *A esfera artística: Marx, Weber, Bourdieu e a sociologia da Arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007, pp. 43-44.

¹⁸Bourdieu não foi o primeiro a utilizar o conceito de *habitus*, outros importantes estudiosos trabalharam na elaboração e desenvolvimento desta noção, tais como o sociólogo Norbert Elias. Atualmente existem estudos que visam analisar e estabelecer as divergências e aproximações das perspectivas teóricas destes autores com relação à utilização deste conceito. É o caso do artigo do historiador Jurandir Malerba, o qual se encontra na obra: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

para fazer cursinho pré-vestibular e, posteriormente, foi para São Paulo, onde iniciou o curso de Arquitetura da FAU. Tal trajetória denota um respaldo familiar e uma boa formação escolar.

Em sua rede de relações sociais constam desde a infância amigos músicos com os quais manteve contato no decorrer de sua carreira. Em São Paulo fez amigos importantes em outras modalidades artísticas, tais como Luiz Gê, renomado cartunista que ilustrou as capas e encartes de importantes trabalhos seus, como *Clara Crocodilo* e *Tubarões Voadores*.

No que tange ao seu capital cultural, destacamos uma matéria publicada pela revista *Veja*, em 1981¹⁹, que esboça um perfil de algumas de suas escolhas. Segundo as informações, Arrigo, na época, morava com Tetê Espindola, uma cantora de som pop-sertanejo e em sua casa poderiam ser encontradas partituras de compositores clássicos, livros como “Madame Bovary” de Flaubert, álbuns de ilustrações eróticas de Picasso, literatura inglesa e ainda manuais de Química orgânica. Em meio a este mosaico de rudimentos culturais habitado por Barnabé, podemos intuir e supor de que meios se abastece o caráter híbrido de sua obra, a qual mescla a marginália urbana com a música erudita, de compositores como Shoenberg, Stravinski e Béla Bartok, somada às histórias em quadrinhos.

Nossos apontamentos permitem indicar uma proximidade da figura de Arrigo Barnabé com os adeptos da “arte pura”, detectados por Bourdieu no campo literário desbravado por Flaubert. Com um apurado senso estético, que pode ser medido pela erudição e caráter eclético de suas escolhas, Arrigo optou continuamente por fazer sua música de forma independente das exigências do mercado, já foi vanguarda e após anos atuando como professor de música e investindo em outros campos como o do cinema, o compositor ressurge na cena musical resgatando a velha vanguarda da música brasileira com as canções do célebre Lupicínio Rodrigues²⁰.

As noções conceituais de Bourdieu também contribuem para nossa avaliação da percepção social do compositor expressa por meio de sua obra. A partir de um conjunto de determinantes sociais interiorizadas, Arrigo Barnabé narra, por meio de sua música, um contexto por ele vivenciado.

¹⁹FIORILLO, *op. cit.*

²⁰Arrigo Barnabé atualmente apresenta um show intitulado “Caixa de ódio” em que o músico interpreta uma releitura das canções de Lupicínio Rodrigues.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CHARTIER, Roger (debate com José Sérgio Lopes), “*Pierre Bourdieu e a história*”, disponível em: http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi04/04_debate01.pdf

CAVASOTTI, André. *O serialismo e o atonalismo livre aportam na MPB: as canções do LP Clara Crocodilo de Arrigo Barnabé*. IN: *Per Musi On line - Revista Acadêmica de Música*. Belo Horizonte. V. 1, 2000. Disponível em: http://musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/01/Vol01_cap_01.pdf, acessado em 23/12/2009.

FIORILLO, Marília Pacheco. Arrigo, o desbravador. *Veja*, São Paulo (644): 46-47, jan. 1981.

MARTINS, Carlos Benedito. Apud: VIANA, Nildo. *A esfera artística: Marx, Weber, Bourdieu e a sociologia da Arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 35, São Paulo, 1998.

SILVA, Gilberto Xavier da. Sabor de Veneno: A Vanguarda Paulista na cena artístico-musical brasileira dos anos 1980. IN: *Estudos Literários da UFMG* (Revista eletrônica editada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras): Belo Horizonte: v. 9, dez. 2005. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em-tese-2004-pdfs/14-Gilberto-Xavier.pdf, acessado em: 3/1/2010.

SOUZA, Okky de. O filho da Tropicália. *Veja*, São Paulo (745): 3-6, dez. 1982.

VAZ, Gil Nuno. *História da música Independente*. Coleção Tudo é história, n.124. São Paulo: Editora Brasiliense: Annablume: Fapesp, 2001.

FUSÃO CASAS BAHIA E PONTO FRIO: IMPLICAÇÕES E MUDANÇAS NA VIDA E TRABALHO ATRAVÉS DA VISÃO DOS TRABALHADORES

Karen Renata Capelesso¹

Atualmente é comum ouvirmos notícias em jornais e em revistas anunciando a fusão e compras de grandes empresas, tanto internacionalmente como nacionalmente, a formação de empresas gigantes, conglomeradas está cada vez mais evidente em épocas de capitalismo plenamente desenvolvido. São indústrias, bancos, financeiras que se fundem e tornam-se cada vez mais poderosas no mercado. O ramo varejista, setor que esta pesquisa se concentra, não poderia deixar de expressar essa tendência, inclusive à última notícia anunciada nos grandes meios de comunicação foi justamente uma transação desse caráter no ramo varejista, a incorporação das atividades do grupo Carrefour pelo grupo Pão de Açúcar.

Segundo revistas e blogs especializados em análise do comércio varejista, o setor de varejo hoje é um dos oito setores que mais participaram de transações financeiras envolvendo fusões, aquisições e incorporações de empresas, reflexo do peso que este ramo de atividade tem na sociedade atual. O varejo brasileiro, a cada ano vem batendo recordes de lucros e expansão, segundo os dados do IBGE o varejo brasileiro cresceu 10,9% em 2010, maior alta desde 2001, ano que o IBGE começou a fazer a pesquisa.

O início do diálogo da fusão entre as Casas Bahia e o Ponto Frio começou no final de 2009, logo após a compra da rede Ponto Frio (Globex S.A) pelo Grupo Pão de Açúcar, grupo do conhecido empresário Abílio Diniz. Após esta compra, concretizada em julho de 2009 (processo bem diferenciado do qual tem sido fusão Ponto Frio e Casas Bahia), a sondagem se inicia, porém somente no ano de 2010 que se anuncia o processo de fusão das lojas Casas Bahia e Ponto Frio, ou melhor da fusão entre as Casas Bahia e o Grupo Pão de Açúcar. Juntas as duas empresas somam mais de 1000 lojas, presentes em 12 estados brasileiros, com faturamento superior a 40 bilhões de reais, formando assim a maior rede de varejo do país.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação *strict sensu* em História, Poder e Práticas Sociais.

Devido ao tamanho da transação, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão governamental de “regulação” da concorrência analisou o processo, antes de se permitir que a fusão inicia-se. Na resolução do CADE para que as duas empresas possam fundir, foram estipulados os seguintes critérios: 1) O Grupo Pão de Açúcar não poderá fechar lojas em 146 municípios brasileiros, onde atuam as duas empresas (incluindo as fábricas e centros de distribuição); 2) Deve ser mantido o nível geral de emprego. Com essa liberação do CADE, processo de incorporação de uma empresa pela outra será legalmente regulamentado até o mês de setembro de 2010. No início de 2011, as empresas são liberadas para fundir pelo CADE, porém ainda tem ajustes para serem feitos nesse processo, pois ainda passam por análise de outros órgãos correspondentes a questão.

O objetivo desta pesquisa não é fazer uma história da fusão dessas empresas, ou discorrer a respeito do “grande negócio” que este conglomerado representa, mas compreender como este processo atinge a vida dos mais de 70 mil funcionários que trabalham nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio, que tem o seu cotidiano de trabalho alterado com esta fusão. Para dar conta desse meu objetivo, recorro a minha pesquisa sobre o impacto da fusão nas relações de trabalho dos funcionários das Casas Bahia e Ponto Frio escolhendo trabalhar com duas lojas (uma Ponto Frio e uma Casas Bahia) localizadas na cidade de Cascavel-PR.

Como meu objetivo é pesquisar sobre como esses trabalhadores são afetados pelo processo de fusão dessas empresas ou como resistem a estas mudanças, privilegiado assim as impressões e experiências que imprimem neste processo, me utilizo de entrevistas orais e questionário respondido pelos funcionários das lojas Casas Bahia e Ponto Frio. Compreendo o questionário, as entrevistas orais como um meio muito rico para dialogar com as experiências desses trabalhadores. Afinal, somente os trabalhadores que tem o seu cotidiano o “chão da loja” é que podem pontuar como sentem essas mudanças e como agem (afinal, não existe somente dominação capitalista, mas também resistência por parte dos trabalhadores) diante deste processo.

É com esta perspectiva, de buscar a experiência desses trabalhadores, que tem seu emprego ameaçado, sua rotina de trabalho alterada que esta pesquisa se justifica, trabalhadores que muitas vezes

se adaptam a essas mudanças, que as transformam atribuindo um outro significado e forma, e que em vários momentos também resistem a elas, compreendendo assim como uma tendência manifesta de fusões na época do capitalismo monopolista traz implicações para a classe trabalhadora de carne e osso.

Como a pesquisa está sendo desenvolvida, neste texto pretendo abordar uma das fontes utilizadas pela pesquisa, o questionário aplicado e respondido pelos funcionários da loja Ponto Frio. Não irei abordar as entrevistas já realizadas, pois estas ainda numa fase de amadurecimento e realização. Este questionário se torna interessante para a pesquisa, pois através das respostas desses trabalhadores foi possível perceber vários elementos trazidos por eles, tais como suas percepções sobre o seu trabalho, suas expectativas de vida, bem como traçar um perfil dos funcionários que estão trabalhando nesta loja. Afinal, seria muito difícil dialogar sobre as mudanças na vida e trabalho desses funcionários, se não sabermos quem são esses funcionários, de onde eles vêm, o que pensam do seu trabalho e de sua vida.

Infelizmente o questionário não pode ser aplicado na Casas Bahia até o momento, já que a loja se recusou até o momento à aplicação do questionário, pois a empresa não pode permitir a divulgação de nenhum dado sobre a empresa sem autorização do seu Centro de Mídia em São Paulo.

De início, este questionário tinha 60 perguntas. Porém, para entregar o questionário para os trabalhadores responderem, o meio que foi encontrado, foi entrar em contato com a gerência, pedindo permissão para poder conversar com os funcionários para eles responderem o questionário. Sendo assim, antes de entregar o questionário para os gerentes das duas lojas, este teve que passar por mudanças, sendo enxugado para 30 perguntas de múltipla escolha, e 1 pergunta em aberto, retirado qualquer pergunta mais incisiva em relação a percepção dos trabalhadores sobre o seu trabalho na loja que pudesse sugerir que a pesquisa tivesse como objetivo “falar mal” da empresa, para que a gerência permitisse que se pudesse entrar na loja com o questionário e fazer o contato com os trabalhadores.

A loja Ponto Frio, na primeira impressão tem diferenças marcantes com as Casas Bahia na cidade de Cascavel, é necessário citar a cidade, pois essa impressão pode não se aplicar em outras lojas. Uma das diferenças é o número de funcionários. É comum nas Casas

Bahia, você chegar e ser abordado por vários funcionários, ver vários funcionários vendedores nas lojas, caixas, crediarias. A Casas Bahia, segundo os funcionários, trabalha com padrão de funcionários de acordo com o porte da loja, portanto para cada loja, de acordo com o seu porte/padrão tem um determinado número de vendedores, caixas, crediarias.

Já na Ponto Frio é marcante o menor número de funcionários em todos os setores, mesmo a loja sendo um pouco menor que a Casas Bahia em área de venda, a diferença de número de funcionários é marcante, questão a ser verificada, pois devido as mudanças com o processo de fusão, provavelmente isso seja alterado também. Este menor número de funcionários me possibilitou que o questionário fosse respondido por todos os funcionários, de todos os setores, exceto, os funcionários com atribuições externa (entrega e montagem) que são terceirizados. Ao todo, foram 15 questionários respondidos, neste texto apresento algumas observações sobre os dados obtidos.

A distribuição das funções nas lojas: 15 funcionários: 10 vendedores, 2 caixas, 2 crediaria, 1 estoquista. Em relação à idade desses funcionários, através do questionário se pode perceber que a maioria dos trabalhadores são jovens, em torno dos 20 anos. Porém, a maioria desses funcionários são casados, possuem filhos, e não são os únicos responsáveis pelo sustento da própria família. Segundo o questionário, na sua maioria não pagam aluguel (porém o número dos que pagam aluguel seja significativo), moram com o companheiro na casa de pais/parentes. Problematizando essas respostas, podemos perceber que o salário de funcionário da Ponto Frio não é suficiente para o sustento da família, e uma independência financeira completa, já que a maioria moram ainda com a família ou em imóveis cedidos pela família, ainda mais se pensarmos que o grande número de trabalhadores responderam que são casados e possuem filhos.

Em relação à resposta do quesito profissão, um elemento muito interessante apareceu, somente as funcionárias que executam a função de *caixa* responderam sem divergência, e deram indícios de reconhecer que tem uma função definida. Os funcionários que trabalham no *crediário* não responderam pergunta profissão serem *auxiliar de crédito* ou *crediaria*. Já na área de vendas, as resposta oscilaram, na sua maioria responderam “vendedor”, porém não foi uniforme, sendo que alguns responderam “vendas”, “promotor de

vendas”, “área de vendas”. É possível perceber na forma de expressar e de encarar a sua profissão (álias função) um indício de uma não identidade profissional ou uma diluição da função realizada em si na sua maioria, bastante comum no setor de serviços.

Em relação à divisão sexual do trabalho, 7 trabalhadores são do sexo masculino e 8 trabalhadores do sexo feminino. Porém, a aparência que se teria uma igualdade, demonstra uma divisão sexual do trabalho, tendo funções exclusivamente masculinas e femininas. As funções exclusivamente femininas são o caixa e crediário. O estoquista é homem, por mais que seja somente um estoquista na loja, esta função deve ser ocupada por homem, já que necessita de mais força física (argumento que já é claramente difundido no mercado de trabalho), e os vendedores na sua maioria são homens.

Esta divisão sexual do trabalho que pode ser percebida na Ponto Frio, ao relacionar com o comércio em geral, se torna bastante interessante. Na sua maioria as funções do comércio são ocupadas por mulheres, porém nas lojas de móveis, eletrodomésticos e afins, este quadro se altera, pois na sua maioria são vendedores homens, sendo que as mulheres estão em maior número nas lojas de roupas, sapatos, acessórios, sendo estas lojas, segundo as entrevistas realizadas com os trabalhadores da Ponto Frio e Casas Bahia, as lojas que tem as piores remunerações².

Em relação à qualificação, o que se pode perceber através do questionário é que todos os funcionários possuem o ensino médio completo, sendo um indício de que este é um requisito para se trabalhar na Ponto Frio, porém somente 1 funcionaria possui ensino superior completo, o que se pode concluir que o ensino superior não é um diferencial para ser contratado pelo loja. Na sua maioria não estão continuando os estudos após o ensino médio, por mais que todos responderam que pretendem a continuar a estudar. Os que estão cursando ensino superior, somente 1 pessoa está estudando na área que está trabalhando, o comércio. Podemos perceber que a maioria dos trabalhadores tem perspectivas de mudar de área, já que não buscam se qualificar na área que estão estudando.

Em relação aos salários, na loja as funções de caixa,

²Segundo uma trabalhadora da loja Casas Bahia, o trabalho na Casas Bahia e assume um caráter positivo para ela tendo em vista sua trajetória de trabalho, sempre trabalhando em lojas de sapatos e roupas, que segundo ela pagam muito pior que as lojas de móveis e eletrodoméstico pelo volume e valor das vendas.

estoquista recebem salários fixos. Já a função de crediaria e subgerente (líder de vendas) recebe salário-fixo mais comissão pela produtividade. Os vendedores são comissionados, porém, diferente das Casas Bahia, eles tem como piso o salário base do comércio de Cascavel (R\$ 680,00) se acaso a comissão por vendas não chegar a este valor. Os funcionários que recebem salário fixo assinalaram que preferem receber salário fixo, os que recebem comissão, assinalaram que preferem receber por comissão.

O tempo de trabalho na loja da maioria dos funcionários é de menos de 1 ano, demonstrando assim um grande giro de funcionários. Na sua maioria tem mais de 5 anos de trabalho no comércio formal, e a Ponto Frio não é o seu primeiro emprego.

Sobre a percepção dos trabalhadores a respeito do seu trabalho, 13 assinalaram que acham que seu emprego atual (ou seja, na Ponto Frio) melhor do que o anterior. Um dos trabalhadores que assinalaram que o seu emprego anterior era melhor do que o atual, não trabalhava no comércio anteriormente. Os motivos assinalados que justificariam positivamente o emprego atual seriam os *melhores benefícios (vale alimentação, plano de saúde), melhor salário e registro na carteira*. Somente uma pessoa assinalou *horário de trabalho* como fator positivo no seu trabalho atual.

Os trabalhadores que assinalaram que consideravam o seu emprego atual pior do que o anterior, o principal motivo assinalado foi *muita pressão*. O interessante que 2 trabalhadores que assinalaram que consideravam seu emprego atual melhor do que anterior, também assinalaram fatores negativos no seu trabalho.

Quando questionados sobre se os funcionários da Ponto Frio pretendem fazer carreira na loja, a grande maioria respondeu que não pretendem fazer carreira na loja, por mais que a maioria (11 pessoas) responderam que a empresa proporciona possibilidade de crescimento. É interessante observar que, por mais que os trabalhadores reconhecem que a empresa da possibilidade de crescimento, eles não pretendem fazer carreira na loja, mostrando um indício de resistência e de crítica as práticas da empresa.

O questionário propôs uma questão aberta, onde os trabalhadores teriam espaço para elencar por si mesmos 3 pontos que eles consideram positivos no seu trabalho, e 3 pontos negativos. O objetivo com essa pergunta, e que os trabalhadores colocassem os elementos que para eles tem mais significados, tanto positivos como

negativos, sem o direcionamento das múltiplas escolhas do questionário, e também para demonstrar algum ponto que não estava no questionário e que fossem ressaltados pelos funcionários.

O principal fator positivo apontado pelos trabalhadores foi os *colegas de trabalho*, sendo os *benefícios/vales* aparecem no segundo lugar, diferentemente da questão direcionada. Portanto é perceptível que no dia-a-dia de trabalho, a equipe de trabalho, a boa relação entre os colegas de trabalho é bastante significativo para os trabalhadores na sua percepção sobre o seu trabalho.

Os benefícios como o vale alimentação, plano de saúde aparecem novamente como um dos principais fatores positivo para o trabalhador em relação ao seu trabalho, não é a toa que ouvimos no dia-a-dia muitos trabalhadores falaram que o salário pode não ser bom, mas os benefícios compensam. O que se pode perceber, que os benefícios que a empresa oferece é um fator que contribui com o que o funcionário tenha uma outra percepção a respeito do seu emprego, componha o benefício como salário, ou julgue que a empresa tenha uma maior preocupação em relação aos seus funcionários.

Nos pontos negativos na questão aberta, o principal ponto negativo (significativamente ressaltado pelos funcionários) é *muita pressão*. O fator de muita pressão já havia sido o principal ponto negativo apontado pelos trabalhadores na questão direcionada, portanto a questão da pressão é o que mais afeta os trabalhadores, sendo o ponto mais ressaltado por eles como negativo na percepção da sua rotina de trabalho.

Outro ponto bastante ressaltado como negativo pelos trabalhadores na questão aberta, é o *banco de horas*. O fato de todos os trabalhadores assinalarem que fazem horas extras e não recebem por elas foi demonstrado como negativo por eles, tanto no questionário como nas entrevistas que a pesquisa realizou até agora. O discurso do banco de horas, em que o trabalhador pode ser dispensado compensando as horas extras em algum momento oportuno (em geral, sempre oportuno pra loja e não para o trabalhador) mostra que na prática não é esta impressão que o trabalhador tem, mas que inclusive vê como negativo no seu emprego o fato de fazer horas extras e não receberem por elas.

Portanto, através dos dados obtidos com o questionário e a problematização de alguns dos dados expostos neste texto, é possível conhecer com maior profundidade os funcionários da Loja Ponto frio,

as percepções e expectativas que esses trabalhadores tem de sua vida e trabalho. Somente conhecendo esses trabalhadores no seu cotidiano, ou seja, no chão-da-loja é possível compreender quais mudanças que esses trabalhadores estão visualizando com o processo de fusão das duas lojas, e como as estão percebendo, e constituindo as suas experiências enquanto classe trabalhadora, e inclusive forjando sua consciência de classe no próprio processo da luta de classes, saindo assim do mundo do trabalho para o mundo dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

BRAVERMANN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. 3ª Ed, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: a forma atual da luta de classes. In: *Outubro*, n 1. São Paulo: Xamã, 1998.

FRANÇA JÚNIOR, LUZIMAR BARRETO. *Trabalho e reestruturação na Rede Carrefour: Uma análise crítica*. 2010. 193 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista.

MASCHIO, Maralice. *Experiências dos trabalhadores das Lojas Pernambucanas no contexto da reestruturação produtiva (1970-2000)*. 2008. 229 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

A EXPROPRIAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NAS OBRAS DE JOHN STEINBECK DA DÉCADA DE 30

Lucas André Berno Kölln¹

As obras de John Steinbeck (1902-1968), principalmente as da década de 30, estão profundamente ligadas ao processo histórico de modernização dos Estados Unidos bem como com vários desdobramentos que sobrevieram à chamada Grande Depressão, a crise econômica que atingiu o país no final da década de 20. A produção do autor nos anos 30 revela nuances do processo histórico que caracterizaram as trajetórias de pequenos proprietários que tiveram suas terras expropriadas e foram jogados no “mercado de força de trabalho” numa conjuntura de recessão econômica em que muitos outros trabalhadores se encontravam na mesma situação, o que fazia com que os salários e as oportunidades de trabalho se apresentassem muito precarizadas e marcadas por profunda exploração.

O momento histórico em que John Steinbeck viveu e escreveu seus romances foi marcada por uma crise econômica sem precedentes, o sentimento de irreversibilidade chegou a níveis alarmantes, conforme Hobsbawm escreve: “(...) entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la.” (HOBSBAWM, 2005, p. 91) O capitalismo passava por uma crise de superprodução, o “aquecimento” da economia na década de 20, no pós-Primeira Guerra Mundial, havia desencadeado um processo produtivo acelerado, e que, conforme os países europeus foram se recuperando e restabelecendo suas próprias economias, gerou um excedente tamanho que os preços despencaram e a crise se instaurou.

John Steinbeck viveu sua infância e parte de sua juventude na região rural sudoeste dos Estados Unidos, no Vale de Salinas, no estado da Califórnia. Sua família possuía uma propriedade onde Steinbeck cresceu dentro de um modo de vida ligado ao campo. Posteriormente, já na década de 30, o escritor trabalhou como

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação *História, Poder e Práticas Sociais* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

repórter do jornal *The San Francisco News*, emprego que lhe proporcionou o contato com as famílias de migrantes, os “ciganos da colheita” (*harvest gypsies*), como ele os chama, em sua vida cotidiana e sua situação de miséria.

Em uma série de artigos escritos na década de 30, o autor relata suas experiências com os trabalhadores expropriados em seus acampamentos de beira de estrada (as chamadas “*hoovervilles*” ou “*Little Oklahomas*”) e a vida errante em busca de emprego e meios de subsistência que esses expropriados levavam. A conjuntura econômica no fim dos anos 20 anunciava que a economia estava entrando em período de recessão que poderia se tornar uma crise. Havia, conforme escreveu Hobsbawm, um “colapso dos preços agrícolas” (*Idem, ibidem*, p. 98), que fez com que diversos pequenos proprietários que haviam emprestado dinheiro dos bancos e oferecido suas terras como garantia fossem expulsos de suas propriedades.

A situação que se apresentava a esses trabalhadores não era “simplesmente” a perda de seus meios de produção e de subsistência, mas representava também a perda de todo um modo de vida, visto que esses trabalhadores tinham construído suas vidas no espaço rural e estavam a ele ontologicamente ligados. O processo de modernização dos Estados Unidos, que colocara a indústria em evidência e adentrara no campo transformando as relações que lá se davam para relações tipicamente capitalistas, foi um processo que alterou não somente a maneira como a economia estava organizada e como a acumulação se dava, mas também transformou os modos de vida inseridos nessa realidade.

O processo que culminou com a crise de 29 não atingiu somente a dimensão econômica, mas evidenciou um processo mais amplo e profundo, que dizia respeito a outras dimensões da realidade social. As crises, tais como a de 1929, como mostra Osvaldo Coggiola, “(...) não se limitaram ao plano econômico, pois produziram mudanças drásticas de ordem social, política, cultural e no campo das relações internacionais.” (COGGIOLA, 2009, p. 39) Nesse contexto, marcado por drásticas transformações, a reestruturação capitalista dependia de reorganizações na estrutura da economia e da sociedade, do acirramento das práticas de exploração e da desestruturação de direitos e garantias dos trabalhadores; medidas essas que se apresentaram como uma solução para que a acumulação continuasse, a despeito dos efeitos desumanos que elas traziam em seu bojo.

Os romances de autoria de Steinbeck na década de 30 tiveram essas transformações como solo histórico. Foi essa experiência histórica que influenciou a forma como Steinbeck veio a produzir sua literatura. Os romances *Luta Incerta* (1936), *Ratos e Homens* (1937) e *As Vinhas da Ira* (1939) são exemplos de como a situação histórica vivenciada pelo autor moldou a forma como esse via a realidade e como a retratava em sua literatura. A temática da penúria dos despossuídos não foi tratada somente por Steinbeck, mas também por outros escritores da época, como John dos Passos, William Faulkner e Erskine Caldwell, por exemplo. A forma como a crise assomava e a sensação de irreversibilidade que se apresentava toldaram a maneira como a literatura desse período se apropriou da matéria-prima histórica em suas obras, assumindo muitas vezes o tom de denúncia.

O romance *As Vinhas da Ira*, a obra mais conhecida do autor, retrata a jornada de uma família de pequenos proprietários de Oklahoma que são expulsos de suas terras por conta de não terem conseguido cobrir os empréstimos que tinham contraído do banco. O banco executa a dívida e toma as terras dos Joad, que, por sua vez, são obrigados a deixarem a propriedade e se lançarem pelas estradas rumo ao oeste, para a Califórnia, local onde, segundo alguns panfletos amarelos que eles tinham recebido, havia uma necessidade bastante grande de pessoas para trabalharem na colheita das plantações da região. Esse “fenômeno” não foi exclusivo dos Joad, mas comum a diversas famílias e sujeitos, como se pode perceber perante as descrições de Steinbeck: “As estradas tinham-se metamorfoseado em caudais de homens, e nas valas de beira-estrada pernoitavam multidões de homens. Atrás deles vinham outros e mais outros. Nas grandes estradas formigava o povo em movimento.” (STEINBECK, 1972, p. 384)

Os Joad, que sempre haviam vivido no campo e estavam ligados à lida rural, suas rotinas, tarefas, noção de tempo e “relativa autonomia”; são drasticamente lançados em uma realidade econômica profundamente desequilibrada, em que os grandes fazendeiros, para minimizarem suas perdas, utilizam-se de mão-de-obra barata, explorada e sem direito a quaisquer garantias, inclusive por conta da pressão exercida pela quantidade de trabalhadores “disponíveis”, ou seja, que se encontram na mesma condição em que os Joad se encontravam.

O arrefecimento do modo de produção capitalista evidencia a

contradição com que ele se move e a maneira como “socializa as perdas”, tornando os desdobramentos de especulação e produção exacerbadas (leia-se a crise econômica) em um problema amplo, que diz respeito a toda a sociedade, e que encontra seus desdobramentos mais severos em relação à classe trabalhadora. Conforme Coggiola diz: “As crises (...) revelam o verdadeiro fundamento das ideologias dominantes.” (COGGIOLA, 2009, p. 41)

O “aquecimento” da economia que transformou o modo de vida rural e colocou o campo em um lugar diferenciado do que antes ocupava por conta da industrialização e da expansão e crescimento das cidades, representa o avanço do capitalismo sobre relações sociais distintas que se estabeleciam no ambiente rural. A expulsão dos Joad de suas terras procura não somente “limpar” a propriedade para sua exploração intensiva e segundo os ditames do capitalismo, mas também pretende aumentar a quantidade de mão-de-obra disponível para o trabalho, o que rebaixa os salários e as condições de trabalho. Além disso, visa privar os trabalhadores de outras possíveis formas de subsistência dentro das relações capitalistas, visto que a “relativa autonomia” de que gozavam quando trabalhavam em sua própria terra vinha então abaixo, de modo que sua “capacidade de sobrevivência” (pois é exatamente isso: uma luta dramática pela sobrevivência) se torna diretamente proporcional a sua “capacidade de submissão” aos ditames perversos do “mercado”, leia-se do capitalismo em crise, cuja capacidade de reestruturação repousa, entre outros expedientes, sobre o acirramento da exploração da classe trabalhadora.

Os Joad e tantas outras famílias foram lançadas nas estradas sem terras nem meios de subsistência que não aqueles que lhes foram deixados pelo capitalismo, a saber, venderem sua força de trabalho a preços rebaixadíssimos; senão até por comida, como aparece no seguinte trecho:

(...) os homens em êxodo espraíavam-se pelas estradas, e havia fome em seus olhos, e havia miséria neles. (...) Quando surgia trabalho para um homem, dez homens disputavam-no, lutavam por ele, aceitando ordenados cada vez mais baixos. Se aquele camarada trabalho por trinta *cents*, eu trabalho por vinte e cinco. Se ele trabalha por vinte e cinco, eu trabalho por vinte. (...) Não, eu...eu estou com fome. Trabalho até por quinze. Trabalho até pela comida. (STEINBECK, 1972, p. 386)

Além do tom de denúncia que o livro assume, se percebe como ele procura ressaltar a situação de penúria em que se encontravam esses sujeitos, e como a privação não só de sua terra, mas também de seu modo de vida, acaba por retirar-lhes, por conseguinte, a “autonomia” ou mesmo as condições para manter sua dignidade. Esses eventos encontram em Steinbeck uma identificação mais profunda, quiçá até mais subjacente, cujo engendramento remonta tanto à década de 20 quanto ao processo histórico que vinha se intensificando ao longo do século XX, principalmente no pós-Primeira Guerra Mundial: profundas mudanças, senão a destruição, de um modo de vida rural, intensamente ligado ao campo e que tinha a terra como dimensão ontológica do homem.

Essa identificação que Steinbeck constrói diz respeito a sua própria experiência de sujeito histórico que compartilhava desse modo de vida em grande medida, de modo que fica evidente no seguinte trecho, onde após falar sobre as comodidades e facilidades de se utilizar um trator na lida com a terra, o autor escreve o seguinte:

E isto é assim simples e cômodo [*o trabalho com o trator*]. Tão simples que a satisfação que o trabalho proporciona desaparece, tão cômodo que a satisfação desaparece dos campos e o trabalho desaparece também dos campos, e com o sumir do encanto some-se também a profunda compreensão e ligação do homem à terra. (*Idem*, p. 154)

O trato com a terra que se dissemina com a lógica capitalista de uso da terra incomoda profundamente Steinbeck, que a enxerga de forma desumana, fria e como algo que retira o sentido do trabalho. O trator que tira o homem da terra é o elemento “moderno” que atenta contra o modo de vida rural do qual Steinbeck partilhava e defendia. O mesmo sentimento de melancolia e insatisfação com essas mudanças e a forma como a relação do homem com a terra fora subvertida, aos olhos do autor, transparece no seguinte trecho:

O homem [*que dirigia o trator, esse elemento estranho ao modo de vida celebrado por Steinbeck*] não mais via a terra como era na realidade, não podia cheirar-lhe o cheiro, seus pés não pisavam os torrões e não lhe sentiam o calor e a força da vida que dela emanavam. (...) O homem amava a terra tanto quanto o banco amava a terra. (*Idem*, pp. 50-51)

Os trechos citados dão conta de mostrar que ao escrever seus livros, Steinbeck estava contrapondo-se a mudanças econômicas de maior vulto, mas que as compreendia em um “universo muito mais proximal”, que estava diretamente relacionada ao que ele via, sentia e experimentava cotidianamente. A expulsão dos pequenos proprietários os colocava em uma penosa situação, pois os privava, em nome do lucro, do modo de vida em torno do qual esses sujeitos haviam construído suas trajetórias.

Essa mesma celebração e reverência ao modo de vida rural, que era atropelado pelas exigências e demandas tipicamente capitalistas, pode ser percebida em outras obras do autor que datam da década de 30, como *Ao Deus Desconhecido* (STEINBECK, 1981), romance de 1933, em que o protagonista rumo para o oeste estadunidense para ocupar uma terra e conquistar um lugar onde construir sua fazenda e sua vida. Nessa empresa ele se depara com uma força misteriosa que parece emanar da terra, o “deus desconhecido” que provê aos homens seu sustento. Mesmo no título de um outro de seus livros esse sentimento de Steinbeck vem à tona: ao se referir ao Vale de Salinas, a região onde nasceu e cresceu, o autor chama o lugar de As Pastagens do Céu, adágio que serve de título ao romance de 1932 (STEINBECK, *sem data de publicação*).

Mesmo quando perscrutamos os sonhos de George, personagem de *Ratos e Homens*, percebemos como a terra possui um valor profundo para ele, e como ela é o que ele almeja ao sair da árdua vida de trabalhador agrícola despossuído. Ele confabula com seu companheiro, Lennie, planejando o futuro dos dois assim que se emanciparem de sua condição:

- E a gente pode tê uns porco. (...) a gente vai podê defumá o tocinho e o presunto, e fazê lingüiça e um monte de coisa assim. E quando os salmão subi o rio, a gente pode pegá uns cem e guardá no sal ou defumá. (...) Quando as fruta amadurecê, a gente pode fazê conserva (...) A gente vai vivê bem lá. A gente vai fazê parte daquele lugá. Num vai mais precisá ficá rodando pela região e comê comida de cozinheiro japa. Nada disso, a gente vai tê nosso lugá, e a gente vai fazê parte dele, e num vai tê que dormi em casa de pião nenhuma. (STEINBECK, 2007, pp. 82-83)

Steinbeck projeta nesse modo de vida uma realidade que

permite maior felicidade e realização, ou ao menos uma tranquilidade e condições “mais humanas” de se viver. A exortação do autor em relação a esse modo de vida rural em contraposição ao que vinha se instaurando (que se agravava com a Grande Depressão e que o autor chama de “vida industrial”) pode ser percebida quando ele escreve:

No oeste central e no sudoeste havia vivido um povo simples e agrário, que não era influenciado pela indústria, um povo que jamais empregara máquinas em sua propriedade, nem conhecera o poder ou o perigo de máquinas em mãos de particulares. Era um povo que ainda não sentira as contradições da indústria; um povo de sentidos bastante agudos ainda para perceber o ridículo da vida industrial. (STEINBECK, 1972, p. 384)

A expropriação da terra fazia cessar o contato desses homens (desse “povo”) com seu modo de vida, com aquilo que os caracterizava, com aquilo que os constituía enquanto seres históricos. Esse processo os privava desse contato com suas próprias raízes ontológicas, fazia com que eles se tornassem “ciganos da colheita”, trabalhadores errantes “disponíveis” para a manutenção do sistema capitalista por meia de sua exploração e de sua própria deterioração.

Apesar de ser um romance, ou seja, de partilhar das especificidades criativas e artísticas da literatura e não da cientificidade e rigor teórico-metodológico da historiografia, a literatura de Steinbeck se apresenta como um prolífico documento sobre a “natureza” de crise e expropriação do capitalismo e dos desdobramentos que essa “natureza” de baixa tendencial representa para a classe trabalhadora (no caso os ex-pequenos proprietários, principalmente), cujo trabalho explorado e deterioração das condições de vida se apresentam como características desse sistema e inclusive como formas de sua perpetuação.

Ainda que possua limitações que precisem ser postas em questão e problematizadas, e ainda que distinções sejam necessárias para não se deixar seduzir pela conclusão errônea de que não há diferenças entre literatura e história; os romances de Steinbeck deslindam um panorama diferencial sobre a crise de 29 e sobre a própria forma como o capitalismo está organizado em suas profundas contradições e desigualdades. Seus romances contribuem para mostrar, sob outro prisma e escala, aspectos concernentes à crise e à

forma como o capitalismo vem delegando o peso de suas próprias perdas a toda a sociedade; e expressando através dos nuances e especificidades da literatura outras facetas do processo histórico.

Referências Bibliográficas

COGGIOLA, Osvaldo. *As Grandes Depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, conseqüências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STEINBECK, John. *Ao Deus desconhecido*. 4ª ed. Tradução de Nair Bisony Mazza. São Paulo: Ibrasa, 1981.

_____. *As pastagens do Céu*. Tradução de Tomás Ribas. Lisboa: Livros do Brasil, sem data de publicação (publicado originalmente em 1932).

_____. *As Vinhas da Ira*. Tradução de Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

_____. *Ratos e Homens*. Tradução de Ana Ban. Porto Alegre: L&PM, 2007.

OS PARTIDOS FASCISTAS EM SEUS DESDOBRAMENTOS ORGANIZATIVOS

Lucas Patschiki¹

Nosso referencial teórico-metodológico para a organização partidária será pautada nas formulações do italiano Antonio Gramsci. Sintetizando grosseiramente uma discussão que necessita de um espaço muito mais amplo, os partidos políticos para Gramsci: são os organizadores avançados das classes e suas frações, afirmados como sua expressão avançada, necessários, atuando sobre estas para desenvolvê-las; podem existir sob a forma jurídica de partidos ou não; são os organismos responsáveis por formarem os intelectuais destes grupos sociais, selecionando-os entre a massa e preparando-os para a vida estatal; são os formuladores e experimentadores de projetos históricos, buscando convertê-los em vontade coletiva; comportam a contradição, já que formuladores do consenso por excelência entre seu próprio grupo social; tomam o caráter de imperativo categórico, responsáveis pela reforma moral e intelectual do homem; tem validade histórica, já que mensurados pela sua eficiência real, dependentes do reconhecimento como expressão de um grupo social, e passíveis do fenômeno do transformismo; contém uma estrutura organizativa interna propositiva, seu Estado-maior (que pode ou não fazer parte do partido em si), e uma hierarquia interna composta na relação entre seus quadros e a massa militante, cabendo ao partido formar um exército organicamente preparado para os momentos de crise; formam uma rede partidária; são organismos preventivos de polícia política, defendendo determinada ordem política; não podem ser destruído por meios normais. Para compreendermos esta vocação política “totalitária” iremos nos basear na noção de rede extrapartidária formulada por Calil, que a construiu para situar as organizações formadas em torno do Partido de Representação Popular (PRP), que reorganizou os integralistas brasileiros no pós-guerra e existiu até 1965, atuando conscientemente para criar e consolidar esta rede, como “*a construção de um conjunto de trincheiras, visando travar uma guerra de posição, já que o*

¹Mestrando em História – UNIOESTE. Linha Estado e Poder. Pesquisa financiada pela Fundação Araucária.

assalto imediato ao poder estava descartado naquela conjuntura”². Esta rede é parte crucial da construção da vontade nacional, e atua angariando solidariedade e apoio de outros grupos; disseminando de modo mais amplo agitação e propaganda; possibilitando fazer convergir outros campos sociais para o campo político, atingindo domínios da vida social fundamentais para a construção do “homem novo”; organizando uma quantidade maior de pessoas, etc.

Os partidos fascistas tem uma existência que percorre o século XX, isto significa que embora reclamem e/ou possam ser alinhados com os fascismos clássicos, sofreram determinações de grandes mudanças conjunturais, e que em grandes esforços adaptativos constituíram formatos que permitiram a manutenção de sua maior função: a de servirem como instâncias últimas de defesa do capital em suas crises³. *Estas mudanças compreender ao contrário do que diversos autores compreendem, que o fascismo não pode ser simplificado em torno de uma metodologia organizativa, marcada, por exemplo, pela disciplina em torno de um líder carismático, por suas características paramilitares, etc. Estes elementos são importantes para sua caracterização, para identificar as experiências fascistas, mas não possuem a capacidade explicativa total do fenômeno.* Este sentido descritivo é típico de uma leitura liberal, que trancafia o conceito às experiências clássicas. Embora existam leituras críticas que corroborem este sentido, ou tentem “complementar” o conceito com adjetivos, o que estas leituras negam são as transformações exigidas pelo capital, (numa interpretação que traz à tona a tese das “idéias fora do lugar”), deslocando suas funções diante das continuidades do desenvolvimento do capital, a mais importante o caráter nacional-estatal da reprodução da contradição capital-trabalho. Além de apagar do quadro geral do desenvolvimento capitalista da segunda metade do século XX o encapsulamento das lutas proletária às formações sociais, ou mais especificamente a derrota do internacionalismo proletário pelo cosmopolitismo burguês⁴. Temos de entender o fascismo através da

²CALIL, G. G. *O integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/UNIOESTE, 2005. p. 487-488.

³Por movimentos fascistas entendemos os movimentos correspondentes a conceituação proposta por Konder. KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 53.

necessidade de subjugar e quebrar o espírito combativo da classe operária, seja quando esta oferece perigo real a ordem burguesa, seja quando as necessidades da reprodução do capital-imperialismo exigem uma ofensiva sobre os trabalhadores. Com este foco na estruturação interna dos partidos fascistas não estamos tentando de modo algum sobrepor às outras características, mas assinalar que este é um problema político importante, é crucial inquirir “*sua composição social, sua forma de estruturação interna e a ideologia adotada*”⁵.

Entenderemos estes partidos através de três ondas históricas⁶. A primeira onda seria a do fascismo clássico, que já delineamos. A segunda corresponde aos fascismos do pós-guerra, ou seja, o movimento de transformação exigido aos partidos e regimes para sua manutenção, assinalando duas de suas maiores mudanças ideológicas: o abandono do corporativismo, típico da primeira onda, e a justificativa maior de sua existência marcada pelo anticomunismo preventivo, ou seja, a defesa de um modelo democrático altamente formal e restritivo, dentro da conjuntura geopolítica da Guerra Fria (o *Tea Party* estadunidense remete-se sua origem a esta onda, o movimento macarthista). E a terceira onda ocorre após os anos 80, onde os partidos fascistas assumem um projeto econômico ultraliberal, assumindo uma postura de defesa “cultural” de cunho xenófobo. Mas assinalamos, embora estas características assumam um formato “geracional” na prática isto não ocorre, pois, grupos com distintas características (assinaladas simplificadaamente através das ondas) afloram no espectro fascista dentro de uma mesma temporalidade histórica, cabendo a cada um destes grupos a atuação em uma frente específica⁷, seja através de gangues, de grupos políticos como associações civis ou partidos formais. Deste modo, iremos utilizar como exemplo das primeiras e segundas gerações fascistas o caso brasileiro, na década de 30 da Aliança Integralista

⁴FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. p. 176-191.

⁵CALIL, G. G. *O integralismo no processo político brasileiro...* op. cit. p. 152.

⁶CAMUS, J-Y. “Metamorfoses políticas na Europa”. *Le Monde Diplomatique*. 01.05.02. Disponível em <http://dipl.o.org.br/2002-05,a299>, acessado em 10.05.11.

⁷BARBOSA, J. R. “Entre milícias e militantes (III): Skinheads nacional-socialistas e integralistas e os “carecas do subúrbio”. *Passapalavra*. 07.05.09. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=6041>, acessado em 03.05.11.

Brasileira (AIB) e depois com o PRP. A AIB é considerada a experiência fascista “definitiva” brasileira porque assumiu o caráter de liderança no espectro fascista do período, senão o coordenando em absoluto, sendo sua força dominante. A organização partidária fez-se visando cumprir para seus militantes a vivência preparatória para a vida estatal, sendo a influência do corporativismo definitiva neste caso. Tendo em vista o Estado Integral, suas organizações internas eram plenamente hierarquizadas, com um centro de decisões altamente centralizadoras, assim permitindo ao chefe nacional o controle indireto de toda a organização. e rituais e diversas instâncias diretivas. Uma tríplice função: *“fornecer ao chefe meios poderosos para dirigir o movimento; realizar uma experiência pré-estatal ao nível da organização”* além de *“constituir-se num instrumento de socialização político-ideológica dos aderentes”*⁸. Sua estrutura mais próxima do Estado integral ocorreu após o Congresso de Petrópolis de 1936, que criou *“dois novos órgãos de representação: a Câmara dos Quarenta e o Conselho Supremo e, simultaneamente, instituiu o órgão máximo de representação da AIB, a Corte do Sigma”*, sendo que *“as funções do antigo conselho nacional decompueram-se em três novos organismos colegiados com atribuições previstas para o futuro Estado Integral. O Conselho Supremo, sob a direção do Chefe Nacional”* cumpria *“o papel de um gabinete restrito cujo ministério seria composto pelos secretários nacionais; a Câmara dos Quarenta seria o núcleo do futuro senado integralista; a Câmara dos Quatrocentos poderia transformar-se na Câmara Corporativa do período transitório”* e sendo que *“a Corte do Sigma seria o órgão supremo do Estado integral”*⁹. Esta estrutura só era possível dada a conjuntura histórica e social do período, marcada pela crise do capital pós 1929, o que permitiu aos fascistas organizarem-se abertamente visando tornar-se opção viável para as burguesias nacionais em momentos de crise aberta. A necessidade da sua existência se dava pela necessidade de organizar a repressão contra a classe trabalhadora, de uma forma que nenhum partido burguês conseguiria, já que seu papel corresponde a formação de

⁸TRINDADE, H. Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30. São Paulo: Difel, 1970. p. 170.

⁹TRINDADE, H. “Integralismo” (verbete). In. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Acessado em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/integr.htm>, acessado em 04.07.11.

consenso entre diversos grupos e frações da burguesia, e do mesmo modo, não caberia a nenhum partido “social-democrata”, mesmo que seu papel seja *“precisamente, o de desviar as massas e reprimir a revolução”*¹⁰.

Esta conjuntura altera-se após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos fascismos. Nos países que continuaram capitalistas, houve uma rápida reorganização dos partidos e regimes fascistas, tendo como suas principais características ideológicas o abandono do corporativismo como modo de organização estatal e a “elevação” do anticomunismo à sua tônica principal. Estes partidos e regimes foram tomados como inimigos “aceitáveis”, redimidos pelos EUA e Inglaterra, e que acabou por tirar destas agremiações a perspectiva imediata do assalto ao Estado. Na Itália o partido que se afirmou foi o Movimento Sociale Italiano (MSI), enquanto na Alemanha foi o Partido da Direita Alemã (*Deutsche Rechtspartei*), que em 1964 torna-se o Partido Nacional Democrático da Alemanha (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands*)¹¹. Mas estes partidos não cresceram a ponto de englobar todos os antigos fascistas, pelo contrário, *“em sua maioria, aliás, os fascistas mais inteligentes preferiram, na Alemanha, renunciar à militância em organizações demasiado presas ao modelo fascistas ‘clássico’: muitos deles ingressaram em partidos conservadores ‘respeitáveis’”*, mantendo seus velhos ideais, mas mudando seus métodos para tanto, abrindo *“caminho para uma assimilação de certos aspectos essenciais do fascismo por parte do conservadorismo tradicional”*¹². Do mesmo modo este movimento ocorreu no Brasil, onde os integralistas seguiram de perto este desenrolar ocorrido na Europa, mas onde *“para Salgado, o ingresso em um partido conservador ‘respeitável’ não era uma opção viável, tendo em vista que no interior de um partido burguês tradicional não poderia manter sua posição como ‘Chefe’ dos integralistas”*, estes tiveram de buscar *“apresentar o próprio integralismo como uma doutrina conservadora ‘respeitável’, tornando-a aceitável para a classe dominante, enquanto instrumento para o cumprimento de uma função particular, fundamentalmente voltada à mobilização*

¹⁰POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 164.

¹¹SILVA, F. C. T. da. *Neofascismo*. Disponível em , acessado em 04.07.2011.

¹²KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. op. cit. p. 159-162.

anticomunista”¹³, o que culminou na formação do PRP. Para reinventar-se mantendo o mesmo conteúdo doutrinário, a negação do formato organizativo foi um dos passos mais importantes. Neste sentido a construção de uma rede extrapartidária não serviu somente para aumentar seu alcance, mas para poder manter sua estrutura centralizada em torno de Plínio Salgado teve de desdobrar seus órgãos internos: no caso do PRP, esta rede foi constituída em sete “instrumentos” tendo o partido formal parlamentar como centro desta rede: a Livraria Clássica Brasileira, a Confederação dos Centros Culturais de Juventude (CCCJ), a União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB), o jornal *A Marcha*, a Ação Nacional Brasileira e o seu programa radiofônico.

Este movimento é levado ao extremo na terceira onda, desdobramento que acompanha a passagem do imperialismo tal qual analisado por Lenin para o capital-imperialismo, ou o imperialismo monetário¹⁴. Para Silva, foram as mudanças sócio econômicas dos anos 80 permitiram o avanço dos partidos fascistas, como “*um amplo movimento de massas, capazes de levar ao poder pela via do voto, um partido de caráter fascista*”. Isto foi possível graças as mudanças que estes levaram a cabo nas décadas anteriores, onde o objetivo foi o “*de reunir quadros, montar estruturas de contato e alistamento, organizar as finanças. Ao mesmo tempo, os temas tradicionais do fascismo, particularmente o ataque às instituições democráticas e o racismo, eram, provisoriamente, deixados em segundo plano*”¹⁵. Não podemos ingenuamente deixar de destacar que o partido formal, ou informal, deixa de agir através de gangues e milícias, como se todo o espectro fosse unificado somente por suas confluências ideológicas, deixando de lado a questão da relacionalidade organizativa, este movimento pode ser estratégico. Não estamos, obviamente, tentar forçar uma relação orgânica de um grupo ao outro, mas evidenciar que sua relacionalidade ocorre de modo muito mais próximo do que se costuma apontar em certas interpretações sobre o fascismo, buscando evidenciar seu alcance social em países onde a ampliação do Estado complexifica-se de tal modo que as funções remetentes ao partido podem “dissolver-se” em aparelhos especializados,

¹³CALIL, G. G. *O integralismo no processo político brasileiro...* op. cit. p. 197-198.

¹⁴FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo...* op. cit. p. 146-147.

¹⁵SILVA, F. C. T. da. *Neofascismo*. op. cit.

destacando-se, e dificultando o reconhecimento tácito, e assim contribuindo para a sua mistificação, em especial em relação às sanções penais (impedindo a atribuição de culpa ao seu Estado-maior), e mesmo propiciando mobilidade a este centro de poder, que não deixa de ser constituído através de disputas internas na rede partidária. Destes partidos o exemplo mais significativo no que refere-se a organização é o *Tea Party* estadunidense, pois irá delinear a articulação entre os eixos de maneira mais evidente, articulando três eixos: candidatos parlamentares, grupos e associações da sociedade civil e milícias paramilitares. O “fenômeno” *Tea Party* nasce da última crise recente do capital, que somado a falta de perspectivas oferecidas pela esquerda, proporcionou impulso para o ressurgimento de uma direita fascista nos EUA. Ele nasce no ano seguinte às eleições de Barack Obama, como um agrupamento não-partidário de protesto, especialmente contra as medidas para conter a crise gerada pela bolha imobiliária. Cresceu impulsionado majoritariamente por grupos de base e por trabalhos voluntários, semi-independentes de uma estrutura centralizada, já que não constitui partido político formal – é formado por uma série de grupos como o *Tea Party Patriots*, organizado em mais de 1000 grupos filiados; o *Americans For Prosperity*, com 1 milhão de membros, e 500 afiliadas; a *Freedom Works*, com mais de 1 milhão de membros e 500 afiliadas; o *Tea Party Express*, um ônibus em turnê constante pelos EUA; o *Tea Party Nation*, responsável por levantar fundos, organizador da Convenção Nacional do *Tea Party*; o *National Tea Party Federation*, entidade responsável pela disseminação nacional e internacional, e pela unificação ideológica entre os diversos grupos; e o *Nationwide Tea Party Coalition*¹⁶, coalizão nacional de diversos grupos locais. O *Tea Party* funciona como suporte para candidaturas de uma série de partidos políticos (obviamente a maioria oriunda do Partido Republicano), seja através de acordos mútuos, ou simplesmente para evitarem que um candidato moderado ganhasse.

Sua rede de financiamento conta “*com grandes organizações como a American Crossroads, da qual Karl Rove, conselheiro de George W. Bush, é co-fundador, ou o Club for Growth, que prega*

¹⁶HENNESSEY, K. “Tea parties form a federation, but don't call them organized”. *Los Angeles Times*. 08.04.10. Disponível em <http://articles.latimes.com/2010/apr/08/nation/la-na-tea-federation9-2010apr09>, acessado em 08.05.11.

redução de impostos e de gastos do governo”¹⁷, mas seus principais financiadores seriam os irmãos David e Charles Koch, donos da *Koch Industries*. Sua defesa intransigente do ultraliberalismo articula-se perfeitamente à existência de milícias, embarcando os *Minuteman Civil Defense Corps*, a maior de todas as milícia de fronteira entre os EUA e o México, e a *FIRE Coalition*, ambas organizações de patrulha e controle de imigrantes. Isto não ocorre sem alguns conflitos internos, como os sobre a lei SB-1070 do Estado da Arizona, que exige que policiais exibam prova de residência legal para quem acreditam serem imigrantes ilegais (o que inviabiliza juridicamente as chacinas perpetradas na fronteira), em que o *Tea Party Patriots* arregimentou milhares de assinaturas a favor da lei, enquanto o *Tea Party Nation* participou e ajudou a patrocinar um evento em Phoenix, Arizona, apoiando os patrulheiros “patriotas”¹⁸. Sobre os partidos fascistas devemos indicar que a situação gerada pela crise de 2008-2009 abriu brecha suficiente para uma nova ofensiva, e que fragmentando-se organizativamente conseguiram jurídica e politicamente ampliar sua atuação para as massas, sendo que o caso francês com Marine Le Pen e mesmo o ato isolado ocorrido na Noruega, somente nos permitem como conclusão indicar que caso a classe trabalhadora deixe de manifestar-se politicamente contra este tipo de projetos políticos é difícil não prever consequências graves.

Referências Bibliográficas

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CALIL, G. G. *O integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/ UNIOESTE, 2005.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

¹⁷BBC BRASIL. “Crise econômica é combustível para ascensão do Tea Party”. *BBC Brasil*. 28.10.10. Disponível em , acessado em 11.05.11.

¹⁸BAHADUR, G. “Nativist Militias Get a Tea-Party Makeover”. *The Nation*. 28.10.10. Disponível em , acessado em 04.06.11.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

CAMUS, J-Y. “Metamorfoses políticas na Europa”. *Le Monde Diplomatique*. 01.05.02. Disponível em <http://diplo.org.br/2002-05,a299>, acessado em 10.05.11.

BARBOSA, J. R. “Entre milícias e militantes (III): Skinheads nacional-socialistas e integralistas e os “carecas do subúrbio”. *Passapalavra*. 07.05.09. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=6041>, acessado em 03.05.11.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel, 1970.

TRINDADE, H. “Integralismo” (verbete). In. *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/integr.htm>, acessado em 04.07.11.

SILVA, F. C. T. da. *Neofascismo*. Disponível em http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=34, acessado em 04.07.2011.

HENNESSEY, K. “Tea parties form a federation, but don't call them organized”. *Los Angeles Times*. 08.04.10. Disponível em <http://articles.latimes.com/2010/apr/08/nation/la-na/tea-federation9-2010apr09>, acessado em 08.05.11.

BBC BRASIL. “Crise econômica é combustível para ascensão do Tea Party”. *BBC Brasil*. 28.10.10. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/bbc/crise+economica+e+combustivel+para+ascensao+do+tea+party/n1237813538498.html>, acessado em 11.05.11.

BAHADUR, G. “Nativist Militias Get a Tea-Party Makeover”. *The Nation*. 28.10.10. Disponível em http://www.theinvestigativefund.org/investigations/immigrationandlabor/1420/nativist_militias_get_a_tea-party_makeover/, acessado em 04.06.11.

TRABALHADORES E A CIDADE: O LOTEAMENTO MORADA DO SOL E OS TERRITÓRIOS EM DISPUTA EM NOVA SANTA ROSA/PR (2000-2010)

Luís Carlos dos Santos¹

O presente trabalho tem como objetivo problematizar o processo de urbanização em Nova Santa Rosa-PR a partir das experiências dos trabalhadores que vivem na cidade na primeira década do século XXI. Essa pesquisa é parte constitutiva do Trabalho de Conclusão de Curso de História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como também compõe a pesquisa de Iniciação Científica Voluntária em andamento.

As inquietações surgiram ao longo da graduação, diante a percepção do aumento dos loteamentos e a manutenção de grandes vazios urbanos na região indicada como centro comercial da cidade. O que instigou a pesquisa para entender os interesses e as disputas pelos territórios em Nova Santa Rosa e o modo como estes são produzidos e fazem parte dos conflitos de interesses pelo onde morar.

Para realizar esse processo investigativo utilizo entrevistas realizadas com moradores do loteamento Morada do Sol, com o responsável pela abertura do loteamento, moradores da área central da cidade e funcionário da Prefeitura Municipal, além de reportagens de jornais e edições especiais da imprensa sobre a cidade. O interesse desse trabalho é discutir os projetos de cidade expressos na organização dos loteamentos e na rede de interesses que se produz para legitimar determinados empreendimentos – como o local de moradia dos trabalhadores.

Nesse sentido, apontar outras nuances para a tentativa de reserva de terrenos e possível determinação do “lugar de cada um” nos espaços da cidade, é perceber que as relações classistas estabelecidas permitem indicar interesses e práticas que fragilizam a proposição da especulação imobiliária e periferização enquanto um projeto que se efetiva plenamente e apenas é analisado na academia. Esse é um processo em transformação, em correlação de forças desiguais, mas com intervenções e recusas constantes.

¹Acadêmico do 4º ano do curso de História da UNIOESTE, pesquisa de Iniciação Científica Voluntária. Orientando da professora Scheille Soares de Freitas.

A metodologia teve como base a análise de produções sobre urbanização, cidade e luta pela moradia. Nesse processo realizaram-se leituras de apoio para a produção de entrevistas e análise de fontes. Diante o contato com um número inicial de entrevistados, relevantes para esse primeiro momento de investigação, foram gravadas entrevistas, assim como realizado um levantamento de fontes para interpretação, dentre elas estudos produzidos sobre a formação da cidade, Plano diretor, Legislação Municipal, estudo do Jornal O Presente. Essa pesquisa permitiu a produção de questões e interpretações sobre o processo de organização de modos de morar em Nova Santa Rosa no século XX.

O caminho de investigação destinava-se a rastrear, de modo mais conciso, algumas leituras tidas como as fontes de explicação histórica para determinados grupos hegemônicos na cidade de Nova Santa Rosa e como essa produção de memória era recorrente diante mudanças e implementação de projetos para a sociedade, bem como a sua presença nas novas produções historiográficas sobre o lugar.

O trabalho de Silva (1988) e de Saatkamp (1985) traz indícios sobre o modo como determinadas leituras explicavam o processo de ocupação e organização social da região oeste paranaense, particularmente da cidade em análise, como algo empreendedor e visionário de alguns sujeitos e a partir de medidas administrativas consideradas “em progresso”.

Procurando não se limitar a essas interpretações, o estudo do trabalho de Silva (2006) permitiu observar como na atualidade procura-se retomar esse processo de constituição do município e dos modos de morar e viver na cidade. Esse percurso foi pensado a partir da reflexão sobre a organização dos bairros e das relações sociais na cidade experimentadas no tempo presente, enquanto agenda de expectativas e necessidade dos trabalhadores.

No trabalho de Silva (2006), ela discute a criação do Bairro Recanto Feliz (Mutirão), sem ressaltar outros espaços construídos para responder às pressões dos trabalhadores, como o Bairro Jardim União (BNH) e o Bairro Berlim, muito citado durante as entrevistas como um lugar que necessita de melhorias para os moradores identificados como “trabalhadores pobres”. Alguns dos entrevistados indicam essa diferenciação nos loteamentos, nos valores e na própria clientela – aproveitando para demarcar distanciamentos entre a condição que elegem para si, enquanto proprietários de terra e classe média, e os moradores dos bairros mencionados.

Os moradores do loteamento Morada do Sol e similares a este que são lançados nesse início do século XXI (Sol Nascente, Stieb, Dona Olinda, Juliana, Zismann, Dos Ipês, Muller) colocam-se em melhores condições de vida e de possibilidades na cidade que os trabalhadores que se destinaram aos planos habitacionais do BNH, aos assentamentos e programas populares de habitação. Um indício de desigualdades na forma de conseguir morar e viver em Nova Santa Rosa até mesmo entre trabalhadores, o que explicita o modo como se promove o acesso à moradia e em que relações se apresentam limites e pressões para a produção das cidades e dos territórios de trabalhadores na sociedade brasileira (ROLNIK, 1992).

Conclusões

Ao fazer essas reflexões a relação campo/cidade aparece como significativa na trajetória dos trabalhadores e nas próprias transformações pautadas na cidade e no campo de Nova Santa Rosa, seja pelos investimentos que circulam nessas frentes de capitalização, seja pelos sujeitos que estão envolvidos no morar na cidade e trabalhar no campo e vice versa. Uma evidência que sugere contradições e limites para essa experiência social vinculada ao processo de produção e (re)organização de Nova Santa Rosa nesta primeira década do século XXI, pois traduz um processo de mudança tenso e contínuo diante sua formulação enquanto “cidade em desenvolvimento”.

Referências Bibliográficas

FENELON, Déa R. (Org.). *Cidades*. Pesquisa em História. v.1. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos A. de F. (Org.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ANPUR, 1992, p. 27-29.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

SILVA, Marlene R. *O conjunto Habitacional Recanto Feliz e a constituição de sujeitos nas disputas pela cidade (Nova Santa Rosa, oeste do Paraná - 1987-2006)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2006.

SILVA, Oscar. *Toledo e sua história*. Prefeitura municipal de Toledo, 1988.

VARUSSA, R. J. Trabalhadores e memórias: disputas, conquistas e perdas na cidade. In: FENELON, Déa R. et al. (Org.) *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 208-224.

“ONDE ESTÁ NASCENDO O IV REICH”: A CIDADE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON REPRESENTADA POR JORNAIS NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Marcos Eduardo Meinerz¹

Este artigo visa analisar os discursos jornalísticos que construíram e desconstruíram a imagem da cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada no extremo Oeste do Paraná, representando-a como um reduto nazista e local onde estaria em instalação o IV Reich no Brasil.

Assim, serão analisadas duas reportagens: Uma do jornal **O Estado de São Paulo** de maio de 1968 intitulada “*Onde está nascendo o IV Reich*”, que, através do seu discurso, representa a cidade de Marechal Rondon como um reduto nazista. A outra do jornal **O Paraná**, intitulada “*Nazismo – do III Reich a Marechal Cândido Rondon*”, de outubro de 1976 que desconstrói tal discurso.

Primeiramente vamos buscar explicar quais as condições de produção de tais discursos. Para Eni Orlandi, *falar em discurso é*

falar em condições de produção e, em relação às condições, gostaríamos de destacar que, são formações imaginárias, e nessas formações contam a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), a relação de sentido (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre o discurso e os outros) e a antecipação (a maneira que o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa)².

Em 1968, foi elaborado por um agente da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – um relatório investigativo sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon denunciando-a como suposto reduto nazista. Esse agente era Erich Erdstein, Judeu Austríaco, que se refugiou na América do Sul em 1939, devido à perseguição nazista. No Brasil, em 1960, passou a trabalhar como tradutor da DOPS, em Curitiba³.

¹Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

²ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Editora brasiliense. 1983, p. 146.

³ERDSTEIN, Erich e Bean, Bárbara. *Renascimento da Suástica no Brasil*. São Paulo: Circulo do Livro S.A. 1977.

Conforme o relatório, o fato do município ser formado na sua maioria por descendentes de imigrantes alemães, como Friedrich Seyboth e de pessoas que migraram da Alemanha para o Brasil, como Heribert Gasa, se mostrava como um forte indício para Erdstein, da presença de criminosos nazistas na cidade e região.

Segundo o relatório de Erdstein:

Existe, situada no município de Marechal Cândido Rondon e se estendendo pelas localidades vizinhas, próximo e na faixa de fronteira com o Paraguai, estensa área de terras que é ocupada por um núcleo de colonização alemã. Seus ocupantes, colonos e comerciantes mostraram-se revoltados com a existência de certos grupos de alemães com eles, que proibem a seus filhos de aprenderem nosso hino nacional, enfim, exigem uma segregação severa, esforçando-se por manter intactas as tradições, filosofia e cultura da terra de origem. Mantêm correspondência com revistas e entidades culturais e assistenciais alemãs, reivindicando auxílio financeiro para a continuidade da *cultura germânica*.⁴

Esse relatório possibilitou que vários órgãos de imprensa publicassem matérias sobre a cidade, pois um documento elaborado por um investigador da DOPS se mostrava naquele período como uma verdade incontestável, uma fonte segura, principalmente quando falamos em um órgão governamental da época da Ditadura Militar. Como diria Bourdieu⁵, por ser agente da DOPS, Erdstein estaria “autorizado” a dizer tal discurso.

É com base nesse relatório que o *Jornal da Tarde* órgão de imprensa associado ao jornal *O Estado de São Paulo*, publicou a matéria de maio de 1968:

A nove mil quilômetros de Berlim, no Brasil, no interior do Paraná, em Marechal Cândido Rondon, a polícia descobriu uma nova Alemanha. Num relatório oficial, já entregue ao

⁴ERDSTEIN, Erich. *Criminosos de Guerra no Brasil*: sua localização e atividades no Estado do Paraná. Curitiba, dossiê n.º 062-DOPS. Arquivo Público do Estado do Paraná, 1968. In: STEIN, Marcos Nestor. *Imigração alemã e repressão policial: a ação da DOPS em Marechal Cândido Rondon*. Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC – Chapecó: UFSC. 2002.

⁵BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas Lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

governador Paulo Pimentel, um investigador garante: “É uma Alemanha nazista. Seus cidadãos mais importantes e protegidos são Martin Bormann e Joseph Mengelle”. A nova Alemanha, há 23 anos do fim da guerra contra Hitler, é presidida por seis nazistas, segundo a polícia. E é também o IV Reich em instalação no Brasil⁶.

Já na capa da matéria temos uma referência ao agente Erdstein, com claro intuito de afirmar a “gravidade” do assunto e também de legitimar o discurso que viria a seguir: “O agente especial da Polícia do Paraná, Erich Erdstein, fez um relatório ao governador Paulo Pimentel dizendo que em Rondon há racismo e segregação”⁷.

A matéria começa apontando o descontentamento de várias pessoas da cidade com o grupo nazista que ali agia, como o prefeito Werner Wanderer, o médico Aylson Confunçio Lima, o capitão Eduardo Machado Lima, o advogado Josué do Amaral Campos, o vereador Antonio Ceretta e o delegado de polícia Marcio Sarraceno Lemos Pinto. Percebe-se aqui, que esse “descontentamento” apresentado pelo jornal se dá a partir de uma organização hierárquica, do mais “importante” ao menos “importante” e todos os citados possuem uma posição “elevada” na sociedade. Sendo que em nenhum momento da matéria é apontado a opinião do restante da população. Mas, não havia gente do “povo” insatisfeita? Por que essas “vozes” não tiveram espaço no jornal? A representação desses personagens (o político, o médico, o delegado) no discurso tenta mostrar a “seriedade” do que supostamente está acontecendo na cidade e para isso até a “autoridade maior”, o prefeito da cidade, é citado para dar um tom mais alarmante para o fato. Consequentemente, o “povo” perde espaço na mídia junto a essas reivindicações.

A reportagem segue apresentando o perfil do município.

Um ônibus encosta em frente ao bar, restaurante e hotel Da Amizade, em Marechal Cândido Rondon, no Noroeste do Paraná, levantando uma nuvem de poeira. Parece uma diligência chegando a uma cidade, como nos filmes de faroeste. Um soldado gordo e forte, o revólver à mostra, a camisa desabotoada, fica parado como se fosse disparar,

⁶JORNAL DA TARDE. São Paulo: 18 de maio de 1968. p. 10.

⁷*Ibidem*.

vigiando quem desce na cidade. São seis horas da tarde. Alcydio Schwarzbald, locutor da Rádio Rondon, que atua numa faixa de cem quilômetros, repete o anúncio de cerveja: “Gib mir eine flashe bier. A cerveja tem que ser Golden Bier”. Logo depois, passa o microfone para a loira Lizelotte, que dá a hora do Angelus. É quando a cidade escuta o **Prelude and fugue in G major**, de Bach. Ou a **Fugue in C minor**, de Wagner. São discos velhos, gravação alemã, pesados. Marechal Cândido Rondon vai escurecendo⁸.

A descrição desse cenário, que caracteriza as primeiras impressões do investigador Erich Erdstein ao chegar em Marechal Cândido Rondon, ao fazer referência aos filmes do gênero *western*, traz a idéia da ausência de controle oficial, uma “cidade sem lei”, dominada pelo crime, onde a própria figura do soldado “não disciplinado” - visa transparecer a situação da localidade como sendo um local onde “não impera a ordem, mas a subversão”.

Adiante nos é apresentado o vereador e dono de um hospital, Friedrich Rupprecht Seyboth, como sendo o “líder nazista”. Este *foi o homem que naturalizou Adolf Hitler, austríaco, como cidadão alemão*,

Seyboth nasceu no Rio Grande do Sul, mas foi pequeno para a Alemanha, onde se formou em medicina. Participou na guerra como médico SS, setor sanitário. É gordo, grandão, usa óculos, quase sem cabelos, uns 50 e poucos anos. Refugiou-se em Filadélfia, no Paraguai, depois de ser condenado a 12 anos de prisão, como criminoso de guerra. Está agora na Alemanha em viagem de passeio, com sua esposa Ingrun Klagges, filha de Dietrich Klagges, ex-ministro presidente de Braunschweig, um Estado alemão, no tempo de Hitler⁹.

Mais adiante faz referencia a Willy Barth, “alemão”, apontado como um dos fundadores da cidade, sugerindo que a criação do “TV Reich” estava em andamento desde o início de processo de colonização empreendido pela MARIPÁ, pois (...) *só vendia terras para alemães*.

⁸*Ibidem*

⁹*Ibidem.*

A cidade foi planejada há oito anos. A empresa responsável por sua ocupação era a Maripá, de Porto Alegre, que buscava colonos em Mercedes, Três Passos e em cidadezinhas de Santa Catarina. Willy Barth foi um dos seus agentes principais, um dos seus fundadores (...) Ele, como a sua empresa, só vendia terras a alemães. Os poucos brasileiros que tentaram se instalar na região foram expulsos¹⁰.

Um detalhe importante, é como a matéria articula passagens de seus discursos com certas imagens contidas na reportagem. Na questão da linguagem, temos logo abaixo da figura de uma lápide o seguinte enunciado: “Os anúncios das estações de rádio são em alemão. As crianças aprendem alemão nas escolas. Na rua, ouvem-se cumprimentos em alemão. Até as lápides dos cemitérios estão escritas em alemão nessa cidade”¹¹.

Um último aspecto relevante a ser apontado nessa reportagem, é o fator de distanciamento apresentado na matéria: “Marechal Cândido Rondon fica no noroeste do Paraná, a 590 quilômetros de Curitiba e 998 de São Paulo. O município tem 65 mil habitantes, a cidade só 7 mil. A maioria é de alemães”¹².

Esse discurso de “distanciamento” nos leva a pensar que pelo motivo da cidade estar cituada longe dos grandes centros do Brasil, estaria ali, escondida de todo o resto do país, o IV Reich em construção e por esse motivo deveria ser instalado na cidade “*um quartel da Polícia Militar. Afinal de contas, estamos na fronteira e é necessário*” indagou-se Erich Erdstein¹³.

Percebe-se que o discurso sobre a cidade se baseia e se torna inteligível a partir da leitura do seu perfil e de alguns de seus moradores como Seyboth, que participou da Segunda Guerra Mundial. Por ela ser de colonização alemã; por muitos de seus moradores serem descendentes de alemães e falarem em língua alemã, assim como os pronunciamentos da rádio local e as escritas das lápides do cemitério, ou seja, toda a questão da linguagem; por ela ser distante dos grandes centros e assim estar “escondida”; por seus habitantes serem “*loiros, olhos azuis, falam um português atrapalhado*”¹⁴; por todos esses elementos discursivos, deveria se

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ *Ibidem.*

¹² *Ibidem.*

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ *Ibidem.*

preocupar com o possível surgimento do IV Reich na região. E é esse o efeito de sentido que o texto/discurso estabelece com seu interlocutor, ou seja, há uma indução de um sentido de denúncia, medo, conspiração, preocupação.

Essas conclusões a partir de estereótipos – loiro, olho azul, falam alemão, logo nazista – se baseia na formação ideológica anti-nazismo formada no pós-guerra e conseqüentemente em uma ideologia anti-alemão, pois se “pensava” que por ser alemão, já estaria claro, evidente, que se tratava de um nazista.

Para Foucault¹⁵, um discurso não pode ser dito por qualquer pessoa, em qualquer lugar e em qualquer momento, pois o mesmo sofre interdições tanto institucionais como sociais. Erdstein usou da sua condição de agente da DOPS para investigar a cidade de Marechal Cândido Rondon e através de seu relatório “Oficial” foi possível que o *Jornal da Tarde* publicasse tal matéria, pois Erdstein estava “autorizado” a formar tal discurso sobre aquele lugar.

Podemos observar nessa formação discursiva a dominância do Discurso Autoritário. Como diz Eni Orlandi, em um discurso autoritário “a relação com a referência é exclusivamente determinada pelo locutor: a verdade é imposta”¹⁶, ou seja, temos a permanência de um sentido único, ainda que nas diferentes formas. Não encontramos uma polissemia (multiplicidade dos sentidos), a não ser o dá denúncia que na cidade do oeste paranaense está em construção o IV Reich.

Agora analisaremos/apontaremos quais os elementos presentes no discurso do jornal *O Paraná* de 1º de outubro de 1976 que deslegitimam o discurso produzido em 1968 pelo *Jornal da Tarde* (principalmente o discurso de Erich Erdstin) sob o título – “*Nazismo – do III Reich a Marechal Cândido Rondon*”¹⁷.

A primeira parte do texto, *Os abutres não morreram*, vai dizer que:

O nazismo sobreviveu, senão formalmente, pelo menos na mente das pessoas. Evidências indicam que o fenômeno atualmente é mais saliente do que aparenta ser. Nunca tomando-se por base os últimos anos, se publicou tão farta

¹⁵FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁶ORLANDI, Eni. *Op. Cit.*

¹⁷Jornal *O Paraná*. Cascavel, sexta-feira, 1º de outubro de 1976.

literatura sobre o assunto, nunca as pessoas se interessaram tanto (os livreiros têm cifras exatas sobre isso)¹⁸.

Na segunda parte da matéria intitulada *A Reportagem que Abalou o Brasil (ou, pelo menos, Marechal Rondon)*, nos é apontado o relacionamento da cidade com nazismo através da reportagem feita pelo *Jornal da Tarde* em maio de 1968 “*com base nas declarações de Erich Erdstein,*

-Aqui está nascendo o IV Reich – repete Erich, o agente especial, pesando cada uma das palavras (...) Isso não deve recomeçar, acrescenta batendo com as mãos no joelho e então balança a cabeça negativamente. - Seria o fim¹⁹.

A matéria segue dizendo que até aquele período (1976) o nazismo ainda parecia fascinante e mitológico, por isso provocava sonhos e irrealidades. De fato, até nos dias atuais (2011) o nazismo ainda não perdeu seu “charme” e continua-nos a provocar curiosidade, fascínio e medo. *Vai daí que as histórias de caçadores de nazistas – sérios ou não – sempre tiveram uma apreciável platéia*²⁰.

Em seguida temos a apresentação elementos que indicam do por que a cidade de Marechal Rondon ter sido relacionada com o nazismo:

O mito que cerca o nazismo volta-se na maioria dos casos para a América do Sul, e tende a convergir para as colônias de origem alemã onde, supostamente, quase sempre estariam escondidos ex-membros do III Reich com culpa no cartório (...) Marechal Cândido Rondon, colonizada inicialmente por agricultores provenientes do Rio Grande do Sul, na grande maioria pequenos latifundiários de origem alemã, recebeu certa parcela de imigrantes alemães, o suficiente para, preconceitualmente, ser considerada por muita gente como um “lugar especial”. Dai às fantasiosas histórias sobre nazistas refugiados, devidamente ampliadas mais tarde, tanto que deram margem a uma espécie de IV Reich (fato inteligentemente explorado pelo caçador de nazistas e passador de cheques sem fundo Erich Erdstein), foi um passo²¹.

²³Ibidem.

²⁴ERDSTEIN, Erich e BEAN, Bárbara. Op. Cit.

²⁵Dicionário online Priberam. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo>. Acessado dia 29 de maio de 2011.

No discurso acima podemos perceber como o jornal desconstrói o discurso de Erdstein e do *Jornal da Tarde*, indicando os elementos pela qual foi possível a formação de tais discursos sobre a cidade, ou seja, no seu perfil, na sua história, nos alemães que por lá povoaram a região.

Na última parte da reportagem temos a desconstrução do “agente” Erich Erdstein mostrando-o como um “vigarista” *passador de cheques sem fundo*:

Poucos meses depois, no entanto, já se sabia que as histórias de Erdstein não passavam de pura fantasia. Tanto, que nada se conseguiu provar contra as pessoas por ele acusadas, e a própria imprensa brasileira que publicaram os seus relatos passou a chamá-lo de escroque. A essa altura, a denominação mais comum com relação a ele era “conhecido vigarista” (...) Quando Erdstein esteve em Marechal Cândido Rondon, intitulou-se repórter do semanário “Der Spiegel”, o que naturalmente era uma inverdade, e o próprio “Der Spiegel”, em sua edição de 10 de fevereiro de 1969 encarregou-se de desancar toda a tramóia (...) “Der Spiegel” relata que esse mesmo senhor de meia idade já procurara sua redação e também a revista “Stern”, com o objetivo de contar a sua história em troca de uma nota alta²².

Porém Erdstein conseguiu publicar suas *tramóias* na revista “Neue Revue” com a manchete: “*Genocida Mengele assassinado no Brasil*. Logo depois a revista se deu conta da *mancada* que cometerá ao publicar tal matéria e, na edição seguinte *publicou apenas uma declaração assinada pelo vigarista atestando a veracidade dos fatos narrados*. E nunca mais se falou no assunto pelo menos na “Neue Revue”²³. Fatos que posteriormente fizeram parte de seu livro “*Renascimento da Suástica no Brasil*” publicado em 1979²⁴.

Erdstein é apresentado como um vigarista, ou seja, uma pessoa que se utiliza de um “conto-do-vigário”, que no caso seria o conto sobre Marechal Cândido Rondon e sua suposta cédula nazista, para adquirir *uma nota alta*. O termo “escroque” é utilizado no discurso citado acima para mostrar que Erdstein estaria usando manobras fraudulentas para

²⁶ORLANDI, Eni. *Op. Cit.*

²⁷*Ibidem.*

alcançar seus objetivos, ou seja, a conspiração formada sobre a cidade de Rondon não passaria de uma fraude.

Em certa passagem do discurso, Erdstein é apresentado como o personagem da série de ficção/aventura, James Bond. No dicionário²⁵, o termo ficção significa: fingimento, invenção, fábula, suposição (do orador para abrilhantar o seu discurso). Portanto, Erdstein não passaria de uma farsa, uma “ficção”. Toda a sua história seria essa aventura, essa ficção, como nos filmes de 007 e o protagonista do filme, ao invés de ser James Bond, agora seria Erich Erdstein.

No discurso apresentado pelo jornal *O Paraná*, temos uma tipologia diferente do apresentado pelo *Jornal da Tarde* – discurso autoritário, de um único sentido. O que podemos observar aqui é que esse discurso tende, como diz Orlandi, ao Discurso Polêmico. Em suas palavras:

Discurso Polêmico é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria²⁶.

Ou seja, a relação com a referência é respeitada, a verdade é disputada pelos interlocutores. O discurso polêmico é aquele que melhor observa o jogo entre o mesmo e o diferente, entre um e outro sentido, entre paráfrase (permanência de um sentido único ainda que nas diferentes formas) e polissemia²⁷. O discurso nos permite ver os “dois lados”, mas induz o seu interlocutor a desacreditar no fato narrado pela matéria de maio de 1968.

O que se observa é a “disputa pela verdade” em relação ao discurso do *Jornal da Tarde* de 1968. Em constante diálogo e interação com a matéria dos anos sessenta, nos é apresentado os elementos que desconstroem a representação construída da cidade de Marechal Rondon. O que devemos analisar (e o que tentou ser feito nesse ensaio), portanto, não é qual discurso é verdadeiro e qual é o falso, mas sim os elementos utilizados por ambos os discursos que os tornaram inteligíveis e como eles se relacionaram com a história.

Contudo, devemos analisar esses dois discursos como pertencentes ao imaginário político-social conspiratório que se formou após a Segunda Guerra Mundial de que o IV Reich estaria em formação em alguma parte do mundo, principalmente na América Latina. Isso muito se deve ao fato de que certos personagens do alto escalão nazista (como Josef Mengele e Adolf Eichmann) terem escapado do tribunal de Nuremberg refugiando-se nas terras latino-americanas dando o mote para a aparição das mais fantasiosas histórias acerca do nazismo.

Portanto, ambas as matérias estão inseridas nesse imaginário político-social que se formou após o *Reich de mil anos* ter sucumbido.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas Lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CEANA. *Comisión para el Esclarecimiento de las Actividades del Nazismo en Argentina*. Primer informe de avance. Argentina, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

GOÑI, Uki. *A Verdadeira Odessa*. Rio de Janeiro. Editora: Record, 2004.

GOODRICK-CLARKE, N. *The Occult Roots of Nazism: Secret Aryan Cults and Their Influence on Nazi Ideology*. New York, New York University Press, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REICH, William. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Editora brasiliense. 1983, p. 146

STEIN, Marcos Nestor. *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis: 2000.

O TERRORISMO DE ESTADO E O EXTERMÍNIO PLANIFICADO NAS FÁBRICAS ARGENTINAS (1973-1978)

Marcos Vinicius Ribeiro¹

Introdução

O golpe de Estado de 24 de março de 1976, problematizado a partir da perspectiva histórica, não foi um delírio arquitetado pelos militares em condições de isolamento do conjunto mais geral da sociedade argentina. Seja no âmbito da sociedade civil², bem como na condição e posição de classe social de determinados indivíduos, tratava-se do ápice de um processo histórico mais amplo que contou com a organização dos setores mais conservadores da sociedade. A solução, anunciada a partir da renúncia de Maria Estela Martínez de Perón, Isabelita, leva ao golpe de Estado que fazia parte de um plano que contou com a participação de setores da sociedade civil na Argentina³. Vetou-se a participação popular na vida política do país,

¹Mestre em história pelo programa de pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais da UNIOESTE. Professor do Colegiado de História da UNIOESTE – PR.

²Utilizamos a noção de sociedade civil desenvolvida por Antonio Gramsci. Segundo Gramsci, a sociedade civil é uma parte do Estado ampliado, ainda que a separação entre sociedade política e sociedade civil só exista como forma metodológica. Segundo Guido Liguori: “Gramsci tem uma concepção dialética da realidade histórico-social, em cujo contexto Estado e sociedade civil são entendidos num nexo de unidade-distinção, de modo que abordar um sem o outro significa negar a si mesmo a possibilidade de ler corretamente os Cadernos”. E continua o autor: “Ela indica dois fatos: por um lado, apreende um nexo dialético (unidade-distinção) de Estado e sociedade civil, sem “suprimir” nenhum dos dois termos; por outro, e ao mesmo tempo indica que tal unidade ocorre sob a hegemonia do Estado. Em outras palavras, sem prejuízo do fato de que não existe uma fagocitose intelectual de um termo por parte do outro, existe, no entanto - na realidade do século XX sobre a qual Gramsci reflete e é refletido por sua teoria -, um protagonismo do Estado, que ele apreende, assim como outros pensadores políticos marxistas e não-marxistas”. (LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 13.).

³Muitas organizações de classe participaram dos *lockouts* - organizados desde a Associação Permanente de Entidades Gremiais (APEGE) - que antecederam ao golpe de 24 de março de 1976. Ainda no ano de 1975, a reunião de grupos empresariais ligados ao setor produtivo, numa cadeia elástica que envolveu a participação de setores que iam desde a produção até a distribuição e varejo, promoveu o boicote ao plano econômico propalado a partir do Estado para dirimir a crise política institucional no país.

bem como, de imediato, colocou-se na ilegalidade todos os partidos de representação política. O golpe foi sombreado pela eliminação física da oposição política, toda uma geração militante, em um processo que se tornou a linha principal de atuação dos militares a partir do golpe de 1976 com a incorporação da *Alianza Anticomunista Argentina* (Triplo A) ao Estado. O golpe foi desvelado contra o governo peronista para acabar com a corrupção, redimir as instituições da ameaça e influência do desgoverno e o carro chefe da ditadura que teve uma elástica interpretação: banir o “flagelo” comunista da sociedade argentina. Com o “novo” governo ganhava contornos institucionais o Terrorismo de Estado (TDE). Como discutido por Osvaldo Coggiola (2001, p. 56.) o golpe “autojustificou-se na eliminação da corrupção (peronista) e da subversão (resistência armada). O conceito da última foi ampliado até atingir toda atividade social ou pessoal: expor opiniões, reivindicar, escrever, falar, ler e pensar”.

Planificação do Terrorismo de Estado na Argentina

A política levada a diante pela Junta Militar não foi mais uma experiência autoritária sob a liderança do “Partido Militar”. A planificação do Terror⁴ como política de Estado era dirigida pelos militares como plano de “redenção” da sociedade argentina, e como solução rápida e de longo prazo. Uma missão que só pôde ser levada a cabo pela corporação militar, uma vez que despontavam nos meios de comunicação como a “única opção” ou a “opção necessária”, apagou-se, desta forma, o fracasso da “Revolução Argentina”⁵ (1966-1971). A aura construída em torno do golpe como solução para os “males” da sociedade argentina cumpriu um papel decisivo para legitimar o corte repressivo-terrorista que teve espaço na conjuntura dos anos de 1970, auge da Guerra Fria. Para possibilitar o projeto, ficou estabelecida no período imediato ao golpe a supervisão de todas as instituições de participação política da sociedade, sejam elas sindicais, universitária, econômica, artística, intelectual que tomassem partido de assuntos ligados a vida nacional, independentemente de sua adesão ou oposição.

⁴Ver: NOVARO, Marcos; e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp.

⁵Período conhecido pela alcunha *Onganiatto* que sofreu um duro golpe com as mobilizações sociais do *Cordobazo* em 1968.

O obscurantismo do processo de implantação e ativação da política de TDE foi parte do plano dos militares. Para a sociedade civil a imagem que se difundiu foi a de uma intervenção cirúrgica de curto prazo que restabeleceria a “paz social”, sem maiores apelos ou conseqüências. A contrapelo tratou-se de uma intervenção Terrorista que se aproveitou de grande parte do aparato construído anteriormente ao golpe. A Triplo A foi subsumida pelo Estado e passou a formar parte do novo plano civil-militar-estatal. A implantação das *Patotas*⁶ e dos *Centros Clandestinos de Detenção* (CCDs) e a institucionalização da tortura e seqüestros⁷ como plano de intervenção política para a produção de inteligência apoiou-se no que havia posto em prática a Triplo A.

A “guerra suja”⁸, conceito ambíguo que remete à teoria dos dois demônios⁹, foi levada a cabo pelo Estado regido pela junta em uma ampliação da estrutura repressiva destinada a atuar em todas as frentes de participação popular. Com o golpe, suspende-se a atividade política, o congresso foi dissolvido e os partidos políticos seguiram no mesmo caminho acompanhados da instituição da censura no Comunicado nº 19 de 24/03/76. A Corte Suprema de Justiça foi

⁶Patrulhas ilegais que invadiam a casa ou ambiente de trabalho de sujeitos “alvos” da repressão. Sua mobilidade foi proporcionada pela utilização dos conhecidos *Ford Falcons*.

⁷Ao discutir o contexto anterior ao golpe, anos de 1973 a 1975, Novaro e Palermo analisam que, “O método que encadeou seqüestros, detenções clandestinas e desaparecimentos, o qual a repressão havia utilizado com crescente assiduidade na primeira metade dos anos de 1970 (registram-se uns cinqüenta casos até 1973, cem em 1974 e cerca de quinhentos em 1975) e que o Processo instrumentalizou de modo sistemático e maciço, distingue este regime tanto de experiências autoritárias anteriores no país como das que vigoraram nos países vizinhos”. (NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 138.)

⁸O conceito de *guerra suja* ficou estabelecido como nomenclatura para definir o plano de intervenção dos militares. Nesse sentido, é preponderante a discussão apresentada pela autora Alejandra Leonor Pascual que contesta a interpretação de Guillermo O'Donnell no que diz respeito à aplicação do conceito de Governos Burocráticos Autoritários. Cf. (PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 20.) Discussão semelhante é feita por Novaro e Palermo Cf. (NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 26.)

⁹Trata-se do confronto entre dois terrorismos: o de direita relegado aos aparatos repressores do Estado; e o de esquerda protagonizado pela guerrilha de esquerda, rural e urbana. Cf. (CONADEP. *Nunca Mais*. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d.).

dissolvida pela Junta que previa a reação no campo normativo, em uma ação que foi estendida a censurar os meios de comunicação. A interpretação da doutrina de segurança nacional, pela corporação militar argentina posta à prova a partir de 1976, trazia consigo uma prerrogativa conceitual da atividade militar como modelo de disposição da sociedade *in loco*. Desta forma, “disciplinar a sociedade” –, os militares se apoiavam no sentido histórico que a instituição, Estado, havia adquirido para os argentinos no sentido de disciplinar os grupos da sociedade civil –, concentrar-se-ia na dimensão e característica de atuação dos grupos de representação de classe, e sua aplicação enquanto método foi garantido por experiências concretas de adesão ao modelo repressivo. O caso da assistência francesa no plano argentino para erradicar a oposição ao projeto previsto no PRN¹⁰, substituído pelo modelo estadunidense em dado momento da ditadura, é comentado pelo general Camps em uma nota no jornal *La Razón*, citado no informe *Nunca Mais* da Comissão Nacional pelo Desaparecimento de Pessoas (CONADEP. *Op. cit.*, p. 342).

Na Argentina recebemos primeiro a influência francesa, e depois a norte-americana, aplicando cada uma delas em separado e depois juntas, tomando conceitos de ambas, até que chegou um momento em que predominou a norte-americana (...).

França e EUA foram os grandes difusores da doutrina anti-subversiva. Organizaram centros, particularmente os Estados Unidos, para ensinar os princípios anti-subversivos. Enviaram assessores, instrutores. Difundiram uma quantidade extraordinária de bibliografia.

Extermínio Planificado nas Fábricas Argentinas

Cabe destacar, aqui, que a adoção do TDE, como esquema totalizante da repressão, não esteve associado simplesmente ao plano de extinção da atividade guerrilheira. As guerrilhas, braços armados dos grupos políticos da esquerda, encontravam-se desarticulados desde 1975. Para (NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 163), “O Mundo da Segurança” estabeleceu que: “(...) no momento do golpe, esta ameaça já havia passado. O refluxo da maré revolucionária e a

¹⁰O Plano de Reorganização Nacional (PRN) substituiu a constituição. Tratava-se da institucionalização da ilegalidade inerente ao TDE.

desarticulação da capacidade militar guerrilheira eram evidentes.” Portanto, ignorar que no momento do golpe de 1976 a guerrilha havia se desarticulado, enquanto força de pressão, simplifica demasiadamente o significado da ditadura civil-militar em seu contexto, haja vista que a ditadura não possuía somente um plano de repressão. Pelo contrário, a economia política da Argentina também se reestruturou em consonância com as aspirações dos grupos financeiros e foi festejado pelos meios de comunicação; “Presumindo mais do que informando, o *Clarín* vê 'agora os trabalhadores com boa disposição para fazer horas extras, coisa que até há pouco era impensável” (Id. p. 161). A repressão era direcionada e buscava fazer sentido: “Nos dias seguintes, os jornais noticiaram um panorama de 'normalização', como se a vida cotidiana voltasse a uma rotina há tempos perdida desejada nas fábricas, nos escritórios e nas salas de aula” (Id, Ibid.). Para os meios de comunicação que aderiram ao golpe o cotidiano havia se normalizado como evidência da decisão correta do plano cirúrgico de intervenção militar.

Apenas dois dias depois do golpe, Jose Alfredo Martínez de Hoz foi nomeado Ministro da Economia na Argentina. Ele havia presidido a Sociedade Rural Argentina (SRA) nos anos de 1940, portanto, contemporâneo ao primeiro governo peronista. À época, Martínez de Hoz, o bisneto de Jose Martínez de Hoz, fundador da SRA, foi oposição declarada à política econômica de substituição de importações levada a cabo pelo governo peronista. Um conflito que se estabeleceu a partir da atuação do Iapi e que teve como principal referência a transferência de divisas angariadas com a exportação do setor agroindustrial para financiamento do projeto de industrialização do governo peronista.

A política econômica, de cunho altamente apassivador no campo social, levada a cabo à época da ditadura civil-militar, teve como laboratório prévio uma grande investida sobre o campo produtivo do país, em específico, algumas indústrias consideradas peças-chave no panorama econômico-social do país. No ano de 2006, nos atos que marcaram a memória do golpe de Estado trinta anos depois, a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) produziu um documento significativo acerca do teor da repressão enfrentado pelos trabalhadores fabris durante a vigência da política de TDE. Trata-se da “Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina” (BASUALDO, Victoria., 2006). A análise proposta pela CTA acerca

dos eventos acionados pela política de TDE é a seguinte: “El golpe genocida del setenta y seis se propuso eliminar físicamente una profusa vanguardia joven que nacida al calor del Cordobazo y las grandes puebladas de fines de los sesenta estaba creando las condiciones para conducir la lucha sindical en la Argentina” (Id. p. 01). Tratou-se, portanto, do extermínio de toda uma geração militante que se formou no país no calor de eventos decisivos para a condução política. Alguns número recolhidos pela Conadep vão no mesmo sentido, “30,2% dos detidos desaparecidos denunciados à Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas, são operários, e 17,9%, empregados (dos 21% que representavam os estudantes, um em cada três, trabalhava)” (CONADEP, Op. Cit. p. 280).

Entretanto, a diferenciação entre a expectativa do documento da CTA e da Conadep é a perspectiva de adoção do conceito de genocídio aplicado pelo primeiro, sem, contudo, negar a conceituação do regime a partir do debate em torno do conceito de TDE. Neste sentido, ao apresentar os casos mais evidentes em que os grupos empresariais colaboraram com a repressão, observa-se como pano de fundo a possibilidade aberta pelos tribunais internacionais de Nuremberg que julgaram como casos de co-autoria a participação de algumas empresas durante o nazismo. No caso argentino, entretanto, as empresas acusadas pelo documento da CTA são: Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ledesma, Ford e Mercedes Benz, sendo que, com relação às últimas duas, casos que remetem ao colaboracionismo das multinacionais durante o TDE. Segundo seus autores, a publicação busca romper a cortina de silêncio existente em torno do tema que cerca a cumplicidade patronal durante a ditadura civil-militar: “la complicidad entre las grandes empresas y las fuerzas armadas” (BASUALDO. *Op. cit.* p. 02).

A seguir, apresenta-se um pequeno quadro de síntese acerca das informações encontradas no documento da CTA. Cabe alertar de que se trata de um apanhado por demasiado resumido, direcionado somente a apresentar a discussão que se pretende desenvolver em pesquisas posteriores.

ACINDAR	Empresa do ramo pesado criada em 1942 pela reunião dos capitais dos grupos Acevedo e Shaw, Companhia de Construções Cívicas de Aguirre e Aragón. Intervenção das forças armadas em 20 de março de 1975 com o saldo de cerca de 400 trabalhadores despedidos. Martínez de Hoz, posteriormente ocupou o cargo de ministro da economia da ditadura, à época da intervenção era presidente da empresa.
ASTARSA	Empresa do ramo metalúrgico criada no ano de 1920. Propriedade da família Braun e Menéndez, e, Estrabou e Cia. Atuação da Lista Marrom; sindicato de oposição aos Situacionistas. Afilia-se a Juventude Trabalhadora Peronista em 1975. É invadida pelo Exército no dia do golpe de Estado em 24 de março de 1976.
DÁLMINE SIDERCA	Propriedade do grupo Techint que integra a aliança comercial TenarisSiderca. A direção da empresa nega sumariamente a participação em qualquer atividade repressiva. Respalhada pela força econômica que possui na localidade de Campana. Contratou membros das forças repressivas como se fossem novos empregados.
LEDESMA LEDESMA	Engenho Açucareiro de propriedade da família Blaquier, uma das maiores oligarquias terratenientes da Argentina. Atuou diretamente no processo repressivo contra trabalhadores rurais e urbanos. O caso mais conhecido: Dr. Luiz Arédez.
FORD	Ainda sob investigação, o caso da Ford Motors Argentina originou uma causa civil e outra penal contra os funcionários que atuaram na empresa durante o processo repressivo. Ao todo, entre março e maio de 1976, desapareceram 25 delegados sindicais. Forneceu carros para os operativos repressivos, os conhecidos <i>Ford Falcons</i> .
MERCEDES BENZ	Empresa de capital Alemão, primeira filial da empresa no exterior (1951). A partir de 21 de julho de 1975, a empresa, por meio da SMATA, destinou 1% do preço de venda de cada veículo para um fundo extraordinário para a “erradicação de elementos negativos” da fábrica.

A cumplicidade entre as grandes empresas e as forças armadas é um processo explicativo das dimensões que o projeto de re-fundação da sociedade argentina mediada pelo Terrorismo de Estado, perpassou os limites comuns da ação política, pois, foi ampliado de forma contundente contra o operariado de modo a contar com Centros Clandestinos de Detenção (CCDs) em vilas operárias antes mesmo do golpe de Estado. A ojeriza ao elemento popular ficou claro, entretanto, pela adoção da pauta conservadora presente no projeto da

ditadura terrorista da Junta Militar de 1976-1983. Ao utilizar do aparato repressor do Estado para decapitar os movimentos populares, os militares correspondiam a um plano que conjugou os interesses econômicos dos grupos financeiros à política de Segurança Nacional onde a violência adquiriu contornos políticos. Eliminar fisicamente a oposição, principalmente àquela ligada aos movimentos populares, se tornou a pauta do Estado nacional com a planificação do terror que se estendeu sob muitos aspectos da vida nacional.

Referências Bibliográficas

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. SP: Contexto, 2001.

COLOM, Yolanda Raquel. e. SALOMONE Alicia: *Las coordinadoras inter-fabriles de Capital Federal y Gran Bs. As. 1975-1976*, *Debate*, em Razón y Revolución nro. 4, otoño de 1998, reedición electrónica.

CONADEP. Nunca mais. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d. GERCHUNOFF, Pablo.e LIACH, Lucas. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp.

PADRÓS, Enrique Serra. (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura., 2006.

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Fontes

BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina*. Los Impresionistas, Buenos Aires, 2006. (Documento veiculado pela Central de Trabajadores Argentinos-CTA)

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O CONFRONTO COM AS EVIDÊNCIAS¹

Maria Cristina de Castro Pereira²

Muitas são as obras e pesquisas de historiadores, sociólogos, profissionais da saúde e outros estudiosos que se debruçaram sobre a problemática do trabalho como “conector” das experiências sociais dos trabalhadores. Há, entretanto, alguns, como o sociólogo francês André Gorz, que frente à redução do operariado industrial, enxergam um vestígio do fim do proletariado. A atual organização do trabalho, mais flexível, não seria prejudicial aos trabalhadores, não possibilitando desta forma, a crise do capitalismo, que só seria viável graças aos excessos do fordismo.

Ricardo Antunes (2010) afirma que esta concepção, que favorece a ideologia dominante, apenas contribui para que os trabalhadores tenham maior dificuldade em perceber-se enquanto classe e, conseqüentemente, organizar-se melhor para a resistência e posterior revolução do trabalho. O sociólogo ainda se preocupa em provar, um tanto quanto abstratamente, de maneira global e sem considerar as especificidades da experiência humana, que a crise do modo de produção fordista não é nada de novo, é apenas mais uma manifestação da permanente crise do capitalismo. Antunes trabalha muito com conceitos (precarização, kanban, reestruturação produtiva, Just in time), que se intercambiados com qualquer realidade, tornam-se pressupostos – categorias externas e, muitas vezes, estranhas às experiências dos trabalhadores. Afinal, se adiantam aos significados atribuídos pelos trabalhadores à realidade vivida. Assim, o determinismo surge como absoluto, desconsiderando as particularidades de cada contexto (ANTUNES, 2010).

Outra abordagem possível, é uma que, ao invés do mundo do trabalho, priorize a tentativa de compreender, no contexto de

¹Artigo produzido a partir dos resultados parciais da pesquisa de iniciação científica “PIBIC – Ações Afirmativas/Fundação Araucárias/Unioeste”, vigente no período de agosto de 2010 a julho de 2011, intitulada: “História e historiografia do trabalho e dos movimentos sociais de trabalhadores na contemporaneidade”, orientado pelo professor Dr. Vagner José Moreira.

²Acadêmica do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

mudança pela qual passa a sociedade atual (DIAS, 2006), o mundo dos trabalhadores, assim como tente ressituar os sentidos e os lugares do trabalho. Vera Telles (2006), por exemplo, constrói sua pesquisa a partir de parâmetros que condizem com a realidade vivida, e deixa de lado conceitos e definições que eram usados no passado para entender uma sociedade que já não tem as mesmas características que a sociedade atual. Por exemplo, para ela não basta apenas afirmar que aumentou o desemprego e o trabalho informal, numa comparação do tipo “era assim, agora é desse jeito”. Aliás, ela refuta conceitos como trabalho formal/ informal. Telles afirma que estas binaridades (trabalho formal – informal, trabalho – não-trabalho, excluídos – incluídos) e outras tipificações, eram referências para entender a sociedade “fordista”, com suas regularidades e disciplinamentos. Porém, no contexto atual, são outras as referências que permitem explicar a vida social.

Além de constituir-se na forma como garantem a sobrevivência, é por meio do trabalho que os trabalhadores têm a possibilidade de valorizar a existência da classe, desenvolvendo formas de luta e enfrentando a exploração. Na elaboração de Bosi e Varussa (2009):

É em relação ao “trabalho degradado”, e muitas vezes contra ele, que os trabalhadores pensam em si mesmos e desenham as narrativas de suas vidas. E é justamente porque o trabalho “degradado” exerce uma enorme, ampla e permanente pressão sobre os trabalhadores que as referências para a construção de suas trajetórias não podem excluir (e nem estigmatizar) as experiências vividas acerca do próprio trabalho (BOSI; VARUSSA, 2009, p. 40).

E com a intensificação do trabalho, os trabalhadores têm de “desenhar as narrativas de suas vidas”, pautados por dificuldades e necessidades das quais dificilmente podem se ver livres, visto que o trabalho é hoje, uma necessidade para a sobrevivência. E é evidente que os danos que a intensificação causa não se restringem à vida do trabalhador dentro da empresa e/ou durante o trabalho. Muitas vezes, para manter seu emprego e garantir a sobrevivência da família e/ou atender suas necessidades reais ou não de consumo, o trabalhador precisa alcançar metas de produção diária, competir com os colegas, fazer horas extras, trabalhar com dores no corpo, entre outras

práticas, que só prejudicam fisicamente e emocionalmente eles mesmos. A intensidade do trabalho repercute, infalivelmente, na vida dos operários fora do trabalho. Notícias na imprensa que denunciam organizações do trabalho repetitivas, monótonas, exaustivas e prejudiciais à saúde física e mental dos trabalhadores são cada vez mais comuns, e estão mais próximas do que podemos imaginar. Há pouco tempo, por exemplo, a Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Paraná anunciou que o mesmo Ministério ajuizou uma ação pública contra a unidade da Sadia, localizada na cidade de Toledo. Entre as irregularidades, a Sadia foi acusada de não observar normas básicas de saúde e segurança, como impor um ritmo de trabalho intenso, condições térmicas inadequadas (frio excessivo), jornadas de trabalho exaustivas e sem pausas eficazes, não concessão de repouso semanal remunerado, não pagamento de horas-extras e não contratação da porcentagem necessária de trabalhadores com necessidades especiais. O MPT pediu a condenação de R\$50 milhões de indenização por dano social. Entretanto, com a indenização paga ou não, certamente, inúmeros trabalhadores já sentem problemas e dificuldades irreversíveis na sua saúde física e/ou mental (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO PARANÁ, 2011).

A pesquisa de Ana Flinker (2007) sobre a saúde (ou falta dela) dos trabalhadores da Sadia de Toledo expôs um resultado alarmante. O número de operários diagnosticados com doenças crônicas e/ou degenerativas é crescente, enquanto que o estabelecimento de relações entre a doença e a ocupação é praticamente nulo. Segundo Flinker, dificilmente há a comprovação de que uma doença é decorrente do trabalho, visto que os médicos peritos da Previdência Social raramente aceitam o nexo doença – trabalho. O argumento usado por eles é de que existem inúmeros outros trabalhadores nas mesmas condições de trabalho que não desenvolveram nenhuma doença, e acabam por atribuir a ocorrência de acidentes e doenças aos hábitos incorretos da vida do trabalhador. Este quadro só faz dificultar que uma nova postura seja tomada pela empresa, que continuará sem adotar as medidas efetivas de prevenção. O que agrava mais ainda a situação é quando as condições de trabalho causam danos que dificultam a vida do trabalhador até mesmo em seus hábitos diários. Os trabalhadores já não conseguem realizar tarefas simples do dia a dia, o que acaba por afetar também

seu emocional. As fábricas atualmente tomam não só a força de trabalho e a saúde de seus operários, como também a honra, as esperanças e as ilusões.

A intensidade do trabalho repercute, infalivelmente, na vida dos operários fora do trabalho. Stéphane Beaud e Michel Pialoux (2009), no livro “Retorno à condição operária”, descrevem a reforma organizacional ocorrida na década de 1980 na fábrica de automóveis e caminhões da Peugeot, em Sochaux/França. Os sociólogos mostram como técnicas toyotista começaram a ser adotadas, aos poucos, em detrimento de técnicas tayloristas e fordistas. Em algumas das inúmeras entrevistas realizadas com os operários, as consequências da intensidade do trabalho são reafirmadas:

[...] muitos insistem no fato de que estão se tornando cada vez mais irritáveis não só na fábrica, mas também 'em casa', no fato também de se pegaram trancados em casa nos fins de semana, pois parecem ter perdido pouco a pouco o gosto de ver gente. Muitos operários que moram em conjuntos habitacionais dizem que suportam com cada vez mais dificuldade o barulho, a coabitação no interior dos 'blocos', e que sonham em 'construir'. Outros se dão conta de que quase não tem mais vontade de 'sair', viajar nas férias, praticar as atividades a que, antes, se dedicavam – caçar, pescar, caminhar, ler, fotografar. É como se o que antes era 'amealhado' na vida fora da fábrica e compensava o cansaço (fazendo parte das 'pequenas' alegrias da vida) tivesse perdido a graça à medida que o cansaço se acumulou. Eles se sentem esgotados, e o cansaço, que é coletivo ('todo mundo dorme no ônibus', observam para nos dar uma prova tangível desse cansaço que os derruba), se lê nos rostos, se embrenha nos corpos, no andar, que com o tempo se tornou mais lento e pesado. Muitos chegaram a um ponto em que têm a impressão de não poder mais lutar contra o cansaço, contra a vontade de desistir. (BEAUD; PIALOUX, 2009, p. 46).

O desespero chega ao ponto de muitos recorrerem ao suicídio. O *karoshi*, termo que se refere à morte súbita no trabalho, é cada vez mais comum. As modificações nas formas de organização técnicas e sociais da produção de mercadorias nas últimas décadas podem ser, por exemplo, evidenciadas também a partir das falas de trabalhadores, assim como algumas das implicações nos modos de viver dos mesmos.

Na entrevista que realizei com Celina Gomes dos Santos, 46 anos, uma trabalhadora do frigorífico Sadia – unidade de Toledo. Com a entrevista percebi a estabilidade que a Sadia oferecia quando ela “era solteira ainda” (há 26 anos). Proveniente do interior da cidade, via na possibilidade de trabalhar nesta – já grande – empresa, a oportunidade de ter uma vida tranquila, constituir família, sem ter grandes contratempos financeiros. A estabilidade do emprego também poderia proporcionar a realização dos sonhos da casa própria, por exemplo. Se referindo ao tempo presente, afirma que “espera eles dá a conta”, ou seja, a estabilidade que outrora a Sadia oferecera, já não é mais uma certeza.

Celina: Quando entra lá, né, Maria, às vezes a gente quer ficar. *Não quer entrar hoje e sair amanhã.* E eu quando entrei lá... eu tinha um sonho de trabalhar na Sadia, mas daí eu era solteira ainda, tentei, tentei, não consegui. Depois de casada foi que eu consegui lá. (...) Hoje eu espero eles dá a conta. Pedi eu não peço. (...) Sete anos Maria! Saí pra depois, sei lá, eu não tenho vontade de sair não. Pra eu pedir a conta eu não peço não. *Porque aí eu não vou ficar em casa sem trabalhar, né?* Daí então eu vou ficando lá.

Mais incerto ainda é, para Celina, a obtenção de outro emprego caso saia da Sadia: “Porque aí eu não vou ficar em casa sem trabalhar, né?”. A diminuição dos postos de trabalho, a simplificação das tarefas – que são mais fáceis de ser aprendidas e o grande número de desempregados são fatos sentidos pela entrevistada como uma maior facilidade de ser substituída. Ela não deixa de perceber as mudanças ocorridas na organização do trabalho. Sobre a reorganização na gestão, como o uso de ilhas de produção – onde um vigia o outro – Celina também evidencia a partir de suas falas, a competitividade estimulada pela gerência:

Celina: Porque, Maria, o problema é o seguinte: Se você atrapalha, ó, por exemplo, no meu serviço, que é revisá perna, se eu deixo...ó, não é assim não. Têm um quadro lá, a mulher do teste ela vê fazer o teste. São 50 perna que ela pega. São quatro teste por mesa que ela faz. Por exemplo, se eu não revisar minha perna direito e ponhá lá e ela pegá, ela vai pegar osso e ela vai colocá lá no quadro. Igual eu já conversei com meu operador, ninguém é perfeito. Só que a gente faz a parte

da gente. Desde o dia que a gente começou a revisar perna, a gente sabe o que a gente tá fazendo. E então, muitas vezes dá osso – de todos – porque nós sabe o que nós tá fazendo. Nós não pode deixar osso. Às vezes vai. Porque é muito vareio, é muita coisa e ninguém é perfeito. E acontece que às vezes vai sim, às vezes ela acha.

Maria Cristina: Que quadro é esse, Celina?

Celina: É um quadro, é tipo uma escola, Maria! Por exemplo, têm o teste, têm as mulher que faz o teste da revisão, o teste do osso, pra ver se têm carne, o teste da cartilagem, porque onde eu trabalho tem só dessa desossa sai é, perna, cartilagem, teste de osso, teste de cartilagem, teste de perna. Aí tem o quadro lá. E ela marcô lá refilê tirô tanto, se tirô 4 na cartilagem tá bom. A média agora é 70%. (...) Se dá 80, vai dar vermelho, se dá 69 vai dá azul. O nosso também, o nosso é 40%. (...) Se o nosso não der nada, daí põe lá: Zerô. Se der alguma coisa vai colocar lá: um defeito. Aí tem lá: excesso de pele, osso agulha, é um monte de coisa Maria. E é marcado. E fica feio pra gente. Eu não gosto quando dá oito; todo mundo vê, ué! Aí né, cê vê quando o quadro do outro tá azul, quando tá vermelho, quando deu defeito, quando não deu. Aí, quando todos tirá azul a mulher escreve lá: Parabéns. Pra todo mundo. (...) *Às vezes o nosso zera, o deles não zera. Às vezes o deles zera, o nosso não zera. E é assim Maria.*

Apesar do estímulo da gerência em fazer com que os trabalhadores fiquem competindo entre si – objetivo alcançado em determinados momentos – em outros é colocado em xeque. Celina mesmo ficando constrangida ao ver no quadro o vermelho atribuído à sua mesa reconhece que as falhas não se devem à competência ou não do trabalhador, afinal, “é muito vareio, é muita coisa e ninguém é perfeito”.

A intensidade do trabalho não permite a qualidade esperada e ainda facilita a ocorrência de acidentes, mesmo que esses sejam penalizados com o não recebimento de determinados benefícios. As atividades são muitas, a serem realizadas em pouco tempo, o que causa desgaste físico e mental, implicando a ocorrência de inúmeras lesões aos trabalhadores.

Celina: Eu faço parte da desossa, mas o meu trabalho é revisão de pernas. (...) Revisão é olhá se tem osso, se tem cartilagem, se tem excesso de pele. (...) Tudo isso cê tem que

olhá: excesso de pele, perna rasgada, perna arranhada, descarte – que é tudo perna estragada – essas não vão. Então Maria, hematoma – que é perna machucada, também não vai. Maria, *cê tem que trabalhar com a cabeça cuidando o que cê tá fazendo, se não cê faz errado.* (...)

Todos têm que ter cuidado, tanto eu, quanto a pessoa que tá desossando. Porque é perigoso. Você trabalha 24 horas cuidando. Todos têm que cuidar. (...) Não vou dizer que não tem [acidente]. (...) *Aí quando você se cuida que não tem acidente, daí você ganha prêmio, ganha janta, ganha um monte de coisa.* Só que acontece, não vô dizê que não acontece não, porque acontece. Na nossa área faz tempo que não acontece. Mas já aconteceu sim. Às vezes, teve gente que já cortou a perna. *É muito perigoso, tem que cuidar* (...).

Enfim, quando reconhecemos a evidente influência do trabalho na vida dos trabalhadores dentro e fora da fábrica e/ou durante o horário do trabalho ou não, podemos problematizar a temática a partir de conceitos e abstrações que dificilmente entram em diálogo com a realidade, ou trabalhar de maneira à dar maior visibilidade para as potencialidades de tendências alternativas, não só no passado, como também no presente. E ao se debruçar sobre os projetos derrotados – como os trabalhadores tentaram e tentam impor as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição aos propósitos das classes dominantes, também reavivamos lembranças e narrativas de sujeitos expropriados e espoliados, que na “versão autorizada dos acontecimentos” tiveram suas memórias e histórias ignoradas e obscurecidas. Trazer para o campo da história estes sujeitos pouco evidenciados, não tem por objetivo apenas explicitar como os dominados vivenciam a dominação, mas também entender como as relações sociais foram sendo construídas e modificadas conforme os desafios que as “reestruturações” na organização do trabalho trouxeram para o cotidiano de milhares de pessoas, ou seja, a pretensão é entender como as classes “fizeram-se” e “fazem-se” continuamente.

Com estas novas relações sociais estabelecidas, novas resistências são criadas e novos modos de ser e viver são elaborados pelos trabalhadores. Para os estudiosos que esperam compreender este complexo processo torna-se necessário também que se recriem as estratégias de percepção do atual modo de vida dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOSI, A.; VARUSSA, R. J. O trabalho em disputa. In: PORTELLI, A. et al; VARUSSA, J. R. (org.). *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

DIAS, E. F. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. *Outubro*, São Paulo, n.º 3, p. 45-52, 2006.

FINKLER, A. L. *Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos*. 2007. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Enfermagem. Cascavel. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO PARANÁ. *Sadia adoecerá trabalhadores*. Disponível em: <http://www.sinditest.org.br/conteudo_noticia.php?id_noticia=528> Acessado em: 26/01/2011.

TELLES, Vera da Silva. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. *Tempo Social*, vol. 18, n. 1, p.173-195, jun. 2006.

CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA E AS NARRATIVAS DA CIDADE DO FUTURO – TOLEDO (1950)

Reginaldo Aparecido dos Santos¹

A constituição da esfera pública e as narrativas da cidade do futuro

Um dos objetivos propostos, a partir da visita do governador em 1951, ou seja, a constituição do município de Toledo, foi concretizado naquele mesmo ano. Através da Lei nº 790, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha, no dia 14 de novembro de 1951, criava-se o município de Toledo, desmembrando-o de Foz do Iguaçu. Deste momento em diante, estava instituída legalmente a esfera burocrático-administrativa local, a qual permitiria dar legitimidade aos desejos das elites locais em pleitear com mais facilidade recursos públicos. Efetivamente, após todos os trâmites legais, o primeiro prefeito e a primeira legislatura tomaram posse em 14 de dezembro de 1952. Esta data, entretanto, não representa uma cisão na história da localidade, uma vez que o poder público municipal constituído e o primeiro órgão de imprensa, logo depois criado, mantêm relações extremamente próximas à empresa colonizadora.

Baczko nos fala do imaginário como objeto de poder. Ou seja, a sociedade seria um campo de lutas para definição do que pode ser legitimamente dado como real. Desta forma, o imaginário se caracteriza como um sistema de ideias e imagens que formam uma representação coletiva, essencial para qualquer exercício de autoridade e dominação social. Os discursos assim constituídos fundamentam uma estruturação e sua prática de legitimação sobre esta comunidade em particular. São práticas que se fazem em determinados contextos, buscando objetivos evidenciados na prática social e, concomitantemente, nos resultados daí advindos. O imaginário de cidade, transpassado por uma utopia do progresso, veiculado em Toledo por sujeitos reais e com objetivos concretos e intencionados, é constituído pela atuação dos agentes históricos de

¹Mestrado em História – UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon. Professor Rede Estadual de Educação - NRE/Toledo.

caráter hegemônico, na prerrogativa de se constituírem lideranças da esfera pública política recém-criada.

Tais práticas e representações deste imaginário de cidade moderna são fundamentadas nas páginas do jornal local como mecanismo de delimitação dos parâmetros a serem constituídos e retirada de possíveis arestas que estivessem surgindo.

Ao visualizar o papel da imprensa, Marialva Barbosa destaca sua relação com as práticas de poder, ao afirmar que:

Essa construção dos acontecimentos obedece a parâmetros de natureza ideológica e que remete a questão do poder. Ser senhor da memória e do esquecimento é ser detentor do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante. Essa infinita capacidade geradora é ainda mais emblemática quando se possui o poder de nomeação na sociedade.

Legitimando o acontecimento, divulgando-o, caracterizando-o através da linguagem e tornando-o oficial, a mídia tira das zonas de sombra o que precisa ser destacado e impõe uma visão de mundo, que atua outorgando poder. Constituindo os acontecimentos os meios de comunicação tornam-se, portanto, senhores da memória da sociedade. Transpondo fatos para a categoria de acontecimento (definido como descontinuidade constatada a partir de um modelo de normalidade considerado a priori), privilegiam determinadas informações em detrimento de outras. Para isso, é dado ao produtor do discurso o direito de falar de fatos, eventos, ocorrências que não foram registrados em sua presença. É dado, portanto, aos jornalistas o estatuto de produção de um discurso considerado como crível, ou melhor, de um discurso acreditado como verídico². (BARBOSA, 1994, p. 46)

Nesta direção compreendemos o papel do jornal O Oeste, o primeiro periódico de Toledo³. O jornal se constitui em 1953 como uma instituição da "esfera pública literária" na qual os interesses privados da MARIPÁ, através de seus representantes, procuram se efetivar. Perceberemos isso tanto nas matérias cotidianas do jornal O

²A autora também destaca que "As representações sociais, como aquelas presentes no discurso da imprensa e da mídia, ou no discurso oral dos moradores mais antigos e de personalidades locais ou mesmo em fontes documentais, museus, institutos históricos, entre outros, são discursos memorialísticos produzidos na região e em cada um a memória faz lembrar e esquecer fragmentos da história. (...) No entanto, a história foi partilhando seu papel como construtora da memória oficial a partir da inserção das tecnologias da comunicação no tecido das sociedades industriais. A mídia se transformou no principal lugar de memória das sociedades contemporâneas e passou a ser a principal testemunha da história". (BARBOSA, 1994, p. 61)

Oeste, como nos anúncios publicitários. Através do jornal, há a constituição de práticas discursivas que concebem o que se entende por cidade.

A partir de alguns referenciais de análise de discurso propostos por Eni Orlandi⁴, destaca-se que tais objetos simbólicos na imprensa local, produzem sentidos, dando significado para os sujeitos a serem atingidos, bem como dos sujeitos gestores de tal prática. Estes sentidos, resultantes das relações sociais que envolvem os discursos e os sujeitos, provocam em Toledo o estabelecimento de um imaginário social de cidade, baseada em ideais de modernização, determinando a tentativa de uma formação hegemônica em como concebê-la e visualizá-la.

A clara ligação entre uma empresa privada, a MARIPÁ, e um órgão da esfera pública como o jornal, permite visualizar interesses mútuos, sejam eles políticos ou econômicos, e tentar produzir consenso. Segundo Jürgen Habermas, "as pessoas privadas não se entendem entre si apenas enquanto seres humanos no plano de sua subjetividade, mas gostariam de determinar, enquanto proprietários, o poder público em interesse comum." A esfera pública, neste sentido, se apresenta "como instância mediadora à efetividade da esfera política" (HABERMAS, 1984, p. 73).

O diretor-presidente do jornal, Clécio Zenni, era funcionário da MARIPÁ e fez parte da primeira e segunda legislatura de Toledo, foi eleito pelo PL - Partido Libertador. O PL não tinha representatividade nacional, mas revela uma grande força na primeira eleição municipal. Tal partido não tinha diretório ou organização no Estado do Paraná, tanto que sua criação e estabelecimento se

³Sobre a imprensa e o primeiro jornal em Toledo, Ondy Niederauer relata que: "Em fins de 1950, já se fazia sentir a ausência de uma gráfica para abastecer o incipiente comércio de talões de notas, notas fiscais, faturas, duplicatas e toda sorte de impressos indispensáveis ao comércio. A dianteira, no setor coube a Clécio Zenni, funcionário da MARIPÁ, que recebeu apoio de seus colegas de profissão, de Willy Barth e Egon Bercht, fundando a Impressora Toledo Ltda. Mas foi quase três anos depois que resolveram editar o primeiro jornal toledano: 'O Oeste'. Sua primeira edição circulou como semanário com o n.º. 001, no dia 06 de setembro de 1953. Tinha como Diretor-Presidente: Clécio Zenni; Redator-Chefe: Willy Carlos Trentini e como colaboradores o engenheiro agrônomo Rubens Stresser e este autor, contador Ondy H. Niederauer. (...)". (NIEDERAUER, 1992, p. 150).

⁴Ver ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

basearam na estrutura de um antigo partido do Rio Grande do Sul, através de Willy Barth. Desta forma, estabeleceu-se a possibilidade para que pudesse ser realizada a primeira eleição municipal, legitimando assim a disputa partidária. A relação próxima que os representantes da MARIPÁ gozavam com o governo estadual percorreu um caminho de distanciamento, após o período da constituição do município, deixando para os munícipes a tarefa de organização da nova municipalidade. Porém, a relação próxima e tênue entre o poder político e a MARIPÁ se manteve e determinou as ações tomadas no espaço urbano.

Para a primeira eleição, também fora criado um diretório do PR - Partido Republicano, que era o mesmo do então governador Bento Munhoz da Rocha, e um diretório do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, partido do então presidente da República, Getúlio Vargas, e de forma menos expressiva, um do PSD - Partido Social Democrata e outro da UDN - União Democrática Nacional. Alguns livros sobre o período mostram que os primeiros articuladores da eleição municipal olhavam com estranhamento o afastamento em relação ao governador. Como forma estratégica e política, as frações de classe, no interesse de não romper os laços políticos e de reciprocidade com o governo estadual de forma unilateral, organizaram o pleito eleitoral, destacando todos os partidos que tinham representantes considerados importantes tanto na esfera estadual e federal. Tanto que o primeiro Prefeito foi candidato pelo PTB, sendo apoiado pelo PR e PL. Dos nove vereadores, houve a vitória de oito (8) do PL e um (1) do PR. O PL tinha como liderança, os diretores da MARIPÁ, Willy Barth e Egon Bercht, que não participaram como efetivos representantes, nem do executivo, nem do legislativo, em virtude de suas funções-chave na empresa e dela não ter consolidada toda sua proposta organizacional. No entanto, a tênue fusão entre ambos se permitia visível, como constatado no "acordo tácito entre Prefeitura e Colonizadora para que o uso das máquinas desta empresa executassem trabalhos que a municipalidade precisasse" (NIEDERAUER, 1992, p. 220). Isso revela como o aparato público se confundia com o da própria MARIPÁ.

O jornal era um dos primeiros suportes de práticas discursivas que fundamentariam a concepção e o desejo de uma cidade "moderna". Representantes da MARIPÁ destacam tal relação, pois, nas palavras de Ondy Niederauer, o jornal, "não obstante ter a

iniciativa partido de particulares, especialmente de Clécio Zenni, serviu [...] como mais um dos apoios para a estrutura do progresso da Fazenda Britânia" (NIEDERAUER, 1992, p. 152). Ou seja, o jornal surgiu justamente para servir aos anseios do recém-criado aparato administrativo-político, possibilitando assim, legitimar e propagar suas ações.

Ao se articular discursos, representações e imagens que remetem diretamente ao urbano, observa-se, inicialmente, que estas são práticas indispensáveis para a atuação dos agentes históricos que pleiteavam uma primordialidade neste processo. Estes agentes em Toledo, entre embates e disputas pela homogeneidade e controle político-econômico, estabelecem práticas que fundamentarão a organização político-econômica que os beneficiem. Os ideais de cidade são perpassados por tais interesses e relações. O jornal investe na necessidade de modernização de comportamentos no espaço público, no sentido de educar os sentidos dos moradores e de adequá-los ao seu projeto de cidade. Duas reportagens que chamam a atenção: 1) O uso de correntes nos carros em dias de chuva/formação de barro, que implicaria em custos na conservação das ruas, sendo passível de multa, a partir da execução do Código de Posturas; 2) Normas de Conduta para as pessoas que fizessem uso das agências bancárias: como se portar, roupas, calçados, etc.⁵

O jornal veicula em seus artigos, colunas e crônicas, os anseios, perspectivas e modelos para a concretização efetiva dos projetos das elites do novo município. O jornal se apropria da ideia do "Milagre do Oeste", destacada durante a visita do então governador do Estado, e a destaca como manchete principal da primeira edição. Esta ideia se torna a base discursiva da propagação das ações da nova municipalidade. Esta recorrência será latente na prerrogativa de estabelecer significados para os projetos de cidade, naquele momento inicial de constituição do município. As primeiras linhas do semanário já evocam o desejo de estabelecer uma relação próxima com a comunidade, no sentido de exaltar os meios de se alcançar o progresso para a cidade recém emancipada.

E desta forma, mais do que ser meramente um meio de informação, representava os interesses de frações das elites locais: divulgar as ações do recém-instalado governo municipal e da Câmara de Vereadores.

⁵ *Jornal O Oeste*. 06/09/1953. Ano I. nº 1, p. 3.

A relação entre os articuladores do jornal semanário, a MARIPÁ e o poder público constituído é muito próxima, visto que o jornal foi estabelecido a partir da presença de funcionários da MARIPÁ, como visto, e que eram representantes eleitos da primeira legislatura municipal. O dirigente do jornal estava momentaneamente em exercício como presidente da Câmara Municipal, em 1953, devido ao fato do primeiro prefeito eleito estar em processo de cassação. Todas as divulgações das ações que envolviam esta relação entre público e privado, articulavam a ideia de desenvolvimento de elementos urbanos da cidade. Toledo era representada como localidade que deveria deixar para trás as características de "colônia", de aspectos rurais e agrícolas.

Conforme Alain Touraine destaca, "o modelo capitalista de modernização se define, (...) por um tipo de ator dirigente, o capitalista" (TOURAINÉ, 1994, p. 32), e temos em Toledo, uma referência a uma fração de classe que tenta articulações voltadas para o futuro, que permitiriam estabelecer o progresso, correlato ao desenvolvimento de aparelhos que identificassem a cidade como modernizante. Assim, os anseios de modernização para a cidade, perpassariam possibilidades de concretização e reprodução de seu capital.

As atividades da Prefeitura e da Câmara Municipal eram, em geral, assim destacadas no jornal: "Trata-se de mais um empreendimento do Presidente da Câmara em exercício da Prefeitura, trazendo PROGRESSO constante ao nosso município"⁶. Estas ações discursivas nos remetem às considerações de Roger Chartier, quando afirma que todas as práticas "visam, de fato, fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente" (CHARTIER, 1990, p. 185). Pensando a partir desta

⁶Jornal O Oeste - 06/09/1953. Ano I. n° 1, p. 1. A ideia de progresso será constantemente destacada nas páginas do noticiário local sobre a questão do progresso, Alan Touraine comenta que "não se trata mais simplesmente de dar passagem à razão afastando os obstáculos do seu caminho; é preciso querer e amar a modernidade; é preciso organizar uma sociedade criadora da modernidade, automotriz" (TOURAINÉ, 1994, p.70). Assim, tais representantes de classe, de forma específica, utilizavam-se do jornal para tentar imprimir o desejo de progresso e desenvolvimento para Toledo. Os referenciais que antes, eram destacados amplamente nas propagandas de comercialização de terras, demonstraria uma cidade em transformação.

definição de Chartier, observa-se que as representações do urbano em Toledo designam "o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais", (CHARTIER, 1990, p.17), dando ênfase a este processo de imaginário. Ou seja, não se constitui uma produção social abstrata, mas com vinculação direta com a materialidade, atestada pelas representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear, por exemplo, sua veiculação, e a definição submetida ou resistente, que produz de si mesma. A noção de representação é formulada pelo mesmo autor como um "instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo como ele é" (CHARTIER, 1990, p. 184), através da viabilização de sujeitos reais, sujeitos concretos, que objetivam algo concreto: a constituição de uma possível cidade que referendasse seus anseios.

Parafraçando Marshall Berman, "ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promove aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor" (BERMAN, 1998, p. 161). Toledo se configura sob este espírito, constituindo-se em local no qual os agentes que representavam a empresa colonizadora e a recém-instituída municipalidade procuravam intervir no espaço sob o sonho de transformá-lo em cidade moderna.

Mas este processo não se organizaria de forma pautada em uma linearidade que possa ser descrita tão somente através dos planejamentos que os sujeitos envolvidos com o projeto "colonizador" executaram. Ainda hoje persistem contradições e algumas práticas na cidade ainda arraigadas em elementos e noções tradicionais vinculadas ao rural e que se contrapõem às características consideradas urbanas.

A percepção de um desejo de modernização urbana começa a se efetivar na década de 1950, durante o processo de municipalização.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. C. Senhores da Memória. *As Relações Significativas Entre Imprensa e História*. INTERCOM (São Paulo), São Paulo, 1994.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. (Vol. 5 Antropos/Homem).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. 15ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CANCLINI, Nestor G. A modernidade depois da pós-modernidade. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Modernidade: Vanguardas Artísticas na América Latina*. São Paulo: UNESP, 1990.

CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como Representação. *Revista Estudos Avançados*, nº 11. São Paulo: USP. Jan./Abr. de 1991

_____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 08. Nº16, 1995. P 179-192.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

IPARDES. *Nova Configuração espacial do Paraná*. Curitiba, janeiro/1983. Biblioteca UNIOESTE - Campus de Toledo.

Jornal do Oeste. Toledo 50 anos - Cinco Décadas de Histórias. Coordenação: Luiz Alberto Martins da Costa; Reportagens: Luiz Alberto Martins da Costa, Rosangela Cristine Gris, Marcio Pimentel. Toledo: Sul Gráfica, 2002.

MAGALHÃES, Marion B. de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná - extos introdutórios).

NIEDERAUER, Ondy H. *Toledo no Paraná: a história de uma latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafo-Set, 1992.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná - Textos introdutórios).

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias, *Revista Brasileira de História*. vol.27, nº53 São Paulo: ANPUH. Jan./June, 2007.

SILVA, Oscar. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988

SILVEIRA, Alair. *Caderno de Teoria Política*, Maio/2000. Disponível em: sintep.org.br/download/TeoriaPolitica.doc.

TOURAINÉ, Alan. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1988.

ÉPOCA E VEJA E AS EXPORTAÇÕES DE CAPITAIS (2003 A 2006)

Ricardo Krupiniski¹

Este trabalho tem como objetivo trazer algumas discussões realizadas durante o processo de pesquisa do mestrado, onde uma das questões de trabalho propostas teve como objetivo estudar o processo de consolidação do Brasil como país capital-imperialista no início do século XXI. A posição do Brasil como país capital-imperialista, bem como a defesa dos interesses burgueses em *Época* e *Veja*, será demonstrado através do estudo específico da Petrobrás e Grupo Gerdau.

Já na década de 1960 encontramos indícios de internacionalização de capitais de brasileiros². No entanto é a partir de 1990 que vemos uma aceleração e forte concentração desses capitais. Para Virgínia Fontes tal concentração foi

potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na economia brasileira, concentração estimulada através das privatizações e da centralização (fusões e aquisições) de empresas, perpetuando o padrão das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros (FONTES, 2010, p. 328)

Fontes também destaca a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que participou ativamente dos processos de privatizações no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), direcionando-as e favorecendo alguns grupos nacionais.

As empresas brasileiras ao longo de sua história, e principalmente no período de FHC, marcado pelo assentamento das práticas neoliberais, foram consolidando sua atuação em território

¹Professor da Faculdade Assis Gurgacz – FAG. Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Linha de Pesquisa: Estado e Poder.

²Podemos destacar nesse período, por exemplo, as empresas de engenharia brasileira (CAMPOS, 2008, p. 61-66); (RAUTENBER, 2011).

nacional e internacional, assumindo, muitas delas, uma posição de destaque dentro de um contexto regional, listando-se entre as maiores transnacionais da América Latina

Márcia Tavares destaca que “em 1994, havia seis empresas brasileiras (Souza Cruz, Petrobrás, Sadia, Brahma, Usiminas, Aracruz Celulose) entre as 50 maiores empresas transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento” (TAVARES, 2006, p. 53), em 2003 apenas três empresas: Petrobrás, CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e Gerdau. A tabela abaixo apresenta as maiores empresas brasileira com investimentos no exterior:

TABELA 01: Principais empresas brasileiras com investimento produtivo no exterior 2004-2005 (*Milhões de dólares*)

Empresa	Setor	Vendas totais	Distribuição geográfica dos investimentos ^a				
			AL	AN	EU	AP	OT
Petrobrás	Petróleo	58 360,8	X	X	X	X	X
CVRD	Mineração	14 522,5	X	X	X	X	X
Gerdau	Siderurgia	9 076,7	X	X	X		
Usiminas	Siderurgia	5 571,3	X				
AmBev	Bebidas	6 817,9	X	X			
Belgo-Mineira	Siderurgia	4 596,1	X				
CSN	Siderurgia	4 288, 3		X	X		
Embraer	Aeronaves	3 902,0		X	X	X	
Norberto Odebrecht	Engenharia e Construção Civil	2 723,9	X	X	X	X	X
Votorantim Cimentos	Cimento	2 021,5		X			
TAM	Transporte aero	2 413,3	X				
Klabin	Papel e Celulose	1 156,2	X				
Weg	Bens de capital	1 074,4	X				
Embraco	Componentes eletrodomésticos	860,7	X	X	X	X	
Marcopolo	Carrocerias para ônibus	730,2	X		X	X	X
Andrade Gutierrez Construção	Engenharia e Construção	622,0 ^b	X		X	X	X
Camargo Correria Cimentos	Cimento	446,6	X				
Queiroz Galvão	Engenharia e construção	ND ^c	X				
Tigre	Tubos e conexões	ND	X				X
Sabó	Autopeças	ND	X	X	X		

Fonte: Adaptado de CEPAL (2006) e atualizado com dados fornecidos pela revistas América Economia.

^a AL: América Latina e Caribe; AN: América do Norte; AP: Ásia e Pacífico; EU: Europa, OT: Outros.

^b Dado para 2004.

^c Não disponível. (Dados extraídos de Márcia Tavares³)

³Id., p. 21.

Sobre os dados de Márcia Tavares, apresentados nas tabelas, não é nosso objetivo fazer uma análise mais profunda, porém eles são pertinentes na medida em que nos possibilitam ter uma idéia sobre os IDE por parte das empresas brasileiras. Através deles podemos perceber quais são os principais grupos nacionais que tem forte atuação fora do Brasil após o processo de desnacionalização e desindustrialização da economia nacional.

No decorrer do levantamento das fontes, podemos perceber, de modo geral, que a grande maioria das matérias sobre as empresas nacionais trata da saga dos “desbravadores industriais brasileiros” que buscaram expandir seus negócios para além da fronteira. *Veja*, por exemplo, chega a destacar que: “*De um desbravador tímido dos mercados vizinhos, de quem se considerava isolado pela barreira do idioma, o Brasil se tornou um pequeno tigre no fim dos anos 90*”⁴, assim empresas como Alpargatas, Hering, Tigre, Marcopolo, sem citar as mais tradicionais como Petrobrás, Gerdau dentre outras, assumem primeiro ou segundo lugares em segmentos de mercado em países da América Latina. No caso da AmBev, por exemplo, a revista exalta a fusão com a belga Interbrew como sendo “*o maior passo já dado por uma corporação brasileira rumo ao mercado global*”⁵.

O mesmo discurso otimista pode ser encontrado na revista *Época*, onde os grandes lucros e as lutas por melhores políticas de desenvolvimento que favoreçam empresas como Embraer, Petrobrás, Vale do Rio Doce, Souza Cruz, AmBev merecem destaque na revista.

O BNDES, por exemplo, chega a ser citado como um promotor da “*integração física da América Latina*”, uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos grandes financiadores de empresas brasileiras que buscam investir no exterior.

Na mesma matéria, intitulada “*Soy loco por ti, América*”, podemos encontrar um mapa denominado “*EXPANSÃO LATINA: os projetos do banco na América Latina*”⁶. O banco referido é o BNDES e dentre tais projetos financiados, destacam-se dois da empreiteira

⁴O Brasil imperialista. *Veja*. 19/02/2003, p. 75.

⁵Um novo sabor global. *Veja*. 10/03/2004, p. 76.

⁶A integração da América Latina, da união e cooperação entre os povos é uma ideologia sustentada, que de certa forma, ajuda a mascarar a atuação política e econômica do capital-imperialismo brasileiro (In: *Soy loco por ti, América*. *Época*. 29/12/2003, p. 40-1).

Norberto Odebrecht, com investimentos no Equador, na construção da Hidrelétrica de San Francisco (Financiamento do BNDES: US\$ 242,9 milhões), e na Venezuela, com a construção da Linha 4 do Metrô de Caracas (Financiamento do BNDES: US\$ 107,5 milhões)⁷. Além das obras da Odebrecht, a matéria mostra outras empresas que se beneficiam com as facilidades promovidas pelo Banco como a Confab (metalurgia), Allston (infraestrutura de energia e transportes) e ARG (construção civil).

Fontes destaca que o papel do Estado foi fundamental para expansão capital-imperialista brasileira. No que consta a respeito do BNDES, a autora pontua que:

Sob o governo Sarney, o BNDES apresentou o “Plano Estratégico 1987-1990”, incorporando cenários de integração competitiva entre as empresas. Em junho de 1990, no governo Collor, novo programa “elencava a desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a 'reestruturação competitiva' da economia brasileira”, convertendo-o num banco de “abordagem e abaloamento, para identificar e facilitar as “privatarias”. No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma no estatuto do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior. No governo seguinte, de Lula da Silva, em 2005, implementou-se no mesmo banco uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras. Na atualidade, este Banco vem protagonizando uma impactante dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil (FONTES, 2010, p. 346).

Podemos perceber que muitas das grandes empresas nacionais consolidaram sua expansão para outros países através do dinheiro público. Nas revistas *Época* e *Veja*, o papel do BNDES como um banco financiador dessa expansão é reafirmado, como podemos perceber através da reportagem de *Época* acima citada.

⁷No caso específico do Equador, em especial sobre a construção da Hidrelétrica de San Francisco, a Odebrecht foi fortemente questionada “*por estarem impregnados de irregularidades técnicas, legais e financeiras*”, o que levou o governo do Equador a expulsar a construtora do país. Ver: LANDIVAR, Natália. Os padrões de comportamento das “transbrasileiras” no Equador: extra-territorializando a responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Para *Veja* o BNDES, “deixou de ter o papel de indutor do desenvolvimento que desempenhou em sua origem. Também ficou para trás o tempo em que bancava generosos subsídios a **empresas nem sempre eficientes**”, porém, desde o “início da década de 90 para cá, o banco passou a se preocupar com competitividade e retorno, palavras de importância crucial no mundo globalizado”, desta forma, como o BNDES é considerado um gestor de dinheiro público, o mesmo “não poderia simplesmente jogá-lo em **projetos inviáveis**”⁸.

No *hall* de empresas “nem sempre eficientes” e de “projetos inviáveis” podemos de certo modo afirmar, que não são compostas pelas grandes empresas nacionais, tendo essas, um acesso mais fácil ao dinheiro público liberado pelo BNDES, como exemplo, podemos observar o caso das empresas Odebrecht, Allston e ARG, citados na matéria de *Época*.

O BNDES para *Veja* assumiria uma posição estratégica dentro do processo de consolidação da globalização de molde neoliberal, uma vez que a revista considera que o “mais importante” é que ninguém deve duvidar “*nos dias de hoje, de que o mercado seja incapaz de promover sozinho a saúde econômica e o bem-estar social de uma nação*”, de acordo com essa visão, “*o Estado tem de agir para preencher as lacunas que o mercado não pode suprir*”⁹.

Petróleo: Petrobrás

A Petrobrás se encontra em posição grandiosa entre as empresas nacionais, sendo uma das empresas mais transnacionalizadas do Brasil. Apresentada, em certos momentos, como orgulho nacional, a empresa que surgiu em 1953, foi resultado do processo de nacionalização das riquezas geradas no subsolo brasileiro¹⁰.

A matéria intitulada “*De tanque cheio*”, da revista *Época*, de 17/03/2003, mostra a trajetória da Petrobrás ao longo da história. Para a revista a “*arrancada de um sonho*” começou com “*uma campanha*”

⁸Como nos anos 50. *Veja*. 12/01/2003, p. 73. Grifos meus.

⁹Id.

¹⁰Já em 1938 começa um processo de nacionalização das riquezas do subsolo brasileiro, cria-se nesse período o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). (PAGOTTO, 2009).

de estudantes patriotas e idealistas que o petróleo começou a ser nosso”¹¹. Nas sete páginas de matéria, a revista traça uma linha do tempo onde destaca as principais conquistas e acontecimentos ao longo de seis décadas (de 1940 à 1990).

O sonho que se iniciou em 1953 faria com que anos depois a Petrobrás chegasse “ao jardim do Éden das multinacionais de energia”. *Época*, contextualiza de maneira sucinta o processo de internacionalização da Petrobrás, relata que “a proposta de crescer para além das fronteiras surgiu em 1999, ano que marcou a abertura do setor às rivais estrangeiras no Brasil”¹².

Na revista *Veja* a Petrobrás também ganha um destaque parecido. Podemos observar isso através de um suplemento publicado na edição 1827, de 05 de novembro de 2003, em comemoração aos 50 anos da empresa, intitulado “*Petrobrás 50 anos*”. Para *Veja*,

nos próximos anos, a Petrobrás tem metas ousadas a cumprir. Essa tem sido a rota diária em meio século de existência da empresa que é, de fato e de direito, **patrimônio do povo brasileiro**. Maior e mais importante realização nacional no campo industrial, berço de conquistas tecnológicas inéditas, ponto de referência de cidadãos e cidadãs que acreditam na capacidade desse País e a ele dedicam seu talento e lealdade, a Petrobrás é depositária de um compromisso vitorioso que cumpre a cinco décadas: descobrir, produzir, processar, transportar e distribuir petróleo e seus derivados no Brasil (...) Hoje rentável, competitiva, líder incontestado no País e com forte presença na América do Sul, a Petrobrás é uma empresa integrada que olha para o futuro com determinação e confiança¹³.

O caráter ufanista da citação acima descrita é característico e pode ser encontrada em ambas as revistas quando o assunto é Petrobrás. Nessa citação, *Veja* chega a mencionar que a Petrobrás é um “*patrimônio do povo brasileiro*”, porém duas das questões controversas em torno da produção do petróleo no Brasil e que ambas

¹¹De tanque cheio. *Época*. 17/03/2003, p. 48-54.

¹²A Petrobrás Globalizada. *Época*. 14/06/2004, p. 42-4.

¹³Carta dos Editores. *Veja*. Suplemento Petrobrás 50 anos. 05/11/2003, p. 04. Grifos meus.

as revistas não mencionam é justamente a apropriação pelo povo da riqueza produzida pelo petróleo e a abertura do capital da Petrobrás. João Velentim destaca que

mais de 60% do capital da Petrobrás é privado e praticamente 50% das ações estão em mãos estrangeiras. Isto significa que da distribuição de dividendos (parcela do lucro que é distribuída aos acionistas), a maior parte ficará em mãos privadas e quase a metade será remetida ao exterior, sobretudo aos países imperialistas. Da parcela do lucro que é distribuída à União, parte considerável destina-se ao pagamento dos serviços das dívidas interna e externa. Seu caixa é ainda utilizado pelo governo para compor a formação do superávit primário do setor público, uma exigência do FMI e dos credores internacionais do Brasil. Além disso, é crescente a emissão de títulos de dívida da Petrobrás e de subsidiárias no mercado de capitais dos EUA (VALENTIM, 2005, online).

A empresa “*cidadão do mundo*”¹⁴, possui hoje por meio de unidades, empresas subsidiárias, representações comerciais e financeiras, participação em 28 países contando com o Brasil¹⁵.

Para *Veja* o principal motivo que levou a Petrobrás a expandir “*suas ações para além da fronteira nacional*”, foi devido a “*garantir o suprimento de petróleo para o Brasil em meio aos dois choques do petróleo na década de 70*”¹⁶. No entanto, o que a revista deixa de mencionar é que no atual estágio do capitalismo uma das grandes características inerentes desse modo de produção é a busca insaciável pelo lucro, o que levou a Petrobrás a expandir sua intervenção para além das fronteiras nacionais. Essa é uma observação fundamental para compreender o atual estágio de desenvolvimento do

¹⁴Cidadão do mundo. *Veja*. Suplemento Petrobrás 50 anos. 05/11/2003, p. 19.

¹⁵A Petrobrás nos continentes: ÁFRICA: Angola, Líbia, Namíbia, Nigéria e Tanzânia; AMÉRICA CENTRAL E CARIBE: Cuba; AMÉRICA DO NORTE: EUA e México; AMÉRICA DO SUL: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; ÁSIA: China, Cingapura, Índia, Irã e Japão; EUROPA: Portugal, Reino Unido e Turquia; OCEANIA: Austrália e Nova Zelândia. Disponível:

http://www.Petrobrás.com/ptcm/appmanager/ptcm/dptcm?_nfpb=true&_pageLabel=petr_com_mundo. Acessado em: 23/03/2011.

¹⁶Cidadão do mundo. *Veja*. Suplemento Petrobrás 50 anos. 05/11/2003, p. 19.

imperialismo, bem como o processo de internacionalização de muitas das empresas brasileiras.

Siderurgia: o grupo Gerdau

Márcia Tavares indica que o fato do Brasil ter aberto cedo o campo da siderurgia para as transnacionais estrangeiras pode ter influenciado negativamente no processo de internacionalização das siderúrgicas brasileiras¹⁷, com exceção do Grupo Gerdau, que é tido como o mais transnacional grupo brasileiro.

O Grupo Gerdau, também encontra espaço de destaque em publicações nas revistas *Época* e *Veja*. Márcia Tavares destaca que,

a expansão produtiva da Gerdau é a mais significativa entre as siderúrgicas brasileiras. Em geral seguiu um padrão pela qual a empresa entrava nos mercados por meio de exportações e lentamente as substituía, pelo menos parcialmente, por meio da produção local. Foi um processo gradual que iniciou com apenas operações conservadoras, como a aquisição as LAISA no Uruguay em 1980, cresceu em complexidade e abrangência ao longo do tempo. Entre 1989 e 1998 a empresa realizou diversas aquisições no Cone Sul – Argentina, Chile e Uruguay – e no Canadá. Em 1997 fez uma importante aquisição na Argentina. Em 1999, voltou-se ao mercado dos Estados Unidos, comprando 75% da AmeriSteel e, por meio dessa, da Birmingham Southeast. Em 2002 fundiu suas operações na América do Norte e subsequente aumentou sua participação na empresa resultante e comprou participação na North Star Steel. Também ampliou sua participação na América Latina por meio de investimentos na Colômbia e no Chile. Em janeiro de 2006, voltou-se para Europa, onde comprou a espanhola Sidenor, por meio da qual também adquiriu 58% da Aços Villares, no Brasil (TAVARES, 2006, p. 23).

Através da citação podemos observar o quão internacionalizado o Grupo Gerdau se transformou. A revista *Época*

¹⁷Em 1921 a Arbed (em 2002, a Arbed se uniu à francesa Usinor e à espanhola Acerália para criar a ARCELOR) adquiriu participação na Belgo-Mineira. Mannesmann (conglomerado alemão) a partir de 1952 inicia a produção de aço no Brasil. Nippon Steel, Kawasaki e Finsider realizaram parceria com o Estado na Usiminas a partir de 1956 e na CST em 1976. (TAVARES, 2006, p. 23).

chega a falar sobre o “*Rei da América*”, referindo-se a Jorge Gerdau, e a compra de siderúrgicas nos Estados Unidos, adquirindo indústrias nos Estados Unidos e em outros países do continente americano¹⁸.

Já a revista *Veja*, em matéria de 22 de setembro de 2004, salienta a posição do Grupo Gerdau a respeito da consolidação da ALCA. Podemos perceber através do título da matéria, “*A ALCA do Gerdau*”, que o grupo já começou a consolidação de sua própria Área de Livre Comércio das Américas.

Além de enfatizar o caráter transnacional da empresa que “*amplia aquisições nas Américas, dribla protecionismo e torna-se a mais internacional das empresas privadas brasileiras*”¹⁹, a revista enaltece a figura de Jorge Gerdau Johannpeter, colocando-o como um exemplo de homem de negócios, que “*esteve sempre próximo do poder. Desde João Goulart conheceu todos os presidentes. Manteve relações amistosas com Emilio Garrastazu Médici, que foi seu chefe quando prestou o serviço militar*”. Com FHC não foi diferente, para o ex-presidente, “*o Gerdau não é um capitão da indústria. É um homem de visão que compreende os desafios do mundo moderno*”. Para Lya Luft, colunista da revista *Veja*: “*Se o Brasil pudesse contar com vinte homens como Jorge, o país certamente seria muito melhor*”²⁰.

Podemos constatar como as revistas *Época* e *Veja* foram fundamentais para a construção do consenso em torno da exportação de capitais brasileiro. Empresas como Petrobrás e Grupo Gerdau, tido como exemplos de sucesso do capitalismo nacional, encontraram espaço para a produção de consenso em torno de suas práticas.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: *Revista História e Luta de Classes*. Dossiê Imperialismo: Teoria, experiência histórica e características contemporâneas. n° 10 – ano 04, novembro de 2008, p. 61- 66.

FONTES, Virgínia. *O imperialismo: de Lenin aos dias atuais*. Outubro. São Paulo, n° 17, 2008.

¹⁸Rei da América. *Época*. 13/09/2004, p. 13.

¹⁹AALCA do Gerdau. *Veja*. 22/07/2004, p. 111.

²⁰Id.,p. 112-13.

PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. In: IRLS – INSTITUTO ROSALUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAUTENBERG, Edina. *A revista Veja e as empresas de construção civil (1968-1978)*. Dissertação de mestrado em História, UNIOESTE, 2011.

TAVARES, Márcia. *Investimento Brasileiro no Exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas*. Santiago: CEPAL/ONU, 2006, p. 53.

VELENTIM, João. *Quem controla a Petrobrás?* Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=14:artigo14&catid=8:brasil. Acessado: 12/04/2011.

O PROBLEMA DO ABSOLUTO NA TEORIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT

Roberto Lopes de Souza¹

Introdução

O contexto da Segunda Guerra Mundial vivenciado por Hannah Arendt foi determinante para a elaboração de sua teoria política. Temas como a pluralidade humana, a liberdade e a valorização da opinião podem ser melhor compreendidos em sua obra, a partir do aprofundamento sobre os regimes totalitários do século XX. O que ela faz é analisar os alicerces intelectuais que possibilitaram estes regimes.

Nosso trabalho visa mostrar de que modo a ideia de um absoluto determina os comportamentos dentro da esfera pública. Para isto, abordaremos a compreensão da política na perspectiva da *polis* grega, e em seguida, situaremos Platão no início de uma tradição que só será rompida com a modernidade, sendo ele o responsável pela criação de uma autoridade política fundamentada num absoluto transcendente, investigaremos o que acontece quando esta tradição é rompida.

A *Polis* Grega

Hannah Arendt retoma o conceito grego de *polis*, como cidade-estado, para fundamentar uma compreensão de espaço público, no qual os cidadãos podem agir através do diálogo. Para explicar o modo de participação na *polis*, Arendt, em seu livro **A Condição Humana**, diz que os gregos distinguiam as atividades humanas em labor, trabalho e ação, sendo esta última a política propriamente dita. Aquilo que dizia respeito às necessidades humanas não eram temas do agir político. As necessidades vitais deveriam ser resolvidas na esfera privada, e não na esfera pública. Ou seja, o espaço da liberdade era a *polis*, enquanto que o espaço das necessidades era a família. “O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas

¹Bacharel em Filosofia e Teologia; Mestrando em Filosofia na Unioeste, como bolsista da CAPES.

necessidades e carências” (ARENDR, 2008, p. 39). Dentro da família, os gregos admitiam relações de domínio. O pai de família tinha a função de comando sobre a esposa, os filhos e os escravos. Isto era interpretado como algo necessário e natural, assim como é natural a luta pela sobrevivência. Nesta esfera privada, portanto, as relações eram baseadas na desigualdade entre seus membros. “A esfera da *polis*, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*.” (ARENDR, 2008, p. 40)

A condição para que a ação política acontecesse na *polis* era a liberdade. Aliás, Arendt, em seu livro **Entre o Passado e o Futuro** afirma que existe mesmo uma identificação entre liberdade e política (cf. ARENDR, p. 191-192). Ela refuta uma concepção de liberdade que se baseia unicamente na interioridade humana. Liberdade de pensamento não é uma liberdade efetiva. Ter opiniões diferentes é próprio do ser humano que existe na pluralidade. Mas não basta apenas ficar com as opiniões guardadas para si. É no espaço público que estas opiniões são manifestadas.

Neste contexto de diálogo entre os cidadãos da *polis* podemos localizar a filosofia socrática. A intenção de Sócrates não era ensinar uma verdade já pronta, mas possibilitar que as pessoas tirassem de dentro de si uma verdade que só seria possível através da exposição das opiniões. Arendt valoriza muito a filosofia socrática, pois vê nela uma harmonia entre pensamento e ação. A atividade política, em seu sentido original encontra em Sócrates um grande referencial por conceber o espaço público como o local onde as opiniões aparecem e são purificadas através do diálogo. Para Sócrates, todo ser humano era capaz de pensar filosoficamente, e isto deveria ser concretizado na *polis*. “Sócrates queria tornar a cidade mais verdadeira ajudando cada cidadão a parir suas próprias verdades” (ARENDR, 2010, p. 57). Portanto, para Sócrates não deveria haver separação entre a filosofia e a política.

A Tradição Platônica

Embora sendo discípulo de Sócrates, Platão não concordou com o mestre sobre o valor da opinião na *polis*. A persuasão proposta por Sócrates não foi capaz de livrá-lo da pena de morte, e não seria

capaz de manter a ordem entre os cidadãos. Para Platão, as ideias perfeitas superam as opiniões. “E foi nessas circunstâncias que Platão concebeu a tirania da verdade, na qual não é aquilo que é temporalmente bom, ou de que os homens podem ser persuadidos, que deve governar a cidade, mas a verdade eterna, aquela de que os homens não podem ser persuadidos” (ARENDDT, 2010, p. 53).

A partir de Platão, o enfoque não é tanto a distinção entre o público e o privado, sendo o primeiro o reino da liberdade, e o segundo, o da necessidade, mas a contraposição entre contemplação e ação. Sendo assim, somente a contemplação caracteriza a liberdade, enquanto que a atividade política também é relegada ao âmbito da necessidade. “Uma coisa é certa: é somente em Platão que a preocupação com o eterno e a vida do filósofo são vistos como inerentemente contraditórios e em conflito com a luta pela imortalidade, que é o modo de vida do cidadão, o *bios politikos*” (ARENDDT, 2008, p. 29). A ação política, antes entendida como o único modo de imortalidade, passa a ser vista sob a ótica da necessidade e, portanto, torna-se algo perecível. O que liga o ser humano ao eterno não é a ação, mas a contemplação.

Platão entendia que o bem da cidade dependia da política, e de qualquer maneira, alguém precisava se ocupar com esta atividade. Porém, ele submeteu a política à filosofia, e o seu famoso mito da caverna ajuda a entender esta ideia. Este mito serve para mostrar que existem verdades absolutas às quais os homens devem obedecer. Somente quem as contempla no mundo das ideias pode dizer aos habitantes da caverna o que deve ser feito, ou seja, o filósofo. Logo, na *polis*, a relação entre os cidadãos não deveria ser de igualdade de participação, mas de desigualdade, entre os que sabiam e os que não sabiam, os que mandavam e os que obedeciam, os que governavam e os que eram governados.

A filosofia platônica marcou o início de uma tradição na qual a teoria prevalecia sobre a prática, a contemplação prevalecia sobre a ação. Portanto, a religião foi imprescindível para solidificar o modelo de autoridade defendido por Platão, pois na religião existem verdades absolutas que definem o agir das pessoas. Agostinho foi o filósofo cristão que harmonizou a mensagem cristã com a filosofia platônica, justificando a aliança entre a Igreja e o Estado, e fundamentando a autoridade terrena a partir de um absoluto transcendente. Esta tradição será rompida somente na era moderna.

O evento histórico que influenciou muitos filósofos na Idade Moderna, inclusive Hegel e Marx foi a Revolução Francesa. Para Arendt, o fenômeno da secularização é também entendido a partir deste evento. Os homens da revolução buscavam uma nova ordem política. Com a separação entre Igreja e Estado, a questão que se apresentava era: como fundamentar uma autoridade sem a noção de um absoluto transcendente?

O Problema do Absoluto

Em seu livro **Sobre a Revolução**, Hannah Arendt se propõe a fazer uma análise da Revolução Francesa e da Revolução Americana, do ponto de vista político. Ela inicia seu livro fazendo uma distinção entre guerra e revolução. Para ela, as guerras são fatos políticos que existem desde a Antiguidade, enquanto que as revoluções são as grandes novidades da era moderna. Que contribuições estas revoluções trouxeram para a política? Sendo a política, para Arendt, sinônimo de liberdade, é sob esta ótica que as revoluções serão analisadas.

A causa da liberdade, num primeiro momento, parece ser o grande motor das revoluções. E, de fato, tanto a Revolução Francesa como a Revolução Americana se propunham a realizar uma libertação. O problema é que libertação não pode ser confundida com liberdade. A libertação está ligada, não só às questões de tirania de um governo, mas também às questões sociais. No caso da Revolução Francesa, segundo Arendt, a questão social tornou-se uma motivação muito mais incisiva do que a fundação da liberdade. A grande massa de pobres lutava para se libertar da miséria, e não para ter liberdade de participação na política. No caso da Revolução Americana, o contexto social no qual ela se desenrola é bem diferente. Nos Estados Unidos não havia a mesma situação de miséria que havia na França quando a revolução aconteceu. A luta dos americanos pela independência do país tem uma identificação maior com a causa da liberdade do que a luta dos franceses. O problema que ambas as revoluções enfrentam, e posteriormente a elas, também nos séculos XIX e XX, outras revoluções irão se deparar, é o problema do novo absoluto. De que modo fundamentar a autoridade dentro do Estado sem a sanção religiosa, própria de uma longa tradição platônico-cristã? Como garantir estabilidade à nova fundação, e ao mesmo tempo, permitir que a liberdade política dos cidadãos seja efetivada?

O que fazer para que uma nova ordem política não seja diluída por constantes revoluções?

Segundo Arendt, do ponto de vista da liberdade, a Revolução Americana teve mais sucesso que a Revolução Francesa. Para assegurar estabilidade e liberdade dentro do corpo político ela instituiu uma República, algo que os franceses não conseguiram naquelas circunstâncias. Porém, também a Revolução Americana não atingiu um ideal de liberdade tão pleno dentro da perspectiva política. O aspecto a lembrar é que a Revolução Americana teve sucesso e mesmo assim não desembocou no *novus ordo saeculorum*, que a Constituição pôde ser estabelecida 'de fato', como 'uma existência real [...], numa forma visível', e mesmo assim não se tornou 'para a liberdade o que a gramática é para a língua' (ARENDDT, 2011, p. 103).

A crítica arendtiana sempre presente nestas análises é o predomínio do aspecto econômico e social sobre o político. Para ela, a revolução francesa esteve muito influenciada por questões sociais, o que não foi tão diferente na americana, na qual a busca pela prosperidade parece desempenhar uma preocupação muito maior nos cidadãos do que a reivindicação pela participação política.

O que Arendt percebe é que a partir da secularização da cultura ocidental desencadeada na era moderna, o problema do absoluto continua sendo muito presente na política. Isto significa concretamente uma falta de participação ativa e consciente dos cidadãos no espaço público. A concepção de liberdade privada acabou prevalecendo sobre a liberdade pública. Apesar de, até certo ponto, elogiar a Revolução Americana, por ter conseguido fundar uma Constituição que garantisse estabilidade e preservasse a liberdade, por outro, ela percebe limitações também no modelo político americano, dado o predomínio da liberdade privada sobre a liberdade pública. Isto mostra um outro aspecto presente em praticamente todo o mundo ocidental, que são as necessidades da vida privada dominando o palco da esfera pública. O risco que se corre é transformar o Estado em uma mera função administrativa, o que, para Arendt, é um pressuposto do absolutismo.

É claro que Arendt não está chamando o modelo político norte-americano de absolutista. Pelo contrário, ela mostra que o modelo de democracia representativa, do modo como está organizado nos Estados Unidos, permitindo dois partidos opostos, ainda preserva uma certa harmonia política, limitando o

autoritarismo. Porém, ela não é adepta do sistema político partidarista, porque a sua função representativa acaba não atingindo a finalidade a qual se propõe. O que os partidos representam não são as opiniões dos cidadãos, mas os projetos prontos dos próprios partidos.

No bojo das revoluções, tanto a Francesa como a Americana, e outras revoluções que foram desencadeadas já no século XX, aconteceram verdadeiras manifestações de organização política a partir dos cidadãos. Exemplos disso são as seções da Comuna de Paris e as sociedades populares durante a Revolução Francesa, bem como os conselhos, sovietes e Räte, que apareceram nas revoluções dos séculos XIX e XX. “Sempre que apareciam, elas brotavam como órgãos espontâneos do povo, não só fora de todos os partidos revolucionários, mas também de maneira inesperada para eles e seus dirigentes” (ARENDDT, 2011, p. 313). Arendt diz que estas experiências foram negligenciadas por políticos, historiadores, teóricos políticos, e até pela própria tradição revolucionária. Por que o sistema de conselhos não foi aceito? Qual o novo absoluto que impedirá a sua continuidade?

Diante da rejeição da continuidade de organizações populares, verdadeiramente políticas, nascidas nas revoluções, percebe-se a negação das opiniões particulares dos cidadãos em detrimento da vontade universal, algo que vai ao encontro à filosofia política de Rousseau. Para Arendt, todo sistema político com pretensões de universalidade acaba negando as individualidades. O que importa é o todo, e não as partes. Se for preciso, alguns membros podem até ser sacrificados em virtude do grande corpo. O próprio Marx, que a princípio havia demonstrado certo reconhecimento por estas organizações populares, depois muda de ideia, por achar que tinham somente uma função temporária dentro das revoluções (cf. ARENDT, 2011, p. 322-323).

Marx percebe que os conselhos comunais contrariam a lógica de um Estado nacional. Em sintonia com o seu pensamento, Lênin no contexto da revolução russa, também nega este aspecto da organização popular e impõe a opinião de um só partido, o Bolchevique, como sendo o único capaz de resolver todas as necessidades sociais do povo (cf. ARENDT, 2011, p. 100). O absolutismo do sistema comunista na União Soviética baseava-se na concepção de que existia uma vontade única para toda a população, expressa através de um único partido. Do mesmo modo, o nazismo,

na Alemanha, sustentava-se na ideologia de que existia um projeto de valor universal, do qual toda a população deveria tomar parte.

Hannah Arendt vê nos partidos o perigo da petrificação das ideias, e com isto o distanciamento das opiniões dos cidadãos. Quem se filia a um partido geralmente já encontra um projeto pronto, do qual apenas tem que compactuar e, quando eleito, mesmo que diga que está representando os eleitores, no fundo, está representando o seu partido. Neste sentido, Arendt chega a conceber os partidos como o novo absoluto do século XX: “Depois que a nação 'ocupou o lugar do príncipe absoluto' no século XIX, foi a vez de o partido, durante o século XX, ocupar o lugar da nação” (ARENDR, 2011, 335). Certamente, a história política do século XX no mundo ocidental, teve muitas experiências diferentes em diversos países, mas um dado praticamente inquestionável em todos eles é a existência de um ou mais partidos.

Entender a política de acordo com a concepção arendtiana é recuperar o valor da participação livre do cidadão no espaço público. A tradição iniciada por Platão impediu que isto acontecesse, pois propunha verdades absolutas e universais em contraposição às opiniões. Porém, o rompimento com esta tradição na modernidade parece ainda não ter proporcionado uma verdadeira participação política.

Conclusão

A ação política acontece no espaço público construído pelo próprio homem. Ela não é fruto de um processo natural, no qual prevalecem as necessidades. O que Arendt constata é que a modernidade tende a identificar a política com a satisfação das necessidades humanas. Deste modo, o princípio da liberdade fica comprometido. O rompimento com a tradição do pensamento ocidental iniciado por Platão ofereceu uma ótima oportunidade para se recuperar o valor das opiniões. Entretanto, desde a Revolução Francesa e a Revolução Americana, a história mostra que não foi apenas isto que aconteceu. Após as revoluções, a dificuldade sempre foi manter a liberdade de participação, reivindicada pelas mesmas. Em muitos casos, esta liberdade foi substituída por abstrações que se baseiam numa pretensa natureza humana, que só pode ser realizada plenamente através de projetos políticos de valor universal. Ora, isto é o que está nas bases dos regimes totalitários vivenciados no século XX.

Apesar de demonstrar certa preferência pelos resultados da Revolução Americana em detrimento da Francesa em seu livro “Sobre a Revolução”, também aos americanos Hannah Arendt faz as suas ressalvas. O que ela valoriza na experiência revolucionária americana é a sua criatividade para, através da república, propiciar um espaço público no qual as opiniões divergentes possam ser debatidas, o que acontece na prática entre os democratas e os republicanos. Porém, este modelo bipartidarista também acaba se encaixando dentro de uma lógica política bem própria da modernidade, que é a ditadura dos partidos. Quando Arendt questiona a eliminação dos conselhos, do modo como aconteceu nas revoluções, ela está propondo uma concepção política que valorize as particularidades e as espontaneidades. O modelo partidarista, aceito universalmente em todo o mundo ocidental, é por ela interpretado, como o novo absoluto que está impedindo que uma verdadeira participação política aconteça.

Referências Bibliográficas

ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A promessa da política*. organização e introdução de Jerome Kohn; tradução Pedro Jorgensen Jr. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, DIFEL, 2010.

_____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. Tradução: Denise Bottman; organização, introdução e notas: Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. [Tradução: Roberto Raposo] São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Sobre a Revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TRABALHADORES E RELAÇÕES DE TRABALHO EM SANTA HELENA/PR (DÉCADAS DE 1990 E 2000)

Rosane Marçal da Silva¹

Entre os anos de 1986 a 1988 os dirigentes municipais, sob a liderança do prefeito, Julio Morandi, firmaram um convênio com a Paranatur para “[...] a confecção de um projeto piloto do Parque [de Lazer e turismo]”. Com isso acreditavam que promoveriam uma ampliação programada da área turística “visando modernizar o parque, desenvolvendo-se obras a curto e médio prazos” (SANTA HELENA, 1988, p. 11).

A partir dos projetos desenvolvidos pelas pessoas ligadas a elite política municipal, Santa Helena descobria e “explorava” suas vocações e potencialidades, principalmente aquelas voltadas ao desenvolvimento do turismo. Supunha-se que era essa a estrutura central dos eventos que interessavam a história de Santa Helena, a qual pautava uma explicação voltada a conceitos de determinismo e evolução.

O projeto para o desenvolvimento do turismo na cidade e no município de Santa Helena como um todo estava ligado ao projeto Costa Oeste que, de acordo com Edson Belo Clemente de Souza, foi idealizado pelo governo do Estado do Paraná, com apoio dos municípios limieiros, bem como contou com a participação e iniciativa privada (SOUZA, 2002)

O desenvolvimento do turismo somado aos incentivos fornecidos para o processo de industrialização do município de Santa Helena era viabilizado por meio de projetos que os setores das classes dominantes e dirigentes municipais, utilizavam como argumentos que pretendiam legitimar e vender a imagem de uma cidade bonita e desenvolvida.

Na década de 1980 e início de 1990, as iniciativas em prol do desenvolvimento da industrialização, se voltaram principalmente para o setor da agroindustrialização, “dentro de uma proposta a nível de Estado, de interiorização do parque industrial” (SANTA HELENA, 1988, p. 12).

A partir dos documentos produzidos pelos órgãos

¹Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE.

governamentais fica evidente que o processo de industrialização ganhou maior dimensão na década de 1990 e início de 2000. Neste período os representantes do governo se esforçaram no sentido de incentivar a implantação de indústrias no município.

Conforme Rinaldo José Varussa, numa conjuntura no período apontado, houve aumento no número de empregos oferecidos no setor industrial, no oeste do Paraná:

[...] entre os anos 1990 e 2000, no Oeste do Paraná, houve um expressivo crescimento de 62,34% no número de empresas no setor industrial, totalizando 2.282 estabelecimentos, o mesmo verificando-se no número de empregos, com crescimento de 68,66% [...] (VARUSSA, 2009, p. 115)

Ostentar e reafirmar a positividade do trabalho é algo desenvolvido pelas classes dominantes. Porém, os sentidos atribuídos pelos trabalhadores podem ser diferentes daquele propagado pelos representantes do governo municipal e o empresariado.

Na perspectiva dos sujeitos ligados a elite política de Santa Helena, construir uma noção positiva do trabalho parece ser uma maneira de atribuir aos trabalhadores a responsabilidade pelo desenvolvimento da comunidade municipal e gerar a competição entre os trabalhadores, a partir do desenvolvimento de mecanismos calcados em relações de exploração e dominação.

Neste sentido, o Jornal Costa Oeste divulgou uma matéria em 1997, que enfatizava o “potencial desenvolvimentista” da cidade de Santa Helena, destacando-a como “um município pujante”, pois nos últimos anos passava por uma fase de desenvolvimento acentuado que gerava emprego e combatia o desemprego e a miséria.

Segundo a reportagem do jornal, os representantes políticos acreditavam que através do “desenvolvimento” da cidade, o desemprego e a miséria diminuiriam e “com certeza” “essas deficiências” não mais os “incomodariam”, porque entendiam que “desenvolvimento gera emprego, que gera rendas, que combate a miséria, que propõe consciência de uma vida melhor [...]” (COSTA OESTE, maio de 1997, p.4).

Estas reportagens da imprensa escrita trabalham com a ideia fomentada pela administração municipal de incentivar a instalação de indústrias e de empresas do setor do comércio e serviços, o que na

perspectiva da ação governamental, era o meio de gerar emprego, renda e transformar o município de essencialmente agrícola, em cidade industrial e turística também (COSTA OESTE, abril de 1997, p.8).

Nesta dinâmica, os trabalhadores deveriam se adaptar à nova fase de desenvolvimento, isto é, eles precisavam se preparar para as mudanças no mundo do trabalho, pois o mercado de trabalho exigia cada vez mais pessoas com qualificação profissional (COSTA OESTE, junho de 1998, p.6). Dessa forma, o processo de industrialização era caracterizado de forma positiva, apresentando a solução para os problemas de desemprego e fornecendo melhores condições de trabalho aos trabalhadores.

Ao ser questionado pelo jornal “Costa Oeste” sobre a atuação da administração municipal (1997-2000) frente ao problema de geração de empregos e quais as alternativas que o governo vinha encontrando para resolver este problema, o prefeito Silom disse:

Esse é um problema sério que viemos nos debatendo visando gerar mais empregos já no início da nossa administração. Estamos terceirizando os serviços públicos que aliás, é uma recomendação da nova política administrativa a terceirização. Terceirizando nós temos um resultado prático e rápido, com isso resolvemos o problema de geração de emprego. [...] (COSTA OESTE, maio de 1997, p. 9).

Na perspectiva do prefeito, o problema do desemprego existe e persiste, porque o trabalhador “nao tem um preparo profissional”, por isso a administração municipal se empenhava para firmar convenios com escolas de cursos profissionalizantes. Com esta finalidade as lideranças políticas do município estabelecem parcerias que visa beneficiar os empresários que instalar suas indústrias no município.

Diante desse quadro, a Administração Municipal em conjunto com o governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho e do Escritório Regional de Foz do Iguaçu, implantou uma agência do Sempre-Sine, na cidade de Santa Helena, para atender e orientar os trabalhadores, fornecendo a emissão da carteira de trabalho, encaminhando os trabalhadores para as empresas e o direito de seguro desemprego (COSTA OESTE, junho de 1998, p.6).

Conforme este texto do jornal Costa Oeste, entre os cursos oferecidos aos trabalhadores desempregados destacava-se o de eletricista, encanador, garçom, costura industrial, cabeleireiro e recepcionista de hotel, pois o objetivo dos grupos dirigentes era prepará-los para as mudanças constates no mercado de trabalho.

Acredito que estes cursos demonstram o parecer dos grupos dirigentes quanto aos cargos de empregos que eles entendiam como adequados aos trabalhadores desempregados.

Na matéria do jornal Costa Oeste “Costureiras recebem treinamento”, é possível perceber que as classes dominantes e dirigentes municipais procura resolver o problema do desemprego através do incentivo a instalação de empresas no município, especialmente indústrias de confecções têxteis. Dentro desse processo eles enfatizam a necessidade de qualificar a mão-de-obra local “para que traga qualidade de vida ao trabalhador” (COSTA OESTE, janeiro de 2000, p. 6).

De acordo com o jornal, as atividades desenvolvidas por meio desse projeto iniciaram em 1999 e, em 2000, aproximadamente 120 profissionais estavam “formados”, sendo que “a maioria já trabalhando no mercado local. A formação é consequência da necessidade que as novas empresas estão solicitando. Com uma política voltada a atração de indústrias que gerem empregos de qualidade, a Administração Municipal resolveu investir na qualificação da mão-de-obra” (COSTA OESTE, janeiro de 2000, p. 6).

Na perspectiva pautada pelo jornal, “a indústria têxtil garante emprego de qualidade. Hoje, com os modernos equipamentos que possibilitam maior e melhor produção, o funcionário convive em um excelente ambiente de trabalho” (COSTA OESTE, janeiro de 2000, p. 6).

As matérias da imprensa local buscam acentuar os feitos dos representantes municipais, como se estes já estivessem cumprindo com a sua obrigação, e restava aos indivíduos contribuir com uma tarefa “simples” que consistia em se inserir no mercado de trabalho e garantir o bem estar da comunidade em geral.

Pode-se concluir que a existência do desemprego se constitui aos olhos dos grupos dirigentes municipais, como o resultado do não cumprimento do circuito escolar oficial e da não preparação técnica para o trabalho, em que os cursos profissionalizantes eram colocados como um ato que compensaria as diferenças sociais e garantiria a qualificação da mão-de-obra e sua inserção no mercado de trabalho,

sem levar em consideração as condições de vida dos trabalhadores e as possibilidades reais que possuíam para concluir o ensino escolar oficial e se inserir no mercado de trabalho.

Cabe analisar, como este contexto de mudanças nos mundos do trabalho e dos trabalhadores tem sido vivenciado pelos trabalhadores, levando em consideração as práticas e as dinâmicas elaboradas por estes sujeitos a partir da realidade que experimentam diariamente no conjunto das relações que estabelecem, uma vez que é necessário compreender o que os setores dominantes denominam como trabalhador flexível e como os trabalhadores vivenciam estes processos, qual a relação que os trabalhadores estabeleciam com o trabalho e como isso acontece.

Ricardo Antunes fornece elementos sobre estas mudanças ocorridas, principalmente a partir da década de 1980, nos países de capitalismo avançado. Tais mudanças podem ser observadas nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política (ANTUNES, 2002).

De acordo com este autor essas modificações foram tão intensas que atingiram a “classe-que-vive-do-trabalho”, “não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 2002, p.23).

Esse quadro de transformações mexeu com as relações de trabalho e com o constante processo de constituição e reconstituição dos sujeitos trabalhadores. Dessa forma, Antunes contribui para pensar sobre as dinâmicas e os desafios vividos pelos trabalhadores neste processo em curso no mundo atual, pois fornece subsídios para compreender as articulações estabelecidas entre trabalho e tecnologia, com destaque para a questão da qualificação que frequentemente tem sido pautada como uma condição necessária de se obter um emprego.

Analisando as dinâmicas dos mundos do trabalho e dos trabalhadores dentro deste processo, Varussa destacou que entre os meses de maio e junho, a Cooperativa Agroindustrial – a Coopagril -, especificamente a partir de sua Unidade Industrial de Aves, com sede em Marechal Cândido Rondon, publicou por diversas vezes nos jornais locais, uma chamada provocativa para quem estivesse à procura de trabalho. Isto demonstrava as dificuldades da empresa para encontrar trabalhadores dispostos a se submeter à rotina e às

dinâmicas de trabalho daquele setor industrial.

Na avaliação de Varussa,

tais medidas, ao que parece, configuravam um desdobramento de pleitos formulados pelo empresariado local, mais especificamente, da Copagril junto ao poder público, que em reunião com o prefeito municipal, realizada no dia 29 de abril. Nesta reunião, conjuntamente ao anúncio de que a Unidade de Aves tencionava ampliar a produção e com isso “disponibilizar 300 novas vagas de emprego”, o empresariado manifestava sua dificuldade em alocar tal contingente, uma vez “muitos trabalhadores da Unidade Industrial de Aves hoje são de regiões muito distantes, caso de Mato Grosso do Sul, São José das Palmeiras, Santa Helena, dentre outros”. (VARUSSA, p. 113)

Para o autor, junto disso, fazia-se presente também os modos como os trabalhadores avaliavam e interpretavam o trabalho na produção industrial. Por vezes, para os trabalhadores, o trabalho pode não significar pura e simplesmente uma forma de ganhar dinheiro, mais do que isso, envolve uma série de relações que demarcam um universo de valores e noções sobre a vida na cidade e sobre o trabalho, o que constitui um constante processo de formação e interação com os diferentes grupos sociais. Este conjunto de relações interfere na articulação da luta de classes.

Neste sentido parece significativa a narrativa de Patricia e Maiara², trabalhadoras residentes no município de Santa Helena. Estando desempregada, ambas tentaram um emprego na Coopagril, em Marechal Cândido Rondon, mas desistiram por conta dos horários. No diálogo, Maiara argumentou que:

Num adianta a genti entrá num serviço qui a genti sabe qui num vai aguenta, qui ném você tem qui acordá [...] uma hora da manhã ai você vai pegá ônibus... ali acho qui duas horas. I daí você vai voltá, você vai chegá im casa quase cinco horas. U primeiro turno é muito ruim. Daí você num vai cunseguí durmi cinco horas da tarde, vai durmi lá pur umas nove, cê tem

²Entrevista produzida durante uma investigação que buscou discutir o processo de constituição do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e da Curva do Obregon, enfatizando as lutas cotidianas dos moradores destes bairros e os dilemas da busca pela sobrevivência na cidade.

qui acorda di novo uma hora. Então, cê num adianta tentá, só suja a carteira, porque é muito difícil a pessoa qui guenta (Maiara, 08 de outubro de 2009).

Roseni da Silva, 34 anos, trabalhou durante um período, no frigorífico da Coopagril, em Marechal Cândido Rondon, onde desenvolvia a função de auxiliar de corte de frangos. Ela frisou que o deslocamento até o local de trabalho era feito por um ônibus que saía por volta das treze horas e quarenta minutos de Santa Helena e chegava ao frigorífico às catorze horas e trinta minutos.

Roseni começava a trabalhar às quinze horas, com o turno encerrando-se por volta da uma hora e quarenta minutos, num trabalho que consistia em ficar o tempo todo em pé, tendo somente vinte minutos para a refeição.

Após cumprir com o horário de trabalho no frigorífico, ela ainda ficava aproximadamente uma hora e trinta minutos na estrada, chegando em casa entre às três e trinta e quatro horas. Disse-me que parou de trabalhar por conta do tratamento de saúde que estava realizando na cidade de Cascavel – Oeste do Paraná.

A partir das narrativas colhidas e discutidas na dissertação de mestrado, avalio que os trabalhadores por sua vez, parecem ver o trabalho como o meio de ganhar a vida, garantir a subsistência da família de forma justa e honesta, demarcando um universo de valores e noções em que o trabalho é uma necessidade para garantir a vida.

Quando questionei como Patrícia e Maiara souberam da vaga de emprego na Coopagril, Maiara frisou que em toda a região tem alguma sede da Coopagril e quando comentam com as pessoas que estão procurando um emprego, de imediato dizem:

[...] há ta precisando gente na Copagril. É a mesma coisa da Lar. A Lar também precisa di muita gente, mais é porque ninguém guenta a Lar. Você tem qui trabalha sábado i domingo, i daí você vai vê u salário pra vê quanto dá, quatrocentos, quatrocentos i quinze, qui nê m na Copagril. Na experiência você vai ganhá quatrocentos i quinze daí vai uns descontô i tal i tal, num chega a quatrocentos i daí pro tanto qui você trabalha tem qui tê muita, muita corage mesmo [...], porque qui nê m eu batia cartão [...] duas i vinti era u máximo, i eu batia o cartão de novo três hora da manhã. Então eu trabalhava doze horas. Trabalha doze horas pra ganhá quatrocentos reais i no turno da noite ainda [...] (Idem).

Maiara estava morando em Santa Helena fazia menos de um ano. Antes ela morava em São Miguel do Iguazu e, entre outras ocupações, ela trabalhou no frigorífico da Lar, em Matelândia. Após estar em Santa Helena, ela entrou na Coopagril, em Marechal Cândido Rondon, onde ficou aproximadamente trinta dias e desistiu. Na avaliação dessa trabalhadora, na ótica dos patrões desse setor de trabalho, o trabalhador que não se contentar com as condições e a disciplina de trabalho da indústria pode sair, pois “[...] si você qué, qué. Si você num qué, tchau. Tem quem qué”.

Percebe-se que este constante processo de mudanças que atinge as relações de trabalho e a constituição dos trabalhadores, é permeado de relações sociais de disputas e mesmo de resistência pelos sujeitos que estão vivenciando tais mudanças tanto no espaço de trabalho como em suas vidas. Maiara, por exemplo, mesmo estando ciente de que precisava trabalhar para garantir a sobrevivência de sua família, ela opta por abandonar o trabalho, pois seus valores unidos e articulados aos significados e sentidos que ela atribuía ao trabalho não correspondia com a perspectiva da empresa e a realidade das condições de trabalho, uma vez que o setor onde ela trabalhava não “passava banquinho” para sentar, porque “[...] num têm como pôr um banco, porque era só a esteira i uma passarela muito estreita, assim. Qui é onde a gente ficava di pé pra podê pegá os BR, pra num dá vareio, então eu não tinha intervalo, eu não tinha u banco pra sentá. Quando eu queria í no banheiro que era uma vez só por dia é a minha líder ficava no lugar pra num dá vareio, i a gente ia muito rápido”.

Seria importante investigar, como estes processos vêm se constituindo no sentido de pensar a constituição do trabalhador e da produção, as dinâmicas de interação estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos na produção industrial.

Referências bibliográficas:

SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estado: produção da região do Lago de Itaipu – Turismo e crise energética*. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

VARUSSA, Rinaldo José. *Industrialização e trabalhadores: processos de constituição de relações de vida e de trabalho no Oeste do Paraná (décadas de 1970 e 1980)*. *VII encontro internacional do Fórum Universitário Mercosul – FoMerco*, 2009, pp.112-123.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. – 8ª Ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

Fontes:

SANTA HELENA. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística, 1988.

COSTA OESTE, maio de 1997.

COSTA OESTE, abril de 1997.

COSTA OESTE, junho de 1998.

COSTA OESTE, maio de 1997.

COSTA OESTE, 13 de janeiro de 2000.

Patrícia Dias Batista, 21 anos e Maira. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 08 de outubro de 2009.

Roseni da Silva, 34 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13 de julho de 2009.

MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES NO CAMPO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA¹

Salete Inês Walter²

O problema da terra no Brasil é um problema histórico que há desde a “colonização” no século XVI. A luta empregada pelos índios contra a instalação dos europeus foi uma das primeiras lutas por terra. Além do mais, o modelo de “colonização” adotado contribuiu para dar continuidade ao sistema fundiário baseado na grande propriedade. A concessão de terras por via das sesmarias e capitâneas hereditárias fizeram com que aumentasse a má distribuição de terras brasileiras.

Hoje a estrutura fundiária é desigual, além de ser um dos grandes problemas agrários do Brasil. Há uma grande concentração de propriedade nas mãos de poucos proprietários. Muitas destas terras não foram conquistadas de forma justas.

A reforma agrária apontada como uma melhor distribuição da estrutura fundiária é discutida há muito tempo no Brasil, mas não foi feita até hoje. Com a reforma agrária, latifundiários com terras improdutivas seriam desapropriados e estas terras distribuídas às famílias sem terras. Além da melhor distribuição de terras a reforma agrária proporcionaria menor desigualdade social, erradicação da pobreza e miséria de trabalhadores sem terra.

Segundo E. P. Thompson (1988), com os *enclosures* – cercamentos – na Inglaterra os direitos ao uso da terra comunal foram perdidos, os trabalhadores foram abandonados as expensas dos proprietários de terras e dízimos da Igreja. Muitas pessoas dependiam dos direitos comunais para sobreviver, estes ficaram a depender da Lei de Pobres. A primeira grande onda de cercamentos ocorreu no século XVI, quando os grandes latifundiários procuraram expulsar os plebeus das terras, que pudessem ser usadas como pasto na criação de

¹Artigo produzido a partir dos resultados da pesquisa de iniciação científica “PIBIC – Ações Afirmativas/Fundação Araucária/UNIOESTE”, orientado pelo professor Dr. Vagner José Moreira.

²Acadêmica do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, vinculada ao Grupo de Pesquisa “História Social do Trabalho e da Cidade”, Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”. Bolsista do PIBIC – Ações Afirmativas/Fundação Araucária/UNIOESTE.

ovelhas, tendo lucratividade. Com isso destruiu-se elementos tradicionais da sociedade camponesa. A subsistência dos pobres, que já era precária, piorou com a expropriação.

Diante desta situação os trabalhadores organizaram protestos e movimentos contra os cercamentos, ações como “motins, destruição de cercas, cartas ameaçadoras e incêndios” (THOMPSON, 1988, p. 47). Além dos direitos perdidos, as máquinas instauradas nas propriedades também foram motivos de movimentos. As máquinas geravam o desemprego dos trabalhadores.

No Brasil, o processo de expropriação não foi muito diferente do que aconteceu na Inglaterra. Muitos trabalhadores brasileiros também sofreram o processo de expropriação. Inclusive a expropriação é um dos inúmeros motivos que levam os trabalhadores a organizarem-se em movimentos sociais de luta pela terra. Inúmeros movimentos sociais no campo foram organizados tanto no passado como no presente. Conflitos entre posseiros e grileiros e muitos casos de despejos principalmente durante as décadas de 1950 e 1960, período em que o despejo foi utilizado em diversos estados brasileiros.

O latifúndio brasileiro é um dos pilares da desigualdade social. Enquanto que grandes fazendeiros enriquecem, os trabalhadores são expropriados e tem sua mão de obra explorada, vivendo precariamente. Diante desta realidade surgiram muitos conflitos e muitos movimentos sociais de luta pela terra foram organizados.

Assim como na Inglaterra, no Brasil houve também transformações na produção do campo com novos modos de organizar a produção, prejudicando a vida do trabalhador que teve que integrar-se a novos meios de produção e novas relações de trabalho. Este processo de “modernização” do campo é um dos fatores que fez com que muitas famílias perdessem suas terras.

Um dos movimentos sociais estudados foi o ocorrido em junho de 1949 na região noroeste do Estado de São Paulo, em Fernandópolis. Neste, além das disputas em torno das propriedades agrárias, houve transformações nas relações de trabalho. Muitas famílias de trabalhadores rurais moravam em fazendas e utilizavam espaços como beiras de rios e brejos onde as terras eram férteis e ali plantavam roças. (MOREIRA, 2010, p. 114). Estas plantações destinavam ao abastecimento familiar. Além da plantação de roças

utilizavam-se da pesca e caça. As pessoas tinham um modo tradicional de vida. No entanto, estas relações estabelecidas modificam-se a partir do momento em que a terra passa a ser mercadoria voltada para produção capitalista, os pedaços de terras utilizados pelos trabalhadores das beiras de córregos passa a ser apropriado por fazendeiros e estes destinavam as terras para a formação de fazendas para a pecuária.

A partir de 1940 a região se constitui em objeto do projeto de apropriação e exploração capitalista da terra em expansão, não sendo mais possível viver à beira de córregos para caçar, pescar e trabalhar na plantação das roças. Um tempo em que os conflitos em torno da posse da terra tornam-se regulares. (MOREIRA, 2010, p. 117).

O fato de proprietários não cederem mais pedaços de terras para trabalhadores plantar, ou espaço para criar animais evidencia a alteração nas relações de trabalho. A lógica da mecanização associada à lógica capitalista fez aumentar a produção e ter controle sobre o trabalho.

As inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias fazem com que estas se unam e lutem contra a exploração dos latifundiários e pressões destes. Assim como o movimento ocorrido em Fernandópolis outro movimento ocorreu em Sumaré-SP, na primeira metade da década de 1980 (MOREIRA, 2007). Neste movimento também foi marcado pela violência e a perseguição. Em Sumaré os trabalhadores organizaram-se uma luta coletiva, uma classe unida e não desistiram da luta pela terra. Os trabalhadores que participaram dos movimentos em Sumaré eram trabalhadores que tinham experiências do viver no campo e do viver na cidade. Trabalhadores estes que já haviam sofrido a expropriação. Eram do campo, foram expropriados, migraram para as cidades. A luta pela terra não é algo fácil, acampados embaixo de lona, passando dificuldades sofrendo perseguições, violência, a espera de negociações.

Na época as práticas e estratégias de luta pela terra ainda não estavam no imaginário popular. Sendo assim, nem todos que participavam das reuniões iam para as ocupações, isso devido aos conflitos de valores sobre o caráter sagrado e de inviolabilidade da propriedade privada, conceitos esses, liberal e hegemônico, que estão impregnados no imaginário popular. Em Sumaré esteve presente o

apoio das comunidades eclesiais de base (CEBs) e este foi fundamental, pois é um dos fatores que os levaram a considerar uma possível luta pela terra. A Igreja deixa de ser vista como um espaço político e meramente religioso (MOREIRA, 2007).

A mediação das CEBs ocorreu nos movimentos sociais de Sumaré-SP e no MASTRO, no Paraná. Leozil Ribeiro (2011), em sua dissertação afirma que a Igreja tinha interesses ao defender o movimento. No entanto, é muito forte a ajuda da igreja no movimento, ajudando as pessoas desde orientações até de forma material.

O Brasil foi rico em movimentos sociais. Além dos ocorridos no Estado de São Paulo, ocorreram anteriormente outros movimentos sociais de luta pela terra, por exemplo, na década de 1950 e primeira metade de 1960, o norte de Goiás ocorreram várias lutas por terra. No processo de disputa pela terra, os posseiros foram consolidando um grupo e criando uma noção comum sobre o direito à terra. Nesta luta estava presente o PCB, responsável por uma aliança com os camponeses estruturada na luta pela terra e na consolidação de uma autonomia do movimento (MAIA, 2008).

O governo lança projeto de “colonização” baseando-se na idéia de formação de colônias militares e de fronteira. Estas estariam sob controle do Estado, o colono era incentivado a constituir cooperativas. Além do mais, os núcleos coloniais queriam instruir formas de produção com o uso de tecnologias, e com indícios de produção voltada para o mercado. Uma nova maneira de produzir no campo, mecanizar a produção e destinar esta ao mercado. O governo Vargas não atacava o latifúndio, consolidava uma “nova agricultura”, voltada para o mercado. Incentivava a pequena propriedade e garantia os interesses de latifundiários. A primeira Colônia Agrícola Nacional foi em Goiás, iniciada sua construção em 1941. Ocorreu desorganização e falta de recursos financeiros. Mas isso não impediu a atração populacional para aquela região. Cada trabalhador migrante que chegava trazia consigo uma história de trabalho ligado a terra e a exploração agrícola. A colônia não teve suporte para acolher todos os trabalhadores que pra lá se dirigiram. E sendo assim estes que não conseguiram terra na Colônia foram para Trombas e Formoso. Destes quase 70% já haviam deslocado antes em busca de terra. Com estes dados percebe-se que a luta pela terra exige persistência e que a conquista do assentamento não é fácil e que é preciso deslocar-se para

outros movimentos. A condição que degrada o trabalhador na fronteira não é ausência da terra, mas a pouca autonomia de desfrutar para organizar sua produção (MAIA, 2008). Sendo assim, ressaltamos que para as pessoas que participam da busca por um pedaço de terra querem autonomia para trabalhar nesta terra. Nem sempre o que elas buscam é a posse desta terra, claro ter a terra favorece em questões de segurança, mas não é tudo o que elas almejam.

Os trabalhadores que participam dos movimentos sofrem muitas vezes com a imagem que a mídia, a sociedade faz delas. Na maioria dos casos estes aparecem com sujeitos “bandidos” e “arruaceiros” denominações que não merecem, pois não é isso, apenas querem terra para trabalhar com dignidade e viver sob ela. Mesmo conquistando assentamento, a luta continua, pois, faz-se necessário almejar condições de sobrevivência na terra conquistada, precisa-se de ferramentas para trabalhar, moradia, luz elétrica, todos estes investimentos não são conseguidos facilmente, exigindo deles luta e persistência.

A construção de hidrelétricas, que são projetos hegemônicos, provoca expropriação. Como é o caso da hidrelétrica de Salto Caxias que engendrou a luta dos expropriados. O deslocamento devido à inundação causa uma desestruturação das relações de trabalho e do viver já constituído no local. A violência sofrida pelos trabalhadores está presente em todos os movimentos estudados. Ainda hoje os trabalhadores em luta pela terra no Brasil sofrem com assassinatos, tragédias (SCHREINER, 2009).

Em Ramilândia havia iniciativa do proprietário em oferecer a terra para ser desapropriada, mas mesmo assim não foi uma luta fácil, foi marcada por perseguições (SLOTBEN, 2010).

Outro movimento de luta pela terra foi o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra), um importante movimento ocorrido no Oeste do Paraná. “O governo procura titular terras em nome de grandes empresas” (RIBEIRO, 2011, p. 22). Estas medidas governamentais são responsáveis pela permanência da estrutura fundiária com base na grande propriedade. Além do mais, a lógica de militarização da questão agrária não manteve controle do Estado sobre as terras devolutas distribuindo imensas áreas a grandes grupos empresariais. Em muitas ações desenvolvidas pelo Estado de colonização favorecia grupos de empresas, companhias colonizadoras, uma “colonização” com distribuição de terras a

trabalhadores nunca existiu. Sendo assim a distribuição de títulos de propriedade favoreceu a concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários.

Nas décadas de 1950 e 1960 houve um esgotamento das terras na região e isso gerou conflitos rurais entre posseiros e grileiros e companhias de colonização. O estado assume a postura de árbitro da questão e com uso de tropas policiais militares forçando desocupação das terras irregularmente apropriadas, ato incrementado pela regulamentação fundiária através da distribuição de títulos de propriedade. (RIBEIRO, 2011, p. 22).

O Estado representa interesse da classe proprietária e se contrapõe a classe trabalhadora. O processo de “modernização” do campo é responsável pelos níveis de concentração de terras e expropriação dos trabalhadores, sobretudo pequenos proprietários e empregados rurais. Políticas de créditos voltadas somente aos grandes proprietários.

Segundo Leozil Ribeiro (2011), o MASTRO existiu entre o período de 1980 a 1986. Para formar o movimento foram vários motivos, como família e filhos para alimentar e a visão de que a cidade não era espaço para os trabalhadores que sempre viveram no campo. Enfim, foram inúmeros motivos que levaram os trabalhadores a se reunir e se organizar no movimento. (RIBEIRO, 2011, p. 38). Ribeiro chama atenção para a valorização dos sujeitos que fizeram parte do MASTRO: trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, posseiros, bóias-frias, filhos de agricultores. Quando se fala de MASTRO coloca-se o Estado, a mecanização, mas não os sujeitos. Os sujeitos como trabalhadores, estes estão sofrendo a expropriação e vivendo o processo histórico. Faz-se necessário também entender como os sujeitos foram atingidos pela concentração fundiária, o momento que decidem se unir os laços que os unem. O MASTRO é resultado da união de identidades de agricultores na luta pela terra. É no fazer-se de cada um que encontramos o fazer-se da classe e a constituição de um sujeito coletivo. O que faz entrar na organização é o próprio sentimento existente entre os trabalhadores. A formação de uma coletividade com experiência e interesses em comum é o primeiro passo para a formação de uma classe.

Outros estados começaram a ser organizar em movimentos

sociais. O MASTRO era um movimento regional. Em 1984 em cascavel reúne-se em assembléia e cria-se o MST. O movimento dos trabalhadores agora tem amplitude organizativa nacional. O passado e a atualidade, percebendo as permanências e rupturas entre MASTRO e o MST. Os dois movimentos se processam em temporalidades diferentes e carregam o mesmo caráter de ser formados por trabalhadores em comum objetivo que é a luta pela terra.

O MST não é limitado a poucas cidades de cada região, mas da união dessas regiões. Tanto o movimento em Trombas e Formoso de luta pela terra, quanto às formas de resistências dos trabalhadores em luta pelo reassentamento em Salto Caxias e no MASTRO Oeste do Paraná, nos trabalhadores em luta em São Paulo em Sumaré e em Fernandópolis, são lutas de homens com experiências herdadas e partilhadas articularam ação humana e ação social, eles sentem e articulam a identidade de interesses entre si, e contra outros que tem interesses diferentes. A classe constitui-se no seu *fazer-se*, num movimento ativo que articula ação humana e social. É fruto de experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade, que por sua vez, se coloca contra a identidade de outros homens em função de interesses materiais e culturais que são opostos. “A classe acontece quando homens com experiências herdadas e partilhadas sentem e articulam a identidade de interesses entre si, e contra outros que tem interesses diferentes” (THOMPSON, 1997, p. 10). Para se ter uma classe é necessário que os indivíduos se unam em prol de seus interesses e lute por eles. Ou seja, para se ter classe é necessário ter consciência de classe. Em quaisquer movimentos de luta faz-se necessário a luta em conjunto, a persistência e a resistência, a consciência de classe.

A reforma agrária no Brasil faz se necessária principalmente devido à existência de terras improdutivas, ilegais. Faz-se necessário uma reforma na sociedade brasileira para que com ela se consiga a erradicação da miséria e da desigualdade social, valorizando a função social da terra.

Referências Bibliográficas

MAIA, C. L. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás.

MOREIRA, V. J. A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP. *NERA*, Presidente Prudente, Ano 13, nº. 16, p. 114-129, Jan-Jun./2010.

____. *Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964*. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia.

____. O fazer-se dos trabalhadores como sem terra em Sumaré, São Paulo (1980-1997). *Tempos Históricos*, v. 11, p. 69-103, 2007.

____. “Situação difícil aquele tempo”: mundo dos trabalhadores e movimentos da memória, Fernandópolis (1946-1964). *Tempos Históricos*, v. 14, p. 111-134, 2010.

RIBEIRO, L. M. J. *MASTRO: a formação do movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná*. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

SCHREINER, D. F. Terra e cultura: resistência coletiva e organização social dos reassentados de Salto Caxias-PR.

PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). *Mundo dostrabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2009.

SLOTBEN, E. O. *Assentamento 16 de maio: trajetória de luta dos “assentados” em Ramilândia- PR (1998-2008)*. 2010. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Colegiado do Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

____. *A formação da classe operária inglesa*. II: A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988.

REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO DA REVISTA VEJA COM A CUT E O PT DURANTE OS ANOS DE 1985-1989

Suzane Conceição Pantolfi Tostes¹

É importante ressaltar que essa análise das matérias da revista *Veja*, aborda os cinco anos de recorte feito da pesquisa, ou seja, de 1985-1989. Nessa análise a relação contemplada foi à relação da revista *Veja* com as organizações dos trabalhadores, no caso o PT e a CUT.

Entendemos a revista *Veja* enquanto um aparelho privado de hegemonia, por ter uma visão de mundo e a compartilhar com uma determinada fração da classe burguesa no Brasil. Dessa forma a revista *Veja* age favorável a um determinado projeto social do qual compartilha com uma fração da classe burguesa brasileira. Com o intuito de ratificar o conceito de aparelho privado de hegemonia utilizaremos a definição da historiadora Virgínia Fontes que diz:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico- política da vida social (FONTES, 2010, p.133-134).

De acordo com a definição de Virgínia Fontes sobre os aparelhos privados de hegemonia, podemos classificar a revista *Veja* como sendo também um deles, pois dissemina uma determinada visão de mundo, tenta criar consenso sobre essa visão de mundo disseminada para outras frações de classe. Com essa concepção sobre a revista *Veja* iremos discorrer e analisar sobre sua ação entre os anos de 1985-1989.

¹Mestranda do Programa de Pós – Graduação de História , Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista CAPES. Este texto é parte integrante do segundo capítulo da dissertação em andamento.

As principais matérias referentes aos trabalhadores envolvem as questões das Greves, Pacto Social que o Governo Sarney tentou estabelecer desde seu primeiro ano de gestão até o último ano, para poder ter uma trégua nas mobilizações dos trabalhadores. Outro aspecto presente nas matérias referentes às organizações dos trabalhadores é a divergência sindical existente entre a CUT e a CGT, entre outros aspectos que serão apresentados conforme a análise das matérias.

A matéria do dia 17 de abril de 1985, tem como título: *”Prova de Resistência: quase 250.000 metalúrgicos do grupo de São Bernardo fazem uma greve sem piquetes e sem violência.”* Apesar da matéria trazer em seu título o destaque para a mobilização dos trabalhadores em greve, a revista inverte a notícia de destaque. Pois a revista Veja prioriza muito mais em sua reportagem as conseqüências da greve para os empresários do que mostrar os motivos da greve. Além é claro de descaracterizar os grevistas. Os trechos em que a revista fala da mobilização dos trabalhadores são:

Na manhã de quinta-feira passada, os galpões e pátios das grandes montadoras de automóveis e caminhões de São Bernardo, Santo André e São Caetano amanheceram desertos. A novidade, desta vez, era uma greve praticamente sem piquetes e sem ocupações de fábrica. Os trabalhadores ficaram em casa, naturalmente desfrutando o conforto de terem, em sua grande maioria, recebido seus salários na véspera, dia 10 (Veja, 17/04/1985, p.34).

No trecho podemos perceber que a revista dá destaque ao fato da greve ter ocorrido sem piquetes e ocupações de fábrica, como já é lembrado no subtítulo da matéria. Veja é sarcástica, dá ênfase a atitude dos trabalhadores, alegando que eles teriam ficado em casa para poderem aproveitar seus salários que haviam recebido um dia antes da greve. A revista tenta inferir que os trabalhadores só se manifestam em porta de fábricas quando não tem dinheiro na mão, ou algo a esse respeito. Com essa interpretação a revista descaracteriza a greve dos metalúrgicos, pois em nenhum momento da matéria ela entrevista algum grevista para saber o porquê da tática de greve ter sido a de ficar em casa.

Nas partes seguintes da matéria, que se tornam o assunto de destaque e importância na construção do texto da reportagem, a

revista Veja menciona a preocupação dos empresários com a paralisação das fábricas, afirmando que:

Os empresários, (...), calculavam os prejuízos. Segundo a Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores -, só a indústria automobilística estaria perdendo, por dia, perto de 100 milhões de cruzeiros, o correspondente a uma produção de pouco mais de 3.200 carros, ônibus e caminhões. “A paralisação é total”, reconheceu seu presidente, André Beer (Veja, 17/04/1985, p.35).

A revista Veja, para afirmar que os prejuízos dos empresários por conta da greve é muito grande, se utiliza da fala do presidente da Anfavea, para dar mais credibilidade aos dados que apresenta sobre os prejuízos gerados pela greve.

Na matéria do dia 08 de maio de 1985, a revista Veja dedica a seção de maior destaque da revista para tratar do assunto GREVE, são destinadas oito páginas para abordar esse assunto. Isso por que as greves no Brasil mesmo após o final do regime de ditadura Militar não cessam com as manifestações dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho, aumento no valor dos salários, diminuição das longas jornadas de trabalho, entre outras reivindicações. Outro motivo que nos parece relevante, no que diz respeito à opção da revista Veja em abordar as matérias referentes às greves no Brasil, é o intuito de alertar aos governantes sobre a expansão e a dimensão que as greves estavam tomando no país.

No título da matéria do dia 08 de maio de 1985, já começa a desqualificação de Veja sobre as greves organizadas pelos trabalhadores em vários pontos do país, dizendo que: “*A febre paralisante*”, a revista caracteriza a greve como uma doença muito grave, pois a denomina de febre paralisante, ou seja, podemos inferir que a revista muito mais que criticar a greve com essas palavras está sim alertando para as possíveis conseqüências que a greve pode ocasionar como no caso a “paralisia” do país.

Veja em sua longa matéria descreve como ficou o país em alguns lugares devido às greves que se espalharam por várias categorias profissionais, algumas greves de serviços chamados “essenciais” como os meios de transportes dos grandes centros, mas sempre com o intuito de reprovar a greve organizada pelos trabalhadores, como no seguinte trecho:

Na semana passada, a paisagem formada por empresas paralisadas, aviões impedidos de decolar, ônibus depredados, túneis do metrô desertos e guaritas de vigilantes abandonadas era a parte visível do vasto painel das greves pelo país – uma evidência de que **dezenas de sindicatos haviam preferido, em vez de subscrever o pacto** de contornos indefinidos sugerido por Tancredo, **sustentar suas reivindicações com o mais poderoso dos instrumentos de pressão disponíveis** (Veja, 08/05/1985- p.36). (grifos meus)

A revista em nenhuma outra parte da matéria volta a tocar no assunto do Pacto, sugerido ainda por Tancredo Neves, antes de assumir o poder no começo de ano de 1985. Mas o Pacto social do qual a revista só faz menção sem explicações é uma tentativa de se chegar a um acordo entre empresários, trabalhadores e o governo. A intenção do pacto era que ocorressem aumentos salariais aos trabalhadores sem acréscimos nos produtos e que as greves fossem cessadas. Porém os trabalhadores não aceitaram esse pacto, pois não iria os beneficiar e quem sairia ganhando com esse pacto seria o governo e os empresários (MORAIS, 1986).

Na reportagem do dia 13 de novembro de 1985 Veja insiste no debate sobre a fragmentação dos movimentos organizacionais dos trabalhadores, como as centrais sindicais CUT e Conclat. A revista quando menciona sobre essa fragmentação do movimento tem o intuito de afetar a expansão da CUT, pois a mesma está conquistando espaço e adesão por todos os sindicatos brasileiros. A CUT também é a central que mais se utiliza do recurso de pressão, greve, para reivindicar melhorias para a classe trabalhadora.

O conteúdo da reportagem do dia 13 de novembro de 1985 é mostrar que a greve organizada pelos metalúrgicos de São Paulo, não passou de dois dias. A greve não teve uma duração maior, porque os empresários da Fiesp já haviam feito uma proposta aos metalúrgicos de São Paulo para que os mesmos não entrassem em greve. A proposta da Fiesp se resumia a: *“(...) aumento real de 12% acima do INPC, antecipação trimestral de 80% do índice e redução escalonada da jornada de trabalho, começando com um encurtamento de 48 para 47 horas semanais (Veja, 13/11/1985, p.92).”* Mas em assembleia a greve foi deliberada por Joaquinção para que os empresários pudessem ceder mais no item da redução da jornada de trabalho, como afirma Veja:

(...) Joaquim foi a greve, formalmente, porque queria a trimestralidade e a redução imediata da jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais, em vez das 47 propostas pelos empresários. Conseguiu a redução – e saudou a decisão com os olhos postos nas bandeiras vermelhas da CUT (Veja, 13/11/1985, p.93).

A revista nessa reportagem dá mais importância à figura de Joaquinão (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), como se tivesse sido ele o responsável pela conquista da redução da jornada de trabalho de 48 para 45 horas como acordado com os empresários. Veja não menciona que a conquista da redução da jornada foi resultado da pressão dos trabalhadores e não de uma única pessoa, no caso Joaquim. Podemos inferir que a revista nessa reportagem tenta divulgar e/ou promover a imagem de Joaquinão, pois ele além de ser filiado ao PMDB também tem divergências com a CUT. A revista Veja, se utiliza de um sindicalista “pelego” para mostrar que os empresários, estavam encurralados pela organização dos trabalhadores na greve, no caso o Joaquinão.

Veja veio construindo ao longo do ano de 1985 uma imagem perigosa e pejorativa da central sindical CUT, por causa da ligação da central as inúmeras greves desencadeadas em vários locais do país. Também alerta para o crescente número de sindicatos filiados à central. Para justificar essa afirmação, a revista na matéria do dia 18 de dezembro de 1985 diz que:

(...) Adversária declarada do governo, que pretende encerrar no final do ano que vem, apoiada em 1000 sindicatos e portavoz formal de 12 milhões de empregados, a Central Única dos Trabalhadores, CUT, é vista como uma pequena fortaleza cheia de diamantes (Veja, 18/12/1985, p.38).

No trecho apresentado acima Veja não economiza no adjetivo para caracterizar a central sindical CUT, denominando-a de “**adversária declarada do governo**”. Para a revista são adversárias do governo as organizações que se manifestam contra medidas do governo e trabalhadores que decidem realizar greves para poderem ter a chance de conseguir melhorias salariais, que freiem a exploração causada pelo capital. Ou seja, toda e qualquer organização que se coloque contra o andamento da consolidação do capital e das práticas capitalistas no país deve ser advertida. Veja faz uma

descaracterização da ação de classe, no caso da classe trabalhadora. E mais, a revista mostra as organizações sindicais contra somente o governo e não contra o capital.

Nas matérias publicadas ao longo do ano de 1986, Veja por duas vezes reafirmou o posicionamento que vem construindo de afirmar que a CUT e o PT são inimigos e/ou adversários do governo, por organizarem várias greves e se colocarem contra certas medidas pautadas pelo Governo. A revista Veja não fugiu de suas colocações já apresentadas anteriormente quando tenta construir uma imagem negativa da CUT e do PT ao escrever e comentar em suas matérias sobre essas organizações. Tanto é que na matéria do dia 17 de dezembro de 1986, Veja ressalta o desempenho desastroso da CUT na tentativa de greve geral na semana anterior, dizendo que:

Era um teste, e as centrais sindicais perderam. A greve geral convocada para a última sexta-feira pela CUT e pela CGT para marcar o protesto contra o pacote econômico de 21 de novembro foi um fracasso. (...) O movimento fracassou redondamente na cidade de São Paulo, onde a CUT e a CGT não conseguiram parar sequer os trabalhadores ligados aos seus mais fogosos sindicatos como o dos bancários ou o dos metalúrgicos (Veja, 17/12/1986, p.36).

Veja nessa reportagem enfatiza a questão da perda das centrais sindicais em realizarem a greve geral. A revista reforça a idéia de perda ao utilizar a expressão **fracassou**, ou seja, as centrais sindicais não conseguiram atingir seu objetivo, que era a realização da greve geral. Mas a revista fez mais questão de noticiar de forma pejorativa o dito “fracasso” da greve, para atingir a imagem da CUT como uma central forte.

A revista Veja em sua ofensiva contra as centrais sindicais, noticiou em uma pequena nota no dia 19 de agosto de 1987 dizendo que:

Às véspera de uma greve geral convocada para esta quinta-feira, quando gostariam de convencer os 37 milhões de empregados do país a cruzar os braços em protesto contra a política econômica do governo, **os líderes da CUT e da CGT exibiram uma nova forma de atuação – o teatro**. Em público, todos faziam questão de anunciar que a paralisação

seria um sucesso. Nos bastidores, porém, a maioria dos dirigentes das duas centrais sindicais admitia, na semana passada, que só estava em busca de um atalho honroso para escapar do beco sem saída anunciado para a quinta-feira (Veja, 19/08/1987, p.28) (grifos meus).

Ao noticiar sobre a realização da greve, Veja inferiu que as centrais sindicais estariam representando sobre o bom desempenho da greve. Alegando que os **“líderes da CUT e da CGT exibiram uma nova forma de atuação – o teatro”**, ou seja, Veja esteve muito mais preocupada em levantar suspeitas sobre os líderes sindicais para assim poder deslegitimar as lideranças das organizações dos trabalhadores. Pois o sarcasmo só vale para as lideranças “políticas” de direita.

Na mesma matéria do dia 19 de agosto Veja tenta mostrar que a idéia da greve partiu da CUT, afirmando que:

A idéia da greve geral nasceu há dois meses numa conversa improvisada **numa reunião da CUT**, na qual **estava presente pouco mais de uma dúzia de dirigentes sindicais** – e foi mudando de datas e de finalidades com o passar do tempo. Conforme o projeto inicial, a greve deveria ter ocorrido em 15 de julho, com o objetivo de repor aquela porção dos salários devorada pelo Plano Sarney–Bresser (Veja 19/08/1987, p.28) (grifos meus).

Veja ao afirmar que foi a CUT que teve a idéia da greve, responsabiliza somente a Central Única dos Trabalhadores pela organização e movimentação para greve e livra da responsabilidade a CGT. Outro elemento importante para ser ressaltado nesse trecho apresentado acima é que a revista Veja acusa que a CUT delibera ações sem consultar a base, quando alega que: **“A idéia da greve geral nasceu há dois meses** numa conversa improvisada **numa reunião da CUT**, na qual **estava presente pouco mais de uma dúzia de dirigentes sindicais”**. Pois tenta levantar a acusação que na CUT só tem voz de deliberação os dirigentes e a base só é convocada para concretizar as ações, no caso apresentado a greve. Com essas acusações feitas a revista Veja tenta criar um clima “anti-CUT”.

A revista dá continuidade sobre o assunto da greve geral deliberada para o dia 20 de agosto de 1987, publicando em sua edição do dia 26 de agosto de 1987 uma reportagem na seção Brasil

intitulada de “Uma greve Lição”, em que a revista crítica a organização da CUT e da CGT com relação a greve, dizendo que:

Há nove meses, os líderes da CUT e da CGT subiram a um mesmo palanque para propor, pela primeira vez, uma greve geral – a mobilização foi malsucedida, pois envolveu menos da metade dos assalariados do país, mas encerrou-se com uma vitória que obrigou o governo a fazer uma revisão nos cálculos de inflação que definiam os reajustes salariais, assegurando o espírito dos aumentos do gatilho. Na semana passada, Meneguelli e Joaquinão retornavam as portas das fábricas munidos do mesmo projeto, mas o saldo foi bem diferente. **A greve geral do dia 20 não tinha nenhuma reivindicação econômica precisa** – por isso, simplesmente, não houve (Veja, 26/08/1987, p.30) (grifos meus).

Veja na tentativa de deslegitimar as organizações e manifestações da classe trabalhadora, culpa os líderes da CUT e da CGT de não terem conseguido realizar a greve por causa da falta de elaboração de pautas de reivindicações. Como se os trabalhadores só fizessem greve para reivindicar aumentos salariais, Veja ao alegar isso silêncio as manifestações dos trabalhadores tendo como pauta reivindicações de aspecto político e não somente econômico. Na empreitada de construir uma imagem negativa da CUT a revista se utiliza de uma possível fala de Jair Meneguelli para mostrar que a greve não tinha intenção de atender a interesses dos trabalhadores e sim de atender interesses da própria CUT. Veja diz que: “(...) *Jair Meneguelli assumiu a defesa da greve como uma tentativa de arrumar novos sindicatos para as fileiras da CUT – à custa dos trabalhadores (Veja, 26/08/1987, p. 32).*” A revista afirmou que o objetivo central da greve organizada pela CUT era ampliar os sindicatos filiados a central e que a CUT não seria assim tão comprometida somente com os interesses dos trabalhadores, mas que também se utiliza das formas de organização de luta dos trabalhadores para benefício próprio. Além é claro de Veja ter ressaltado mais uma vez que a greve tinha sido idéia da CUT.

Veja no ano de 1989, ao noticiar sobre o PT e seu futuro candidato a presidência Luís Inácio Lula da Silva, fez questão de relacioná-lo com as greves que ocorreram ao longo do semestre com o intuito de desvalorizar a imagem de Lula e do PT, afirmando:

Desde que começou a escalada de greves no país, há pouco mais de um mês, o Partido dos Trabalhadores vem encontrando dificuldades cada vez maiores em fazer três coisas incongruentes ao mesmo tempo: apoiar incondicionalmente as greves, exorcizar a imagem de radicalismo que cerca a legenda e, ainda por cima, provar que tem cabedal suficiente para governar o país. Na semana passada esses três objetivos antagônicos se chocaram entre si. O PT apóia as greves por uma questão de princípios – o PT surgiu em meio à atividade sindical e ainda hoje é neste setor que desfruta a maior parte de seu apoio político. (...) O apoio às greves, porém, só rende ao PT popularidade entre os grevistas que conquistaram vantagens salariais (Veja, 17/05/1989, p.43) (grifos meus).

Com as indicações feitas pela revista Veja acima, podemos perceber que a mesma tem a intenção de mostrar que o PT é um partido que defende os interesses da classe trabalhadora e se constituiu enquanto partido para defender os interesses dos trabalhadores. A revista apresenta que um partido para conseguir adeptos a sua legenda tem que se mostrar de forma não radical. Ou seja, Veja tenta mostrar que o PT para conseguir apoio a campanha do Lula teria que deixar de ser radical, mostrar que possui competência para governar o país. Veja não diz claramente, com todas as letras, mas deixa a entender que o PT não irá conseguir muitos votos além dos trabalhadores que estão filiados a central sindical da CUT, pois só atenderia a uma classe os trabalhadores, ou seja, os que fazem greve. Veja através dessa matéria parece estar acuada, não saber o que fazer.

Veja mesmo fazendo o máximo de esforço para construir uma imagem negativa e desqualificada da CUT, publicou uma nota falando sobre uma pesquisa que mostra o fortalecimento da CUT no cenário sindical brasileiro e alertando sobre sua expansão no meio estatal, dizendo:

O levantamento demonstra também que é no segmento estatal que a CUT mais tem avançado. Ali, a central tem oito vezes o tamanho da CGT, controlando 89% dos sindicatos representantes dos trabalhadores das empresas consultadas. **Como a CUT é especialmente resistente às propostas de privatização das empresas estatais. (...)** Fortalecidos pelos direitos trabalhistas consagrados na

nova Constituição, os sindicatos terão um peso maior também nas negociações de futuros planos econômicos que pretendam degolar a inflação – prioridade para qualquer governo que queira colocar a economia brasileira nos eixos (Veja, 08/11/1989, p.108)(grifos meus).

A revista Veja mesmo tento noticiado que a CUT tem avançado, não deixa de alertar que a CUT só ganhou maior espaço nos sindicatos estatais, por conta de sua política contra a privatização das empresas estatais. Veja ressalta o peso que as centrais sindicais terão principalmente a CUT, para negociar com o governo. Importante ressaltar que o ano de 1989, não houve muitas matérias que mostrassem a relação que a revista Veja com as organizações dos trabalhadores, pois esse período a revista destinou mais ao processo eleitoral para as eleições presidenciais.

O que foi possível concluir ao analisar a relação que a revista Veja desempenhou ao noticiar e caracterizar as organizações que representavam os trabalhadores, no caso o PT e a CUT é que a revista ao longo dos anos de 1985 a 1989 foi construindo uma imagem desqualificada, negativa, pejorativa das organizações. Sempre mostrou em forma de alerta as ações da CUT e do PT, os definindo enquanto inimigos do governo. As formas de luta da classe trabalhadora, no caso a greve foi descrita pela Veja como uma doença que paralisava o país. Não concordava com as greves, tanto é que construiu um argumento de que as greves serviam para promoção da CUT e não para conseguir melhorias salariais.

Referências Bibliográficas

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital – Imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

MORAIS, Reginaldo. *Pacto Social: Da negociação ao Pacote*. Editora: L & PM. Porto Alegre – RS, 1986.

Fontes

Veja, Edição 864 – 17/04/1985

Veja, Edição 870 – 08/05/1985

Veja, Edição 897 – 13/11/1985

Veja, Edição 898 – 18/11/1985

Veja, Edição 954 – 17/12/1986

Veja, Edição 989 – 19/08/1987

Veja, Edição 990 – 26/08/1987

Veja, Edição 19 – 17/05/1989

Veja, Edição 44 – 08/11/1989

MEMÓRIAS ENTRE AS ÁGUAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LAGO DE ITAIPU EM SANTA HELENA-PR

Tatiane Karine Matos da Silva¹

A cidade de Santa Helena, localizada na região Oeste do Paraná, faz parte do quadro dos municípios "lindeiros" ao Lago de Itaipu, sendo a que teve a maior parte de seu território alagado pelas Águas do reservatório da Itaipu Binacional, processo que ocorreu entre o final da década de 1970 e início da de 1980.

Diante disso a Administração Pública busca ressaltar o "desenvolvimento trazido pelo Lago", atribuindo o título de "Terra das Águas" à cidade. Acredito que essa adjetivação e vínculos produzidos a essa prática de visibilidade turística da cidade atribui certo modo de explicar a historicidade que compõem o presente de Santa Helena, que objetiva atrair, ano a ano, novos visitantes para o balneário da cidade. Essa produção de memórias pelos grupos hegemônicos na cidade constitui hoje parte significativa da renda e dos postos de trabalho incorporados à Santa Helena, ora vinculados à promoção turística, ora perceptíveis na instalação de empresas e ampliação de investimentos públicos.

Como pano de fundo dessa atuação e "desenvolvimento" da cidade há os royalties pagos à Prefeitura². Uma "compensação" do Consórcio Itaipu aos municípios atingidos pelas águas que compõem o reservatório da Usina. Dessa forma, esses dois componentes procuram "legitimar" como explicativos das mudanças promovidas no campo e na cidade nos últimos 30 anos.

Santa Helena completa seus 38 anos de emancipação: (...) A cada ano que passa é cada vez maior o número de pessoas que vêm à Santa Helena para desfrutar de seus recantos de beleza e lazer, o que acarreta no crescimento do comércio, principalmente da rede hoteleira e gastronômica. Constantemente a administração municipal busca, através

¹Acadêmica do Curso de História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica Voluntária com orientação da Prof^a. Dr^a. Sheille Soares de Freitas.

²STERCHILLE, Shirila Patricia Weber. SOUZA, Edson Belo Clemente. Apontamentos sobre a aplicação dos royalties da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento.

dos setores responsáveis, dar o suporte necessário para que os turistas tenham a melhor estada possível, realizando melhorias na infra-estrutura do parque de lazer e dotando-o de segurança, restaurantes, quiosques, banheiros energia elétrica.

Outro ponto forte de Santa Helena é a agricultura. Com os diversos programas de incentivo criados nos últimos anos pela administração municipal, os agricultores antes desestimulados pela falta de perspectivas, têm hoje no poder público local um ponto de apoio para a manutenção de suas atividades. Além dos programas de incentivo à agricultura, setores como a saúde, educação, assistência social, e indústria e comércio, também são beneficiados com recursos da própria municipalidade. (SANTA HELENA completa seus 38 anos de emancipação. **Correio do Lago**, Santa Helena/PR, ano 1, n.º 03, p. 07, maio de 2005. p. 7)

Essa matéria do jornal da cidade corrobora com essa leitura dos atrativos da cidade, justificando o uso dos recursos municipais para melhorias, no campo e na cidade, justificando assim o processo de mudanças empreendidos na cidade desde as desapropriações e produção do Lago.

Frente a isso grande parte da população de Santa Helena parece ter convivido nos últimos tempos com essa recorrente produção de memórias sobre a produção do Lago e desapropriação de áreas da cidade, enquanto algo natural e necessário, mas a que grupos atende essa leitura desse processo? A trajetória conflituosa que antecedeu a formação do reservatório de Itaipu e trouxe experiências divididas e contraditórias para esse processo traz enfrentamentos para o que é vivido hoje e muitas vezes indicado como uma mudança que deu certo e foi visionária das possibilidades e interesses de “toda à cidade”. Esse é o incômodo que motiva essa pesquisa.

De fato o Lago, juntamente com os royalties, proporciona ao município uma dinâmica econômica e maior visibilidade perante outras regiões, favorecendo a instalação de indústrias que, em grande medida, serão noticiadas como solução frente o enfrentamento do desemprego e de pressões sobre moradia, saúde, transporte, educação dentre outras questões que são comuns aos trabalhadores que vivem em Santa Helena.

Porém essas práticas do Poder Público, intituladas como “desenvolvimento” envolvem muitas contradições, pois se a cidade

se desenvolveu, conseqüentemente essa mudança teve intensidade desigual ao ser experimentada pelos sujeitos sociais. A efetivação do Lago, ponto de discussão desse trabalho, traduziu também desapropriações, fim de certos postos de trabalhos, alterações em modos de vida que tiveram que se confrontar com a violência dos processos de mudança na sociedade³.

Mesmo diante as desigualdades expressas na sociedade de Santa Helena há uma tentativa de retratar o melhor quadro possível da cidade, fazendo pesados investimentos na infraestrutura e no paisagismo do município – como figurou destaque na matéria do Correio do Lago. É diante dessas e outras questões, que se faz necessário novos estudos que busquem problematizar o período de formação do reservatório de Itaipu em Santa Helena, tendo em vista que muitas pessoas tiveram seus modos de vida alterados. Recompôr essa experiência social evidenciando memórias que foram submersas, não é apenas questionar a leitura hegemônica, mas garantir o debate sobre os diferentes personagens históricos que fizeram parte desse processo vivido em desigualdade.

No processo de formação do Lago de Itaipu, a empresa fazia questão de fazer palestras para explicar os benefícios que o empreendimento traria, amistosamente espalhava cartazes pela região sobre a obra, buscando disseminar uma imagem de que o processo de desapropriações seria “justo”. Porém não demorou muito para que essa prática começasse a ser questionada e confrontada muito além das reuniões que inicialmente a Itaipu promovia⁴.

Os preços pagos pelas terras compuseram o início dos enfrentamentos entre Itaipu e os desapropriados, de um lado a empresa dizia pagar o “preço justo”, no entanto este não era

³Thompson trabalha muito bem essa questão ao se incomodar com as mudanças em processo na sociedade inglesa no século XVIII e XIX. Em seu livro, *A Formação da Classe Operária Inglesa* (Tomo II, 1987), destaca que as mudanças, tendo como referencial a industrialização inglesa, não se processam na sociedade sem caracterizar disputas violentas envolvendo costumes, modos de viver e trabalhar. Ao avaliar essa compreensão, acredito que o “desenvolvimento” produzido com a Usina e o Lago em Santa Helena exige avaliar esse processo dentro dessa dinâmica de mudanças violentas, contraditórias e intensamente conflituosas, pois as pressões experimentadas por trabalhadores e pequenos proprietários das áreas desapropriadas remontam um processo de luta e desigualdade nessa “melhoria” social.

⁴Panfletos distribuídos por Itaipu, GERMANI, Guiomar Inez, *Expropriados Terra e água: o conflito de Itaipu* EDUFBA/ULBRA 2003 p 197.

considerado “justo” pelos desapropriados. Mas, falar em “preço justo” envolve uma série de fatores que não se estreitam somente à questão financeira, seria um erro dizer que uma quantia satisfatória pelas terras não era almejada pelos diferentes agricultores. Porém, seria um erro maior ainda nos prendermos somente a esta questão, sem levar em conta quem são esses desapropriados e, ainda os que vinculados a eles também perderam suas moradias e postos de trabalho.

É evidente que adquirir outras terras na mesma condição das que futuramente seriam tomadas pelas Águas era um dos desejos desses sujeitos, mas muito além de propriedades, esses desapropriados perderiam identificações e uma historicidade com o lugar, como também com os vizinhos, com o modo de vida produzido ali. Tendo em vista que a maior parte dessas pessoas obtinha seu sustento a partir dessas terras, perdê-las significaria perder terra, trabalho, moradia e sentidos atribuídos às relações construídas e firmadas como melhoria e segurança.

Diante desse contexto tenso de transformações, a maior parte dos futuros desapropriados teria suas relações de trabalho totalmente modificadas, pois muitos frente à nova realidade que lhes foi imposta com a chancela do Governo (Municipal, Estadual e Federal) se inseriram no mercado de trabalho na cidade. No trabalho de Guiomar (2003) a autora apresenta a entrevista com um dos colonos que já pensava nessa possibilidade.

Ora meu plano é assim, se eu não posso comprá terra, o que eu vou fazê? Deixá minha família passa miséria não posso. Se eu não posso comprá terra, pro mato também não posso ir, então quando vencê o prazo, se eu não pude compra um pedacinho de terra, então vô tê que dá um jeito de trabalha de operário pra vê se consigo criá meus filhos. Agora se eu pudesse comprá um pedacinho de terra como o que eu tinha, daí a gente cria uma vaca de leite, uma galinha, um porco, vive mais folgado, porque trabalhá de operário ganhá um salariozinho, não vale a pena, só em última situação precária, dai o cara se obriga, mas pra ganhá um salariozinho de 4 ou 5 mil cruzeiro por mês pra quem tem família, e se é de pagá de pensão prá cima, onde é que o cara vai pará? E como diz o ditado, zero mata zero, quando chega no fim do mês fico devendo, Se a pessoa vai trabalhá de operário é só pra passá miséria mesmo, ainda mais se é só um pra trabalhá. (GERMANI, 2003, p. 78)

Frente a essa avaliação do pequeno produtor sobre seu destino após a desapropriação é possível perceber que novas relações sociais começariam a ser constituídas após a chegada das águas que formariam o Lago e seguir para a cidade não traduzia tranquilidades. Esse processo é traduzido em novas formas de trabalho e de vida, que foram forçosamente modificadas em nome do “desenvolvimento”, que na fala se apresenta como algo incerto e com grande possibilidade de piora na vida desses sujeitos.

Foi diante esse quadro de incertezas e angústias que a CPT (Comissão Pastoral da Terra) formada por líderes das Igrejas Católicas em parceria com as Igrejas Evangélicas formulam uma atuação junto aos que seriam desapropriados pela Itaipu. Dentre eles podemos citar os Pastores Gernote Kirinus, Kurt Walter Hattje e Werner Fuchs, e o Padre Valentin Dall Pozzo, os quais se engajaram na causa das desapropriações ao lado dos colonos, como organizadores de suas reivindicações, vindo mais tarde a se mobilizarem no “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava, como principal bandeira, o preço justo nas indenizações e terras no Paraná.

Em julho de 1980 os membros do Movimento Justiça e Terra montaram um acampamento na cidade de Santa Helena, em frente ao escritório da Itaipu Binacional, com o intuito de dar visibilidade às suas insatisfações com os encaminhamentos dados nas negociações pelas indenizações. Esse acampamento permaneceu durante 16 dias, saindo com algumas reivindicações atendidas e muitas promessas. Essa ação que compõem com várias outras os enfrentamentos travados nesse processo, apontam que essa experiência não restrita aos envolvidos, mas foi compartilhada com os moradores da cidade, sendo necessário investigar as interpretações produzidas sobre essas confrontações e práticas de desapropriação, bem como lidar com as contradições e inconstâncias desse processo⁵.

Não tenho como propósito discutir aqui todos os passos do Movimento Justiça e Terra, é visível que sua atuação em relação aos desapropriados de Itaipu alcançou resultados expressivos dentro do contexto desse processo. No entanto, o movimento vem sendo tratado em muitas pesquisas referente a essa temática como algo homogêneo e único caminho de luta dos desapropriados, assumindo por vezes o

⁵GERMANI, Guiomar Inez, Expropriados Terra e água: o conflito de Itaipu p 113-141.

papel principal em relação aos sujeitos que iriam ser desapropriados pela Itaipu (GUIOMAR, 2003; MAZZAROLLO, 2003).

Frente a essa problemática devemos levar em consideração que apesar da adesão de muitos agricultores ao Movimento Justiça e Terra essa atuação foi dividida e contraditória, propomos investigar essa possibilidade de luta para além do movimento, indicando como esses trabalhadores e pequenos proprietários interpretam essa experiência e sua ação durante essas mudanças, nas urgências e tensões que a formularam.

Ao observar que havia desiguais diferenças entre os diversos sujeitos que compuseram este momento histórico considerando-o prejudicial às suas relações e modo de vida, acreditamos que as condições materiais de sobrevivência foi um dos elementos que fez frente a essa suposta homogeneidade do movimento. Além, é claro, de compreender que os trabalhadores dessas áreas não teriam indenizações, pois não eram donos de terra, não correspondendo ao público que estava negociando com a Itaipu. Entre os colonos havia posseiros, arrendatários, pequenos proprietários de terra e grandes proprietários de terra, o que também amplia a margem de intenções e modos de enfrentar tal questão.

O fato de a principal causa do movimento ser o preço justo pelas terras nos leva a pensar: como posseiro e arrendatários lutaram, reencaminhando suas vidas e modos de trabalhar? Apesar de estarem incluídos nas reivindicações do movimento, como foi essa disputa com frentes tão diversas de expectativa de conquistas?

Quanto aos pequenos proprietários muitos aderiram ao movimento, mas diante as circunstâncias, do medo de acabarem por não conseguir nada eram um alvo constatare das investidas de propostas indenizatórias oferecidas pela Itaipu, que pressões em seus modos de vida e aspirações sociais poderiam instigá-los a tais acordos? O que se pode dizer é que dentro dos limites e pressões sentidas por cada um, estes julgavam fazer o certo para si e para sua família naquele momento, ainda que nessa relação identificações coletivas foram produzidas (entre trabalhadores, colonos, religiosos e políticos de esquerda) contra um grupo comum (o Estado e o empresariado vinculado ao projeto da Itaipu), indicando assim projetos diferenciados em disputa.

Nessas circunstâncias, o Movimento Justiça e Terra se apresenta, em certa medida, como uma prática contraditória e que

também procurava se legitimar entre os desapropriados e se manter como representante desse grupo. Pois, considerando que dois de seus líderes Kiriunus e Fuchs tornaram-se deputados durante esse processo, o peso político desse conflito permitiu a projeção desses sujeitos e, ao mesmo, alimentou-se dessa condição dos pastores para encaminhar revisões nos processo e dar maior visibilidade a denúncias contra o empresariado vinculado à Itaipu.

Tendo por base essas questões e evidências iniciais, essa pesquisa terá como objetivo recompor os diferentes viveres e memórias dos desapropriados e de sujeitos que vivenciaram esse processo na cidade de Santa Helena. Para tanto, o “progresso da Terra das Águas”, 30 anos depois das desapropriações, ainda merece debate sobre os “comos” e “porquês” dessa transformação, observando como se dialoga com esse passado nas disputas do presente.

Referências Bibliográficas

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados: Terra e água: O conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

MAZZAROLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2 edição revista e ampliada. Editora Loyola/CPT 2003

Fontes

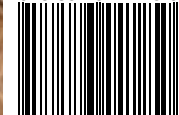
- SANTA HELENA completa seus 38 anos de emancipação. *Correio do Lago*, Santa Helena/PR, ano 1, n.º 03, p. 07, maio de 2005. p. 7

- Entrevista apud GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados. Terra e água: O conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003. p. 78



<http://www.unioeste.br/cursos/rondon/mestradohistoria/>

978-85-7644-125-0



9 788576 441250

Apoio:



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná